



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL NASCIMENTO GOMES

**As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado
Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação**

BRASÍLIA,
JANEIRO DE 2021.

RAFAEL NASCIMENTO GOMES

**As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado
Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade de Brasília para a obtenção do
título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Política, instituições e relações de
poder.

Orientador: Prof. Dr.: Francisco Fernando Monteoliva
Doratioto

BRASÍLIA,
JANEIRO DE 2021.

FICHA CATALOGRÁFICA

Gomes, Rafael Nascimento.

As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação. / Rafael Nascimento Gomes. -- Brasília, 2021.

474 páginas.

Orientador. Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto.

Tese (Doutorado- Doutorado em História) --

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília. Universidade de Brasília, 2020.

1. Relações Brasil-Uruguai. 2. Política Externa Brasileira. 3. Estado Novo. 4. Getúlio Vargas. 5. Política Externa Uruguaia. 6. Segunda Guerra Mundial. I. Universidade de Brasília. II. Título.

RAFAEL NASCIMENTO GOMES

As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Doutor em História.

Linha de Pesquisa: Política, instituições e relações de poder.

Aprovada em: 14 /01/ 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador Prof. Dr.: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Universidade de Brasília- UnB

Prof. Dr.: Carlos Eduardo Vidigal
Universidade de Brasília-UnB

Prof. Dr. Antônio José Barbosa
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Rogério de Souza Farias
Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI)/FUNAG

Prof. Dr. Suplente: Luiz Paulo Ferreira Noguerol
Universidade de Brasília-UnB

Dedico este trabalho às mulheres de minha vida, que tanto me ensinaram e me deram sentido para esta longa caminhada: às minhas mães Alessandra Diogo e Maria do Socorro, à minha companheira Sabrina Nascimento e à minha irmã Vitória Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da história da nossa vida, percebemos que há laços e sentimentos que a razão não consegue explicar, apenas podemos sentir. E o meu amor pela minha pequena irmã Vitória foi um dos grandes motivadores desta tese. Obrigado por existir e por sempre ser uma grande motivação em meus projetos. Nesse sentido, primeiramente devo agradecer imensamente às minhas famílias (brasileira e uruguaia) pela compreensão e apoio. Gratidão imensurável, em especial, às minhas mães Alessandra Diogo, Maria do Socorro e à *mamá* Cecília Buccino; ao meu pai Francisco Isidro e ao *papá uruguayo* Federico Agnese, representando toda a grande família. Sem vocês, esta imersão profunda não teria nem sentido nem tantas emoções e histórias para contar.

Aos grandes amigos tão importantes para a caminhada da vida: Eugésio Maciel, Luis Henrique, Brianella Agnese, João Carlos, Rodrigo Soares, Juliano Medeiros, Carolina Souza, Eduardo Barbosa, Gustavo Eberle, Nero Carlos, Fellipe Aniceto, Felipe Batista, Emerson Rodrigues, Richard Andrei e Matheus Pimentel.

Ao Projeto Re(vi)vendo Êxodos por ter me ensinado a caminhar e jamais desistir. Aos mestres Luiz Guilherme Baptista, Marilene Lara Carvalho, Marcus Vinicius Vianna, Acácio Kalil, Suzan Paula e Carlos Doberstein. Ao Grupo de Pesquisa do CNPq “Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos”, por tantos eventos, discussões, sugestões e críticas necessárias para o enriquecimento da pesquisa.

No Uruguai, a Álvaro Corbacho e à Mariela Cornes pelo acolhimento e profissionalismo no *Archivo Histórico-Diplomático de la República Oriental del Uruguay (AMREU)*. Aos funcionários da Casa Juan Antonio Lavalleja do Museo Histórico Nacional. À Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da UdelaR (FHCE/UdelaR) pela vivência e acolhimento que recebi durante os períodos em que estive em Montevideú. *Muchas gracias* aos professores e historiadores uruguaiois: Ana María Rodríguez Ayçaguer, Gerardo Caetano, Dante Turcatti, Tomás Sanson, Esther Ruiz, Rodolfo Porrini, Raúl Jacob, Ana Frega, Alex Borucki, Magdalena Broquetas e Alba Mariani.

No Brasil, aos funcionários do Museu da Comunicação Hipólito da Costa e aos arquivistas Gabriel Ferreira, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velinho, e Thiago Kieffer, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. No Rio de Janeiro, à equipe do Arquivo Histórico do Itamaraty, entre arquivistas, estagiários e recepcionistas. Sempre solícitos e prestativos. Gratidão a Frederico Antônio Ferreira,

Matheus Guedes Ferreira, à Juliana Fernandes de Lima, Wesley Pontes Cosme e à Margarete Gomes. Aos colegas da Biblioteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores: Maria Simone Rosa, Bruno Eduardo Carvalho e Pedro Luca da Rocha Pinto. Minha estada no Rio foi ainda mais produtiva graças à colaboração de todos vocês. Em Brasília, aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, da Biblioteca Azeredo da Silveira, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, e da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. O ofício dos historiadores não seria possível sem a colaboração de tantos outros profissionais.

Em especial, ao meu professor orientador, Professor Francisco Doratioto, pelo compromisso, seriedade, incentivo e exemplo de historiador. Muito obrigado pelas críticas, sugestões e cobranças. Suas considerações e dicas foram preciosíssimas para a concretização desse árduo, mas prazeroso trabalho.

À Capes pela bolsa de estudos ao longo das pesquisas de mestrado e doutorado entre 2014 e 2020. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) pelo acolhimento e ensinamentos durante todos esses anos. Aos professores do Departamento de História: Antônio José Barbosa, Ione de Fátima Oliveira, Carlos Eduardo Vidigal, Tiago Gil, Luiz Paulo Nogueiról, Arthur Assis, Tereza Kirchner, Estevão de Rezende Martins, Tereza Marques e Maria Filomena. Aos professores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos do IREL/UnB: Luiz Daniel Jatobá e Roberto Goulart Menezes. Aos amigos da revista do corpo discente do PPGHIS/UnB *Em Tempo de Histórias*. Ao grande Chiquinho, livreiro da UnB e patrimônio de nossa universidade. Viva à universidade pública, minha segunda casa.

Aos meus queridos alunos e colegas professores, que, direta ou indiretamente, proporcionaram momentos de reflexão, aprendizagem e muita diversão.

Por último, mas não menos crucial, à minha amada e confidente companheira Sabrina Nascimento, pela compreensão, carinho e paciência em tantas horas e madrugadas ausentes nessa nossa caminhada de mãos dadas.

Gratidão!

Gratidão!

Gratidão!

“O entrelaçamento secular das nossas famílias criou vínculos afetivos e morais de tal vulto que nenhuma força humana é capaz de romper. A amizade entre o Uruguai e o Brasil nasceu no momento em que ambos os povos eram chamados à vida independente, e nunca obedeceu a considerações de ordem política, nem esteve à mercê de motivos de natureza diplomática: mergulha suas raízes no mais profundo da alma das duas nacionalidades. A sabedoria e a prudência dos homens públicos do Brasil e do Uruguai apagaram para sempre os vestígios das rivalidades de outrora e conseguiram converter em solidariedade criadora as pequenas emulações que nos podiam separar”.

**Getúlio Vargas em visita a Montevideu em maio de 1935.
In: A Nova Política do Brasil; 1938.**

RESUMO

GOMES, Rafael Nascimento. *As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945): aproximação, vigilância e consolidação*. Brasília: Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, 2021.

As relações entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo (1937-1945) refletem mudanças na política continental e internacional de ambos os países. Nesse sentido, a partir da aproximação entre História e Relações Interacionais, a presente tese propõe-se a analisar as relações diplomáticas bilaterais entre os países no contexto da ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945), período marcado por um processo de “modernização conservadora”, no Brasil, e, no Uruguai, pela transição democrática durante os governos de Alfredo Baldomir (1938-1943) e Juan José de Amézaga (1943-1947). Além do conturbado contexto político nacional e regional, esses países enfrentam os impactos e as repercussões da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Esse confronto, caracterizado por uma intensa polarização político-ideológica e militar entre as grandes potências, trouxe mudanças significativas nas relações entre esses países e nas Américas, em especial, um maior protagonismo político e econômico dos Estados Unidos e uma ferrenha política de neutralidade da Argentina. Esses eventos têm seus efeitos nas relações brasileiro-uruguaias. Dessa forma, por meio das relações bilaterais, buscar-se-á compreender o posicionamento político-militar do Brasil e do Uruguai a nível regional —e internacional — frente a esse conflito de grandes proporções e consequências. Para isso, será feita uma contextualização da política brasileira e uruguaia do período para auxiliar e contrastar com a documentação diplomática analisada, especialmente, a documentação da embaixada brasileira em Montevidéu e a documentação da embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. Com isso, analisar-se-ão as aproximações, convergências e divergências que marcaram as relações entre esses países.

PALAVRAS-CHAVE: *Relações Brasil-Uruguai, Política Externa Brasileira, Estado Novo, Getúlio Vargas, Política Externa Uruguaia, Segunda Guerra Mundial.*

ABSTRACT

GOMES, Rafael Nascimento. *Diplomatic Relations between Brazil and Uruguay during the Estado Novo (1937-1945): approach, surveillance and consolidation*. Brasília. (Thesis-PhD). University of Brasília (PPGHIS/UnB), 2021.

The relations between Brazil and Uruguay during the Estado Novo (1937-1945) reflect changes in the continental and international politics of both countries. In this sense, from an approximation between History and International Relations, the present thesis proposes to analyze the bilateral diplomatic relations between Brazil and Uruguay in the context of the dictatorship of Getúlio Vargas (1937-1945), a period marked by a process of “conservative modernization” in Brazil, and in Uruguay, for the democratic transition during the governments of Alfredo Baldomir (1938-1943) and Juan José de Amézaga (1943-1947). In addition to the troubled national and regional political context, these countries face the impacts and repercussions of World War II (1939-1945). This confrontation, characterized by an intense political-ideological and military polarization between the great powers, brought about significant changes in the relations between these countries and in the Americas, in particular, a greater political and economic role in the United States and a fierce policy of neutrality in Argentina. These events have their effects on Brazilian-Uruguayan relations. Thus, through bilateral relations, we will seek to understand the political-military position of Brazil and Uruguay at the regional - and international - level in the face of this conflict of great proportions and consequences. For that, a contextualization of the Brazilian and Uruguayan politics of the period will be made to assist and contrast with the diplomatic documentation analyzed, especially, the documentation of the Brazilian embassy in Montevideo and the documentation of the Uruguayan embassy in Rio de Janeiro. With this, the approximations, convergences and divergences that marked the relations between these countries will be analyzed.

Keywords: *Brazil-Uruguay Relations, Brazilian Foreign Policy, Estado Novo, Getúlio Vargas, Uruguayan Foreign Policy, Second World War.*

RESUMEN

GOMES, Rafael Nascimento. *Las relaciones diplomáticas entre Brasil y Uruguay durante el Estado Nuevo (1937-1945): acercamiento, vigilancia y consolidación*. Brasilia. Tesis (Doctorado). Universidad de Brasilia (PPGHIS/UnB); 2021.

Las relaciones entre Brasil y Uruguay durante el Estado Novo (1937-1945) reflejan cambios en la política continental e internacional de ambos países. En este sentido, a partir de la aproximación entre Historia e Relaciones Internacionales, la presente tesis propone analizar las relaciones diplomáticas bilaterales entre Brasil y Uruguay en el contexto de la dictadura de Getulio Vargas (1937-1945), período marcado por un proceso de “modernización conservadora” en Brasil, y en Uruguay, por la transición democrática durante los gobiernos de Alfredo Baldomir (1938-1943) y Juan José de Amézaga (1943-1947). Además del convulso contexto político nacional y regional, estos países enfrentan los impactos y repercusiones de la Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Este enfrentamiento, caracterizado por una intensa polarización político-ideológica y militar entre las grandes potencias, provocó cambios significativos en las relaciones entre estos países y en las Américas, en particular, un mayor protagonismo político y económico de los Estados Unidos y una feroz política de neutralidad de Argentina. Estos hechos tienen sus efectos en las relaciones entre Brasil y Uruguay. Así, a través de las relaciones bilaterales, buscaremos comprender la posición político-militar de Brasil y Uruguay a nivel regional - e internacional - ante este conflicto de grandes proporciones y consecuencias. Para eso, se hará una contextualización de la política brasileña y uruguaya de la época para asistir y contrastar con la documentación diplomática analizada, especialmente, la documentación de la embajada de Brasil en Montevideo y la documentación de la embajada de Uruguay en Río de Janeiro. Con ello se analizarán las aproximaciones, convergencias y divergencias que marcaron las relaciones entre estos países.

Palabras clave: *Relaciones Brasil-Uruguay, Política Exterior Brasileña, Estado Novo, Getulio Vargas, Política exterior uruguaya, Segunda Guerra Mundial.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Página
Figura 1: Gabriel Terra, presidente do Uruguai (1931-1938).	112
Figura 2: Fotografia de Juan Carlos Blanco, embaixador uruguaio no Brasil (1933-1941).	138
Figura 3: Lucílio da Cunha Bueno, o primeiro embaixador do Brasil no Uruguai.	143
Figura 4: O vice-presidente do Uruguai, Alfredo Navarro, pronuncia um discurso de boas-vindas ao presidente Getúlio Vargas, na Assembleia Geral, durante sua visita a Montevideú, em maio de 1935.	152
Figura 5: Montevideú, a diretriz comunista da América do Sul?	162
Figura 6: A chegada de Flores da Cunha a Montevideú, em outubro de 1937.	187
Figura 7: Recepção do Presidente Gabriel Terra ao novo embaixador brasileiro em Montevideú, João Batista Lusardo, em dezembro de 1937.	189
Figura 8: Inauguração da nova sede da embaixada brasileira em Montevideú.	204
Figura 9: Góes Monteiro com o presidente da ANCAP, Carlos de Castro, e o Ministro da Defesa do Uruguai, General Mendivil, em Montevideú, em março de 1938.	208
Figura 10: Declaração de Lusardo aos jornais de Montevideú, em setembro de 1938.	224
Figura 11: Inauguração da exposição de pecuária em Bagé com a presença de Lusardo e autoridades uruguaias.	225
Figura 12: João Batista Lusardo em reunião com o presidente do Uruguai, Alfredo Baldomir, o chanceler Alberto Guani e o ministro Juan José de Amézaga.	232
Figura 13: Banquete na embaixada brasileira com autoridades políticas uruguaias, dezembro de 1938.	237
Figura 14: Delegação brasileira de Lima em Montevideú.	243
Figura 15: Presidente do Conselho Nacional do Petróleo do Brasil visita a ANCAP em Montevideú.	259
Figura 16: Exposição do livro brasileiro em Montevideú, novembro de 1939.	266
Figura 17: Comissão Técnica argentina na hidroelétrica do Rio Negro.	270
Figura 18: Nova sede da embaixada brasileira em Montevideú, setembro de 1939.	276
Figura 19: Repercussões da inauguração da nova sede da embaixada brasileira na imprensa montevideana.	276

Figura 20: Graf Spee no porto de Montevidéu, em 1939.	287
Figura 21: Desembarque de feridos alemães em grave estado.	288
Figura 22: O rebocador “Lavalleja” atraca ao couraçado alemão.	288
Figura 23: Graf Spee em Montevidéu.	289
Figura 24: Cortejo fúnebre às vítimas do combate naval.	289
Figura 25: Ministro da Alemanha em Montevidéu a frente do cortejo fúnebre às vítimas do combate naval.	290
Figura 26: Torpedeamento do encouraçado alemão Graf Spee aos arredores do porto de Montevidéu por ordem do próprio Adolf Hitler.	293
Figura 27: Capa do jornal <i>El País</i> de 19 de dezembro de 1939.	294
Figura 28: Visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha a Montevidéu, em 1940.	297
Figura 29: Visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha a Punta del Este, em 1940.	298
Figura 30: Visita de Lusardo a Melo, abril de 1940.	302
Figura 31: Visita do interventor do Rio Grande do Sul a Montevidéu.	312
Figura 32: Visita do interventor do Rio Grande do Sul ao Exército uruguaio.	313
Figura 33- Heitor Villa-Lobos visita Montevidéu, em outubro de 1940.	315
Figura 34: Novo embaixador uruguaio no Brasil.	322
Figura 35- Banquete ao Presidente Baldomir na Embaixada do Brasil.	323
Figura 36: Folheto uruguaio “ <i>Homenaje al Brasil</i> ”.	330
Figura 37: Solidariedade uruguaia para com o Brasil.	344
Figura 38: Missão militar uruguaia no Brasil, em 1942.	349
Figura 39: Chanceler Guani em reunião com o embaixador brasileiro, Lusardo.	352
Figura 40: Getúlio Vargas e João Batista Lusardo em Uruguaiana na década de 1940.	353
Figura 41- Inauguração da linha aérea entre Porto Alegre e Montevidéu.	360
Figura 42- 7 de setembro de 1942 com a presença do presidente Baldomir.	362
Figura 43: Juan José Amézaga, presidente do Uruguai (1943-1947).	366
Figura 44: Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileiro.	373
Figura 45: Banquete em homenagem ao ministro Marcondes Filho, na embaixada brasileira em Montevidéu, com a presença do chanceler uruguaio José Serrato.	375
Figura 46: Comemoração do 7 de setembro de 1943 na embaixada brasileira em Montevidéu. Lusardo ao lado do chanceler José Serrato e presidente Amézaga.	383
Figura 47: Missão cultural brasileira em Montevidéu, outubro de 1943.	385
Figura 48: Posição do Brasil frente à nota do chanceler Larreta.	415

LISTA DE TABELAS

	Página
Tabela 1: Pecuária do Uruguai, 1900-1946.	52
Tabela 2: Composição das Exportações de mercadorias uruguaias, 1891-1950.	53
Tabela 3: Brasil: Índices de preço e quantidades de importações e exportações, 1928-1945.	80
Tabela 4: Brasil: participações corrigidas de países supridores de importações, 1933-1939.	95
Tabela 5: Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1928-1929).	127
Tabela 6: Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1932)	136
Tabela 7: Destino das Exportações Uruguaias, 1891-1950.	147
Tabela 8: Composição das Importações uruguaias segundo uso final, 1899-1950.	148
Tabela 9: Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1936-1938).	198
Tabela 10: Comércio Exterior do Uruguai: principais produtos de exportação (1936-1938).	199
Tabela 11: Comércio Exterior do Uruguai: principais países para suas importações e exportações (1933-1939).	229
Tabela 12: Balança comercial do Uruguai, 1940-1946.	358
Tabela 13: Exportações do Brasil para o Uruguai (1939-1943).	386
Tabela 14: Participação comercial latino-americana (1938-1948).	405

LISTA DE MAPAS

	Página
Mapa 1: O Mapa das Cortes.	46
Mapa 2: Mapa político do Uruguai.	47
Mapa 3: Mapa da América Latina em 1826.	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHPAMV	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho, Porto Alegre.
AMDN	<i>Archivo del Ministerio de Defensa Nacional</i> , Montevidéo.
AMRECA	<i>Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina</i> , Buenos Aires.
AMREU	<i>Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay</i> ; Montevidéo.
AHI-RJ	Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro.
AHI-BSB	Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasília.
AHRGS	Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul; Porto Alegre.
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BNU	<i>Biblioteca Nacional de la República</i> ; Montevidéo.
CCEDPC	Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente
CFCE	Conselho Federal de Comércio Exterior
CHDD	Centro de História e Documentação Diplomática, Rio de Janeiro.
CNA	<i>Consejo Nacional de Administración</i> .
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNP	Conselho Nacional do Petróleo
COMINTERN	Internacional Comunista
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público.
DSCR	<i>Diario de Sesiones de la Cámara de Representantes</i> (Uruguai).
DSCS	<i>Diario de Sesiones de la Cámara de Senadores</i> (Uruguai).
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
EUA	Estados Unidos da América
EXIMBAK	<i>Export-Import Bank of the United States</i>

FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FHCE	<i>Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación</i> (Montevidéo).
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LSN	Lei de Segurança Nacional.
MCHC	Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; Porto Alegre.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MHN	Museo Histórico Nacional- Casa del General Juan Antonio Lavalleja; Montevidéo.
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil.
NSDAP	Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães
OCIAA	<i>The Office of the Coordination of Inter-American Affairs</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista do Brasil
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
RJ	Rio de Janeiro
SEDHI	Seção de Documentos Históricos da Câmara dos Deputados; Brasília.
S.E.I.	Serviço de Estudos e Investigações (agência do MRE).
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
TSN	Tribunal de Segurança Nacional
UDN	União Democrática Nacional
UTE	<i>Usinas y Trasmisiones Eléctricas</i> , Uruguai.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I- O RIO DA PRATA COMO ÁREA DE INTERESSE GEOPOLÍTICO DO BRASIL E DO URUGUAI	30
1.1. História e Relações internacionais: uma aproximação necessária	31
1.2. O Brasil e o Uruguai: caminhos historiográficos	36
1.3. Brasil e Uruguai desde meados do século XIX à década de 1930	43
CAPÍTULO II- APROXIMAÇÃO E VIGILÂNCIA (1930-1937)	69
2.1. As políticas para o Rio da Prata	70
2.1.1. Brasil	72
2.1.1.1. O Brasil da Era Vargas	74
2.1.1.2. A política externa brasileira e o lugar da região platina	88
2.1.2. Uruguai	105
2.1.2.1. O Uruguai da década de 1930 e sua inserção internacional	107
2.1.3. O dilema argentino	119
2.2. As relações bilaterais entre Brasil e Uruguai (1930-1937): aproximação e vigilância	124
CAPÍTULO III- RELAÇÕES BILATERAIS E TENSÃO INTERNACIONAL (1937-1941): MUDANÇAS E CONTINUIDADES	181
3.1. Continuidades e mudanças (1937-1938)	181
3.1.1. A ditadura do Estado Novo e suas mudanças	184
3.1.2. O governo Baldomir e suas promessas de redemocratização	205
3.2. Novos atores e problemas contemporâneos (1938-1941)	238
3.2.1. Dezembro de 1938: a Conferência de Lima	243
3.2.2. 1939: a guerra no horizonte e seus impactos nas Américas	249
3.2.3. Setembro de 1939: a Conferência do Panamá	281

3.2.4. Dezembro de 1939: a “Batalha do Rio da Prata” e suas repercussões	285
3.2.5. 1940: a guerra chegou, e agora?	295
3.2.6. Julho de 1940: a Conferência de Havana	308
3.2.7. 1941 e a entrada dos EUA na guerra	317
CAPÍTULO IV- A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA (1942-1945)	332
4.1. 1942: a solidariedade continental é testada	333
4.1.1. A Conferência do Rio de Janeiro	334
4.1.2. “ <i>El golpe bueno</i> ” uruguaio e seus efeitos	354
4.2. 1943-1944: as convulsões políticas no Prata em meio à guerra	363
4.2.1. O governo Amézaga e o alinhamento brasileiro	365
4.2.2. Argentina: uma preocupação brasileiro-uruguaia	377
4.2.3. A participação brasileira na guerra e suas influências	398
4.3. 1945: o desfecho da guerra e a consolidação de uma aliança geopolítica	405
4.3.1. Os efeitos da guerra nas relações brasileiro-uruguaias	407
CONCLUSÃO	419
FONTES	431
REFERÊNCIAS	433
APÊNDICES	454
Apêndice A - Cronologia das relações internacionais do Brasil e do Uruguai (1928-1946).	449
Apêndice B - Quadro dos ministros das relações exteriores (Brasil e Uruguai).	470
Apêndice C - Quadro dos representantes diplomáticos brasileiros e uruguaio no Prata.	472
Apêndice D - Quadro dos Presidentes da República (Brasil e Uruguai).	474

INTRODUÇÃO

Historicamente, a região do Rio da Prata foi uma preocupação constante e fundamental na política externa brasileira, sobretudo, em seu projeto no âmbito regional durante o período de consolidação de seu Estado nacional. Aqui, abordar-se-á a região do Rio da Prata como um subsistema das Relações Internacionais do Brasil,¹ destacando-se as relações com o Uruguai.

A Bacia do Prata sempre foi importante para a política externa brasileira. Entretanto, desde a formação do MERCOSUL, têm ocorrido inúmeras divergências entre seus membros. Nos últimos anos, a integração regional não mereceu a devida atenção dos governos da região. Shinguenoli Myamoto adverte: “nem amigos, nem inimigos. Apenas parceiros que, por circunstâncias históricas e geográficas, merecem atenção especial do governo brasileiro. É assim, nesses termos, que devem ser vistas as relações do Brasil com os países da Bacia do Prata em termos bilaterais ou multilaterais”.²

Desse modo, surgem diversos questionamentos tais como: Qual é o papel de um país vizinho, como o Uruguai, na política externa brasileira? Por outro lado, qual é o peso político do Brasil para esse país? Qual é a importância das relações brasileiro-uruguaias para a região do Rio da Prata? Para responder a essas perguntas, é necessário analisar o histórico geopolítico da região.

Imperialista, subimperialista, país hegemônico e outras designações fazem parte do cotidiano e da maneira como o Brasil sempre foi visto no subcontinente sul-americano, sob diversas facetas, dependendo do momento.³ No que tange às relações brasileiro-uruguaias, cabe destacar que são relações assimétricas, uma vez que um dos objetivos do Brasil, como pode ser observado no período estudado, foi a busca da legitimidade pela liderança no continente sul-americano enquanto o Uruguai, reconhecendo as suas limitações de projeção internacional e garantindo sua autonomia e independência de atuação, buscou alternativas de inserção internacional, muitas vezes pelo cenário regional.

¹ Entende-se como região do Rio da Prata países que estão física e historicamente inseridos na Bacia do Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), banhados pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e não por terem feito parte, no período colonial, do Vice-Reino do Rio da Prata. A Bolívia fez parte deste — era conhecida como Alto Peru, mas após a independência, geográfica e historicamente está voltada para os Andes, embora o país seja signatário do Tratado da Bacia do Prata, de 1969.

² MIYAMOTO, Shinguenoli. O Brasil e a Bacia do Prata: interesses e divergências. **Monções**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.1, n.2, jul/dez. 2012; p.25.

³ Ibid; p. 29.

As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai marcaram intensamente o processo de formação de seus respectivos Estados nacionais ao longo do século XIX, e se estenderam pelo século XX. Nesta pesquisa, analisar-se-ão as relações bilaterais entre esses países durante o período da ditadura do Estado Novo (1937-1945), momento de grandes conflitos políticos, tanto internos quanto externos, como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A política externa do governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, é assunto bastante analisado na historiografia. Entre os inúmeros trabalhos que trataram dos diversos aspectos do tema, a maior parte versa sobre as alternativas de alianças do Brasil com as grandes potências em um contexto internacional marcado por crescentes conflitos, ficando em segundo plano a questão do conteúdo e do sentido da política econômica externa de Vargas.⁴ De toda forma, como defende Francisco Luiz Corsi, parece existir certo consenso segundo o qual o Brasil, a partir de meados da década de 1930, teria adotado uma política externa mais pragmática, procurando obter vantagens e ocupar espaços decorrentes do acirramento dos conflitos internacionais. Não obstante, seria importante indagar se essa busca de vantagens políticas e econômicas estaria motivada por algum tipo de projeto nacional de desenvolvimento, questão a respeito da qual parece não haver consenso.⁵

Nessa perspectiva, a política externa brasileira procurou sistematicamente atrair capitais e tecnologia para fomentar o desenvolvimento, além de tentar abrir novos mercados para as exportações brasileiras. Essa busca constante de capitais, tecnologia e mercados indicaria a existência de um projeto de desenvolvimento centrado na industrialização, condicionando a política externa. Projeto possível,⁶ em parte, pelos choques entre os blocos

⁴ Cabe destacar as obras de John Wirth (*Política de desenvolvimento na era Vargas*, 1973), Roberto Gambini (*O duplo jogo de Getúlio Vargas. Influência americana e alemã no Estado Novo*, 1977), Stanley Hilton (*O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial*, 1977; *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*, 1977; *O ditador e o embaixador. Getúlio Vargas, Adolf Berle Jr. e a queda do Estado Novo*, 1987), Gerson Moura (*Autonomia na dependência: a política externa brasileira: 1935-1942*, 1980; *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950, mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial*, 2012), Ricardo Seintenfus (*O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1939-1942. O processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial*, 1985), Marcelo de Paiva Abreu (*O Brasil e a economia mundial*, 1999), Francisco Luiz Corsi (*Estado Novo: política externa e projeto nacional*, 2000), Moniz Bandeira (*Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil. 1930-1992, 1993; Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul. 1870-2003*, 2003), Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (*História da política exterior do Brasil*, 2015) e Paulo Vizentini (*A projeção internacional do Brasil: 1930-2012*, 2013).

⁵ CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000; p. 15.

⁶ O projeto de desenvolvimento de Getúlio Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois

imperialistas e por uma relativa desarticulação da economia mundial decorrente da Grande Depressão. Possível também pelo clima ideológico da época, marcado pelo nacionalismo de direita que avançava em amplos segmentos das classes sociais urbanas, então em acelerado crescimento. Esse nacionalismo logo tomou as feições de um nacionalismo econômico, cujas principais bandeiras eram a industrialização e a independência nacional.

Apesar de haver grandes estudos a respeito da projeção internacional do Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, principalmente, sobre o seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial, há poucas investigações com ênfase em sua projeção regional.⁷ Nesse sentido, com o objetivo de preencher algumas lacunas da historiografia, esse trabalho tem como foco analisar as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo, destacando-se as mudanças e as continuidades dessas relações bilaterais, marcadas pelo conflito mundial e pelos processos políticos internos conturbados. Enquanto o Brasil viveu a ditadura estado-novista, sob o controle de Getúlio Vargas (1937-1945), o Uruguai saiu da ditadura terrista (1933-1938) e passou por um lento e agitado processo de redemocratização iniciado por um dos herdeiros políticos de Gabriel Terra, o General Alfredo Baldomir (1938-1943), e consolidado pelo colorado Juan José de Amézaga (1943-1947).

Raymond Aron, ao pensar as relações interestatais, defende que há uma hierarquia em âmbito internacional determinada essencialmente pelas forças que cada unidade política é capaz de mobilizar. Nesse quadro, numa extremidade estão as grandes potências, que buscam modelar a conjuntura; na outra, os pequenos países, que buscam adaptar-se a uma conjuntura que não depende deles.⁸ No entanto, não há consenso na literatura em torno da existência de um padrão de comportamento dos pequenos Estados no sistema internacional. Como demonstrou a historiadora uruguaia Isabel Clemente, a inserção internacional de um país pequeno não resulta somente de sua capacidade de formulação da política exterior e das

não existia à época algo nesses moldes. O projeto varguista, que compreendia uma série de programas formulados à medida que os problemas se iam colocando, consiste em um processo redefinido constantemente pela injeção de fatores políticos, sociais e econômicos internos e externos; projeto que, no entanto, não chegou a adquirir feições definitivas mesmo ao final do Estado Novo. Ainda assim, pode-se denominá-lo “projeto” tendo em vista que os programas que o compunham apontavam na direção de um desenvolvimento baseado no mercado interno e na indústria, expressando assim uma estratégia política norteadora da ação governamental. In: CORSI, 2000; p. 16.

⁷ Cabe destacar os trabalhos de Francisco Doratioto (O Brasil no Rio da Prata, 2014; Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação, 1889-1954; 2012), Helder Gordim da Silveira (Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal, 1997), Eduardo Svartman (Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo, 1999), Rafael Nascimento Gomes (As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, 1931-1938; 2017) e Gustavo Eberle de Carvalho (O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco. Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires, 1935-1939; 2019).

⁸ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002; p. 124.

estratégias adequadas, mas de seu poder negociador, de sua articulação com outros sócios para interatuar com outras partes e, sobretudo, de seu conhecimento sobre as condições nas quais opera o sistema internacional, para identificar as margens possíveis de ação e as janelas de oportunidade, geralmente escassas.⁹

No caso do Uruguai, a região platina funciona como uma espécie da plataforma para sua relação com o resto do mundo. Além disso, o reconhecimento do Uruguai como um país pequeno e localizado no contexto latino-americano foi um fator preponderante na sua projeção internacional.¹⁰ Apesar de não ter de fato um peso político decisivo no cenário internacional, muitas vezes, o país teve um papel significativo no cenário regional, no subsistema platino das relações internacionais e, mesmo, nas relações entre Brasil e Argentina.¹¹

Esse interesse em analisar as relações entre Brasil e Uruguai surgiu quando o autor desta Tese se deparou com o busto do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, na entrada do *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay* (AMREU),¹² em 2012, quando pesquisava para a realização de sua monografia (“*La inserción internacional del Uruguay*”) na *Facultad de Ciencias de la Educación y Humanidades* (FHCE/UdelaR), em Montevideu. No mestrado, sua dissertação intitulada “*Perspectiva uruguiaia sobre as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai (1931-1938)*” contemplou os primeiros anos da chamada Era Vargas até a instalação da ditadura do Estado Novo observados a partir da ótica do Uruguai, sob o governo do colorado Gabriel Terra. Afinal, compreender a visão de um país vizinho sobre o Brasil torna-se fundamental para melhor analisar a política externa brasileira.

No doutorado, o recorte cronológico escolhido foi o período do Estado Novo (1937-1945), um regime ditatorial marcado pelo personalismo de Getúlio Vargas e por transformações político-econômicas no cenário nacional. No âmbito internacional, o período quase que se confunde com a deflagração da II Guerra Mundial (1939-1945). Tanto no Brasil

⁹ CLEMENTE, Isabel. Opciones de inserción internacional del gobierno progresista: 2005-2007. **Seminario Inserción Internacional de Uruguay**. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República. Montevideo, 2007; p.54. *Tradução nossa*.

¹⁰ CLEMENTE, Isabel. Uruguay en las conferencias panamericanas: la construcción de una opción en Política exterior. **Ponencia presentada al Simposio “Los Asuntos Internacionales en América Latina y el Caribe. Historia y Teoría. Problemas a Dos Siglos de la Emancipación**. Santiago de Chile, 2010; p.2.

¹¹ Nesse período, o Brasil e a Argentina disputavam a hegemonia na região do Rio da Prata, e por sua vez, na América do Sul.

¹² O busto do Barão do Rio Branco foi um presente do presidente Eurico Gaspar Dutra ao Uruguai, em 1946. José Roberto de Macedo Soares, embaixador brasileiro em Montevideu entre 1946 e 1951, foi quem recomendou o presente ao presidente Dutra.

quanto no Uruguai, esse conflito gerou notadamente debates, reações e recepções distintas e complexas: favoráveis ou contrários à entrada de seus respectivos países na guerra por diversas razões e justificativas. Para tal análise, utilizar-se-ão principalmente fontes diplomáticas e jornalísticas, brasileiras e uruguaias, além de bibliografia especializada e contextualizada sobre a temática. A diversidade de fontes permitirá analisar os diversos intercâmbios políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e o Uruguai no período em questão.

Ana Rodríguez Ayçaguer adverte que os uruguaios sabem muito pouco sobre suas relações com Argentina e Brasil, seus principais vizinhos e parceiros comerciais.¹³ Na verdade, os brasileiros tampouco conhecem essas relações históricas. Francisco Doratioto lembra que os arquivos do Itamaraty foram abertos à pesquisa histórica somente na década de 1990 – o acesso anteriormente era muito restrito – e, mais amplamente, com a recente Lei de Acesso à Informação.¹⁴ Como consequência, é possível que estudos anteriores a essa abertura tenham sido penalizados na reconstrução e análise dos fatos históricos. Somente há pouco tempo, a historiografia brasileira tem produzido sistematicamente sobre as relações entre seu país e os seus vizinhos. As relações entre Brasil e Argentina, por exemplo, ganharam certo destaque nesses estudos. Por outro lado, sobre o Uruguai, são poucos os estudos. No período em questão, ainda não há trabalhos acadêmicos mais aprofundados com o uso de fontes diplomáticas brasileiras e uruguaias sobre as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, o que confirma a originalidade do tema proposto para esta tese.

Cabe assinalar que esses países não são apenas fronteiriços. Mais do que essa característica geográfica, entre eles há raízes históricas profundas, e elas merecem mais estudos e pesquisas.¹⁵ O limite brasileiro-uruguaio demarca a primeira fronteira brasileira¹⁶

¹³ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2009; p. 15.

¹⁴ A Lei de Acesso à Informação (LAI) é a Lei nº. 12. 527, de 18 de novembro de 2011. Essa lei regulamentou o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. In: DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014; p. 10.

¹⁵ Sobretudo, em períodos autoritários como o do Estado Novo, em que a fronteira ganhou uma maior importância, cuidado e preocupação. Nesse contexto, a presença de opositores nas fronteiras, ora ao governo uruguaio, ora ao governo brasileiro, foi uma preocupação constante nas relações bilaterais.

¹⁶ A esse propósito cabe diferenciar os conceitos de limite e fronteira. O limite é reconhecido como linha, delimitação, a qual é determinada por tratados interestatais a fim de precisar o direito à soberania. Ele refere-se à divisa propriamente dita e, portanto, não pode ser habitado; e constitui uma marca artificial e remete diretamente ao Estado. A fronteira, por sua vez, diferencia-se do limite porque ocupa uma faixa, uma zona, muitas vezes bastante povoada, na qual os habitantes dos Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio e até mesmo ensejar estilos de vida semelhantes em ambos os lados, o que algumas vezes, influi na existência de uma identidade regional singular. Por isso, é preciso salientar o conceito de região, como “um

habitada em ambos os lados. O contato dinâmico entre as duas populações, suas afinidades culturais, as relações familiares, políticas, comerciais – estas ao amparo ou ao arripio da lei – configuram um quadro único, que não pode ser ignorado pelos estudiosos da história das relações bilaterais desses países.¹⁷ A integração das populações e das práticas econômicas entre Rio Grande do Sul e o Uruguai, como apresentou Carlos Rangel, ocorreu na “área de soldagem” que se estende por 1.003 km desde a foz do arroio Chuí, no Oceano Atlântico, até a desembocadura do Rio Quaraí no Rio Uruguai, abrangendo, aproximadamente, espaços geográficos hoje definidos como os municípios de Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Erval, Bagé, Dom Pedrito, Livramento, Quaraí e Uruguaiana no lado brasileiro e os departamentos Rocha, Treinta y Tres, Cerro Largo, Rivera e Artigas no lado uruguaio.¹⁸

Entende-se, portanto, que as relações entre indivíduos, grupos sociais e governos são internacionais a partir do momento em que se interpõe entre elas o fenômeno das fronteiras estatais. Nesse sentido, enquanto existirem Estados soberanos, a separação político-jurídica do espaço criará o fato internacional. Dessa forma, o conjunto das transações ou de fluxo que atravessam as fronteiras, estatal ou não-estatal, seria o bastante para configurar um relacionamento do tipo internacional.¹⁹

Fundamentando-se numa aproximação entre História e Relações Internacionais, é pertinente um breve retrospecto dessa ligação, sendo possível localizá-la, pela primeira vez, ao longo dos séculos XVIII e XIX, época das concepções gerais da história mundial. Foi, no entanto, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que se fortaleceu a consciência do que seria a história das relações internacionais, que passou a ser reconhecida como disciplina científica, tomando como base para seu estudo a história.²⁰ Nesse quadro, os estudos de história das relações internacionais se desenvolveram na busca de uma explicação histórica que facultava o entendimento do papel exercido pelas “forças profundas” e, também, a relevância do desempenho das personalidades e das ideias dos homens de Estado.

espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução.” O contato direto da fronteira gaúcho-uruguaia são as chamadas cidades-geminadas, que são bicéfalas em nível administrativo e complementares em nível econômico, como é o caso de Rivera-Santana do Livramento. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. **A diplomacia marginal**. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904). Passo Fundo: UPF Editora, 1999; p. 19-20.

¹⁷ In: **Cadernos do CHDD**. Ed. Especial. Brasília, DF: FUNAG, 2007; p. VII.

¹⁸ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945). In: **Polis**; n. 39; 2014; p. 1-2.

¹⁹ RECKZIEGEL, op. cit.; p. 15-16.

²⁰ *Ibid*; p.16.

Para Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, expoentes da chamada Escola Francesa, o estudo das relações internacionais aplica-se principalmente a analisar e a explicar as relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados. Para isso, destacam os autores que é preciso levar em conta as relações estabelecidas entre os povos e entre os indivíduos que compõem tais povos. Essas são as “forças profundas” que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, os elementos que determinaram o caráter estatal. Seriam essas as condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais e culturais.²¹

Nesta pesquisa, utiliza-se o conceito de “forças profundas” com o intuito de melhor compreender a identidade internacional brasileira.²² Esta, ainda que tenha fortes elementos de continuidades, está permanentemente em processo de reconstrução e reinvenção, comum a todas as nações.²³ O conceito de cordialidade oficial, por exemplo, não basta para compreender e orientar as relações do Brasil para com seus vizinhos platinos, especialmente o Uruguai.

Historicamente, a noção de vizinhança passou por transformações no imaginário popular, no conceito geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira. No século XIX, compreendia-se que todos os países americanos eram vizinhos até o conceito de América Latina tomar conta do imaginário. A partir da gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912), o conceito de América do Sul passou a se impor na política externa brasileira.²⁴ Na medida em que se operava a restrição geográfica do conceito de vizinhança, o regional passou a adquirir peso no pensamento dos brasileiros e na ação externa do governo e da sociedade.²⁵

Essa atenção dada ao caráter regional tardaria a chegar na historiografia. Maria Lígia Coelho Prado chamou atenção da historiografia brasileira ao constatar a dificuldade

²¹ RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Introdução à história das relações internacionais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967; p. 5-6.

²² A criação de identidades é um processo dialético em que os conceitos identitários (como "América do Sul", por exemplo) não são simples epifenômenos da realidade social. Os conceitos influem nos processos históricos a que estão associados delimitando campos e afinidades e, também, servindo como elementos de exclusão e controle.

²³ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI)**, vol.48, n.2, 2005; p. 185.

²⁴ Nessa pesquisa, compreende-se a região do Rio da Prata como área e tema de interesse da agenda da política externa brasileira.

²⁵ CERVO, Amado. **A Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008; p. 202.

de pensar a América Latina a partir do Brasil, onde ainda não há uma tradição de estudos latino-americanos. Com o objetivo de despertar uma nova visão brasileira com relação a essa outra América, tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante, Coelho Prado enfatiza que esse campo de estudo pode gerar ricos e férteis resultados a partir de uma História Comparada da América Latina.²⁶

Por isso, a presente tese busca conhecer as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai em um contexto em que se exigiam grandes habilidades diplomáticas e militares. Desse modo, para fundamentar a pesquisa serão utilizadas, principalmente, as documentações diplomáticas brasileira e uruguaia. Em Montevideú, no *Archivo Histórico-Diplomático de la República Oriental del Uruguay* (AMREU), analisou-se extensamente a documentação das representações diplomáticas uruguaias no Brasil. Além desse importante acervo,²⁷ explorou-se o arquivo pessoal de Gabriel Terra na *Casa del General Juan Antonio Lavalleja*- Museu Histórico Nacional; o jornal *El Día* (batllista), na *Biblioteca del Poder Legislativo*, o jornal *El Bien Público* no *Archivo de la Curia* e as Memórias e Boletins do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, bem como outros livros de época, na *Biblioteca del Instituto Artigas del Servicio Exterior*.²⁸

Já no Brasil, pesquisou-se, principalmente, a documentação diplomática disponível no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro e em Brasília.²⁹ No

²⁶ PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. *Revista de História*, n. 145, 2001; p. 147.

²⁷ Além dessas documentações diplomáticas, a *Biblioteca Digital de Autores Uruguayos* (<http://autoresdeluruguay.uy/doku.php>) foi um importante acervo digital explorado. Nesse repositório digital, pode-se encontrar debates, posicionamentos, projetos, ideias e repercussões de figuras políticas e intelectuais uruguaio acerca das relações entre Brasil e Uruguai e sobre a Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, *Publicaciones Periódicas del Uruguay* (<http://autoresdeluruguay.uy/doku.php>) disponibilizou diversas publicações da imprensa uruguaia, como o semanário *Marcha* (1939-1975) e demais periódicos importantes. No Brasil, a Hemeroteca Digital (<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>) assumiu essa função e importância.

²⁸ Ainda cabe assinalar a importância da preciosa coletânea de fontes diplomáticas publicadas pelo **Departamento de Publicaciones de la Universidad de la República (UdelaR)**, organizada pelo historiador uruguaio Benjamin Nahum. Trata-se de uma compilação de documentação diplomática dos representantes estrangeiros no Uruguai. Há documentos da Bélgica (2 tomos; 1832-1962), França (6 tomos; 1896-1963), Espanha (5 tomos; 1898-1960) e Reino Unido (12 tomos; 1903-1961).

²⁹ O Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro mantém a documentação catalogada a partir de tipologias documentais organizadas por ordem cronológica. O mesmo não ocorre com o Arquivo Histórico de Brasília. Assim, ofícios, notas, telegramas, e despachos trocados entre o MRE e as representações diplomáticas brasileiras presentes no Uruguai foram consultados. Essa documentação não está organizada de forma temática, o que exigiu uma exaustiva pesquisa, tipologia a tipologia, mês a mês dos anos propostos para este estudo. Frequentemente, os ofícios eram acompanhados de anexos, como recortes de periódicos. Esses se apresentam como um valioso material para a compreensão de como as questões concernentes ao Brasil eram noticiadas pela imprensa uruguaia. Junto aos ofícios eram enviados relatórios mensais acerca da situação política, econômica, militar e cultural do Uruguai. (*Mês político, mês econômico, mês militar*). Através desses registros é possível perceber a visão que os diplomatas brasileiros tinham dos aspectos políticos, econômicos e socioculturais do Uruguai. Tais relatórios apresentavam um panorama da situação interna e externa do país em questão, sendo um documento formal e que se pretendia “objetivo”. O que se observou, no entanto, é que

Rio de Janeiro, analisaram-se, principalmente, as diversas documentações diplomáticas de comunicação entre o Ministério das Relações Exteriores e as embaixadas brasileiras em Montevideu e em Buenos Aires. Trata-se de uma documentação composta por ofícios, despachos, telegramas, notas, relatórios, cartas e maços pessoais. Nesses documentos, há inúmeras edições e exemplares dos principais jornais uruguaios da época, ligados, por sua vez, a determinados grupos político-ideológicos.³⁰

Contudo, mais que vestígios do passado, as fontes documentais são testemunhos de seu tempo, imersas em uma lógica que lhes é própria: são discursos, em que os conceitos ali presentes carregam sua história e significado indissolúvel de sua época. Daí a importância de historicizar os conceitos; procurar o sentido em seu tempo e local de uso, por meio da análise de aquisição de significado. Esses elementos são responsáveis por fornecer as pistas de significação dos conceitos, possibilitando o entendimento de seu uso, assim como seus sentidos para época.³¹ Especialmente, em tempos de guerra.

Por esse aspecto, cabe salientar que tal documentação diplomática representa a perspectiva das ações geradas pelo Estado. Entretanto, isso não significa explicar as relações internacionais como sendo motivadas pela vontade específica de um único agente como a vontade dos líderes de governo, por exemplo. Entende-se que as ações do Estado devem ser pensadas na perspectiva de interação de vários atores e fatores, ainda que a força maior venha dos aparatos institucionais a serviço do poder. Jean-Baptiste Duroselle se refere aos diplomatas como sendo os táticos que executam estratégias dos que detêm o poder de decisão.³² Tais considerações podem ser aplicadas para o caso brasileiro, ainda que o Itamaraty e seu quadro de funcionários, por vezes, tivessem autonomia suficiente na ação decisória frente a questões importantes.

geralmente as análises detalhadas de um determinado assunto vinham acompanhadas e mesclavam-se com considerações que denotavam as posições políticas e ideológicas de seus autores. A leitura de tais documentos possibilitou conhecer a visão que os diplomatas brasileiros tinham de assuntos diversos como a democracia, o fascismo, o comunismo e o nazismo. A formalidade da linguagem diplomática não impediu a defesa de alguma ideologia ou postura política, e não ocultou, muitas vezes, interesses pessoais.

³⁰ No caso do Uruguai, cada grupo político tem seu próprio jornal, o principal meio de difusão de suas ideias políticas. Os jornais mais presentes na documentação consultada são: *El Diálogo* (riverista), *El País* (nacionalista independente), *El Pueblo* (terrista), *La Razón*, *La Tribuna Popular* (nacionalista), *El Bien Público* (católico), *La Mañana* (riverista), *El Debate* (herrerista), *El Día* (batllista), *El Plata* (nacionalista independente), *El Tiempo* (baldomirista), *Marcha* (ligado à esquerda uruguaia), *Diario Popular* (comunista) e à revista *Mundo Uruguayo* (batllista).

³¹ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; p. 306.

³² DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Teoria das relações internacionais. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; 2000; p. 101.

A opção em priorizar as fontes diplomáticas justifica-se pela vastidão e riqueza da documentação, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Por meio desses documentos trocados entre as chancelarias, embaixadas e consulados, é possível verificar os eventos e suas repercussões que foram significativos para as relações bilaterais entre os países.³³ Com isso, explorar-se-á a atuação da diplomacia brasileira frente ao Uruguai e, por sua vez, o desempenho da diplomacia uruguaia para com o Brasil, bem como os interesses que permearam a configuração das relações históricas construídas entre esses países.

Nessa perspectiva, o propósito da pesquisa é identificar as permanências e as rupturas que caracterizaram as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante a ditadura do Estado Novo, com destaque para os efeitos da II Guerra Mundial, uma vez que esse conflito causou profundas mudanças nos cenários nacional, regional e internacional. Dessa forma, buscar-se-á compreender as causas e as consequências de eventuais aproximações e convergências bem como de tensões e divergências que marcaram essas relações bilaterais.

Para isso, a escrita da tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, *“O Rio da Prata como área de interesse geopolítico do Brasil e do Uruguai”*, há um esforço historiográfico de identificar obras significativas para o estudo da região do Rio da Prata no Brasil e no Uruguai, e por sua vez, compreender o Prata, segundo sua concepção geopolítica formulada por diplomatas, acadêmicos e militares como tema elementar da política externa de ambos os países desde os tempos da formação de seus respectivos Estados nacionais independentes. Nota-se que essas análises sofreram alterações ao longo dos séculos e, por isso, além do balanço historiográfico, apresenta-se um breve panorama das relações bilaterais entre Brasil e Uruguai desde meados do século XIX à década de 1930.

No segundo capítulo, *“Aproximação e vigilância (1930-1937)”*, analisam-se as relações bilaterais entre os países, marcadas por uma maior aproximação político-ideológica entre os governos brasileiro e uruguaio. A ascensão de Getúlio Vargas no Brasil, em 1930, e de Gabriel Terra no Uruguai, em 1931, intensificou as relações brasileiro-uruguaias. A Argentina, entretanto, não deixou de ser um dilema e, muitas vezes, um tema central dessas relações. Uruguai e Argentina romperam suas relações diplomáticas entre julho e setembro

³³ No corpus documental consultado há quatro tipos de classificação para a correspondência oficial: ostensiva; reservada; confidencial e secreta. As séries documentais do AHI, em sua maioria, são compostas de documentos ostensivos e reservados. Documentos confidenciais e secretos foram comuns na década de 1930, mas, a partir dos anos 1940, estes foram arquivados no “Arquivo de Correspondência Especial” que atualmente está sob a guarda da Coordenação de Documentação do MRE, em Brasília.

de 1932. Um dos motivos de tal ruptura foi a presença de exilados políticos argentinos em Montevideú. Mesmo após a retomada dos vínculos diplomáticos, as relações com a Argentina é um tema sempre presente e delicado nas relações entre os países da região. De toda forma, o Brasil se aproveitou das rivalidades e hostilidades entre os vizinhos platinos para reafirmar a sua posição na região. Com isso, garantiu o apoio do governo uruguaio, sobretudo para a vigilância de opositores ao presidente Vargas.

No terceiro capítulo, “*Relações bilaterais e tensão internacional (1937-1941): Mudanças e continuidades*”, a preocupação central é observar de que modo a conjuntura política internacional de grandes tensões militares e diplomáticas entre as grandes potências, que culminaram na deflagração da II Guerra Mundial, interferiu nas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Ao mesmo tempo, analisar-se-á se houve mudanças significativas nessas relações frente a mudanças de regimes políticos que ocorreram nos países. Nesse período, o Uruguai passou por um processo de redemocratização iniciado pelo governo Alfredo Baldomir (1938-1943), herdeiro político da ditadura terrista, e o Brasil viveu a instalação de uma ditadura personificada na figura de Getúlio Vargas (1937-1945). Além disso, verificar-se-ão os debates, as posturas e os efeitos das Conferências Pan-Americanas, em especial, a Conferência de Lima (1938), a Conferência de Panamá (1939) e a Conferência de Havana (1940), nas relações brasileiro-uruguaias. Nessas reuniões, de maneira geral, ambos os países se aproximaram dos Estados Unidos, enquanto a Argentina manteve uma postura reativa.

Por fim, no quarto capítulo, “*A consolidação de uma aliança estratégica (1942-1945)*”, destacam-se os efeitos da participação efetiva do Brasil e da atuação diplomática do Uruguai no conflito mundial, assim como a maior participação de outros sujeitos históricos que ganham certo protagonismo nas relações brasileiro-uruguaias. Nesse período, essas relações bilaterais foram marcadas notadamente por concordâncias e aproximações em foros pan-americanos, no entanto, não estavam isentas de frustrações e discordâncias. Além disso, os Estados Unidos tornaram-se protagonistas e a Argentina viveu golpes políticos sucessivos marcados por conturbado processo político. Por consequência, observa-se que não somente a política interna dos países da região como também as suas relações foram significativamente afetadas pelo contexto da II Guerra Mundial. Por fim, analisam-se os impactos e as mudanças geradas pelo conflito nas relações entre esses países, inclusive as suas contradições políticas.

CAPÍTULO I- O RIO DA PRATA COMO ÁREA DE INTERESSE GEOPOLÍTICO DO BRASIL E DO URUGUAI

“Pusemos um algodão entre dois cristais”.

Lorde Ponsonby, 1828.

Este capítulo analisará o papel do Uruguai na política externa brasileira e, por sua vez, o lugar do Brasil na política externa uruguaia. Para isso, torna-se necessário compreender a região do Rio da Prata como área de interesse geopolítico do Brasil e do Uruguai. Desde os tempos coloniais, a região platina foi uma preocupação constante e fundamental presente nos atores e formuladores da política externa brasileira,³⁴ sobretudo, em seu projeto no âmbito regional. Desse modo, analisar-se-á a região do Rio da Prata³⁵ como um subsistema das Relações Internacionais do Brasil, destacando-se as relações com o Uruguai.

No plano teórico-metodológico, cabe assinalar a necessidade de uma aproximação cada vez maior entre áreas do conhecimento como a História e as Relações Internacionais para melhor compreender esse subsistema platino e, por sua vez, as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Para isso, apresentar-se-á uma breve discussão acerca desses encontros e desencontros epistemológicos, bem como alguns apontamentos historiográficos, tanto brasileiros quanto uruguaiois, acerca das relações internacionais no Rio da Prata. A partir desse debate, abordar-se-ão as relações brasileiro-uruguaiois desde meados do século XIX,

³⁴ Política externa pode ser definida como o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos- tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais-, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional. Nesse sentido, trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder. In: PINHEIRO, Leticia. **Política externa brasileira. (1889-2002)**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; p. 7. Para Velázquez Flores, *“la política exterior está conformada por conductas, decisiones, y acciones que adopta una Estado más allá de sus fronteras, fundamentadas en el interés nacional y en objetivos concretos; dicha política se sustenta en un proyecto nación y depende de la capacidad negociadora internacional del Estado”*. In: VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. **Factores, bases y fundamentos de la política exterior de México**. México: Plaza y Janés, 2007; p.20

³⁵ Entende-se como região do Prata países que estão física e historicamente inseridos na Bacia do Rio da Prata (Argentina, Paraguai e Uruguai), banhados pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai e não por terem feito parte, no período colonial, do Vice-Reino do Rio da Prata. A Bolívia fez parte deste- era conhecida como Alto Peru, mas, após a independência, geográfica e historicamente está voltada para os Andes, embora o país seja signatário do Tratado da Bacia do Prata, de 1969. In: DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014; p.10.

período de formação de seus respectivos Estados Nacionais, à década de 1930, marcada por intensas disputas e radicalizações políticas como efeitos da crise econômica de 1929. Dessa forma, as relações brasileiro-uruguaias tornam-se mais inteligíveis.

1.1. História e Relações internacionais: uma aproximação necessária

Para melhor fundamentar a presente pesquisa, utilizou-se de elementos metodológicos da renovada História Política e da História das Relações Internacionais. A tradicional História Diplomática³⁶ ganhou forma no século XIX como evolução da História dos Tratados (que remonta ao século XVI) e adquiriu notável vigor após a Primeira Guerra Mundial, em virtude do esforço desenvolvido pelos historiadores na busca das “causas” do conflito.³⁷ Paulo Fagundes Visentini lembra que o paradigma dessa disciplina foi representado pelo clássico *Manuel Historique de Politique Etrangère*, da autoria de Emile Bourgeois, datado de fins do século XIX, e abarcava apenas o estudo das relações oficiais entre os Estados, expressa na atuação de agentes credenciados pelos governos. No Brasil, essa tendência atingiu sua forma consolidada nas “*Histórias Diplomáticas*” de Hélio Vianna (1958) e Delgado de Carvalho (1959). A partir das contribuições inovadoras de Pierre Renouvin³⁸ e Jean- Baptiste Duroselle, nas décadas de 1950 e 1960,³⁹ essa abordagem cedeu o seu lugar à mais complexa *História das Relações Internacionais*.

No entanto, cabe ressaltar que essa afirmação não implica negar a existência e a importância da História Diplomática. A diferença entre uma e outra reside no tipo de enfoque que é dado ao assunto analisado. Os limites da História Diplomática confinam-se nas atividades desenvolvidas pelas chancelarias, isto é, nas relações de Estado a Estado. Tal

³⁶ A História Diplomática abrangia, além do estudo específico das guerras, tudo o que fosse de ordem estritamente internacional: os atos emanados das chancelarias, eventos como as conferências, e os tratados.

³⁷ MEDINA, Manuel. **La teoría de las relaciones internacionales**. Madrid: Seminários y Ediciones, 1973; p.37-39.

³⁸ Ferido gravemente em combate durante a Primeira Guerra Mundial, Renouvin havia procurado, desde as batalhas, explicações mais significativas e complexas para a tragédia que vira e vivera. O trauma de perder um braço em combate, bem como as vagas e genéricas respostas dadas pelo que era a História Diplomática não lhe permitiam eliminar um grande sentimento de perplexidade após um dos mais tenebrosos episódios vividos pela Europa. Preocupada, sobretudo com os interesses dos Estados e centrada nos atos e gestos dos que exerciam a ação diplomática, a disciplina que se dedicava às relações internacionais desde o final do século XIX, ainda fortemente marcada pelo Positivismo, não havia conseguido acalmar o espírito de Renouvin face à dimensão da carnificina conhecida entre 1914 e 1918. O horizonte da História Diplomática, portanto, segundo ele, necessitava de renovação, era “estrito demais”. In: RENOUVIN, Pierre. Introduction Générale. In: RENOUVIN, Pierre (org.). **Histoire des Relations Internationales**, vol. 1 ; Paris, Hachette, 1994 ; p. 8.

³⁹ VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e a História das Relações Internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 18-40, out. 2015; p.19.

abordagem não satisfaz ao historiador com preocupações de totalidade, pois ela circunscreve sua análise aos acontecimentos, sem buscar os fatores profundos que os influenciam, situados em níveis inferiores aos acontecimentos. É neste sentido que a História das Relações Internacionais ultrapassa os limites do estritamente internacional.⁴⁰

Para Jean-Baptiste Duroselle, discípulo de Renouvin, as Relações Internacionais comportam o estudo das relações entre Estados (“política exterior”)⁴¹ e as relações entre grupos não estatais por meio das fronteiras nacionais; o que ele denominou de “vida internacional”. Nesse cenário, entende-se que as relações entre indivíduos, grupos sociais e governos são internacionais a partir do momento em que se interpõe entre elas o fenômeno das fronteiras estatais. Isto é, enquanto existirem Estados soberanos, a separação político-jurídica do espaço criará o fato internacional. O conjunto das transações ou de fluxo que atravessam as fronteiras, estatal ou não-estatal, seria o bastante para configurar um relacionamento do tipo internacional.⁴²

Nesse debate, ao longo da década de 1930, os estudos de Relações Internacionais passaram a estabelecer conexão entre política internacional e política interna e a valorizar, além da tradição, os fatores de ordem política, econômica, geográfica, demográfica e psicológica. A análise histórica deixou de se cingir apenas ao que se passava no âmbito das chancelarias para incluir em sua análise aquilo que Renouvin denominou de “forças profundas”,⁴³ isto é, as forças emanadas dos fatores acima enunciados e que subjazem ao evento internacional, por natureza política, de “curta duração”, na linguagem de Braudel.⁴⁴

No campo das Relações Internacionais, a grande influência da teoria realista⁴⁵ no meio acadêmico na segunda metade do século XX gerou certo consenso em torno da figura

⁴⁰ BUENO, Clodoaldo. A presença do historiador nos estudos de Relações Internacionais. In: AGUILAR, Sérgio Luiz; ALBRES, Hevellyn Menezes (orgs.). **Relações Internacionais: pesquisa, práticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012; p. 16.

⁴¹ A política exterior envolve aspectos mais determinados dentro do conjunto das Relações Internacionais. Ela enfoca a orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas. A interação, conflitiva ou cooperativa, das políticas externas deve ser considerada como parte de um sistema mundial, constituindo então em seu conjunto a política internacional. Na análise da política externa, emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar, quem a formula, e, em segundo, de que forma que ela se articula a política interna. In: VISENTINI, 2015; p.19.

⁴² RECKZIEGEL, 1999; p. 15-16.

⁴³ Para Pierre Renouvin, era necessário ir mais adiante e analisar as “condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais”, pois estas são “as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhes determinaram o caráter”. In: RENOUVIN, DUROSELLE; 1967; p.480.

⁴⁴ BUENO, op. cit., p. 16.

⁴⁵ Formulada a partir de conceitos como anarquia, conflito, poder, interesse nacional, e apresentando uma proposta estadocêntrica para os estudos das relações internacionais, a teoria realista obteve grande repercussão

do Estado e no conflito permanente entre as unidades políticas. O cenário da Guerra Fria, a primazia da segurança na política internacional e a influência do pensamento e do poder norte-americanos contribuíram para o coroamento do realismo e de suas premissas. Conforme demonstrou Hans Morgenthau,⁴⁶ a atuação dos Estados no cenário externo é pautada, essencialmente, pela manutenção, expansão ou demonstração do poder.⁴⁷ Segundo o autor, “*a essência da política internacional é idêntica à sua parte doméstica. Ambas são uma luta pelo poder, modificada apenas pelas diferentes condições nas quais a luta tem lugar*”.⁴⁸

Para Edward Carr,⁴⁹ em *Vinte Anos de Crise (1919-1939)*, a grande contribuição do realismo político foi desmascarar a utopia e denunciar seu disfarce, suas premissas que representam, na verdade, os interesses dos privilegiados. Entretanto, o autor alerta que “o puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível”.⁵⁰ Por isso, Carr lembra que a política é composta de dois elementos pertencentes a dois planos diferentes que jamais se encontram: a utopia e a realidade. Para o historiador inglês, o ideal, uma vez incorporado numa instituição, deixa de ser um ideal e torna-se a expressão de um interesse egoísta, que deve ser destruído em nome de um novo ideal. Defende que esta constante interação de forças irreconciliáveis é a substância da política. Toda situação política, portanto, contém elementos mutuamente incompatíveis de utopia e realidade, de moral e poder.⁵¹

acadêmica e política, principalmente no interior das grandes potências e ocupou grande espaço nas investigações dos fenômenos internacionais. In: MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012; p. 73-93.

⁴⁶ Hans Morgenthau (1904-1980) é considerado um dos principais teórico da corrente realista das Relações Internacionais. Suas ideias e reflexões influenciaram notadamente a política externa dos EUA.

⁴⁷ A categoria “poder” assume papel fundamental para o entendimento das relações internacionais, bem como passa por notáveis ressignificações com a chamada Nova História Política.

⁴⁸ MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: the struggle for power and peace**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 1985; p. 39.

⁴⁹ Edward Hallet Carr (1892-1982) foi um historiador inglês que ganhou notoriedade ao publicar 14 volumes sobre os primeiros doze anos da União Soviética. Entretanto, foi com a obra *Vinte Anos de Crise (1919-1939)*, primeira edição publicada em 1939, ano de início da Segunda Guerra Mundial, que o autor passou a ser considerado um clássico nos estudos das relações internacionais. O foco principal de Carr nesta obra partiu de seu desconforto com a predominância da abordagem idealista nos anos que se seguiram à Grande Guerra (1914-1918). O autor apresentou duras críticas ao que chama de utopia que marcou os debates acadêmicos e políticos no pós-Primeira Guerra que são, em grande medida, influenciados pelos discursos de Woodrow Wilson, à época presidente dos EUA.

⁵⁰ CARR, Edward. H. **Vinte anos de crise – 1919-1939**. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: EdUnB, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001; p. 122.

⁵¹ *Ibid*; p. 123.

A corrente realista propôs ao mundo interesses, valores e padrões de conduta do Ocidente. No entanto, não é isenta nem explica as relações internacionais como pretende.⁵² Ao analisar o caso brasileiro, por exemplo, em diferentes momentos da história diplomática brasileira, o realismo assumiu a feição de um “pragmatismo” que propunha uma “política externa sem compromissos com quaisquer princípios ideológicos que pudessem limitar a realização dos interesses nacionais”.⁵³ Por isso, sofreu inúmeros questionamentos e críticas no campo acadêmico.

Por sua vez, no campo da História, durante muito tempo, a história política, escrita sob o viés nacionalista, factual, narrativo e individualista, foi a história por excelência, dominante até meados do século XX. Todavia, na primeira metade do século XX, principalmente devido ao movimento dos *Annales*, essa concepção histórica, considerada tradicional, conheceu o ostracismo, frente às novas aspirações e inclinações, as quais enfatizavam os aspectos econômicos e sociais em detrimento do político. Desse modo, isso fez com que a História Política repensasse os seus métodos e objetos. Ao passo que na década de 1960 novas orientações da pesquisa histórica fizeram vir à tona uma história política renovada com novas metodologias e abordagens. Os textos, os discursos, as mensagens, por exemplo, já não bastavam por si só e, assim, tornou-se de fundamental importância as suas intertextualidades e contextualidades.

Com efeito, a noção do político se ampliou e passou a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos. A psicologia social, a ciência política, a linguística e a filosofia política foram as influências que levaram a história política a se tornar uma autêntica história do político; o casamento da história com a antropologia trouxe à luz uma história dos costumes, dos comportamentos.⁵⁴ A área das Relações Internacionais também é afetada por essas inovações.

Por conseguinte, a partir das contribuições da Nova História Política, entende-se “poder” não mais exclusivamente a partir de uma perspectiva da centralidade estatal, mas, sim, com as suas apropriações e relações por ele geradas, com os seus mecanismos de

⁵² CERVO, Amado. Teorias e Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, n. 2, 2008; p. 10.

⁵³ MELLO, Flávia de Campos. **Regionalismo e inserção internacional**: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90. Tese (Doutoramento em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 43.

⁵⁴ BORGES, Vavy Pacheco. História e política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 12, n.23/24, set. 1991 / ago. 1992, p. 16.

imposição e transmissão, com a sua perpetuação por meio da ideologia, com a sua organização mediante as redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação por meio de fenômenos coletivos como as revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micropoderes.

Utilizando-se dessas metodologias trazidas pela chamada Nova História Política, a fronteira, como abordada neste trabalho, não pode ser reduzida à mera demarcação dos limites, devendo ser interpretada numa perspectiva mais ampla, levando em consideração condicionantes históricos que a conformam. Pois, mesmo que a presença do Estado imponha distinções marcantes entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço pode ensejar estilos de vida semelhantes em ambos os lados,⁵⁵ o que, algumas vezes, influi na existência de uma identidade regional singular, como é o caso da região platina.⁵⁶

Nas últimas décadas, nota-se que a prática diplomática do Brasil até o governo anterior, de certa forma, valorizava a América do Sul. Entretanto, no campo historiográfico, apesar dos avanços e da existência de uma produção considerável, ainda há diversas lacunas do conhecimento histórico. Ainda há, por exemplo, certa ausência de interlocução entre essas historiografias proeminentemente nacionalistas. Essas barreiras precisam ser superadas.

Nesse sentido que Maria Coelho Prado questiona-se sobre “as concretas possibilidades do despertar de uma nova visão brasileira com relação a essa outra América, tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante.”⁵⁷ A autora destaca a necessidade do Brasil reconhecer o seu lugar epistemológico na América Latina, como país latino-americano, pois a ideia de que o país, desde sua Independência, voltou-se para o Atlântico e deu as costas a seus vizinhos da América do Sul conta com respaldo nos estudos disponíveis sobre suas relações regionais. O levantamento dos temas focalizados por essa literatura voltada para a vizinhança leva à constatação de que há muita desigualdade no trato das relações entre os países da região.⁵⁸ Isto é, muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas e uma delas é sobre as relações brasileiro-uruguayas.

A falta de pesquisa histórica documental contribui para o surgimento de análises descoladas da realidade, criando-se um mundo que só existe nos textos, onde se fala e se analisa com sofisticação teórica e vocabular o que poderia estar acontecendo ou que se

⁵⁵ Como é o caso da zona de fronteira gaúcho-oriental que passou a ser não apenas uma extensão dos limites, mas, sim uma área de interação, interdependência e complementaridade.

⁵⁶ RECKZIEGEL, 1999; p.19-20.

⁵⁷ PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a Distante América do Sul. *Revista de História*, n. 145, 2001; p. 147.

⁵⁸ CERVO, 2008; p.196.

gostaria que acontecesse. O mundo real, frequentemente, surpreende os analistas das questões internacionais do presente quando surgem rupturas, quando não erupções, não esperadas. Pode, também, ocorrer que grandes vaticínios caiam por terra sem produzir os resultados que se imaginavam.⁵⁹

À vista disso, uma aproximação maior entre a História e as Relações Internacionais está nesse horizonte de expectativa, bem como uma maior valorização dos estudos acerca das relações do Brasil com seus vizinhos, em especial, com o Uruguai. Esse é um campo bastante enriquecedor para a historiografia. E a presente tese se insere nesse esforço de contribuir preenchendo algumas dessas lacunas.

1.2. O Brasil e o Uruguai: caminhos historiográficos

Apesar das lacunas, a historiografia brasileira voltada para a região platina apresenta avanços e contribuições significativas, principalmente, aquela voltada para as relações entre Brasil e Argentina. Por outro lado, as relações brasileiro-uruguaias ganharam maior importância somente nas últimas décadas. Com o intuito de apresentar brevemente o estado da arte da historiografia sobre as relações entre o Brasil e o Uruguai, destacar-se-ão as principais obras, tanto brasileiras quanto uruguaias. Nota-se que a Argentina é uma pauta sempre presente na agenda bilateral brasileiro-uruguiaia.

Ao apresentar o estado do conhecimento e as tendências atuais da área de estudos das relações internacionais do Brasil, Paulo Roberto de Almeida percorreu em sua obra o caminho trilhado por "historiadores-diplomatas", cientistas sociais, historiadores acadêmicos e diplomatas de carreira. O autor destacou as obras dos "pais fundadores" do conhecimento na área, como a lição do primeiro grande "mestre", Pandiá Calógeras; o esforço divulgador de Hélio Vianna; a sistematização da ação diplomática brasileira empreendida por Delgado de Carvalho e a análise histórica da inserção internacional do país desenvolvida por José Honório Rodrigues.⁶⁰

Carlos Delgado de Carvalho, por sua vez, no preâmbulo de sua obra, *História Diplomática do Brasil*, publicada em 1959,⁶¹ reconheceu a importante contribuição de seus

⁵⁹ BUENO, 2012; p. 25-26.

⁶⁰ ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais do Brasil e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: LTC, 2012, p. 50.

⁶¹ Esse livro surgiu a partir de notas e textos das preleções preparadas pelo autor para o curso de que foi, em 1955, encarregado pela direção do Instituto Rio Branco, instituição brasileira de formação de diplomatas.

predecessores, entre eles: Hélio Vianna, Teixeira Soares, Renato de Mendonça, Macedo Soares, Pedro Calmon, Araújo Jorge, “para não falar dos grandes vultos de um passado não remoto”. Conquanto o mais interessante dessa obra é o destaque dado à continuidade da política externa que caracteriza a diplomacia brasileira.

No Brasil, ao longo dos séculos, ocorreu um progressivo deslocamento da produção historiográfica em relações internacionais dos gabinetes da elite intelectual, e também governamental, do Segundo Reinado e da Primeira República, para as salas mais acanhadas das novas gerações de pesquisadores profissionais das academias universitárias. Com efeito, a primeira geração de “historiadores-diplomatas” (ou de “diplomatas-historiadores”), educada em jurisprudência, línguas e artes, também exerceu certa influência nos negócios do Estado, quando não administrava, ela mesma, as relações exteriores do país. Nomes como Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras ilustram bem essa osmose entre a atividade de pesquisa acadêmica no terreno da história e a esfera política prática no campo da diplomacia.⁶²

Segundo os críticos, esses trabalhos tinham se concentrado, talvez em demasia, nos episódios propriamente políticos ou militares da ação diplomática governamental, isto é, negociações entre Estados, conflitos militares, conclusão de tratados, atuação das chancelarias, etc., em detrimento dos processos de natureza mais estrutural e de longo prazo que poderiam explicar ou dar sentido a determinadas escolhas fundamentais da nação na frente externa. As gerações subsequentes de pesquisadores universitários, a despeito da crescente produção voltada para as relações internacionais do Brasil nos últimos anos, como também da própria proliferação de cursos e instituições dedicados a essa área, pouco fizeram nesse campo de sistematização de amplo espectro: ou criticaram, do ponto de vista político e metodológico, a abordagem *événementielle* desses pioneiros ou eximiram-se, tão simplesmente, da função de produzir manuais alternativos.⁶³

Na área acadêmica vinculada à história e às relações internacionais, a obra de síntese *História da Política Exterior do Brasil* preencheu uma grande lacuna. Na elaboração de uma nova metodologia para o estudo da política exterior do Brasil, Amado Cervo e Clodoaldo Bueno operaram uma reorientação da ênfase conceitual em que se basearam até aqui os estudos nessa área, deslocando o eixo analítico da tradicional “história diplomática” – e, portanto, privilegiando excessivamente as “relações entre Estados” – para o terreno mais

⁶² ALMEIDA, 2012; p. 25.

⁶³ Ibid; p. 42.

amplo das “relações internacionais” da nação, em seu conjunto, englobando, assim, os processos econômicos e as forças sociais em ação no caso brasileiro. Assim, os autores deram maior atenção aos processos de natureza estrutural que sustentam a trama das relações internacionais do Brasil, buscando seus fundamentos nas chamadas “forças profundas” de Pierre Renouvin. Entre seus objetivos estavam o de consolidar o conhecimento elaborado sobre as relações internacionais do Brasil e revestir a síntese resultante desse esforço com uma nova interpretação histórica.⁶⁴

Com efeito, a partir desse trabalho, produziu-se pesquisas e publicações importantíssimas sobre a história da política externa brasileira. Das obras e autores relevantes para a região do Rio da Prata, destacam-se: Luiz Moniz Bandeira (*O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*, 1998), Francisco Doratioto (*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, 2002; *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação. 1889-1954*; 2012; *O Brasil no Rio da Prata*, 2014), Gabriela Ferreira Nunes (*O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; 2006), Carlos Roberto Rangel (*O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas: 1930-1938*, 2012; *Os exilados brasileiros no Prata: entre a revolução e a ordem: 1930-1935*, 2000; *As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai: 1930-1945*, 2014) e Ana Luisa Reckziegel (*A diplomacia marginal: vinculações políticas entre Rio Grande do Sul e Uruguai, 1893-1904*; 1999). Esses dois últimos historiadores trouxeram novas análises sob a ótica regional, a partir da zona fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai.

Ao analisar as vinculações políticas entre o estado sulino brasileiro e Uruguai (1893-1904), Reckziegel evidenciou que a estabilidade política interna tanto do Uruguai quanto do Rio Grande do Sul estava condicionada ao rumo tomado pelas contendas revolucionárias regionais. Em 1893, por exemplo, os federalistas gaúchos perseguidos pelo governo do estado fizeram do Uruguai seu quartel-general e, mais ainda, cooptaram para a luta renomados caudilhos uruguaios. Da mesma forma, quando da revolução de 1897 no Uruguai, os brancos procuraram apoio militar e estratégico no Rio Grande do Sul, não só entre seus antigos aliados federalistas, mas também junto ao governo estadual. Ou, ainda, na guerra civil uruguaia de 1904, na qual se evidenciou mais uma vez a extensão dos trâmites entre uruguaios e rio-grandenses.⁶⁵

⁶⁴ Ibid; p.50.

⁶⁵ RECKZIEGEL, 1999, p.23.

Nesse cenário que Reckziegel revelou o conceito de *diplomacia marginal* para ilustrar a tradição de autonomia sul-rio-grandense frente ao governo central. Acostumado aos litígios fronteiriços e constatando que, da neutralidade pretendida pelo Rio de Janeiro, não tiraria nenhuma vantagem para a consolidação do poder castilhistas, o governo estadual simplesmente fez-se surdo às suas orientações, colocando em prática estratégias próprias no que se referia ao relacionamento com o Uruguai.⁶⁶ Em síntese, sua tese é que, frente ao projeto hegemônico do castilhismo-borgismo, foi fundamental o desempenho da diplomacia marginal, a qual corroborou a posição de autonomia regional do Rio Grande do Sul.⁶⁷ Pode-se dizer que essas vinculações políticas se estenderam ao período varguista, ainda que sob novas dinâmicas.

O primeiro período Vargas (1930-1945) exerce certo fascínio sobre os historiadores devido o processo de modernização e industrialização e a política externa de crescente influência sobre o contexto continental desenvolvidos nesse período.⁶⁸ Nesse quadro, as relações internacionais do Brasil no contexto da II Guerra Mundial e suas definições de política externa ganharam, principalmente a partir dos anos 1970 com a abertura de arquivos nos Estados Unidos e na Europa, um crescimento significativo em suas análises, o que produziu uma grande quantidade de teses, ensaios, artigos e livros sobre o tema. Importantes nomes da historiografia se destacaram nessas análises, como os brasilianistas Stanley Hilton e Frank McCann e os demais pesquisadores brasileiros Roberto Gambini, Gerson Moura e Ricardo Seitenfus. Com esses acadêmicos, ganha realce nos anos 1970 uma série de chaves interpretativas sobre a política externa brasileira. Conceitos como “política de cima do muro” (McCANN, 1995), “duplo jogo” (GAMBINI, 1977) e “equidistância pragmática” (MOURA, 1980) passam a permear as interpretações da dimensão externa do governo de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo.

Somente após o ano 2000 que uma série de estudos, baseados em uma nova abordagem metodológica e teórica conectando a História com outros campos do conhecimento, como a Sociologia e a Ciência Política, que a compreensão da política externa brasileira do período é vista sobre novos prismas. Os trabalhos de Vágner Camilo Alves (2002), Jorge Ferrer (2007) e Antonio Pedro Tota (2000), por exemplo, concedem diferentes caminhos para o entendimento das relações exteriores do Brasil. Com a análise da presença

⁶⁶ Ibid; p. 24.

⁶⁷ Ibid; p.268.

⁶⁸ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares**. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999; p. 33.

cultural dos EUA no Brasil feita por Antonio Tota, por exemplo, uma gama de interpretações e possibilidades se abre para o estudo da política externa brasileira, não somente no período em questão, mas sobre toda uma nova forma de se compreender a própria História da Política Externa Brasileira. Nessa perspectiva, Margarida Nepomuceno, a partir de missões culturais brasileiras enviadas ao Uruguai e, por sua vez, dos intercâmbios culturais estabelecidos entre estes países, demonstrou a construção de uma diplomacia cultural do governo Getúlio Vargas (1930-1945), que, na verdade, se estendeu para outros países da América Latina.⁶⁹

Já historiografia uruguaia são poucos os estudos voltados para as relações diplomáticas com o Brasil. Por isso, torna-se necessário explorar as análises de inserção interacional do Uruguai. Para Isabel Clemente, apesar de ser uma área de pesquisa em crescimento, o estudo histórico da política externa do Uruguai está representado por um número limitado de estudos sistemáticos. Além do mais, excetuando-se trabalhos sérios pontuais e uma literatura de caráter ensaístico- mas sem o recurso de fontes diplomáticas-, a autora constata que há um interesse maior e predominante no século XIX, deixando um largo período da inserção internacional do Uruguai de lado.⁷⁰

Rodríguez Ayçaguer aponta alguns elementos para esse vazio historiográfico sobre a temática das relações brasileiro-uruguaias. Segundo a autora, o atraso em que a historiografia uruguaia dedicou ao século XX, a escassez de trabalhos que se utilizam de fontes primárias e o peso do Uruguai no cenário internacional contribuíram para essa lacuna. Tentando preencher esses hiatos, a historiadora uruguaia traçou possíveis caminhos de pesquisa no âmbito da política externa de seu país e apresentou linhas interpretativas, de longa duração, que se impõem na hora de analisar esse relacionamento entre Brasil e Uruguai. São elas: os avatares da política interna de ambos países, as reiteradas tensões nas relações entre Uruguai e Argentina, a relação de ambos países com os Estados Unidos e, por sua vez, com o sistema pan-americano.⁷¹ Esses temas apontados por Ayçaguer se confirmam ao longo da presente pesquisa.

⁶⁹ NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. **A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: A construção de uma modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina.** Tese de doutorado (PROLAM/USP), São Paulo, 2015.

⁷⁰ CLEMENTE, Isabel. Política exterior de Uruguay, 1830-1985. Tendencias, problemas, actores, agenda. **Documentos de Trabajo** N° 69, Montevideo, Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, 2005; p. 2.

⁷¹ Apesar disso, há esforços historiográficos e pesquisas monográficas que merecem atenção para se compreender as relações entre Brasil e Uruguai ao longo do século XX. In: AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. El gran vecino norteño: una aproximación a las relaciones de Uruguay con Brasil en la primera mitad del siglo XX. **Res gesta**, número 52, Año 2017; Rosario, Argentina; p.2-3.

O livro de Luiz Alberto de Herrera, “*El Uruguay Internacional*” (1912), e o texto de Carlos Real de Azúa, “*Política Internacional e ideologías en el Uruguay*” (1959), tornaram-se clássicos para a discussão teórico-conceitual da inserção internacional do Uruguai. Já os trabalhos de Ana María Rodríguez Ayçaguer (*La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935*, 2008; *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935-1938*, 2009), Isabel Clemente (*Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas*, 2005) e Clarel de los Santos (*Soberanía e identidad nacional en el Uruguay del Novecientos. Incidencias nacionales y regionales en la gestación del Tratado de Rectificación de Límites entre Uruguay y Brasil en 1909*, 2010; *El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial*, 2011) analisam mais diretamente a atuação internacional e regional do Uruguai.

Em “*El equilibrio difícil: la política internacional del batllismo*” (1981), Dante Turcatti analisou a projeção internacional do Uruguai durante as três primeiras décadas do século XX, período dominado pelos grupos políticos denominados batllistas.⁷² Maria Magdalena Camou em “*Los vaivenes de la política exterior uruguaya ante la pugna de las potencias. Las relaciones con el Tercer Reich, 1933-1942*” (1990) abordou a relação do Uruguai com a Alemanha nazista. Já Juan Antonio Oddone, em “*El Uruguay entre la depresión y la guerra, 1929-1945*” (1990), pesquisou os efeitos do cenário internacional, em tempos de crise econômica estrutural e de II Guerra Mundial, na vida política e econômica do Uruguai.

Gerardo Caetano e Raúl Jacob analisaram, minuciosamente, o período terrista em sua obra de três volumes: “*El nacimiento del terrismo*” (1989-1991). Apesar de seu enfoque no processo político interno, há uma breve e superficial análise acerca da política externa de Gabriel Terra. Gerardo Caetano, em “*El Uruguay internacional y la región: apuntes históricos y desafíos vigentes*” (2011), analisou, resumidamente, a projeção internacional do Uruguai ao longo do século XX e XXI. Enrique Arocena Olivera e Romeo Pérez Anton esforçaram-se para fazer um compêndio bibliográfico em “*Evolución y apogeo de la*

⁷² O Batllismo foi o grupo político protagonista da cena política uruguia do século XX. Representava grande parte do Partido Colorado e utilizava, politicamente, a imagem de José Batlle y Ordoñez, presidente entre 1903-1907 e 1911-1915. Cabe lembrar que o batllismo foi uma corrente política plural, ou seja, dividiu-se, por sua vez, em grupos políticos internos.

diplomacia uruguaya, 1828-1948” (1984) e “*Política exterior uruguaya, siglo XX*” (2010), respectivamente.⁷³

Uma das obras mais significativas da historiografia uruguiaia no âmbito da política externa é o trabalho de Rodríguez Ayçaguer intitulado *Un pequeño lugar bajo el Sol. Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935-1938*. A partir das correspondências diplomáticas uruguaias e de outros documentos do *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay* (AMREU), a autora, antes de analisar o “problema etíope”, apresentou alguns apontamentos das relações entre o Uruguai de Gabriel Terra e a Itália de Benito Mussolini, isto é, intercâmbio comercial, vínculos socioculturais e componentes político-ideológicos. A Itália tinha laços profundos com o país, em grande medida, pelos vínculos sanguíneos e culturais de uma grande massa de imigrantes de origem italiana no Uruguai. Sua contribuição foi significativa na transformação econômica, decisivamente, na construção do empresariado industrial.⁷⁴

Utilizando-se também de fontes diplomáticas, Carlos Zubillaga, por meio da análise das relações bilaterais entre Espanha e Uruguai, apresenta os diversos debates e recepções político-ideológicas da guerra civil-espanhola e seus desencadeamentos.⁷⁵ Além disso, Zubillaga relata minuciosamente as inúmeras ações, reações e repercussões do governo franquista no Uruguai por diferentes grupos políticos uruguaios.

No âmbito regional, Rodríguez Ayçaguer destaca que a chancelaria uruguiaia mantinha uma permanente atenção para que os posicionamentos de seus vizinhos, Brasil e Argentina, fossem assuntos de maior ou menor importância, isso porque, “*el mundo no se ve igual desde un pequeño país como Uruguay, que desde Brasil o Argentina*”.⁷⁶ Com efeito, o Uruguai reconhecia o seu peso internacional, notadamente, a partir de sua posição regional. A autora esclarece que, ao se preocupar com a dependência uruguiaia dos grandes centros hegemônicos do poder mundial, não observava a atuação da diplomacia do Uruguai em sua

⁷³ Cabe lembrar que Enrique Arocena e Romeo Pérez não são historiadores profissionais e seus trabalhos não apresentam bases documentais, fato que muitas vezes explica os erros factuais presentes nas respectivas obras. Trata-se de compêndios bibliográficos com o intento de uma síntese geral da política externa uruguiaia.

⁷⁴ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935-1938**. Montevideo: EDBOU; 2009; p. 22.

⁷⁵ Além da já expressiva presença de espanhóis no Uruguai, neste período houve uma outra onda imigratória de espanhóis para o país. Sobretudo, por conta da guerra civil espanhola. Cf. ZUBILLAGA, Carlos. **Una historia silenciada**. Presencia y acción del falangismo en Uruguay (1936-1955). Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2015. _____. *Una historia silenciada. Las relaciones diplomáticas de España y Uruguay durante el primer franquismo (1936-1955)*. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2017.

⁷⁶ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, op. cit.; p. 15.

esfera estratégica. E essa observação foi uma inflexão em sua análise. Passou, então, a dar atenção ao posicionamento regional de seu país.

Nessa mesma perspectiva, Dante Turcatti recorda que a política externa uruguaia está geopoliticamente localizada entre seus grandes vizinhos. Uruguai com sua posição geográfica, de 187.000 km² de superfície e com uma escassa população, reconheceu os limites e possibilidades de sua inserção internacional. Para isso, recorreu ao constante e tradicional jogo pendular entre Brasil e Argentina para garantir a sua independência e soberania nacionais. Segundo Turcatti, havia esforços da chancelaria oriental para ocultar as simpatias existentes de diferentes grupos políticos de Montevideu por uma ou outra nação vizinha e para manter os delicados equilíbrios desse movimento pendular de suas relações com Argentina e Brasil. Essas tendências e preferências por parcerias regionais, na realidade, surgiram durante o processo de formação do Estado Oriental, no momento de formação dos tradicionais partidos políticos do Uruguai: colorados e blancos.⁷⁷

Luiz Alberto de Herrera também se preocupava com a independência e a soberania do Uruguai. Em sua obra, *“El Uruguay Internacional”*, Herrera sintetizou a condição histórica do Uruguai: *“su inserción en el mundo y en la región forma parte sustantiva de su identidad nacional”*.⁷⁸ Apesar de mais de um século da primeira edição (1912), a obra do político nacionalista tem uma visão pragmática quanto ao posicionamento do Uruguai no concerto internacional. Parecia constante no pensamento herrerista uma preocupação pela independência real de seu país, principalmente com o histórico conflituoso com o seu vizinho da outra margem do Rio da Prata, a Argentina.

Nesse sentido, Herrera destacava que era impossível igualar a capacidade de ação do Uruguai em relação aos seus vizinhos, pois, enquanto seu país crescia em proporção aritmética, Brasil e Argentina cresciam em proporção geométrica, assegurando o seu atraso. Entretanto, justamente por essas diferenças esmagadoras, o Uruguai não poderia negligenciar informações sobre seus vizinhos. Pelo contrário, até por questão de segurança nacional, o político nacionalista defendia que seu país deveria estudar profundo e serenamente a história e a geopolítica desses países fronteiriços.⁷⁹ Assim, para melhor compreender as relações bilaterais, o presente trabalho seguirá os conselhos do líder blanco.

⁷⁷TURCATTI, Dante. **El equilibrio difícil**: la política internacional del Batllismo. Montevideo, ARCA-CLAEH, 1981; p. 37.

⁷⁸ HERRERA, Luis Alberto de. **El Uruguay Internacional**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1988; p.30.

⁷⁹ Ibid; p. 101-110.

1.3. Brasil e Uruguai desde meados do século XIX à década de 1930

Desde o século XVII, o fator geopolítico foi um dos principais motivadores da colonização portuguesa da margem oriental do Rio da Prata. Naquela época, como lembrou Moniz Bandeira, a navegação através do Rio da Prata e seus afluentes já era vital para os portugueses, cujos interesses na região se tornaram mais complexos à medida que, ao longo da primeira metade do século XVIII, a ocupação do oeste e a mineração do ouro estenderam as fronteiras do Brasil e impulsionaram a formação do seu mercado interno. A região platina representava assim, como pode ser observado no mapa 1, logo abaixo, a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banhavam terras consideradas das mais ricas e férteis do Brasil.⁸⁰ Tratava-se, portanto, de uma estratégia geopolítica e militar, servindo de barreira norte à expansão da colonização espanhola e garantindo a Portugal o condomínio do Prata.

Tributário dessa rivalidade luso-espanhola que havia fraturado o rio da Prata, o subsistema platino de relações internacionais estruturou-se a partir da bipolaridade entre seus dois atores principais: Brasil e Argentina. Para conservarem alguma autonomia dentro dessa estrutura, os dois atores menores tiveram que optar normalmente por políticas pendulares entre os atores maiores (caso do Uruguai) ou pelo isolamento (caso do Paraguai, ao menos até a década de 1840). Em determinados momentos históricos, contudo, tanto o Uruguai como o Paraguai chegaram a nutrir esperanças de constituírem um terceiro polo de poder platino a partir de uma grande “confederação mesopotâmica” situada entre Brasil e Argentina. Esse projeto, que nasceu com Artigas e chegou até Solano López com composições variáveis que podiam incluir, além dos dois Estados menores, as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, e o Rio Grande do Sul, revelou-se altamente destabilizador e trouxe como resultado, em geral, a aproximação dos dois atores maiores em uma fórmula de “hegemonia compartilhada”.⁸¹

⁸⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.** Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 1998; p. 39-40.

⁸¹ BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata. (1843-1865).** Brasília: FUNAG, 2018; p. 428-429.

militar, uma vez que nenhum dos contendores foi capaz de impor sua supremacia militar ao outro, o conflito terminou com a independência do Uruguai, sob a mediação da Grã-Bretanha.⁸⁴ Ao final da Convenção Preliminar de Paz, em 1828, o Lord Ponsonby, enviado extraordinário britânico, descreveria o desfecho da guerra dizendo que *“Pusemos um algodão entre dois cristais”*.⁸⁵

Mapa 2: Mapa político do Uruguai.



Fonte: <http://www.america-mapas.com/uruguai.htm>. Acesso em 15/7/20.

sob domínio do Império do Brasil. Isso fez com que os argentinos, ou melhor, as “Províncias Unidas”, reivindicassem-na como parte do antigo Vice-reino do rio da Prata.

⁸⁴ BARRIO, 2018; p.429.

⁸⁵ RICUPERO, Rubens. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (dir.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 1- Crise colonial e Independência (1808-1830). Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011; p. 153.

Não obstante, as disputas platinas não se limitavam à rivalidade estratégica entre Brasil e Argentina por influência sobre os dois atores menores. César Barrio lembra que os rios da bacia platina também eram objeto de discórdia entre todos os países da região, pois os ribeirinhos pretendiam ter acesso exclusivo às suas águas, em contrapartida os não ribeirinhos desejavam navegá-los em toda a sua extensão. Enquanto o Império via o acesso fluvial ao Mato Grosso como fundamental para a manutenção da integridade territorial brasileira e o Paraguai considerava o Prata sua principal rota de acesso ao Atlântico, Buenos Aires julgava o fechamento do estuário platino vital para concentrar o comércio das províncias em seu porto e, com isso, reforçar a unidade argentina – o que era igualmente resistido pelas mesmas províncias, que desejavam manter sua autonomia com o acesso a Montevideú.⁸⁶

Mapa 3: Mapa da América Latina em 1826.



Fonte: (BULMER-THOMAS, 2017, p. 18).

⁸⁶ BARRIO, 2018, p.429-430.

Nessa lógica, mesmo com a independência e com o turbulento e violento processo de consolidação de seus respectivos Estados Nacionais, ao longo do século XIX, o Rio da Prata permaneceu como um eixo decisivo — e conflitivo — da política externa brasileira. A política do Estado Monárquico no Prata era condicionada, portanto, por fatores geopolíticos e, também, pela sua situação política interna. Até o final da Monarquia, em 1889, seus governos preocuparam-se em defender os interesses dos pecuaristas gaúchos, que buscavam garantir acesso ao gado e a terra no Uruguai, uma forma de evitar que ficassem descontentes, o que havia gerado a Farroupilha. Além disso, o discurso em defesa de o Brasil ser uma monarquia era o de que, por serem republicanos, os países hispano-americanos se caracterizavam pela instabilidade política e pela tendência a se fragmentarem. No entanto, também não interessava ao Império uma Argentina fragmentada instável, com províncias lutando entre si, pois essa situação comprometeria a segurança da navegação nos rios da região e colocaria em risco a estabilidade regional. Portanto, como destacou Francisco Doratioto, interessava ao Estado monárquico brasileiro uma Argentina estável politicamente, sem incorporar o Uruguai e o Paraguai e sem capacidade de rivalizar com o Brasil.⁸⁷ O Prata era, nessa concepção, o “espaço geopolítico vital para o Estado Monárquico”.⁸⁸

César Barrio defende que é a Guerra do Paraguai que marca o fim de uma era em que o paradigma intervencionista predominou na política externa brasileira. É verdade que a ocupação militar do Paraguai terminou apenas em 1876, após um período de grandes tensões com a Argentina, mas a fase de concepção do intervencionismo encerrou-se em 1865. De 1865 a 1876, a política imperial para o Prata foi essencialmente reativa: reativa às necessidades da guerra e às necessidades de uma paz que pudesse ser julgada aceitável para o Brasil.⁸⁹ Amado Cervo acrescenta que, depois da guerra, a diplomacia brasileira no Prata passa a ser marcada pela distensão, pois o conflito que se encerrava havia desviado recursos e provocado uma grave crise política, e desejava-se evitar um novo conflito com a Argentina.⁹⁰

⁸⁷ DORATIOTO, 2014; p. 28.

⁸⁸ DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998, p. 236.

⁸⁹ BARRIO, 2018; p. 32.

⁹⁰ CERVO, Amado Luiz. A conquista e o exercício da soberania (1822-1889). In: _____; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002, p. 129.

Na perspectiva da diplomacia imperial, a situação uruguaia era a que mais preocupava, enquanto a independência paraguaia estava garantida de fato pelo isolamento geográfico do país e pela determinação de seus governos ditatoriais em sustentá-la. No caso uruguaio, a preocupação decorria do caráter provisório do Tratado de 1828, que deu vida à República Oriental do Uruguai, e de ainda não ter sido assinado — e de nem haver perspectiva para tanto — um tratado definitivo, além de permanecerem indefinidos os limites entre essa República e o Império. Além disso, como pontuou Francisco Doratioto, a população era rarefeita, perfazendo em 1840 apenas uns 75.000 habitantes, dos quais uns 14.000 eram exilados argentinos, antirrosistas, concentrados em Montevidéu, e outros 25.000 teriam ascendência brasileiro-portuguesa. Compreende-se, portanto, a preocupação do Império quanto ao destino do Uruguai.⁹¹

Preocupação coerente com o processo político uruguaio, marcado por inúmeras tensões e conflitos internos. Jaime Yaffé defende que o processo de modernização do Uruguai transcorreu em duas fases sucessivas: a primeira no último quartel do século XIX, o período “militarista” e “civilista” entre 1876 e 1903, e a segunda nas três primeiras décadas do século XX, o período “batllista” entre 1903 e 1933. Essas fases foram marcadas pela modernização econômico-social e pela modernização política. Enquanto se confirmava, ainda que renovado, o modelo agroexportador, o sistema político experimentou profundas transformações. Entre elas destacou-se a modernização do Estado que consolidou sua capacidade coativa e expandiu suas atribuições econômicas e sociais. Nesse sentido, a primeira e a segunda modernização podem considerar-se duas fases sucessivas e vinculadas em um mesmo processo.⁹² No entanto, os pontos-chave político e econômico-sociais são diferentes de cada um dos períodos.

Somente no último quartel do século XIX, que o Estado uruguaio pôde consolidar-se efetivamente como corpo institucional capaz de impor sua autoridade em todo o território nacional com base no monopólio da violência física. Até então, o Estado foi débil político e financeiramente. Sem um sistema de impostos nacional, o Estado estava sujeito ao único e insuficiente ingresso das aduanas do porto de Montevidéu. Além disso, carecia de um exército nacional, com superioridade de recursos materiais e humanos, que fosse capaz de impor sua autoridade sobre os exércitos caudilhistas por todo o território uruguaio. Não

⁹¹ DORATIOTO, 2014; p. 28-29.

⁹² YAFFÉ, Jaime. La modernización en el Uruguay: política y economía, 1876-1933. In: HEINZ, M. Flávio; HERRLEIN Jr., Ronaldo (orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2003; p. 323-340.

dispunha de um aparato administrativo segundo critérios racionais e de uma organização burocrática. Por último, governava sobre um território cujos limites estavam indefinidos e cuja escassa população configurava um grande vazio demográfico. Em resumo, o recém Estado criado, Uruguai, carecia de todos os atributos e boa parte dos recursos de um Estado moderno.⁹³

Em outras palavras, isso significa dizer que a estrutura econômico-social herdada do período colonial não sofreu alterações significativas ao longo das primeiras décadas de vida independente. A economia tradicional estava caracterizada pelo absoluto controle do setor pecuário e da atividade comercial centralizada no porto de Montevideú. A propriedade da terra foi difusa e permaneceu indefinida até o período militarista. Esse fator, na verdade, foi o elemento de um conflito social permanente entre proprietários e fazendeiros sem títulos, e entre proprietários e ocupantes e o próprio Estado. A força de trabalho não proprietária de terras vinculava-se às unidades de produção de gado em formas fortemente personalizadas e paternalistas.

A partir da década de 1860 produziu-se uma transformação da pecuária tradicional com a incorporação da produção ovina e, por sua vez, com a introdução de algumas modificações modernizadoras nas formas de trabalho, adiante da oferta de mais produtos além do couro, dependência da criação tradicional de gados. Além disso, a atividade comercial constituiu o segundo eixo da economia tradicional e tinha no comércio de trânsito regional o seu ponto forte. Montevideú foi até o final do século XIX um centro privilegiado para o comércio de toda a região platina dando lugar ao surgimento de uma próspera, mas instável, burguesia mercantil abalada pelas frequentes guerras civis e revoluções que desconectavam a cidade dos demais territórios uruguaios.⁹⁴ Com essa estrutura econômica e social característica do “*Uruguay comercial, pastoril y caudillesco*” herdada da época colonial, pôde conviver o débil Estado oriental criado em 1828, que, desde 1830, denominava-se “uruguaio”.

Dessa forma, o Estado independente instalado em 1828 viveria até pelo menos 1876 em uma situação paradoxal de debilidade e centralidade. Apesar de uma persistente escassez de recursos financeiros e meios administrativos, o Estado, ainda assim, era a única força capaz de impor sua autoridade, o único centro de decisão para uma sociedade em

⁹³ Ibid; p. 324-325.

⁹⁴ BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco**. 1839-1875. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2011; p. 66-71.

processo de estruturação e sempre assediada pela violência política presente nas constantes revoltas e guerras civis, nas quais nenhum setor mostrava-se capaz de constituir-se como hegemônico. A partir daí, observa-se um processo de consolidação do Estado uruguaio dividido, pelo menos, em três momentos: o militarismo (1876-1886), o civilismo (1886-1903) e o primeiro batllismo (1903-1916).

Em sua faceta econômico-social, a primeira modernização esteve centralizada no campo, na zona rural, e seu resultado não foi uma transformação senão a confirmação, ainda que renovada, do modelo agroexportador com base no predomínio da pecuária latifundiária e extensiva, conforme pode ser comprovado na Tabela 1: Pecuária do Uruguai, 1900-1946 e na Tabela 2: Composição das Exportações de mercadorias uruguaias, 1891-1950.⁹⁵ Mesmo ao longo do século XX, essa seria a base econômica do Uruguai, sustentáculo de seu comércio exterior.

Tabela 1: Pecuária do Uruguai, 1900-1946.

Pecuária do Uruguai, 1900-1946 (Milhares de cabeças)			
ANO	VACUNOS	OVINOS	UNIDADES VACUNAS⁹⁶
1900	6.8	18.6	10.5
1908	8.2	26.3	13.5
1916	7.8	11.5	10.1
1924	8.4	14.4	11.3
1930	7.1	20.5	11.2
1937	8.3	17.9	11.9
1943	6.3	20.3	10.4
1946	6.8	19.6	10.7

Fonte: (FINCH, 2014; p.120).

⁹⁵ YAFFÉ, 2003; p. 328-329.

⁹⁶ Calculada sobre a base de 5 ovinos = 1 bovino. In: FINCH, Henry. **La economía política del Uruguay contemporáneo**. 1870-200. Montevideo: EDBOU, 2014, 3°. Edición; p.120.

Tabela 2 - Composição das Exportações de mercadorias uruguaias, 1891-1950.

Composição das Exportações de mercadorias uruguaias, 1891-1950. (médias quinquenais, % a preços correntes) ⁹⁷						
Período	Carne e extratos	Couros	Lã	Produtos agrícolas	Outros	Total
1891-1895	19	35	23	5	18	100
1896-1900	22	27	31	7	13	100
1901-1905	20	29	33	5	13	100
1906-1910	16	25	40	4	15	100
1911-1915	24	20	42	3	11	100
1916-1920	38	18	35	2	7	100
1921-1925	33	17	32	5	13	100
1926-1930	33	13	30	10	14	100
1931-1935	30	13	32	9	16	100
1936-1940	21	12	45	12	10	100
1942-1945 ⁹⁸	34	12	44	5	5	100
1946-1950	21	13	45	17	4	100

Fonte: (FINCH, 2014; p.162.).

Outrossim, na sua faceta política, a modernização do período militarista teve como elemento central o fortalecimento do Estado. Decerto o Estado uruguaio conseguiu centralizar o seu poder político simultaneamente à sua institucionalização. Pela primeira vez passou a ter o monopólio da força física por todo o território nacional, estabelecendo a ordem interna⁹⁹ a partir da modernização de seu aparato militar e da instalação e investimentos na infraestrutura mínima de transportes e comunicações, ao mesmo tempo em que racionalizava seu aparato administrativo e sancionava seu ordenamento jurídico nacional.¹⁰⁰

Com os governos civilistas o Estado ganhou contornos socioeconômicos mais claros. Nesse contexto que o Estado assumiu a responsabilidade de determinadas atividades

⁹⁷ Observações importantes: “Lã” incluía lã lavada e têxteis; desde 1942, “carnes e extratos” incluíam gorduras, guano, etc e “couros” incluía cerda. Os principais artigos em “outros” eram animais vivos, areia e pedras, e antes de 1942, se referiam a subprodutos pecuários. Os valores são preços oficiais não ajustados antes de 1913; preços de mercado entre 1913 e 1940; ajustados entre 1918 e 1925; em dólares correntes entre 1942 e 1950. Fonte: Anuario Estadístico; Melgar, Peguero y Lavagnino, Comercio Exportador, BCE, Boletín Estadístico Mensual. In: FINCH, 2014; p.162.

⁹⁸ Média de quatro anos.

⁹⁹ Eis um tema de grande debate na historiografia uruguaia, por isso, ao menos, duas ressalvas e precauções são necessárias. A primeira que a persistência e o peso do fenômeno caudilhista no meio rural até início do século XX prolongou a fragmentação e regionalização do poder político para além da centralização operada sob o militarismo. A segunda é a forma em que se concretizou a coparticipação política inaugurada em 1872 entre blancos e colorados. Esta gerou uma dualidade de poderes. Por um lado, o governo central com sede em Montevideu controlado pelos colorados e por outro lado, os caudillos blancos que controlavam uma parte do território nacional com certa independência do poder central, e até mesmo com exércitos particulares. Somente em 1904, última guerra civil, que se pode falar, definitivamente, do processo de consolidação do ator estatal no Uruguai.

¹⁰⁰ YAFFÉ, 2003; p. 328-329.

econômicas como: a construção e a administração do porto de Montevideú; o controle e a distribuição de energia elétrica na capital; a fundação do *Banco de la República*, entre outras iniciativas. O resultado disso foi a transformação do Estado em um agente econômico em certas áreas estratégicas: finanças e crédito, comércio, geração de energia, além do aparato educativo de cobertura universal para o nível primário. Como resultado, a expansão do Estado na área econômica se produziu no marco da perpetuação do sistema político oligárquico hegemônico (por perpetuar o predomínio do Partido Colorado no governo e excluir as possibilidades do Partido Nacional ter acesso ao poder) e excludente (por privar de direitos políticos a enorme maioria da população). Seria necessário esperar o início do século XX para que a modernização alcançasse o conjunto das instituições políticas. Por isso, em grande medida, pode-se afirmar que a primeira modernização política, a do século XIX, reduziu-se ao Estado.¹⁰¹

Isso significa afirmar que o batllismo, ao tomar a condução do Estado uruguaio nos primeiros anos do século XX, aprofundou um processo de intervencionismo econômico já em curso desde as últimas décadas do século XIX. A experiência da crise econômica de 1890, além de ter provocado o questionamento do pensamento liberal clássico, gerou a necessidade de um Estado econômico e socialmente ativo. Na verdade, a realidade de um país altamente dependente do mercado internacional levou o Uruguai a tomar medidas com o fundo estatista como um mecanismo de defesa, amortizador frente à incerteza da conjuntura internacional. Por conseguinte, durante as primeiras décadas do século XX, sob o domínio batllista, o Uruguai impulsionou uma ampla política e industrialização, nacionalizações e estatizações que fizeram do Estado um agente econômico de primeira ordem para as dimensões da estrutura econômica do país. Essa era a segunda modernização desse processo maior referido anteriormente.

Essa modernização econômica esteve centralizada na dinamização da economia urbana e industrial e no crescimento das empresas públicas. Aí estavam as bases do crescente peso social e político dos setores populares e médio urbanos. A classe operária manufatureira e o serviço público expandiram-se ao ritmo do incipiente crescimento da indústria manufatureira e do desenvolvimento do aparato do Estado.¹⁰² No plano social, o Estado desenvolveu uma ampla legislação social e trabalhista, ao mesmo tempo em que se preparava para um giro decisivo quanto ao papel do Estado frente ao conflito social no momento do

¹⁰¹ Ibid; p. 330-331.

¹⁰² Ibid; p.333.

surgimento do sindicalismo uruguaio. Além disso, é importante lembrar que o crescimento da população uruguaia de 1908 para 1929 foi notável, passou de 1.046.670 para 1.684.915. A imigração contribuiu, em grande medida, para esse crescimento demográfico.

Embora José Batlle y Ordóñez não tenha colocado todo seu programa reformista em prática, já que muitos projetos não foram concretizados, é inegável o avanço político-social de seus dois governos em diversas áreas. As transformações impulsionadas por Batlle se utilizaram do aparato estatal para a promoção de um modelo de desenvolvimento urbano-industrial. O líder colorado, conforme argumentou Ana Frega, partia da ideia de que o Uruguai conseguiria superar os conflitos sociais a partir da promoção da universalização de acesso aos serviços como saúde e educação. Mesmo para governos conservadores posteriores, esse processo era irreversível.¹⁰³

Justamente por seu caráter reformista com certas características populares, o batllismo atraiu contra si tenaz reação de setores político-sociais conservadores do Uruguai, notadamente da União Cívica, composta pela elite católica, de segmentos do Partido Nacional e do próprio Partido Colorado. Essa articulação exitosa dos setores conservadores de ambos partidos tradicionais, blancos e colorados, com organizações sociais que resistiam ao impulso batllista, fez com que o governo entrasse em “uma política de pactos e compromissos”¹⁰⁴ que na década de 1920 significou um verdadeiro congelamento, senão retrocesso, do impulso estatista que teve seu ponto culminante entre 1911 e 1915, durante o segundo governo de Batlle y Ordoñez.

A derrota eleitoral do batllismo em 1916 possibilitou a reação desses setores conservadores, sob a presidência de Feliciano Viera, por meio de várias reformas sociais e econômicas¹⁰⁵. Iniciava-se, com isso, o momento da “*república conservadora*”,¹⁰⁶ como é conhecido na historiografia uruguaia. A modernização política característica dessa república conservadora foi a democratização do sistema político. Entretanto, outro elemento chama muita atenção. Esse processo de modernização não significou, necessariamente, criar algo, como observa-se no sistema partidário. Os partidos tradicionais, por exemplo, sobreviveram

¹⁰³ FREGA, Ana. La formación de un modelo. 1890-1918. In: FREGA, Ana. et. al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. Montevideo: EBO, 2007, p. 31.

¹⁰⁴ NAUM, Benjamin. **La época batllista. 1905-1920**. Montevideo: EDBOU, 1975; p. 107-117.

¹⁰⁵ Essas reformas são chamadas pela historiografia uruguaia de “*el alto de Viera*”, já que freou o reformismo social e econômico do primeiro batllismo, mas também possibilitou o avanço do Estado social e empresarial de orientação deliberadamente popular, com a profunda modernização democratizante a partir da reforma constitucional instalada em 1916.

¹⁰⁶ Cf. CAETANO, Gerardo. **La República conservadora**. 2 tomos. Montevideo: Editorial Fin de Siglo; 1991-1992.

e apenas modernizaram-se.¹⁰⁷ Paradoxalmente, esse processo político confirmou a “permanência e o fortalecimento do tradicionalismo político”, a sobrevivência reformulada e tonificada entre blancos e colorados, pois, consolidou o protagonismo e a centralização desses partidos tradicionais na condução do Estado.

Apesar disso, é necessário salientar que a Segunda Constituição (1919)¹⁰⁸ realizou uma profunda transformação no sistema eleitoral e uma notável reformulação das instituições políticas do Uruguai. Sob esse novo formato institucional a velha ordem política, hegemônica e excludente, foi obrigada a modernizar-se, mas em um cenário mais democrático, tanto com a ampliação da participação política – estabelecido o sufrágio universal masculino – como a consagração do pluralismo político. Para Jaime Yaffé, a reforma institucional de 1917 marcou o nascimento da democracia uruguaia.¹⁰⁹

A implementação de um governo colegiado no Uruguai foi classificada como “Estado plural” pelo historiador inglês Jonathan Hartlyn. Ele considera essa tentativa uruguaia do Executivo plural a mais original de afastar-se do presidencialismo puro feita na América Latina, fórmula constitucional que preservava o conceito básico da separação dos poderes ao mesmo passo que reduzia o primado do Executivo.¹¹⁰ A primeira experiência de governo colegiado, que durou de 1919 a 1933, dividiu a responsabilidade executiva entre um presidente, encarregado das relações exteriores e da ordem interna da nação, e um conselho de nove membros eleito a cada dois anos, encarregado da administração da política interna. Dois terços das cadeiras do Conselho Nacional de Administração eram destinados ao partido que obtivesse maior número de votos; e um terço, à principal força da oposição. O Executivo plural contribuiu para quebrar a longa tradição de conflitos civis na história do Uruguai e fomentou a consolidação das práticas democráticas e a legitimidade das forças de oposição. No entanto, a liderança do Executivo era incômoda e redundou em inevitáveis tensões entre o presidente e o conselho, tensões que não resistiram à profunda crise econômica gerada pela Depressão de 1929. Em 31 de março de 1933, o golpe de Estado do presidente Gabriel Terra dissolveu o conselho, fechou o Congresso e marcou eleições para uma nova assembleia constituinte.

¹⁰⁷ YAFFÉ, 2003, p.335.

¹⁰⁸ Essa segunda Constituição era discutida desde 1917. Foi plebiscitada em 25 de novembro de 1917, mas entrou em vigor apenas em 1º de março de 1919.

¹⁰⁹ YAFFÉ, op. cit.; p.335.

¹¹⁰ HARTLYN, Jonathan. A Democracia na América Latina após 1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina. Volume VII.** A América Latina após 1930: Estado e Política. São Paulo: EDUSP, 2009; p. 147.

No campo econômico, o intervencionismo notavelmente se expandiu sob a modalidade estatista: o Estado criou um conjunto de empresas públicas que controlavam os setores chaves da economia nacional (transportes, crédito, seguros, construção civil, eletricidade, água e gás). Em 1930, portanto, ao completar seu primeiro centenário como Estado independente, o Uruguai tinha uma estrutura econômica nacional significativamente diferente daquela do início do século XX, principalmente a respeito do setor público.

No entanto, é importante lembrar que muitos desses avanços sociais durante as primeiras décadas do século XX ocorreram, em grande medida, devido a empréstimos feitos pelo Uruguai ao exterior. Por certo, o batllismo marcou a modernização do Uruguai das primeiras décadas do século XX. No entanto, recorreu economicamente ao setor tradicional agroexportador, o que agravou a dívida externa.¹¹¹ Por consequência, muitos grupos dissidentes surgiram dentro do Partido Colorado, questionando esse modelo. Gabriel Terra e o terrismo são exemplos disso.

Nesse mesmo período, o modelo político fascista italiano chegava em solo sul-americano e com certa admiração de alguns grupos políticos de diferentes países. Em grande parte, essa simpatia e admiração davam-se por conta do temor ao comunismo e ao desejo de alcançar o “progresso pela ordem”. No Uruguai, o temor de agitação revolucionária a partir da Revolução Bolchevique de 1917, fortalecido pela agitação sindical de 1919 em Montevideu e os sangrentos choques ocorridos em Buenos Aires no mesmo ano, a fundação do Partido Comunista de Uruguai (1920) e as ações temerárias e violentas dos anarquistas fizeram com que destacados líderes dos setores conservadores¹¹² enxergassem com simpatia a experiência fascista, que tinha minimizado com mão de ferro as organizações sindicais e políticas de esquerda.¹¹³

Nesse cenário é importante frisar que as polícias dos países do Cone-Sul rapidamente responderam às interligações transfronteiriças das organizações sindicais com diversas iniciativas de cooperação e coordenação para o intercâmbio de informação (congressos sul-americanos e convênios). Essas medidas eram complementares àquelas

¹¹¹ ZUBILLAGA, Carlos. **El reto financiero: deuda externa y desarrollo en Uruguay. 1903-1933.** Montevideo: ARCA- CLAEH, 1982; p.5-9.

¹¹² Entre eles Pedro Maniní Ríos, líder do riverismo, e Julio María Sosa, líder do sosismo, ambos ligados ao Partido Colorado; e Luís Alberto de Herrera e Juan Morelli, líderes do herrerismo, ligados ao Partido Nacional. Nesse período em questão, cabe destacar que um número considerável de dirigentes políticos e quadros da administração pública eram de origem italiana, entre eles o próprio presidente Gabriel Terra, o líder do setor riverista do Partido Colorado, Pedro Maniní Rios, o Ministro do Uruguai na França e o representante do país na Sociedade das Nações, Alberto Guani, entre outros.

¹¹³ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2009; p. 24.

estabelecidas a nível diplomático, como podem ser notadas nas relações entre Brasil e Uruguai entre 1930 e 1945. Todavia, como ressaltou Magdalena Broquetas, desde fins do século XIX, diversos mecanismos de identificação civil foram criados. Esses instrumentos permitiram ao Estado iniciar um paulatino processo de controle sobre a cidadania, por meio de distintos registros,¹¹⁴ sobretudo, daqueles indivíduos considerados “subversivos” ou “estranhos” ao corpo nacional.

Com efeito, após a experiência da Revolução Russa, o “perigo vermelho” também teve sua expressão no Uruguai. José Pedro Barrán demonstrou que o proclamado temor à expansão da Revolução de 1917 escondia um medo muito mais palpável frente às ações dos sindicatos, movimentos anarquistas, socialistas e comunistas, cuja atuação era vista pelos empresários e conservadores como a antessala de uma possível insurreição social.¹¹⁵ Contudo, como alertaram Martín Albornoz e Diego Galeano, esse medo não correspondia, de fato, ao peso real da esquerda política, social e sindical, com pouca representatividade eleitoral e não muitos vínculos populares. Tratava-se, em grande medida, de uma preocupação exacerbada por parte da direita política do Uruguai, e de representantes diplomáticos estrangeiros, sobretudo, da França, Grã-Bretanha e dos Estados Unidos.¹¹⁶ Com efeito, o espectro político de esquerda uruguaia correspondia desde 1910 ao Partido Socialista. A partir das disposições da Terceira Internacional Comunista, em 1921 surgiu o Partido Comunista do Uruguai.

Desse modo, esse cenário de polarização político-ideológica com a ascensão de regimes fascistas e suas repercussões antidemocráticas são alguns dos fatores que explicam o giro autoritário do governo de Gabriel Terra (1933-1938), um batllista heterodoxo que criou uma rede de alianças com setores conservadores dos grandes partidos políticos, cuja tarefa principal era afastar definitivamente do governo grupos mais radicais do batllismo.

Magdalena Broquetas lembrou que o ano de 1932 marcou um ponto de inflexão para o anticomunismo estatal e, conseqüentemente, a violência gerada em seu nome. Em fevereiro desse ano, após denúncias de diplomatas estrangeiros da existência de um plano subversivo encabeçado pelos comunistas uruguaiois, o presidente Terra adotou uma série de

¹¹⁴ BROQUETAS, Magdalena. Una mirada crítica sobre el “Uruguay excepcional”. Reflexiones para una historia de larga duración sobre la violencia estatal en el siglo XX “. In: **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, 53; julio-diciembre, 2020; p. 157

¹¹⁵ BARRÁN, José Pedro. **Los conservadores uruguayos (1870-1933)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2004; p. 103-117.

¹¹⁶ ALBORNOS, Martín y GALEANO, Diego. Anarquistas y policías en el Atlántico sudamericano: una trama transnacional, 1890-1910. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, 47, 2017; p. 101-134.

medidas repressivas que envolviam a circulação dos militares pelas ruas, a busca repressiva de sindicatos e seus dirigentes, o fechamento da sede do jornal comunista *Justicia* e a intervenção da administração dos Correios e Telégrafos. Políticos de esquerda e atividades sindicais, bem como membros do Partido Nacional que não eram aliados do governo, nacionalistas independentes, foram presos. Nos dias seguintes, as patrulhas policiais e militares foram contínuas em Montevideú. Em resposta, pela primeira vez, as três centrais sindicais e os sindicatos autônomos conseguiram contornar suas divisões políticas para convocar uma greve conjunta com o apoio da Federação dos Estudantes Universitários, o que levou a incidentes e prisões por vários dias. Muitos políticos, mesmo alguns da base governista, denunciaram e alertaram com preocupação sobre a natureza excessiva da repressão policial, o surto xenofóbico e a passividade da sociedade frente à essa escalada repressiva. Nesse cenário, a “conspiração comunista” de fevereiro de 1932 serviu de pretexto para o golpe de março de 1933.¹¹⁷

Mais tarde, no Rio de Janeiro, Getúlio Vargas faria o mesmo. Essa seria a mesma justificativa utilizada pelo presidente brasileiro em novembro de 1937 para a instauração da ditadura do Estado Novo. Da mesma forma que a mudança da natureza do regime político liderado por Vargas não determinou uma mudança significativa de conteúdo da política externa, em especial aquela voltada para o Uruguai, pode-se afirmar que a transição republicana no Brasil não gerou grandes alterações na política externa brasileira.

De fato, pontos centrais da linha diplomática defendida pelos monarquistas, como o equilíbrio de poder na Bacia do Rio da Prata e a consolidação das fronteiras do país, foram igualmente apoiados pelos republicanos. E embora a República tenha mantido o modelo agrário-exportador como eixo central da economia nacional, ela consolidou o deslocamento do poder das elites do Nordeste para os expoentes do Centro-Sul ao reproduzir, no plano político, a transferência do polo econômico representado pela cultura do açúcar em favor da cultura do café, principal produto na pauta de exportação do país e de enorme sucesso nos mercados norte-americanos. A transformação desse produto em principal motor da economia juntamente com o interesse dos Estados Unidos em sua aquisição ajudaria a transferir o eixo da política externa brasileira de Londres para Washington, posto que a promoção do complexo cafeeiro passava, na prática, a significar para as elites brasileiras a promoção do interesse nacional.¹¹⁸

¹¹⁷ BROQUETAS, 2020; p. 161.

¹¹⁸ PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira. (1889-2002)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010; p. 12-13.

A primeira inflexão de fato na política externa brasileira pós-proclamação da República ocorreu com a chegada do barão do Rio Branco ao posto de chanceler, em 1902.¹¹⁹ Por meio de uma concepção de caráter mais realista sobre os arranjos de poder no cenário internacional e das oportunidades colocadas para os países periféricos como o Brasil, Rio Branco deu início à formulação de uma alternativa de inserção internacional que acabaria por se constituir num verdadeiro paradigma da política externa.

Como eixo central deste paradigma, a percepção de que os Estados Unidos se constituíam num novo polo de poder mundial tendo em vista a expansão do seu sistema capitalista; além disso, sua busca por hegemonia política e econômica no hemisfério transformava o Brasil, juntamente com os demais países latino-americanos, em sua área de influência. Em vista disso, o melhor meio para o Brasil aumentar seus recursos de poder no sistema internacional era estabelecer com Washington uma relação preferencial, buscando obter vantagens dessa aproximação. E foi justamente o que o Barão do Rio Branco procurou fazer, traduzindo isso em ganhos recíprocos, ainda que assimétricos. Surgia um novo projeto de política externa que, embora parecesse apenas consolidar uma tendência anterior à República, adquiria agora um perfil mais pragmático.

Nessa mesma linha de análise, Francisco Doratioto defende que as diretrizes da política externa brasileira para o Prata que tinham sido aplicadas em boa parte do século XIX, à exceção dos anos iniciais da República, foram atualizadas. Essa atualização e adaptação para a nova realidade regional e internacional foi feita por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.¹²⁰ Vindo de uma Europa imperialista, ele temia que essa ação imperialista europeia também pudesse ocorrer na América do Sul, em busca de terras para colonizar, e se aproveitaria para tanto do enfraquecimento dos países sul-americanos, no caso de neles haver a continuidade das disputas internas. Pragmático, o Barão viu nos EUA um instrumento para a contenção de eventuais tentativas de intervenção europeia na América do Sul e aprofundou o movimento de aproximação existente entre os dois países, utilizando-o na defesa dos interesses brasileiros, quer em relação ao “risco” europeu, quer como contraponto à projeção internacional da Argentina.¹²¹

¹¹⁹ Ibid; p. 14-15.

¹²⁰ O Barão do Rio Branco fazia parte de uma geração intelectual que tinha “temor obsessivo” de que o Brasil sofresse invasão das potências expansionistas, perdendo autonomia ou parte de território. Ele foi nomeado para o cargo de chanceler do Brasil em 1902, no qual se manteve até sua morte, em 1912.

¹²¹ DORATIOTO, 2014; p.74-75.

Desse modo, Rio Branco estabeleceu política coerente, segura e inovadora em relação aos países sul-americanos, particularmente no Rio da Prata. Os dois princípios básicos dessa política passaram a ser o de abstenção nos assuntos internos das nações vizinhas e o de favorecer a estabilidade política regional, prestigiando os Governos constitucionais, quaisquer que fossem eles. Eram princípios inovadores, particularmente na região platina, pois, no final da década de 1840, o Estado Monárquico brasileiro estabeleceu como objetivo de sua ação no Rio da Prata evitar a construção de um Estado Nacional, sob a hegemonia de Buenos Aires, que ocupasse a mesma extensão de território do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Uma república forte ao sul, acreditavam os governantes do Império do Brasil, constituir-se-ia em ameaça, quer política, ao estimular, por seu exemplo, movimentos republicanos internos, quer à própria integridade territorial nacional, por ser polo de atração ou ameaça militar em relação ao sul brasileiro e, ainda, ameaçaria a livre navegação dos rios Paraná e Paraguai, essencial para o contato da isolada província do Mato Grosso com o resto do Brasil. Como consequência, a ação da diplomacia imperial na região platina foi orientada na defesa das independências do Paraguai e do Uruguai e na contenção da influência argentina nesses países. Para alcançar esses objetivos, os Governos do Império não hesitaram em intervir nos assuntos internos argentinos, paraguaios e uruguaios.¹²²

No plano regional, o fim da monarquia brasileira facilitou a aproximação do país com seus vizinhos continentais — todos sob regimes republicanos. Cabe destacar que dos dezoito primeiros países a reconhecer a república brasileira, dezesseis foram repúblicas americanas.¹²³ No Rio da Prata, em especial, Brasil e Argentina rivalizavam a posição de liderança na região. Essa disputa levava a que Uruguai e Paraguai buscassem, de forma alternada, apoio em países maiores conforme a percepção das ameaças de seus interesses.

Um dos destaques da Primeira República (1889-1930) foi a demarcação territorial do país. E esse traçado completo da linha fronteira do Brasil teve como grande artífice da chamada “política de limites” o Barão do Rio Branco: sem guerras, conseguiu consolidar e até ampliar as fronteiras de sua terra. Antes de ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, em 1902, já havia sido o vitorioso advogado do Brasil nos arbitramentos das

¹²² DORATIOTO, Francisco. A política platina do barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, a. 43, n. 2, p. 130-149, jul./dez. 1994; p.131.

¹²³ A cronologia do reconhecimento oficial pelos países americanos é a seguinte: Argentina: 03/12/1889; Bolívia: 03/01/1890; Costa Rica: 04/03/1890; Equador: 29/01/1890; Estados Unidos: 29/01/1890; Guatemala: 06/02/1890; Honduras: 18/03/1890; México: 27/01/1890; Nicarágua: 27/03/1890; Paraguai: 20/12/1889; Peru: 27/12/1889; El Salvador: 06/02/1890; Uruguai: 05/12/1889; Venezuela: 07/01/1890. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. **Arquivo Diplomático da Proclamação da República**. Brasília/Porto Alegre, Ministério das Relações Exteriores/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

Questões de Palmas, com a Argentina (1895), e do Amapá, com a França (1900); além de ter feito o estudo preliminar da Questão do Pirara, com a Inglaterra (1904). Assim que assumiu o Itamaraty, resolveu o complicado problema do Acre (1903) e, durante seus quase 10 anos como chanceler, assinou acordos de limite com cinco de nossos dez vizinhos.¹²⁴ Não é por acaso que o Barão do Rio Branco é uma das poucas unanimidades nacionais. Até nos países vizinhos, naturais adversários, há manifestações de respeito e de admiração. Um só exemplo, mas muito valioso, pois é da lavra do intelectual e político que é considerado seu maior rival no continente, Estanislao Zeballos: “*Si el Brasil consolida la obra territorial de Rio Branco, le deberá el título de su primer servidor y del más grande de los benefactores de su amor proprio nacional y de su mapa*”.¹²⁵

Entretanto, sua atuação diplomática não escapa de visões um tanto romantizadas, como pode ser observado na obra biográfica de Álvaro Lins a partir de sua suposta generosidade com o Uruguai com a assinatura do Tratado de 1909. O biógrafo do Barão recorreu até mesmo à genética para explicar algumas decisões políticas de José da Silva Paranhos Júnior. Ao acompanhar seu pai, durante o Império, o futuro Barão do Rio Branco teria aprendido as habilidades de negociação. A assinatura do tratado de limites com o país, em 30 de outubro de 1909, foi apresentada pelo autor como uma reparação de uma injustiça histórica. Para que ficasse completo o quadro da existência de Rio Branco, segundo Lins, faltava este gesto final: o do conquistador de tantos territórios, via diplomática, que oferece, no final de sua vida, a um país vizinho, o direito que lhe era devido e que estava retendo injustamente há mais de meio século. Assim, com essa nova delimitação das fronteiras entre os países, o Brasil cedia, definitivamente, ao Uruguai — espontaneamente e sem qualquer reciprocidade de vantagens — o direito de condomínio e jurisdição sobre a lagoa Mirim e o rio Jaguarão.¹²⁶

Sendo assim, o Barão do Rio Branco retificava a obra de seu pai no Rio da Prata. Não intervinha nos negócios internos dos outros povos, mas exercia, com invariável ação de presença, um poder diplomático excepcional, sempre consultado, ouvido e acatado em assuntos de política externa do continente. O autor, no entanto, não estava de todo errado, pois, de fato, Rio Branco criou uma nova fase na política externa brasileira, a da não

¹²⁴ GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013; p.18-19.

¹²⁵ Ibid; p.129-133.

¹²⁶ LINS, Álvaro. **Rio Branco**. Biografia pessoal e História política. São Paulo: Alfa-Omega, 1996; p. 424.

intervenção, a do prestígio do Brasil, a da sua liderança na América do Sul, pela ação de presença e de colaboração da política diplomática.¹²⁷

No Uruguai, esse tratado foi considerado um acontecimento de extraordinária importância histórica. E não tinha apenas sentido moral e político, mas também econômico: a Lagoa Mirim e o Jaguarão, por intermédio do rio São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, punham em contato com a sua fronteira de leste com o oceano Atlântico, dando saída aos produtos de uma das suas zonas até então em marasmo por causa das restrições impostas pelos antigos tratados.¹²⁸ Os autores uruguaios reconhecem o valor da iniciativa, mas mencionam também uma circunstância regional – a Argentina pretendia o domínio total do rio da Prata – que favoreceria tal ato, tal fato é ignorado nos livros brasileiros.

Os tempos eram outros: o Uruguai tinha evoluído de uma forma notável, chegando a ser considerado a Suíça da América Latina. Nessa nova conjuntura uruguaia, Rio Branco percebeu que precisava equilibrar o Tratado de 1851, oferecendo ao vizinho platino o condomínio sobre a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. Esse foi o último acordo de fronteiras do Brasil. Coincidentemente, como ressaltou Synesio Goes, o governo brasileiro começou com o Uruguai, em 12 de outubro de 1851, e com ele terminou, em 30 de outubro de 1909.¹²⁹

Nota-se, portanto, que nos dez anos à frente do Itamaraty, o Barão do Rio Branco estabeleceu uma política bem definida no Rio da Prata. Isto, porém, ocorreu em um contexto diferente, de instabilidade política e guerras civis, partes do processo de construção dos Estados Nacionais que, direta ou indiretamente transbordavam para o lado brasileiro; no início do século XX isso não mais ocorria.¹³⁰ Segundo Luís Cláudio Santos, o legado do Rio Branco, traduziu-se em uma visão considerada consensual, durante muito tempo, sobre quais deveriam ser o estilo e as linhas gerais a serem adotados na política externa do Brasil e inclui as ideias de igualdade entre os Estados, de prevalência do direito internacional e da visão de um país pacífico, satisfeito dentro de fronteiras definidas e estáveis.¹³¹

Nos anos de 1903 e 1904, por exemplo, apresentaram-se situações, no Uruguai e no Paraguai, que permitiram a Rio Branco colocar em prática essa nova orientação da política externa brasileira. Nesse primeiro ano, no Uruguai, o Partido Blanco rebelou-se contra o

¹²⁷ Ibid; p. 435.

¹²⁸ Ibid; p. 429.

¹²⁹ GOES FILHO, 2013; p.129-133.

¹³⁰ DORATIOTO, 2014; p.76-77.

¹³¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. **O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira.** São Paulo: UNESP, 2012; p. 10-11.

governo dos colorados, há 35 anos no poder. Os blancos eram, historicamente, próximos da Argentina, enquanto os colorados o eram do Brasil. Pacificada a situação, no ano seguinte, em 1904, novamente os blancos se sublevaram contra o governo colorado do presidente José Batlle y Ordoñez. A sequência de agitações políticas uruguaias, com suas repercussões negativas na economia, levou, inclusive, a que em Montevidéu houvesse aqueles que acreditassem que a única forma de se chegar à paz fosse o próprio fim da independência do Uruguai. Os governos argentino e brasileiro, porém, adotaram postura cautelosa na guerra civil uruguaia, apesar de ela comprometer interesses comerciais de seus países. Rio Branco não interveio em favor do governo uruguaio, apesar de suas boas relações com o Brasil e, ainda, de ser informado pela legação brasileira em Buenos Aires que as autoridades argentinas eram simpáticas aos rebeldes. Também solicitou, em dezembro de 1903, ao presidente Borges de Medeiros medidas na fronteira que garantissem a neutralidade do Rio Grande do Sul na disputa dos uruguaios.¹³²

Essa neutralidade foi mantida em 1904, pois os federalistas em território uruguaio já não mais representavam ameaça ao governo rio-grandense e, ainda, porque as lutas no Uruguai “também tinham atingido as classes conservadoras”, inclusive os estancieiros brasileiros, que tiveram perdas patrimoniais. A guerra civil de 1904 terminou em setembro, com a vitória do governo constitucional de Batlle, mas não seria o último conflito interno deste governo. Para o Brasil, era o fim de uma época em que o Rio Grande do Sul “exerceu funções de verdadeiro estado autônomo no que diz respeito à condução da política externa, determinando as conveniências e o perfil da diplomacia brasileira no Uruguai”.¹³³

Em outubro de 1910, os blancos rebelaram-se novamente contra o governo colorado, agora do presidente Cláudio Williman, que vivia seus últimos meses e seria substituído por José Batlle y Ordoñez, que retornava à Presidência. Argentina e Brasil mantiveram-se neutros na disputa interna uruguaia e o governo brasileiro ordenou às suas forças no Rio Grande do Sul que desarmassem e dispersassem rebeldes uruguaios armados refugiados no estado. Do lado argentino, Sáenz Peña fez o possível para impedir o envio clandestino, desde Buenos Aires, de armas aos insurgentes.¹³⁴

As relações argentino-uruguaias desgastavam-se com a divergência quanto à jurisdição sobre o Rio da Prata. A Argentina chegou a reivindicar somente para si a soberania

¹³² Ibid; p. 77-78.

¹³³ RECKZIEGEL, 1999; p.259-261.

¹³⁴ DORATIOTO, 2014; p.94.

sobre esse estuário, enquanto o Uruguai defendia uma “linha média” em relação às margens, implicando que cada país teria jurisdição sobre uma parte das águas. Essa divergência se agravou desde 1907, criando antipatias no Uruguai à Argentina, até que em 1910 foi assinado um protocolo entre os dois países reafirmando o uso comum das águas platinas, sem entrar no mérito da questão do limite fluvial.¹³⁵ Pouco antes, em outubro de 1909, o Brasil assinou com o Uruguai o Tratado de Retificação de Limites em que o governo brasileiro atendeu antiga reivindicação uruguaia de direito de navegação e de jurisdição na Lagoa Mirim e rio Jaguarão, e, mais, compartilhando a soberania das águas, sem que houvesse demanda nesse sentido. Essas concessões desencadearam grandes manifestações e simpatias pró-brasileiras no Uruguai e, ademais, colocaram o governo argentino em posição delicada, devido à sua intransigência quanto ao limite fluvial no Prata.¹³⁶ Essa é uma das características das relações bilaterais brasileiro-uruguaias presente na década de 1930 e 1940: uma espécie de escudo protetor frente ao rival portenho.

No contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil foi o único país latino-americano a participar efetivamente do conflito, ainda que de forma quase simbólica. Enquanto isso, a Argentina manteve-se neutra, o Uruguai rompeu relações com o Império alemão em 1917 e o Paraguai manteve-se neutro, apesar de ter declarado sua “solidariedade moral” com os Estados Unidos.¹³⁷ Graças a esse esforço de guerra, o governo brasileiro teve o direito de participar da Conferência de Paz de Versalhes e foi eleito membro provisório do Conselho Deliberativo da Sociedade das Nações, organismo criado para manter a paz mundial.

No concerto mundial, a política externa brasileira lutava contra a hierarquia, por meio da defesa do princípio da igualdade jurídica entre os Estados, mas esforçava-se para se diferenciar das demais nações da América do Sul.¹³⁸ Neste cenário, Eugênio Vargas Garcia defende que a diplomacia brasileira teve três eixos de ação: os Estados Unidos, a Europa e a América do Sul. Para o autor, a análise da ação externa, nesse período, deve levar em conta um contexto interno de crise política e institucional, prevalência do modelo agroexportador, dificuldades econômicas, dependência do capital estrangeiro e limitada capacidade estratégico-militar. Convém assinalar que a formulação e a execução da política externa

¹³⁵ NAHUM, 1975; p.23.

¹³⁶ OLIVERA, Enrique Arocena. **Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya. 1828-1948.** Montevideo, 1984; p.144-145.

¹³⁷ DORATIOTO, op. cit.; p. 99.

¹³⁸ GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920.** Brasília: EdUnB: FUNAG, 2006; p.580.

estavam dominadas por pequeno círculo de elite, basicamente atores ligados ao Ministério das Relações Exteriores e a setores do governo federal.¹³⁹

Nessa conjuntura, a ideologia pan-americana destacou-se como diretriz que perpassou a política externa brasileira durante a década de 1920, tendo forte presença na visão de mundo de seus formuladores. Desse modo, a crença na natureza distinta, e superior, da América em relação à Europa e ao resto do mundo, como apontou Eugênio Vargas Garcia, era de certo modo instrumental como dispositivo retórico para a diplomacia brasileira, pois: a) colocava a aproximação com os Estados Unidos em plano mais elevado que o mero alinhamento; b) embasava a cordialidade com os países vizinhos e o apaziguamento com a rival Argentina; e c) servia para elevar as credenciais do Brasil na Europa ou, alternativamente, para negar o Velho Mundo quando a oportunidade para tanto se apresentasse.¹⁴⁰

Com efeito, o prestígio internacional do Brasil, decorrente em grande medida da atuação de Rio Branco, a ilusão do seu progresso, em razão do sucesso da agroexportação cafeeira, e a aproximação da nova potência mundial hemisférica, os EUA, provocaram nos formuladores da política externa uma visão superestimada do peso internacional do país, o que contribuiu para que o Brasil adotasse atitudes assertivas, sobretudo nas suas relações com os países do Sul do continente.¹⁴¹

Cabe lembrar que a baixa integração do território¹⁴² e o limitado dinamismo da economia brasileira geraram uma preocupação com relação à política externa de segurança do Brasil. Havia a necessidade de garantir a integridade das fronteiras frente aos imperialismos das principais potências europeias. Do mesmo modo, o Brasil via a expansão territorial de seu maior vizinho, a Argentina, em direção ao oeste e à Patagônia, o que gerava desconfianças por parte das autoridades brasileiras. Nesse contexto que se insere a teoria de Mario Travassos¹⁴³ sobre o pensamento diplomático e geopolítico brasileiro. Travassos, pela

¹³⁹ Ibid; p.25.

¹⁴⁰ Ibid; p.579.

¹⁴¹ BUENO, Clodoaldo. **Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003; p. 486.

¹⁴² O território nacional era pouco integrado, pois eram raras as vias que ligavam os principais centros urbanos, e a estrutura produtiva do país encontrava-se separada entre si, com baixa comunicação entre as diversas regiões, as quais se voltavam prioritariamente ao mercado externo. Do mesmo modo, o interior do país encontrava-se pouco ocupado, com baixa urbanização tanto do Norte quanto do Centro-Oeste do país. In: SABOYA, André Nassim de. O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 9, nº 2, p. 29 - 50, jul./dez. de 2018; p.31. Acesso em: 11/11/19.

¹⁴³ Mario Travassos nasceu em 1891, no Rio de Janeiro. Era filho de general do exército e fez carreira militar. Foi o idealizador e o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras. Foi um dos primeiros geopolíticos do Brasil e provavelmente o primeiro geopolítico militar brasileiro, precedendo Juarez Távora,

formação militar, discorre principalmente sobre o papel do Brasil na América do Sul e em como neutralizar as ações da Argentina na região.

Entretanto, apesar da importância geopolítica, o entorno regional não era a prioridade da política externa brasileira na década de 1930. A parceria com os Estados Unidos destacava-se tanto no âmbito econômico quanto no âmbito político. A Argentina se sobressaía na região; o PIB argentino era praticamente o dobro do brasileiro logo antes da década de 1930, como resultado do crescimento da agroexportação ao longo da virada do século XIX para o XX, e exercia maior influência entre os países vizinhos do que o Brasil. No Paraguai e no Uruguai, por exemplo, a Argentina exercia sua projeção sobre os governos instituídos, às vezes contrariamente aos interesses brasileiros.¹⁴⁴

Como ressaltou Francisco Doratioto, durante o governo de Washington Luís (1926-1930), o Brasil implementou uma discreta política de privilegiar as relações cordiais com os EUA e com a Argentina, bem como acelerou o movimento de aproximação do Paraguai. Desde o início da década de 1920, os governos brasileiro e paraguaio se aproximavam, com a intenção de reduzir a dependência paraguaia da Argentina, mas de forma discreta e sem confrontá-la. Havia, inclusive, o plano para a construção de uma ferrovia ligando o Paraguai ao Brasil, até o porto de Santos, o que permitiria ao comércio exterior paraguaio deixar de depender do porto de Buenos Aires. Esse plano não havia sido oficializado quando a chamada Revolução de 1930 depôs o presidente Washington Luís.¹⁴⁵

Além do mais, a crise econômica de 1929 gerou profundas transformações políticas e econômicas no mundo e na região. Embora as respostas dadas à crise pelos estados capitalistas não fossem idênticas, elas tinham certas características em comum, em particular uma intervenção estatal mais decisiva na economia nacional, seja na forma de legislação, controle ou até investimento direto. Ao mesmo tempo, na esfera internacional, medidas de proteção econômica foram tomadas de modo a obter ou reter mercados exclusivos, assim rompendo com o padrão vigente de livre comércio.¹⁴⁶

O Brasil, assim como o Uruguai, teve que buscar uma alternativa de inserção no capitalismo internacional. A depressão econômica, paradoxalmente, conduziu os países

Lysias Rodrigues, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos – esses dois últimos contam com uma bibliografia mais extensa. Mario Travassos participou da campanha na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, junto com a Força Expedicionária Brasileira. Também fez parte da comissão que selecionou o ponto onde seria erigida Brasília. In: SABOYA, 2018; p.30-31.

¹⁴⁴ Ibid; p.31

¹⁴⁵ DORATIOTO, 2014; p. 100.

¹⁴⁶ MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial.** Brasília: FUNAG; 2012; p.34-35.

capitalistas avançados de regresso ao proteccionismo e a soluções nacionalistas e a América Latina a um processo de modernização,¹⁴⁷ embora tenha sofrido graves consequências económicas e políticas após o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York. O PIB brasileiro, por exemplo, retrocedeu 4,5% em 1930 e no ano seguinte 3,3%. A queda dos preços internacionais do café e a fuga de capitais abriram uma crise cambial, que resultou em forte desvalorização da moeda, que perdeu cerca de 60% de seu valor.¹⁴⁸ Com isso, a economia exportadora foi colocada em xeque. Novas possibilidades de desenvolvimento se abriram naquele momento, porém, de formas distintas, conforme cada realidade nacional.

Em 1930, em meio à comemoração do centenário do Estado uruguaio e à conquista do primeiro Campeonato Mundial de Futebol, sobre a Argentina, o Uruguai acompanhava atentamente os golpes políticos de seus países vizinhos, tanto em 6 de setembro na Argentina, como em 3 de outubro no Brasil. Observa-se, nesse momento, um mundo em crise – declínio do modelo liberal-democrático, que impactou fortemente a realidade uruguaia, dissipando utopias diversas – desde “o país modelo” do reformismo radical até o retorno do modelo agroexportador defendido pelas elites rurais.¹⁴⁹

Como crítica ao declínio do modelo liberal-democrático, os regimes nazifascistas se fortaleciam na Europa. A crise económica de 1929 parecia demonstrar a falência do capitalismo, ou pelo menos de certo tipo de capitalismo, associado ao livre mercado e à democracia liberal; tanto mais, que no caso brasileiro como dos outros países latino-americanos, a democracia liberal correspondia ao liberalismo oligárquico. A situação brasileira inseria-se no quadro mais amplo de toda a América Latina; a ocorrência de diversos golpes políticos, predominantemente, militares, é bastante significativa.¹⁵⁰ Entretanto, não se pode reduzir esses movimentos a uma identidade que em nada elucidaria episódios de sentidos diversos, como a chamada Revolução de 1930 no Brasil, e o golpe do general José Urriburu na Argentina. Porém, em sua base, está o desajuste provocado nos países dependentes pela crise mundial que atingiu os preços dos produtos de exportação e impôs um novo arranjo interno nas condições específicas de cada país.

¹⁴⁷ CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n.2, 2003; p. 8.

¹⁴⁸ CORSI, 2000; p.37.

¹⁴⁹ CURES, Oribe et al. **El Uruguay de los años treinta: enfoques y problemas**. Montevideo: EDBOU, 1994; p. 8-10.

¹⁵⁰ Argentina (setembro, 1930); Brasil (outubro, 1930); Chile (junho, 1932); Equador (agosto, 1931; outubro, 1931 e agosto, 1932); Peru (agosto, 1930 e fevereiro/março, 1931); Bolívia (junho, 1930); República Dominicana (fevereiro, 1930); Guatemala (dezembro, 1930). In: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; p. 145.

Em síntese, pode-se dizer que o século XIX foi marcado por muitas tensões regionais frente ao processo de formação dos Estados Nacionais. Uruguai viveu um grande período de “anarquia política” até conseguir a consolidação, de fato, de seu Estado. A partir daí, iniciou uma modernização que seria implementada e concluída nas primeiras décadas do século XX, marcadas pelo batllismo. Por sua vez, o Brasil deixou de ser o único Império na América do Sul e transformou-se em mais uma república na região. Mais do que mudanças de regimes políticos, nota-se uma mudança significativa no direcionamento da política externa brasileira, sobretudo, naquela voltada para a região platina. As primeiras décadas do século XX são marcadas por aproximações diplomáticas entre Brasil e Uruguai.

Observa-se, portanto, que a região do Rio da Prata, por sua condição geopolítica, destacou-se, em diferentes momentos, como um dos elementos constantes da formulação e implementação da política externa brasileira. O Uruguai, por sua vez, exerceu o papel de um pêndulo na disputa pela hegemonia na região platina entre Brasil e Argentina, embora, nem sempre tenha atuado, efetivamente, como um algodão entre dois cristais. Como poderá ser observado ao longo do *Capítulo II: Aproximação e Vigilância (1930-1937)*, essa política pendular platina se manteve também ao longo da década de 1930, nos governos de Getúlio Vargas e Gabriel Terra, mas sob novas facetas e circunstâncias. Dessa vez, face a conjunturas hostis com o vizinho platino, o Brasil assumiu o papel de escudo protetor do Uruguai.

CAPÍTULO II- APROXIMAÇÃO E VIGILÂNCIA (1930-1937)

“En medio a la época llena de dificultades y sombras que el mundo atraviesa es un espectáculo reconfortante el contemplar que nuestros países continúan con perseverancia y ánimo sereno la tarea constructiva de vincularse cada vez más y fortificar la amistad con las otras naciones de América. Tengo la satisfacción de constatar que cuanto mayores han sido las dificultades de orden general, económicas y sociales, mayor ha sido nuestro esfuerzo para consolidar el bienestar de nuestros Estados y desarrollar su comercio y su cultura. Los Gobiernos de los señores Presidentes de la República de los Estados Unidos del Brasil Doctor Getulio Vargas y de la República del Uruguay Doctor Gabriel Terra deben señalarse con justicia como una época beneficosa y culminante en la vida de relación de ambas nacionalidades. Quiera el destino, Señor Ministro de Estado que las tareas que dejamos realizadas sirvan para unir cada vez más a los pueblos del Brasil y del Uruguay.”¹⁵¹

Juan Carlos Blanco, embaixador do Uruguai no Brasil, 1937.

A década de 1930 foi um período de redefinições na vida política brasileira e uruguaia, e face à demanda do contexto internacional, momento de maior projeção e atuação internacional e regional. Após os impactos da crise econômica de 1929, a América Latina tentou se reestruturar economicamente, mas com diversas mudanças políticas — ora democráticas ora golpistas. Neste cenário, Brasil e Uruguai, países fronteiriços,¹⁵² intensificaram seus intercâmbios políticos e comerciais e, por consequência, estreitaram gradativamente suas relações diplomáticas. Não obstante, para além das convergências, suas políticas voltadas para o Rio da Prata apresentaram certas divergências.

Na América Latina, do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia sua posição, enquanto Estados Unidos e Alemanha eram relevantes na medida em que o crescimento de seu sistema de poder os colocava em posições antagônicas perante as nações latino-americanas. Os alemães enfatizavam o autoritarismo antiparlamentar, o protecionismo econômico e o nacionalismo militar, enquanto os norte-americanos enfatizavam a democracia liberal e o internacionalismo de livre comércio.¹⁵³ Nota-se, portanto, um palco de uma guerra comercial, mas também de disputa política e ideológica na região.

¹⁵¹ Anexo ao telegrama nº 227; 29/07/1937. Convenio sobre exposición de muestras y venta de productos nacionales. Uruguay-Brasil. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935), AMREU.

¹⁵² A fronteira entre esses países tem uma extensão de 1.068,1 km, e uma área de 38.343 km², envolvendo cinco departamentos uruguaios e diversos municípios brasileiros. Atualmente, 800 mil habitantes vivem na fronteira uruguaio-brasileira. In: MAZZEI, Enrique; DE SOUZA, Mauricio. **La frontera en cifras**. Melo: Imprenta CBA, 2013.

¹⁵³ MOURA, 2012; p.36-37.

Nesse contexto, o fascismo era uma das expressões da crise política que permeou a década de 1930. Sob o fardo de problemas sociais pavorosos, para os quais não possuíam soluções nem meios de implantá-las, os Estados liberais se tornaram alvos fáceis para os ataques da esquerda e da direita, que os acusavam – por diferentes razões – de serem ultrapassados. Os partidos de centro perdiam terreno a cada eleição, e o espectro político se tornava cada vez mais polarizado, com a direita representando movimentos nacionalistas e fascistas, e a esquerda representando movimentos socialistas e comunistas. A década foi de governos autoritários – até as democracias parlamentares experimentaram alterar o equilíbrio de poder, com a intenção de fortalecer o poder executivo.¹⁵⁴

2.1. As políticas para o Rio da Prata

As relações entre Brasil e Uruguai são historicamente marcadas pela ideia de vizinhança. No caso uruguaio, representa um permanente desafio para o “país minúsculo” ao levar em consideração a extensão territorial, a população e o poder desproporcional do Brasil. Desde o processo de consolidação dos Estados Nacionais no Rio da Prata, ao longo do século XIX, houve uma disputa de poder e influência entre os governos brasileiro e argentino,¹⁵⁵ as duas potências regionais, com as potências internacionais. Isso também aconteceu no contexto da Segunda Guerra Mundial, no entanto, com diversas peculiaridades e diferenças.

Face a esse cenário geopolítico, desde a sua independência, o Uruguai teve uma postura internacional isolacionista. Isabel Clemente enfatizou que até o início do século XX, o Uruguai mantinha relações externas, mas não tinha uma política externa bem definida.¹⁵⁶ Como constatou-se ao longo do capítulo I, o processo de consolidação do Estado uruguaio foi conturbado e violento, e isso dificultou a formulação de uma política externa

¹⁵⁴ Ibid; p.35.

¹⁵⁵ As rivalidades geopolíticas na América do Sul, herança das disputas coloniais entre as Coroas de Portugal e Espanha, perduraram no decorrer do século XIX sob a forma da competição - não necessariamente amistosa - entre Brasil e Argentina pela hegemonia regional. Mesmo que não houvessem abdicado desse objetivo de projeção, os dois países empreenderam, entretanto, por motivos políticos e comerciais, algumas tentativas de aproximação ao longo do século seguinte. Até o advento do Mercosul em 1991, verificava-se, não obstante, que esses esforços bilaterais acabavam por refluir de maneira sistemática à velha competição pela primazia sul-americana. Com efeito, é lícito supor, dessa forma, que somente depois de ter sido redefinido o equilíbrio geopolítico na bacia do Prata, Brasil e Argentina puderam se aproximar de modo consistente e construtivo. In: MENDONÇA, Ariel Macedo de. **A geopolítica e a política externa do Brasil**: interseção dos mundos militar e diplomático em um projeto de poder. A Ata das Cataratas e o equilíbrio de forças no Cone Sul. Dissertação de Mestrado-IREL/UnB. Brasília, 2004; p. 3.

¹⁵⁶ CLEMENTE, 2005; p.3.

fundamentada em interesses genuinamente nacionais, suprapartidários. Ao contrário do Uruguai, o Brasil do início do século XX viveu o momento de apogeu de sua política externa, personificada na figura do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

Uma vez consolidada a modernização política do Estado uruguaio e reconhecida a sua capacidade de atuação no cenário internacional, o Uruguai, ao longo do século XX, como indicou Romeo Pérez Antón, desenvolveu uma política externa pacifista, pautada no Direito Internacional, pan-americanista, pró-norte-americana¹⁵⁷ e com tendência à integração regional.¹⁵⁸ Fernández Luzuriaga também ressaltou a tradição uruguaia de valorização do Direito internacional pautada nos seguintes princípios: a defesa da soberania dos Estados, o princípio de não-intervenção, solução pacífica de controvérsias, defesa dos direitos humanos, rejeição do terrorismo, da violência e da discriminação, o cumprimento dos tratados internacionais, a solidariedade internacional, e o multilateralismo como mecanismo de fortalecer o sistema internacional.¹⁵⁹

No plano bilateral, as relações brasileiro-uruguaias nas primeiras décadas do século XX foram caracterizadas por uma política pendular, marcada por momentos de cooperação e aproximação, mas também por crises e tensões. Ao longo da década de 1930, predominou-se uma política de convergências e aproximações (1930-1937), em grande medida, pelas afluências político-ideológicas entre Gabriel Terra (1931-1938) e Getúlio Vargas (1930-1945), mas não isenta de contradições e divergências.

Nessa balança de poder sul-americana, marcada pela disputa entre Brasil e Argentina, a influência decisiva sobre Paraguai, Bolívia e Uruguai era continuamente disputada pelos dois países maiores.¹⁶⁰ De toda forma, os países menores da região buscavam tirar vantagens dessa disputa, como é o caso do Uruguai. Nota-se, deste modo, que as relações brasileiro-uruguaias foram marcadas pelo dilema do vizinho argentino. Para tal análise, portanto, torna-se imprescindível apresentar a política brasileira para o Prata, em especial, para o país oriental, bem como a política uruguaia para o Brasil.

¹⁵⁷ A política externa uruguaia não pode ser simplificada dessa maneira. Há determinadas conjunturas internacionais mais complexas que contribuíram para um alinhamento automático pró-EUA, como a Segunda Guerra Mundial. Cabe lembrar que até então, a Grã-Bretanha era a grande potência e aliada do Uruguai.

¹⁵⁸ ANTÓN, Romeo Pérez. **Política exterior uruguaya, siglo XX**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2011.

¹⁵⁹ FERNÁNDEZ LUZURIAGA, Wilson. La Política Exterior del Uruguay en las Elecciones Nacionales 2004. Montevideo: **Serie de Documentos de Trabajo Unidad Multidisciplinaria**, Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República, N°66; 2005.

¹⁶⁰ MENDONÇA, 2004; p.4.

2.1.1. Brasil

No Brasil, as transformações políticas, econômicas e sociais a partir da década de 1930 também levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional. Embora sem abandonar os interesses das exportações tradicionais, a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente do que o período anterior, pois visava contemplar outros segmentos da sociedade.

Amado Cervo defende que esse contexto explica as transformações havidas na política externa brasileira, como o reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular.¹⁶¹ Decerto, Getúlio Vargas favoreceu a indústria, mas em sua campanha presidencial de 1930 tinha-se oposto às indústrias “artificiais” (ou seja, as manufaturas). Somente durante sua ditadura do Estado Novo (1937-1945) é que Vargas se interessou pela rápida expansão industrial. Em 1939, o presidente brasileiro teria dito que jamais aceitaria a ideia de um Brasil aferrado a uma economia “semicolonial” e, ainda em 1940, quando o mercado do café continuava deprimido após uma década de tentativas de recuperá-lo, queria “equilibrar” o crescimento industrial e agrícola.¹⁶²

A política externa brasileira pré-1930, enquanto reservava uma posição privilegiada aos Estados Unidos, em vista de seu poder de barganha cada vez maior em relação ao Brasil, sempre buscou formas de contrabalançar a influência norte-americana por intermédio da diversificação¹⁶³ tanto dos fornecedores de capital e de bens quanto dos mercados para as exportações brasileiras.¹⁶⁴ Com a interrupção dos influxos de capital e a queda dos preços do café após 1929-30, o principal problema enfrentado pelos formuladores de política passou a ser como obter divisas suficientes para atender aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil. A estocagem do café passaria a ser financiada

¹⁶¹ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010; p. 234.

¹⁶² LOVE, Joseph L. Ideias e ideologias econômicas na América Latina. 1930-1990. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Volume VIII. A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 2011; p. 170.

¹⁶³ Isso é verdade mesmo em relação aos anos vinte, período em que a despeito do crescimento da importância dos Estados Unidos como fornecedor de capital e de bens, Londres era ainda uma importante fonte alternativa de fundo para o Brasil, e de fato crucial, uma vez que fundos para a valorização do café não podiam ser obtidos nos Estados Unidos.

¹⁶⁴ ABREU, Marcelo Paiva. **O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; p.36.

domesticamente; controles de importações teriam que ser impostos e compromissos financeiros que ser reduzidos; cada vez mais, a política econômica teria que contemplar esforços de substituição de importações.¹⁶⁵

Por isso que, pelo menos até 1930, um dos princípios básicos da política externa do Brasil era o de tentar reduzir a vulnerabilidade do país a pressões norte-americanas, criando alternativas que enfraquecessem o significado do poder de barganha dos Estados Unidos.¹⁶⁶ De toda forma, o golpe de 1930 foi uma completa surpresa para os norte-americanos, e também não era esperado pelos britânicos.¹⁶⁷ E, como demonstra a documentação pesquisada, nem mesmo pelos seus vizinhos uruguaios.

A política externa brasileira para o Prata nos tempos de Getúlio Vargas foi determinada pela dinâmica de sua política nacional. Frente às transformações sociais, políticas e econômicas, o Brasil se esforçou para manter o equilíbrio de poder na região a partir de aproximações políticas e estreitamento das relações comerciais. Entretanto, isso não significa que não tenha tido conflitos, pressões e tensões.

Desse modo, para melhor compreender as relações brasileiro-uruguaias do período, torna-se necessário contextualizar o Brasil de 1930 a 1937, governado por Getúlio Vargas, e o Uruguai, de 1931 a 1938, governado pelo colorado Gabriel Terra. Com isso, analisar-se-ão os efeitos dessas transformações políticas, econômicas e sociais na formulação e desenvolvimento da política externa dos respectivos países. Por isso, o item “2.1.1. Brasil” divide-se em dois subtópicos: 2.1.1.1) *o Brasil da Era Vargas*¹⁶⁸ e 2.1.1.2) *A política externa brasileira e o lugar da região platina*, a parte “2.1.2. Uruguai” é dedicada à inserção internacional do país com o foco no âmbito regional e o ponto “2.2.2. O dilema argentino” elucida as rupturas institucionais e controvérsias da política da Argentina.

¹⁶⁵ Ibid; p.31.

¹⁶⁶ Somente durante a Segunda Guerra Mundial que teve início o longo período de hegemonia política e econômica norte-americana no Brasil. In: Ibid; p. 31-32.

¹⁶⁷ Ibid; p.77.

¹⁶⁸ A Era Vargas, aqui abordada, se refere aos três momentos do governo de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945, abrangendo: 1) o Governo Provisório (instaurado pelo Decreto n. 19.398 de 11 de novembro de 1930, finalizado com a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934); 2) o Governo Constitucionalista da Constituição de 1934 (com Vargas eleito Presidente indiretamente em 17 de julho de 1934, perdurando até o golpe de 1937); e o 3) Estado Novo, com a outorga da Constituição de 1937 (do golpe de 10 de novembro de 1937 até a saída de Vargas em 29 de outubro de 1945). Trata-se de uma classificação periódica apenas, pois, em diferentes momentos, anteriores à ditadura institucionalizada, evidencia-se a utilização de recursos autoritários e excepcionais contra seus opositores, como, por exemplo, a decretação do estado de sítio.

2. 1.1.1. O Brasil da Era Vargas

Em novembro de 1930 o gaúcho Getúlio Vargas,¹⁶⁹ por meio de um golpe político, chegou ao poder e nele permaneceu até meados de 1945, após ser deposto. Foi o presidente brasileiro que mais tempo permaneceu no poder (1930-1945; 1950-1954), em diferentes conjunturas políticas. Daí a dificuldade em caracterizá-lo: “revolucionário”, presidente constitucional, “populista”¹⁷⁰, ditador, pragmático, etc. De toda forma, com certas ressalvas, todas essas múltiplas faces e epítetos políticos correspondem ao estadista.

Natural de São Borja, no Rio Grande Sul, cidade fronteiriça com a Argentina,¹⁷¹ Getúlio Dornelles Vargas ingressou na vida pública em 1909, como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). De 1922 a 1926, cumpriu o mandato de deputado federal. Foi também ministro da Fazenda do governo Washington Luís; deixou o cargo em 1928, quando foi eleito governador de seu estado. Foi o principal líder da chamada “Revolução de 1930”,¹⁷² que derrubou o então presidente paulista Washington Luís e a chamada República Oligárquica (1889-1930).

A história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação política de Getúlio. No início da República, e mesmo durante o seu governo, foram comuns os conflitos pela primazia na política estadual. De um lado estavam os republicanos, reunidos desde 1882 no PRR.¹⁷³ Essa corrente acompanhava a doutrina positivista de Augusto Comte, atribuindo grande poder à iniciativa do Estado, reconhecendo a autonomia do chefe político e a liderança dos homens superiores. Aos republicanos, ou “chimangos”, opunham-se os

¹⁶⁹ Dentre as biografias de Vargas, destacam-se as obras recentes de Lira Neto, Boris Fausto e Maria Celina D’Araújo. A biografia de Alzira Vargas, filha querida de Getúlio Vargas e braço-direito do presidente, não deixa de ser importante.

¹⁷⁰ Ângela de Castro Gomes inicia a sua análise da trajetória do conceito de populismo no Brasil localizando certo “deslizamento” do conceito, do espaço acadêmico em direção ao senso comum, para a “retórica popular” e para os meios de comunicação. A autora considera que os debates acadêmicos, recentes sobre a validade ou não do conceito de populismo de modo algum excluem o fato de o rótulo “populista” servir socialmente como um modo de estigmatizar determinados políticos e afirmar coisas do tipo: “o povo não aprendeu a votar” etc. Assim, a “trajetória acadêmica” do conceito de populismo é impensável sem a localização dessa utilização “ampliada”, “já que ela mesma passa a atuar como uma forma de pressão e conformação dos debates”. In: GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; p.21.

¹⁷¹ A cidade de São Borja está situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica das Missões, outrora pertencera aos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, fundada em 1682.

¹⁷² Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República.

¹⁷³ Os mais importantes líderes republicanos – e adversários- foram Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil. O sucessor de Castilhos na liderança do PRR foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governaria o estado até 1928.

federalistas, ou “maragatos”, de tendência mais descentralizadora, reunidos a partir de 1892 no Partido Federalista Brasileiro. Nesse ambiente político, Vargas cursou Faculdade de Direito em Porto Alegre, onde estreitou laços com o castilhismo e com a juventude republicana.¹⁷⁴ Apesar de sua atuação na vida pública durante a Primeira República, seria reconhecido nacionalmente a partir de 1930, com o golpe político que o levaria ao poder.

A década de 1930 se iniciou com uma grande e grave crise econômica que intensificou ainda mais a disputa política. Essa efervescência política tinha a ver com a diversidade das forças que haviam se aglutinado em torno da Aliança Liberal,¹⁷⁵ a coligação partidária oposicionista que em 1929 lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Realizadas as eleições em março de 1930, o candidato da Aliança Liberal foi derrotado. Enquanto alguns aliancistas reconheciam a derrota e davam a campanha por encerrada, outros decidiram preparar uma insurreição para chegar ao poder. Destarte, o golpe político travestido de revolução eclodiu em outubro daquele ano e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório. De imediato, o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição republicana de 1891 revogada. Nesse quadro, o chefe de governo passou a governar por meio de decretos-lei.

Maria Helena Capelato destacou que as decisões políticas, sociais e econômicas tomadas pelo Estado a partir de então fundamentaram-se em um projeto de cunho autoritário-corporativo procurando responder às principais demandas geradas pela crise da economia agroexportadora e pela decadência do regime liberal-oligárquico. Tal projeto tinha por base o pensamento de intelectuais como Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, ligando-se ainda ao ideário dos tenentes. Objetivava a construção de um Estado nacional forte, intervencionista e corporativo, com o fortalecimento do Poder Executivo, reduzindo-se a autonomia das esferas estaduais e municipais, substituindo a representação político-

¹⁷⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011; p. 19-20.

¹⁷⁵A despeito da sua heterogeneidade, no ideário da Aliança Liberal estavam presentes temas relacionados com justiça social e liberdade política. Os aliancistas propunham reformas no sistema político, a adoção do voto secreto e o fim das fraudes eleitorais. Pregavam anistia para os perseguidos políticos e defendiam direitos sociais, como jornada de oito horas, férias, salário-mínimo, regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Propunham também a diversificação da economia, com a defesa de outros produtos agrícolas além do café e diminuição das disparidades regionais. In: *Ibidem*.

parlamentar pela representação técnica, de caráter classista.¹⁷⁶ Entretanto, não se tratava de um projeto homogêneo e unívoco.

Cedo começaram os embates entre os diversos grupos que tinham participado da Aliança Liberal. Uma das principais divergências foi sobre o tempo de duração do Governo Provisório. Enquanto alguns desejavam e exigiam a instalação imediata da democracia, outros afirmavam que o retorno à uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais. Para os tenentes e seus aliados civis, o processo revolucionário iniciado em 1930 ainda não havia conseguido dismantelar os alicerces do poder oligárquico, profundamente enraizados na sociedade brasileira. Portanto, num curto prazo, qualquer eleição seria permeada pelos mesmos desvios que marcaram o jogo político ao longo da “velha República”, como se referiam à experiência republicana de 1889 a 1930.

Disputas também ocorreram em torno do modelo de Estado a ser implantado no país. Inspirados no pensamento de autores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, os tenentes, favoráveis a um regime forte e apartidário, queriam um Estado centralizador de orientação nacionalista e reformista.¹⁷⁷ Já os “oligarcas dissidentes”, sobretudo os representantes dos estados mais fortes da federação, defendiam propostas liberais e federativas: tentavam limitar os poderes da União e conquistar uma maior autonomia para o poder estadual.

Para os estados do Norte e Nordeste do país, a situação era diferente. O federalismo fortemente presente na Constituição de 1891 não havia lhes sido favorável ao longo da República. Por isso, desejavam um Estado mais intervencionista e centralizador. Eram, portanto, mais sensíveis às propostas do tenentismo, pois, a mudança no quadro político provocada em 1930, diminuindo a força dos estados mais poderosos do Centro Sul, poderia possibilitar uma participação mais expressiva a nível nacional. Contudo, para recuperar o espaço perdido ao longo da República, além do apoio do poder central, era necessário consolidar a unidade política da região. Coesos, os estados do Norte e Nordeste teriam melhores condições de participar do jogo político.¹⁷⁸

¹⁷⁶ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; p. 107-143.

¹⁷⁷ Propunham medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica.

¹⁷⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 30: as incertezas do regime. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais [...]**. São Paulo: Associação Nacional de História, 2003; p. 1-2.

Dessarte, a tomada do poder em 1930, conduzida por um grupo político diversificado, demorou a se institucionalizar. Com inegável talento político para compreender as demandas de grupos tão diversificados (que incluíam comunistas, integralistas, militares e membros da oligarquia), Vargas soube conservar um precário equilíbrio entre as forças que o apoiavam. Com isso, manteve-se no poder por quinze anos, sempre alternando, ao sabor da política, as afinidades ideológicas: ao mesmo tempo em que promovia reformas econômicas e sociais que agradavam aos trabalhadores e ao campesinato, afastava-se dos setores mais à esquerda que estiveram originariamente ao seu lado em 1930. Impulsionava a concessão de direitos sociais, mas mantinha os sindicatos sob rígido controle.

Nessas circunstâncias, enquanto padrão do comportamento político, o regionalismo declinou depois de 1930, quando novas linhas divisórias apareceram na política nacional. A “questão social” passou a ganhar importância, em parte pelos índices acelerados de urbanização e industrialização. Novos partidos, baseados mais em classes sociais do que em áreas geográficas, vieram à tona como organizações formidáveis nessa década. Grupos francamente comunistas, socialistas e fascistas ganharam notoriedade na política brasileira.¹⁷⁹ Nas palavras do brasilianista Joseph Love, “a Revolução de 1930 representou mais do que a queda de um governo; foi o fim de um sistema político”.¹⁸⁰

Seria equivocada, porém, como enfatizou Boris Fausto, imaginar a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato pós-1930. Pelo contrário, o Governo Provisório teve de tatear em muitas medidas, teve de enfrentar os descontentamentos de velhos amigos pertencentes às oligarquias regionais, teve de enfrentar revoltas dos quadros inferiores, pressões tenentistas no âmbito das Forças Armadas e, sobretudo, a “guerra paulista”, deflagrada em 1932. Mas o processo político que se desenrolou ao longo do período levou ao reforço do poder central e à reconstrução do Estado, que ultrapassou vitoriosamente suas maiores dificuldades.¹⁸¹

As primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório foram intervencionistas e centralizadoras, inspiradas nas reivindicações dos setores tenentistas. Entre elas estava o

¹⁷⁹ LOVE, Joseph. L. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1995; p. 267.

¹⁸⁰ A sucessão presidencial significara sempre uma fonte de instabilidade e o Rio Grande do Sul frequentemente havia se resguardado numa posição independente na política de sucessão. O papel dos gaúchos só era decisivo quando Minas Gerais e São Paulo podiam ser isolados- em 1910, 1919 e 1930. Nesta conjuntura, em 1930, os gaúchos estavam singularmente preparados a conduzir uma revolução contra o governo de Washington Luís. In: *Ibid*; p. 261.

¹⁸¹ FAUSTO, 1997; p.22.

Sistema de Interventorias, um importante instrumento de controle do poder central na política local.¹⁸² Na área social, fez investimentos significativos. Ainda em novembro de 1930 foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, chamado Ministério da Revolução, e o Ministério da Educação e Saúde Pública.

O processo de legitimação do governo demandou o envolvimento de vários ministérios, dentre os quais destacou-se o Ministério da Educação e Saúde, que proporcionou articulações envolvendo a educação pública e a política, como pôde ser evidenciado na substituição de Washington Pires por Gustavo Capanema,¹⁸³ em 1934.¹⁸⁴ Capanema teve papel fundamental na construção de um discurso nacionalista, valorizando a centralização do poder, bem como a personificação dos interesses nacionais na imagem de Getúlio Vargas.

No campo econômico, o processo de transformação capitalista ganhou forças, a partir da industrialização e das transformações sociais. Por meio de seus gastos e investimentos, como defendeu Sônia Draibe, o Estado brasileiro criou as condições necessárias para coordenar o ritmo e os rumos da economia. Isto é, o Estado planejou, regulou e interveio nos mercados e nas relações sociais, tornando-se um elemento indispensável nesse processo.¹⁸⁵ As medidas adotadas foram centralizadoras e intervencionistas. O governo desejava exercer um controle maior sobre a produção e comercialização dos principais produtos agrícolas brasileiros. Para Dulce Pandolfi, é a partir daí que se desencadeia o processo de industrialização do país.¹⁸⁶ A estrutura social, baseada até aquele momento essencialmente na estrutura cafeeira, permitiu que esse complexo exportador estabelecesse um sistema de reprodução ampliado e diferenciado em relação aos demais complexos regionais (o açucareiro, o da borracha, etc.).¹⁸⁷

¹⁸² SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa Ômega, 1976; p.87-95.

¹⁸³ Ministro empossado em 26 de julho de 1934 no Ministério da Educação e Saúde, no lugar de Washington Pires, que desde 1932 sucedeu a Francisco Campos, o primeiro a ocupar esse ministério, em 1930. Capanema permaneceu à frente do Ministério até 1945.

¹⁸⁴ SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bosquet; COSTA, Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000; p. 65.

¹⁸⁵ DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; p.19.

¹⁸⁶ PANDOLFI, 2003; p. 3.

¹⁸⁷ DRAIBE, op. cit.; p.31.

Tabela 3- Brasil: Índices de preço e quantidades de importações e exportações, 1928-1945.

Brasil: Índices de preço e quantidades de importações e exportações, 1928-1945. ¹⁸⁸						
Ano	Importação		Exportação		Termos de troca	Capacidade para importar
	Preço	Quantidade	Preço	Quantidade		
1928	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1929	96,3	100,9	94,3	104,9	97,9	102,7
1930	104,7	61,9	63,7	111,0	60,8	67,5
1931	122,0	43,5	68,5	120,4	56,1	67,5
1932	106,0	39,1	75,7	83,6	71,4	59,7
1933	104,8	56,6	67,2	104,7	64,1	67,1
1934	111,2	62,0	75,8	113,9	68,2	77,7
1935	151,2	71,1	78,1	125,9	51,7	65,1
1936	161,0	73,4	87,0	134,3	54,0	72,5
1937	167,2	88,3	91,9	130,1	55,0	71,6
1938	174,6	82,9	74,8	159,5	42,8	68,3
1939	176,4	77,1	78,6	166,1	44,6	74,1
1940	214,0	63,5	84,1	137,0	39,3	53,8
1941	239,8	64,1	100,1	156,3	42,6	66,6
1942	281,0	45,2	138,1	126,2	49,2	62,1
1943	330,9	50,9	154,7	131,2	46,8	61,4
1944	333,0	65,5	173,3	143,8	52,1	74,9
1945	345,4	68,2	184,5	153,6	53,4	82,0

Fonte: (ABREU, 1999; p. 76).

Para José Murilo de Carvalho, 1930 foi um divisor de águas na história do país, pois houve aceleração das mudanças sociais e políticas, com avanço dos direitos sociais, sendo que, a partir desse forte impulso, a legislação social não parou de ampliar seu alcance,

¹⁸⁸ Os índices são Fisher com pesos e variáveis, ambos calculados diretamente. Fontes: Computados de dados desagregados apresentados em Ministério da Fazenda, Comércio Exterior, diversos anos. Os índices de preço referem-se a preços em moeda doméstica. In: ABREU, Marcelo Paiva de. **O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; p.76. Os índices de *quantum* da tabela indicam que o volume de importações caiu contínua e dramaticamente entre 1929 e 1932, quando chegou a um mínimo de 39% do volume de pico de 1928; o volume de exportações, porém, cresceu até 1931, tendo 1932 sido o único ano de recessão em que sofreu queda (de 16% em relação a 1928 e de 30 % em relação a 1931) O preço das importações em mil-réis cresceu 6%, enquanto o preço das exportações caiu quase 25%, ocorrendo, portanto, uma perda de cerca de 30% nos termos de troca e de 40% na capacidade de importar. In: Ibid; p.77.

apesar dos grandes problemas financeiros e gerenciais que até hoje afligem sua implementação.¹⁸⁹ Ângela de Castro Gomes, por sua vez, lembra que a pobreza passava a ser considerada um obstáculo para o desenvolvimento da nação, e a ignorância dessa questão social e o imobilismo do Estado começaram a ser apontados como as razões de sua permanência, residindo a solução da problemática na inserção de novas esferas de intervenção do Estado que incluíssem áreas como educação, saúde e o mercado de trabalho.¹⁹⁰

Diante dessa nova conjuntura, os militares brasileiros ganharam maior proeminência com a ascensão de Vargas ao poder, pois assumiram postos de comando político desde o começo do governo. O esforço de industrialização a partir dos golpes de 1930 ou 1937, conforme demonstrou Eduardo Svartman, também se voltava para a modernização da indústria militar e a compra de material bélico.¹⁹¹ Por esse motivo, a proeminência dos militares se consolidou e se expandiu durante o Estado Novo, sobretudo, com a participação do Brasil na II Guerra Mundial.

Os tenentes, por sua vez, temerosos com a força das oligarquias regionais, buscaram se organizar enquanto grupo. Para eles, a ameaça maior vinha não por parte dos derrotados em 1930, mas, dos “políticos profissionais”, aqueles que, apesar de terem participado do movimento revolucionário, não haviam aderido ao “espírito da revolução”. No interior das Forças Armadas, a insatisfação era grande. Para se ter uma ideia do estado de indisciplina que tomou conta da instituição depois da revolução, entre 1930 e 1934, como apontou José Murilo de Carvalho, ocorreram cerca de 50 movimentos militares, incluindo aí revoltas, protestos, conspirações e agitações variadas.¹⁹² Por outro lado, para se contrapor aos avanços do tenentismo, diversas facções oligárquicas se rearticularam, exigindo o fim do regime discricionário.

Em julho de 1932 eclodiu uma revolução em São Paulo que se transformou numa guerra civil. A Revolução Constitucionalista,¹⁹³ como se tornou conhecida, durou três meses.

¹⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; p. 87.

¹⁹⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999; p.54.

¹⁹¹ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O pragmatismo na cooperação militar com os Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 40. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v.34, n.1, 2008.

¹⁹² CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política. 1930-1945. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **A Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília, Ed. UnB, 1988, p. 113.

¹⁹³ O levante militar iniciado em São Paulo no dia nove de julho de 1932 foi consagrado como “Revolução Constitucionalista”. Apesar da derrota paulista, é o evento histórico mais celebrado na história do Estado e da cidade. Na historiografia, ficou a ideia de que São Paulo perdeu, mas venceu. Afinal a reivindicação de uma

No dia 2 de outubro, os paulistas, cercados por tropas federais, se renderam. Os principais líderes do movimento foram presos, tiveram seus direitos políticos suspensos por três anos e muitos foram exilados. Não obstante, apesar da derrota militar, os paulistas tiveram ganhos políticos. Além do compromisso do Governo Provisório em levar adiante o processo de reconstitucionalização do país, São Paulo, a partir de agosto de 1933, passou a ter um interventor paulista e civil, como desejava a elite: Armando Sales de Oliveira.¹⁹⁴

Esse conflito provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares. A repressão não se abateu somente sobre os revoltosos paulistas. Parte da liderança gaúcha e mineira que havia participado da “Revolução de 1930” por terem apoiado a causa paulista foi alijada do processo político em curso, e mais de 500 oficiais foram expulsos das Forças Armadas. Depois da experiência de 1932, reestruturar as Forças Armadas e fazer delas um ator político significativo passou a ser uma das preocupações centrais de Vargas.¹⁹⁵

Com a convocação de uma nova Assembleia Constituinte, a Constituinte iniciou seus trabalhos no dia 15 de novembro de 1933 e sete meses depois, em 16 de julho do ano seguinte, a Constituição foi promulgada. Um dia após a sua promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, presidente da República. Inovadora em muitos aspectos,¹⁹⁶ a Constituição de 1934 atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da “Revolução de 30”. Na realidade, ela propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. O presidente não escondeu seu descontentamento com a nova Constituição.¹⁹⁷

Em outubro de 1934 foram realizadas eleições para o Congresso Nacional e para as assembleias legislativas estaduais. As eleições foram turbulentas e houve conflitos no

Constituinte prevaleceu. A campanha de transformação do levante frustrado em vitória política, que segue até hoje, conforme alertou Francisco Moraes, começou no dia seguinte à retirada e à oficialização da derrota. In: MORAES, Francisco Quartim de. **1932: a história invertida**. São Paulo: Anita Garibaldi; Fundação Maurício Grabois, 2018; p.13-14.

¹⁹⁴ PANDOLFI, 2003; p. 4.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ A representação classista que vigorou nas eleições de 1933, foi mantida no texto constitucional. O direito de voto foi estendido a homens e mulheres maiores de 18 anos, os direitos sociais foram consagrados, e instituiu-se uma Justiça do Trabalho. A Igreja Católica teve ganhos importantes como o direito à educação confessional nas escolas públicas. As eleições para a presidência da República, governos estaduais e prefeituras seriam diretas. Mas, à semelhança do que havia ocorrido no caso da presidência da República, os próximos governadores seriam eleitos indiretamente pelas respectivas assembleias estaduais, cujas eleições iriam ocorrer em outubro de 1934. O mandato de todos era de quatro anos, não sendo permitido a reeleição. As próximas eleições seriam em 1938 e Vargas não poderia ser candidato.

¹⁹⁷ PANDOLFI, op. cit.; p. 4.-5.

Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Rio de Janeiro.¹⁹⁸ Em muitos estados os interventores foram derrotados e as forças decaídas em 1930 reconduzidas ao poder. Esse foi, sem dúvida, outro momento de rotatividade das elites. De toda forma, o restabelecimento de uma ordem legal estimulou a participação política e fortaleceu o movimento social. Várias greves eclodiram no período e o processo político radicalizou-se. À direita e à esquerda surgiram duas organizações políticas não partidárias que tiveram abrangência nacional e se tornaram bastante expressivas. Totalmente divergentes entre si, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) eram bem definidas programaticamente e conseguiram produzir grande mobilização no país.¹⁹⁹

Em julho de 1935, por exemplo, a ANL lançou um manifesto conclamando: “Todo poder à ANL”. Após a divulgação desse manifesto, o governo declarou a ilegalidade da organização e a prisão de seus membros. Mesmo na clandestinidade, em novembro de 1935, a ANL promoveu algumas rebeliões armadas nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, que ficaram conhecidas como “Intentona Comunista”.²⁰⁰ Esse levante,²⁰¹ como ressaltou Celina D’Araújo, foi resultado de uma avaliação dos comunistas brasileiros e do Comintern sobre a possibilidade de implantar um governo popular e revolucionário no Brasil, configurando-se numa “ameaça real ao governo de Vargas, e não apenas um pretexto para o golpe de 1937”, uma vez que tal evento ocorreu no interior das Forças Armadas.²⁰²

Dessa maneira, o governo se utilizou desses movimentos para conseguir a aprovação do pedido de decretação do estado de sítio, que aumentava consideravelmente seus poderes. Com isso, a partir de 1935, vários parlamentares, jornalistas, políticos e intelectuais foram perseguidos, presos ou exilados pelo governo varguista. Em 1936, o Congresso votou quatro vezes para ampliar o Estado de sítio por noventa dias.²⁰³ Em menos de cinco meses após a insurreição, de novembro de 1935 a março de 1936, o regime varguista montou um aparato repressivo à altura de qualquer ditadura: decretou o estado de sítio,

¹⁹⁸ LEVINE, Robert. **O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980; p.75-88.

¹⁹⁹ PANDOLFI, 2003; p.5.

²⁰⁰ D’ARAÚJO, Maria Celina. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000; p.16.

²⁰¹ A chamada “Intentona Comunista” ocorreu no fim do mês de novembro de 1935. Eclodiu na cidade de Natal no dia 23, passando pela cidade do Recife e somente no dia 27 na cidade do Rio de Janeiro. Antes de começar a rebelião no Rio de Janeiro, ainda no dia 25 de novembro de 1935, Vargas já havia reunido o Ministério para expor a situação e discutir com o seu ministro da Justiça, Vicente Rao, os termos do pedido de autorização para a decretação do estado de sítio entregue ao Poder Legislativo. In: VARGAS, Getúlio. **Diário**. Volume I (1930-1936). São Paulo, Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995, p. 445.

²⁰² PANDOLFI, op. cit.; p.5.

²⁰³ SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1982; p.44.

reformou a Constituição de 1934 para aumentar os efeitos das medidas de emergência e alterou a Lei de Segurança Nacional. No âmbito da atuação das instituições, promoveu uma feroz repressão policial, com inúmeras prisões, criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, com o objetivo de expurgar do serviço público civis e militares acusados de subversão, e o Tribunal de Segurança Nacional, órgão judicial para processar e punir os participantes da “Intentona”.²⁰⁴

Sabe-se que o Plano Cohen foi escrito pelo capitão Olimpo Mourão Filho, integralista desde 1932, organizador da milícia paramilitar do partido, membro da câmara dos quatrocentos e, em 1937, chefe do serviço secreto integralista. Ele também estava a serviço do setor de inteligência do Estado-Maior do Exército. O capitão redigiu o documento com uma simulação de golpe de estado comunista para um exercício defensivo dos integralistas. Plínio Salgado rejeitou-o para uso do partido por julgá-lo fantasioso demais, mas o chefe do Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro, aproveitou parte desse documento como justificativa para solicitar ao Congresso que tornasse a decretar o estado de guerra.²⁰⁵

Nesse cenário, se o levante de 1935 não foi o responsável isolado pelo golpe de estado ocorrido em novembro de 1937, conforme enfatizou Raphael Marques, ao menos proporcionou as condições para a sua articulação.²⁰⁶ Em um regime constitucional de frágil manutenção, cujos governantes não acreditavam na possibilidade de conter a subversão com as leis e com a constituição existentes, “a aventura de 1935 foi um presente dos céus para os setores da cúpula civil e militar que, desde 1930, defendiam a implantação de um regime autoritário”.²⁰⁷

Uma das medidas que mais contribuiu para o aprofundamento do autoritarismo do regime foi a modificação da Constituição de 1934. Aprovada a reforma da Lei nº 38/1935, a chamada “Lei de Segurança Nacional”, faltava o último e mais drástico passo: alterar a constituição para conferir ao estado de sítio efeitos de estado de guerra.²⁰⁸ Alterada a constituição, estava aberto o caminho para a suspensão das garantias constitucionais. Um dos primeiros a defender a medida foi o general Góes Monteiro. Em memorando dirigido ao general Francisco José Pinto, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República,

²⁰⁴ DE PAULA MARQUES, Raphael Peixoto. Estado de exceção e mudança (in) constitucional no Brasil (1935-1937). **Historia Constitucional**, nº 14, septiembre, 2013; Universidad de Oviedo, España; p. 354.

²⁰⁵ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009; p. 525.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. Companhia das Letras, São Paulo, 2006; p. 75-76.

²⁰⁸ DE PAULA MARQUES, op.cit.; p. 354.

Monteiro propôs a adoção de algumas providências para evitar um novo “golpe bolchevista”. Para o general, “a bolchevização intoxicou as camadas mais ativas da sociedade e das instituições do Estado; atingiu a medula da nação, isto é, a família, a intelectualidade, as classes armadas”. Por isso, era preciso “não se deter em face de formalidades.”²⁰⁹

Assim sendo, a decisão para decretar o estado de guerra foi tomada em reunião ministerial ocorrida no dia 19 de março de 1936, cuja pauta era combinar medidas de repressão ao comunismo. A diplomacia seria uma dessas medidas utilizadas pelo governo. Um dos motivos para o encontro, do qual participaram Vicente Rao, o deputado federal Adalberto Corrêa, o chefe de Polícia Filinto Müller, o deputado federal e presidente da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) Agamenon Magalhães²¹⁰ e os ministros militares, foi o grande número de documentos apreendido na ocasião da prisão de Luís Carlos Prestes, no dia 5 de março.²¹¹ Na opinião de Müller, essa documentação atestava a continuidade do processo conspiratório e indicava, também, novas articulações golpistas, o que acentuava a gravidade do momento e a necessidade de providências enérgicas.

Com o acirramento das relações entre oposição e governo a partir desses acontecimentos, reacendeu-se o debate em torno da sucessão presidencial. Conforme a Constituição de 1934, o mandato presidencial acabaria em 1938, sendo proibida a reeleição. A alternativa seria uma nova reforma constitucional. Esta opção levou Vargas a consultar, com o auxílio de Agamenon Magalhães, os governadores sobre o apoio de uma eventual modificação da constituição que garantisse a prorrogação dos seus próprios mandatos e do presidencial. Alguns juristas também foram consultados. Porém, as respostas foram negativas, indicando a impossibilidade de Vargas ficar no poder por mais tempo do que o previsto constitucionalmente.²¹² De acordo com Aspásia Camargo, “esboçava-se, assim, desde meados de 1936, a perspectiva do golpe”.²¹³ Além das alianças civis, seria necessário articular-se com os militares. Para tanto, Getúlio tentou fortalecer seu governo com a nomeação, em dezembro de 1936, de Eurico Gaspar Dutra²¹⁴ e com a reaproximação do

²⁰⁹ Ibid; p. 365.

²¹⁰ Durante o governo de Vargas, foi Ministro do Trabalho (1934-1937), Ministro da Justiça (1937; 1945) e Interventor de Pernambuco (1937-1945).

²¹¹ DE PAULA MARQUES, 2013; p.365.

²¹² Ibid; p. 375.

²¹³CAMARGO, Aspásia. **O golpe silencioso: as origens da república corporativa**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989; p.102.

²¹⁴ Dutra foi Ministro da Guerra do Brasil entre 1936 e 1945.

general Góes Monteiro.²¹⁵ Meses depois, por meio de um golpe político, instalou um regime ditatorial, o Estado Novo.

Eurico Gaspar Dutra era grato a Getúlio Vargas por suas promoções a coronel e general-de-brigada. Seu longo tempo no ministério e sua parceria com Góes Monteiro fortaleceriam a centralização do governo nacional, modernizariam o Exército e o levariam à guerra contra a Alemanha, eliminariam o regionalismo político como uma ameaça à integridade da pátria e fariam das Forças Armadas o moderador do sistema político brasileiro nas décadas seguintes.²¹⁶

É importante observar que Góes Monteiro não foi a primeira escolha de Getúlio para chefiar o Estado-Maior do Exército; ele seria nomeado por insistência de Dutra. O tio da esposa do presidente fora o escolhido inicialmente. O general Valdomiro Castillo de Lima teria sido uma escolha lógica naquele momento crítico devido aos laços de família; fora, inclusive, soldado comandado pelo pai de Getúlio, o coronel Manuel do Nascimento Vargas, na guerra civil de 1894. Provavelmente Getúlio julgava que as raízes gaúchas do general Valdomiro poderiam ser úteis no iminente confronto com Flores da Cunha.²¹⁷

O sucesso das experiências italiana e alemã serviu de inspiração para reformas políticas que ocorreram também em alguns países latino-americanos: Brasil, Uruguai e Argentina especialmente. Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração fascista. Um traço comum pode ser encontrado na aversão à liberal democracia e na proposta de organização de um Estado forte e autoritário, corporativo, encarregado de gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem.²¹⁸

Para alguns dos apoiadores de Vargas, aquele golpe político representava a consolidação da ideologia política defendida pelos “revolucionários” de 1930. Para Francisco Campos, por exemplo, “a Revolução de 30 só se operou, efetivamente, em 10 de novembro de 1937”.²¹⁹ Isso porque o perigo comunista tão alardeado nas justificativas para o golpe e para a instituição de uma nova constituição revelou-se, em novembro de 1937, além de pretexto, como fermento para a construção da noção paradoxal de “democracia

²¹⁵ Góes Monteiro foi Ministro da Guerra (1934-1935; 1945-1946) e Chefe do Estado-Maior do Exército entre 1937 e 1943.

²¹⁶ MCCANN, 2009; p. 509.

²¹⁷ Ibidem.

²¹⁸ CAPELATO, 2011; p. 107-143.

²¹⁹ CAMPOS, Francisco. **O Estado nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 41.

autoritária”.²²⁰ Por esse ângulo, o golpe não representou uma verdadeira ruptura, mas “a consolidação de um processo de fechamento e repressão que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis, diplomatas e militares.”²²¹ No mesmo dia, 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas reuniu seu ministério e, diante dos microfones da Rádio Nacional, apresentou ao país uma nova Constituição.²²²

De acordo com o discurso de Vargas e dos homens que ajudaram a construir o novo regime, a Revolução de 30 e o Golpe de 1937 eram fases de um mesmo processo. Nessa visão, o Estado Novo seria o resultado natural de um movimento que teve o seu ponto de partida em 1930.²²³ No entanto, conforme acentuou Dulce Pandolfi, diferentemente do discurso dos vitoriosos em 1937, entre a revolução e o golpe, ocorreram disputas importantes e se houve continuidade entre os dois acontecimentos, houve também ruptura.

Por isso, não se pode afirmar que durante o governo Vargas (1930-1945) existia uma proposta ideológica homogênea e plenamente acabada por parte do próprio governo. Pelo contrário, em razão da inexistência de uma doutrina oficial bem delimitada e precisa, não é possível tabular simploriamente um corpo homogêneo de concepções do governo de Vargas, pois a própria matriz ideológica do então presidente era multifacetada.²²⁴ Francisco Campos, por exemplo, ministro da educação e da justiça, além de ter sido o elaborador da Constituição outorgada de 1937, utilizou-se expressamente da Alemanha nazista como o modelo que seria (ou deveria ser) a aspiração dos povos dos diversos países.²²⁵ Por outro lado, Oswaldo Aranha, ministro e braço-direito do presidente, era um profundo apreciador do modelo político dos Estados Unidos.

Mesmo assim, quanto ao âmago das proposições extraídas do discurso oficial do Estado Novo, considera-se correta a afirmação de Ângela de Castro Gomes de ser possível encontrar, no seio dessas propostas, um conjunto de ideias central capaz de caracterizar um

²²⁰ DE PAULA MARQUES, 2013; p. 383.

²²¹ D'ARAÚJO, 2000, p. 15.

²²² Esta nova Constituição legalizou um aparato de medidas destinadas a estreitar os espaços das liberdades políticas, controlar os movimentos dos trabalhadores, disciplinar a mão-de-obra e industrializar o país. O Estado intervencionista promoveu sua legitimidade na defesa do desenvolvimento econômico, nas integrações do país (política, social e territorial), na promulgação dos direitos trabalhistas e sociais e na construção do progresso dentro da ordem. In: LAGO, Mayra Coan. Conflitos e pedidos de terra nas cartas dos trabalhadores para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018; p.135.

²²³ PANDOLFI, 2003; p. 1-7.

²²⁴ MEIRELES JUNIOR, Claudio Alcantara. O Estado Novo por Getúlio Vargas: a verdadeira democracia é a democracia social? **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018; p.234.

²²⁵ Ibid; p.233.

determinado projeto político-ideológico.²²⁶ Nesse sentido, durante o Estado Novo, como destacou Mônica Velloso, houve uma intensa preocupação com a criação, para a população brasileira, de uma imagem a respeito do governo e da própria figura de Getúlio Vargas, pois, no projeto político estado-novista, a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental, na medida em que se constituiu numa doutrina de obrigação política para a sociedade civil, pois o regime teve como uma de suas maiores preocupações construir uma nova estratégia político-ideológica, capaz de legitimá-lo frente à opinião pública.²²⁷

Nessa perspectiva, a instalação da ditadura do Estado Novo foi um ponto de inflexão. A Constituição de 1937, muitas vezes chamada de polaca, pela inspiração fascista, fortaleceu o Executivo e suspendeu as atividades do Poder Legislativo e, com isso, Vargas iniciou um processo de reformulação da política nacional, com centralização do poder no governo federal e reestruturação da máquina estatal, atribuindo-se maiores poderes e maior capacidade de gestão ao governo central. Iniciou-se assim um processo mais estruturado de industrialização nacional, com foco na indústria de base. Começava também o processo dirigido pelo Estado de ocupação do interior do território brasileiro. A partir da industrialização, estimulou-se a urbanização e a criação de uma nova classe média. Nesse cenário, os trabalhadores urbanos foram mais prestigiados, a partir da criação de uma série de normas de proteção dos direitos do trabalhador.

Tal perspectiva de supressão dos conflitos de classes, mas dentro de uma ordem centralizadora e autoritária, remete ao berço político de Vargas no castilhismo e positivismo gaúcho.²²⁸ Getúlio Vargas falava da necessidade de cooperação e confiança para a superação dos problemas sociais, o que na prática era a proclamação da figura do líder que implementaria de cima para baixo as mudanças necessárias para a sociedade, cabendo à massa confiar sem questionamentos, tendo como contrapartida o estabelecimento de benefícios sociais aos trabalhadores.²²⁹

²²⁶ GOMES, Ângela Maria de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982; p.110.

²²⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982; p.71.

²²⁸ Considera-se positivismo gaúcho a denominação – que se apresenta na bibliografia especializada de maneira mais geral – tecida pelos pesquisadores do pensamento político imbrincado às práticas políticas preponderantes nas administrações do governo rio-grandense da Primeira República, fortemente influenciadas pela doutrina positivista em razão exatamente do protagonismo do PRR de Júlio de Castilhos na política local desse período.

²²⁹ MEIRELES JUNIOR, 2018; p.244.

Nesse cenário, as mudanças sociais vieram por meio da técnica autoritária, sem rupturas abruptas ou revolução social. Por conseguinte, com a extinção de partidos, parlamento e regionalismos, a democracia social poderia finalmente ser estabelecida sem empecilhos, pois o governo centralizado no chefe da nação reconhecia o valor social do trabalho e a importância do trabalhador para o desenvolvimento do país, podendo dar prosseguimento a sua política social, dessa feita com total autonomia.²³⁰ Todavia, por outro lado, o presidente eliminou os direitos políticos.²³¹ Em suma, mudava-se o regime, contudo, Vargas mantinha-se na chefia do Executivo.

No plano externo, desde 1930, o cenário internacional e regional se alterou, em grande medida, devido às consequências da crise econômica estrutural de 1929. Como resultado, a política externa e a economia brasileiras sentiram seus efeitos. Nessa sequência, abordar-se-á, portanto, a política externa nos tempos de Getúlio Vargas (1930-1945), em especial, aquela voltada para a região do Rio da Prata. Com isso, compreende-se o legado geopolítico dessa região para os formuladores e executores da diplomacia brasileira.

2.1.1.2) A política externa brasileira e o lugar da região platina

Sobre a política externa do governo de Getúlio Vargas, há uma produção historiográfica significativa. Todavia, apesar de trabalhos notórios a respeito da projeção internacional do Brasil nesse período, principalmente, sobre o seu envolvimento durante a Segunda Guerra Mundial, há poucas pesquisas com ênfase à sua projeção regional.

Durante as diferentes fases do governo de Vargas (1930-1945), o Ministério das Relações Exteriores passou pelo comando de Afrânio de Melo Franco (1930-1933), José Carlos de Macedo Soares (1934-1936), Mário de Pimentel Brandão (1936-1938), Oswaldo Aranha (1938-1944) e Pedro Leão Velloso (1945-1946).²³² No caso da embaixada brasileira em Montevideú, o Brasil foi representado por: Hélio Lobo (1926-1931), Artur Guimarães de Araújo Jorge (1931-1933), Lucílio da Cunha Bueno (1933-1937), João Batista Lusardo (1937-1945) e José Roberto de Macedo Soares (1945-1951). Já na embaixada brasileira em Buenos Aires, seu comando refletia à instabilidade política do país. Passaram pela capital

²³⁰ Ibid; p.249.

²³¹ Na verdade, a restrição da participação política foi utilizada como pressuposto necessário para viabilizar a atuação governamental na garantia e implementação da legislação social. A cidadania não estava mais atrelada ao título de eleitor e exercício do sufrágio, mas à posse da carteira de trabalho e garantia de uma ocupação profissional regulamentada.

²³² Cf. Apêndice B (Tabela dos ministros das relações exteriores) ao final da Tese.

argentina: José de Paula Rodrigues Alves (1926-1930), Rubens Duham (1930-1931), Joaquim Francisco de Assis Brasil (1931-1933), Protássio Baptiste Gonçalves (1933), José Bonifácio de Andrada e Silva (1933-1937), João Alberto Lins de Barro (1937-1938), Luiz Guimarães Filho (1938), José de Paula Rodrigues Alves (1938-1944), Paulo Demôro (1944), Décio Martins Coimbra (1945) e João Batista Lusardo (1945-1947).²³³

Como lembrou Stanley Hilton, o telefonema na noite de 24 de outubro de 1930, feito em nome do chefe do Estado-Maior do Exército, pôs fim ao asilo voluntário de Afrânio de Melo Franco²³⁴ na embaixada peruana, onde se refugiara para escapar à perseguição policial. Chamado ao Palácio do Catete e convidado nessa mesma noite pela junta militar, que acabava de depor o presidente Washington Luís, a assumir a pasta do Exterior, Melo Franco concordou. Dois dias depois, Afrânio de Melo Franco distribuiu uma circular aos representantes diplomáticos estrangeiros garantindo que o novo governo instituído acataria todos os compromissos nacionais contraídos no estrangeiro, os tratados internacionais, a dívida pública, a dívida externa e demais obrigações oficiais.²³⁵ Dias depois, Getúlio Vargas tomou o poder no Rio de Janeiro e, ao formar seu Governo Provisório (1930-1934), pediu que ele continuasse no cargo.²³⁶ Dionísio Ramos Monteiro, representante diplomático no Rio de Janeiro,²³⁷ foi pressionado pelo novo chanceler brasileiro para reconhecer o novo governo.²³⁸ Dias depois, Hélio Lobo, em Montevideu, por sua vez, cobrou o reconhecimento oficial por parte do governo uruguaio.²³⁹ Foi atendido no mesmo dia, 4 de novembro de 1930.

²³³ Cf. Apêndice C (Distribuição dos representantes diplomáticos brasileiros e uruguaios na região do Rio da Prata) ao final da Tese.

²³⁴ Afrânio de Melo Franco (1870-1943) já era uma personalidade conhecida nos círculos internacionais. Foi ministro das Relações Exteriores entre 1930 e 1933. Frente à necessidade de elaboração de uma nova Constituição e pela sua qualidade de jurista, coube a Afrânio de Melo Franco a presidência da Comissão, designada em 1932, de elaborar o projeto da nova Constituição Federal, que seria promulgada em 1934.

²³⁵ Nota circular de Afrânio de Melo Franco. Ofício nº 443, de 26 de outubro de 1930. Ramos Montero, enviado extraordinário y ministro plenipotenciário de la República Oriental del Uruguay, al Ministro Rufino T. Domínguez. In: Gobierno Brasileiro del Brasil. Reconocimiento (Revolución de 1930). Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 2 (1930-1932). Carpeta. 2130; AHMREU.

²³⁶ HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: a consolidação da estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013; p.441.

²³⁷ Ramos Monteiro foi enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Uruguai no Rio de Janeiro entre 1920 e 1932.

²³⁸ Ramos MONTERO, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Uruguai no Brasil, para o chanceler uruguaio Rufino T. DOMÍNGUEZ, Rio de Janeiro, of. nº 443, 26.10.1930. In: Gobierno Brasileiro del Brasil. Reconocimiento (Revolución de 1930). Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 2 (1930-1932). Carpeta 2130; AHMREU.

²³⁹ Hélio LOBO, embaixador brasileiro em Montevideu, para o chanceler uruguaio DOMÍNGUEZ, Montevideu, of. nº 29, 4.11.1930. In: Gobierno Brasileiro del Brasil. Reconocimiento (Revolución de 1930). Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 2 (1930-1932). Carpeta 2130; AHMREU.

À frente do Ministério das Relações Exteriores, Melo Franco se dedicou, em primeiro lugar, a uma reforma administrativa da Secretaria do Estado: criou os consulados privativos em certos estados fronteiriços comissionando residentes brasileiros locais, operou a fusão dos quadros de funcionários, estabelecendo a rotatividade entre os postos consulares, diplomáticos e de Secretaria. Com a Reforma Melo Franco, como descreveu Flávio Castro, iniciou-se a fase do desenvolvimento orgânico do Itamaraty, caracterizada pela absorção do funcionalismo da Secretaria de Estado nos quadros do Corpo Diplomático e do Corpo Consular.²⁴⁰ Acabou com o sistema antiquado de tratados de comércio bilaterais que substituiu por trinta acordos sob base comum da cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida, reforma bem aceita pelos governos estrangeiros. Melo Franco continuou a política de Otávio Mangabeira no trabalho de delimitação das linhas de fronteiras, no que foi auxiliado por Dias de Aguiar (Venezuela e Guiana Britânica), Renato Rodrigues Pereira (Colômbia) e Néri da Fonseca (Uruguai).²⁴¹

Na região, Melo Franco teve papel importante na resolução do conflito entre Bolívia e Paraguai pela disputa do Grande Chaco, assim como ajudou a resolver a pendência do território de Letícia (Colômbia, Peru e Brasil). Mas não fez nenhuma modificação importante na política externa, mesmo considerando que Getúlio Vargas e seus companheiros gaúchos pouco entendiam de política internacional e pouco se interessavam por ela.²⁴² Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, filho do chanceler, “eles deixavam as mãos livres ao ocupante do Itamaraty”.²⁴³

O brasilianista Stanley Hilton lembrou que Melo Franco, ao longo de sua vida pública, sofreu desapontamento atrás de desapontamento em seu relacionamento com a Argentina, mas, mesmo assim, manteve sempre em vista os altos interesses da segurança nacional e a necessidade, portanto, de prosseguir empenhando-se para criar um ambiente mais harmonioso entre o Brasil e o adversário histórico. Como chanceler, portanto, procurou estreitar as relações bilaterais com a Argentina, aproveitando cada oportunidade, por menor que parecesse, para abrir fissuras na muralha de prevenção e suspeita que separava os dois

²⁴⁰ CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: FUNAG, 2009; p. 305.

²⁴¹ CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Ed.Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1998; p. 264-265.

²⁴² Enquanto Melo Franco procurava melhorar as relações bilaterais com a Argentina, criar condições para uma intensificação com a Bolívia e o Paraguai, e restabelecer a paz nas fronteiras, esforçava-se para cultivar um relacionamento especial com os EUA. No entanto, esse desejo existia muito mais nas cogitações brasileiras do que na realidade. Somente com a Segunda Guerra Mundial, o Brasil ganharia atenção especial dos EUA.

²⁴³ MELO FRANCO, Afonso Arinos. **Um Estadista da República**. Rio de Janeiro; 1955; p. 1372.

países. Deu pleno apoio, assim, à ideia de realizar uma exposição industrial brasileira em Buenos Aires, mandou negociar um novo convênio comercial bilateral e persuadiu Vargas a convidar o general Agustín Justo, presidente da Argentina (1932-1938), a visitar o Brasil.²⁴⁴

Na guerra do Chaco, a intervenção do Brasil foi iniciada por Melo Franco, mas habilmente continuada e terminada por José Carlos de Macedo Soares.²⁴⁵ Após interinidade de seis meses de Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda²⁴⁶ e com a volta à normalidade institucional pela promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, a eleição de Getúlio Vargas para Presidente da República, no quadriênio de 1934-1938, e a nomeação de um novo Ministério, coube a Pasta das Relações Exteriores ao embaixador José Carlos de Macedo Soares. Com Macedo Soares a frente da pasta do Exterior, o Brasil assinou com os Estados Unidos, em 1935, um novo tratado comercial que instituiu a concessão recíproca de “tratamento da nação mais favorecida”. Este tratado, se de um lado estabelecia franquias a alguns produtos brasileiros (café, mate, cacau, borracha, entre outros) de outra concedia reduções de 20% a 60% sobre certos artigos industriais entre os quais máquinas, aparelhos e aços.²⁴⁷ Além disso, esse período foi marcado por visitas de lideranças mundiais e regionais.²⁴⁸

Com os países europeus, o Brasil se aproximou da Alemanha.²⁴⁹ Decerto, sob o ponto de vista político, Berlim encarava o país sul-americano basicamente como um país amigo. O Brasil, aliás, tornou-se o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul depois de 1934; em 1937 e 1938, o governo brasileiro assinou contratos de armamentos com a Krupp e a polícia federal estabeleceu ligações com a Gestapo, visando coordenar

²⁴⁴ HILTON, 2013; p.461-462.

²⁴⁵ José Carlos de Macedo Soares, empresário paulista, foi fundador em 1935 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual foi também presidente. Em 1931 foi embaixador na Bélgica e chefe em várias delegações do Brasil a conferências internacionais.

²⁴⁶ Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda nasceu em Londres, em 1880, foi diplomata de carreira e chegou a Embaixador em 1932. Serviu em diversos postos no exterior. Foi Secretário Geral e substituiu, interinamente, o Ministro Afrânio de Melo Franco até a nomeação de seu sucessor, José Carlos de Macedo Soares.

²⁴⁷ CASTRO, 2009; p. 347.

²⁴⁸ Visitas como o presidente do Uruguai Gabriel Terra, Cardeal Pacelli, Cardeal Cerejeira, Franklin Delano Roosevelt, Saavedra Lamas, Politis, Emil Ludwig, Cordell Hull, Julio Roca, Siegfried, etc.

²⁴⁹ Nesse momento, como sublinhou Stanley Hilton, o papel do Brasil no comércio internacional como o maior supridor de algodão, café e borracha para o Terceiro Reich, além das comunicações aéreas com a Europa, sua posição central nas rotas de comboios inimigos, sua comunidade germânica de quase 900 mil pessoas e sua conveniência para transmissões radiotelegráficas clandestinas, despertaram no Abwehr, o departamento do exterior alemão, um agudo interesse por este país. In: HILTON, Stanley. **A Guerra secreta de Hitler no Brasil**. A espionagem e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983; p. 15.

medidas anticomunistas. No final de 1937, após a implantação do Estado Novo, Berlim até cogitava de tentar persuadir o Rio de Janeiro a assinar o Pacto Anti-Comintern.²⁵⁰

Getúlio Vargas provara ser um líder astuto e calculista, cuja apreciação das realidades nacionais costumava ser fria e isenta de emoção. Conservador esclarecido, Vargas sobreviveu a uma guerra civil em 1932, um levante comunista em 1935 e um *putsch* integralista em 1938, e era famosa a declaração “Nunca tive um amigo que não pudesse tornar-se um inimigo ou um inimigo que não pudesse tornar-se amigo”. A manutenção das relações estreitas com os Estados Unidos era um axioma da política externa brasileira, mas o presidente brasileiro tinha demonstrado considerável independência em questões externas. Seu governo era marcadamente anticomunista, não tendo escondido simpatias para com as forças nacionalistas do general Francisco Franco durante a guerra civil espanhola. Mantinha relações íntimas com o regime de Mussolini na Itália, apoiando-se durante o conflito ítalo-etíope; e, quanto ao Terceiro Reich, Vargas exibia cordialidade sistemática e vivo interesse em expandir o intercâmbio comercial. Stanley Hilton lembra que, em outubro de 1938, Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, em seu discurso pelo rádio, alertava que “mesmo na América do Sul, o regime nazista começava a minar as bases da sociedade brasileira.”²⁵¹

Nesse contexto, o fortalecimento da posição norte-americana refletiu-se em 1933-1934 na negociação de um acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos que não era bem-vindo para as autoridades brasileiras. A partir de 1934 e 1935, contudo, os Estados Unidos passaram a enfrentar esse notável crescimento do comércio entre Brasil e Alemanha mediante acordos de compensação.²⁵² Apesar das contínuas pressões diplomáticas norte-americanas entre 1935 e 1938 para bloquear esse próspero comércio, estas não surtiram efeito. A “independência” de Vargas estava diretamente relacionada à boa vontade dos Estados Unidos, já que, no final da década de trinta, tornou-se cada vez mais claro que o sucesso dos planos políticos norte-americanos para combater a influência alemã na América Latina dependia de alistarem o Brasil e não a Argentina como o aliado-chave na região. No caso do Brasil, se necessário, havia pressões econômicas a exercer, enquanto a Argentina, pelas próprias características de seus vínculos econômicos, poderia desafiar, como de fato fez, qualquer ameaça norte-americana dessa natureza.²⁵³

²⁵⁰ Ibid; p. 30-31.

²⁵¹ HILTON, 1983; p. 15.

²⁵² ABREU, 1999; p.37.

²⁵³ Ibid; p.38.

Logo a crise econômica começou a assumir a sua feição política quando, com os mesmos objetivos de assegurar mercados e fontes de matérias-primas, o Japão deu início à sua expansão imperial no Oriente em 1931. Mais tarde, em 1935, a Itália, sob o regime fascista, invadiu a Abissínia e, no entardecer da década, a Alemanha iniciou a sua expansão territorial europeia através dos acordos de apaziguamento.²⁵⁴ A América Latina, por seu turno, não ficou à margem desse processo de “disputa interimperialista”,²⁵⁵ no qual o sistema internacional sofreu uma completa reordenação. Pelo contrário, foi alvo de rivalidade comercial, política e ideológica das grandes potências, sobretudo, entre Alemanha e Estados Unidos.

Nesse quadro de disputa e concorrência, os alemães acenavam com importantes trocas comerciais que não pararam de crescer de meados da década de 1930 até a operacionalização do bloqueio naval inglês, no início da guerra. Os acordos de compensação assinados entre Brasil e Alemanha tinham ainda a vantagem de evitar a evasão de divisas de ambos países, o que era estratégico naquela conjuntura.²⁵⁶ Os EUA, por sua vez, acenavam para a América Latina com a política de boa vizinhança e com a solidificação dos laços políticos por meio do pan-americanismo, ou seja, investiam na criação de uma aliança baseada no discurso da igualdade jurídica e da cooperação política, econômica e defensiva, na qual estariam bem definidos os papéis assumidos por cada um dos membros. O Brasil ocupou, nesse contexto, um espaço especial no sistema de poder norte-americano, na medida em que sua posição geográfica representou um objetivo estratégico após a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

²⁵⁴ SVARTMAN, 1999; p. 46.

²⁵⁵ MOURA, 2012; p. 52.

²⁵⁶ SVARTMAN, op. cit.; p.47.

Tabela 4- Brasil: participações corrigidas de países supridores de importações, 1933-1939.

Brasil: participações corrigidas de países supridores de importações, 1933-1939 (em %)			
Ano/ Países	EUA	ALEMANHA	REINO UNIDO
1933	21,2	12,0	19,4
1934	24,4	11,2	17,6
1935	24,4	16,4	12,9
1936	23,2	18,8	11,9
1937	24,2	19,1	12,7
1938	25,5	20,0	10,9
1939	34,8	15,5	9,7

Fonte: BRASIL. Conselho Nacional de Estatísticas. Anuário Estatístico do Brasil, 1939-1940. (ABREU, 1999, p. 193).

Exemplos dessa disputa podem ser observados nas relações comerciais e na modernização das Forças Armadas. Em 1935, o governo brasileiro assinou um acordo com os americanos que mantinha ou rebaixava as tarifas alfandegárias para mercadorias de ambas as partes. No ano seguinte, assinou um ajuste com a Alemanha tendo em vista principalmente a exportação de algodão, café, cítricos, couros, tabaco e carnes. Note-se, porém, que as relações com os Estados Unidos eram pautadas pelo livre-comércio, enquanto a Alemanha nazista só firmava acordos de compensação, segundo os quais os marcos gerados pelas exportações vinculavam-se a compras no mercado alemão, nessa moeda. No caso da modernização das Forças Armadas, o conflito mundial tornava mais premente. O Exército brasileiro fez grandes encomendas à Krupp, fabricante de armamentos alemã, enquanto a Marinha encomendou material bélico aos Estados Unidos e à Inglaterra.²⁵⁷

Vargas, dessa forma, apesar de sobrevalorizar as forças armadas no início do Estado Novo para garantir seu apoio, não escondia o seu desejo, ou por pressão dos militares, de renovar todo seu material bélico. Em abril de 1938, o presidente já afirmava que:

As nossas forças armadas possuem condições de preparo e disciplina em grau elevado. Os quadros do Exército e da Marinha contam com elementos de primeira ordem, tanto do ponto de vista cultural como de capacidade de ação. O recente decreto-lei de organização do Exército reajusta o elemento pessoal. Falta-nos agora somente elementos materiais. E desses vamos dispor, em breve. Os estudos foram feitos, os créditos abertos e os contratos assinados. O nosso reaparelhamento militar está, portanto, iniciado. Renovaremos totalmente a estrutura material de terra e mar. A defesa do Brasil assim o exige.²⁵⁸

²⁵⁷ FAUSTO, 2006; p.98.

²⁵⁸ VARGAS, Getúlio. **O Estado Novo e suas realizações**. Rio de Janeiro, abril de 1938; p.44.

Com isso, a política externa brasileira também passou por uma transformação ao voltar-se para o esforço de desenvolvimento industrial do país. Nota-se, então, que conflitos ligados a questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais. Assuntos financeiros, industriais e de comércio exterior estavam todos eles sujeitos a tais conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, a vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas eram claramente ligados a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro, e envolviam decisões políticas.

Nesse seu movimento modernizante, o Estado brasileiro foi um elemento importante para o processo de industrialização nacional, tanto na busca de alternativas ao modelo agroexportador que vigorara na Primeira República (1889-1930) quanto na normatização da mão-de-obra urbana. Nesse processo, o planejamento estatal começou a ser empregado em maior escala e, na sua esteira, o próprio corpo do Estado cresceu de forma significativa, distanciando-se da orientação liberal oligárquica que até então vigorava e aproximando-se de um modelo nacional e intervencionista. Junto com o aumento das funções do Estado, cresceu a sua burocracia e, conseqüentemente, o poder de seus organismos. Especialmente na ditadura do Estado Novo, a influência do estamento militar na política, tanto interna quanto externa, foi um dado incontestável e, da mesma forma como afiançaram a instauração do novo regime em 1937, foi por seu intermédio que Vargas seria deposto em 1945.²⁵⁹

No âmbito político, no entanto, Getúlio Vargas negava o caráter autoritário e ditatorial do novo regime. Tentava reafirmá-lo como democrático, uma vez que a forma republicana presidencialista e o caráter representativo tinham sido mantidos.²⁶⁰ Contudo, seu governo foi uma ditadura, violenta e repressiva. Vargas foi uma figura autoritária e pragmática. Desde o início do Estado Novo, tinha deixado claro sua principal meta econômica. Para proporcionar a industrialização e o desenvolvimento do Brasil, o presidente acreditava que precisava solucionar o “problema siderúrgico”. E para atingir esse objetivo, exploraria a política externa como instrumento catalisador. Segundo ele:

²⁵⁹ SVARTMAN, 1999; p. 50.

²⁶⁰ VARGAS, 1938; p.96-97.

Todos sabem que possuímos grandes jazidas e de incontestável pureza; que a exploração dessas jazidas, em larga escala, operará uma verdadeira revolução na economia do país; que essa exploração consiste em extrair minério e exportá-lo em larga quantidade, fundando simultaneamente a grande indústria siderúrgica.²⁶¹

Em razão disso, há um grande debate na historiografia brasileira sobre até que ponto a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 marcou uma mudança de orientação da política externa brasileira. Marcelo Paiva de Abreu considera que o governo varguista só obteve ganhos econômicos e políticos através de sua política externa na medida em que setores do governo Roosevelt, por volta de 1937, resolveram privilegiar as relações com o Brasil. A política externa brasileira até 1937 seria marcada, portanto, por uma continuidade da política da primeira República, e só foi modificada por fatores externos.²⁶² Ricardo Seitenfus defende igualmente a preponderância de uma linha de continuidade entre a política externa praticada pelos governos da Primeira República e Vargas.²⁶³

No sentido oposto, Stanley Hilton destaca uma grande preocupação da diplomacia brasileira, desde 1930, em ampliar o protagonismo brasileiro no cenário internacional e buscar com isso obter vantagens que pudessem favorecer nosso desenvolvimento econômico.²⁶⁴ Francisco Corsi, por sua vez, defende que a partir de 1937 pode-se identificar uma ruptura mais clara na política externa brasileira praticada nas décadas anteriores.²⁶⁵

Para Roberto Gambini, esta política pendular de Vargas, ora se aproximando dos Estados Unidos, ora se aproximando da Alemanha, seria uma estratégia utilizada pelo presidente-ditador para barganhar vantagens comerciais com os dois países, uma vez que ambos teriam interesse estratégico no Brasil.²⁶⁶ Para dar início ao processo sistemático de industrialização do Brasil, bem como atualizar e equipar as forças armadas – base importantíssima de sustentação de seu governo –, Vargas teria feito um “duplo jogo” com Estados Unidos e Alemanha, sempre tentando tirar o máximo de vantagens econômicas e comerciais dos dois países.

²⁶¹ Ibid; p.61.

²⁶² ABREU, Marcelo Paiva de. O Brasil e a economia mundial (1929 – 1945). In: FAUSTO, Boris. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1986, v.11, p.22.

²⁶³ SEITENFUS, Ricardo. Quatro teses sobre a política externa do Brasil nos anos 30. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (org). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990)**. Crescimento, modernização e política exterior. São Paulo, NUPRI/USP/Cultura Editores Associados, 1997, v.1, p.115-118.

²⁶⁴ Cf. HILTON, Stanley. **O Brasil e a crise internacional**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

²⁶⁵ Cf. CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo, Editora da UNESP/FAPESP, 2000.

²⁶⁶ GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência americana e alemã no Estado Novo**. São Paulo: Ed. Símbolo, 1977, p.158.

Um bom exemplo dessa política é o momento em que o Brasil barganhou a compra de armamentos com as superpotências. Tida por Gambini como ponto central na barganha comercial de Vargas, a compra de armamentos para equipar as forças armadas era o principal objetivo por parte dos chefes militares no Brasil, notadamente dos generais Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro. Em carta do subsecretário de Estado norte-americano Summer Welles ao então secretário de Estado Cordel Hull,²⁶⁷ o diplomata deixa entrever a preocupação dos Estados Unidos com uma possível aproximação do Brasil com as potências do Eixo, o que justificaria, por parte dos Estados Unidos, promover o equipamento das forças militares brasileiras.²⁶⁸

Gerson Moura segue essa mesma linha de Gambini. Para ele, o resultado da polarização do governo e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante os anos 1930 foi uma disposição permanente para aproveitar as melhores oportunidades criadas pela competição entre a Alemanha e os Estados Unidos no sentido de influenciar os rumos do Brasil.²⁶⁹ Oswaldo Aranha teve um papel relevante e decisivo nessa “equidistância pragmática”.²⁷⁰

Stanley Hilton defende que Aranha teria construído ao longo dos anos 1930, principalmente após sua estada em Washington (1934-1937), uma visão amplamente favorável aos Estados Unidos, criando uma estima pessoal com o presidente Roosevelt que favoreceria o comércio entre os países.²⁷¹ No entanto, como alertou o brasilianista, o controle das decisões sobre política externa estava nas mãos de quem tinha uma percepção estritamente materialista do mundo, no caso Vargas, que não se preocupava com os aspectos morais do assalto nazista à civilização ocidental e nunca adotaria uma linha de ação por razões de sentimento. Inclinarse-ia para o lado que oferecesse maiores vantagens materiais ao Brasil – o que significava que, não obstante diversas declarações suas em 1941 para reassegurar os americanos, sua atitude final, na hora decisiva, ainda não era de se prever.²⁷²

²⁶⁷ Cordel Hull foi Secretário de Estado dos EUA (1933-1944). Pelo seu trabalho na fundação da ONU, foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz, em 1945.

²⁶⁸ GAMBINI, 1977; p.139-140.

²⁶⁹ MOURA, Gerson. **Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; p. 177.

²⁷⁰ BARRETO, Fernando de Mello. **Os Sucessores do Barão (1912-1964)**. Relações Exteriores do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2001; p. 111.

²⁷¹ HILTON, Stanley. **O Brasil e as Grandes Potências**. Os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1939). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; p. 98.

²⁷² *Ibid*; p. 374.

Contudo, a política externa brasileira não podia satisfazer meramente às vontades de um chefe de estado, sobretudo, em contexto de guerra. Tinha que levar em consideração outros elementos como os aspectos político-militares, culturais, econômicos e regionais.²⁷³ Dennison de Oliveira, por sua vez, relativiza a visão já consagrada de uma “aliança especial” do Brasil com os Estados Unidos nos anos da guerra. Para o autor, a conclusão que se pode chegar sobre as relações militares entre Brasil e Estados Unidos no âmbito da Segunda Guerra Mundial é a de que os aliados norte-americanos muito mais atrapalharam do que cooperaram com o projeto brasileiro na busca por uma autonomia na indústria bélica. Durante este processo, o general Ord era o responsável por evitar que o Brasil aumentasse ainda mais o seu poder relativo frente aos seus vizinhos da América do Sul.²⁷⁴ Ao criticar a sobrevalorização do poder de barganha do Brasil, Dennison de Oliveira defende que, a partir do início da guerra e do bloqueio naval da Inglaterra, a margem de manobra dos gestores brasileiros no quadro da nova correlação de forças nas relações internacionais se estreitou bastante. Nesse novo contexto estratégico foi drasticamente reduzida para o Brasil a possibilidade de seguir com o exercício de uma política pendular, visando extrair o máximo de vantagens nas negociações entre essas duas potências: a Alemanha e os EUA.²⁷⁵

De acordo com Dennison de Oliveira, Getúlio Vargas tentava deixar bem claro quem é que mandava e dava as cartas dentro do governo. Mais uma vez, o presidente não deixaria ninguém se sobressair, nem mesmo seu amigo mais íntimo, Oswaldo Aranha, e tampouco importantes membros do seu gabinete militar. Todavia, isso demonstra que mesmo a formulação da política externa do regime ditatorial de Vargas foi marcada por tensões e conflitos entre as principais autoridades do Estado Novo.²⁷⁶

Eduardo Svartman destaca que o golpe político de 1930 — e o governo instaurado subsequente — gerou a demanda da centralização político-militar-administrativa e a rediscussão da inserção econômica e política do Brasil no sistema internacional.²⁷⁷ O governo desenvolveu a partir de 1934 tentativas de diversificação internacional brasileira e de implementação de um processo de industrialização alavancado pelo Estado, com um caráter planejador e que, conseqüentemente, demandou recursos humanos para formar uma

²⁷³ CERVO, 2002; p. 235.

²⁷⁴ OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA. Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Curitiba: Juruá, 2015; p. 310.

²⁷⁵ Ibid; p. 44.

²⁷⁶ Ibid; p. 54.

²⁷⁷ SVARTMAN, 1999; p. 16.

elite intelectual burocrática atuante nos diversos níveis de seus quadros, sobretudo diplomatas e militares.²⁷⁸

Os militares acharam-se, assim, no centro da política internacional em razão do papel que a corporação exercia na sustentação do regime e da tensa conjuntura da Segunda Guerra Mundial, de maneira que desempenhavam sensível influência na formulação e execução da política externa. Quanto ao diplomata de carreira, formado nos quadros do Itamaraty, prevaleceram as orientações fundadas nas noções de interesse nacional. Como os postos-chave da chancelaria brasileira (as embaixadas de Buenos Aires e Washington, por exemplo) eram nomeados diretamente pelo presidente Vargas, havia, dentro de alguns limites, uma certa simetria nas concepções do que seria o interesse nacional e das estratégias a serem assumidas.

Por sua vez, quanto aos militares atuantes nos quadros da diplomacia e da formulação da política externa, como demonstrou Eduardo Svartman, deve-se, inicialmente, precisar de quais militares esteja referindo-se, pois, o perfil da corporação mudava sensivelmente no período: os elementos ligados a um tenentismo mais ávido por mudanças sociais eram gradualmente afastados, prevalecendo nos quadros-chave do Estado uma ala mais conservadora e fortemente influenciada pelo pensamento geopolítico. Pode-se agregar ainda a presença marcante de políticos que, estranhos à burocracia do Itamaraty, porém intrinsecamente ligados ao regime, passaram a ocupar cargos diplomáticos de importância observável, como a embaixada de Washington e as de vizinhos estrategicamente relevantes, como Uruguai e Paraguai.²⁷⁹

Os acordos assinados com os EUA (1935) e com a Alemanha (1936) são significativos não apenas em razão do seu conteúdo econômico, mas pelas suas implicações políticas, pois, enquanto o tratado assinado em Washington possuía um caráter liberal, aquele assinado com o Reich fixava cotas de compensação, de forma a ser considerado como comércio protegido. A partir desse momento, o Brasil começou a se configurar como uma peça relevante na disputa dessas duas potências pela hegemonia comercial e pela influência política na América Latina.²⁸⁰ Logo, o resultado destas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante esses anos era uma disposição

²⁷⁸ Ibid; p. 21.

²⁷⁹ Ibid; p.23-24.

²⁸⁰ Ibid; p. 51.

permanente de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil.

Para Gerson Moura, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Essa política de equilíbrio pragmático entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros.²⁸¹ Por isso, o autor sintetizou esse período, entre 1935 e 1941, como “equidistância pragmática” – isto é, uma diplomacia econômica com o propósito de acelerar o crescimento interno – pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder. Com isso, o governo de Vargas obteve êxitos reais com a nova política externa, a qual se transformou em um instrumento eficaz para a obtenção de insumos e condições de crescimento econômico, industrialização, créditos e financiamentos das exportações, além do grande projeto siderúrgico de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1943.

No entanto, quanto à sua política voltada para a região do rio da Prata, como apresentou Francisco Doratioto, suas diretrizes continuaram sendo, basicamente, aquelas implantadas pelo Barão do Rio Branco (1902-1912), isto é: a defesa da estabilidade política regional, a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires.²⁸² Com isso, a política varguista dava continuidade à adesão, à solução pacífica de controvérsias e à preocupação em aumentar o comércio regional, mas não estava totalmente descartada a hipótese de guerra com o vizinho argentino.²⁸³ Além disso, o Brasil adotou uma atitude de prestígio do pan-americanismo e da conciliação. Em 1930, por exemplo, o chanceler brasileiro Afrânio de Melo Franco ofereceu, com sucesso, os bons ofícios para o reatamento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai. Na questão da Letícia, entre Peru e Colômbia, e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, a diplomacia brasileira desempenhou também papel conciliador.

No que concerne à política hemisférica e mundial, a guerra do Chaco,²⁸⁴ como descreveu Gustavo de Carvalho, foi um ponto de inflexão, tornando-se um dos maiores

²⁸¹ MOURA, 2012; p.50-51.

²⁸² DORATIOTO, 2014; p. 115.

²⁸³ Essa hipótese de guerra com a Argentina também estava presente nos círculos diplomáticos uruguaios.

²⁸⁴ A questão do Chaco envolveu interesses de projeção internacional de Brasil e Argentina e na negociação da fórmula pacificadora esteve subjacente a luta por hegemonia regional entre esses dois países mediadores. Tanto

desafios ao pan-americanismo. Afinal, foram dezoito tentativas malogradas de mediação da questão, sendo duas no âmbito da Liga das Nações. O conflito permaneceu irresolúvel ao longo de duas conferências pan-americanas — a de VII Conferência Pan-Americana de Montevideu (1933) e a Conferência de Consolidação da Paz de Buenos Aires (1936) — ameaçando, por reiteradas vezes, transformar-se em uma conflagração generalizada na América do Sul.²⁸⁵ Longe de ser uma disputa por terras ignotas, ela envolveu questões sensíveis para o equilíbrio de poder no Prata como a navegação do Rio Paraguai, o controle de suas margens férteis e o domínio sobre vastas fontes petrolíferas sul-americanas.

Nesse contexto, a guerra do Chaco foi um acontecimento central na política regional sul-americana na década de 1930. Como afirmou Vargas em discurso de 1933, a questão do Chaco assumira para o Brasil, desde o início, aspecto genuinamente continental. Segundo os cálculos estratégicos de diplomatas e de militares brasileiros, apesar de o país não possuir substantivos interesses econômicos nem capitais investidos na região em litígio, a disputa foi importante dada as suas repercussões para o equilíbrio geopolítico sul-americano. Do ponto de vista desses decisores, uma vitória militar inquestionável do Paraguai poderia ter feito pender a balança de poder regional em favor da Argentina, considerada a sua principal rival regional.²⁸⁶

Por isso, durante esse período, o Brasil buscou insistentemente uma fórmula capaz de encerrar a luta que considerava fratricida entre vizinhos sul-americanos capaz de trazer graves instabilidades para as suas fronteiras ocidentais.²⁸⁷ Por vezes, inclusive, o país adotou posturas que implicavam em rivalizar com os seus pares regionais, como o Chile e a Argentina, ou mesmo com a Liga das Nações na redação dos termos da paz. Na negociação da fórmula pacificadora, por exemplo, esteve subjacente a luta por hegemonia regional entre os dois principais países mediadores — o Brasil e a Argentina. Tanto a Bolívia quanto o Paraguai negociaram com seus vizinhos maiores os termos de uma vinculação comercial e

a Bolívia quanto o Paraguai negociaram os termos de uma vinculação comercial e financeira com esses países em troca de apoio na questão do Chaco.

²⁸⁵ CARVALHO, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco: Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939)**. Dissertação de Mestrado (PPGHIS/UnB). Brasília: Universidade de Brasília, 2019; p.2.

²⁸⁶ Ibid; p.323.

²⁸⁷ Entre 1928 e 1935, o Brasil agiu, por vias diplomáticas, com neutralidade e imparcialidade, recusando sistematicamente os pedidos de auxílio militar bolivianos e buscando uma aproximação política com o Paraguai. As propostas quanto recriação do grupo ABCP no Rio, em agosto de 1933; da Ata do Rio, em outubro de 1933, da mediação trilateral entre Brasil, Argentina e EUA, em agosto de 1934; além da viagem de Vargas a Buenos Aires, em maio de 1935 são exemplos que demonstram o vivo interesse do governo brasileiro em ver equacionada a espinhosa controvérsia.

financeira em troca de apoio nas negociações definitivas de paz. Essa disputa foi encerrada, em 1938, com a ratificação boliviana do Tratado de aproveitamento e escoamento do petróleo subandino pactuado com o Brasil e pela negociação concomitante de convênios de vinculação ferroviária e rodoviária entre Brasil e Paraguai, fatos que inviabilizaram os planos argentinos de monopolizar o comércio de boa parte da América do Sul e de tornar Buenos Aires o incontestado centro de gravidade político-econômico da região.²⁸⁸

Para evitar que a outra potência regional estendesse sua hegemonia à Bolívia e se apoderasse da matéria-prima estratégica boliviana — o petróleo —, o Brasil apressou a assinatura de tais tratados a fim de garantir uma posição privilegiada nesse mercado; fê-lo inclusive ao preço de renunciar à postura de equidistância que adotara durante uma década na disputa paraguaio-boliviana. O governo brasileiro, porém, tratou de não hostilizar ou melindrar o vizinho Paraguai, fornecendo também a ele vantagens comerciais que permitissem a conclusão de uma paz duradoura e propícia ao desenvolvimento econômico de todas as nações. Nota-se que a postura da diplomacia brasileira com relação ao litígio do Chaco obedeceu a cálculos estratégicos de posicionamento regional de longo prazo.²⁸⁹

Ela foi uma diplomacia refletida, criativa e construída sob um alicerce geopolítico não meramente circunscrito a interesses comerciais imediatos. Como defendeu Gustavo Carvalho, a instabilidade não atingiu o nível “estrutural” das relações em grande medida devido a uma política deliberada do governo brasileiro de cordialidade e de não confronto com a Argentina. Ao que tudo indica, o presidente Getúlio Vargas e seus chanceleres atuaram na desminagem do terreno, evitando a explosão de situações potencialmente perigosas, tendo em vista as fragilidades militares nacionais, os importantes vínculos comerciais com o vizinho e a afinidade das visões de mundo das suas elites.²⁹⁰

Embora tenham sido sempre importantes parceiros comerciais um do outro,²⁹¹ Brasil e Argentina tiveram uma longa tradição de rivalidade e de disputas pela hegemonia econômica, militar e política na região. Essa tradição, que remonta aos tempos do

²⁸⁸ CARVALHO, 2019; p.324-325.

²⁸⁹ Após diversas discussões e embates diplomáticos, em 21 de julho de 1938, foi assinado o Tratado de Paz, Amizade e Limites entre a Bolívia e o Paraguai. A linha divisória entre os dois países seria arbitrada, em dois meses, pelos presidentes ou, como ocorreu, seus ministros plenipotenciários, da Argentina, do Brasil, do Chile, dos Estados Unidos, do Peru e do Uruguai. Bolívia e Paraguai renunciavam a qualquer ação e reclamação sobre responsabilidade pelo início da guerra, comprometendo-se a recorrer a procedimentos conciliatórios e à arbitragem em eventuais divergências futuras. In: DORATIOTO, 2014; p. 113-114.

²⁹⁰ CARVALHO; op. cit.; p.326.

²⁹¹ BANDEIRA, Moniz. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992)**. São Paulo: Ensaio, 1993; p. 25.

expansionismo do Império brasileiro e dos esforços platinos pela reconstrução do antigo Vice-Reinado do Prata, estendeu-se pelos primeiros anos do século XX em querelas diplomáticas entre os chanceleres Zeballos e Rio Branco e assumiu novas feições nas atribuladas décadas de 1930 e 1940. Dessa forma, enquanto o Brasil cultivara uma relação especial com os EUA e, ao longo da década de 1930, manteve uma política externa presente nos foros interamericanos, a Argentina sempre deixou bem claro o seu distanciamento dos organismos internacionais capitaneados pelos norte-americanos ao enfatizar seus compromissos com a Inglaterra e com a Liga das Nações. Essa perspectiva diferenciada de inserção na ordem internacional, somada à disputa pela influência sobre os países vizinhos (Uruguai, Bolívia e Paraguai), marcou as relações entre Brasil e Argentina no período.²⁹²

A construção da hegemonia brasileira na região, conforme Svartman, não se restringia apenas à presença econômica e à superioridade militar, mas envolvia também o campo político-diplomático propriamente dito. No decorrer do Estado Novo, por exemplo, o Itamaraty imprimiu uma orientação no sentido de intensificar a presença política brasileira nos demais países latino-americanos, especialmente naqueles que faziam fronteira tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Da mesma forma que a gestão de João Batista Lusardo na embaixada em Montevidéu (1937-1945) foi marcada por um esforço de aproximação política e diplomática entre Brasil e Uruguai, os debates em torno da possibilidade de perdão da antiga dívida de guerra do Paraguai assumiram, para a elite diplomática brasileira, um contorno no qual se procurava reforçar a presença brasileira naquele país.²⁹³

No plano bilateral, o Brasil também executou uma política ativa, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Nesse âmbito, a rivalidade com a Argentina era ainda mais clara, pois tratava-se da consolidação de uma zona de influência (Uruguai, Paraguai, Bolívia e, em menor escala, Chile) sobre a qual ambos os países possuíam velhas pretensões.²⁹⁴ Nesse contexto, como contrapeso à Argentina, as relações bilaterais do Brasil com o Uruguai mereceram maior atenção da diplomacia brasileira. Com maior estabilidade política, apesar das radicalizações político-ideológicas entre integralistas e comunistas, Vargas passou a valorizar uma política mais ativa na região platina, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos.

²⁹² SVARTMAN, 1999; p. 53-54.

²⁹³ Ibid; p. 99.

²⁹⁴ Ibid; p. 107.

A constatação de que as legações do Brasil no exterior e as missões diplomáticas brasileiras constituíam verdadeiros “postos de observação” da conjuntura internacional, para orientar as ações do governo em sua política externa, facilitou a criação e organização de uma agência anticomunista no governo Vargas junto ao Ministério das Relações Exteriores. Criada oficialmente em 1937, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a agência de Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.)²⁹⁵ teve como objetivo central dar suporte à política de combate à oposição, particularmente aos militantes partidários e sindicais e foi um grande facilitador para que os órgãos do governo monitorassem as conexões dos comunistas brasileiros além das fronteiras do país.²⁹⁶

De acordo com Margarida Nepomuceno, o S.E.I. teria a função de extirpar a ameaça vermelha²⁹⁷ no Brasil e impedir que os vários agrupamentos de esquerda da época conduzissem a ação política dos intelectuais brasileiros. Esses serviços estariam ligados a vários órgãos do governo, especificamente, aos ministérios da Justiça, aos ministérios militares (Guerra, Marinha e Aeronáutica) e à direção da Polícia Federal, e funcionariam como uma agência anticomunista de informação. No Brasil, esse empreendimento político internacional só poderia ser dirigido pelo Itamaraty, uma vez que as representações internacionais do Brasil configuravam uma sólida estrutura que nenhum outro ministério poderia oferecer.²⁹⁸

Cabe lembrar que entre os anos 1930 e 1940, o cenário regional encontrava os países tentando, cada um à sua maneira, sair da crise econômica que havia assolado o mundo a partir de 1929. De um lado, uma movimentação social de grandes proporções agitava o cenário político e, de outro, os governos, buscando saídas de autoproteção e estabilidade de governo. Nesse cenário, como defendeu Margarida Nepomuceno, um dos resultados convergentes de proximidade entre os países foi a adoção de medidas de repressão semelhantes e de proteção entre os governos contra seus opositores, de troca de informações não somente entre as polícias políticas mas entre as chancelarias, para impedir, cercar,

²⁹⁵ O Serviços de Estudos e Investigações (S.E.I.), segundo o projeto de portaria assinado pelo Ministro das Relações Exteriores em 1937, estaria em atividade (ainda que em caráter experimental), desde 1934. In: AHDI-RJ. Doc 352.345. Maio 15.604. Lata 980. M 500; p2.

²⁹⁶ NEPOMUCENO, Margarida. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018; p.176.

²⁹⁷ Os principais pontos da doutrina anticomunista, adotada pelo governo Vargas, que deveriam nortear, justificar e motivar a criação do S.E.I. alertam inicialmente, para “o caráter internacionalista” do comunismo “e o seu princípio de revolução mundial, que exigiria, segundo sua relatora, que a luta antibolchevique deveria ser empreendida no terreno internacional. Todos os países deveriam se unir contra a direção central da Internacional Comunista, o Komintern.

²⁹⁸ NEPOMUCENO, op. cit.; p.178.

vigiar e até mesmo prender ou extraditar políticos e intelectuais que opunham resistências aos regimes autoritários implantados em vários países da América Latina.

Nessa linha, conforme sinalizou Eduardo Svartman, se por um lado, o governo Vargas promoveu desde 1934 reformas no Ministério das Relações Exteriores, criando um forte fluxo de cooperação cultural com países da América Latina, por meio de uma diplomacia cultural, por outro, criou com os mesmos países pactos de defesa nacional, acordos para o combate efetivo dos opositores, implantando políticas de reconhecimento e combate efetivo aos comunistas. A Agência Anticomunista é um exemplo de uma rede formada por diplomatas, políticos, governos vizinhos, além de profissionais da máquina burocrática do governo varguista para concretização desse pacto.²⁹⁹

Nesse sentido que a política externa brasileira sofreu uma redefinição ao longo da década de 1930 que se operou tanto no plano das suas relações com as grandes potências, compreendendo a manutenção de um pragmatismo comercial e de uma política pendular que visava barganhar o seu alinhamento, quanto na esfera continental, que visava, de maneira clara e objetiva, ampliar a presença econômica e construir uma supremacia política e militar na América Latina. Não muito diferente do Brasil, o Uruguai viveu mudanças significativas com oscilações de regimes políticos e rupturas institucionais. Isto posto, verificar-se-á agora como as transformações políticas, econômicas e sociais uruguaias nesse período influenciaram a formulação da sua política externa, em especial, o seu projeto para a região e para o Brasil.

2.1.2. Uruguai

Desde a formação de seu Estado independente, o Uruguai esteve situado geopoliticamente entre Brasil e Argentina. Nesse sentido, a sua inserção internacional funcionou, historicamente, em grande medida, a partir de sua posição no subsistema platino de Relações Internacionais. Além do mais, o pequeno país platino apresenta um “complexo de país minúsculo” e um trauma decorrente do seu processo de formação do Estado nacional, a partir do qual reconhece suas limitações e possibilidades de atuação. De toda forma, a sua política externa define o enquadramento estratégico do país, bem como sua identidade internacional, que perpassa pela sua identidade regional. Desse modo, assim

²⁹⁹ SVARTMAN, 1999, p.111-112.

como o Brasil, o Uruguai da década de 1930 passou por profundas transformações políticas que se refletiram em sua projeção externa.

No Uruguai, observa-se uma reinserção mais pragmática no contexto internacional. Além disso, pode-se dizer que houve um estímulo maior à aceleração da industrialização e, conseqüentemente, uma fragilidade progressiva da hegemonia das suas oligarquias rurais. Tradicionalmente, o setor agroexportador foi a base da economia uruguaia. Esse país, historicamente, abasteceu a Europa com lã, carne e couro; e em consequência disso, o comércio exterior, sempre teve um peso econômico maior. Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, esse modelo industrial tinha fracassado, exceto talvez a indústria do leite. A crise de 1929 incrementou a crise econômica interna ao diminuir o mercado comprador do Uruguai. E, como consequência da balança comercial desfavorável, o crescimento da dívida pública.

Gabriel Terra e César Charlone, ministro da Fazenda,³⁰⁰ aplicaram a política de “comprar de quem nos compra” buscando reverter a situação econômica, o que alcançou alguns resultados favoráveis. Nessa situação, o tipo de política comercial estimulada pela crise e depressão mundiais – em que barreiras alfandegárias eram combatidas mediante tratados bilaterais com mútuo reconhecimento de cláusulas favorecedoras – tendeu a favorecer a posição britânica, o principal cliente do Uruguai, ainda que os Estados Unidos gradativamente ganhassem espaço na política externa uruguaia.

Apesar da situação crítica da economia, é notável que o Uruguai se internacionalizou com mais intensidade nesse período, como destacou Juan Antonio Oddone em *Uruguay entre la depresión y la guerra (1929–1945)*.³⁰¹ O Ministério das Relações Exteriores ampliou as suas representações diplomáticas e consulares nesses anos. E, nesse processo de “internacionalização”, observa-se que houve uma escolha prévia pela região, pois um país como o Uruguai, localizado entre dois grandes colossos, leva em consideração a sua condição geopolítica. Em 1928, por exemplo, as legações uruguaianas na Argentina e no Brasil já tinham sido elevadas à categoria de embaixadas³⁰², as primeiras missões creditadas com categorias superiores estabelecidas para as classes diplomáticas daquele país.

³⁰⁰ César Charlone foi membro do Partido Colorado. Disputou e venceu as eleições de 1934 para senador, no entanto, não ocupou o cargo, pois foi nomeado por Terra para assumir o Ministério do Trabalho. Logo transferiu-se para o Ministério da Fazenda, tornando-se o “mago das Finanças” da ditadura terrista (1934-1938), como era chamado. Durante o governo de Alfredo Baldomir, foi vice-presidente (1938-1943).

³⁰¹ ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945*. Montevideo, FCU/FHCE, 1990; p. 9.

³⁰² Segundo Álvaro Corbacho, diretor do *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay* (AMREU), as representações diplomáticas do Uruguai na Argentina e no Brasil foram elevadas à categoria de

2.1.2.1. O Uruguai da década de 1930 e sua inserção internacional

Ao observar o processo de formação dos Estados Nacionais ao longo do século XIX, a Banda Oriental, atual Uruguai, enfrentou um intenso conflito, ora externo, ora interno, até se consolidar como República Oriental do Uruguai. Apesar da consolidação do Estado, os conflitos políticos e regionais permaneceram ao longo do século XX. Não por acaso, Henriy Ketels, ministro plenipotenciário da Bélgica em Montevideu, diversas vezes comparou o Uruguai ao seu pequeno país da Europa. Ketels apontava como elementos comparativos: seu pequeno tamanho territorial, sua localização geográfica entre grandes vizinhos e, conseqüentemente, seu temor latente por esse fato, seu forte apego ao direito internacional e certas conquistas sociais e culturais. Em suas palavras, “dois grandes rivais disputam a supremacia na América do Sul: Argentina e Brasil. Entre eles, está um Estado com dimensões modestas, o Uruguai.” Nesse sentido, seria a “Bélgica da América do Sul”.³⁰³

Isso explica, em grande medida, a situação peculiar do Uruguai no cenário regional, marcada pelos dois grandes países vizinhos. E foi a partir desse reconhecimento geopolítico e assimétrico que a política externa uruguaia foi formulada. O próprio Departamento de Estado dos EUA, em fevereiro de 1924, reconhecia e definia as razões geopolíticas da orientação da política externa uruguaia. Segundo o órgão norte-americano, as relações amistosas entre Uruguai e Estados Unidos no período se davam por conta da tradicional rivalidade travada entre Brasil e Argentina.³⁰⁴

Ana María Rodríguez Ayçaguer adverte que ao se preocupar com a dependência uruguaia dos grandes centros hegemônicos do poder mundial, não observava a atuação da diplomacia de seu país em sua esfera estratégica, a dimensão regional. E essa observação foi uma inflexão em sua análise.³⁰⁵ Assim, destaca-se mais uma vez o papel da dimensão

embaixada em 1º de junho de 1928 pela Lei N. 8.321, promulgada pelo Poder Executivo (Juan Campisteguy- Presidente da República) e por Rufino T. Dominguez (Ministro das Relações Exteriores) em 8 de junho de 1928. In: **Compilación de Leyes y Decretos 1825 - 1930**, Comps.: E. Armán Ugón, J.C. Cerdeiras Alonso, L. Arcos Ferrand y C. Goldaracena. Tomo 56, 1928, Primera Parte, Montevideo, 1930, p. 49.

³⁰³ Telegrama nº 96, de 21 de febrero de 1921. Henry Ketels, ministro de Bélgica, informa de la visita oficial del ministro argentino de Relaciones Exteriores, Honorio Pueyrredón, y las relaciones argentino-uruguayas. In: NAHUM, Benjamín. **Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay**. Tomo I: 1832-1946. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Universidad, 1998, p.211.

³⁰⁴ Durante as primeiras décadas do século XX, a vida política do Uruguai foi dominada pelos setores batllistas, que buscaram uma maior aproximação com os EUA. No entanto, com a ascensão de Gabriel Terra ao poder, em 1931, isso mudou. In: RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay**. Tomo I: 1930-1933. Montevideo, UdelaR; 1997; p. 19.

³⁰⁵ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2009; p. 15.

regional na política externa uruguaia, muitas vezes o principal instrumento de projeção internacional desse país.

Entretanto, somente na década de 1870 que se pode falar de consolidação do Estado uruguaio como corpo institucional capaz de impor sua autoridade em todo território nacional. A partir daí o Uruguai passou por um processo de modernização, tanto econômico-social quanto política, na qual o modelo agroexportador se reafirmou como setor primordial da economia uruguaia. E como resultado, a expansão do Estado na área econômica se produziu no marco da perpetuação do sistema político oligárquico hegemônico e excludente. Somente nas primeiras décadas do século XX, o batllismo, liderado por José Batlle y Ordoñez, aprofundou esse processo de modernização para o campo político e social com uma ampla legislação social e trabalhista, bem como a democratização do sistema político.

Durante essas décadas (1900-1930), o Uruguai conheceu um importante processo de democratização política, modernização social e afirmação institucional amparados em uma situação econômica favorável, resultante do grande volume de exportações, principalmente de produtos agropecuários. No entanto, a crise econômica de 1929 afetou o Uruguai, que viu cair o volume das exportações e o valor da sua moeda. Conseqüentemente, a política batllista foi colocada em xeque. Além da crise política e econômica, se somou a social, decorrente do descontentamento da massa de trabalhadores em relação ao freio acentuado do reformismo batllista e da legislação trabalhista que ele impulsionava.³⁰⁶

Neste cenário, assim como no Brasil e na Argentina em 1930, o Uruguai também foi marcado por golpe político, porém, mais tardiamente, em março de 1933. Com esse golpe de Estado, Gabriel Terra implantou uma ditadura.³⁰⁷ Com o apoio das Forças Armadas, o presidente colorado ampliou seus poderes e dissolveu o Conselho Nacional de Administração³⁰⁸ e o Parlamento. No poder, ele criou uma forte tendência política do Partido Colorado, o terrismo, que marcaria os anos subsequentes da vida política uruguaia, e elegeria o general Alfredo Baldomir como sucessor de Terra na presidência, entre 1938 e 1942.

³⁰⁶ SOUZA, Marcos Alves de. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003; p. 57.

³⁰⁷ Gabriel Terra foi filho de José Ladislao Terra (1835-1902), e neto de brasileiros proprietários de um estabelecimento de campo no departamento de Florida, no Uruguai. Ladislao Terra estudou em São Paulo durante a sua juventude, onde obteve o título de advogado e conheceu seu amigo íntimo, José Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Em razão dessa amizade, Ladislao tornou-se gerente de Mauá e Mauá tornou-se padrinho de Gabriel Terra. In: TERRA, Gabriel. **Gabriel Terra y la verdad histórica**. Montevideo, 1962; p. 19-27.

³⁰⁸ O Conselho Nacional de Administração (CNA) formava, junto ao Presidente da República, o sistema do Executivo dual e bicéfalo estabelecido pela Constituição de 1918, também conhecido como o Colegiado.

Paradoxalmente, o terrista Baldomir seria o responsável pelo processo de redemocratização no Uruguai em 1942.

Por esse motivo, Raul Jacob considerou Terra uma personalidade contraditória e controvertida.³⁰⁹ Isso porque militou como batllista,³¹⁰ foi eleito presidente representando este setor do Partido Colorado, entretanto, mais tarde, formou sua própria corrente política denominada terrismo.³¹¹ Nas eleições de 1938, os candidatos que disputaram efetivamente a presidência, além de ministros, eram figuras próximas de Terra: Eduardo Blanco Acevedo e Alfredo Baldomir, ambos terristas. Com a vitória de Baldomir, paradoxalmente, durante o seu governo se reaproximou da ala batllista, principal opositor ao regime de Terra.

Em relação à política partidária uruguaia, o Partido Nacional,³¹² tradicionalmente chamado de *blancos*, e o Partido Colorado³¹³ disputavam permanentemente o controle político do país. No entanto, não eram partidos homogêneos, tanto os *colorados*³¹⁴ quanto os *blancos*³¹⁵ se subdividiam em diversos grupos políticos. Nas eleições presidenciais de 1930, o Partido Colorado, dividido, lançou três candidatos: o batllista Gabriel Terra, que não

³⁰⁹ JACOB, Raúl. **El Uruguay de Terra, 1931-1938**. Montevideo, EDBOU, 1983; p. 19-20.

³¹⁰ Batllismo foi o segmento mais expressivo do Partido Colorado no Uruguai do século XX. Seguiu os princípios reformistas de José Batlle y Ordoñez (1856-1929), presidente duas vezes (1903-1907; 1911-1915).

³¹¹ A professora Esther Ruiz enfatiza que o terrismo não representou necessariamente uma ruptura com o batllismo. Na verdade, pode-se encontrar elementos de continuidade do batllismo no terrismo. Ou seja, esse movimento político-ideológico liderado pelo presidente Gabriel Terra fez alguns ajustes e deu continuidade às pautas reformistas, características do batllismo.

³¹² O Partido Nacional foi fundado em 1836 por Manuel Oribe, segundo presidente constitucional do Uruguai, no período de 1834-1838. Esse partido é considerado um partido identificado com os grupos e interesses do campo, principalmente com o estrato social dos grandes fazendeiros ligados à pecuária. Seu núcleo social estaria mais direcionado aos interesses do campo e teria ideias liberais e nacionalistas.

³¹³ O Partido Colorado foi fundado em 1836 por Fructuoso Rivera, o primeiro presidente constitucional do Uruguai, entre 1830-1834. As frações internas do Partido Colorado, no começo do século XX, estavam estruturadas em torno de dois principais agrupamentos: os batllistas e os antibatllistas.

³¹⁴ Internamente, o Partido Colorado dividia-se em pelo menos 5 grandes correntes políticas:

- a) Partido Colorado General Rivera: liderado por Pedro Maníni Ríos e caracterizava-se como um grupo conservador e anticolegialista.
- b) Partido Colorado “Por la Tradición”: liderado por Júlio María Sosa e caracterizava-se como opositor ao reformismo batllista.
- c) Partido Colorado Batllista: desde 1929, com a morte de José Batlle y Ordoñez, estava fragmentado e sem uma liderança forte. Caracterizava-se por suas medidas reformistas.
- d) El Grupo Avanzar: liderado por Júlio César Grauert e caracterizava-se como a “esquerda partidária”.
- e) Partido Colorado Radical: liderado por Feliciano Vieira e caracterizava-se pelo seu discurso mais radical.

³¹⁵ O Partido Nacional, por sua vez, dividia-se também, em pelo menos, 5 grupos:

- a) O setor “caudilhista”: liderado por Luís Alberto de Herrera e tinha sua base mais sólida no meio rural.
- b) O setor “doutoral”: grupo contrário ao herrerismo, e liderado por Eduardo Lamas.
- c) O radicalismo blanco: liderado por Lorezzo Cornelli e Ricardo Paseyro e defendia o reformismo econômico-social.
- d) A Agrupación Democrática Social: liderada por Carlos Quijano e caracterizava-se como a “esquerda partidária”.
- e) O Movimento Nacionalista Independiente.

era unanimidade entre os batllistas, o neutro Federico Fleurquin e o riverista conservador Pedro Maníni Ríos. O Partido Nacional também não conseguiu formalizar acordos para o lançamento de um só candidato, então foram lançados o caudilho Luís Alberto de Herrera e Eduardo Lamas. Os setores conservadores, mais ricos, apoiavam tanto Herrera quanto Manini Ríos contra os batllistas, que recebiam o apoio dos grupos médios e populares urbanos.³¹⁶

Em novembro daquele ano Gabriel Terra venceu as eleições presidenciais. No dia 1º de março de 1931 tomou posse do cargo sucedendo o colorado Juan Campisteguy.³¹⁷ Após a eleição, contudo, ele procurou se afastar cada vez mais das diretrizes e compromissos que tinha com o Partido Colorado, notadamente sua ala batllista, da qual provinha. Gabriel Terra se negava a participar das reuniões da Agrupação Colorada de Governo, o órgão onde os diferentes setores do partido coordenavam sua ação governamental. Era evidente que o presidente queria governar por sua conta e não queria subordinar a sua atuação às decisões partidárias. Além disso, o presidente nomeou ministros de todos os grupos políticos do Partido Colorado, deixando de reconhecer o peso decisivo do batllismo em sua eleição.³¹⁸ Em contrapartida, os batllistas tinham a maioria no Conselho Nacional de Administração (4 em 6 conselheiros colorados) e, com isso, questionavam as decisões tomadas por Terra. Com isso, as divergências políticas internas do Partido Colorado eram transmitidas para os órgãos de governo a partir do enfrentamento entre o presidente e o CNA.³¹⁹

³¹⁶ SOUZA, 2003; p.58.

³¹⁷ Juan Campisteguy (1859-1937): Presidente do Uruguai entre 1927 e 1931, colorado e co-fundador do jornal *El Día*, ao lado de José Batlle y Ordoñez.

³¹⁸ Na verdade, as relações com os “batllistas netos”, os filhos de Batlle y Ordoñez e dirigentes do jornal *El Día*, um dos principais jornais de ampla circulação nacional, tornaram-se cada vez mais tensas, ainda mais porque Terra se aproximava de antibatllistas.

³¹⁹ Enquanto no Senado a maioria cabia ao Partido Nacional, e na Câmara dos Deputados a representatividade estava proporcionalmente igual.

Figura 1- Gabriel Terra, Presidente do Uruguai (1931-1938).



Fonte: ANI-SODRE.³²⁰

Com o agravamento da crise econômica e das críticas que o governo vinha sofrendo por não encontrar uma solução, o CNA, de maioria batllista, se aliou aos nacionalistas independentes, blancos com importante representação no Senado, e sugeriu um plano de amplo espectro para a superação da crise. Dentre as propostas, a que estabelecia um aumento dos impostos sobre grandes propriedades acentuou o descontentamento dos setores mais ricos, assim como a de cobrança de um imposto sobre o salário dos funcionários públicos, desagradou vastos setores populares. De uma maneira geral, todos os setores sociais alardearam sua oposição, visto que o plano custaria a cada um algo que não estavam dispostos a ceder.³²¹

Tais embates evidenciavam os dois principais polos políticos da época: de um lado batllistas, nacionalistas independentes, radicais blancos e socialistas, que buscavam soluções para a crise no aumento do estatismo; de outro lado os herreristas e os setores não-batllistas

³²⁰ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2009; p. 224-225.

³²¹ SOUZA, 2003; p. 58.

do Partido Colorado, inimigos da crescente intervenção estatal na economia e favoráveis a uma imediata reforma da Constituição de 1919. Além disso, a polarização fez surgir uma série de boatos quanto à organização de movimentos armados que pretendiam derrubar Gabriel Terra do poder. Atento a tudo isto, o governo aumentou a repressão, fechou jornais, reformulou o Código Penal³²² e limitou as imigrações. Buscando conseguir espaço político para governar e preso entre as discordâncias dos vários grupos políticos, Terra passou a percorrer o interior do país defendendo a necessidade de uma reforma constitucional mediante plebiscito direto, expediente que a própria Constituição não previa. Obteve certa adesão dos inimigos do colegiado e da política reformista. Dessa forma, a campanha para reformar a constituição se fortaleceu com o passar dos meses e, principalmente, com a chegada das consequências da crise econômica de 1929, cada vez mais latente. Terra referia-se a uma suposta “salvação nacional”. Para ele, isso significava afastar a influência dos batllistas netos do governo.

Nesse quadro, em 1932, nas eleições para substituição parcial dos membros do CNA, os herreristas e riveristas se abstiveram. O governo, temendo o levante destes dois setores conservadores do Partido Nacional e Colorado, respectivamente, buscou obter o apoio dos batllistas e de seus aliados para reformar o sistema político-partidário. No entanto, o Poder Legislativo não o apoiou e Terra começou a vislumbrar, como única possibilidade para implantar mudanças na Constituição de 1919, a quebra institucional. Ante o nível alcançado pela polarização política e pressionado por herreristas e riveristas, Gabriel Terra editou, em março de 1933, uma série de medidas para controle social, que incluíam a censura aos órgãos de imprensa, policiamento e proteção dos serviços essenciais da capital, como água, esgoto e serviços telefônicos, entre outros.³²³ Dessa forma, o golpe de Estado já estava em ação.

No dia 30 de março foi publicado no jornal batllista *El Día* um manifesto contra o presidente Terra, assinado pelas figuras mais importantes desse grupo político. Eles expressavam que “*todas las fuerzas oscuras de la reacción y el despotismo se coaligan para destruir la obra de paz, de libertad y de justicia que [el batllismo ha] realizado al precio de tanto esfuerzo, de tanta sangre y de tanto dolor*”. A resposta de Terra, todavia, não tardou, em 31 de março de 1933, mediante um golpe de Estado, ele instaurou uma ditadura.

³²² O novo Código Penal foi baseado no Código Rocco da Itália fascista.

³²³ SOUZA, 2003; p. 59.

Uma de suas primeiras mediadas foi dissolver o Conselho Nacional de Administração, a Assembleia Geral e aprisionar os principais dirigentes políticos opositores. Além disso, uma Junta de Governo foi criada. Integrada por representantes dos setores políticos que apoiavam Terra, essa Junta formaria uma Assembleia Deliberante para a reforma constitucional. Com isso, o golpe de Estado buscava sua legitimidade.

No plano político, algumas figuras batllistas próximas de Terra, os grupos colorados antibatllistas (riveristas, sosistas e vieristas), e o herrerismo,³²⁴ que era a maioria do Partido Nacional, apoiaram o golpe do presidente uruguaio. Consequentemente, o Partido Nacional se fragmentou ainda mais. No campo militar, Gabriel Terra contou com o apoio das Forças Armadas, principal responsável pela censura da imprensa e perseguição de seus opositores com prisões, deportações³²⁵ e banimento de políticos e sindicalistas.³²⁶ No entanto, houve reação ao golpe. Os batllistas netos, os nacionalistas independentes, o Partido Socialista e o Partido Comunista reagiram contrariamente à instalação da ditadura terrista. Alguns opositores reagiram até à morte,³²⁷ como o caso do deputado Júlio Cesar Grauert³²⁸ e o ex-presidente Baltasar Brum.³²⁹ No caso de Brum, após ferir os comissários Castelli e Gamboa e horas de resistência em sua casa, se suicidou com um tiro no coração.³³⁰ Brum esperava que com a sua resistência levada ao extremismo seus correligionários provocariam amplos protestos e mobilizações populares contra a ditadura.³³¹

³²⁴ Os setores conservadores utilizaram os seus jornais para difundir suas críticas à constituição e ao CNA. O herrerismo, por exemplo, preocupou-se com o setor rural, em especial, seu tradicional setor de apoio. Para isso, se aproveitou da tradicional rivalidade do campo com a capital, Montevidéu, vista como baluarte batllista.

³²⁵ Os militantes sindicais espanhóis e italianos expulsos do Uruguai foram entregues às autoridades policiais de seus países de origem.

³²⁶ PORRINI, Rodolfo. **Los derechos humanos durante el terrismo: vigencia y transgresión. 1933-1938.** El Uruguay de los años treinta. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994; p. 140.

³²⁷ Diversos opositores receberam a proposta de asilo político em Buenos Aires. Dentre eles, o próprio Baltasar Brum, amigo do embaixador argentino em Montevidéu, José M. Cantilo. Radicalizou sua ação, ao se suicidar. Seu irmão, Alfeo Brum, na época senador, aceitou o asilo e se dirigiu para a capital argentina.

³²⁸ Julio Cesar Grauert reagiu à prisão, trocou tiro com a polícia e foi ferido. Por não ter recebido cuidados médicos, morreu. Já Baltasar Brum não aceitou se entregar à polícia, e acabou por suicidar-se frente à sua própria casa, tornando-se um símbolo de recusa ao regime terrista.

³²⁹ Baltasar Brum (1883-1933): Presidente do Uruguai entre 1919 e 1923 e internacionalista. Foi ministro das relações exteriores do governo de Feliciano Vieira (1915-1919). Em 1º de março de 1931, pelo seu prestígio político e intelectual, foi eleito para fazer parte do CNA, instituído pela reforma constitucional de 1917. Frente à conturbação do golpe de estado do presidente Terra em 31 de março de 1933, e sitiado pela polícia terrista, Brum se suicidou ao recusar se entregar. Antes de morrer, teria gritado: “Viva Batlle!”. In: SALDAÑA, José M. Fernandez. **Diccionario Uruguayo de Biografías (1810-1940).** Montevideo: Editorial Ameríndia; 1945; p. 243-245.

³³⁰ Ironicamente, numa outra conjuntura, o presidente brasileiro, Getúlio Vargas, para evitar um golpe político liderada pelos seus opositores se suicidou no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, em 24 de agosto de 1954.

³³¹ Oswaldo FURST, secretário da embaixada brasileira em Montevidéu, para o chanceler Afrânio de MELLO FRANCO, Montevidéu, of. n° 105, 10.04.1933. Situação política do Uruguai: Suicídio de Baltasar Brum. In: *Ofícios. Jan/Maio 1933*; AHI, RJ.

Segundo Robert Michell, diplomata britânico em Montevideu, a nomeação do então chanceler Juan Carlos Blanco para a embaixada no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1933, teve uma repercussão polêmica tanto no círculo diplomático uruguaio quanto brasileiro. Diplomatas brasileiros percebiam essa mudança abrupta como resultado estratégico de mudanças na configuração política uruguaia, pois o golpe de Terra não era mais segredo nem mesmo para os brasileiros.³³² Além de Carlos Blanco, enviado à capital brasileira, Luiz Alberto de Herrera³³³ também era visto como um enviado especial de Gabriel Terra na fronteira brasileira para garantir o sucesso do golpe de estado.³³⁴ Naquela conjuntura, conquistar o apoio do governo brasileiro tornou-se imprescindível para neutralizar forças opositoras fronteiriças.

De toda forma, o regime terrista apresentou certas particularidades. Após a dissolução do Parlamento e do CNA, a autoridade concentrou-se em Terra e em seus ministros.³³⁵ Com isso, ele recuperava a condução econômica do país. Não por acaso mudou todos os dirigentes dos entes autônomos como os bancos do Estado e serviços de utilidade pública.³³⁶

Com o objetivo de legitimar rapidamente o novo regime, Terra convocou uma convenção constituinte que se responsabilizaria pela redação de uma nova constituição. Nesse sentido, em 25 de junho de 1933, as eleições foram realizadas com uma abstenção de 42% do total. O batllismo, o nacionalismo independente e o Partido Socialista não apresentaram listas para a disputa. Consideravam que seria uma forma de reconhecer o regime terrista, caso participassem do processo eleitoral. Nessas circunstâncias, a Constituinte foi instalada em agosto de 1933. Presidida pelo ex-presidente Juan

³³² Telegrama nº 366, 16.03.1933. R.C. Michell, ministro de la Legación Británica, describe el agitado clima político previo al Golpe de Estado. In: NAHUM, Benjamín. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VI: 1932-1933; 1996; p. 266.

³³³ Nesse momento, Herrera era uma das principais lideranças do Partido Nacional (blancos), do setor “caudillista”, tinha sua base mais sólida no meio rural.

³³⁴ FURST para chanceler MELLO FRANCO, Montevideu, of. nº 120, 20.04.1933. Situação política do Uruguai: Chegada do Dr. Luís A. Herrera. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

³³⁵ Seu Conselho era formado por: General Pablo Galarza, Alberto Demichilli, Francisco Ghigliani, Andrés Puyol, Pedro Maníni Ríos, José Espalter, Roberto Berro, Aniceto Patron e Alfredo Navarro. In: FURTS para chanceler MELLO FRANCO, Montevideu, of. nº 106, 11.04.1933. Situação política do Uruguai: Golpe de Estado. Junta de Governo. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

³³⁶ Idem, Montevideu, of. nº 110, 14.04.1933. Situação política do Uruguai: Atos da Junta de Governo. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

Campisteguy, o órgão elaborou uma nova constituição, aprovada em abril de 1934, e que correspondia aos interesses dos grupos majoritários, terristas e herreristas.³³⁷

Como apontou Magdalena Broquetas, diferentemente de outros golpes políticos na região, o golpe de Terra se definiu como um ajuste conservador moderado, centrado especialmente no objetivo de desmontar a Constituição vigente. Logo, realizou a tão desejada reforma constitucional, ampliando os poderes do presidente e um novo Código Penal foi elaborado. Em termos legais, não houve partidos ilegais, mas sim, a abstenção como protesto dos batllistas e nacionalistas independentes. Conquanto, não significa dizer que a ditadura terrista tenha sido “branda”³³⁸ ou não tenha adotado medidas violentas, repressivas e excepcionais.³³⁹

Nesse âmbito, governo terrista se caracterizou por uma postura conservadora moderada e pragmática. Apesar dos anúncios de propaganda do regime terrista de profundas reformas, a realidade nacional e internacional fez com que o governo adotasse uma política moderada. Terra buscou beneficiar os setores econômicos apoiadores do golpe,³⁴⁰ isto é, os pecuaristas, banqueiros e empresários,³⁴¹ mas não à sua maneira. Apesar da atitude anti-estatista dos setores empresariais, a crise econômica obrigou o governo terrista a seguir a mesma política de outros países latino-americanos com a intervenção estatal, política de substituição de importações por indústrias nacionais e protecionismo aduaneiro.

No plano externo, para conduzir sua política externa, Gabriel Terra, em 1931, escolheu Juan Carlos Blanco³⁴² para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. A importância do Brasil e da Argentina para o Uruguai estava demonstrada na afirmação do chanceler uruguaio no *Boletín del Ministerio de Relaciones Exteriores*, de dezembro de

³³⁷ Uma das principais alterações constitucionais era a composição do Poder Executivo. Passava a integrá-lo o presidente e seu Conselho de Ministros. Dentre os nove membros que formavam o Conselho de Ministros, seis deveriam ser do partido que vencesse as eleições e os três restantes da minoria.

³³⁸ Durante muito tempo se identificou o regime terrista como “*dictablanda*” que contribuiu para a reorganização institucional praticamente sem violação dos direitos humanos. In: RUIZ, Esther. *Del viraje conservador al realineamiento internacional. 1933-1945*. In: FREGA, Ana et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2010; p. 92.

³³⁹ BROQUETAS, 2020; p. 163.

³⁴⁰ A formação do Comitê Nacional de Vigilância Econômica, novo grupo de pressão composto por setores econômico-sociais mais poderosos, o surgimento de uma ala ultradireitista, *Vanguardas de la Patria*, e a emergência de setores de tendências golpistas dentro do Exército foram alguns dos sinais que revelavam a radicalização ideológica e política que atravessava o país. Estes de autodeclaravam antibatllistas. In: TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. **El Régimen Terrista (1933-1938)**. Aspectos políticos, económicos y sociales. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1993; p.9.

³⁴¹ Inclusive empresas estrangeiras como a Standard Oil e a Shell.

³⁴² Juan Carlos Blanco foi embaixador na Argentina entre 1927 e 1931. E em fevereiro de 1933, momento que antecedeu o golpe de estado de Terra, Blanco foi transferido para a embaixada no Rio de Janeiro para conseguir apoio do governo Vargas. Permaneceu como embaixador do Uruguai no Brasil até meados de 1941.

1932. Carlos Blanco defendia nesse documento que a realização de acordos comerciais com esses grandes vizinhos era uma prioridade da política externa uruguaia.³⁴³ Não obstante, a importância das relações diplomáticas com Brasil e Argentina ia além do discurso diplomático, muitas vezes mistificador da realidade, e tornava-se um objeto com interesses reais, políticos, econômicos e militares.

Para conduzir sua política externa, o Uruguai, ao longo da década de 1930 e 1940, teve como chanceleres os seguintes representantes diplomáticos: Rufino Dominguez (1927-1931),³⁴⁴ Juan Carlos Blanco (1931-1933), Alberto Mañé (1933-1934), Juan José de Arteaga (1934-1935), José Espalter (1935-1938), Alberto Guani (1938-1943), José Serrato (1943-1945) e Eduardo Rodríguez Larreta (1945-1947).³⁴⁵ Para sua embaixada no Rio de Janeiro, o governo uruguaio enviou Dionísio Ramos Montero (1920-1932), Juan Carlos Blanco (1933-1941) e César Gutiérrez (1941-1946). Do outro lado do Rio da Prata, em Buenos Aires, o Uruguai era representado por Juan Carlos Blanco (1927-1931), Emilio Cerdán (1933-1934) e Eugenio Martínez Thedy (1934-1948).

Juan Odone, ao analisar as afinidades ideológicas do governo terrista, destacou sua aproximação com os regimes fascistas e autoritários, declaradamente anticomunistas. Itália e Uruguai se aproximaram neste cenário,³⁴⁶ em grande medida graças à atuação do ministro italiano em Montevideú, Serafino Mazzolini,³⁴⁷ ex-cônsul geral em São Paulo.³⁴⁸ Segundo Oddone, o alinhamento internacional do regime de Terra marcado pelo estreitamento das relações diplomáticas com Alemanha e Itália e, por sua vez, pela ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética, sob pressão do governo brasileiro

³⁴³ URUGUAY. **Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores**. Segunda Época, Año I. Tomo II, número 5. 1º. de Diciembre de 1932. Montevideo, Imprenta Militar, 1932; p.555.

³⁴⁴ Rufino Dominguez foi ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro entre 1905 e 1911, um dos responsáveis pelas negociações que culminaram na assinatura do Tratado de Limites de 1909, entre Brasil e Uruguai.

³⁴⁵ No Uruguai, as mudanças no Ministério de Relações Exteriores ocorreram em meio às crises ministeriais. Como forma de manter a base aliada do regime terrista, por meio de negociações políticas. Por isso, houve quatro chanceleres durante o governo de Terra (1931-1938) e três renúncias de chanceleres.

³⁴⁶ Além das simpatias políticas por determinados grupos uruguaiois, Uruguai fornecia carnes e lã para a Itália. In: Lucílio da Cunha BUENO, embaixador brasileiro no Uruguai, para o chanceler José Carlos de MACEDO SOARES, Montevideú, of. nº 287, 15.10.1935. A Liga das Nações e o Uruguai. Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

³⁴⁷ Em 1932, Mazzolini foi transferido para Montevideú, onde representou a Itália até dezembro de 1937. Veterano da Primeira Guerra Mundial, jornalista e militante do Partido Nacional Fascista, foi designado a alto posto no Ministério de Relações Exteriores do regime fascista em 1943. Devoto e fiel a Mussolini, morreu em 1945, meses antes da execução do Duce italiano.

³⁴⁸ BUENO para o chanceler MACEDO SOARES, Montevideú, of. nº 287, 15.10.1935, A Liga das Nações e o Uruguai. Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

anticomunista era reflexo da composição de seu governo, majoritariamente, setores conservadores e radicais.³⁴⁹

Em síntese, o golpe de 31 de março de 1933 no Uruguai significou um claro giro autoritário, com predomínio das tendências mais conservadoras do Partido Colorado, em especial o terrismo e do herrerismo, uma das principais tendências políticas do Partido Nacional. Os setores conservadores uruguaios estavam deslumbrados com a eficiência e disciplina do fascismo italiano; a cúpula do governo observava com simpatia o regime espanhol do General Franco. Por outro lado, a oposição foi formada principalmente pelos batllistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas. Em suma, como ressaltou o historiador inglês Henry Finch, o golpe político no Uruguai foi resultado das divergências políticas internas dos partidos, em especial do Partido Colorado, no seio do próprio batllismo, responsável tanto pela ascensão quanto pela queda de Terra.³⁵⁰

Apesar do fracasso econômico de imediato, Terra manteve o dirigismo estatal calcada em sua política protecionista. No campo social, como respostas ao aumento do desemprego e a caída dos salários, o governo uruguaio recorreu ao Estado por meio da criação de obras públicas como a represa hidroelétrica sobre o Rio Negro e da ampliação do número de funcionários públicos, passando de 33 mil em 1933 para 40 mil em 1937. Entretanto, essas medidas de caráter popular foram seguidas de outras de caráter repressivo e violento. Nesse ambiente, mesmo com as vitórias eleitoras de 1934 dos terristas e herreristas, aos poucos, o regime de Terra foi se deteriorando.

Em contrapartida, a oposição se aproveitava dos embates internos do governo para enfraquecê-lo ainda mais, seja por meio de movimento armado seja por meio de uma frente democrática, a Frente Popular. O movimento armado eclodiu em janeiro de 1935 e tinha como intenção sublevar o meio rural utilizando táticas de guerrilha do século anterior. Os dirigentes batllistas, que chegariam à presidência anos depois, Luís Batlles Berres,³⁵¹ Tomás Berreta,³⁵² Andrés Martínez Trueba e os nacionalistas Carlos Quijano e Mariano Saravia

³⁴⁹ ODDONE, 1990; p. 160-163.

³⁵⁰ FINCH, Henry. **Historia Económica del Uruguay Contemporáneo**. Montevideo, EDBOU, 1980; p. 23.

³⁵¹ Luís Batlle Berres foi membro do Partido Colorado e sobrinho de José Batlle y Ordoñez. De 1933 a 1938 permaneceu no exílio por ser opositor da ditadura terrista. Com o seu retorno ao Uruguai, Luís Batlle Berres retoma sua carreira política e jornalística. Foi presidente da Câmara dos Deputados entre 1942 e 1946. Em 1946, foi vice-presidente ao lado do presidente Tomás Berreta. Com a morte prematura do presidente Berreta, assumiu a presidência de 1947 a 1951.

³⁵² Tomás Berreta foi membro do Partido Colorado, seguia a corrente batllista. Entre 1930 e 1933 integrou o CNA. Com a instalação do golpe de Estado do presidente Terra, Berreta foi detido junto aos demais opositores. E logo se exilou em Porto Alegre, no Brasil. Participou do levante de janeiro de 1935 contra a ditadura terrista. Em 1942, em meio ao processo de redemocratização do Uruguai, integrou o Conselho de Estado, encarregado

foram as principais lideranças desse levante, que fracassou em fevereiro do mesmo ano pela falta de planejamento, comunicação e adesão dos jornais. Já a Frente Popular foi uma aliança político-partidária da oposição para enfrentar o herrerismo e o riverismo nas eleições de 1938. Mais uma vez, a falta de unidade de interesses somada a uma lei eleitoral criada pelo riverismo-herrerismo, que proibia os batllistas de concorrerem sob a alcunha do Partido Colorado e os nacionalistas independentes e radicais blancos de concorrerem sob a alcunha do Partido Nacional, impossibilitaram a formação de tal Frente Popular de oposição.³⁵³ Como resultado, a oposição se absteve do pleito.³⁵⁴

Ainda assim, a conjuntura política internacional e a divisão da base política da ditadura terrista contribuíram com a oposição. Terra perdeu o apoio de alguns de seus principais aliados dentro do Partido Colorado como Pedro Manini Ríos e Alberto Demichelli.³⁵⁵ Além disso, houve mais divisões internas no herrerismo. Dessa forma, nas eleições de 1938, enquanto a oposição se absteve mais uma vez e não apresentou lista de candidatos, os setores governistas se fragmentaram. Os terristas lançaram dois candidatos para presidente: o general Alfredo Baldomir, ministro da Guerra e cunhado de Terra, e Eduardo Blanco Acevedo, consogro e ministro do presidente; os herreristas também apresentaram dois candidatos: Juan José de Arteaga, apoiado por seu tio Luís Alberto de Herrera, e Justo M. Alonso, apoiado por alguns deputados contrários à Herrera. Nessas disputas, Baldomir, líder da lista menos conservadora do terrismo, saiu vitorioso. O grupo político do Partido Colorado que apoiava Blanco Acevedo até tentou impedir a posse de Baldomir, mas foi rapidamente controlado por Terra. Nessas disputas internas do próprio regime, o triunfo correspondeu a Baldomir, que se mostrou disposto a modificar a situação política e se aproximou dos batllistas e dos nacionalistas independentes.

de elaborar a Nova Constituição do Uruguai, que entraria em vigor naquele mesmo ano. Durante o governo de Juan José de Amézaga (1943-1947), desempenhou o cargo de Ministro de Obras Públicas. Nas eleições de 1946, com 71 anos de idade, venceu as eleições e exerceu o cargo de presidente do Uruguai entre março e agosto de 1947, quando faleceu com câncer.

³⁵³ De toda forma, é importante destacar que amplos setores dos partidos tradicionais (batllistas e nacionalistas independentes) e os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) mantiveram sua oposição ao governo de Terra, ainda que não tenham conseguido manter uma unidade de oposição, devido às divergências político-ideológicas. Batllistas e nacionalistas independentes tinham como objetivo a restauração do sistema político anterior ao golpe de Estado de 1933; já os setores de esquerda queriam reformas econômicas e sociais de acordo com os seus ideais. Porém, houve discrepâncias. O Partido Comunista propôs aos socialistas formar uma Frente Popular, tal como se organizavam na Europa para deter o avanço do fascismo, mas eles não aceitaram. Isso tornou-se impossível um acordo.

³⁵⁴ SOUZA, 2003; p. 61-62.

³⁵⁵ Membro do Partido Colorado, foi deputado e senador. Foi Ministro do Interior do presidente Gabriel Terra. Com o golpe de Estado que instaurou a ditadura terrista, passou a compor a Junta de Governo, composta por nove membros, criada por Terra.

Com isso, surgiram-se novos alinhamentos políticos, e o terrismo se enfraqueceu como segmento político. No âmbito das relações bilaterais com o Brasil, como se verá no *Capítulo III-Relações bilaterais e tensão internacional (1937-1941): Mudanças e continuidades*, destacaram-se as mudanças e continuidades, com novos temas e atores. Antes disso, entretanto, analisar-se-ão as relações bilaterais entre os países durante os governos de Gabriel Terra e de Getúlio Vargas nos primeiros anos da década de 1930. Nota-se, neste período, devido às suas afinidades político-ideológicas, uma aproximação mais acentuada com o Brasil, face à uma maior rivalidade com a Argentina, que vivia a chamada “década infame”.

2.1.3. O dilema argentino

As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai historicamente foram marcadas por um terceiro sujeito histórico: a Argentina. Eis o grande dilema das relações brasileiro-uruguayas do período. Conquanto, cabe lembrar que a geopolítica platina também influenciou a formulação da política externa argentina. De forma didática, Philip Kelly enumerou os principais interesses dos geopolíticos argentinos. Segundo o autor, eram:

- 1) controlar a bacia do rio da Prata - na qual se localizam 62% do território argentino - por meio da manutenção das economias e dos governos de Assunção, Montevideu e La Paz sob a esfera de influência de Buenos Aires;
- 2) conter as iniciativas expansionistas e de liderança brasileira sobre a América do Sul, em geral, e no Cone Sul, em particular, neutralizar a ingerência de um presumido eixo (subimperialista) Brasília-Washington nos assuntos regionais; evitar que Brasil e Chile, engendassem um ‘cerco’ em torno do país;
- 3) promover a integração nacional por intermédio da articulação terrestre e fluvial - que facilitaria a densificação estratégica das fronteiras - da capital com o restante das províncias; sobretudo com a Patagônia e a Mesopotâmia argentinas, suscetíveis às influências chilena e brasileira, respectivamente;
- 4) controlar as passagens, ilhas e comunicações interoceânicas estratégicas do Atlântico Sul (i.e. Canal de Beagle, Ilhas Malvinas e Estreito de Magalhães) e garantir a posse e a exploração dos recursos naturais da Antártica.³⁵⁶

No plano internacional, a Argentina gravitava em torno da Europa desde o final do século XIX. O Velho Continente era destino de 75% das exportações argentinas de carnes e de cereais nos anos 1930 e, nele, encontravam-se os referenciais políticos e culturais das elites argentinas. Quanto aos Estados Unidos, desde a Conferência Pan-Americana de Washington (1889), os diferentes governos argentinos opuseram-se ao expansionismo norte-

³⁵⁶ KELLY, Philip. *Checkerboards & shatterbeits: the geopolitics of South America* TX. USA: Univ. of Texas Press, 1997; p. 58-59.

americano, pois aspiravam para seu país à liderança das repúblicas latino-americanas. Esta foi alcançada no Rio da Prata no início do século XX, com o Paraguai constituindo-se um satélite geopolítico da Argentina, da qual sua economia era um apêndice, pois, sendo um país mediterrâneo e sem contar com estradas ou com ferrovias que dessem acesso ao Brasil, o comércio exterior paraguaio dependia do porto de Buenos Aires. Desde 1904, quando o Partido Corado tomou o poder no Paraguai, e até quase o final da década de 1930, houve praticamente um alinhamento das posições da política externa paraguaia com as da Argentina. O Uruguai, por sua vez, teve seu processo histórico fortemente influenciado pelos seus dois vizinhos, Argentina e Brasil. No século XX, as relações argentino-uruguaias sofreram o desgaste do litígio sobre a fronteira marítima no estuário do Rio da Prata, sobre o qual a Argentina reivindicava soberania exclusiva, o que era recusado pelo Uruguai; o litígio somente foi resolvido em 1973.³⁵⁷

Assim sendo, a manutenção da influência sobre o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, em contraposição aos interesses do Brasil e do Chile, foi um fator notável para a manutenção de um *modus operandis* da política externa argentina.³⁵⁸ No entanto, muitas vezes os acontecimentos políticos internos dificultavam a execução de uma linha diretriz de sua política externa. Ao longo da primeira metade do século XX, a Argentina passou por um processo de mudança social de grande envergadura. No prazo de uma geração, o país que era agroexportador, dirigido por oligarquias, passou a ser um país urbano, de expressiva base industrial e sob a direção de lideranças carismáticas. Essa mudança de conjuntura foi provocada por crises de diferentes origens, motivadas tanto por insuficiências políticas domésticas quanto pela desestabilização do contexto internacional, abalado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e pela crise econômica de 1929.

Comumente se apresenta a Primeira Guerra Mundial como o ponto inicial da crise da primeira metade do século XX.³⁵⁹ Isso porque a crise de pós-guerra arruinou a economia internacional de pré-guerra, que se caracterizava pelo liberalismo aduaneiro, com enorme prejuízo para as nações agroexportadoras.³⁶⁰ Para Aldo Ferrer, a crise social argentina

³⁵⁷ DORATIOTO, Francisco. Paraguai, Uruguai, a II Guerra Mundial e o reequilíbrio de forças no Rio da Prata. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 181(483): 269-302, Rio de Janeiro; mai/ago. 2020; p.270-271.

³⁵⁸ MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil.** (Tese de Doutorado/PROLAM-UPS). São Paulo: USP, 2016; p.127.

³⁵⁹ BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem.** Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Loyola, 1999; p. 69-70.

³⁶⁰ Embora, os quatro anos da guerra foram favoráveis para a Argentina. O país teve a oportunidade de substituir importações e não faltou mercado para os seus produtos. Dessa forma, o ano de 1914 marca o auge

obedecia a uma multiplicidade de fatores que envolvia o descrédito das instituições políticas fundadas no século XIX, o acesso das classes pobres e médias ao voto, a intrusão de novas ideologias via o processo de imigração e a crise da economia internacional, que prejudicou as exportações e obrigou a sociedade a substituir importações.³⁶¹ Consequentemente, a política doméstica sofreu intensa fragmentação e desestabilização, que motivou o militarismo a partir da década de 1930. Sindicatos, grupos radicais fascistas e facções dentro das forças armadas se multiplicavam em número e forçavam a estrutura de Estado na busca pelo poder. Principalmente a proliferação de grupos políticos militares levou a sequência de quarteladas, que imprimiram um teor ainda mais violento à política argentina.³⁶²

Nessas circunstâncias, em 6 de setembro de 1930, Hipólito Yrigoyen foi deposto por um golpe militar.³⁶³ A queda de Yrigoyen foi motivada por uma série de motivos. Fora a cisão dentro do próprio partido, a União Cívica Radical, a crise de 1929 prejudicava as exportações, e as dificuldades econômicas colocaram em xeque o modelo agroexportador, o que causava transtornos políticos. A impopularidade junto às forças armadas agravava a situação.³⁶⁴ Além disso, a sociedade argentina se degenerava e se fragmentava em uma miscelânea de partidos fascistas³⁶⁵ e agremiações armadas que, incapazes de uma ação em conjunto, debilitavam as estruturas do Estado e impediam a prática do governo.³⁶⁶

Contudo, é importante frisar que o golpe militar de 1930, longe de ser um projeto particular dos fascistas ou das forças armadas foi, antes de tudo, um movimento de múltiplas facetas. O golpe congregava diferentes tendências dentro do espectro político-partidário nacional que deploravam Yrigoyen ou que desejavam ascender ao poder. As forças armadas não participaram em sua totalidade, mas ofereceram o elemento de força que o movimento precisava para depor o governo. Figuram como grupos importantes da conspiração os liberais oligarcas, os fascistas e os radicais não personalistas.³⁶⁷

do modelo agroexportador. Porém, na década de 1920 a situação se inverteu: os Estados centrais protegiam suas economias, e a recessão de 1929 fez diminuir as demandas externas, que davam sustento para as economias da América Latina como um todo. In: FERRER, Aldo. **La economía argentina**. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales. 2o. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1981; p. 144.

³⁶¹ Ibid; p. 122.

³⁶² SIRKIS, Alfredo. **A Guerra da Argentina**. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 52.

³⁶³ Yrigoyen foi uma das principais lideranças da União Cívica Radical, chegando à Presidente da Argentina em duas ocasiões (1916-1922; 1928-1930).

³⁶⁴ MARTINS, 2016; p.42.

³⁶⁵ Os fascistas, que não constituíram um partido institucionalizado, ficaram conhecidos entre os historiadores como a “Direita nacionalista” ou “Conservadorismo Católico”. In: BEIRED, José Luís Bendicho. A Grande Argentina: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001; p. 303.

³⁶⁶ BEIRED, 1999; p. 54.

³⁶⁷ MARTINS, 2016; p.42.

Com a deposição de Yrigoyen, o general José Felix Uriburu (1868-1932) assumiu o comando. Uriburu fez reformas de caráter conservador e fechou o Congresso. No entanto, dada a fragmentação e diversidade de sua base política, passava por dificuldades pelo apoio insuficiente das forças armadas e pela pressão conspiratória que os radicais personalistas começaram a promover. Os políticos da velha ordem liberal repudiavam o fascismo e a Inglaterra e os EUA pressionavam para a abertura política.³⁶⁸ Adoecido, Uriburu vivia os últimos anos de sua vida. Sem condições do regime se instalar, a abertura política foi promovida em 1932, com os objetivos de restaurar a ordem vigente anterior a 1916.

Assim, nas eleições de 1932, foi eleito para a Presidência da República o general Augustin P. Justo (1876-1943). Justo era um representante da oligarquia liberal e sua ascensão ao poder aconteceu via fraude eleitoral. A União Cívica Radical foi proibida de participar do pleito eleitoral, porém, uma vez eleito, Justo repatria Marcelo Alvear, em exílio, para ser o ministro da guerra. Apesar da abertura política, não havia dúvida de que a democracia estava arruinada. Justo governou com dificuldades e nas eleições de 1937, também fraudulentas,³⁶⁹ ascendeu ao poder Roberto Ortiz (1876-1942), que permaneceu no cargo de 1938 a 1942.³⁷⁰

Em 1938, na Argentina, terminou o mandato do presidente Justo e sua base política, a Concordância, em eleições fraudulentas, elegeu Roberto Marcelino Ortiz como sucessor e, como vice-presidente, alguém mais conservador, Ramón S. Castillo. Ortiz tomou posse em fevereiro e nomeou ministro das Relações Exteriores o diplomata José M. Cantillo, que deu continuidade à política argentina contrária ao pan-americanismo defendido pelos EUA.³⁷¹

Segundo Moniz Bandeira, o golpe de Uriburu devolveu o poder aos conservadores e restaurou o predomínio dos interesses agroexportadores contra as aspirações das classes médias urbanas e do proletariado, cuja ascensão à cena política Yrigoyen e os radicais, de um modo ou outro, representaram, desde a sua primeira vitória, por meio do voto direto, nas eleições de 1916. Como consequência, o sucessor de Uriburu, o General Justo, revigorou a dependência da Argentina em relação à Grã-Bretanha, que restabeleceu e consolidou a sua predominância no comércio exterior daquele país, com a assinatura do Tratado Roca-Runciman em 1933. Os Estados Unidos perderam, assim, a posição de principal fornecedor

³⁶⁸ Ibid; p.43.

³⁶⁹ Na historiografia argentina, este período é conhecido como "*la década infame*".

³⁷⁰ MARTINS, 2016, p.44.

³⁷¹ DORATIOTO, 2020; p.278.

de manufaturas à Argentina, conquistada desde a Primeira Guerra Mundial. Sua participação nas importações argentinas, da ordem de ¼ no período de 1925 a 1929, caiu pela metade entre 1934 e 1938.³⁷²

Os vínculos de dependência econômica e comercial, que a Argentina e o Brasil estabeleceram com potências diferentes e rivais — Grã-Bretanha e Estados Unidos —, sempre influenciaram, de um modo ou de outro, as relações bilaterais entre os países. No entanto, suas economias mais se complementavam do que competiam e esta circunstância, favorecida ainda pela vizinhança, isto é, pelo fato de terem fronteiras comuns, estimulou de tal modo o intercâmbio comercial que o Brasil se converteu em um dos maiores clientes da Argentina, a ocupar, constantemente, a terceira ou quarta posição, devido, sobretudo, às volumosas compras de grãos e farinha de trigo. Além do mais, a permanente ameaça do Chile, que só não atacara a Argentina, pouco antes do golpe militar de Uriburu, porque perdera, com o vazamento do plano, a vantagem da surpresa, induzia a Argentina a aproximar-se politicamente do Brasil sempre que as tensões recresciam no lado dos Andes.³⁷³ Ainda que as suspeitas recíprocas coexistissem.

Além das dificuldades internas, este período é marcado pela deflagração da Segunda Guerra Mundial e por uma política argentina de oscilação entre uma política aliada e de neutralidade. Adoecido, Ortiz faleceu antes do fim do seu mandato.³⁷⁴ Por conseguinte, seu vice-presidente, Ramón Castillo, assumiu o cargo.³⁷⁵ Castillo se viu obrigado a governar em estado de sítio e, depois de um ano no poder, foi deposto no dia 6 de junho de 1943 por uma organização militar clandestina, o GOU (*Grupo de Oficiales Unidos*).³⁷⁶

Para Moniz Bandeira, a incapacidade da Grã-Bretanha de prover as necessidades, inclusive militares, da Argentina, e as pressões externas e contraditórias, tanto no sentido de compelir a Argentina a romper relações com o Eixo e a participar do conflito quanto para a manter na posição de neutralidade, associadas aos interesses internos e a entrelaçaram-se com as disputas políticas e a ameaça de agitação social, criaram as condições para o golpe militar que, em 1943, derrubou o Presidente Ramón Castillo e abateu a preponderância da oligarquia agroexportadora na direção do Estado. O receio do crescente poderio militar no

³⁷² BANDEIRA, 1995; p. 24.

³⁷³ Ibid; p. 26.

³⁷⁴ Roberto Ortiz foi Ministro da Fazenda da Argentina entre 1936 e 1937. Em 1942, em decorrência da diabetes, sua saúde piorou ao ponto de deixá-lo cego. Isso o fez renunciar ao cargo de presidente em junho de 1942. Faleceu no mês seguinte, em 15 de julho. Ramón Castillo assumiu o cargo.

³⁷⁵ Durante o governo de Antonio Pedro Justo, Ramón Castillo (1873-1944) foi Ministro da Justiça (1936) e Ministro do Interior (1936-1937).

³⁷⁶ MARTINS, 2016, p.44-45.

Brasil, com armamento fornecidos pelos Estados Unidos através do sistema de *lend-lease*, impulsionou as Forças Armadas, naquela situação, a assumirem o governo da Argentina.³⁷⁷

Desta forma, o golpe de 1943 deu início ao movimento militar argentino. Porém, diferente do golpe de 1930, o golpe de 1943 era exclusivamente militar, que atestava a politização e a capacidade de intervenção social das forças armadas. O GOU, como apontou Marcos Martins, se dividia em um grupo nacionalista e um grupo anglófilo. Os nacionalistas defendiam a neutralidade em relação ao conflito mundial, já os anglófilos eram partidários da intervenção do país em prol da Inglaterra e dos EUA. A ala anglófila contava nos seus quadros, com Storni; a ala nacionalista, que defendia a neutralidade, contava com a participação do coronel Perón. Apesar dessa dualidade, os nacionalistas triunfaram. Logo, como Secretário do Trabalho, Perón passou a ganhar popularidade junto à comunidade mais pobre que precisava de sua agência. Figura efusiva e carismática, tornou-se um líder popular de maior expressão que os presidentes militares Pedro Pablo Ramirez (1943-1944) e Edelmiro J. Farrell (1944-1946). Nas eleições da abertura, em 1945, Juan Domingo Perón venceu o pleito. Permaneceu no poder até 1955.³⁷⁸

O desenrolar dos movimentos políticos e militares na Argentina, naquele contexto de guerra e de forte campanha hemisférica pró-Aliados, gerou grandes debates, tensões e preocupações na região, em especial no Brasil, Uruguai e Estados Unidos. Sendo assim, no *Capítulo IV- A consolidação de uma aliança estratégica (1942-1945)* abordar-se-á os desdobramentos dessa situação política, a nível regional e internacional, e seus impactos nas relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Antes disso, no entanto, o tópico seguinte tratar-se-á das relações brasileiro-uruguayas entre 1930 e 1937. Argentina, como dito acima, foi pauta dessas conexões.

2.2. As relações bilaterais entre Brasil e Uruguai (1930-1937): aproximação e vigilância

Ao longo da década de 1930, Brasil e Uruguai sofreram os efeitos econômicos gerados pela Grande Depressão, tais como obstáculos que os mercados tradicionais puseram ao fluxo exportador do setor agropecuário. Além dos impactos econômicos, as consequências políticas foram notáveis. Em outras palavras, a hecatombe econômica trouxe

³⁷⁷ BANDEIRA, 1995; p. 35.

³⁷⁸ MARTINS, 2016, p.45.

acopladas mudanças políticas. Frente aos movimentos golpistas na região em 1930, em setembro, na Argentina, e outubro, no Brasil, diplomatas de diferentes nacionalidades se preocupavam com possível golpe de estado no Uruguai. Antonio Plá, por exemplo, ministro espanhol em Montevideu (1930-1933), frente aos acontecimentos do Chile, Peru, Argentina, Equador, Cuba e Brasil, se preocupava com a possibilidade de mudanças abruptas do regime político uruguaio. No entanto, lembrava que, caso ocorresse um golpe de estado naquele país, não seria como na Argentina e no Peru contra excessos de um poder presidencialista, mas sim o contrário, para dar ao presidente da República uma força e poder que o sistema de colegiado, com um Executivo bicéfalo, limitava.³⁷⁹

A preocupação do diplomata espanhol era plausível. Apesar de ter errado o momento do golpe, ocorrido em 31 de março de 1933, e não em 1930, acertou o principal motivo das disputas políticas. O então presidente Gabriel Terra dividia o poder Executivo com o Conselho Nacional de Administração (CNA), que muitas vezes impedia diversas ações do presidente. Reivindicando maiores poderes e, com o apoio das forças armadas, Terra rompeu com o setor batllista e instalou uma ditadura com caráter autoritário.

Como agravante, no campo econômico, como apontou o diplomata espanhol Antonio Plá, a situação do Uruguai era bastante complicada. O país sofreu severamente com as consequências da crise de 1929, isto é, a redução dos mercados de lã e carne, não somente os dois únicos artigos de exportações, senão as principais indústrias do Uruguai.³⁸⁰ Esse país, historicamente, abasteceu a Europa com lã, carne e couro e, em consequência disso, o comércio exterior, sempre teve um peso econômico maior. Como resposta a este cenário, o governo uruguaio buscou um estímulo maior à aceleração da industrialização e, conseqüentemente, uma fragilidade progressiva da hegemonia das oligarquias rurais.³⁸¹ Apesar disso, como adverte Juan Oddone, buscando alternativas de mercados, o Uruguai se

³⁷⁹ Telegrama nº 223, 29.09.1930. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, opina sobre la posibilidad de una dictadura militar en el Uruguay, a semejanza de otros países de América del Sur. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay**. Tomo II: 1914-1931. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2000; p. 295-296.

³⁸⁰ Telegrama nº 229, 31.12.1930. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, presenta una revisión de los sucesos ocurridos en Uruguay durante el año 1930. In: *Ibid*; p. 307.

³⁸¹ Tradicionalmente, o setor agroexportador foi a base da economia uruguaia. Com a crise de 1929, conseqüentemente, foi o principal setor atingido. Segundo Antonio Plá, “últimamente los estancieros (los ganaderos) del país se han visto obligados a vender la lana a precios extraordinariamente bajos, que ni siquiera alcanzaban a cubrir los gastos que demanda la cría del ganado”. In: Telegrama nº 239, 31.05.1931. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, comenta los efectos de la crisis económica mundial sobre Uruguay. In: *Ibid*; p. 318-319.

internacionalizou com mais intensidade nesse período.³⁸² Pela sua condição geopolítica, a região era uma das prioridades da política externa uruguaia.

Na fronteira Brasil-Uruguai, os reflexos da tendência centralizadora não tardaram a chegar, bem como os sinais de resistência. Desde a campanha presidencial de 1930, o norte uruguaio mostrava sua ambiguidade de maneira exemplar, ao alimentar boatos de levantes revolucionários liderados pelos irmãos Saravia, contra o governo colorado instalado em Montevideú, ao tempo que promoviam demonstrações patrióticas de união nacional, especialmente na grande festa cívica alusiva ao centenário da república (no ano de 1930).³⁸³

Por esse motivo, na década de 1930, a diplomacia brasileira e a uruguaia estiveram empenhadas em definir um amplo espectro de medidas, visando à integração internacional e ao controle das fronteiras comuns, por meio dos acordos celebrados em 20 de dezembro de 1933. Os acordos diplomáticos propostos ao senado dos dois países foram a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira, Acordo para a Permuta de Publicações, Convênio para Intercâmbio Artístico e Cultural, Convênio para o Fomento ao Turismo e Convênio sobre Exposições, Amostra e Venda de Produtos Nacionais.³⁸⁴

Tabela 5 -Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1928-1929).

Principais parceiros comerciais do Uruguai: Exportações e Importações (1928-1929)				
Países	IMPORTAÇÕES (em milhares de pesos uruguaio)		EXPORTAÇÕES (em milhares de pesos uruguaio)	
	1928	1929	1928	1929
Grã-Bretanha	14.333	15.135	23.060	21.377
Estados Unidos	28.415	29.717	10.345	11.242
Alemanha	10.750	9.693	14.924	13.780
Argentina	8.124	7.753	14.610	11.612
França	5.775	4.432	10.515	10.879
Brasil	4.670	4.619	4.707	2.764
Bélgica	4.639	5.658	6.285	6.786
Itália	4.456	4.364	6.553	5.770
Espanha	3.803	3.112	--	--
Rússia	--	--	1.299	2.755
Outros países	8.765	10.237	5.466	9.061

Fonte: (NAHUM, 1994; p.57-58.)³⁸⁵

³⁸² ODDONE, 1990; p. 9.

³⁸³ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945). In: *Polis*; n. 39; 2014; p. 4.

³⁸⁴ *Ibid*; p. 8.

³⁸⁵ Dados oficiais. In: Telegrama nº 255, 13.03.1930. Informe impreso para la circulación entre los altos funcionarios del Foreign Office. Informe anual sobre el año 1929.Sr. E. Scott a Sr. A. Henderson. In: NAHUM,

Joseph de Neeff,³⁸⁶ em um telegrama de 3 de março de 1931, após as vitórias eleitorais de Gabriel Terra para presidente da República, lembrou que desde sua posse, o presidente uruguaio declarou em entrevistas para a imprensa que as relações do Uruguai com os países americanos, em especial, com Argentina e Brasil ganhariam a sua devida atenção. Terra se comprometia, sobretudo, para melhorar as relações com a Argentina, marcadas por tensões e protestos de ambos os governos. Até mesmo uma partida de futebol em julho de 1930, em meio às celebrações do Centenário do Estado oriental, destacou o diplomata belga, acarretou uma contenda diplomática entre os países.³⁸⁷ Após a derrota argentina no Campeonato Mundial, o consulado do Uruguai em Buenos Aires sofreu ataques, foi parcialmente incendiado. Por sua vez, em Montevideú, a embaixada da Argentina foi alvo de manifestações hostis. Não por acaso, frequentemente, estava sendo vigiada por policiais.³⁸⁸

Como pode ser observado, até mesmo um evento esportivo como uma simples partida de futebol, no Mundial de 1930, gerou repercussões diplomáticas sérias entre Argentina e Uruguai. A rivalidade platina ofuscou as comemorações do Centenário do Estado oriental. Todavia, como observou o ministro espanhol, Antonio Plá, as relações argentino-uruguaias não eram medíocres somente por conta do futebol. Mas também por conta da negação por parte do governo uruguaio da extradição de Horacio Oyhanarte, ex-ministro das Relações Exteriores da Argentina durante o governo de Yrigoyen, exilado em Montevideú.³⁸⁹ Em resposta, como represália, o governo argentino desestimulou o turismo para o outro lado do Rio da Prata, gerando graves danos econômicos, pois, boa parte do setor hoteleiro da costa uruguaia dependia dos turistas argentinos para dinamizar a economia local.

Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo V: 1929-1931. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1994; p.57-58.

³⁸⁶ Joseph de Neef foi ministro plenipotenciário da Bélgica no Uruguai entre 1929 e 1945, portanto, conheceu bem a realidade da política uruguaia.

³⁸⁷ Se em 1930 e em 1932, os jogos de futebol disputados entre as seleções do Uruguai e da Argentina culminaram em contendas diplomáticas, em 1939, foi a vez de conflitos entre Brasil e Argentina a partir de um jogo disputado no Rio de Janeiro pela disputa da taça “Roca”. In: João Batista LUSARDO, embaixador brasileiro no Uruguai, para o chanceler Oswaldo ARANHA, Montevideú, of. n° 15, 25.01.1939. Incidente entre argentinos e brasileiros em jogos de foot-ball. Nov/1938-Jan/1939. AHI, RJ; 33/3/11.

³⁸⁸ Telegrama n° 164, 03.03.1931. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, da cuenta del resultado de las elecciones del 30 noviembre de 1930, del acenso de Gabriel Terra a la Presidencia de la República y de las causas de las tirantes relaciones con Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 356-358.

³⁸⁹ Oyhanarte foi Ministro das Relações Exteriores durante a segunda presidência de Hipólito Yrigoyen entre 1928 e 1930. Com o golpe político destituindo o governo de Yrigoyen, se exilou em Montevideú e foi figura central de diversos desentendimentos entre Uruguai e Argentina, culminando até mesmo na ruptura de suas relações diplomáticas entre julho e setembro de 1932.

Além disso, o governo de Urriburu decretou aumento nas taxas aduaneiras, dificultando a entrada de produtos uruguaios na Argentina.³⁹⁰

O representante diplomático belga instalado em Buenos Aires, Henry Ketels, também destacou o ocorrido, e suas consequências diplomáticas. Ketels se julgava incapaz de compreender como uma partida de futebol entre argentinos e uruguaios poderia ter uma profunda repercussão diplomática sobre as relações entre os países, marcadas por reclamações e rejeições mútuas. Tal evento, lembrou o diplomata, resultou na ruptura das relações entre as duas federações desportivas, por conseguinte, no esfriamento da amizade entre os dois países platinos.³⁹¹

Com efeito, o golpe político na Argentina, em setembro de 1930, radicalizou ainda mais as tensões entre os países. Pois com a implantação do novo governo, do militar Félix Urriburu, diversos opositores e elementos considerados “indesejáveis” foram expulsos do país, acima de tudo, anarquistas e comunistas espanhóis, italianos e franceses. Não obstante, em escala em Montevideu, face às leis vigentes no Uruguai, foram admitidos em liberdade. Segundo Henry Ketels, “*apenas pisaron tierra, ¡fueron puestos en libertad!*”. Oyhanarte, ex-chanceler argentino, era um deles. Como retaliação, o general Urriburu queria romper relações diplomáticas com o governo uruguaio, no entanto, Ernesto Bloch, chanceler argentino e político experiente, o convenceu de não fazê-lo.³⁹² Mas os desentendimentos permaneceram.

Henry Ketels, apesar de defender a visão argentina nessa contenda diplomática, tinha razão ao apontar o tremendo descontentamento de Urriburu, em especial, a recusa da extradição de Horacio Oyhanarte.³⁹³ Urriburu também era fortemente criticado pelos principais jornais monteviduanos, que eram propriedades e dirigidos por políticos uruguaios expressivos.³⁹⁴ Além disso, Juan Carlos Blanco, embaixador em Buenos Aires, entre 1927

³⁹⁰ Telegrama n° 229, 31.12.1930. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, presenta una revisión de los sucesos ocurridos en Uruguay durante el año 1930. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay**. Tomo II: 1914-1931. Montevideo, UdelaR; 2000; p. 306-307.

³⁹¹ Telegrama n° 163, 02.02.1931. Henry Ketels, ministro de Bélgica en Buenos Aires, da cuenta de las diversas razones que explican las mediocres relaciones entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 353-356.

³⁹² Ibid; p. 354-355.

³⁹³ Décio H. de MOURA, secretário da Legação dos Estados Unidos do Brasil, para o chanceler Afrânio de MELLO FRANCO, Montevideu, of. n° 9, 04.01.1931. Extradição ex-Ministro Horacio Oyhanarte. In: Ofícios. Jan/Jun 1931. Missões Diplomáticas Brasileiras; AHI, RJ.

³⁹⁴ Idem, Montevideu, of. n° 13, 11.01.1931. Relações uruguaio-argentinas. In: Ofícios. Jan/Jun 1931. Missões Diplomáticas Brasileiras; AHI, RJ.

e 1931, era amigo íntimo de Oyhanarte. E, segundo os informes diplomáticos, teria tido um papel importante em seu exílio em Montevideú.³⁹⁵

Em represália, a Argentina reagiu com a publicação de três decretos aduaneiros retirando a isenção de direitos de importação que gozavam os uruguaios.³⁹⁶ O primeiro proibía a entrada de gado uruguaio; o segundo aumentava em 25% os impostos sobre legumes e pescados, medida que prejudicava principalmente o Uruguai, por ser um dos principais importadores desses produtos; e o terceiro, que aumentava em 25% os impostos sobre pedras, que prejudicava Uruguai desde seu porto de Colônia, localizado em frente de Buenos Aires. O diplomata belga destacava que *“era para Uruguay un golpe muy duro, representando esas importaciones cada año varios millones de pesos oro. Y en la situación económica ultra-precaria [...], era doblemente enojoso”*.³⁹⁷

Essas relações conflituosas e hostis com a Argentina permaneceriam ao longo da década de 1930 e 1940. Em 1931, por exemplo, o ministro espanhol Antonio Plá descrevia que a situação com Argentina continuava delicada, ainda que o Uruguai tivesse cedido ante às represálias de seu vizinho muito mais poderoso. O diplomata espanhol apontava diversas manifestações da sociedade civil uruguaia contrárias ao governo argentino.³⁹⁸ Em um relatório sobre as relações entre os vizinhos platinos, de fevereiro de 1931, encaminhado para Bruxelas, Henry Ketels, ministro belga em Buenos Aires, salientava que *“desde hace ya algún tiempo, las relaciones entre la República Argentina y el Uruguay no son lo que deberían ser”*.³⁹⁹ No entanto, não reconhecendo a sua parcialidade portenha, para Ketels, a culpa dessas relações tensas e medíocres seria do Uruguai. Para ele, a origem dessa falta de cordialidade entre os países platinos era remota. Desde a Grande Guerra, a Argentina se sentiu lesionada pelo Uruguai ao vê-lo romper relações diplomáticas com a Alemanha sem

³⁹⁵ Ketels informava que Juan Carlos Blanco *“era amigo íntimo del ex ministro Oyhanarte y lo siguió protegiendo hasta en su exilio. Cuando huyó de la Argentina, el Sr. Blanco lo esperaba al bajar del barco. Se dice aquí que operaban juntos.”* In: Telegrama n° 163, 02.02.1931. Henry Ketels, ministro de Bélgica en Buenos Aires, da cuenta de las diversas razones que explican las mediocres relaciones entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 355.

³⁹⁶ Décio H. de MOURA para MELLO FRANCO, Montevideú, of. n°. 13, 11.01.1931. In: Ofícios. Jan/Jun 1931. Missões Diplomáticas Brasileiras, AHI, RJ.

³⁹⁷ Telegrama n° 163, 02.02.1931. Henry Ketels, ministro de Bélgica en Buenos Aires, da cuenta de las diversas razones que explican las mediocres relaciones entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 355.

³⁹⁸ Telegrama n° 232, 29.01.1931. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, informa de la proclamación de Gabriel Terra a la Presidencia de la Republica y pasa revista a la situación interna e internacional del país. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo II: 1914-1931.** Montevideo, UdelaR; 2000; p. 308-309.

³⁹⁹ Telegrama n° 163, 02.02.1931. Henry Ketels, ministro de Bélgica en Buenos Aires, da cuenta de las diversas razones que explican las mediocres relaciones entre Uruguay y Argentina. 2/2/1931. In: NAHUM, 1998; p. 353-356.

sequer ter mantido um diálogo com seu vizinho argentino. Logo depois, algumas medidas uruguaias proibiram a circulação de certos periódicos e revistas argentinas, além do fato do governo uruguaio ter reconhecido oficialmente o governo soviético, que era bastante temido pelos países da América do Sul, devido à difusão do comunismo.⁴⁰⁰

A cerimônia de posse do presidente Gabriel Terra, em março de 1931, em tom de luto, já enunciava grandes desafios da política externa uruguaia, em especial, com a Argentina. Artur Araújo Jorge,⁴⁰¹ recém-chegado à Montevideu para a posse do novo presidente uruguaio, descreveu que em respeito ao luto de seu antecessor, Juan Campisteguy, que há poucos dias tinha perdido sua esposa, a cerimônia do novo mandato colorado tinha sido bem simples. No entanto, o diplomata brasileiro registrou que seu discurso não tinha agradado os setores batllistas, o qual Terra fazia parte.⁴⁰² O diplomata francês Velten, classificou a cerimônia como singela. Nem mesmo as potências vizinhas, Brasil e Argentina, enviaram embaixadas especiais nem navios de guerra, como era comum em transmissões de mandatos presidenciais. Velten destacou que o único navio de guerra presente no evento foi o britânico “Dánae”, em águas do Rio da Prata, por ocasião da visita do Príncipe de Gales e do Príncipe Georges a Buenos Aires.⁴⁰³

Apesar das expectativas de melhores relações entre os vizinhos com a mudança na presidência argentina,⁴⁰⁴ sob o comando do General Agustín Pedro Justo (1932-1938), as queixas de ambos governos continuaram e se intensificaram ao longo de 1932, tanto é que o Uruguai rompeu as relações diplomáticas com a Argentina, entre julho e setembro daquele ano. No informe anual sobre 1932, o ministro britânico em Montevideu, Robert Michell, destacava que o evento de maior importância daquele ano tinha sido a ruptura das relações

⁴⁰⁰ Ibidem.

⁴⁰¹ Araújo Jorge representou o Brasil em Montevideu entre fevereiro de 1931 e agosto de 1933.

⁴⁰² Artur Guimarães de ARAÚJO JORGE, embaixador brasileiro no Uruguai, para o chanceler Afrânio de MELLO FRANCO, Montevideu, of. n.º 21, 02.03.1931. Posse Presidente Gabriel Terra. In: Ofícios. Jan/Jun 1931. Missões Diplomáticas Brasileiras; AHI, RJ.

⁴⁰³ Telegrama n.º 180, 4.03.1931. M. Velten, ministro de Francia, informa y comenta la asunción de la Presidencia de la República por el Dr. Gabriel Terra. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, Udelar; 1999; p. 326-328.

⁴⁰⁴ O ministro espanhol em Montevideu, Antonio Plá, registrava que “la gente cree que com el nuevo Presidente de la República Argentina las relaciones serán mejores que com el General Uriburu y hasta se llegó a anunciar una próxima visita a Montevideo del General Justo, la que fue enseguida desmentida en Buenos Aires.” In: Telegrama n.º 5, 31.03.1932. Antonio Plá, ministro de España, comenta los diversos problemas económicos que enfrenta el país; baja de ingresos aduaneros, de exportaciones, del empleo; y políticos: régimen de gobierno. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay**. Tomo III: 1932-1947. Montevideo, Udelar; 2001; p.17.

diplomáticas do governo uruguaio com a Argentina.⁴⁰⁵ Como destacou Araújo Jorge, esta ruptura de relações diplomáticas entre os países platinos, em 13 de julho de 1932, não surpreendeu os círculos diplomáticos.⁴⁰⁶

Nesse momento, havia uma grande expectativa do governo uruguaio para a assinatura de diversos tratados com Argentina e Brasil na Conferência Tripartite, no entanto, não passou de ilusões. Com o Brasil, esperava-se a assinatura de tratados de combate ao contrabando na fronteira, além de promover intercâmbios comerciais de café, erva-mate e carne.⁴⁰⁷ Com a Argentina, não houve sequer diálogo ou proposta de acordos, com a interrupção das relações entre os países vizinhos. Para Robert Michell, o principal motivo de tal ruptura teria sido a falta de ação política do governo argentino contra opositores uruguaio ao governo Terra, muitos deles, refugiados políticos, em Buenos Aires, prática muito recorrente no período. Por outro lado, o governo argentino acusava o governo uruguaio de ser estéril em termos de reações. Em julho de 1932, por exemplo, a Argentina solicitou a prisão, por parte das autoridades uruguaias, de alguns exilados políticos argentinos residentes no Departamento de Salto. Pois, segundo o governo argentino, esses opositores, além da difusão de notícias alarmantes pelo rádio, também tentavam contrabandear armas em Bella União e Monte Caseros, ação marcada por tiroteios com as autoridades policiais da região.⁴⁰⁸ No entanto, não obteve respostas satisfatórias do Uruguai.

De fato, como demonstrou a documentação diplomática do período, a presença de figuras da oposição aos respectivos governos nas capitais platinas foi tema de intensa e permanente desconfiança mútua entre Argentina e Uruguai.⁴⁰⁹ Além disso, somou-se uma guerra tarifária sobre produtos de ambos países. Depois de dois meses, entretanto, ambas chancelarias encontraram uma fórmula para a situação conflituosa e reataram as relações diplomáticas em 12 de setembro do mesmo ano.⁴¹⁰

⁴⁰⁵ Telegrama nº 355, 24.01.1933. R.C. Michell a Sir. John Simon. Informe anual sobre 1932. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VI: 1932-1933. Montevideo, Udelar; 1996; p.206-208.

⁴⁰⁶ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideú, of. nº 205, 14.07.1932. Ruptura das relações diplomáticas. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, Rio de Janeiro.

⁴⁰⁷ Telegrama nº 355, 24.01.1933. R.C. Michell a Sir. John Simon. Informe anual sobre 1932. In: NAHUM, 1996; p.198.

⁴⁰⁸ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideú, of. nº 197, 7.07.1932. Nova reclamação diplomática argentina. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, RJ.

⁴⁰⁹ Idem; Montevideú, of. nº 202, 12.07.1932. Incidente diplomático entre o Ministro das Relações Exteriores e o Embaixador argentino. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, RJ.

⁴¹⁰ Telegrama nº 355, 24.01.1933. R.C. Michell a Sir. John Simon. Informe anual sobre 1932. In: NAHUM, 1996; p.206-208.

Na verdade, como explicou o diploma belga, Joseph de Neeff, o governo argentino suspeitava que o general Toranzo, refugiado político argentino exilado em Montevidéu, e que tinha estreita amizade com um oficial da marinha uruguaia, estivesse a bordo do navio “Uruguay” a caminho da capital argentina. Segundo George Delcoigne, encarregado de negócios da Bélgica em Buenos Aires, um indivíduo, cuja identidade não tinha sido relevada, provavelmente um policial argentino encarregado pela Casa Rosada para vigiar o exilado, suspeitava o diplomata belga, relatou ao governo argentino que o general Toranzo subia a bordo da embarcação uruguaia rumo à Buenos Aires.

Dando credibilidade à sua fonte na capital uruguaia, o Ministro das Relações Exteriores da Argentina telefonou ao seu embaixador em Montevidéu, Cantilo, dando-lhe a ordem de levar tal ocorrido ao conhecimento do governo uruguaio. Mesmo após todas explicações dadas pelo subchefe do Arsenal ao embaixador argentino, alegando que o general argentino tinha cometido um grande erro ao visitar seu amigo, o comandante Hernández, e o teria colocado numa situação muito delicada, ao desembarcar em águas argentinas, o “Uruguay” foi objeto de uma vigilância especial e criteriosa; para o governo uruguaio nada amistosa e ofensiva. Além do constrangimento no mar, o comandante Hernández passou a ser observado pelas autoridades argentinas em suas visitas protocolares.⁴¹¹

Assim, ao regressar a Montevidéu, o comandante do navio uruguaio relatou ao seu governo que foi objeto de minuciosa vigilância e humilhação por parte das patrulhas argentinas. Em represália, segundo De Neef, o governo uruguaio por meio do seu chanceler Carlos Blanco reagiu com a interrupção das relações entre os países no dia 13 de julho. Para o ministro belga, tratava-se de uma ofensa à dignidade e à bandeira uruguaia.⁴¹² O diplomata belga, Georges Delcoigne, lembra que com a chegada dos conservadores ao poder na Argentina, em setembro de 1930, o governo argentino virou as costas para o Uruguai. Conseqüentemente, Juan Carlos Blanco, que era embaixador em Buenos Aires, sofreu na pele o desprezo do novo governo. Meses mais tarde, ao ser chamado para conduzir a política externa de seu país pelo presidente Gabriel Terra, Blanco, com espírito vingativo, descreveu

⁴¹¹ Telegrama nº 170, 27.07.1932. Georges Delcoigne, Encargado de Negócios de Bélgica em Buenos Aires, da su versión de los hechos que llevaron a la ruptura de relaciones diplomáticas entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 369-372.

⁴¹² Telegrama nº 169, 19.07.1932. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, explica los hechos que llevaron a la ruptura de las relaciones diplomáticas entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 366-369.

Delgoine, teria retribuído as deselegâncias dos portenhos. Outros diplomatas estrangeiros em Buenos Aires diziam que Blanco tinha finalmente se vingado.⁴¹³

O embaixador brasileiro alertava que alguns setores políticos uruguaios, sobretudo, os batllistas, chegaram a pedir a demissão ou renúncia do chanceler Juan Carlos Blanco,⁴¹⁴ e Terra tinha perdido prestígio político com o incidente.⁴¹⁵ Apesar desse relato, as relações entre os vizinhos platinos não podem ser resumidas meramente ao espírito vingativo do chanceler uruguaio. De fato, a política externa dos países nessa conjuntura política da década de 1930 era instrumentalizada para a manutenção de seus respectivos governos, tanto na Argentina e Uruguai quanto no Brasil, pois eram países fronteiriços. Pela proximidade geográfica, muitos opositores argentinos escolhiam Montevidéu para exilar-se, assim como opositores uruguaios escolhiam Buenos Aires ou a fronteira norte com o Brasil para viver e reorganizar suas forças político-militares. Isto posto, havia uma preocupação permanente dos governos da região com as suas fronteiras.⁴¹⁶

Este cenário exigia maior cooperação e entendimento entre os governos, o que não aconteceu entre Argentina e Uruguai. Mesmo após a retomada de relação diplomáticas, em 12 de setembro de 1932, as tensões continuaram.⁴¹⁷ Em fevereiro de 1933, por exemplo, o juiz uruguaio Francisco Gamarra negou a extradição do ex-major argentino Sebastian Baldasarre, refugiado no Uruguai e condenado a 20 anos de prisão pelas autoridades argentinas.⁴¹⁸ O mesmo não ocorria com casos brasileiros. Walter Brayer foi um exemplo disso. Brayer era brasileiro e se encontrava em Lasca, no Departamento de Rocha. Foi extraditado, em menos de 24 horas, a pedido do governo brasileiro por ser acusado de homicídio pela justiça de Santa Vitória do Palmar, no RS.⁴¹⁹ Thomaz Lopes dos Santos foi um caso similar, também extraditado para o Brasil,⁴²⁰ assim como Duque Rodrigues e vários

⁴¹³ Telegrama nº 171, 27.07.1932. Georges Delcoigne, Encargado de Negócios de Bélgica em Buenos Aires, comenta los antecedentes que provocaron la ruptura de relaciones diplomáticas entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p. 372-374.

⁴¹⁴ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. nº 215, 24.07.1932. Ruptura das relações diplomáticas entre Uruguay e a Argentina. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, RJ.

⁴¹⁵ Idem; Montevidéu, of. nº 262, 14.09.1932. Restabelecimento das relações uruguaio-argentinas. In: Ofícios. Set/Dez 1932; AHI, RJ.

⁴¹⁶ Idem; Montevidéu, of. nº 150, 16.05.1932. Venda de armas do Brasil na fronteira. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, RJ.

⁴¹⁷ Idem; Montevidéu, of. nº 262, 14.09.1932. Restabelecimento das relações uruguaio-argentinas. In: Ofícios. Set/Dez 1932; AHI, RJ.

⁴¹⁸ Idem; Montevidéu, of. nº 53, 19.02.1933. Extradição do ex-Major argentino S. Baldasarre. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴¹⁹ Idem; Montevidéu, of. nº 140, 6.05.1933. Extradição de Walter Brayer. In: Ibid.

⁴²⁰ Idem; Montevidéu, of. nº 141, 6.05.1933. Extradição de Thomas Lopes dos Santos. In: Ibid.

outros brasileiros condenados.⁴²¹ Por essa razão, um estatuto jurídico da fronteira entre Brasil e Uruguai estava sendo discutida pelos governos.⁴²² Nos meses seguintes, após o golpe de Terra, era a vez da Argentina receber diversos exilados e refugiados políticos uruguaios em sua capital. Verifica-se, destarte, que, mesmo com a retomada das relações diplomáticas, as suspeitas e reclamações entre o governo argentino e o governo uruguaio perduraram.

Em contrapartida, como enfatizou o ministro espanhol na capital uruguaia, as relações do Uruguai com o Brasil desde 1930 estavam excelentes. A inauguração de uma ponte de 2.600 metros sobre o rio Jaguarão, que unia os dois países, era exemplo das boas relações entre os países.⁴²³ Nessa conjuntura hostil e suspeitosa com seu vizinho platino, o Brasil era visto como um escudo protetor do governo uruguaio. Cabe frisar que as relações entre Brasil e Argentina também eram marcadas por suspeitas e rivalidades. Muitas vezes eram criados rumores de movimentos revolucionários em território brasileiro pelos emigrados políticos argentinos em Montevideú.⁴²⁴ Assim, o Uruguai tornara-se uma peça relevante para balancear as relações brasileiro-argentinas. E apesar do Brasil não ser um bom comprador do país vizinho, como pode ser observado na tabela abaixo, era um importante e necessário parceiro político no Prata.

⁴²¹ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideú, of. n° 149, 12.05.1933. Extradição de Duque Rodrigues. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴²² FURST para MELLO FRANCO, Montevideú, n° 232, 16.08.1933. Estatuto jurídico da fronteira entre o Brasil e o Uruguay. In: Ofícios. Jun/Out 1933; AHI, RJ.

⁴²³ Telegrama n° 229, 31.12.1930. Antonio Plá, ministro de España en el Uruguay, presenta una revisión de los sucesos ocurridos en Uruguay durante el año 1930. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay**. Tomo II: 1914-1931. Montevideo, UdelaR; 2000; p. 307.

⁴²⁴ FURST para MELLO FRANCO, Montevideú, of. n° 120, 20.04.1933. Situação política do Uruguai: Chegada do Dr. Luis A. Herrera. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

Tabela 6 -Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1932).

Principais parceiros comerciais do Uruguai: Exportações e Importações (1932)		
Países	IMPORTAÇÕES (em milhares de pesos)	EXPORTAÇÕES (em milhares de pesos)
Alemanha	4.224	6.513
Argentina	6.343	4.043
Bélgica	1.514	2.974
Brasil	3.476	396
Espanha	1.745	393
Estados Unidos	4.396	1.903
França	1.196	5.798
Grã-Bretanha	7.918	12.051
Holanda	808	910
Itália	1.594	4.470
Outros países	6.492	3.630
TOTAL	39.706	43.081

Fonte: (NAHUM, 1996, p. 220).⁴²⁵

Verifica-se, à vista disso, que a diplomacia brasileira do governo Vargas, como frisou Francisco Doratioto, de fato, manteve as diretrizes básicas implantadas pelo Barão do Rio Branco (1902-1912), tais como: a defesa da estabilidade política regional; a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires. Isto é, a política varguista dava continuidade à adesão, à solução pacífica de controvérsias e à preocupação em aumentar o comércio regional, mas não estava totalmente descartada a hipótese de guerra com o vizinho argentino.⁴²⁶

Mesmo antes do golpe de estado de 31 de março de 1933, as relações entre Brasil e Uruguai eram tidas como essenciais para o novo regime a ser instaurado por Gabriel Terra. A transferência de Juan Carlos Blanco, então Ministro das Relações Exteriores, para a embaixada no Rio de Janeiro, onde permaneceu até setembro de 1941, comprova essa atenção e desejo de aproximação do governo varguista.⁴²⁷ Enrique Diez-Canedo, diplomata espanhol, ressalta que *“no [era] un secreto que el Dr. Blanco siente de tempo atrás el deseo*

⁴²⁵ Dados referentes aos valores oficiais dos primeiros nove meses do ano de 1932. Telegrama nº 355, 24.01.1933. Informe anual sobre 1932. R. C. Mitchell a Sir. John Simon. In: NAHUM, 1996; p.220.

⁴²⁶ DORATIOTO; 2014; p. 115. Essa hipótese de guerra com a Argentina também estava presente nos círculos diplomáticos uruguaios.

⁴²⁷ URUGUAY. **Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores**. Segunda Época, Año I. Tomo I, número 2. 1º de Setiembre de 1932. Montevideo, Imprenta Militar, 1932.

de ser embajador en Río de Janeiro, cosa relativamente fácil de conseguir".⁴²⁸ Para Robert Michell, ministro plenipotenciário britânico em Montevidéu, Carlos Blanco fez mais do que representar seu país no Brasil, pois o governo terrista necessitava de um homem de confiança na capital brasileira para explicar o golpe que se sucederia no território vizinho, bem como solicitar apoio, se necessário fosse. O embaixador brasileiro, Araújo Jorge, concordava com o diplomata inglês.⁴²⁹ Sobretudo, a vigilância de forças opositoras e contrárias ao golpe na fronteira.⁴³⁰

No dia 6 de fevereiro, o ministro brasileiro em Montevidéu destacou que o problema da reforma constitucional ameaçava a situação política uruguaia e preocupava a opinião pública.⁴³¹ Oito dias depois, já afirmava que não existia mais perigo imediato de movimento revolucionário.⁴³² Em 28 de fevereiro, Araújo Jorge chegou a reafirmar que a efervescência revolucionária tinha sido extinguida quase por completa.⁴³³

Todavia, o presidente Terra insistia na mudança constitucional e para isso contava com o apoio intransigente dos blancos herreristas e dos colorados riveiristas. Luiz Alberto de Herrera, principal líder do Partido Nacional, era acérrimo adversário do governo colegiado⁴³⁴ e insistia em métodos revolucionários, se necessário fosse.⁴³⁵ O ferrenho debate pela reforma constitucional acabou por gerar uma crise ministerial. Esta não seria nem a primeira nem a última gerada pelo jogo político uruguaio. Como resultado, em 13 de fevereiro de 1933, Juan Carlos Blanco, então chanceler, demitiu-se, e Alberto Mañé assumiu a pasta das Relações Exteriores.⁴³⁶ Logo, Blanco assumiria a embaixada uruguaia no Rio de Janeiro. Poucos dias depois, em 25 de fevereiro, já tinha sido nomeado embaixador no Brasil

⁴²⁸ Telegrama nº 16, 28.02.1933. Enrique Diaz-Canedo, Ministro de España, informa de la entrevista del Presidente de la República, Dr. Gabriel Terra, com el líder nacionalista, Dr. Luís Alberto de Herrera, previa al Golpe de Estado. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay**. Tomo III: 1932-1947. Montevideo, UdelaR; 2001; p.32-33.

⁴²⁹ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. nº 80, 16.03.1933. Embaixada do Uruguai no Brasil. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴³⁰ Telegrama nº 366, 16.03.1933. Robert C. Michell, Ministro de la Legación Británica, describe el agitado clima político previo al Golpe de Estado. In: NAHUM, 1996; p. 267.

⁴³¹ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. nº 43, 6.02.1933. Situação política interna. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴³² Idem; Montevidéu, of. nº 50, 14.02.1933. Situação política do Uruguai. In: Ibid.

⁴³³ Idem; Montevidéu, of. nº 60, 28.02.1933. Mês político. In: Ibid.

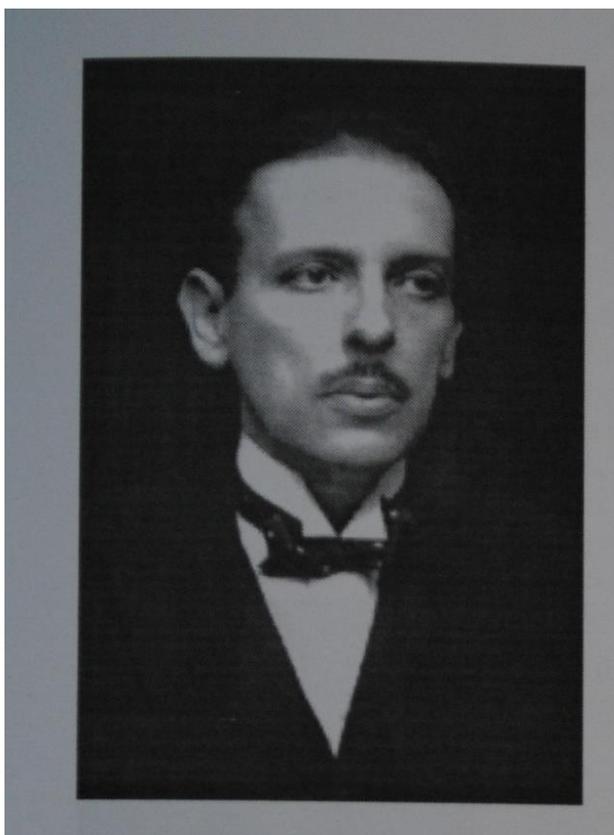
⁴³⁴ Idem; Montevidéu, of. nº 48, 12.02.1933. Situação política do Uruguai. In: Ibid.

⁴³⁵ Idem; Montevidéu, of. nº 50, 14.02.1933. Situação política do Uruguai. In: Ibid.

⁴³⁶ Idem; Montevidéu, of. nº 49, 14.02.1933. Recomposição do Ministério da Presidência da República. In: Ibid.

pelo governo terrista.⁴³⁷ No dia 15 de março desembarcou na capital brasileira.⁴³⁸ Domingos Mendívil, até então, Chefe do Estado Maior do Exército, assumiu o Ministério da Guerra e Marinha.

Figura 2 – Fotografia de Juan Carlos Blanco, embaixador uruguaio no Brasil (1933-1941).



Fonte: (CAETANO; BUCHELI, YAFFÉE, 2002, p. 147).

Além disso, circulava rumores nos meios diplomáticos, inclusive no Brasil, de que Montevideu era o centro de ação dos comunistas. Segundo William Seeds, diplomata britânico em Petrópolis, a capital uruguaia era vista como uma terra fértil para as atividades comunistas pelos círculos oficiais do governo brasileiro. Até mesmo a legação brasileira em Viena já tinha alertado Vargas sobre emissários secretos soviéticos no Uruguai.⁴³⁹

⁴³⁷ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideu, of. n° 64, 1.03.1933. Embaixada do Uruguai no Brasil. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴³⁸ Idem, Montevideu, of. n° 80, 16.03.1933. Embaixada do Uruguai no Brasil. In: Ibid.

⁴³⁹ Telegrama n° 363, 03.03.1933. Informe de diplomáticos ingleses en Petrópolis y Porto Alegre sobre posible golpe de Estado en Uruguay y sus conexiones en Brasil. In: NAHUM, 1996; p. 256.

Nos dias seguintes ao golpe de estado no Uruguai, em cooperação com o governo uruguaio, o governo do Rio Grande do Sul, sob o comando de Flores da Cunha, cuidava da vigilância da fronteira brasileira para combater a oposição e evitar ações revolucionárias contra Terra. Muitas prisões foram realizadas de ambos os lados.⁴⁴⁰ Essa resposta do governo gaúcho estava em plena sintonia com a política adotada pelo governo federal, o que assinala uma clara aproximação político-ideológica antiliberal e anticomunista entre Gabriel Terra e Getúlio Vargas, além do anseio por maiores poderes centralizados de ambos presidentes. O cônsul britânico em Porto Alegre, E. Carvell, ressaltava que o principal objetivo do golpe político, visto como revolução pelo diplomata, era destruir o centro comunista em Montevideu e, para isso, o governo uruguaio contava com o apoio da Argentina e do governo de Rio Grande.⁴⁴¹ No entanto, todos os setores opostos à Terra, isto é, batllistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas eram reduzidos em “comunistas”.⁴⁴² Segundo Carvell, o governo de Rio Grande do Sul continha 10.000 homens preparados para dar todo o apoio possível ao governo terrista na fronteira, sobretudo, com a prisão dos comunistas refugiado em Rio Grande. Além desse contingente, segundo o cônsul britânico, a pedido do governo uruguaio, o governo gaúcho contava com mais 4.000 homens das forças policiais estaduais patrulhando a fronteira uruguaia e na Serra do Caverá, na fronteira oeste entre Rosário do Sul, Alegrete e Santa do Livramento havia uma concentração de 2.000 mil homens pertencentes à Brigada Militar gaúcha e às suas formações auxiliares.⁴⁴³

Com efeito, essa cooperação de vigilância na fronteira foi possível após as negociações de Luiz Alberto de Herrera, líder do Partido Nacional, com Nepomuceno Saraiva, filho do líder blanco Aparício Saraiva.⁴⁴⁴ Nepomuceno Saraiva teria organizado e preparado forças militares para o momento do golpe de Terra.

⁴⁴⁰ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideu, of. n° 145, 10.05.1933. Internação de exilados brasileiros. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴⁴¹ Telegrama n° 363, 03.03.1933. Informe de diplomáticos ingleses en Petrópolis y Porto Alegre sobre posible golpe de Estado en Uruguay y sus conexiones en Brasil. In: NAHUM, 1996; p. 257.

⁴⁴² O golpe de estado era visto como algo positivo e vantajoso para os britânicos. Segundo Robert Michell: “*el coup d’Etat es largamente ventajoso para los intereses británicos, que han estado sufriendo por años la persecución y hostilidad de la facción batllista, y ésta ha recibido un golpe del que le costará mucho recobrase*”. In: Telegrama n° 369, 03.04.1933. R. C. Michell, ministro de la Legación Británica, informa después del Golpe y da su valoración del mismo para los intereses ingleses. In: NAHUM, 1996; p.273.

⁴⁴³ Copia del telegrama recibido del Cónsul británico en Porto Alegre, n° 2, 20.02.1933. In: NAHUM, 1996; p. 257.

⁴⁴⁴ Telegrama n° 16, 28.02.1933. Enrique Diaz-Canedo, ministro de España, informa de la entrevista del Presidente de la República, Dr. Gabriel Terra, con el líder nacionalista, Dr. Luís Alberto de Herrera, previa al Golpe de Estado. In: NAHUM; 2001; p.32-33.

Em seus registros, o diplomata belga Joseph de Neeff demonstra certo espanto com a “autoridade feudal” de Nepomuceno Saraiva, que contava com armas, munições e materiais provenientes das últimas revoluções deflagradas no Brasil. Ele possuía grandes propriedades de ambos os lados da fronteira entre Brasil e Uruguai, e sua família teria sempre se beneficiado das revoluções ali desencadeadas.⁴⁴⁵

Identifica-se, assim, nos bastidores políticos e militares, Gabriel Terra montava “*en la sombra la machina de la dictadura*”,⁴⁴⁶ como era acusado pelos batllistas. Após a recusa da Câmara dos Deputados em aprovar medidas de emergência que atendia o governo, o presidente uruguaio dissolveu o Congresso Nacional e o Conselho Nacional de Administração. Todos os membros do CNA foram presos. Por decreto, Terra instituía uma junta de governo, com 10 membros, que teria a função de elaborar uma nova constituição para o país.⁴⁴⁷

Instalada a ditadura em Montevideú, Alberto Mañé manteve-se como Ministro das Relações Exteriores do novo regime.⁴⁴⁸ Mañé recebeu, desde a cidade de Rio Branco, em abril de 1933, um telegrama sobre a situação política daquela região fronteira. Segundo o telegrama, os correios, telégrafos, e os meios de transporte tinham sido bloqueados pelas forças militares brasileiras em Jaguarão. Além disso, a ponte Mauá estava sendo vigiada pela polícia.⁴⁴⁹ Uma prática comum ao longo do período para reprimir tanto a oposição brasileira quanto a uruguaia. Poucos dias depois, no dia 3 de abril, diferentemente da Argentina,⁴⁵⁰ o

⁴⁴⁵ Telegrama nº 173, 04.04.1933. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, expone algunos hechos que en su opinión condujeron al Golpe de Estado de Gabriel Terra. In: NAHUM, 1998, p. 375-377.

⁴⁴⁶ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevideú, of. nº 91, 31.03.1933. Mês político. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴⁴⁷ Idem; Montevideú, of. nº 94, 31.03.1933. Situação política do Uruguai In: Ibid.

⁴⁴⁸ Com a ascensão de Gabriel Terra à presidência em 1931, Alberto Mañé, médico particular de Terra, passou de chefe do serviço de cirurgia do Hospital Militar a vários cargos importantes no governo como Ministro da Guerra e da Marinha (de março de 1931 a fevereiro de 1933), Ministro das Relações Exteriores (de fevereiro de 1933 a maio de 1934), e presidente do Banco de Seguros (1934-1936).

⁴⁴⁹ Telegrama nº 6; 02.04.1933. In: Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Política del Brasil. Informaciones-1933; AMREU.

⁴⁵⁰ Diversos opositores de Terra se refugiaram em Buenos Aires. Tomás Berreta, batllista, por exemplo, se exilou inicialmente no Rio de Janeiro, e depois se transferiu para Buenos Aires, onde organizava diversas campanhas contrárias ao governo uruguaio nos principais jornais da cidade.

governo brasileiro já tinha reconhecido oficialmente o novo regime, além dos Estados Unidos⁴⁵¹ e Espanha.⁴⁵²

Nesse momento, Alberto Guani, futuro chanceler do Uruguai e figura central da política externa de seu país no contexto da Segunda Guerra Mundial com uma posição a favor dos regimes democráticos, era o representante diplomático uruguaio em Paris que buscava o reconhecimento da França do novo regime ditatorial de Terra. Segundo ele, o golpe de estado em Montevideu, na verdade, representava o anseio pela reforma constitucional. Guani buscava justificar o golpe dizendo que o presidente Terra, a pedidos de importantes segmentos da opinião pública uruguaia, se viu obrigado a impor a reforma constitucional, notavelmente, após a recusa de plebiscito popular por parte da oposição. Ressaltava o ministro uruguaio em Paris que se tratava exclusivamente de um movimento de ordem política interna, sem nenhum efeito nas suas relações externas.⁴⁵³

O objetivo central do novo regime era de fato a reforma constitucional, no entanto, não teve um caráter popular como ressaltou o diplomata uruguaio. Além disso, a violência policial, a censura e a repressão aos opositores não podem ser deixadas de lado. De toda forma, nessas circunstâncias, o diplomata francês em Montevideu, Monsieur de Vrégille, concordava com a explicação de Alberto Guani. Dizia Vrégille que todas as medidas tinham sido bem aceitas pelos setores populares e a atitude enérgica do Presidente foi aprovada, de modo geral.⁴⁵⁴ O objetivo de Guani tinha sido alcançado.

⁴⁵¹ Ana María Rodríguez Ayçaguer defende que o reconhecimento norte-americano do novo regime instaurado em 1933 foi um ponto de inflexão nas suas relações com o Uruguai. Segundo a autora, “*la diplomacia norteamericana le dio la espalada al batllismo en la coyuntura de marzo de 1933.*” O batllismo era o setor político predominante nas primeiras décadas do século XX, e tinha estabelecido boas relações com os vizinhos do Norte. Um documento elaborado pelo próprio Departamento de Estado, em fevereiro de 1924, definia as razões geopolíticas da orientação da política externa batllista pró-norte-americana: “*Debido a su posición geográfica entre las dos mayores repúblicas de América del Sur-Brasil y Argentina, tradicionalmente enemigas- Uruguay siente que su seguridad radica en el mantenimiento de relaciones amistosas con los Estados Unidos*”. In: RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay**. Tomo I: 1930-1933. Montevideo, UdelaR; 1997; p. 18-19.

⁴⁵² Telegrama nº 368, 1-4.04.1933. Algunos telegramas intercambiados entre R.C. Michell, Ministro de la Legación Británica, y el Foreign Office, con motivo del Golpe de Estado de Terra. In: NAHUM, 1996; p. 270-271.

⁴⁵³ Telegrama nº 220, 4.04.1933. Alberto Guani, ministro del Uruguay en Francia, comunica a Paul Boucour, Presidente del Consejo de Ministros y Ministro de Asuntos Exteriores de Francia, la situación política creada en Uruguay por el Golpe de Estado de Gabriel Terra. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 415-417.

⁴⁵⁴ Telegrama nº 221, 07.04.1933. M. de Vrégille, Encargado de la Legación de Francia, relata sucesos del Golpe de Estado y las primeras medidas de gobierno. In: *Ibid*; p. 417-419.

Todavía, a legação francesa no Uruguai não deixava de reconhecer o caráter ditatorial do regime terrista, bem como sua proximidade com a Itália fascista. François Gentil,⁴⁵⁵ ministro francês em Montevidéu, sucessor de Vrégille, alertava que:

*Actualmente, entre todas las que colonias extranjerias en el Uruguay, la italiana es la más numerosa. Anteriormente sin cohesión y sin influencia, hoy en día está agrupada y disciplinada bajo el mando del Ministro de Italia, el Sr. Mazzolini, quien, sacado de los medios fascistas, le han aplicado a sus compatriotas, con bastante suerte, las teorías mussolinianas. [...] Naturalmente el Sr. Mazzolini aprovechó esas disposiciones y entabló íntimas relaciones con el Presidente Terra cuya puerta le está siempre abierta. [...] pero un régimen dictatorial en Uruguay no podría mantenerse sin encontrar muy fuertes oposiciones y provocar disturbios: así que probablemente mi colega italiano tendrá sorpresas desagradables.*⁴⁵⁶

Não por acaso que a oposição uruguiaia acusava a base política de Terra de fascista. Nessa conjuntura internacional, o giro autoritário do governo terrista significava o predomínio das tendências mais conservadoras do Partido Colorado e do Partido Nacional, mas com forte oposição dos setores batllistas, nacionalistas independentes — dissidência dos blancos —, socialistas e comunistas.

No âmbito regional, o regime instaurado por Terra se aproximava cada vez mais do governo varguista, e Vargas correspondia. Exemplo disso foi a elevação da Legação brasileira em Montevidéu à condição de embaixada, por meio de um decreto de 18 de julho de 1933, dia de festa nacional uruguiaia.⁴⁵⁷ Sendo Lucílio da Cunha Bueno o primeiro embaixador brasileiro no Uruguai, assumindo seu cargo em 17 de agosto daquele ano,⁴⁵⁸ sucedendo o ministro plenipotenciário Artur Guimarães de Araújo Jorge (1931-1933),⁴⁵⁹ que atuava desde 26 de fevereiro de 1931 naquela capital. *El Diario* não perdeu a chance de registrar este fato histórico.⁴⁶⁰

⁴⁵⁵ Gentil foi ministro plenipotenciário da França no Uruguai entre 1936 e 1940.

⁴⁵⁶ Telegrama n° 228, 11.01.1934. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, comenta la influencia de la Legación de Italia en el Gobierno del Presidente Gabriel Terra. In: NAHUM, 1999; p. 428-429.

⁴⁵⁷ ARAÚJO JORGE, Montevidéu, of. n° 214, 20.07.1933. Embaixada do Brasil no Uruguai. In: *Ofícios. Jun/Out 1933*; AHI, Rio de Janeiro.

⁴⁵⁸ Lucílio da Cunha BUENO para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. n° 233, 18.08.1933. Chegada do Embaixador Lucílio Bueno. In: *Ibid.*

⁴⁵⁹ Em 09 de agosto de 1933, Arthur Araújo Jorge regressou ao Rio de Janeiro. Serviu em Montevidéu de 26 de fevereiro de 1931 a agosto de 1933. In: FURST para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. n° 223, 09.08.1933. Partida do Ministro A.G.de Araújo Jorge. In: *Ibid.*

⁴⁶⁰ ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. n° 20, 01.03.1931. Chegada e apresentação credenciais Ministro Araújo Jorge. In: *Ofícios. Jan/Jun 1931*; *Missões Diplomáticas Brasileiras*; AHI, RJ.

Figura 3- Lucílio da Cunha Bueno, o primeiro embaixador do Brasil no Uruguai.



Fonte: (*El Diario*, 17/08/1933).⁴⁶¹

O Brasil, por sua vez, explorava a rivalidade histórica entre os vizinhos platinos para ampliar sua capacidade de ação na região. Exemplo dessa tradicional rivalidade no Prata foi a ruptura das relações diplomáticas entre os países entre julho e setembro de 1932.⁴⁶² No entanto, esses conflitos entre Argentina e Uruguai voltariam a se repetir em diferentes momentos ao longo das décadas de 1930 e 1940.

Getúlio Vargas já vinha mantendo entendimento com o governo uruguaio desde o golpe de Estado desferido por Gabriel Terra e seus aliados, em 1933.⁴⁶³ Documentos

⁴⁶¹ *El Diario*, Montevideo, 17.08.1933, anexo ao telegrama ao Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. In: Lucillo Bueno. Embajador del Brasil en el Uruguay. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta 1089; AHMREU.

⁴⁶² Telegrama nº 355, 24.01.1933. Informe anual sobre 1932. In: NAHUM, 1996; p.194.

⁴⁶³ Essa aproximação com o governo brasileiro foi criticada muitas vezes por setores dos partidos tradicionais (batllistas e nacionalistas independentes) e os partidos de esquerda (socialistas e comunistas), principais opositores ao governo de Terra. A principal crítica da oposição uruguaia era direcionada à figura de Getúlio Vargas, visto como uma personalidade autoritária que tinha apoiado a ditadura terrista.

diplomáticos atestam que Terra contou com o presidente brasileiro para deter os opositores de seu governo que adentraram o território brasileiro pela fronteira, logo após o golpe.⁴⁶⁴ Ironicamente, logo após o golpe de 31 de março, o embaixador brasileiro, tiraria suas férias, já previstas, no Rio de Janeiro. Desde então, em 6 de abril, Oswaldo Furst,⁴⁶⁵ secretário da embaixada, assumia o seu posto.⁴⁶⁶ Nesse mesmo dia, Hipólito Irigoyen, ex-presidente da Argentina, já muito doente, visitou Montevidéu. Hospedado no Hotel Cervantes, foi visitado por diversas personalidades políticas uruguaias.⁴⁶⁷

Por outro lado, o governo de Terra não recebeu o mesmo apoio do governo argentino.⁴⁶⁸ Vargas saberia o momento certo para cobrar a assistência do Uruguai. Isso aconteceu com os levantes comunistas de 1935. Em contrapartida, a pedido do presidente brasileiro, o governo de Montevidéu ajudou o Brasil a impedir o trânsito entre comunistas brasileiros e uruguaios, em um episódio que resultou no rompimento de relações entre Uruguai e Rússia. Anos depois, em 1937, a polícia política montevideana conseguiu desbaratar um núcleo de opositores a Getúlio, liderados por Flores da Cunha, que desde a Argentina e o Paraguai se articulavam no Uruguai para marchar contra o governo de Vargas.⁴⁶⁹

O historiador uruguaio Juan Odonne chegou a falar da fabricação de uma “consciência pública contra o comunismo” pelo governo de Terra,⁴⁷⁰ em grande consonância com a diplomacia anticomunista de Vargas. Não por acaso que a pauta que mais mereceu atenção na agenda política das relações brasileiro-uruguaias, entre 1931 e 1938, em especial na ditadura terrista (1933-1938), conforme demonstrou a documentação diplomática, foi a

⁴⁶⁴ Durante os anos da ditadura terrista, muitos uruguaios conseguiram asilo no Brasil, retornando somente alguns anos depois. Caso, por exemplo, de Tomás Berreta, que voltou para o Uruguai somente em 1942, tendo sido eleito presidente em 1947, ou o caso de Luís Batlle Berres, que regressou para ser vice-presidente de Berreta, e o substituiria como presidente do Uruguai, de 1947 a 1951. E outros tantos brasileiros também se exilaram no Uruguai, como Jorge Amado (Argentina e Uruguai, de 1941 a 1944), Candido Portinari (Uruguai, 1947 a 1948), Lídia Besouchet (Uruguai, 1938 a 1940; Argentina, até 1948) e Newton Freitas, entre outros.

⁴⁶⁵ Oswaldo Furst foi secretário da embaixada brasileira em Buenos Aires e em Montevidéu entre 1931 e 1939. Furst foi transferido da embaixada em Buenos Aires para Montevidéu a pedido de João Batista Lusardo. In: LUSARDO para chanceler Oswaldo ARANHA, Montevidéu, of. n.º 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁴⁶⁶ FURST para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. no. 98, 6.04.1933. Partida do Ministro A.G de Araújo Jorge. In: Ofícios. Jan/Maio 1933; AHI, RJ.

⁴⁶⁷ Idem; Montevidéu, of. n.º. 103, 08.04.1933. O Sr. Irigoyen em Montevidéu. In: Ibid.

⁴⁶⁸ Emilio CERDÁN, embajador en Buenos Aires, al Ministro de Relaciones Exteriores Alberto Mañé, Montevideo, of. n.º 490, 26.12.1933. In: Política del Brasil. Informaciones-1933. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta 231; AHMREU.

⁴⁶⁹ NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. **A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: A construção de uma modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina.** (Tese de doutorado-PROLAM/USP), São Paulo, 2015; p. 236-237.

⁴⁷⁰ ODDONE, 1990; p. 160-163.

questão da presença de exilados políticos⁴⁷¹ e da política de fronteiras, pois foi uma constante ameaça, ora ao governo terrista, ora ao governo varguista. Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo uruguaio ao saber da chamada “revolução de 1930”, por exemplo, foi a de vigilância da fronteira, querendo impedir a chegada ao seu território.⁴⁷²

Para isso, portanto, os governos estreitaram seus laços políticos para intensificar medidas de repressão e de vigilância na região fronteiriça. Exemplos dessa cooperação foram os preparativos do golpe de março de 1933 no Uruguai e a repercussão do levante comunista de novembro de 1935 no Brasil. Nesses dois momentos, houve um diálogo mais intenso e estreito entre os governos. É nesse sentido que Gabriel Terra e Getúlio Vargas, com suas respectivas identidades políticas, contribuíram para essa aproximação político-diplomática e geoestratégica entre seus países.

Em dezembro de 1933 a VII Conferência Pan-americana, sediada em Montevidéu, marcou as relações interamericanas, em especial, as relações entre Brasil e Uruguai. Lucílio da Cunha Bueno se referiu a Afrânio de Melo Franco, presidente da delegação brasileira, como um dos eixos desta conferência, ao lado de Carlos Saavedra Lamas, da Argentina, e de Miguel Cruchaga, do Chile.⁴⁷³ Aproveitando-se do evento, os países assinaram sete convênios sobre assuntos diversos tais como: 1) fixação do estatuto jurídico da fronteira; 2) fomento de turismo; 3) revisão dos textos de história e geografia, 4) intercâmbio artístico, 5) navegação aérea, 6) exposição de amostras e vendas de produtos nacionais e 7) permuta de publicações.⁴⁷⁴ Essa assinatura reafirmava as “excelentes relações” mantidas entre os países.⁴⁷⁵

A delegação brasileira em Montevidéu, presidida pelo chanceler Afrânio de Mello Franco, segundo publicação oficial do governo brasileiro, acentuou a decidida política pan-americana, assim como a sua ação conciliadora das divergências entre algumas nações continentais e os Estados Unidos.⁴⁷⁶ Na visão dos diplomatas europeus, o panamericanismo

⁴⁷¹ Exilados políticos brasileiros. Internación en el Uruguay. In: Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta 1180; AHMREU.

⁴⁷² Telegrama nº 29, 04.11.1930. In: Série Brasil (1930-1940). Caja 2 (1930-1932). Carpeta: 1930- Revolución en Brasil; AHMREU.

⁴⁷³ Além do chanceler brasileiro, a delegação brasileira em Montevidéu contou com os professores Francisco Campos, Gilberto Amado, Carlos Chagas e com o engenheiro Samuel Ribeiro. In: BUENO para Félix de B. Cavalcanti de LACERDA, secretário geral do MRE, Montevidéu, of. nº 414, 31.12.1933. Relatório sobre os trabalhos da Chancelaria da Embaixada em 1933. In: Ofícios. Nov. 1933/ Fev.1934; AHI, RJ.

⁴⁷⁴ Idem, Montevidéu, of. nº 396, 21.12.1933. Convênios com o Uruguai. In: Ibid.

⁴⁷⁵ Idem, Montevidéu, of. nº 414, 31.12.1933. Relatório sobre os trabalhos da Chancelaria da Embaixada em 1933. In: Ibid.

⁴⁷⁶ SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo, um Auto-Retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV, EdUnB, 1983; p. 296.

enunciava certo sentimento antieuropeu ou, ao menos, certas mudanças em relação ao Velho Mundo. No Uruguai, entretanto, país construído por imigrantes europeus, encontravam-se discursos como o do riverista Pedro Maníni Ríos, que defendia que seu país estava mais estreitamente vinculado com o continente europeu do que com o continente americano.⁴⁷⁷

Como apontou o diplomata francês, o sentimento pan-americano não era defendido por todos. Havia ainda certos protestos e reclamações em relação às intervenções dos Estados Unidos nas políticas internas dos países americanos. Buscando melhorar a imagem dos EUA na região, Cordell Hull lançou a política de Boa Vizinhança do presidente Franklin Delano Roosevelt. Ainda assim, na visão do diplomata francês, essas conferências pan-americanas criavam uma entidade coletiva continental consciente de sua força no cenário mundial. E apesar da dependência financeira, econômica e comercial da Europa, os países americanos, segundo François Gentil, estavam convencidos que salvariam a civilização europeia em perigo, muito próxima de uma nova guerra. De devedores, passariam, assim, a credores do velho mundo. Apesar de não estarem ligados econômico e comercialmente, possuíam a mesma língua, religião e cultura. Apesar de divididos, poderiam se organizar contra a ingerência europeia, alertava.⁴⁷⁸

O diplomata belga, por sua vez, Joseph de Neeff, de forma irônica, dizia que a VII Conferência Pan-Americana não provocou decepções, já que nenhum governo, nem mesmo o do Uruguai, país anfitrião, tinha criado ilusões sobre os possíveis resultados. Para o diplomata belga, no campo econômico prevaleceu o desejo platônico em favor da redução das barreiras aduaneiras e da assinatura de tratados comerciais bilaterais e multilaterais. A Argentina se destacou ao propor um pacto antibélico, que contou com a adesão de forma unânime. EUA, por sua vez, que contou com a participação do presidente Franklin Delano Roosevelt à frente de sua delegação, defendeu sua nova política para a região: a “Política da Boa Vizinhança”, em contraposição à política agressiva de intervenção militar do início do século. Concordando com o ministro francês, Joseph de Neeff frisou que na Conferência de Montevideu, em 1933, os Estados Unidos repudiaram a sua própria política de intervenções armadas do início do século e prometeu mudanças em sua política voltada para a América Latina, sem ocupação de territórios. Para o diplomata belga, a conferência evidenciou que

⁴⁷⁷ Telegrama nº 480, 11.01.1937. Informe anual sobre 1936. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VII: 1934-1937. Montevideo, UdelaR; 1997; p.347.

⁴⁷⁸ Telegrama nº 235, 10.01.1936. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, comenta el movimiento panamericano y algunas de sus manifestaciones. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 439-442.

desde o ponto de vista econômico, o pan-americanismo era inexistente e que Europa era o principal comprador dos produtos dos países da região. Todavia, politicamente, permitiu aos chefes de estados da América, um imenso continente fragmentado a se conhecerem melhor e possibilitou o fortalecimento do espírito de solidariedade continental.⁴⁷⁹

Cabe ressaltar que as relações econômicas e comerciais com os países europeus, por certo, eram cruciais para os países americanos, sobretudo, para a recuperação econômica após a crise de 1929. Nesse sentido, as relações, em especial, com a Grã-Bretanha eram cruciais para as economias dos países platinos, principalmente, Argentina e Uruguai, pois era a grande potência que mais importava desses países. Todavia, ao longo da década de 1930, EUA passaram a assumir maior protagonismo político e intensificaram suas atividades econômicas e comerciais na região. A deflagração da Segunda Guerra Mundial consolidaria o processo de transição hegemônica britânica para a norte-americana. Confirma, por exemplo, o caso da economia uruguaia a partir do destino de suas exportações.

Tabela 7- Destino das Exportações Uruguaias, 1891-1950.

Destino das Exportações Uruguaias, 1891-1950. (Médias quinquenais, porcentagens dos valores correntes). ⁴⁸⁰					
Período	Reino Unido	Outros países europeus	EUA	Outros países americanos	Outro⁴⁸¹
1891-1895	14,7	41,5	7,1	36,1	0,6
1896-1900	7,0	48,0	5,7	38,7	0,6
1901-1905	8,0	50,4	6,5	34,2	0,9
1906-1910	7,2	54,9	6,4	30,5	1,0
1911-1915	13,9	54,2	9,1	22,0	0,8
1916-1920	20,6	41,1	25,2	12,7	0,4
1921-1925	26,2	44,0	16,5	13,1	0,2
1926-1930	24,9	45,5	9,9	18,0	1,7
1931-1935	28,9	46,8	7,7	11,6	4,2
1936-1940	23,1	39,2	14,7	12,4	10,4
1942-1945⁴⁸²	30,0	9,9	47,7	10,1	2,4
1946-1950	17,6	35,9	32,8	9,9	3,7

Fonte: (FINCH, 2014; p.163).

⁴⁷⁹ Telegrama nº 180, 10.01.1934. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, comunica temas discutidos en la VII Conferencia Panamericana celebrada en Montevideo. In: NAHUM, 1998; p.388-391.

⁴⁸⁰ Antes de 1925 os valores de exportação estão substancialmente afetados pelo uso de preços oficiais, para os quais não foi feita nenhuma correção. Fontes: Anuario Estadístico; Estadísticas Básicas, cuadros 37 y 40; BCU, Boletín Estadístico Mensual. In: FINCH, p. 163.

⁴⁸¹ Inclui destinos desconhecidos, que em 1936-1940 representaram 5,1% do total.

⁴⁸² Média de 4 anos.

Millington-Drake,⁴⁸³ em janeiro de 1935, destacava que enquanto o Reino Unido mantinha o primeiro lugar como provedor do mercado uruguaio durante os primeiros oito meses de 1934, com um aumento de 8% nas importações uruguaias em relação ao mesmo período de 1933, sua participação nas exportações caía 20%. Apesar desses dados, apresentava Millington-Drake, as cifras publicadas pelo Departamento de Comércio do Uruguai demonstraram que ainda assim o volume das exportações uruguaias para o Reino Unido nos nove primeiros meses de 1934 tinha sido superior ao correspondente do período de 1933.⁴⁸⁴

Tabela 8 - Composição das Importações uruguaias segundo uso final, 1899-1950.

Composição das Importações uruguaias segundo uso final, 1899-1950.											
(Porcentagens, médias trienais)											
Triênio	Bens de consumo		Combustíveis e lubrificantes	Matérias-primas para			Bens de capital para			Não classificado	Total
	Não-duráveis	Duráveis		Agricultura	Indústria	Construção	Agricultura	Industria	Transporte		
1899-1901	38,1	4,4	7,8	2,1	35,7	5,8	4,4	0,9	0,5	0,3	100
1902-1904	38,7	4,0	9,1	2,0	33,1	6,7	4,8	1,0	0,5	0,1	100
1905-1905	32,1	5,1	8,3	2,2	36,1	7,9	5,9	1,3	1,1	0,1	100
1908-1910	35,2	5,5	10,4	2,5	30,2	9,2	4,3	1,8	0,8	0,2	100
1924-1926	22,7	6,8	22,5	1,0	26,7	10,1	3,1	2,9	4,1	0,1	100
1927-1929	18,6	6,7	26,8	1,2	24,9	10,5	2,8	3,1	5,4	0,1	100
1930-1932	20,7	3,0	34,7	0,5	25,2	9,0	1,5	2,5	2,9	0,1	100
1933-1935	20,6	1,8	34,7	1,2	29,8	5,6	1,4	1,6	3,3	0,1	100
1936-1938	18,4	4,4	28,0	0,7	31,9	6,7	2,5	3,4	4,0	0,1	100
1939-1940 ⁴⁸⁵	19,6	3,0	26,5	0,7	34,5	6,3	2,1	4,3	2,9	0,1	100
1942-1944	18,2	1,7	17,4	8,0	42,6	5,8	1,1	4,1	0,6	0,3	100
1945-1947	14,9	3,2	8,6	7,4	44,6	7,9	1,3	7,6	4,2	0,2	100

Fonte: (FINCH, 2014; p.200).

Por outro lado, enquanto isso, as relações econômicas e comerciais do Uruguai com os EUA se intensificavam. Segundo Millington-Drake, em 1934, os Estados Unidos ocupavam, respectivamente, o terceiro lugar com 11% e o segundo lugar com 14%, em

⁴⁸³ Eugen Millington-Drake foi ministro da Grã-Bretanha no Uruguai (1934-1941). Durante sua estadia em Montevidéu, realizou uma ativa diplomacia cultural, que contou com a fundação do Instituto Cultural Anglo-Uruguaio, em 1934.

⁴⁸⁴ Telegrama nº 439, 15.01.1935. Informe anual sobre 1934. De Mr. Millington-Drake a Sir Joh Simon. In: NAHUM, 1997; p. 177.

⁴⁸⁵ Média bienal. In: FINCH, 2014, p. 200.

relação às exportações e importações uruguaias, tendo aumentado as importações desde os EUA em 76\$, comparado ao ano de 1933.⁴⁸⁶ Nos anos seguintes, a presença econômica dos EUA aumentaria significativamente. Segundo o diplomata britânico, o superávit das exportações do pequeno país sul-americano para os Estados Unidos aumentou de 1.078.00 pesos em 1935 para 5.171.000 em 1936, devido aos embarques significativos de carne enlatada. Dizia-se na época que o Uruguai fornecia quase a metade da carne enlatada importada pelos EUA.⁴⁸⁷

Em abril de 1935, o ministro da Fazenda do Uruguai, Pedro Cosio, encabeçou uma missão especial em Londres com o objetivo de melhorar e consolidar o comércio com o Reino Unido, em especial, as exportações para o país oriental. O modelo proposto pelo ministro uruguaio era o Pacto Roca- Runciman, assinado entre o Reino Unido e a Argentina, em 1933. Em 1936, César Charlone, então ministro da Fazenda, consolidaria alguns desses acordos comerciais propostos pelo seu antecessor. Nessa sua viagem à Europa, Charlone, segundo informes diplomáticos britânicos, ficou impressionado com a Alemanha nazista. Além disso, firmou um tratado comercial com a Alemanha que garantia a importação de pelo menos 13.000 toneladas de carnes congeladas do Uruguai, além de outros subprodutos da indústria da carne.⁴⁸⁸

No ano anterior, em agosto de 1934, respondendo ao convite oficial do ex-chanceler Afrânio de Melo Franco,⁴⁸⁹ Gabriel Terra visitou o Brasil, onde permaneceu até meados de setembro. Vargas registrou esta visita em seu diário como recepção calorosa. Segundo ele:

Foi entusiástico e vibrante o acolhimento que lhe fez a população da nossa capital. Fiquei muito satisfeito com esse acolhimento, como ficaria desapontado se o recebessem friamente. O povo, em massa quase contínua, enfileirava-se atrás dos cordões de isolamento, desde o cais até a esquina da rua Silveira Martins. Acompanhei-o até o salão de honra do Catete, e vim com o Ministério aguardar a retribuição de sua visita no Guanabara. À noite, banquete e recepção no Itamarati. Foi uma festa brilhante. Os nossos hóspedes mostraram-se encantados com a recepção e com as belezas da casa. Durante o trajeto da chegada, quando as manifestações eram mais calorosas, convidei algumas vezes o presidente Terra a levantar-se no automóvel para corresponder às manifestações da população carioca. Isto fê-lo sofrer um pouco, segundo me informou depois, pelo reumatismo que lhe

⁴⁸⁶ Telegrama nº 439, 15.01.1935. Informe anual sobre 1934. De Mr. Millington-Drake a Sir Joh Simon. In: NAHUM, 1997; p. 182.

⁴⁸⁷ Telegrama nº 487, 30.04.1937. Informe económico anual sobre 1936. De Mr. Millington-Drake a Mr. Eden. In: _____. Ibid; p. 399.

⁴⁸⁸ Telegrama nº 480, 11.01.1937. Informe anual sobre 1936. In: NAHUM, 1997; p.350-351.

⁴⁸⁹ BUENO para MELLO FRANCO, Montevideu, of. nº 383, 8.12.1933. Convite oficial ao Presidente Terra para visitar o Brasil. In: Ofícios. Nov. 1933/ Fev.1934; AHI, RJ.

ataca o joelho, não permitindo esse desembaraço de movimentos dentro de um automóvel.⁴⁹⁰

No entanto, o discurso do presidente uruguaio não foi bem recebido por todos. Segundo Vargas, “foi por alguns julgado um tanto inconveniente, pelas suas manifestações sobre a política tanto interna como externa”.⁴⁹¹ O presidente brasileiro não considerava Terra um grande estadista. Considerava-o um homem bom, muito viajado e afeito às lutas políticas, mas de espírito simples, e sempre com um comentário desconcertante com a gente de sua comitiva. Apesar de ser inteligente, e longe de ser um iletrado, Gabriel Terra não era de grande cultura e já estava fatigado para o cargo que exercia. Alberto Mañé, seu ex-ministro do Exterior, era visto como o médio particular e amigo do chefe do Executivo uruguaio. Enquanto o chanceler Juan José de Arteaga era menosprezado, o general Alfredo Campos era o único da comitiva do presidente uruguaio que deixara o presidente brasileiro impressionado.⁴⁹²

No ano seguinte, Vargas retribuía a visita de Terra. Em 17 de maio de 1935, o presidente brasileiro partiu no encouraçado São Paulo para uma viagem à Argentina e ao Uruguai, retornando no dia 8 de junho. Em Buenos Aires, participaria da primeira fase das negociações para o armistício da Guerra do Chaco. Da capital argentina se dirigiu para a capital uruguaia, na última semana de maio de 1935.⁴⁹³ Segundo Joseph de Neeff, ministro da Bélgica no Uruguai, o governo uruguaio tinha dado o seu máximo para receber os hóspedes com o maior brilho possível. As principais ruas da cidade tinham sido decoradas e, pela noite, estavam brilhantemente iluminadas. Em todas as ocasiões, descreveu o diplomata belga, a multidão uruguaia que acompanhava as homenagens, manifestou seus sentimentos de amizade para com o Brasil.⁴⁹⁴ Na prática, para Vargas, estas visitas significavam os efeitos de uma política de aproximação com a região. As impressões do presidente foram:

Na Argentina tudo maior, com mais pompa, riqueza, elegância e bom gosto. No Uruguai, sem que pecassem por falta desses requisitos, com mais simplicidade e familiaridade, pelo entrelaçamento de sangue entre famílias brasileiras e uruguaias. No Uruguai, o presidente estava mais absorvido pelas questões de política interna: os restos do batllismo ainda ativo e combatente na imprensa e no Parlamento, comunismo etc. isso foi comprovado pelo atentado do hipódromo, que, segundo as aparências, parece ser o resultado de um complot. Em resumo, as visitas foram de largo efeito como política de aproximação, de conhecimento recíproco e de melhor compreensão. Para simpatizar, é preciso compreender.⁴⁹⁵

⁴⁹⁰ VARGAS, Getúlio. **Diários**. 1930-1936. V.1. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995; 316-317.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² *Ibid.*; p. 319.

⁴⁹³ *Ibid.*; p. 391.

⁴⁹⁴ Telegrama nº 186, 10.06.1935. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, comunica la visita del Presidente de Brasil, Vargas, y el atentado contra el Presidente Terra em el Hipódromo. In: NAHUM, 1998; p.399-401.

⁴⁹⁵ VARGAS, op. cit.; p. 393.

Em Montevideu, Vargas assinou alguns tratados com o Uruguai, sobretudo comerciais. Em homenagem ao presidente brasileiro, a estação de linha férrea *Treinta y Tres* – Rio Branco passou a chamar-se “*Presidente Doctor Getúlio Vargas*”.⁴⁹⁶ A diplomacia e determinados partidos políticos uruguaios respeitavam e até admiravam Getúlio Vargas e alguns de seus ministros.⁴⁹⁷ No entanto, não era uma unanimidade. A oposição terrista, tal como combatia Gabriel Terra, repudiava o presidente brasileiro. O ministro espanhol Carlos Malagarriga comentou a visita do estadista brasileiro e destacou que nos discursos protocolares proferidos no banquete oficial: “*se acentuó la posición que el Uruguay desde hace más de un siglo adoptó respecto del Brasil, de homenaje casi feudal, por evidentes aunque hoy meramente teóricos recelos para con la Argentina*”.⁴⁹⁸

Todavia, o atentado contra o presidente uruguaio encobriu as homenagens ao presidente brasileiro. Em 3 de junho, Gabriel Terra foi baleado no hipódromo de Maroñas pelo ex-deputado nacionalista e adversário do regime terrista, Bernardo García.⁴⁹⁹ De forma trágica e cômica, podemos dizer que Vargas acompanhou, dentro da sala de cirurgia, a intervenção a que o presidente uruguaio precisou ser submetido após o atentado sofrido. E, como lembrou Lira Neto, como recordação do incidente ocorrido pela manhã, Terra, em jantar de despedida a Vargas, ofereceu-lhe o projétil que os médicos o haviam extraído do corpo.⁵⁰⁰ Em consequência desse atentado, o diplomata francês, A. Vrégille, relatou que a visita de cinco dias do estadista brasileiro a Montevideu não tinha sido exatamente um êxito, pois, demonstrou certo perigo à vida do ditador brasileiro e expôs as fraquezas do ditador uruguaio.⁵⁰¹

Anos depois, em dezembro de 1938, em visita anual dos membros da Suprema Corte à Penitenciária, Bernardo García diria que não queria matar e, sim, ferir Gabriel Terra para que Alfredo Navarro pudesse assumir a Presidência.⁵⁰² O diplomata francês descreveu

⁴⁹⁶ JACOB, Raúl. **Uruguay 1929-1938: depresión ganadera y desarrollo fabril**. Montevideo: FCU, 1981; p.112.

⁴⁹⁷ ANTÓN, 2010; p. 25.

⁴⁹⁸ Telegrama nº 69, 04.06.1935. Carlos Malagarriga, ministro de España, informa sobre la visita a Uruguay del Presidente de Brasil Getulio Vargas. In: NAHUM, 2001; p.166-169.

⁴⁹⁹ Além do atentado contra o presidente Terra, algumas bombas tinham sido espalhadas pela cidade, inclusive na casa de Alberto Mañé, ex-ministro das Relações Exteriores e amigo íntimo de Terra. Não houve vítimas, apenas danos materiais.

⁵⁰⁰ NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; p. 222.

⁵⁰¹ Telegrama nº 233, 15.06.1935. A. Vrégille, Encargado de Negocios de Francia, informa de la visita del Presidente de Brasil Getulio Vargas a Montevideo y del atentado en el Hipódromo contra el Presidente Gabriel Terra. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, UdelAR; 1999; p. 434-438.

⁵⁰² LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 218, 14.12.1938. Ecos do atentado de 1935 contra o Presidente Terra. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

que após assistirem à partida de futebol com mais de 60 mil espectadores, os presidentes se dirigiram para o hipódromo de Maroñas para prestigiar a corrida de cavalo. No entanto, antes da última volta dos cavalos, Bernardo García, opositor de Terra que chegava a Montevideu desde Buenos Aires, onde um grupo de conspiradores uruguaios exilados planejava suas ações, descarregou uma arma de fogo defeituosa sobre o presidente Uruguai. Por sorte, a bala atingiu apenas superficialmente o ombro de Terra. Horas depois, em jantar a bordo do navio São Paulo, em discurso que estigmatizava e condenava os conspiradores, além de se desculpar com o presidente Vargas, presenteou-o com a bala extraída de seu corpo como lembrança e testemunha de sua amizade.⁵⁰³

Figura 4- O vice-presidente do Uruguai, Alfredo Navarro, pronuncia um discurso de boas-vindas ao presidente Getúlio Vargas, na Assembleia Geral, durante sua visita a Montevideu, em maio de 1935.



Fonte: ANI-SODRE.⁵⁰⁴

Segundo Vrégille, Terra proferiu o seguinte discurso ao presidente Vargas: *“Usted es por designación por derecho de investidura, el símbolo del hombre superior que vuestra Patria ofreció a la evolución americana, provisto de pergaminos sin marcas sellados por la*

⁵⁰³ Telegrama nº 233, 15.06.1935. A. Vrégille, Encargado de Negocios de Francia, informa de la visita del Presidente de Brasil Getulio Vargas a Montevideo y del atentado en el Hipódromo contra el Presidente Gabriel Terra. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 437.

⁵⁰⁴ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 2009; p. 224-225.

voluntad de un gran pueblo”. Em resposta, num discurso mais moderado, Vargas proferiu: “*No nos queda más que elevar nuestros corazones al nivel de nuestro ideal y a consagrarnos sin desfallecimientos a la tarea sagrada de la confraternidad entre nuestros dos pueblos*”.⁵⁰⁵

De toda forma, o incidente contra Terra ofuscou os discursos dos presidentes. Além disso, acalorou o debate acerca dos exilados políticos e possíveis ameaças aos governos estabelecidos, sobretudo em regiões fronteiriças. Por outro lado, exigiu maior cooperação entre os governos para reprimir esses movimentos oposicionistas que ameaçavam a estabilidade política de seus respectivos governos. Nesse contexto, o governo uruguaio recebeu, a pedido do governo brasileiro, vários exilados políticos opositores ao regime de Vargas.⁵⁰⁶ Reafirmando essa aproximação entre os governos, Carlos Roberto Rangel defendeu que, no período de 1933-1938, ocorreu um apoio recíproco entre os governos uruguaio e brasileiro, ambos envolvidos no combate às chamadas forças subversivas de seus países. Na verdade, o chamado “perigo comunista” foi mais um motivo de polarização social e política tanto no Brasil quanto no Uruguai. Por isso, o apoio do governo varguista foi especialmente valioso para Terra, pois tropas federais brasileiras confiscaram o armamento que saía do Brasil para o Uruguai, com destino ao revolucionário uruguaio Basílio Muñoz, opositor do regime terrista.⁵⁰⁷

Em 1934, em meio às divergências e perseguições políticas, diversos opositores políticos uruguaio se refugiaram em Buenos Aires. Dentre eles estavam: Estradé, García Morales e Rodríguez Larreta,⁵⁰⁸ do partido blanco independente; César Batlle⁵⁰⁹, Lorenzo Batlle, Pablo Minelli, Tomás Berreta e Alfeo Brum, batllistas.⁵¹⁰ Para o diplomata belga “*se produce así un permanente ir y venir de deportados o expulsados por razones políticas que los Gobiernos de Montevideo y de Buenos Aires hacen atravesar el Río de La Plata.*”⁵¹¹

⁵⁰⁵ Ibid; p. 436.

⁵⁰⁶ Exilados políticos brasileños. Internación en el Uruguay-1934. In: Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935); AMREU.

⁵⁰⁷ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Fronteira Brasil - Uruguai**: espaço nacional, lugar regional. In: Territórios e Fronteiras; v.6; n.2; jul./dez. 2005; Cuiabá-MT; p. 26.

⁵⁰⁸ De filiação branca, se alinhou com o nacionalismo independente, que desde 1931 tinha rompido com o herrerismo. Anos depois foi Ministro das Relações Exteriores do Uruguai de outubro de 1945 a março de 1947. Sua gestão se fundamentou na doutrina de paralelismo entre democracia e paz, que justificava a intervenção multilateral em países não-democráticos.

⁵⁰⁹ Um dos filhos de José Batlle y Ordóñez e herdeiro no jornal batllista El Día. Manteve uma forte rivalidade política com seu primo Luís Batlle Berres. Foi membro do Conselho de Estado, em 1942, encarregado de elaborar a Constituição de 1942.

⁵¹⁰ Telegrama nº 75, 3.12.1934. Carlos Malagarriga, da cuenta de tensiones en el ambiente político, con censura previa de prensa y deportaciones. In: NAHUM, 2001; p. 136.

⁵¹¹ Telegrama nº 184, 27.12.1934. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, informa del estado de salud del Presidente Gabriel Terra y de la expulsión de adversarios políticos. In: NAHUM, 1998; p. 396-397.

No ano de 1935, as relações brasileiro-uruguayas foram marcadas por disputas, tensões e pressões entre seus respectivos governos, tanto a nível econômico quanto político. Mas também por aproximação político-estratégica, frente à ameaça argentina. Economicamente, porque o Brasil era um bom vendedor, mas um péssimo comprador do Uruguai. E, politicamente, porque ocorreram ações e levantes armados contra os governos, tanto no Uruguai, em janeiro, quanto no Brasil, em novembro. No Brasil, Lucílio da Cunha Bueno enfatizava que não se tratava de um movimento político de oposição, nem mesmo uma revolução comunista, mas sim um movimento extremista, de índole comunista.⁵¹²

Apesar de reconhecer a larga experiência política de José Espalter,⁵¹³ Lucílio da Cunha Bueno considerava-o “não entender nada de sua pasta”. Durante a gestão de Espalter à frente do Ministério das Relações Exteriores, o subsecretário Cerdeiras Alonso e o ministro plenipotenciário Marques Castro eram seus principais conselheiros. Cerdeiras era vista como o “patrono dos exportadores de frutas” e Marques Castro era sócio de uma empresa de ervamate (Marques, Rubia & Cia).⁵¹⁴ Ambos, representando o governo uruguaio, pressionavam o governo brasileiro para ampliar seus mercados, via diplomática e via imprensa. Juan Carlos Blanco, embaixador no Rio de Janeiro, buscava ampliar as exportações uruguayas com o ministro da Fazenda, Souza Costa.⁵¹⁵ E *La Tribuna Popular*, por sua vez, publicava o artigo “*El intercambio comercial uruguayo-brasileño. Se solicitó mayores facilidades para la entrada de productos uruguayos*” para jogar com a opinião pública uruguaia.⁵¹⁶ Lograram com a assinatura de um tratado comercial entre Brasil e Uruguai, em 25 de agosto, mesmo sendo contrário o embaixador brasileiro em Montevideu. Lucílio da Cunha Bueno propunha a revisão desse tratado.

Para que as relações econômicas entre os países aumentassem, antes seus governos precisavam chegar a um acordo, essencialmente na diminuição das tarifas aduaneiras. Bueno exemplificou tais obstáculos com laranjas e bananas. Segundo o

⁵¹² BUENO para o chanceler uruguaio José ESPALTER, Montevideu, of. n° 120, 12.12.1935. In: Política del Brasil. Informaciones-1935- Actividades subversivas. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta. 312; AMREU.

⁵¹³ José Espalter foi membro do Conselho de Estado formado por Gabriel Terra, após ter dado o golpe de estado de 1933. Em 1934, formou a Assembleia Constituinte convocada por Terra, foi Ministro da Defesa Nacional (1934-1935) e Ministro das Relações Exteriores do Uruguai (1935-1938). Em 1938, recebeu a condecoração de “Águia de ouro” do regime nazista. Faleceu em 1940 enquanto atuava como senador desde 1938.

⁵¹⁴ BUENO para o chanceler brasileiro José Carlos de MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 242, 2.09.1935. Intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

⁵¹⁵ Ministro da Fazenda do presidente Getúlio Vargas entre 1934 e 1945.

⁵¹⁶ *La Tribuna Popular*, Montevideo, 23.08.1935, anexo a BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 242, 2.09.1935. Intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

embaixador brasileiro: “*a laranja e a banana, que são as fructas brasileiras que mais vêm para o Uruguay, pagam tantos direitos, que constituem o fisco fonte de renda de cerca de 400 mil pesos annuaes*”.⁵¹⁷ Com a finalidade de resolver esse impasse tributário, Macedo Soares propôs a criação de uma comissão de técnicos brasileiros para estudarem a revisão integral do tratado.

Cunha Bueno defendia que a erva-mate deveria ser o guia condutor dos interesses brasileiros no Uruguai. Isso porque os produtos de seu país não tinham grandes mercados no país. A madeira de pinho sofria concorrência da Rússia, Finlândia e EUA. O café, principal produto brasileiro, era pouco consumido em Montevidéu. A banha gaúcha tinha como concorrentes os frigoríficos locais. Por isso, de acordo com o diplomata brasileiro:

[...] é na herva-matte que devemos insistir, a fim de assegurar ao produto elaborado pela nossa industria um tratamento de absoluta garantia de como não ficará, exposto ás constantes modificações da política comercial desta paz e á mercê dos interesses de dous moinhos, cuja atividade e lucro despertam na avidez de outros a cubiça para estabelecer definitivamente o beneficiamento da “cancheada no Uruguay.”⁵¹⁸

Além disso, Bueno defendia a revisão das cláusulas referentes à navegação, pois o Lloyd Brasileiro⁵¹⁹ contribuía significativamente para as rendas do porto de Montevidéu e ainda assim sofria dificuldades com barreiras de taxas excessivas. Segundo o embaixador, o Lloyd Brasileiro era a companhia que mais vapores levava à capital uruguaia. Por ser a cabeça da linha de Mato Grosso, Montevidéu era onde se consertavam os navios. E, com isso, deixavam anualmente cerca de 200 mil pesos nos estaleiros uruguaiois.⁵²⁰ Não por acaso, pela proximidade, muitos gaúchos preferiam as vias terrestres para comercializarem seus produtos.

Na verdade, Lucílio da Cunha Bueno tinha uma visão bem realista e pragmática acerca do país vizinho. Em termos de câmbios, o Brasil era o único país que permitia efetuar transações em moeda uruguaia. Certa vez disse que o Uruguai deveria ser uma “província econômica brasileira”. Nessa mesma ocasião, afirmou que o governo brasileiro deveria olhar para a sua relação com este país sob o prisma prático, pois o Uruguai era um pequeno consumidor, com uma população escassa de 2 milhões de habitantes, boa parte concentrada

⁵¹⁷ BUENO para MACEDO SOARES, Montevidéu, of. n° 242, 2.09.1935. Intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio. In: *Ofícios. Set/Dez 1935*; AHI, RJ.

⁵¹⁸ *Ibidem*.

⁵¹⁹ Lloyd Brasileiro era a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, companhia estatal de navegação.

⁵²⁰ BUENO para MACEDO SOARES, Montevidéu, of. n° 242, 2.09.1935. Intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio. In: *Ofícios. Set/Dez 1935*; AHI, RJ.

em Montevideu, cerca de 600 mil pessoas. Apontou: “*não exageremos, dentro do lyrismo da nossa raça, a importância que o Uruguay poderia ter para a nossa potencialidade exportadora*”.⁵²¹

Cunha Bueno não estava errado. De fato, as relações comerciais e econômicas entre Brasil e Uruguai não eram extensas. A economia gaúcha era concorrente à uruguaia. A sua principal e única indústria, a da carne congelada, não tinha saída para o território brasileiro, pois este produto já era fornecido pelo Rio Grande do Sul. Das frutas, somente a banana tinha mercado fácil no Uruguai, porque a produção de laranja no Departamento de Salto era abundante e barata. Além disso, não era mercado para nenhum produto ou manufaturado do Brasil.⁵²² Enfim, o mercado uruguaio era reduzido. Ainda assim, quando se analisa o comércio exterior do Uruguai, constata-se que o Brasil até vendia muito, mas pouco comprava de seu vizinho. Como dizia Cunha Bueno: “*colocado dentro do quadro reduzido das suas possibilidades, o Uruguay seria um freguez modesto para quasi tudo o que produzimos, mas bom comprador para a nossa herva-mate*”.⁵²³ Afinal de contas, reafirmava: “*todos aqui [no Uruguai] bebem mate*”.⁵²⁴

Tal empreendimento do embaixador brasileiro, não obteve êxito. Alguns desses entraves econômico-comerciais continuariam existindo mesmo com a assinatura do tratado comercial entre os dois países, em 25 de agosto de 1935. Além disso, havia grande mobilização de ambos governos para a repressão ao contrabando de fumo,⁵²⁵ lã,⁵²⁶ cachaça e pequenos artigos que passavam pela fronteira.⁵²⁷ As fronteiras ao norte e a leste com o Brasil foram divididas em três zonas (Bella União e Artigas; Rivera; e Rio Branco e Chuy) para ampliar a vigilância e a capacidade de reação das forças policiais nestas regiões.⁵²⁸ De toda forma, para *El Pueblo*, jornal terrista, portanto governista, com esse acordo, finalmente a balança comercial com o Brasil tinha sido balanceada, com o aumento das exportações uruguaias direcionadas ao país tupiniquim. Assinava um artigo afirmando que “*el tratado*

⁵²¹ Ibidem.

⁵²² BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 259, 16.09.1935. Dados estatísticos. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

⁵²³ Idem; Montevideu, of. n° 242, 2.09.1935. Intercâmbio comercial brasileiro-uruguaio. In: Ibid.

⁵²⁴ Idem; Montevideu, of. n° 259, 16.09.1935. Dados estatísticos. In: Ibid.

⁵²⁵ Idem; Montevideu, of. n° 303, 11.11.1935. Repressão do contrabando. In: Ibid.

⁵²⁶ Idem; Montevideu, of. n° 302, 7.11.1935. Contrabando de lãs pela fronteira com o Brasil. In: Ibid.

⁵²⁷ Idem; Montevideu, of. n° 259, 16.09.1935. Dados estatísticos. In: Ibid.

⁵²⁸ Idem; Montevideu, of. n° 253, 11.09.1935. Repressão ao contrabando. In: Ibid.

con el Brasil ha dado excelentes beneficios al país".⁵²⁹ Todavia, as relações comerciais entre os países neste período demorariam para despontar nos primeiros lugares.

De toda forma, com o aumento das compras de produtos uruguaios, o governo brasileiro satisfazia certos grupos de parlamentares do Uruguai e obtinha ganhos políticos incalculáveis.⁵³⁰ Em síntese, o comércio exterior servia como moeda de troca para suas barganhas políticas.

Na verdade, foram os acontecimentos políticos como rebeliões contrárias aos governos de então que sublinharam a importância das relações bilaterais entre Brasil e Uruguai. Em janeiro, um grupo político dissidente dos blancos se levantou contra o governo de Gabriel Terra. Em novembro, a Aliança Nacional Libertadora, no Brasil, tentou derrubar o governo de Getúlio Vargas.

A insurreição contra o governo terrista chamou a atenção dos representantes diplomáticos estrangeiros, em especial, dos brasileiros. Segundo o diplomata belga, tratava-se de um movimento dirigido sobretudo por chefes do partido nacionalista dissidente e do partido batllista. Diversos grupos armados tinham se formado pelo território uruguaio, mas, particularmente, no Norte, próximo à fronteira brasileira, onde o recrutamento de voluntários revolucionários era fácil. Além disso, essa região de campo no Uruguai era pouco povoada, o que garantia a determinados grandes proprietários ou personalidades políticas grandes autoridades sobre os habitantes da região. Formando, por conseguinte, pequenas tropas que, apesar de mal armadas, dispunham de cavalos em abundância.⁵³¹

Com uma rápida reação do governo uruguaio que contou com o apoio dos governos brasileiro e argentino, as forças rebeldes foram derrotadas. Segundo Joseph de Neeff, após bombardeios dos grupos mais numerosos na fronteira, os revoltosos se dispersaram. O caudillo principal, levemente ferido, teria fugido para o Brasil, enquanto a maioria dos rebeldes fora presa pelas autoridades policiais.⁵³² Para o diplomata britânico, o contingente principal dos rebeldes era estimado pelo Ministro da Defesa Nacional em torno de 1.500 homens. Era o agrupamento que estava sob o comando de Basílio Muñoz e estava concentrado em uma área arborizada da fronteira brasileira, conhecida como "El Cordobés",

⁵²⁹ *El Pueblo*, Montevideo; 11.09.1935 anexo a BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 249, 9.09.1935. Tratado de comércio brasileiro-uruguaio. In: *Ofícios*. Set/Dez 1935; AHI, Rio de Janeiro.

⁵³⁰ BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 285, 12.10.1935. Tratado de Comércio brasileiro-uruguaio. In: *Ibid*.

⁵³¹ Telegrama No. 185, 14.02.1935. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, informa sobre la Revolución de Enero de 1935. In: NAHUM, 1998; p.398-399.

⁵³² *Ibid*; p.399.

a qual, em virtude do seu terreno, favorecia às táticas guerrilheiras utilizadas pelos rebeldes. Millington-Drake também afirmou que Muñoz se dirigiu fugindo para Porto Alegre.⁵³³

Esse levante proporcionou ao governo brasileiro mais uma vez, por meio do governo do estado do Rio Grande do Sul, demonstrar sua amizade com o Uruguai. Em 4 de fevereiro de 1935, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, em telegrama, comunicava seu embaixador em Montevideu de que o governador do Rio Grande do Sul junto ao comandante da Região Militar, general Rodrigues já tinham tomado as medidas necessárias para impedir a formação de grupos revolucionários no território do estado, desarmando grupos encontrados na região.⁵³⁴ Quatro dias depois, Lucílio da Cunha Bueno era informado da prisão de Ismael Cortinas e Antunes Saraiva em Porto Alegre, opositores nacionalistas do presidente uruguaio Gabriel Terra.⁵³⁵ Nos dias seguintes, outros revoltosos foram presos pelas autoridades brasileiras como Adolfo Canabal.⁵³⁶ Dias depois, em 19 de fevereiro, após Basílio Muñoz, o principal responsável e organizador do levante de janeiro, estampar os jornais da capital gaúcha, em reunião com outros opositores de Terra para planejar futuros ataques,⁵³⁷ foi preso pelas autoridades brasileiras.⁵³⁸ Com a prisão de Muñoz, Terra sufocava de vez o movimento contrário ao seu governo. Dias depois, o presidente uruguaio emitiu um discurso por rádio, responsabilizando setores dos batllistas netos e, principalmente, nacionalistas independentes.⁵³⁹

Pelo seu caráter ditatorial e autoritário, em diversas ocasiões, Terra se viu obrigado a assegurar que seu regime se opunha tanto ao fascismo quanto ao comunismo. Ainda que predominasse um perfil mais autoritário e com simpatias fascistas por parte de alguns de seus ministros. Exemplo disso se deu pela passividade das forças policiais terristas face aos ataques de bomba dirigidos às sedes do Partido Socialista e do jornal Comunista.⁵⁴⁰

⁵³³ Telegrama nº 441, 8.02.1935. Eugen Millington Drake, ministro de la Legación Británica, informa sobre la Revolución de Paso Morlán. In: NAHUM, 1997; p.209-211.

⁵³⁴ Telegrama de José MACEDO SOARES à Embaixada brasileira em Montevideu, 4.02.1935. Situação política uruguaia. In: Telegramas 1935-1937. (35/4/5). Missões diplomáticas brasileiras; AHI, RJ.

⁵³⁵ Telegrama à Embaixada brasileira em Montevideu, 8.02.1935, Ibid.

⁵³⁶ Telegrama à Embaixada em Montevideu, 10.02.1935, Ibid.

⁵³⁷ Romulo Borrat FABINI, cônsul uruguaio em Porto Alegre, ao chanceler uruguaio Juan José de ARTEAGA, Montevideu, of. nº 50, 18.02.1935. In: Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta. 1180; AMREU.

⁵³⁸ Telegrama à Embaixada em Montevideu, 19.02.1935. Situação política uruguaia. In: Telegramas 1935-1937. (35/4/5). Missões diplomáticas brasileiras; AHI, RJ.

⁵³⁹ Telegrama n. 444, 23.02.1935. Eugen Millington Drake, ministro de la Legación Británica, informa, aprobándolo, sobre discurso de Gabriel Terra, Presidente de la República, posterior a la revolución de enero de 1935. In: NAHUM, 1997; p.220.

⁵⁴⁰ Telegrama nº 480, de 11.01.1937. Informe anual sobre 1936. In: _____. Ibid; p.361.

Paradoxalmente, como observado pelo diplomata britânico, buscando obter vantagens econômicas e comerciais, o governo Terra se aproximava de seus vizinhos americanos. Segundo ele:

*Con los grandes vecinos- Argentina y Brasil- las relaciones han sido excelentes excepto, en el caso de la Argentina, por una cuestión menor de jurisdicción fronteriza sobre el Río Uruguay. Uruguay, como estos y otros países sudamericanos, se inclina en un sentido amplio hacia la solidaridad 'inter-americana' por la que abogan los Estados Unidos, incluso aunque este último compre pocos productos uruguayos debido al mismo espíritu proteccionista que evita cualquier compra considerable en la Argentina.*⁵⁴¹

No entanto, essas relações com os grandes vizinhos sofreriam grandes impactos com a Segunda Guerra Mundial, e conseqüentemente, profundas transformações, em especial, uma maior aproximação com os Estados Unidos, como será explicado nos capítulos seguintes. Com o Brasil, especificamente, tratava-se de uma conjunção de interesses dos respectivos governos e de suas respectivas personalidades políticas autoritárias e declaradamente anticomunistas. Pode-se dizer que Vargas foi um dos responsáveis por essa diplomacia anticomunista que contou com a colaboração de Gabriel Terra no Uruguai.

Na verdade, desde o início da década de 1930, Montevidéu era vista por diversos diplomatas estrangeiros como a “*diretriz comunista da América do Sul*”.⁵⁴² Esse episódio obrigou o governo uruguaio a emitir uma circular desmentindo essa afirmação. Apesar da incansável tarefa de desmentir que sua capital era um centro do movimento comunista na América do Sul, M. Velten, diplomata francês, e outros diplomatas estrangeiros também se preocupavam com a possibilidade de haver centros de agitação comunista na capital uruguaia. Pois, segundo Velten, a maioria batllista, que compunha o Conselho Nacional de Administração, impedia o endurecimento de medidas contrárias ao comunismo internacional. Face às medidas ineficazes de combate ao comunismo do presidente uruguaio, o representante francês compartilhava da visão predominante nos meios diplomáticos de que o Uruguai continuava sendo o centro de movimentos comunistas revolucionários. Apesar de não ter provas concretas, as atividades comunistas se davam pela agência comercial soviética sediada em Montevidéu.⁵⁴³

⁵⁴¹ Telegrama nº 492, 23.03.1938. Borrador de Informe anual sobre 1937. In: _____. Ibid; p.434.

⁵⁴² ARAÚJO JORGE para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. no. 194, 5.07.1932. Montevideo, base de comunismo na America do Sul. In: Ofícios. Mai/Ago 1932; AHI, RJ.

⁵⁴³ Telegrama nº 209, 7.07.1932. M. Velten, ministro de Francia en Uruguay, informa sobre actividades comunistas y los desacuerdos que provocan en las diferentes ramas del Gobierno. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo III: 1915-1936. Montevideo, UdelAR; 1999; p. 391-392.

Essa visão também estava presente na documentação diplomática norte-americana. Rodríguez Ayçaguer destacou que a preocupação dos EUA em relação a Montevideú se dava em três aspectos: “*su rol como centro de difusión de la propaganda comunista, su papel como refugio de agitadores e ‘indeseables’ y, finalmente, la ‘ceguera’ de los elementos políticos locales que toleraban esa situación*”.⁵⁴⁴ Segundo um documento da Inteligência Naval da embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires:

*Uruguay, y principalmente Montevideo, es un nido de comunismo. Muchos de los comunistas y otros indeseables que fueron deportados de Buenos Aires y otros que huyeron, han encontrado refugio y favorable acogida en Montevideo. Problemas de considerable magnitud se están gestando allí y desafortunadamente los mejores elementos uruguayos están ciegos a esto debido a la situación política y a las próximas elecciones.*⁵⁴⁵

Com a passagem de Luís Carlos Prestes por Montevideú em 1935, essas denúncias ficavam mais nítidas. Vivendo em Moscou, Prestes acompanhava de perto os debates que se vinham travando em torno da nova orientação a ser dada aos partidos comunistas. A Luís Carlos Prestes foi confiada a responsabilidade de preparar a revolução no Brasil, pois seu nome continuava a ser lembrado como o grande líder revolucionário, o Cavaleiro da Esperança. Com esse objetivo de preparar a revolta armada, Prestes embarcou de volta ao Brasil no dia 29 de dezembro de 1934, tendo a Internacional Comunista enviado para assessorá-lo o alemão Arthur Ernst Ewert, conhecido como Harry Berger, o argentino Rodolfo Ghioldi, o belga Jules Léon Vallée, o norte-americano Victor Alen Barron e o ucraniano Pavel Stuchevski.⁵⁴⁶

Em 13 de abril, conforme demonstrou Daniel Aarão Reis, Prestes fez uma escala em Montevideú para contatos com o pessoal do Bureau Sul-Americano do Comintern, do que se aproveitou Prestes para conversar com outros conhecidos ali residentes, como o comerciante brasileiro Fernando Garagogi. Por fim, em 15 de abril, compraram passagens de avião para Santos, com escala em Buenos Aires. No meio do caminho, um lance de astúcia. Valendo-se de uma parada técnica em Florianópolis, desembarcaram ali mesmo, evitando a alfândega de Santos, e foram de táxi para Curitiba. Outro táxi os levaria à capital paulista, onde chegaram na noite do dia 17.⁵⁴⁷ São e salvos, ali estavam depois de quase quatro meses de viagem, prontos para participar do processo revolucionário.

⁵⁴⁴ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, 1997; p. 43.

⁵⁴⁵ Ibidem.

⁵⁴⁶ REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014; p. 171-173

⁵⁴⁷ Ibid; p. 173.

O governo brasileiro já suspeitava dos vínculos existentes entre os movimentos de Prestes no Uruguai, os demais movimentos comunistas na América do Sul e os representantes soviéticos. O embaixador Cunha Bueno reportava para seu chanceler que o representante dos Sovietes era muito discreto em Montevideú, procurava manter boas relações e estreitar os laços com membros do corpo diplomático, oferecendo jantares na Legação Soviética, bem localizada na capital uruguaia.⁵⁴⁸

De todo modo, em novembro de 1935, a situação se agravou no Brasil. Mesmo na clandestinidade, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderados por Prestes, promoveu rebeliões armadas nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Esse levante, chamado pejorativamente pelo governo varguista como “Intentona Comunista”, tinha o objetivo de derrubar o presidente e instalar um governo popular no Brasil.⁵⁴⁹ O panfleto-manifesto de Prestes registrava: “*Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um Governo Popular Nacional Revolucionário! Todo o poder à ANL!*”⁵⁵⁰ Iniciou-se na cidade de Natal, no dia 23 de novembro de 1935. No dia seguinte, outro levante foi deflagrado em Recife. E no dia 27, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No entanto, sem adesão do operariado como esperado pelos organizadores, a rebelião foi rápida e violentamente debelada. Daniel Aarão Reis descreveu que a tentativa revolucionária, iniciada às três da manhã no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, encerrou-se às treze horas com a sua rendição, após violento bombardeio, inclusive aéreo. Terá durado, assim, pouco menos de dez horas.⁵⁵¹ Consequentemente, as expectativas luminosas da revolução dariam lugar, agora, à sombria repressão desencadeada pelo governo Vargas.⁵⁵² Nas palavras do biógrafo de Prestes, “*vencido ao assalto aos céus, começou a descida aos infernos*”. Consequentemente, uma forte repressão se abateu contra todos os opositores do governo.⁵⁵³ O porta-oficial do governo terrista, *El Pueblo*, diria: “*Outro ressonante triunfo del Presidente del Brasil*”.⁵⁵⁴

⁵⁴⁸ BUENO para MACEDO SOARES, Montevideú, of. nº 257, 13.09.1935. Comunismo. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, Rio de Janeiro.

⁵⁴⁹ D’ARAÚJO, 2000; p.16

⁵⁵⁰ REIS, 2014; p.177.

⁵⁵¹ Ibid; p. 188.

⁵⁵² Em março de 1936, Prestes e Olga Benário foram presos. A polícia separou o casal, no próprio hall da Polícia Central. Prestes e Olga nunca mais se veriam. Meses depois, Olga, grávida, foi entregue pelas autoridades brasileiras ao regime nazista da Alemanha, onde morreu executada. In: REIS, 2014; p. 197-198.

⁵⁵³ Ibid; p. 188.

⁵⁵⁴ *El Pueblo*, Montevideo, 29.11.1935, anexo a BUENO para MACEDO SOARES, Montevideú, of. nº 312, 30.11.1935. Comunismo. Revolução no Brasil. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

Figura 5 –Montevideú, a diretriz comunista da América do Sul?



Fonte: (A Manhã, 3/12/1935).⁵⁵⁵

Salienta-se, portanto, que os eventos no vizinho do Norte preocupavam o Uruguai. Diariamente, os jornais uruguaios publicavam notícias sobre os acontecimentos brasileiros.⁵⁵⁶ El Diário, por exemplo, sugeria que os países sul-americanos realizassem uma ação conjunta defensiva contra o comunismo.⁵⁵⁷

No início de dezembro de 1935, Lucílio da Cunha Bueno encaminhou um longo ofício ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai no qual explicava minuciosamente a

⁵⁵⁵ A Manhã, Rio de Janeiro, 3.12.1935, anexo a JUAN CARLOS BLANCO para chanceler José ESPALTER, Montevideú, of. n° 377, 29.11.1935. In: Política del Brasil. Informaciones-1935- Actividades subversivas. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 312; AHMREU.

⁵⁵⁶ BUENO para MACEDO SOARES, Montevideú, of. n° 312, 30.11.1935. Comunismo. Revolução no Brasil. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

⁵⁵⁷ El Diario, Montevideo, 6.12.1935, anexo a BUENO para MACEDO SOARES, Montevideú, of. n° 315, 12.12.1935. Comunismo. Revolução no Brasil. In: Ibid.

tentativa de “revolução comunista” no Brasil. Em suas palavras, era um ato militar com o objetivo de implantar o comunismo no país.⁵⁵⁸ No entanto, com a rápida repressão do governo brasileiro, os movimentos militares tinham sido sufocados. Logo após o ocorrido, uma rigorosa investigação foi solicitada por Vargas. Desde 29 de novembro de 1935, Juan Carlos Blanco já tinha avisado ao chanceler uruguaio dessas investigações realizadas pelo governo brasileiro para descobrir a origem estrangeira daquela rebelião. Nesse informe, já havia suspeitas, ainda sem provas, de que agentes soviéticos instalados na capital uruguaia tinham tido participação no levante comunista por meio do financiamento via fronteira brasileira.⁵⁵⁹

Na visão de Macedo Soares, não havia dúvidas quanto à natureza comunista do levante nem de que tivesse sido financiado por Moscou. A divulgação de informações sobre elevadas movimentações financeiras realizadas pela Legação soviética em Montevidéu fortaleceu a convicção de Macedo Soares sobre o envolvimento de Moscou na Intentona. Deflagrados os levantes no Nordeste e ainda antes da rebelião na Praia Vermelha, a Embaixada em Montevidéu já havia sido instruída a fazer gestões junto ao governo de Gabriel Terra para desautorizar o funcionamento da agência comercial soviética, Iuyamtorg, na capital uruguaia.⁵⁶⁰

Nesse momento, o embaixador brasileiro recordou-se de uma conversa que tinha tido com Alexander Lavin,⁵⁶¹ presidente da S.A.U Iuyamtorg, assim que chegou na cidade, em agosto de 1933. Nesse encontro, o representante soviético chegou a afirmar que as relações entre URSS e Uruguai estavam se consolidando. Cunha Bueno lembra que:

Perguntando eu se elle viera para assumir a representação de seu Governo aqui, disse-me que sim e ao indagar em que character, replicou que no de EMBAIXADOR, havendo o Governo uruguayo prometido a reciprocidade. Como elle falava em francez e arrastava um pouco o pensamento, insisti que se no de “MINISTRE” OU “CHARGÉ D’AFFAIRES”, ao que o russo, percebendo a minha surpresa, insistiu: “*Non, Comme Vous, Excellence, je serai l’Ambassadeur de mon Gouvernement*”.⁵⁶²

⁵⁵⁸ BUENO para ESPALTER, Montevidéu, of. n° 120, 12.12.1935. In: Política del Brasil. Informaciones-1935-Actividades subversivas. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 312; AMREU.

⁵⁵⁹ Juan CARLOS BLANCO, embaixador uruguaio no Brasil, para chanceler ESPALTER, Montevidéu, of. no. 377, 29.11.1935. In: Política del Brasil. Informaciones-1935-Actividades subversivas. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta. 312; AMREU.

⁵⁶⁰ CONDURU, Guilherme Frazão. José Carlos Macedo Soares: liberal, nacionalista e democrata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro**: formuladores e agentes da política externa (1750-1950). Brasília: FUNAG, 2013; p.767.

⁵⁶¹ Agente soviético instalado em Montevidéu (1933-1935). Era presidente da empresa S.A.U Iuyamtorg.

⁵⁶² BUENO para MELLO FRANCO, Montevidéu, of. n° 238, 23.08.1933. Visita do Agente dos Soviets. In: Offícios. Jun/Out 1933; AHI, RJ.

Surpreso com a autodenominação “burguesa” de embaixador tanto criticada pelos soviéticos, o diplomata brasileiro reafirmava que Iuyamtorg era, na verdade, um campo de atuação de agentes políticos soviéticos na região. Por isso, desde então, teria recusado as propostas comerciais de Lavin. O governo soviético estava de olho, em especial, nos portos de Rio de Janeiro, Santos e Rio Grande do Sul. Lavin chegou a propor a compra de borracha, couros, café e diamantes brutos para fins industriais, por parte de seu governo, em troca do fornecimento de gasolina, trigo e outros cereais ao Brasil. Todavia, sua proposta foi rechaçada. Para Cunha Bueno, seu país não deveria estabelecer relações com aquele governo comunista, sequer relações comerciais.⁵⁶³

Com efeito, no dia que eclodiu o levante no Rio de Janeiro, Blanco foi o único representante diplomático estrangeiro recebido por Vargas em seu gabinete. O presidente brasileiro pedia para o governo uruguaio tomar medidas contra as atividades soviéticas em seu território, mas que estas fossem adotadas gradualmente para evitar represálias violentas.⁵⁶⁴ Dias depois, com o resultado das investigações, o governo brasileiro alertava que tinha encontrado provas que apontavam que o governo soviético orientou e financiou o levante comunista por meio de seus representantes em Montevidéu. O holandês Van Mine, membro do Comintern e relator para assuntos sul-americanos, proferiu discursos no VII Congresso da Internacional Comunista, em julho de 1935, que conclamavam revoluções no Brasil, Uruguai e Argentina. Isso estava registrado na ata da sessão da Terceira Internacional.⁵⁶⁵ Nesse cenário, o governo varguista pressionava o governo uruguaio para tomar medidas e soluções necessárias. Segundo Juan Carlos Blanco, o chanceler Macedo Soares disse que o Brasil se via obrigado a suspender todo o tráfico comercial e de pessoas com o Uruguai e a fechar as fronteiras para se defender de um perigo — que, imaginário ou não, o governo brasileiro acreditava que existia.⁵⁶⁶

Em Montevidéu, Joseph de Neef estava ciente dessa cobrança realizada pelo embaixador brasileiro. Segundo o diplomata belga, o governo brasileiro tinha provas irrefutáveis de que a cidade uruguaia era o centro diretriz de atividades comunistas na América do Sul e pressionava o governo uruguaio para ações mais duras e incisivas de

⁵⁶³ Ibidem.

⁵⁶⁴ CARLOS BLANCO para ESPALTER, Montevidéu, of. n° 377, 29.11.1935. In: Política del Brasil. Informaciones-1935- Actividades subversivas. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 312; AHMREU.

⁵⁶⁵ BUENO para ESPALTER, Montevidéu, of. n° 120, 18.12.1935. In: Ibid.

⁵⁶⁶ CARLOS BLANCO para ESPALTER, Montevidéu, of. n° 377, 29.11.1935. In: Ibid.

combate ao comunismo.⁵⁶⁷ Ao reconhecer os soviéticos como inimigos que tentaram subverter a ordem no Brasil, a diplomacia brasileira passou a identificar aliados naqueles que se opunham à União Soviética.⁵⁶⁸ Nessas circunstâncias, Getúlio Vargas pressionou o governo uruguaio, tanto via embaixada uruguaia no Rio de Janeiro quanto embaixada brasileira em Montevidéu, para romper relações diplomáticas com a URSS. Em consequência disso,

[...] El Gobierno del Sr. Terra, que había sido el único entre los de América del Sur en establecer relaciones diplomáticas con el Gobierno soviético, se vio forzado a adoptar una solución radical bajo la presión del Gobierno brasileño[...] Para conservar la amistad de éste [Brasil], rompió con un país que parece hecho de Montevideo el centro de las actividades comunistas en América del Sur y cuyas acciones ya habían complicado las relaciones del Uruguay con diferentes países, particularmente con Chile. [...] La prensa de América del Sur en general se congratula con entusiasmo por la actitud del Gobierno uruguayo, inspirada en el espíritu de solidaridad panamericana, y no escatima sus felicitaciones.⁵⁶⁹

Desta maneira, para manter as boas relações com seu vizinho, em 28 de dezembro de 1935, Uruguai rompeu as relações com a União Soviética.⁵⁷⁰ Nas palavras do embaixador brasileiro, com isso, o governo uruguaio queria “*dar mais uma prova dos seus sentimentos fraternos para com o Brasil*”.⁵⁷¹ Lucílio da Cunha Bueno não escondeu a felicidade em ter contribuído com tal ato.

Os acontecimentos de novembro de 1935 têm uma importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que forneceram argumentos para solidificar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo. O episódio sofreu um processo de mitificação, dando origem a uma verdadeira lenda negra em torno da “Intentona Comunista”. O levante foi representado como exemplo de concretização das características maléficas atribuídas aos comunistas. Segundo as versões construídas por seus adversários, durante os quatro dias da revolta, os seguidores de Prestes teriam cometido uma série de atos condenáveis.⁵⁷²

⁵⁶⁷ Telegrama nº 187, 27.12.1935. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, informa de la ruptura de relaciones diplomáticas entre Uruguay y URSS. In: In: NAHUM, 1998; p. 402-403.

⁵⁶⁸ CONDURU, 2013; p.768.

⁵⁶⁹ Telegrama nº 188, 4.01.1936. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, comunica la ruptura de relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS y expone motivos. In: In: NAHUM, 1998; op. cit.; p.404.

⁵⁷⁰ BUENO para MACEDO SOARES, Montevidéu, of. nº 318, 28.12.1935. Comunismo- Rompimento de Relações com a Rússia. In: Ofícios. Set/Dez 1935; AHI, RJ.

⁵⁷¹ Idem; Montevidéu, of. no. 325, 30.12.1935. Comunismo- Ruptura de Relações com a Rússia. In: Ibid.

⁵⁷² MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000; p. 105.

Por outro lado, esse episódio representou o momento de ebulição da luta antifascista no Brasil. Proliferaram organizações políticas e culturais que contribuíram para agregar outras vozes no debate da época. Em torno da ANL e por ela inspirados, surgiram diversos grupos que abrigaram intelectuais preocupados com as questões culturais.⁵⁷³ No Cone Sul, assim como em outras partes do mundo, a intelectualidade passou a se organizar em associações sob o mote da luta antifascista e pela “defesa da cultura”. Em meio às articulações políticas em prol das Frentes Populares, essas associações de intelectuais tinham como principais objetivos combater os governos autoritários em seus países, os grupos fascistas locais, bem como as ameaças representadas pela expansão dos regimes italiano e alemão.⁵⁷⁴

Os países do Prata, corroborando com Ângela Oliveira, abrigaram uma ativa militância antifascista. A partir de 1935, as lutas antifascistas passaram a ocorrer em sincronia, a partir da criação da *Agrupación de Intelectuales, Artistas, Periodistas y Escritores* (AIAPE);⁵⁷⁵ a pioneira foi a AIAPE argentina e, pouco depois, uma organização homônima foi criada no Uruguai.⁵⁷⁶ Com uma longevidade mais expressiva do que no Brasil, o desempenho dessas associações buscou contribuir com as lutas populares e operárias pela democratização do país.⁵⁷⁷

Conquanto, como destacou Rodrigo Motta, as vantagens embutidas na exploração propagandística da “Intentona” são evidentes: tratava-se de um caso real, ocorrido no Brasil, e não de informações relativas a terras longínquas. O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próximo da realidade brasileira; o anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos às advertências sobre o “perigo vermelho”. Procurava-se, então, mobilizar a sociedade contra os “comunistas” por meio da advertência de que, se não fossem detidos, cometeriam de novo as supostas vilezas praticadas em 1935.⁵⁷⁸ A diplomacia não ficaria de fora do anticomunismo brasileiro.

Dessa forma, pela pressão do governo brasileiro, o governo de Gabriel Terra rompeu relações diplomáticas com a URSS, em dezembro de 1935. Por conseguinte, agora

⁵⁷³ OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. Intelectuais antifascistas no Cone Sul: Experiências associativas no cruzamento entre a cultura e a política. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, Ago. 2013; p. 55-56.

⁵⁷⁴ Idem; p. 54.

⁵⁷⁵ Apesar disso, as trajetórias políticas das organizações apresentaram diferenças importantes, ligadas especialmente à heterogeneidade dos intelectuais que a compuseram e dos grupos das quais se originaram.

⁵⁷⁶ OLIVEIRA, op. cit.; p. 63.

⁵⁷⁷ Idem; p. 76.

⁵⁷⁸ MOTTA, 2000; p. 105.

sem concorrência, o governo brasileiro conquistava o mercado russo do pinho.⁵⁷⁹ Observa-se, portanto, que as relações bilaterais com o Brasil mereceram especial atenção da diplomacia terrista, pois Terra considerava o Brasil um escudo-protetor em relação à Argentina.⁵⁸⁰ No entanto, essas relações também foram marcadas por tensões, pressões e conflitos. Como destacou Carlos Rangel, os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus respectivos governos,⁵⁸¹ mas não anulavam divergências e pressões. Como destacou Ana María Ayçaguer, este acontecimento revelava as faces de uma diplomacia anticomunista travada por Getúlio Vargas na região.⁵⁸²

Outro exemplo dessa diretriz varguista se deu com o Paraguai. O presidente Eusebio Ayala foi deposto por um golpe militar em fevereiro de 1936, em meio a um ambiente de insatisfação social. Ayala e Vargas haviam chegado a um acordo oficioso para que o Brasil desencadeasse uma série de medidas para aproximar os dois países, inclusive a construção de uma ligação terrestre. Esse acordo não era de conhecimento dos golpistas e somente após ter a certeza de que o novo governo paraguaio, do coronel Franco, não tinha tendência comunista, foi que a diplomacia varguista concluiu que o novo presidente era capaz de dar continuidade a essas medidas. Contudo, também Franco, foi derrubado no ano seguinte, mas não houve perturbação na aproximação brasileiro-paraguaia, sendo incentivada pelos presidentes Félix Paiva e José Félix Estigarribia, e que teve sua consolidação por meio de dez convênios de cooperação assinados em junho de 1941, no Rio de Janeiro, pelos regimes ditatoriais de Higinio Morínigo e Getúlio Vargas.⁵⁸³

A decretação do Estado de Guerra deu origem, portanto, a uma nova onda anticomunista, marcada pela intensificação da repressão, da censura e da propaganda. Mas ela teve outro efeito importante: abrir caminho para a preparação do Golpe de Estado. Armado com os dispositivos discricionários contidos na legislação de exceção, o governo

⁵⁷⁹ BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 256, 13.09.1935. Pinho russo no Uruguai. In: *Ofícios. Set/Dez 1935*; AHI, RJ.

⁵⁸⁰ O governo uruguaio temia a eclosão de um conflito com a Argentina. Neste período, circularam diversos projetos do Executivo solicitando créditos para a aquisição de material bélico para o Exército uruguaio. In: BUENO para MACEDO SOARES, Montevideu, of. n° 288, 16.10.1935. Aviones para o Exército uruguaio. In: *Ibid.*

⁵⁸¹ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas (1930-1938). In: **Segundas Jornadas de História Regional Comparada**, 2005, Porto Alegre: EdPUCRS; p. 22.

⁵⁸² Cf. AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. *Estudios Ibero-Americanos*, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; p. 92-120.

⁵⁸³ DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai**: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954). Brasília, DF: FUNAG, 2012; p.526.

começou a pavimentar o caminho rumo à ditadura. O controle sobre as publicações foi estabelecido, a imprensa manietada e os focos de oposição eliminados. Uma das ações de maior significado se deu com a intervenção no Rio Grande do Sul, em que o governador representava um obstáculo aos planos continuístas de Vargas. A 14 de outubro, as forças policiais do governador foram colocadas sob controle federal. Quatro dias depois, abandonando o governo gaúcho, Flores da Cunha⁵⁸⁴ fugiu para o Uruguai. Garantida a situação no Sul, o quadro ficou tranquilo para o sucesso do golpe, pois os outros governadores potencialmente adversários (Juracy Magalhães, Bahia, e Lima Cavalcanti, Pernambuco) não tinham forças para impedir Vargas.⁵⁸⁵

Para garantir a suada vitória sobre o florismo, Vargas decretou a intervenção federal. O comandante da III Região Militar acabou assumindo como interventor do estado um dia após a renúncia de Flores da Cunha. Dessa forma, iniciou no Rio Grande do Sul aquilo que alguns historiadores, como Eliane Colussi e René Gertz, chamaram de antecipação do Estado Novo em solo gaúcho. Não há dúvida de que, derrubada Flores da Cunha, estava aberto o caminho para Vargas e alguns setores civis e militares darem o golpe de Estado, semanas depois, sem maiores resistências. Getúlio Vargas, finalmente dominara o Rio Grande do Sul, após sete anos de marchas e contramarchas. Isto é, tanto naquilo que diz respeito à política quanto no que concerne ao campo militar.⁵⁸⁶

A pressão do governo brasileiro sob o governo uruguaio após a chamada intentona comunista, em novembro de 1935, se inseria num esforço sistemático do Itamaraty para que os vizinhos do Prata adotassem uma atitude anticomunista e antissoviética, evitando qualquer aproximação com o regime de Stálin. Ambos os países se comprometiam, portanto, a estreitar a relação entre suas polícias políticas, e notificar um ao outro a respeito de futuras alterações na ordem interna, provocadas por conspiradores e guerrilheiros em suas respectivas zonas limítrofes. Percebe-se, com isso, a importância das relações bilaterais para a manutenção de ambos os governos ou ao menos para evitar ações de seus opositores. Para isso o governo de Vargas pressionou o governo terrista para romper as relações diplomáticas com a URSS, acusada de financiar movimentos comunistas na América do Sul.

⁵⁸⁴ Flores da Cunha foi governador do RS (1930-1937). Um dos principais opositores de Vargas durante o Estado Novo. Exilou-se em Montevideu entre 1937 e 1942. Quando voltou ao Brasil, cumpriu pena de nove meses na Ilha Grande (RJ).

⁵⁸⁵ MOTTA, 2000; p. 280.

⁵⁸⁶ LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Com a espada de Dâmocles**. O Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba: Editora Prismas, 2017; p.343-344.

Com efeito, a política de combate aos elementos “subversivos” foi um dos cinco pontos que resumiu a agenda bilateral, estritamente política, assinada em 1930 pelos dois países.⁵⁸⁷ Esse acordo implicou não mais em meras recomendações ou prisões de opositores de ambos os lados, mas no rompimento das relações diplomáticas do Uruguai com a União Soviética, em dezembro de 1935, por pressão do governo brasileiro. A alegação do Brasil era de que a URSS, que tinha amplos acordos comerciais com o Uruguai, estava ajudando o Partido Comunista Brasileiro na organização dos levantes de 1935. Inaugurava-se naquele momento, dentro do governo Vargas, a atuação ativista de uma diplomacia voltada para consecução de políticas anticomunistas.⁵⁸⁸

Contudo, como advertiram Gerardo Caetano e Raul Jacob, este sentimento anticomunista, na verdade, representava grupos de pressão empresarial, a direita política (setores dos partidos Nacional, Colorado e da católica União Cívica), e representantes diplomáticos das principais potências mundiais do Ocidente, que se manifestavam, por sua vez, contra a ampliação do monopólio comercial e industrial do Estado. Neste cenário, desde 1931, com a criação da ANCAP, segundo os autores, o fantasma do comunismo tinha sido sintetizado na URSS, porque a empresa vencedora da licitação pública para o fornecimento de gasolina e querosene para o novo ente autônomo era uma empresa petrolífera estatal soviética. Em suma:

*la reaparición de cierto espacio para nueva legislación social y estatista en un contexto local y regional atravesado por el problema migratorio y el afianzamiento de las relaciones comerciales entre Uruguay y la URSS ambientaron la primera campaña anticomunista del siglo XX.*⁵⁸⁹

Nesse clima político, em outubro de 1937, o deputado uruguaio Kayel apresentou um projeto de lei na Câmara dos Deputados referente à repressão do comunismo pelo qual o Partido Comunista do Uruguai ficaria sendo considerado uma associação ilícita. Além disso, o projeto de lei condenava qualquer tipo de “propaganda subversiva ou antipatriótica”, com punição de 3 a 6 anos de prisão, e estrangeiros, mesmo naturalizados, poderiam ser expulsos do país.⁵⁹⁰ Na prática, tratava-se de medidas para barrar a oposição ao terrismo.

⁵⁸⁷ AYÇAGUER, 2008; p.101.

⁵⁸⁸ NEPOMUCENO, 2018; p.188.

⁵⁸⁹ CAETANO, Gerardo., JACOB, Raul. **El nacimiento del terrismo**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, tomo II; 1990; p.111-129.

⁵⁹⁰ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideu, of. n° 206, 11.10.1937. Medidas contra o Comunismo. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

Em dezembro de 1936, Buenos Aires sediou a Conferência Interamericana de Consolidação da Paz entre os países americanos. No entanto, apesar da aprovação de algumas resoluções, os resultados foram insignificantes. Para os diplomatas estrangeiros, o fracasso dessa conferência se deu pelas divergências sistemáticas entre Argentina, Brasil e Estados Unidos, que disputavam a hegemonia da região.⁵⁹¹ O próprio delegado uruguaio chamou a atenção ao lembrar que os países do Prata, em razão dos seus laços com certos países europeus em matéria cultural e econômica, não podem aderir subitamente a um sistema que os obrigaria, de certa forma velada, a romper eventualmente suas relações com esses países, conseqüentemente, com possíveis represálias.⁵⁹²

Com a instalação da ditadura do Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937, Getúlio Vargas oficializava a sua versão de ditador. No entanto, as suas relações diplomáticas com o Uruguai não foram alteradas, pois desde a nomeação do General Daltro Filho para ocupar o cargo de interventor do Rio Grande do Sul,⁵⁹³ o governo uruguaio estava ciente de agitações políticas que poderiam ocorrer.⁵⁹⁴ Pela condição fronteiriça, dessa vez, era Vargas quem precisava da cooperação do país vizinho para a vigilância de seus opositores exilados em Montevidéu. Após o golpe político no Brasil, a hipótese de um novo golpe de estado no Uruguai não era totalmente descartada, mesmo com as eleições presidenciais marcadas para novembro de 1937. Como lembrou François Gentil:

*[...] la opinión uruguaya no ha reaccionado nada cuando ha sabido del reciente golpe de Estado del Presidente Vargas en el Brasil: se admite que ha debido tomar esa decisión para ahorrar a su país los 'horrores del comunismo'. [...] Se piensa generalmente que el Presidente Terra tiene el ejército y la policía en sus manos; pero por ese lado podría haber sorpresas. La mayoría de los que no creen que un golpe de Estado dicen que el Presidente está muy enfermo para querer conservar el poder; desde su doble operación de próstata, ha envejecido mucho: da a veces la impresión de un hombre agotado. Los Gobiernos son en América del Sur como los niños de este este continente; hay más ilegítimos que legítimos: proclamándose la mayoría hijos de una revolución. Hay que desear al Uruguay para su tranquilidad y su desarrollo futuro no seguir los recientes ejemplos del Perú o el Brasil.*⁵⁹⁵

⁵⁹¹ Telegrama nº 192, 24.04.1937. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, informa sobre los resultados de la Conferencia Interamericana de la Paz en Buenos Aires. In: In: NAHUM, 1998; p.409-410.

⁵⁹² Telegrama nº 196, 26.04.1938. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa sobre la política internacional del Uruguay, entre la Doctrina de Monroe y sus lazos con Europa. In: _____. Ibid; p.419.

⁵⁹³ Desde agosto de 1937, Daltro Filho era Comandante da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre. Ali foi um dos principais apoiadores do Estado Novo. Em consequência disso, se tornou interventor do Rio Grande do Sul (1937-1938). Por questões de saúde, se afastou do cargo e logo faleceu em 1938. Foi sucedido por Cordeiro Faria, que permaneceu no cargo até 1943.

⁵⁹⁴ Telegrama, 19.10.1937. A. F. Brueggemann al Ministerio de Relaciones Exteriores. Diplomacia. Monteideo. In: Política del Brasil. Informaciones-1937. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

⁵⁹⁵ Telegrama nº 12, 17.11.1937. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, expone el complejo espectro político uruguayo ante las elecciones. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Monteideo, UdelaR; 2000; p.38.

No *El Diário* de 30 de agosto de 1937 foi publicada uma entrevista que Getúlio Vargas tinha dado ao correspondente do jornal no Rio de Janeiro, Vicente Costa. Nessa entrevista, ao acentuar a ruptura das rela es diplomáticas do Uruguai com a URSS como uma demonstra o de amizade e solidariedade ao Brasil, Vargas reforçava a sua diplomacia anticomunista na região.⁵⁹⁶

Em 1  de setembro de 1937, o embaixador brasileiro em Montevidéu comunicava o Itamaraty da chegada de Roberto Levillier   capital uruguaia, substituindo Paulino Llambi Campbell, representante argentino desde 1934. Levillier, novo embaixador argentino no Uruguai, permaneceria no cargo até meados de 1942. Lucílio da Cunha Bueno destacava que o novo embaixador era amigo e pessoa de confiança de Saavedra Lamas,⁵⁹⁷ então chanceler da Argentina.⁵⁹⁸

No dia seguinte, o embaixador brasileiro repercutia dois artigos presentes nos jornais uruguaio *La Tribuna Popular* e *El Debate*, intitulados respectivamente “*Contra quien ser arma Argentina?*”⁵⁹⁹ e “*Nuestra situación militar y naval*”.⁶⁰⁰ Na verdade, a aquisi o de tanques blindados pelo Exército argentino e o lançamento ao mar de sete destroieres alertava tanto o Brasil quanto o Uruguai, uma vez que a hipótese de guerra entre esses países circulava nos meios diplomáticos e na imprensa.⁶⁰¹ *La Tribuna Popular*, por exemplo, respondia categoricamente o título de seu artigo com “evidentemente, contra o Brasil”. Veja, portanto, como muitas vezes a embaixada brasileira em Montevidéu era utilizada também para obter informa es de Buenos Aires.

Não é de espantar que, com todas essas complica es, Vargas não se sentisse bem e ficasse ainda mais preocupado quando a Argentina, a Inglaterra e a Alemanha opuseram-se ao acordo que ele fizera com o governo dos EUA para arrendar seis destroieres americanos antigos que serviriam ao treinamento da Marinha. Os brasileiros ressentiram-se especial da atitude argentina. Os jornais brasileiros, independentemente de seus sentimentos em rela o ao governo federal, ergueram-se em defesa da aquisi o dos navios como uma questão de

⁵⁹⁶ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevidéu, of. n  182, 2.09.1937. Entrevista com o Presidente Doutor Getúlio Vargas. In: *Ofícios*. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁵⁹⁷ Durante a presidência de Agustín Justo, Saavedra Lamas foi Ministro das Rela es Exteriores da Argentina (1932-1938). Como chanceler, presidiu a Conferência de Paz do Chaco, colocando fim   Guerra do Chaco (1932-1935). Sua atua o diplomática neste acordo de paz lhe rendeu o Nobel da Paz.

⁵⁹⁸ BUENO para o MRE, Montevidéu, of. n  178, 1.09.1937. Apresenta o de Credenciais do novo Embaixador argentino no Uruguai. In: *Ofícios*. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁵⁹⁹ *La Tribuna Popular*, Montevideo, 28.08.1937. In: *Ibid.*

⁶⁰⁰ Editoria, *El Debate*, Montevideo, 29.08.1937. In: *Ibid.*

⁶⁰¹ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevidéu, of. n  181, 2.09.1937. Armamento argentino. In: *Ibid.*

honra nacional, e expressaram irritação e decepção com a Argentina, que na época estava construindo destroieres.⁶⁰²

Nos dias seguintes, Cunha Bueno se encontrou diversas vezes com o senador Luiz Alberto de Herrera, quem via a Argentina como “o império da força bruta com relação aos pequenos países”. Herrera não demonstrava simpatias pela figura do chanceler argentino, considerado por ele como um “segundo Zeballos”.⁶⁰³ Segundo *El Debate*, em seu editorial de 12 de setembro de 1937,⁶⁰⁴ Julio Argentino Roca, então vice-presidente da Argentina, em um discurso pronunciado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, afirmou que o Uruguai nasceu sob a tutela de Buenos Aires, e era um estado tampão entre as duas maiores nações do continente, do qual “*debemos cuidar con verdadero celo*”.⁶⁰⁵ Esse discurso do vice-presidente argentino provocou grandes ruídos em Montevideú, fazendo com que a sociedade uruguaia insistisse em reafirmar que o Uruguai nasceu pelo esforço dos orientais como nação livre e independente. Além disso, o jornal *Tribuna popular*, em edição de 14 de setembro, publicou em seu editorial a seguinte pergunta: “*No seria el caso de inclinar nuestra política internacional hacia climas maus favorables a nuestra salud?*”⁶⁰⁶ O jornal se referia ao Brasil.⁶⁰⁷ Preocupado com a Argentina e reconhecendo a posição geopolítica do Uruguai, Lucílio da Cunha Bueno reiterava a manutenção de boas relações com Montevideú:

Tudo quanto se fizer no terreno da paz para manter abertas as portas sagradas desse tempo augusto, é obra que todos bendizem. Mas as forças armadas do Brasil devem sempre ter, como repetia aos seus soldados o Kaiser Gillermo II, a pólvora bem secca e as laminas bem aguçadas. O desenvolvimento extraordinário da economia brasileira paralelamente ao magnífico surto argentino sob todos os aspectos, há de ser o motivo de choque entre os dous paízes do dia longiquo de amanhã. Nesse momento, [...] o Uruguay terá de ser o campo de batalha das duas nacionalidades. A victoria dependerá de quem primeiro puder chegar às margens do Tacuarembó, para esmagar o adversário e dominar a campanha com passos de vencedor. O porto de Montevideú há de ser a base naval do futuro conflito e a sua posse decidirá do destino dos dous povos, como Trafalgar traçou o da França napoleônica. A amizade deste pequeno povo é, pois, de real vantagem para o

⁶⁰² MCCANN, 2009; p. 521.

⁶⁰³ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 187, 10.09.1937. A soberania exterior dos países americanos. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁶⁰⁴ *Palabras levianas*, *El Debate*, Montevideo, 12.09.1937, anexo a BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 189, 13.09.1937. Comentários uruguaiais a um discurso do Doutor J.A. Roca, no Rio. In: *Ibid.*

⁶⁰⁵ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 189, 13.09.1937. Comentários uruguaiais a um discurso do Doutor J.A. Roca, no Rio. Ofícios. In: *Ibid.*

⁶⁰⁶ *La Diplomacia argentina*, *Tribuna Popular*. Montevideo, 14.09.1937, anexo a BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 193, 14.09.1937. Comentários uruguaiais a um discurso do Doutor J.A. Roca, no Rio. In: *Ibid.*

⁶⁰⁷ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 193, 14.09.1937. Comentários uruguaiais a um discurso do Doutor J.A. Roca, no Rio. In: *Ibid.*

*Brasil, e cultiva-la, como temos feito, nos idas felizes de bonança, significa inspirada política de visão patriótica.*⁶⁰⁸

Mais uma vez, o embaixador brasileiro alertava ao seu chanceler de possível conflito armado entre Brasil e Argentina. Na visão de Cunha Bueno, venceria quem detivesse o controle do porto de Montevideú. No mês seguinte, em outubro de 1937, o governo brasileiro adquiriu cinco aviões, do tipo RO 37 Bis, utilizados em voos de reconhecimento e pequenos bombardeios, para a Escola Militar de Aviação.⁶⁰⁹

Sobre o tema, Boris Fausto destacou que existia uma paranoia desenvolvida tanto no Brasil quanto na Argentina, em particular nos círculos militares, em torno das afirmações hegemônicas, que quase se transformou numa corrida armamentista.⁶¹⁰ Por exemplo, em 1936, o arrendamento, pelos Estados Unidos, de seis destroyers ao Brasil foi visto com alarme pelo governo argentino, que na mesma época encomendou à Grã-Bretanha a construção de várias unidades para sua Marinha de Guerra, a fim de garantir sua superioridade naval.⁶¹¹ O Uruguai observava todas essas movimentações com certa preocupação.

Em outubro de 1937, Lucílio da Cunha Bueno já informava ao chanceler brasileiro da chegada de Flores da Cunha, que tinha renunciado seu cargo de governador do Rio Grande do Sul. Essa notícia já circulava em alguns jornais montevidéanos. *El País*, por exemplo, porta-voz dos nacionalistas independentes e um dos principais opositores do governo de Terra era visto pelo embaixador brasileiro como “sempre favorável aos comunistas”, pois, se aproveitava da situação brasileira para “atirar pedras no Presidente Terra”.⁶¹² *El País* finalizava o artigo com “[...] *Pero la democracia del Brasil, que es fuerte y muy combativa, no se entregará sin lucha. La situación, es, pues, delicadísima*”.⁶¹³

No mês seguinte, Vargas instituiu a ditadura do Estado Novo. Assim, enquanto no Uruguai as eleições presidenciais eram realizadas e o ditador Gabriel Terra assistia aos seus últimos dias no poder, no Brasil, o presidente brasileiro iniciava seus primeiros dias como ditador, por meio de golpe político e apoio das forças armadas. Em Montevideú, a implantação da ditadura do Estado Novo no Brasil não gerou surpresas a respeito das

⁶⁰⁸ Ibidem.

⁶⁰⁹ Idem, Montevideú, of. n° 5, 28.10.1937. Mês militar e naval (Outubro). In: Ibid.

⁶¹⁰ Por outro lado, as relações comerciais entre Brasil e Argentina eram cada vez mais significativas.

⁶¹¹ FAUSTO, 2006; p.96.

⁶¹² BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. n° 214, 22.10.1937. Situação política do Brasil. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁶¹³ *La difícil situación brasileña. La lucha entre los grandes estados y Vargas, El País*, 5.10.1937, anexo a Idem, Ibid.

opiniões dos principais grupos políticos. Isto é, setores terristas e conservadores apoiaram Vargas, e setores batllistas e nacionalistas independentes criticavam-no, temerosos de um novo golpe político no Uruguai.⁶¹⁴

El País, de 11 de novembro de 1937, imprimiu “*G. Vargas se declaró Dictador*” em suas páginas. Nesse artigo, o jornal nacionalista independente, destacava que no Brasil já não tinha mais câmaras ou assembleias legislativas, nem juntas deliberativas nos municípios. Todos os órgãos de representatividade popular tinham sido dissolvidos. Além disso, *El País* enfatizou que com a promulgação de uma nova Constituição, um regime com caráter ditatorial e corporativista era implantado no Brasil.⁶¹⁵ Tratava-se, portanto, de um golpe contra a democracia, e não contra o comunismo. Não por acaso o evento tinha sido criticado na França, Bélgica, Estados Unidos e Inglaterra e elogiado na Itália fascista.⁶¹⁶ El Plata, também vinculado aos nacionalistas independentes, também enfatizou o caráter ditatorial do novo regime brasileiro. Em seu artigo “*En el Brasil se consolidó la dictadura fascista*”, criticava Vargas da seguinte forma:

*[...] ¿causas? ¿razones? Ni causas ni razones; los conocidos pretextos con que tiranos y tiranuelos, en todas las épocas, bajo todos los climas intentaron cohonestar la usurpación que realizaron sus bastardas ambiciones. La eterna invocación de las pasiones partidistas conturbadas y perturbadoras; el fantasma de la anarquía, el del comunismo; la pretensión degradante para un pueblo digno de ser libre como todo es el brasileño, de conocer mejor que él mismo, su orientación natural y su destino propio.*⁶¹⁷

El Día, jornal batllista, chegou a comparar Vargas a Stálin, Hitler e Mussolini, ditadores que permaneceriam no poder até a morte. No entanto, o setor batllista não deixou de culpabilizar as ações comunistas pelas ações do governante brasileiro. Vociferava: “[...] *la culpa integra la tienen esos terribles comunistas que amenazan con no dejar piedra sobre piedra de la civilización contemporánea.*”⁶¹⁸

Os riveristas, por sua vez, por meio do jornal *La Mañana*, jornal porta-voz desse setor colorado, explicavam o golpe político de Vargas como uma “revolução sem sangue” que impôs um novo regime corporativista.⁶¹⁹ Apesar de considerar radicais as medidas do presidente brasileiro, considerava-as justificáveis perante o “perigo comunista”, tal como a

⁶¹⁴ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideu, of. n° 226, 12.11.1937. Novo regime político do Brasil In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁶¹⁵ *El País*, Montevideo, 11.11.1937, anexo a BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideu, of. n° 226, 12.11.1937. Novo regime político do Brasil. In: Ibid.

⁶¹⁶ *El Golpe dictatorial del Brasil, El País*, Montevideo, 12.11.1937. In: Ibid.

⁶¹⁷ *El Plata*, Montevideo, 11.11.1937. In: Ibid.

⁶¹⁸ *El Día*, Montevideo, 12.11.1937. In: Ibid.

⁶¹⁹ *La Mañana*, Montevideo, 11.11.1937. In: Ibid.

versão oficial da embaixada brasileira em Montevidéu. No entanto, pela condição limítrofe de seu país, não deixava de apresentar preocupações e cautelas.⁶²⁰

No mesmo dia do golpe no Brasil, 10 de novembro de 1937, o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, Juan Carlos Blanco pedia autorização ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai para reafirmar as relações de seu país com o governo de Vargas. Segundo Blanco, não era necessário o reconhecimento do novo regime, mas sim prezar pela manutenção das relações já estabelecidas entre os países.⁶²¹ Nos dias seguintes, o embaixador no Rio de Janeiro encaminhava para o chanceler uruguaio uma versão da nova constituição brasileira publicada no Jornal do Commercio, de 11 de novembro de 1937, a mesma que seria divulgada entre os círculos políticos do governo.⁶²² Desde setembro, pelo menos, a comunicação do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai com seu consulado em Porto Alegre se tornou mais frequente.⁶²³

Em telegrama de 13 de novembro de 1937, ao falar sobre a reunião convocada pelo chanceler brasileiro com os corpos diplomáticos estrangeiros para dar explicações sobre o Estado Novo, Blanco destacou que os embaixadores dos EUA e da Argentina, como protesto, não compareceram. Neste encontro, Mário de Pimentel Brandão reafirmou aquilo presente na circular distribuída aos diplomatas estrangeiros. Segundo o chanceler brasileiro, a transformação política pela qual acabara de passar o Brasil “*em nada altera sua tradicional política internacional. Continuamos fieis como sempre aos ideaes democratico, pacifista e pan-americanista, dos quaes contamos agora com meio de acção mais forte, rápido e decisivo*”.⁶²⁴

Tempos de radicalizações políticas no cenário internacional e regional. Nessa conjuntura, garantir o reconhecimento e o apoio internacional ao Estado Novo era a nova missão da diplomacia varguista. No Uruguai, os diplomatas brasileiros não tiveram nenhuma dificuldade em assegurar as continuidades das boas relações entre os países. Como destacou-

⁶²⁰ *La situación del Brasil, La Mañana*, 12.11.1937. In: Ibid.

⁶²¹ Juan CARLOS BLANCO para José ESPALTER, Rio de Janeiro, telegrama, 10.11.1937. In: Política del Brasil. Informaciones-1937. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

⁶²² CARLOS BLANCO para ESPALTER, Rio de Janeiro, of. n° 367, 12.11.1937. Envio de la nueva Constitución Brasileira. In: Ibid.

⁶²³ A. F. BRUEGGEMANN para ESPALTER, Porto Alegre, of. n° 226, 16.09.1937. In: Ibid.

⁶²⁴ BLANCO para ESPALTER, Rio de Janeiro, telegrama n° 231, 13.11.1937. Diplomacia. Montevideo. In: Política del Brasil. Informaciones-1937. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231. AMREU.

se acima, no mesmo dia do golpe político no Brasil, o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro pedia autorização de seu governo para manifestar sua posição simpatizante ao novo regime.

Assumindo sem muitos disfarces o caráter de uma ditadura, o discurso getulista tratou de apresentar o Estado Novo como a fórmula que permitiria, finalmente, realizar as tarefas de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzir enfim o governo técnico, acima da politicalha dos partidos. Tudo isso pressupunha atos simbólicos e realizações materiais. Um exemplo expressivo dos primeiros foi a solenidade de queima das bandeiras estaduais, promovida em dezembro de 1937 no Rio de Janeiro, em cerimônia ao ar livre,⁶²⁵ simbolizando a centralização do poder, a afirmação da autoridade do chefe central, o fim dos regionalismos e da federação. O Brasil seria um Estado nacional unitário, obedecendo a um único senhor.⁶²⁶

No entanto, *O que era novo no Estado Novo?*⁶²⁷. Como lembrou Maria Celina D'Araújo, o “novo” representava o ideal político de encontrar uma “via” que se afastasse tanto do capitalismo liberal quanto do comunismo. Havia em ambas a ambição de corrigir os problemas do capitalismo: desigualdade social, crises, insegurança econômica, conflito de classes e de interesses. A crítica radical à sociedade liberal capitalista era, assim, o cerne de propostas de direita e de esquerda, mas por caminhos diferentes. O “novo”, para as doutrinas de direita, seria conciliar esses sentimentos com um sistema de produção que sobrepujasse os interesses da nação aos das classes, dos indivíduos e dos grupos econômicos por meio da ação direta do Estado.⁶²⁸

Nesse sentido, no Estado Novo, na ausência de um partido, Getúlio Vargas era o chefe político que simbolizava o poder do Estado e a nacionalidade. Era o chefe de Estado e da Nação. Nas palavras de Oliveira Viana, um dos ideólogos do regime, “nosso partido é o presidente”.⁶²⁹ É relevante destacar que a escalada para o golpe, um golpe anunciado,⁶³⁰ foi racionalmente construída e cuidadosamente executada. Em outras palavras, não representou uma ruptura, uma mudança abrupta, mas sim a consolidação de um processo de fechamento

⁶²⁵ FAUSTO, 2006; p.90.

⁶²⁶ D'ARAÚJO, 2000; p.25.

⁶²⁷ Estado Novo foi também o nome que receberam outras ditaduras na mesma época: a de Franco, na Espanha, e a de Salazar, em Portugal.

⁶²⁸ D'ARAÚJO, op. cit.; p.8-10.

⁶²⁹ Ibid; p.13.

⁶³⁰ O pretexto para tal golpe foi a “descoberta” de um plano comunista atribuído a um judeu, Cohen- O Plano Cohen-, que expressaria a ameaça do judaico-comunismo internacional. Este “plano” tinha sido elaborado pelo serviço secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização militar de direita criada em 1932.

e repressão⁶³¹ que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis e militares.⁶³² Todavia, houve vozes dissonantes, reações e oposição. Até mesmo, seu amigo íntimo, Oswaldo Aranha se opôs ao Estado Novo.

Ao falar sobre as críticas e reservas de Oswaldo Aranha ao Estado Novo, Alzira Vargas ressalta que Oswaldo Aranha chegara dos Estados Unidos, demissionário do cargo de embaixador e ligeiramente ressentido. Depois de algumas explicações e conversas com Vargas, lembra Alzira, novamente se acertaram. Não era, em absoluto, a primeira vez que se desentendiam, nem seria a última. Foram inúmeras as vezes que esses dois amigos brigaram e fizeram as pazes.⁶³³

Um dos reflexos da instalação do Estado Novo foi a mudança do embaixador brasileiro em Montevideú. No início de dezembro de 1937, Lucílio da Cunha Bueno, embaixador na cidade desde 1933, deixava o seu cargo.⁶³⁴ Em 2 de dezembro, Cunha Bueno, desapontado, comunicava ao governo uruguaio de sua remoção para Lima, onde faleceu no ano seguinte.⁶³⁵ Apesar de sua longa experiência, o diplomata brasileiro destacava:

⁶³¹ Desde 1935, vários parlamentares eram exilados; políticos, jornalistas e intelectuais eram presos e perseguidos e vários deixavam o país para escapar da prisão. O “perigo comunista” era a peça fundamental para manter a unidade das Forças Armadas em torno da decisão de uma solução de força, ainda que liderada por um civil.

⁶³² Desde 1935 pelo menos, com o levante comunista de novembro daquele ano. O levante ocorreu em quartéis do Exército em Rio de Janeiro, Natal e Recife e era liderado por comunistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada em março de 1935. A ANL era uma frente de esquerda comandada pelo Partido Comunista Brasileiro. Tinha como presidente de honra Luís Carlos Prestes, ex-militar e pessoa de confiança do Partido Comunista Soviético no Brasil. Cabe destacar que o anticomunismo já era uma das preocupações centrais dos chefes militares e do governo. Após a repressão deste levante, nos dois anos pré-golpe o Brasil viveu a maior parte do tempo sob estado de sítio ou de guerra, o que significa dizer que as liberdades constitucionais estavam suspensas. O país contava ainda com o Tribunal de Segurança Nacional, criado em setembro de 1936, com instância jurídica excepcional concebida para julgar os crimes contra a Nação, em nome da segurança nacional, esquerda e oposição muitas vezes foram englobadas em um único bloco e igualmente perseguidas. Oligarquias que se opunham a Vargas também foram atingidas nesta depuração que militares e o tribunal de exceção faziam na política brasileira. Com esses instrumentos excepcionais, Getúlio e seus apoiadores, civis e militares, puderam interditar aqueles que se opunham ao governo. In: D’ARAÚJO, 2000; p.15-18.

⁶³³ VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetivo, 2017; p.271.

⁶³⁴ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 237, 9.12.1937. Sobre os funcionários da Embaixada. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁶³⁵ Assim que João Batista Lusardo soube da morte de Lucílio da Cunha Bueno, mandou rezar uma missa em sua homenagem na capital uruguaia em 27 de março de 1938. O jornal *La Tribuna Popular* destacou que o próprio arcebispo de Montevideú realizou a solenidade, que contou com a presença de figuras como o General Góes Monteiro, que estava de passagem pela cidade, João Batista Lusardo, o embaixador argentino Roberto Levillier, o ministro francês François Gentil, o ministro belga Joseph de Neef, o ministro paraguaio Sosa, além das famílias dos principais líderes políticos uruguaiois como Baldomir, Terra, Navarro Maníni Rios, etc. In: LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 28, 24.03.1938. Missa em sufrágio da alma do Embaixador Lucílio Bueno. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, Rio de Janeiro; 33/3/9.

*Tengo larga experiencia de separación de numerosos puestos en mi larga carrera diplomática, pero ninguna he sentido tanto como esta de ahora de Montevideo, donde tuve la dicha de vivir varios años en funciones oficiales, granjearme simpatías, y sobre todo cultivar la amistad de este país en forma intensa, en todos los ramos de su actividad, principalmente en el orden de aproximación espiritual.*⁶³⁶

Em 10 de dezembro de 1937, João Batista Lusardo desembarcava em Montevideú para assumir o seu posto de novo embaixador brasileiro.⁶³⁷ Sua designação era reflexo das mudanças provocadas pelo Estado Novo. Em sua chegada, Lusardo lembrou que era um velho visitante e grande admirador da cidade e que desde os tempos de estudante, em 1912, frequentava a capital uruguaia durante suas férias. Ele tinha estado ali em 1912, 1914, 1916, 1923, 1932 e 1934. De volta ao Uruguai, em circunstâncias distintas, o exilado de outrora, era agora embaixador de seu país. Isso, para o jornal porta-voz do governo terrista, era sinal revelador do espírito democrático e do caráter nitidamente nacional do golpe político de Vargas no mês anterior.⁶³⁸

O antigo exilado, agora embaixador, desempenharia papel policial de vigilância de outros exilados brasileiros opositores de Vargas em Montevideú, em especial, o ex-governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha. Além disso, seria um dos principais responsáveis pela reafirmação da aproximação e das relações amistosas com o Uruguai.

Em síntese, nota-se que, em grande medida, pelo peso histórico da rivalidade do Uruguai com a Argentina, o “fiel da balança” de poder do Rio da Prata tendeu para o lado brasileiro. Ainda que as relações comerciais entre Brasil e Uruguai não fossem intensas e tão expressivas,⁶³⁹ entre 1930 e 1937, houve uma intensa aproximação político-diplomática entre os governos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas, com uma forte cooperação

⁶³⁶ BUENO para ESPALTER, Montevideú, of. n° 81, 2.12.1937. In: Lucillo Bueno. Embajador del Brasil en el Uruguay. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta 1089; AMREU.

⁶³⁷ Carlos Maximiano de FIGUEIREDO, conselheiro da embaixada brasileira em Montevideú, para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. n° 240, 16.12.1937. Chegada do Embaixador J.B. Lusardo ao Uruguai. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938, AHI, RJ.

⁶³⁸ *Llegó el Nuevo Embajador del Brasil, Señor Juan B. Lusardo, El Pueblo*, 11.12.1937. In: Ibid.

⁶³⁹ O embaixador brasileiro em Montevideú, em outubro de 1937, fazia apelo à Câmara de Comércio Brasil-Uruguai com o objetivo de aumentar as trocas comerciais entre os países, sobretudo, as exportações brasileiras para este país, para além do café e da erva-mate: “[...]faço um apelo ao espírito de cordialidade, sempre demonstrado em outras ocasiões, para que este assumpto seja examinado minuciosamente, e possa a sua solução afastar motivos de ressentimento, que já começa a demonstrar o nosso comercio exterior exportador, que se julga ferido nos seus interesses pela forma por que são encarados aqui os seus negócios [...]”. In: BUENO para ESPALTER, Montevideú, of. n° 70, 18.10.1937. Mês econômico-financeiro-comercial (Outubro). In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

fronteira⁶⁴⁰ e convergências quanto ao combate ao comunismo. Não obstante, essas relações bilaterais nos anos seguintes passariam por tensões, conflitos e divergências. João Batista Lusardo, como embaixador brasileiro em Montevideú, teria um árduo trabalho para manter as boas relações entre os países. Além disso, o desenrolar da Segunda Guerra Mundial trouxe alguns embates e discussões políticas, militares e diplomáticas significativas. Por isso, no *Capítulo III- As relações bilaterais e a tensão internacional (1937-1941): mudanças e continuidades* abordar-se-ão os efeitos dos primeiros anos do conflito mundial nas relações entre Brasil e Uruguai, bem como os efeitos do processo político uruguaio de redemocratização, liderado pelo herdeiro político e ex-ministro da Guerra de Gabriel Terra, Alfredo Baldomir, nas relações com o Brasil da ditadura varguista. Além do impacto da política pan-americana em tempos de guerra na política externa brasileira e uruguaia.

⁶⁴⁰ Exemplo dessa cooperação foi a aprovação do protocolo adicional ao Tratado de extradição para combater o contrabando na fronteira. Em relação à tentativa do governo uruguaio de rever os tratados de 1909 que definiam os limites entre Brasil e Uruguai, a diplomacia Uruguai não obteve sucesso. In: BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. n° 233, 6.12.1937. Limites Brasil-Uruguai. In: Ibid.

CAPÍTULO III- AS RELAÇÕES BILATERAIS E A TENSÃO INTERNACIONAL (1937-1941): MUDANÇAS E CONTINUIDADES

“A sabedoria e a prudência dos homens públicos do Brasil e o Uruguai apagaram para sempre os vestígios das rivalidades de outrora e conseguiram converter em solidariedade criadora as pequenas emulações que nos podiam separar.”

Getúlio Vargas. In: A Nova Política do Brasil, 1938.

Ao longo da década de 1930 as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai foram marcadas por aproximações político-ideológicas, inclusive, com o apoio político-militar nas fronteiras contra opositores para garantir a manutenção de seus regimes políticos, ora brasileiro, ora uruguaio. Por outro lado, as relações entre os vizinhos platinos, Argentina e Uruguai, foram definidas por diversos conflitos e tensões. Nesse contexto, as relações do Uruguai com o Brasil serviram como uma espécie de escudo protetor, por conseguinte, ganharam uma maior presença na agenda política uruguaia. Evidencia-se, assim, que a política externa desses países era uma ferramenta necessária para manter a estabilidade política de seus respectivos governos, ou pelo menos servia como um instrumento de vigilância de seus opositores.

Em novembro de 1937, mais uma vez as relações brasileiro-uruguaias eram testadas com a implantação da ditadura do Estado Novo varguista e quase dois anos depois, eclodiu o maior conflito do século XX, a II Guerra Mundial (1939-1945). Nesse capítulo, analisar-se-ão as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai frente às mudanças políticas ocorridas nos países com a instalação do Estado Novo no Brasil e com o processo de redemocratização orquestrado pelo governo de Alfredo Baldomir no Uruguai.

Nesse período, o relacionamento entre esses países foi marcado por continuidades entre os governos uruguaio e brasileiro e, também, por mudanças sensíveis e notórias, oriundas de transformações nas políticas nacional, regional e internacional. O conflito mundial, principalmente, gerou mudanças expressivas nessas relações brasileiro-uruguaias. Desde dezembro de 1939, com a chamada Batalha do Rio da Prata no Atlântico Sul, os países sul-americanos entenderam que os confrontos e hostilidades entre as potências europeias ganhariam proporções mundiais, inclusive, nas Américas, em especial, na região do Prata. Em virtude disso, os Estados Unidos se empenharam em fortalecer sua política de

solidariedade continental. Nessa conjuntura, Brasil e Uruguai se aproximaram gradativamente do vizinho do Norte e esse alinhamento aos EUA, por sua vez, produziu efeitos nas relações bilaterais.

Para explorar e analisar essas mudanças e continuidades, o presente capítulo divide-se em duas seções: 3.1. *Continuidades e mudanças (1937-1938)* e 3.2. *Novos atores e problemas contemporâneos (1938-1941)*. Na primeira, verificar-se-ão os impactos das mudanças de regimes políticos no Brasil e no Uruguai em suas relações bilaterais, enquanto na segunda parte, serão analisados os desdobramentos e as repercussões do conflito mundial na agenda política dos países, bem como seus impactos nas relações brasileiro-uruguaias. Nesse cenário de tensão internacional e de transição hegemônica das grandes potências, a política continental, protagonizada principalmente pelos EUA, por meio das Conferências Pan-Americanas, ganhou destaque. Por isso, serão analisadas as posições brasileiras e uruguaias na Conferência de Lima (1938), Conferência de Panamá (1939) e Conferência de Havana (1940). Diante de profundas transformações do cenário regional e internacional, as realidades políticas nacionais dos países em análise também foram afetadas.

3.1. Continuidades e mudanças (1937-1938)

Com a modificação do regime político no Brasil a partir da instalação da ditadura estado-novista, houve maior aproximação política nas relações brasileiro-uruguaias. Inicialmente o Estado Novo manteve sua política na região, em especial, do Prata para assegurar que não haveria reação contrária a Vargas desde seus países vizinhos. Nessas circunstâncias, a cooperação fronteiriça como política de vigilância dos opositores a Getúlio Vargas marcou esse momento de consolidação de seu poder. O Uruguai, por sua vez, vivia a transição de governos terristas e o ditador Gabriel Terra era sucedido pelo seu ministro da Guerra. Durante o governo de Alfredo Baldomir (1938-1942), marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças significativas no cenário internacional e regional que afetaram as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai.

Desde maio de 1937, avançaram os planos para isolar o Rio Grande do Sul com tropas federais, pois, segundo o presidente, “havia indícios de que Flores da Cunha preparava um movimento armado”.⁶⁴¹ Para Vargas, o governador gaúcho representava a pedra angular

⁶⁴¹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009; p. 511.

da potencial oposição política dos estados à centralização; os políticos de outros estados provavelmente não se mexeriam sem sua liderança. Góes Monteiro impulsionara quase à conclusão os preparativos militares nos três primeiros meses de 1937. De fato, tanto eram os informes sobre compras de armas no exterior por paulistas e gaúchos que Vargas anotou em seu diário: “São Paulo e Rio Grande armaram-se como para uma guerra para conquistar o Brasil”.⁶⁴²

Oswaldo Aranha, de passagem pelo Brasil para a Conferência Pan-Americana em Buenos Aires, tentara reconciliar Flores da Cunha e Getúlio Vargas. Para o presidente, a solução era simples: não hostilizaria Flores se ele ficasse quieto e não aticasse ninguém. Isso, na prática, significava que Flores devia impedir que seus jornais atacassem o governo federal, não mandar circulares por telegrama a outros governadores estaduais nem negociar com eles acordos de resistência. O governador gaúcho chegara a tentar obter do Uruguai o compromisso de neutralidade em caso de conflito entre Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.⁶⁴³

Cabe lembrar que após o levante comunista de 1935, o presidente brasileiro conseguiu a decretação do “estado de guerra” que deu origem a uma nova onda anticomunista, marcada pela intensificação da repressão, da censura e da propaganda. Não obstante, esse anticomunismo teve outro efeito importante: abrir caminho para a preparação do golpe de estado rumo à ditadura do Estado Novo.⁶⁴⁴ Uma das ações de maior significado ocorreu com a intervenção no Rio Grande do Sul, onde o governador representava um obstáculo aos planos continuístas de Vargas.

Góes Monteiro pusera a 5º Região Militar nas mãos capazes de um de seus homens de confiança, nordestino como ele: o general-de-divisão Manuel de Cerqueira Daltro Filho, natural da Bahia. Esse general vinha comandando as forças de invasão que estavam de prontidão para atacar o Rio Grande do Sul caso Flores da Cunha resistisse.⁶⁴⁵ No início de agosto, Góes Monteiro e Gaspar Dutra, respectivamente, Chefe do Estado-Maior e Ministro da Guerra, tornaram a rearranjar os comandos visando um controle ainda maior. Desta vez, Daltro Filho foi para a 3º Região Militar. Ao mesmo tempo, Dutra aumentava a pressão sobre Flores da Cunha, exigindo que o RS devolvesse todas as armas que o Exército emprestara ao

⁶⁴² Idem; p. 515.

⁶⁴³ Idem; p. 516.

⁶⁴⁴ MOTTA, 2000; p. 280.

⁶⁴⁵ MCCANN, 2009 ; p. 518.

estado desde 1930, embora o estado poderia escolher entre devolver as armas ou pagar por elas.⁶⁴⁶

Diversas vezes Góes Monteiro dissera ao presidente que se os políticos não chegassem a um acordo, o Exército agiria. No decorrer de agosto de 1937, quase todos os dias, houve rumores sobre um levante comunista, um *putsch* integralista ou um golpe de estado pelos militares e isso, segundo a embaixada americana, estava provocando intranquilidade no governo e nos meios empresariais. Em 7 de agosto, um comício político contra Armando Sales foi dissolvido à bala em São Paulo. Os rumores de conspirações e preparativos de guerra no Rio Grande do Sul continuavam intensos.⁶⁴⁷

Nesse cenário, a 14 de outubro, as forças policiais do governador foram colocadas sob controle federal e,⁶⁴⁸ desafiante e orgulhoso, Flores da Cunha recusou-se a assinar o decreto passando o comando da Brigada ao Exército. No dia seguinte, renunciou e logo depois pegou o avião que estava à espera para levá-lo para o Uruguai. Garantida a situação no Sul, o quadro ficou tranquilo para o sucesso do golpe, pois os outros governadores potencialmente adversários, como Juracy Magalhães, na Bahia, e Lima Cavalcanti, em Pernambuco, não tinham forças para impedir Vargas. No dia 10 de outubro, Vargas decretou intervenção federal em seu estado natal e nomeou o general Manuel Cerqueira Daltro Filho a interventor.⁶⁴⁹ Por breve período, até que o general fosse acometido por uma doença fatal em dezembro, o Rio Grande foi chefiado por um forasteiro, um baiano.⁶⁵⁰

O grande passo seguinte foi iludir Plínio Salgado e seus camisas-verdes de que teriam função importante no novo regime. Francisco Campos, que estava redigindo a Nova Constituição, tendo como modelo as cartas constitucionais polonesa e portuguesa, desenvolvera um relacionamento amistoso com o líder integralista e chegara a pedir-lhe comentários sobre o projeto da Constituição. Em seguida, Vargas reuniu-se com aliados gaúchos, os deputados federais João Neves da Fontoura e João Batista Lusardo, e os pôs a par dos planos. Lusardo partiu então para o Rio Grande do Sul e ali disse a seus colegas políticos que o golpe estava marcado para 15 de novembro e que Vargas queria um comportamento como se nada estivesse para acontecer.⁶⁵¹

⁶⁴⁶ MCCANN, 2009; p. 519.

⁶⁴⁷ Idem; p. 520.

⁶⁴⁸ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.48-49.

⁶⁴⁹ SILVA, Hélio. **1937: todos os golpes se parecem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970; p. 425-426.

⁶⁵⁰ MCCANN, op. cit.; p. 536.

⁶⁵¹ Idem ; p. 538-539.

Todavia, em 9 de novembro, na Câmara dos Deputados, João Carlos Machado, aliado de Flores da Cunha, leu para os deputados o apelo de Armando Sales aos militares para que resistissem ao golpe. No Senado, Paulo de Moraes Barros, sobrinho do presidente Prudente de Moraes, fez o mesmo. João Batista Lusardo, que retornara depressa de Porto Alegre, estava presente e testemunhou a cena na Câmara: “um ambiente revolucionário”, foi sua impressão. Lusardo, então, advertiu ao presidente que: “amanhã a nação estaria sabendo toda ela do grande movimento e da situação como está. Ou você dá o golpe hoje, ganha de mão, ou a revolução deles está na rua. Manda chamar o Dutra e o Góes. Tem que ser hoje”.⁶⁵²

3.1.1. A ditadura do Estado Novo e suas mudanças

No Brasil, a 10 de novembro de 1937, o Congresso foi fechado e, em seguida, promulgou-se a nova Constituição, destinada a conferir ordenamento jurídico ao Estado Novo. O golpe transcorreu sem incidentes, acolhido com entusiasmo por uns e silêncio da parte de outros.⁶⁵³ O gabinete, com exceção de um dissidente, o ministro da Agricultura, assinou a nova Constituição.⁶⁵⁴ A implantação da ditadura varguista transformou o anticomunismo num dos pilares de sustentação ideológica do Estado. As autoridades mantiveram vigilância cerrada sobre as ações dos comunistas ainda em liberdade e o combate propagandístico aos “vermelhos” foi uma preocupação constante. Paradoxalmente, durante o Estado Novo a propaganda anticomunista não foi tão vigorosa como no período imediatamente posterior ao levante, ou como na fase de preparação do golpe. Pode-se dizer que a afirmação do novo regime coincidiu com a consolidação do imaginário anticomunista na estrutura social brasileira, notadamente, entre as classes médias e superiores e,⁶⁵⁵ perceptível na diplomacia varguista, conforme pode ser observado na documentação. Apesar da radicalização do regime, Vargas manteve a condução da sua política externa e suas relações amistosas com o Uruguai. Afinal, precisava ficar de olhos abertos com seus opositores que se refugiaram em Montevideú.

A ideia de sanear e construir estava presente nos discursos de Vargas, bem como sua clara posição anticomunista. Para ele, o desenvolvimento e o progresso do Brasil deveriam ocorrer dentro da ordem, sem qualquer tipo de perturbação social. Para tanto, o

⁶⁵² Ibidem.

⁶⁵³ MOTTA, 2000; p. 280.

⁶⁵⁴ MCCANN, 2009; p. 541.

⁶⁵⁵ MOTTA, op. cit.; p. 284.

ditador precisou criar mecanismos para ter as classes trabalhadoras sob controle e também para “repelir todas as tentativas de infiltração demagógica, com que os pregoeiros de teorias exóticas levantam os falsos paraísos da felicidade social”.⁶⁵⁶

Para isso, o presidente contava com o apoio das Forças Armadas e das forças policiais. De acordo com suas próprias palavras, “Em 1930 eu fiz a revolução com os tenentes, em 1937 com os generais”.⁶⁵⁷ Como lembrou Boris Fausto, Getúlio Vargas foi o único civil a chefiar no Brasil um regime ditatorial,⁶⁵⁸ embora as Forças Armadas e, em particular, o Exército, tivessem papel decisivo na sua sustentação. Ele atendeu parte das seguidas reivindicações militares, sobretudo referentes ao reequipamento do Exército, mas muitas vezes recusou-as, em nome da austeridade financeira.⁶⁵⁹

Uma preocupação constante do Exército era com o péssimo estado de suas armas e equipamentos e as dificuldades para mobilizar e treinar soldados suficientes visando garantir forças armadas adequadas para defender o país contra inimigos internos e externos. Ao longo de boa parte da década de 1930, Góes Monteiro vinha incutindo em Vargas a necessidade premente de reformas básicas nas Forças Armadas. Como os ministros da Guerra e os chefes do Estado-Maior vinham ressaltando há tempo, o Brasil estava praticamente desarmado; sua frota e seu Exército possuíam talento humano e um conjunto completo de escolas, mas pouquíssimas armas e munições.⁶⁶⁰

Isso não era novidade, mas o cenário mundial em 1937 era excepcionalmente assustador. A Guerra Civil Espanhola indicou que o Brasil tivera sorte de não ter atraído a intervenção estrangeira, em 1932, mas provavelmente essa sorte não se repetiria. O envolvimento da URSS no fiasco de 1935 despertou temor de que os soviéticos viessem a tentar novamente se tivessem a chance, e a Alemanha nazista já demonstrara demasiada atenção às condições das comunidades germânicas no Sul do Brasil. A Argentina acabara de revelar-se uma “falsa amiga” no caso dos destroieres. Velhos temores de perder recursos naturais riquíssimos, inexplorados e, muitos deles, desconhecidos, provocavam pesadelos nos

⁶⁵⁶ VARGAS, Getúlio. **O Estado Novo e suas realizações**. Rio de Janeiro, abril de 1938; p.26.

⁶⁵⁷ MCCANN, 2009; p. 544.

⁶⁵⁸ Boris Fausto destaca que em torno da personalidade de Getúlio Vargas e de sua ação política, ergueram-se um culto e uma repulsa. O culto foi tecido com a imagem do homem que esteve à frente das transformações econômicas e sociais, como um nacionalista que resistiu aos trustes estrangeiros, como o primeiro estadista a vir em socorro dos “humildes”, implantando no país uma legislação trabalhista. A repulsa batia em teclas pessoais- a frieza, o caráter dissimulado- e em traços negativos do homem público, entre eles o autoritarismo, que atingiu sua forma plena no Estado Novo, e a manipulação assistencialista dos trabalhadores. In: FAUSTO, 2006; p.12-13.

⁶⁵⁹ Ibid; p.89.

⁶⁶⁰ MCCANN, op. cit.; p. 526.

oficiais brasileiros e nos políticos bem informados. Em outras palavras, o Brasil tinha condições de armar-se e era imperativo fazê-lo. Vargas, Dutra, Góes e Aranha concordavam que o Brasil tinha de modernizar suas Forças Armadas. Um Exército moderno manteria o país unido contra as forças centrífugas do regionalismo e o defenderia dos inimigos externos.⁶⁶¹

Os movimentos políticos de Vargas culminados no Estado Novo não era novidade para os círculos políticos e diplomáticos uruguaios. *El País*, de 8 de outubro de 1937, por exemplo, advertia em um de seus artigos que “*Se está gestando en Brasil-fríamente- la implantación de una dictadura militar*”. *Un ataque a las instituciones*”.⁶⁶² Dias depois, em 19 de outubro, *El Diálogo* estampava em sua capa: “*En el tren internacional llegó esta mañana a Montevideo el General José A. Flores Da Cunha*.”⁶⁶³ Um dos principais opositores de Vargas, Flores da Cunha, exilado, instalara-se em Montevidéu. Desde sua passagem por Rivera, era observado atentamente pela diplomacia uruguaia.⁶⁶⁴

Como forma de atingir o governo de Gabriel Terra, parceiro político do governo varguista, *El País*, jornal uruguaio vinculado aos opositores nacionalistas independentes, atacava e condenava o Estado Novo varguista.

*[...]Sirviéndose del Integralismo, de un grupo de militares reaccionarios y de las ambiciones continuistas de Getulio Vargas, procuró empujar al gobierno del Brasil hacia una dictadura totalitaria. Y basándose en un documento que atribuyó al Komintern, y que altas figuras políticas y militares- como el general Manoel Rabelo, el general Flores da Cunha, gobernador del Estado de Rio Grande del Sur, el diputado Waldemar Ferreira, presidente de la Comisión de Justicia de la Cámara de los Diputados y el diputado Arturo Bernardes, ex presidente de la República- denuncian como una grosera falsificación, el gobierno impone a la nación un nuevo estado de guerra. Bajo el pretexto de combatir, no ya ‘a los extremistas’, sino, solamente, ‘al comunismo’, cesa, prácticamente, la campaña de cuestión presidencial.*⁶⁶⁵

⁶⁶¹ MCCANN, 2009; p. 527.

⁶⁶² *El País*, Montevideo, 8.10.1937, anexo a Lucílio da Cunha BUENO, embaixador brasileiro no Uruguai, para chanceler Mário de PIMENTEL BRANDÃO, Montevidéu, of. n° 214, 22.10.1937. In: AHI, RJ.

⁶⁶³ *El Diálogo*, Montevideo, 19.10.1937, anexo a Idem, Ibid.

⁶⁶⁴ Garibaldi BATELLO, cônsul uruguaio em Rivera, para o chanceler José ESPALTER, Montevidéu, telegrama, 18.10.1937. In: Política del Brasil. Informaciones-1937. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta No. 231; AMREU.

⁶⁶⁵ *El País*, Montevideo, 8.11.1937, anexo a BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevidéu, of. n° 223, 9.11.1937. Os Exilados brasileiros aos homens livres da América. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

Figura 6 - A chegada de Flores da Cunha a Montevideú, em outubro de 1937.



Fonte: (*El Diario*, 19/10/1937).⁶⁶⁶

Não tardaria para um dos aliados políticos de Vargas desembarcar na capital uruguaia. No mês seguinte, João Batista Lusardo era designado ao posto de novo embaixador brasileiro em Montevideú para seguir os passos de Flores da Cunha. Em nota emitida ao chanceler uruguaio, em 4 de janeiro de 1938, Lusardo oficializava o pedido de vigilância policial ao político gaúcho Flores da Cunha. Essa assistência política e policial num momento em que o Brasil se encontrava sob “estado de emergência”, conforme enfatizava o embaixador brasileiro, era necessário para prevenir ações futuras e conspiratórias dos opositores de Vargas residentes na capital uruguaia. O governo brasileiro jurava tratamento de reciprocidade caso necessário.

⁶⁶⁶ *El Diario*, Montevideo, 19.10.1937, anexo a BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, of. nº 214, 22.10.1937; In: AHI, RJ.

Dias depois, em encontro com o presidente Vargas em Uruguaiana, Lusardo confirmava o apoio do governo terrista.⁶⁶⁷ No entanto, isso não impediu que Flores da Cunha continuasse agindo e organizando uma possível revolta. Em 21 de fevereiro, ao saber de um encontro do político brasileiro com seu irmão Francisco Flores da Cunha, em Rivera, cidade fronteiriça com Santana do Livramento, o diplomata brasileiro encaminhou uma outra nota a José Espalter cobrando medidas mais duras como a prisão do exilado brasileiro.⁶⁶⁸ Dias depois após o ocorrido, o presidente Terra decretou, por meio do Ministério do Interior, algumas medidas mais duras de patrulha e vigia da residência do exilado brasileiro, bem como o impediu de se retirar da capital uruguaia sem avisar as autoridades locais.⁶⁶⁹ Essas medidas eram reflexos das cobranças do presidente brasileiro.

Mesmo exilado em Montevideu, Flores da Cunha empreendia campanhas contra o governo de Getúlio Vargas. Em janeiro de 1939 foi responsável por um artigo publicado em português intitulado “Panorama financeiro e econômico do Brasil” no jornal nacionalista *El País* com diversas críticas ao Estado Novo. Apesar de Flores da Cunha não ter assinado o artigo, Lusardo descobriu que a autoria era dele. O opositor de Vargas mantinha relações próximas com ex-senador Rodriguez Larreta e seu cunhado e ex-embaixador em Buenos Aires, Leonel Aguirre, ambos dirigentes do *El País*. No entanto, segundo Lusardo, a sua ligação com o blanco Luís Alberto de Herrera era ainda mais forte. Flores da Cunha não teria publicado a matéria crítica ao governo brasileiro no jornal de Herrera, *El Debate*, pois ficaria evidente a sua autoria.⁶⁷⁰

O trabalho de João Batista Lusardo, entretanto, não se limitou a vigiar os opositores de Vargas. Ele foi responsável por uma maior aproximação político-cultural entre Brasil e Uruguai durante os anos que permaneceu à frente da embaixada. Foi, portanto, um dos principais responsáveis pelas relações amistosas com o país platino. A deflagração da II Guerra e a maior presença dos Estados Unidos em Montevideu trouxeram maiores desafios para Lusardo que buscava manter o *status* privilegiado do Brasil de escudo protetor do governo uruguaio frente às rivalidades do país com seu vizinho argentino.

⁶⁶⁷ João Batista LUSARDO, embaixador brasileiro no Uruguai, para o chanceler uruguaio José ESPALTER, Montevideu, nota nº 2, 4.01.1938. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁶⁶⁸ LUSARDO para ESPALTER, Montevideu, nota nº 22, 21.02.1938. In: *Ibid*.

⁶⁶⁹ Del Ministerio de Relaciones Exteriores y del Ministerio del Interior a la Embajada Brasileña, Montevideo, nota, 24.02.1938. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁶⁷⁰ LUSARDO para o chanceler Oswaldo ARANHA, Montevideu, of. nº 06, 17.01.1939. Campanha contra o Brasil por brasileiros. In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

Figura 7 - Recepção do Presidente Gabriel Terra ao novo embaixador brasileiro em Montevideú, João Batista Lusardo, em dezembro de 1937.



Fonte: (*El Pueblo*, 24/12/1937).⁶⁷¹

No plano das relações com as grandes potências, o jogo neutralista adotado tanto pelo governo brasileiro quanto pelo governo uruguaio até o início da Segunda Guerra Mundial seria cada vez mais ultrapassado pela necessidade de tomar uma opção clara diante das forças em confronto. No Brasil, essa polarização era visível na composição do governo varguista. De um lado, os neutralistas germanófilos, personificados em figuras como Filinto Müller, Góes Monteiro e Dutra, embora os militares fossem mais pragmáticos, dependendo de qual país oferecesse melhores condições para a compra de armamentos; de outro, os americanófilos, cujo nome mais ostensivo era o de Oswaldo Aranha, apoiado por figuras como Sousa Costa e Ernâni Amaral Peixoto, genro de Getúlio, casado com sua filha Alzira, e interventor no estado do Rio de Janeiro.⁶⁷²

⁶⁷¹ *El Pueblo*, Montevideo, 24.12.1937, anexo a Carlos Maximiano de FIGUEIREDO, conselheiro da embaixada brasileira em Montevideú, ao chanceler PIMENTEL BRANDÃO, of. nº 240, 16.12.1937. Chegada do Embaixador J.B. Lusardo ao Uruguai. In: *Ofícios*. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁶⁷² FAUSTO, 2006; p.96-97.

A partir da segunda metade da década de 1930, as negociações diplomáticas e as afinidades políticas entre os governos brasileiro e alemão haviam aproximado os dois países. O governo do III Reich e seu corpo diplomático estavam passando por mudanças, que se consolidaram entre 1937 e 1938. Houve uma alteração conjuntural que ajudou a moldar o contexto e o rumo das tratativas diplomáticas alemãs com outros países, inclusive com o Brasil. Ambos os governos procuravam obter um consenso interno para desenvolver a política externa, visando a integrar as massas e a superar as ideologias antagônicas e as lutas partidárias, isto é, a política interna influenciou as decisões da política externa.⁶⁷³ No caso da Alemanha, nos primeiros anos do III Reich (1933-1937) estruturou-se a política interna, a qual, aos poucos, foi mudando o rumo da política externa.

Nessa conjuntura, Getúlio tinha um plano de governo a ser posto em prática - desenvolvimento econômico, intervencionismo estatal e industrialização;⁶⁷⁴ tinha um plano político- a ditadura, entendida por ele como trégua social para possibilitar a expansão do país-; e tinha um inimigo objetivo a quem atribuir a responsabilidade pelas medidas excepcionais que propunha - o comunismo.⁶⁷⁵ Na política externa, Vargas manteve algumas de suas diretrizes. Cabe lembrar que o presidente brasileiro fez uso, diversas vezes, da diplomacia presidencial para fazer prevalecer os seus interesses.⁶⁷⁶ Com a eclosão da II Guerra Mundial, sua política sofreu alguns redirecionamentos.

Na visão de Getúlio Vargas, a identidade internacional do Brasil era pacífica, mantendo boa harmonia com todo os povos. Da mesma forma que o país não se intrometia em questões internas de outros Estados, declarava Vargas, não admitiria intromissões externas em questões políticas no território brasileiro. Apesar de seu caráter pacífico, o chefe de Estado poderia recorrer às medidas excepcionais para afastar os perigos das tradições sociais brasileiras. Na prática, era um ataque direto ao comunismo.⁶⁷⁷ O governante brasileiro destacou, sobretudo, o caráter regional de sua política externa:

⁶⁷³ MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996, p. 370.

⁶⁷⁴ Para desenvolver seu projeto econômico, Vargas suspendeu a dívida externa. Em publicação oficial, o presidente brasileiro buscou justificar tal medida. Segundo ele, a baixa dos preços do café, a redução das exportações brasileiras e a falta de reservas cambiais eram as principais causas de tal ato. Defendia que o rápido reajuste da economia, em especial o aumento do comércio exterior, permitiria a retomada do pagamento da dívida externa. In: VARGAS, 1938; p.91.

⁶⁷⁵ D'ARAÚJO, 2000; p.23.

⁶⁷⁶ Para Sérgio Danese, diplomacia presidencial é: “(...) a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições ex officio, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de Estado e/ou pelo chefe de governo”. In: DANESE, Sérgio França. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 1ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p.51.

⁶⁷⁷ VARGAS, 1938; p.87-88.

Com os países americanos, particularmente, continuamos a praticar uma política de franca e crescente aproximação. Desejamos ampliar cada vez mais, as relações de boa vizinhança, dando-lhes um caráter de verdadeira solidariedade continental, e transportando-as mesmo para o terreno da cooperação econômica, através de convenções que compreendam desde as tarifas aduaneiras aos entrepostos comerciais de utilização comum e facilidade de crédito bancário. [...] Além do mais, constituem edificante exemplo de solidariedade continental e mostram como é possível emprestar bases geográficas e econômicas aos ideais de confraternização americana.⁶⁷⁸

Para além do idealismo presente nesse discurso, havia interesses geoestratégicos e econômicos em sua política externa voltada para a região. Houve efetivamente uma maior aproximação brasileira em relação aos Estados Unidos e Uruguai face à disputa hegemônica com Argentina. O início da II Guerra radicalizou essas afinidades e rivalidades. Em linhas gerais, entende-se que o Brasil buscou obter vantagens econômicas e políticas no contexto de disputa da hegemonia entre EUA e Alemanha e, com isso, ampliar sua inserção e relevância internacional e regional. No Prata, Vargas buscou manter sua política de disputa hegemônica que vinha sendo adotada desde 1930, no entanto, não contava com interferências e impactos tão decisivos e incisivos do conflito mundial.

Para Alzira Vargas, a política para o Rio da Prata do governo Vargas gerava bons resultados. Nas palavras da filha do presidente, que também era auxiliar do gabinete da Presidência da República:

No dia 9 de janeiro de 1938, um grande sonho dos habitantes das regiões fronteiriças, tanto do Brasil como da Argentina, ia começar a se tornar realidade. Seria lançada a pedra fundamental da primeira ponte sobre o rio Uruguai, ligando duas cidades: Uruguai e Paso de los Libres. Ainda eram os chefes dos respectivos governos Getúlio Vargas e Agustín Pedro Justo. A política do Rio da Prata, iniciada em 1935 por dois homens de visão, continuava a dar seus frutos. Outras pontes foram iniciadas depois: a ponte sobre o rio Jaguarão, ligando o Brasil ao Uruguai, a ponte ferroviária ligando o Brasil à Bolívia. Todas elas começaram ou impulsionadas pelo malsinado Estado Novo.⁶⁷⁹

Pra conduzir a política externa do Estado Novo, Vargas contou com Mário de Pimentel Brandão (1936-1938), Oswaldo Aranha (1938-1944) e Pedro Leão Veloso (1945-1946).⁶⁸⁰ Do mesmo modo, a condução de sua política voltada para o Prata, em especial para

⁶⁷⁸ Ibid; p.88.

⁶⁷⁹ VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetivo, 2017; p.266.

⁶⁸⁰ No período em que Oswaldo Aranha estava à frente do Itamaraty (1938-1944) houve alguns breves momentos que outros diplomatas assumiram a pasta de forma interina, como Cyro de Freitas Vale (01/1939-03/1939); Maurício Nabuco (01/1940-02/1940; 04/1941-05/1941; 11/1941). No ano de 1945 também aconteceram mudanças constantes na chefia da pasta. Isso, em grande medida, por conta do desfecho da II Guerra Mundial que contava com a participação brasileira em uma série de conferências para se pensar o mundo pós-guerra. Com o fim do Estado Novo e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o novo presidente nomeou

o Uruguai, Vargas confiou a embaixada em Montevidéu a João Batista Lusardo, que assumiu a embaixada na capital uruguaia após cinco anos de gestão de Lucílio da Cunha Bueno, e ali permaneceu durante todo o Estado Novo. Dessa maneira, Lusardo teve papel crucial na cooperação empreendida pelos governos brasileiro e uruguaio.⁶⁸¹

Enquanto Batista Lusardo permaneceu todo o Estado Novo em Montevidéu, o Uruguai teve dois embaixadores no Rio de Janeiro: Juan Carlos Blanco (1933-1941) e César Gutiérrez (1941-1946). Nesse período estiveram à frente do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai: José Espalter (1935-1938), Alberto Guani (1938-1943), José Serrato (1943-1945) e Eduardo Rodríguez Larreta (1945-1947). Por outro lado, na Argentina, enquanto o Uruguai teve um único embaixador durante um longo período, Eugenio Martínez Thedy (1934-1948), o Brasil teve pelo menos sete embaixadores em Buenos Aires durante o Estado Novo. Foram eles: José Bonifácio de Andrada e Silva (1933-1937), João Alberto Lins de Barro (1937-1938), Luiz Guimarães Filho (1938), José de Paula Rodrigues Alves (1938-1944), Paulo Demôro (1944), Décio Martins Coimbra (1945) e João Batista Lusardo (1945-1947). Essas mudanças constantes de representantes diplomáticos brasileiros na capital argentina evidenciava a situação política conturbada do país.

Do outro lado do Prata, em 31 de outubro, João Alberto Lins de Barro chegava a Buenos Aires para ocupar seu cargo de interino na embaixada brasileira daquela cidade. Lins de Barro sucedia a José Bonifácio de Andrada e Silva, há quatro anos no posto.⁶⁸² No momento em que apresentava as suas credenciais ao chanceler argentino, o novo representante brasileiro solicitava a prisão de exilados brasileiros com certa emergência. Seu pedido foi atendido com “todas as facilidades”. No dia 04 de novembro, estava prevista a chegada do deputado Café Filho à capital argentina, que seria imediatamente preso pelas forças policiais argentinas. Na verdade, a partir de sua conversa com o ministro Saavedra Lamas, surgiu a elaboração de um projeto de prevenção e repressão do comunismo, com caráter de urgência, entre Brasil e Argentina, que poderia ser do interesse de ambos governos

João Neves da Fontoura para o Itamaraty. Cf. Apêndice B- Tabela dos ministros das relações exteriores (Brasil e Uruguai).

⁶⁸¹ João Batista Lusardo nasceu em Salto, distrito de Uruguaiana (RS), em 1892. A família Lusardo exercia atividades ligadas ao comércio na região fronteiriça com o Uruguai. Com a ascensão de Vargas ao poder, foi convidado a assumir a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição a Bertoldo Klinger, que a ocupou durante o governo da junta provisória. Exonerou-se do cargo em 1932 para engajar-se no movimento constitucionalista, fato que lhe custou algumas represálias de Vargas como o exílio. Com a anistia decretada por Vargas em janeiro de 1934, os exilados retornaram ao Brasil. Aos poucos, reaproximou de Vargas. Em 1937 foi nomeado embaixador em Montevidéu, onde permaneceu até meados de 1945, com a queda de Vargas.

⁶⁸² Naquela ocasião, José Bonifácio de Andrada e Silva foi transferido para a embaixada brasileira na Santa Sé.

instaurados,⁶⁸³ sobretudo, de Getúlio Vargas, que preparava o golpe de estado que daria início ao Estado Novo. Na prática, tratava-se de um instrumento de cooperação bilateral de perseguição à oposição política de seus respectivos governos, reduzidos a “comunistas”.⁶⁸⁴

Dias depois, os acontecimentos políticos do Brasil repercutiriam nas primeiras páginas dos principais jornais portenhos. O representante brasileiro destacava que a opinião pública argentina, segundo os jornais, se dividia de acordo com as tendências dos partidos e agremiações. Aqueles que criticavam as medidas adotadas por Vargas, de acordo com Lins de Barro, estavam influenciados pelos exilados brasileiros, em Montevideú e em Buenos Aires, respectivamente, Flores da Cunha e Café Filho, que disseminavam “boatos” por estações radiotelegráficas uruguaias. Não por acaso, o governo brasileiro, com o apoio argentino, conseguiu com que Café Filho fosse encaminhado para o interior do país, em Córdoba, onde era vigiado por forças policiais.⁶⁸⁵

Ainda assim, para Lins de Barro, a repercussão do novo regime e da nova constituição brasileira em Buenos Aires era “sensacional”. Segundo ele:

Já agora, os jornaes, melhor informados, abrem as suas columnas editoraes para comentar doutrinariamente as idéas esposadas pela nova Carta Constitucional, procurando, como é natural, evitar que as mesmas influam no scenario politico argentino também muito trabalhado pelas dissensões partidárias e, o que é mais serio, pela grave e indisfarçável penetração da propaganda comunista.⁶⁸⁶

La Prensa, por exemplo, considerava o comunismo uma permanente ameaça para a manutenção do regime republicano de governo e até mesmo para as garantias das liberdades individuais, das soberanias do povo e do Estado que o representa. Segundo o jornal argentino, “cada qual cuide de sua própria casa” e conclui dizendo que “a diversidade de sistemas políticos não constitue obstáculo para a manutenção de boas relações internacionais”. Por outro lado, *La Nación*, destacava que o governo norte-americano se manteria alheio à nova situação brasileira.⁶⁸⁷ Na realidade, enquanto o governo italiano acompanhava os acontecimentos políticos no Brasil com certa simpatia, o governo de

⁶⁸³ João Alberto Lins de BARRO, embaixador brasileiro na Argentina, para PIMENTEL BRANDÃO, Buenos Aires, of. nº 599, 3.11.1937. Projeto de convenção de prevenção e repressão do terrorismo. In: *Ofícios*. Nov-Dez/1937; AHI, RJ, 10/1/2.

⁶⁸⁴ Idem, Buenos Aires, of. nº 624, 22.11.1937. Comunismo na Argentina. Proibição da circulação de escritos de sua propaganda. In: *Ibid.*

⁶⁸⁵ Idem, Buenos Aires, of. nº 610, 11.11.1937. Acontecimentos políticos no Brasil. Primeiras Impressões. In: *Ibid.*

⁶⁸⁶ *Ibidem.*

⁶⁸⁷ BARRO para PIMENTEL BRANDÃO, Buenos Aires, of. nº 611, 12.11.1937. Acontecimentos políticos no Brasil. Sua repercussão. In: *Ibid.*

Washington temia que a experiência ditatorial brasileira servisse como inspiração no continente.⁶⁸⁸

No dia 12 de novembro, quando João Alberto Lins de Barro entregou um Memorando ao governo argentino, Carlos Saavedra Lamas reafirmou seu propósito de colaboração com o governo brasileiro na repressão do extremismo.⁶⁸⁹ Entretanto, essas relações não seguiriam tão cordiais no governo de Roberto Ortiz e Ramón Castillo, que tomariam posse em 20 de fevereiro de 1938.⁶⁹⁰ Sobretudo, após as novas aquisições de materiais bélicos para as Forças Armadas da Argentina.

Em fins de dezembro de 1937, Lins de Barro reportou ao governo brasileiro da incorporação de três possantes aviões de bombardeio, Gleen Martin, à Armada, precedentes de Nova York e despachados para a base aeronaval de Punta Indio. Dias depois, chegaram ao porto de Buenos Aires mais dez aviões de instrução para as forças aéreas do Exército argentino, tipo N.A.16.4.P, metálicos, com motor Wright Whirlwind, de 420 C.V a 2.200 revoluções por minuto, do nível do mar até 450 metros de altura e 460 C.V a 2.250 revoluções por minuto para a decolagem, hélice do tipo Hamilton, carga útil de 620 kg, dimensões de 12,8 m de envergadura e 8,34 m de comprimento, 2,73 m de altura e superfície total de 23 m². Os aviões eram equipados com aparelhamento moderno para voar a grande altura, instrumental para voos cegos e grandes cruzeiros, sinalização, instalações de rádio, armados com metralhadoras e dispositivos de suspensão para bombas de diferentes calibres e máquinas fotográficas. E o mais temível pelo embaixador brasileiro, também presente na documentação diplomática uruguaia, ainda eram esperados mais 20 desses aparelhos; era o chamado “espírito militar argentino”.⁶⁹¹

Nesse cenário, os receios do Estado-Maior acerca das fraquezas militares do Brasil haviam aumentado com a notícia de que o Chile estava reequipando seu Exército e a Argentina estava melhorando seu armamento, expandindo sua indústria bélica e desenvolvendo amplamente suas capacidades militares.⁶⁹² Não por acaso, o acordo político-militar que alicerçou o Estado Novo requeria, no curto prazo, o rearmamento e a

⁶⁸⁸ Idem, Buenos Aires, of. nº 618, 16.11.1937. Acontecimentos políticos no Brasil. Apreciações locais e de outros países. In: Ofícios. Nov-Dez/1937; AHI, RJ; 10/1/2.

⁶⁸⁹ Idem, Buenos Aires, of. nº 612, 12.11.1937. Acontecimentos políticos no Brasil. Memorando ao Governo argentino. In: Ibid.

⁶⁹⁰ Idem, Buenos Aires, of. nº 633, 30.11.1937. Mês político. Relatório no 7. In: Ibid.

⁶⁹¹ Idem, Buenos Aires, of. nº 670, 31.12.1937. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no 8. In: Ibid.

⁶⁹² MCCANN, 2009; p. 545.

reorganização das Forças Armadas, e no longo prazo a industrialização baseada na siderurgia.⁶⁹³

No campo econômico, diferentemente das relações comerciais brasileiro-uruguaias, as trocas comerciais entre Brasil e Argentina eram intensas. Em final de novembro, o diplomata brasileiro destacou certo crescimento na balança comercial entre os países. Segundo ele, a Argentina tinha importado do Brasil, em 1934, mercadorias no valor de 49.683.833 pesos; em 1935, mercadorias no valor de 55.857.320 pesos; em 1936, 55.873.201 pesos e nos primeiros nove meses de 1937 já alcançava as cifras de 42.550.000 pesos. Por outro lado, a exportação para o Brasil foi em 1934, de 61.173.187 pesos; em 1935, de 75.668.171; em 1936, de 103.929.958; e nos nove primeiros meses de 1937 já alcançava 101.019.000 pesos. Isso significava que o balanço de saldos favoráveis pertencia à Argentina. Os principais produtos brasileiros importados pela Argentina eram erva-mate, arroz com casca, laranjas, café em grão, bananas, tabaco e madeiras. Por sua vez, os principais produtos argentinos exportados para o Brasil eram trigo em grão, farinha de trigo, linho, milho, peras, uvas, pêssegos, maçãs, gasolina e querosene.⁶⁹⁴

A Argentina se configurava cada vez mais como importante parceiro comercial, escoadouro natural para os produtos agrícolas e manufaturas do Brasil. Em 1939, o país portenho comprara do vizinho mercadorias no valor de 71,7 milhões de pesos, o equivalente a 6% de suas importações, e lhe vendera cerca de 60,6 milhões de pesos, ou seja, destinara-lhe 4,3% de suas exportações, segundo o governo de Buenos Aires. O Brasil queria, entretanto, vender-lhe ainda mais, sobretudo tecidos de algodão, em virtude, principalmente, de que a eclosão da guerra lhe fechara os mercados europeus.⁶⁹⁵

A Argentina, que vendia anualmente ao Brasil cerca de um milhão de toneladas de trigo, respondia por mais de 90% de suas necessidades daquele cereal. Por sua vez, o Brasil destinara, em 1942, cerca de 13% de suas exportações à Argentina, que já era o seu terceiro maior fornecedor e se tornava assim o seu terceiro maior cliente, abaixo apenas dos EUA e da Grã-Bretanha, comprando-lhe cada vez mais, além de tecidos de algodão e rayon, diversas outras manufaturas. Os convênios comerciais, que acompanharam o Tratado de

⁶⁹³ Ibid; p. 547.

⁶⁹⁴ BARRO para PIMENTEL BRANDÃO, Buenos Aires, of nº 631, 30.11.1937. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório nº 7. In: Ofícios. Nov-Dez/1937; AHI, RJ; 10/1/2.

⁶⁹⁵ BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos**: Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul. 1870-2003. Rio de Janeiro: Revan; 2003; p.198.

1941, contribuíram para que o Brasil, em 1944, já suplantasse a Grã-Bretanha como fornecedor de manufaturas à Argentina.⁶⁹⁶

Em Montevideú, ao substituir Lucílio da Cunha Bueno, acusado de manter contato com Flores da Cunha, João Batista Lusardo tinha um objetivo muito claro de vigiar e combater as ações políticas de Flores da Cunha e demais opositores.⁶⁹⁷ Assim, ao se aproximar de Gabriel Terra, Lusardo conseguiu com que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para o político gaúcho e, organizou um dispositivo legal para vigiá-lo, tal como a embaixada brasileira em Buenos Aires tinha solicitado ao governo argentino.

Inicialmente prevista para durar apenas o período necessário para obstruir as atividades políticas de Flores da Cunha, a estadia de Lusardo na capital uruguaia se prolongou até outubro de 1945, com a deposição de Getúlio Vargas. Sendo o diplomata brasileiro que mais tempo permaneceu em Montevideú, ele conquistou notoriedade nos ambientes políticos, sociais e culturais do país. Nesse sentido, Batista Lusardo foi figura central da política varguista para o Uruguai.

Além da assinatura de acordos e do incremento do comércio bilateral, Lusardo encabeçou os esforços do Itamaraty para tornar o Brasil mais presente no vizinho meridional, pela inauguração de linhas regulares de trem e de avião entre os países. Do ponto de vista político, a embaixada brasileira gozou de sensível êxito junto aos governos uruguaio do período, conseguindo desde a colaboração da polícia local na vigilância de opositores até a obtenção de informações sigilosas a respeito da Argentina, cuja influência política na região preocupava tanto o governo brasileiro quanto o governo uruguaio.⁶⁹⁸ Assim, antes mesmo da Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, o Brasil consolidara o apoio do Uruguai à sua

⁶⁹⁶ Ibid; p.208-209.

⁶⁹⁷ SVARTMAN, 1999, p 65.

⁶⁹⁸ Em vários momentos, principalmente após o golpe militar de junho de 1943, a Argentina passou a apoiar a oposição herrerista no Uruguai, o que tornou ainda mais íntima a colaboração dos governos uruguaio e brasileiro.

política para o Prata, de forma que Lusardo indicou Alberto Guani,⁶⁹⁹ chanceler uruguaio, para assessorar Oswaldo Aranha nos trabalhos dessa conferência.⁷⁰⁰

A situação econômico-financeira do Uruguai em março de 1938 despertava apreensão do embaixador brasileiro. João Batista Lusardo se declarava incapaz de fazer um prognóstico das eleições presidenciais a serem realizadas no final de março daquele ano que colocava em oposição dois candidatos terristas.⁷⁰¹ Essa escolha do sucessor de Gabriel Terra seria crucial para a resolução do problema econômico apontado acima. No mês seguinte, o embaixador brasileiro destacou que o Uruguai foi atingido pela crise econômica da Argentina e o peso uruguaio desvalorizou cerca de 30%.⁷⁰² No entanto, com as vendas de lã ao exterior a partir de abril⁷⁰³ e com as compras inglesas de carnes enlatadas a partir de maio⁷⁰⁴ o país começou a reagir economicamente.

No campo comercial, ainda que não fosse um ponto forte das relações bilaterais, havia esforços de ambos governos no sentido de facilitar as relações comerciais.⁷⁰⁵ Em março de 1938, Lusardo, a pedido da empresa “Molinos y Fideerías del Este S.A”, solicitava ao seu chanceler que a Alfândega de Jaguarão autorizasse a entrada em território brasileiro de 10.000 toneladas de trigo uruguaio. Segundo o embaixador brasileiro, a construção da ponte sobre o Rio Jaguarão e a cobrança de um frete “insignificante” pela administração uruguaia da estrada de ferro tinham intensificado os intercâmbios comerciais naquela zona

⁶⁹⁹ Alberto Guani teve uma longa e prestigiosa carreira diplomática em diversos países e tornou-se o vice-presidente do Uruguai em 1943, em grande parte pela sua atuação diplomática nas Conferências Internacionais. Começou sua carreira diplomática em 1911 como ministro plenipotenciário no Império Austro-Húngaro e Suíça, e depois passou pela Bélgica, Holanda e França. Em 1927 representou a delegação uruguaia na Sociedade das Nações, tornando-se presidente da Assembleia e do Conselho deste órgão internacional. Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, serviu na Grã-Bretanha, entre 1936 e 1938. Com a ascensão de Alfredo Baldomir à presidência, assume a chancelaria uruguaia (1938-1943). E como chanceler, tem uma atuação intensa nos foros interamericanos e uma inclinação pró-aliada. Pela sua destacada atuação diplomática, nas eleições de 1942, contribuiu para a vitória da chapa Amézaga-Guani, tornando-se vice-presidente do Uruguai entre 1943 e 1947.

⁷⁰⁰ SVARTMAN, 1999; p. 65.

⁷⁰¹ LUSARDO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideu, of. n° 2, 4.03.1938. Mês político (Fevereiro). In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁰² LUSARDO para o chanceler Oswaldo ARANHA, Montevideu, of. n° 3, 1.04.1938. Mês econômico-financeiro-comercial (Março). In: *Ibid*.

⁷⁰³ *Idem*, Montevideu, of. n° 4, 7.05.1938. Mês econômico-financeiro-comercial (Abril). In: *Ibid*.

⁷⁰⁴ *Idem*, Montevideu, of. n° 5, 6.06.1938. Mês econômico-financeiro-comercial (Maio). In: *Ibid*.

⁷⁰⁵ Reflexo disso foi a revitalização da Câmara de Comércio uruguaio-brasileira com o objetivo de fomentar o intercâmbio comercial entre os países. Diversas medidas foram adotadas para o fortalecimento desse órgão como mudança de sede com maior espaço e prestígio e o aumento dos seus servidores e de suas remunerações. In: LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 46, 6.05.1938. Câmara de Comércio uruguaio-brasileira. In: *Ibid*.

fronteira.⁷⁰⁶ Dias depois, a empresa brasileira Robaina & Cia fazia solicitação semelhante ao diplomata para importar cebolas uruguaias.⁷⁰⁷

Tabela 9 - Principais parceiros comerciais do Uruguai (Exportações e Importações- 1936-1938).

Principais parceiros comerciais do Uruguai: Exportações e Importações (1936-1938)						
Países	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
	1936 (12 meses) %	1937 (12 meses) %	1938 (10 meses) %	1936 (12 meses) %	1937 (12 meses) %	1938 (10 meses) %
Reino Unido	26	24	27	18	17	20
Estados Unidos	16	14	4	13	14	13
Alemanha	11	13	22	9	11	16
Japão	7	10	2	5	5	5
Itália	4	5	4	3	4	4
Argentina	11	10	10	--	--	--
França	6	5	7	--	--	--
Brasil	--	--	--	8	7	8
Holanda	--	--	--	12	9	5
Bélgica	--	--	--	5	5	3

Fonte: (NAHUM, 1999; p.71-72.)⁷⁰⁸

A atuação do Itamaraty frente a questões econômicas, especialmente na formulação de acordos comerciais com o Uruguai, constitui-se em um assunto recorrente na documentação diplomática analisada. Ao longo desses anos, triunfou entre os diplomatas brasileiros uma visão afirmativa da vocação agroexportadora brasileira. O mesmo pode ser dito para os diplomatas uruguaios.

⁷⁰⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 23, 19.03.1938. Exportação de trigo uruguaio por Jaguarão. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁰⁷ Idem, Montevideu, of. n° 30, 30.03.1938. Relações comerciais Brasil-Uruguay, via Jaguarão. In: Ibid.

⁷⁰⁸ Dados oficiais. In: Telegrama no. 518, 20.02.1939. Informe económico sobre el año 1938. Millington Drake a Vizconde Halifax. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999; p.71-72.

Tabela 10 - Comércio Exterior do Uruguai: principais produtos de exportação (1936-1938).

Comércio Exterior do Uruguai (1936-1938): principais produtos de exportação						
PRODUTOS	1936 (12 meses) em pesos uruguaios	%	1937 (12 meses) em pesos uruguaios	%	1938 (11 meses) em pesos uruguaios	%
Carne	16.043.751	18	19.579.278	20	19.686.042	23
Lã	41.999.359	47	45.434.835	46	6.304.292	43
Couro	10.548.054	12	13.508.368	14	9.717.172	11
Diversos	3.778.770	3	1.500.000	5	5.131.430	6
Produtos animais	78.369.934	80	83.344.072	85	70.838.936	83
Produtos agrícolas	12.642.902	14	9.806.050	10	9.177.109	11
Produtos minerais	4.467.625	5	2.335.111	2	2.278.857	3
Diversos	819.174	1	3.291.994	3	2.611.672	3
Total de Exportações	90.299.635	100	98.777.227	100	84.906.664	100
Total de Importações	65.934.630	73	80.393.105	81	69.152.004	81
Balança comercial	24.365.005	27	18.384.122	19	15.754.660	19

Fonte: (NAHUM, 1999; p.70-71.)⁷⁰⁹

No campo cultural, a cooperação cultural e intelectual travada entre os dois países gerava resultados satisfatórios para ambos os governos. Professores e intelectuais brasileiros e uruguaios visitavam as respectivas capitais para oferecer cursos e palestras sobre os seus países. Miguel Osório de Almeida e José Philadelpho Barros e Azevedo são exemplos de cientistas brasileiros que visitaram Montevideu em diversas ocasiões para conferências e demais eventos.⁷¹⁰ Em outubro, por exemplo, o médico e o jurista estiveram na capital uruguaia para entregar o busto de Oswaldo Cruz à Faculdade de Medicina daquela capital.⁷¹¹

⁷⁰⁹ Ibid; p.70-71.

⁷¹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 22, 18.03.1938. Missão Cultural Brasileira ao Uruguai. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷¹¹ Idem; Montevideu, of. n° 195, 26.10.1938. Missão de intercambio intelectual entre o Brasil e o Uruguai. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

Lusardo facilitou também a viagem de uma caravana de 20 a 30 estudantes da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, coordenada pelo professor Luiz Freitas e Castro, à capital uruguaia.⁷¹² Até mesmo o embaixador brasileiro participou de excursão pelo interior uruguaio, em Paysandú, entre 22 e 28 de maio, a fim de proferir palestras e conferências de caráter cultural.⁷¹³

Ao lado dessa política cultural, cabe destacar os esforços do embaixador e do cônsul geral Oswaldo Correia para fomentar o turismo de brasileiros no Uruguai.⁷¹⁴ Havia nos centros de propaganda turística o desejo de solicitar ao governo brasileiro o emprego de mais um navio do Lloyd Brasileiro destinado exclusivamente ao turismo uruguaio.⁷¹⁵ Esse modelo de intercâmbio cultural e intelectual entre os países serviu de molde para as relações entre Argentina e Uruguai.⁷¹⁶

Na verdade, Lusardo se aproveitou do convite cultural para atrair os ricos e grandes estancieiros e saladeiros de Paysandú com o intuito de fomentar o intercâmbio comercial entre Brasil e Uruguai. Para isso, o embaixador brasileiro solicitou ao Comitê que ampliasse o seu cronograma de visitas incorporando as principais estâncias da região, o que atraiu a atenção da Sociedade Rural local. No almoço oferecido pela associação, Lusardo aproveitou para lembrar os uruguaio de alguns acordos estabelecidos pelo Tratado de Comércio e Navegação assinado entre os países em 1933 e que não vinham sendo cumpridos por parte de alguns produtores uruguaio como, por exemplo, a quota anual de charque a ser oferecida pelos exportadores uruguaio destinada ao norte do Brasil.⁷¹⁷

Segundo ele, as exportações de frutas frescas, queijo, manteiga, linho, aveia e cevada poderiam ser mais bem aproveitadas pelo Uruguai, assim como a venda de

⁷¹² Os estudantes brasileiros foram declarados hóspedes oficiais do novo governo uruguaio graças à solicitação do embaixador brasileiro em Montevideú. In: LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 59, 27.06.1938. Excursão de estudantes a Buenos Aires e Montevideú. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷¹³ Lusardo aceitou o convite do Comitê de Homenagem aos Povos da América de Paysandú, pois considerava o departamento uruguaio importante para o estreitamento das relações com o Brasil. Paysandú era ligada a Montevideú por estradas de ferro, rodagem e linha área. A estrada de ferro ía de Paysandú, capital do departamento, à Bella Unión e dali a Quarahí até Uruguaiana, tendo, portanto, ligação ferroviária com o Brasil, e também por estrada de rodagem, apesar de precária. Além disso, a região se destacava pela qualidade de seus rebanhos, tanto bovino quanto ovino. In: Idem, Montevideú, of. n° 50, 6.06.1938. Excursão a Paysandú. In: *Ibid*.

⁷¹⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 43, 4.05.1938. Fomento de turismo. In: *Ibid*.

⁷¹⁵ Idem, Montevideú, of. n° 82, 31.07.1938. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório n° 6. In: *Ibid*.

⁷¹⁶ Idem, Montevideú, of. n° 198, 28.10.1938. Intercambio intelectual entre o Uruguai e a Argentina. In: *Ofícios*. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷¹⁷ Nesse encontro, ao descobrir da proposta boliviana de troca de petróleo bruto por charque uruguaio, Lusardo levou a mesma proposta para o governo brasileiro que, nessa mesma época, firmava uma série de convênios com a Bolívia. In: Idem, Montevideú, of. n° 50, 6.06.1938. Excursão a Paysandu. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

reprodutores bovinos e ovinos para São Paulo, e em especial, para o Rio Grande do Sul, pela semelhança de suas condições geográficas. Por outro lado, o Brasil estaria aberto a aumentar suas importações uruguaias. Não precisaria ir tão longe para buscar madeiras na Noruega e no Japão, açúcar no Canadá, cigarros e fumos na Europa e nos Estados Unidos, cacau, borracha, algodão e oleaginosas em outros continentes, caso o Uruguai pudesse fornecer esses produtos.⁷¹⁸ Do lado uruguaio, o esforço em busca de mercados brasileiros era travado pelo cônsul uruguaio em Porto Murtinho, no Mato Grosso. O Conselho Diretivo da Liga de Defesa Comercial, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, já tinha expressado que esta cidade mato-grossense tinha mercado para produtos e artigos uruguaios como vinhos, frutas, adubos vegetais e químicos, gados vacunos e ovinos, calçados, artigos de inverno etc.⁷¹⁹

Dado o recado comercial do governo brasileiro, Lusardo aproveitou sua excursão cultural ao interior do Uruguai para fortalecer os vínculos políticos existentes entre os países. No *Ateneo de Paysandú*, importante centro cultural e intelectual da cidade, o diplomata brasileiro reafirmou o caráter americano do Brasil e do Uruguai frente às “doutrinas exóticas” oriundas de outros continentes, isto é, o fascismo e o comunismo. Ali ele deixou algumas obras clássicas da literatura brasileira para a “Biblioteca Rui Barbosa” que, dentre essas, encontravam-se obras de Euclides da Cunha, Rui Barbosa, Gonçalves Dias, Olavo Bilac, Joaquim Nabuco, João Neves, entre outros. Lusardo avaliou sua viagem a Paysandú um tanto positiva, sobretudo no campo econômico.⁷²⁰

Margarida Nepomuceno explorou o aspecto cultural dessa diplomacia varguista no Uruguai. De acordo com a historiadora, foi a partir dos anos 1930, com Getúlio Vargas, que teve início uma reorganização no Ministério das Relações Exteriores e a articulação de um programa cultural voltado para os países da América Latina denominado Missões Culturais Brasileiras. No Uruguai, esse programa iniciou-se, primeiramente, com intercâmbios universitários, trocas de livros, feiras culturais, e culminou com a fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, o ICUB, em 1940, que desde essa época centralizou todas as atividades de cooperação cultural entre os dois países.⁷²¹

⁷¹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 50, 06.06.1938. Excursão a Paysandu. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷¹⁹ Idem, Montevideú, of. nº 82, 31.07.1938. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório no. 6. In: *Ibid.*

⁷²⁰ Idem; Montevideú, of. nº 50, 06.06.1938. Excursão a Paysandu. In: *Ibid.*

⁷²¹ NEPOMUCENO, 2015; p. 13.

Nesse âmbito, a política de cooperação cultural no Uruguai resultou de tratativas diplomáticas, acordos de Estado, convênios, decretos-leis assinados entre países e, portanto, de relações culturais institucionais - ações que, em inúmeras oportunidades, tiveram desdobramentos para além das fronteiras institucionais. Exemplo disso foi a Cooperação Intelectual Brasil-Uruguai. A comissão uruguaia foi instalada em outubro de 1937 no próprio Ministério das Relações Exteriores do Uruguai e contou com figuras como J. Buero, Joana de Ibarbourou, De Rollo, Raul Montero Bustamonte, Fermin Silva Valdés y Cuneo e Mora Otero.⁷²² Já a missão intelectual brasileira, de novembro de 1937, contou com a participação do poeta e escritor modernista Guilherme de Almeida (1880-1969), poeta, escritor e diplomata Osório Dutra (1889-1968) e do advogado e historiador João Alcides Bezerra (1891-1938).⁷²³ Constatou-se que as missões eram formadas não somente pelo corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores, mas também por intelectuais de variadas formações e de técnicos provenientes de institutos brasileiros e universidades, que deram contribuições específicas a esse programa.⁷²⁴

No campo jurídico, os trâmites de extradição, a pedido dos governos brasileiro e uruguaio, eram facilitados pelas justiças de seus respectivos países.⁷²⁵ Os casos de Francisco Sady, João Cunha Filho,⁷²⁶ Urbano Dias e Gaspar Dias⁷²⁷ foram exemplos dessa cooperação.

Uma das primeiras mudanças realizadas por Batista Lusardo foi a da sede da embaixada brasileira em Montevideú. Para convencer o governo brasileiro da compra ou do aluguel de novo edifício em uma área nobre da cidade, o embaixador brasileiro chegou a argumentar que a embaixada argentina ocupava um lindo palácio próprio. Para o diplomata brasileiro, não se tratava apenas de um deslocamento geográfico, mas da grandeza que o Brasil representava para o Uruguai.⁷²⁸ Após grandes esforços de Lusardo, no dia 7 de setembro de 1939, a nova sede da embaixada uruguaia na capital uruguaia era inaugurada.

Para isso, Lusardo solicitou ao chanceler Oswaldo Aranha autorização para a compra da casa Pietracaprina de frente para o Boulevard Artigas, importante avenida em

⁷²² BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevideú, of. nº 213, 21.10.1937. Cooperação Intelectual Brasil-Uruguai. In: Ofícios. Set/1937-Fev/1938; AHI, RJ.

⁷²³ Idem, Montevideú, of. nº 236, 8.12.1937. Missão cultural brasileira. In: Ibid.

⁷²⁴ NEPOMUCENO, 2015; p. 13-14.

⁷²⁵ BUENO para ARANHA, Montevideú, of. nº 25, 19.03.1938. Extradição Brasil-Uruguai Francisco Sady. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷²⁶ Idem; Montevideú, of. nº 40, 29.04.1938. Extradição Brasil-Uruguai João Cunha filho. In: Ibid.

⁷²⁷ LUSARDO para o chanceler José ESPALTER, Montevideú, nota nº 12, 29.01.19338. In: Ibid.

⁷²⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 29, 28.03.1938. Casa para a embaixada do Brasil em Montevideo. In: Ibid.

Montevidéo (no valor de mensalidades de 210.000 pesos, a juros de 3% ao ano no prazo de 30 anos). Para tal, o embaixador brasileiro pedia o aumento da verba anual do “aluguel da embaixada” para 140 contos de réis; a autorização, comunicada à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, para que ele pudesse aplicar essa verba do aluguel na compra de novos objetos necessários para a instalação da nova sede da embaixada e, por fim, uma verba adicional no valor de 100 a 120 contos de réis para a compra de tapetes, cortinas, porcelanas, cristais etc. Aproveitando-se da requisição, pediu também um segundo secretário a fim de ajudá-los nos serviços da embaixada. Seus pedidos foram atendidos.⁷²⁹

Nas palavras de Lusardo, ele tinha mudado a sede da embaixada do Brasil do edifício em que se encontrava desde 1933, na Avenida Joaquín Suárez, num longínquo e descuidado bairro de Montevidéo, para o nobre e elegante “Palácio Pietracaprina”, no Boulevard Artigas, zona residencial por excelência, elegante e belo logradouro público. As expectativas para o fim total das reformas e acabamentos, em dezembro de 1938, eram para março de 1939.⁷³⁰ No entanto, devido aos atrasos, a nova sede foi inaugurada somente em 7 de setembro, em homenagem à data patriótica brasileira.

⁷²⁹ Ibidem.

⁷³⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevidéo, of. n° 272, 31.12.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no. 12. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

Figura 8- Inauguração da nova sede da embaixada brasileira em Montevidéu.



Fonte: (*La Mañana*, 08/09/1939).⁷³¹

Como lembrou Flávio Castro, os chefes de missões diplomáticas do Brasil no exterior detinham certa autonomia para resolver questões rotineiras no que se refere ao intercâmbio comercial e cultural. Eram incumbidos de prestar assistência aos brasileiros, velar pela fiel observância dos tratados, refutar notícias tendenciosas sobre o Brasil, incentivar o intercâmbio cultural, expedir e visar passaportes, além de remeter relatórios sobre a situação econômico-financeira, a vida intelectual, científica e artística do país onde se achassem acreditados.⁷³² Isso é confirmado quando observada a atuação de Lusardo no Uruguai.

Em Montevidéu, o embaixador brasileiro acompanhou de perto a transição do governo do colorado Gabriel Terra (1931-1938) para o governo do também colorado e terrista Alfredo Baldomir (1938-1943). Apesar de ser um dos seguidores de Terra, o governo

⁷³¹ Oswaldo FURST, secretário da embaixada brasileira em Montevidéu, para ARANHA, Montevidéu, of. n° 327, 10.09.1939. 7 de Setembro. As comemorações em Montevidéu. In: *Ofícios*. Set/Nov 1939, (33/4/3); AHL, RJ.

⁷³² CASTRO, 2009; p. 307.

baldomirista prometeu mudanças significativas na condução de sua política, tanto interna quanto externa, sobretudo na política doméstica com a redemocratização do país.

3.1.2. O governo Baldomir e suas promessas de redemocratização

As disputas internas do Partido Colorado para as eleições presidenciais no Uruguai de novembro de 1937 evidenciavam continuidades do regime terrista. Para Lucílio da Cunha Bueno, e demais diplomatas estrangeiros em Montevidéu, o nome de Eduardo Blanco Acevedo era visto como o candidato de maior probabilidade de triunfo nas eleições presidenciais.⁷³³ De toda forma, os principais nomes que disputavam o pleito eram figuras muito próximas do presidente. Como ressaltou o diplomata francês François Gentil, apesar de sua simpatia pela candidatura de Eduardo Blanco Acevedo, por questões familiares, Terra não podia tomar partido abertamente de sua preferência contrária à figura do general Alfredo Baldomir, pois, se por um lado, um de seus filhos tinha se casado com a filha de Blanco Acevedo, por outro lado, sua irmã tinha se casado com Baldomir.⁷³⁴

Essas disputas familiares tiveram seus efeitos na política uruguaia. Apesar da vitória da chapa de Baldomir-Charlone, a chapa derrotada Blanco Acevedo-Martínez Thedy não aceitou o resultado sem reações. Houve ainda a tentativa de um complô, com o apoio do Ministro do Interior, que tinha o comando das forças policiais de Montevidéu. O próprio filho do presidente, Gabriel Terra Filho, genro de Eduardo Blanco Acevedo, teria participado. No entanto, a tentativa foi fracassada. O governo reprimiu rapidamente o movimento para que não houvesse repercussão na imprensa. No dia seguinte, o Inspetor Geral do Exército e o Chefe da Polícia foram exonerados.⁷³⁵

Nesse momento, tanto o presidente Gabriel Terra quanto o presidente eleito Alfredo Baldomir⁷³⁶ eram vistos com inclinações fascistas por alguns diplomatas

⁷³³ BUENO para PIMENTEL BRANDÃO, Montevidéu, of. n° 5, 28.10.1937. Mês político (Uruguai). In: *Ofícios. Set/1937-Fev/1938*; AHI, RJ.

⁷³⁴ Telegrama n° 17, 15.01.1938. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, informa sobre la Convención del Partido Colorado y los vínculos familiares de Gabriel Terra con los candidatos presidenciales. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay. Tomo IV: 1937-1949.** Montevideo, UdelaR; 2000; p.50.

⁷³⁵ Telegrama n° 195, 25.04.1938. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comunica el triunfo de Alfredo Baldomir en las elecciones y un intentado de impedirle asumir la Presidencia de la República. In: NAHUM, 1998; p.416-417.

⁷³⁶ Alfredo Baldomir foi presidente do Uruguai entre 1938 e 1943. Membro do Partido Colorado, ganhou maior projeção dentro do terrismo. Durante o golpe político que instalou a ditadura de Gabriel Terra, em março de 1933, Baldomir, como Chefe da Polícia de Montevidéu, assumiu função fundamental para a concretização deste golpe. Consequentemente, em 1935, foi promovido a general e assumiu a pasta da Defesa Nacional. Em

estrangeiros. Segundo os informes diplomáticos britânicos de 1938, entretanto, as relações cordiais com a Alemanha se davam principalmente por questões econômicas, mais que políticas. No caso italiano, a presença de imigrantes oriundo desse país deveria ser levado em consideração.⁷³⁷ Baldomir era arquiteto e general procedente da escola militar de engenharia. Em março de 1931, foi chamado para assumir a Chefia da Polícia de Montevideu pelo governo de Gabriel Terra. Após o golpe terrista de março de 1933, assumiu o Ministério da Defesa Nacional, em setembro do mesmo ano.⁷³⁸ Sua imagem estava diretamente associada à ditadura terrista.

Essa visão acerca do novo presidente uruguaio circulou em diversos meios diplomáticos. Não por acaso que em sua primeira entrevista pública à imprensa, via seu órgão oficial *El Pueblo*, Baldomir se viu obrigado a reafirmar a sua posição contrária a toda forma de governo autoritário, fosse de extrema esquerda fosse de extrema direita. O colorado reiterou que o Uruguai era um país democrático e continuaria sendo enquanto ele fosse o presidente.⁷³⁹ Na realidade, nessas eleições, o militar e arquiteto Alfredo Baldomir era visto como o candidato menos continuísta do governo ditatorial de Gabriel Terra. Suas promessas de reforma constitucional e de restauração da democracia no país proporcionaram certo apoio dos setores antiterristas, notavelmente dos colorados batllistas, blancos independentes e até mesmo parte da diminuta esquerda.⁷⁴⁰

Em 15 de março de 1938, o embaixador brasileiro comunicava ao governo uruguaio das mudanças em sua chancelaria. Oswaldo Aranha deixara seu cargo de embaixador em Washington para assumir o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.⁷⁴¹ No mesmo dia, José Espalter saudava o novo chanceler brasileiro reafirmando a “estreita

fevereiro de 1942, dissolveu o Parlamento e o substituiu por um Conselho de Estado. Este golpe de Estado (“*el golpe bueno*”) tinha como principal objetivo a reforma da Constituição de 1934. Seu governo foi marcado pelo conflito mundial. Ao sair da Presidência da República, assumiu a presidência do Banco de la República Oriental del Uruguay (BROU) entre 1943 e 1946.

⁷³⁷ Telegrama nº 492, 23.03.1938. Borrador de Informe anual sobre 1937. In: NAHUM, 1997; p.434.

⁷³⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 51, 6.06.1938. Dados sobre o Presidente eleito do Uruguai, General Alfredo Baldomir. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷³⁹ Telegrama nº 22, 07.04.1938. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, da cuenta de las primeras declaraciones del General Alfredo Baldomir después de su elección a la Presidencia de la República. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p.58-59.

⁷⁴⁰ RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **El Incendio y las vísperas**: Testoni y las fotos del Graf Spee. In: Coloquio “Conmemoración del 60º Aniversario de la primera exposición de Alfredo Testoni, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1949”. Montevideo: Sección Historia del Arte, FHCE, agosto de 2009; p. 2.

⁷⁴¹ LUSARDO para ESPALTER, Montevideu, of. nº 30, 15.03.1938. In: Política de Brasil. Informaciones. Detención de una compañía de oposición política en Rivera. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

vinculação de seus países”.⁷⁴² Em resposta, Aranha destacou a cooperação entre os governos brasileiro e uruguaio em questão de inteligência e informação sobre os movimentos dos exilados políticos.⁷⁴³

Em 1º de abril daquele ano, Lusardo comunicava ao governo brasileiro da vitória da chapa presidencial Baldomir-Charlone que assumiria o governo uruguaio a partir de 19 de junho de 1938. Nas palavras do embaixador em Montevideú, tanto o General Alfredo Baldomir, ex-ministro da Defesa Nacional, quanto César Charlone, ex-ministro da Fazenda, “eram figuras de alto relevo social e técnico, além de verdadeiros amigos do Brasil”. Exemplo dado por Baldomir dessa amizade tinha sido a sua presença, dois dias antes das eleições presidenciais, em um evento na embaixada brasileira em homenagem ao Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, que se encontrava na capital uruguaia.⁷⁴⁴ Góes Monteiro esteve em Montevideú entre 21 e 26 de março após participar das cerimônias de posse do novo presidente argentino Roberto Ortiz em Buenos Aires como embaixador extraordinário.⁷⁴⁵

Lusardo demonstrava empenho em solidificar as relações brasileiro-uruguaias. Para ele, simples gestos simbólicos poderiam gerar bons retornos diplomáticos. Partindo dessa premissa, o embaixador brasileiro solicitou ao seu chanceler o envio de uma embaixada especial para a cerimônia de posse do novo presidente eleito a ser realizada em 19 de junho de 1938. Em ofício a Oswaldo Aranha, ele destacava que o badalado Parque Hotel passava por reformas a mando do governo uruguaio somente para hospedar as missões diplomáticas visitantes.⁷⁴⁶ Em 17 de junho, presidida pelo General Almerio de Moura, a missão especial brasileira chegava a Montevideú para a posse do novo presidente uruguaio. Além do general já referido, a delegação brasileira contou com Durval de Oliveira Teixeira, capitão de Mar e Guerra, Adolfo Morales de los Rios e Nestor Figueiredos, primeiros secretários, Aldo Santana de Moura, secretário, tenente Vicente Saguas Presas, adido militar.⁷⁴⁷

⁷⁴² ESPALTER para ARANHA, Telegrama nº 359, 15.03.1938. In: Política de Brasil. Informaciones. Detención de una compañía de oposición política en Rivera. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

⁷⁴³ ARANHA para ESPALTER, Telegrama, 20.03.1938. In: Ibid.

⁷⁴⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 3, 01.04.1938. Mês político (Março). In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁴⁵ Idem, Montevideú, of. nº 33, 05.04.1938. O General P. A. de Góes Monteiro no Uruguai. In: Ibid.

⁷⁴⁶ Idem, Montevideú, of. nº 45, 6.05.1938. Transmissão do mando no Uruguai. In: Ibid.

⁷⁴⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 81, 31.07.1938. Mês político. Relatório no. 6. In: Ibid.

Figura 9- Góes Monteiro com o presidente da ANCAP, Carlos de Castro, e o Ministro da Defesa do Uruguai, General Mendivil, em Montevideu, em março de 1938.



Fonte: (*El Pueblo*, 22/03/1938).⁷⁴⁸

Em abril de 1938, a convite de José Espalter, o novo chanceler argentino José María Cantillo, ao regressar da capital brasileira, visitou Montevideu.⁷⁴⁹ O órgão oficial do governo uruguaio destacava as falas de seu chanceler: *“Uruguay y Argentina están identificados en sus anhelos de progreso, en el culto de la democracia y en el amor por la libertad”*.⁷⁵⁰ Com efeito, o novo governo uruguaio buscava manter ao menos relações cordiais com o novo governo argentino. No entanto, o contexto da II Guerra Mundial trouxe inúmeros desafios e tensões.

Por outro lado, com o Brasil, a diplomacia uruguaia analisava as consequências do levante integralista de maio de 1938, sobretudo, a discussão relativa ao direito de asilo político em embaixadas e legações diplomáticas. Após a tentativa frustrada de tomada de poder pelos integralistas, Severo Fournier, ex-tenente do Exército brasileiro e um dos principais articuladores do movimento, conseguiu asilo na embaixada italiana. O governo

⁷⁴⁸ Anexo em Idem, Montevideu, of. n° 33, 05.04.1938. O General P. A. de Góes Monteiro no Uruguai. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁴⁹ José María Cantillo foi embaixador em Montevideu entre 1931 e 1933.

⁷⁵⁰ *El Pueblo*, Montevideo, 17.04.1938, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 37, 23.04.1938. Visita do Chanceler argentino. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

brasileiro pressionou o governo italiano para entregar o militar, o culpabilizando pelos delitos de maio contra a vida do seu chefe de estado. As forças policiais chegaram a cercar e vigiar a embaixada italiana no Rio de Janeiro, bem como cortaram as suas comunicações telefônicas. O embaixador italiano Lojacono se recusou a entregar o tenente brasileiro. Após diversas tentativas de Vargas, a Itália finalmente o entregou às autoridades brasileiras, sendo imediatamente preso.⁷⁵¹

O caso citado, registrou o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, evidenciou a fragilidade do princípio de asilo em sedes de missões diplomáticas estrangeiras na América do Sul. Juan Carlos Blanco julgou como gravíssima e insólita a pressão do governo varguista exercida sobre o embaixador italiano, assim como especulou as consequências maiores militares que esse ocorrido poderia gerar. Nesse sentido, alertou Blanco que a partir daquele evento os futuros tratados de extradição sofreriam modificações, sobretudo, em relação ao direito de asilo em diversos países latino-americanos. Por isso, esses mecanismos deveriam ser usados com certa precaução e cautela.⁷⁵²

Em 12 de maio, logo após as forças policiais varguistas terem sufocado o levante integralista, o chanceler uruguaio encaminhou um ofício a João Batista Lusardo reafirmando o apoio de seu governo.⁷⁵³ O governo uruguaio, por meio do Ministério do Interior, prendeu os jornalistas exilados políticos de Rivera que faziam campanha contra Vargas por meio do jornal “A Democracia”, impresso naquela cidade e difundido para o estado do Rio Grande do Sul.⁷⁵⁴

Dias depois, em 30 de maio, José Espalter despediu-se do corpo diplomático ao deixar o cargo de chanceler para assumir a sua vaga no Senado, onde tornou-se presidente do órgão.⁷⁵⁵ Lusardo admirava o poder da dialética do chanceler uruguaio; segundo o embaixador brasileiro, ele era um “grande político e acatado jurista”.⁷⁵⁶ Alberto Guani

⁷⁵¹ Juan CARLOS BLANCO para o chanceler uruguaio Alberto GUANI, Rio de Janeiro, of. n° 208, 13.07.1938. Asilo en la Embajada de Italia del jefe de los asaltantes al Palacio Guanabara. In: 1938-Derecho de asilo en las embajadas y legaciones en Brasil. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 1006; AMREU.

⁷⁵² Ibidem.

⁷⁵³ ESPALTER para LUSARDO, Montevideo, telegrama, 12.05.1938. In: Política de Brasil. Informaciones. Detención de una compañía de oposición política en Rivera. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

⁷⁵⁴ Memorandum para contestar lo que convenga a la embajada brasileña. Nota entregada al Consultor Jurídico por el Sr. Ministro U. Ramón Guerra. In: Ibid.

⁷⁵⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideo, of. n° 5, 6.06.1938. Mês político (Maio). In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁵⁶ Idem, Montevideo, of. n° 49, 20.05.1938. Reconhecimento, pelo Uruguai, da anexação da Etiópia à Itália. In: Ibid.

assumiria a pasta do Exterior do novo governo colorado no Uruguai. Não somente a condução da política externa seria alterada, como também as regras para o ingresso nas carreiras diplomáticas e consulares do Uruguai. Tratava-se de um dos últimos decretos do governo de Terra correspondente a um intento de profissionalização da diplomacia uruguaia, que deveria ser levado adiante pelo seu sucessor.⁷⁵⁷

A entrevista cedida por Vargas ao redator do jornal montevideano *La Tribuna Popular*, Luís Bueno, no Palácio do Catete, agradou o setor terrista do novo governo uruguaio, pois o presidente brasileiro exaltou o legado deixado por Gabriel Terra. Todavia, tratava-se, sobretudo, de explicações para a implantação do Estado Novo.⁷⁵⁸ Cabe lembrar que a posse do novo presidente uruguaio se aproximava e Vargas estava ciente disso.

Em 11 de junho, o governo uruguaio comemorava a inauguração dos serviços de iluminação elétrica, balizamento e telefones da base aeronaval da Ilha “Libertad”, obra de importância para a segurança do Uruguai. Na inauguração, o ministro inglês instalado em Montevidéu, Millington Drake, informava que uma comissão de engenheiros, aviadores e técnicos para estudar os meios de estabelecer uma linha aerpostal entre a Inglaterra e os países do Prata já estavam a caminho da cidade.⁷⁵⁹ A importância geoestratégica e geopolítica de Montevidéu era notada mais uma vez pelos britânicos. Isso ficaria evidente em dezembro do ano seguinte com a Batalha do Rio da Prata.

Não por acaso, o governo uruguaio tinha formulado uma nova divisão do território uruguaio em zonas militares e discutia a elaboração de um novo Código Penal Militar. De acordo com o decreto do Poder Executivo, seriam quatro as regiões militares: a 1º ou do Sul compreendia o Departamento de Montevidéu, com sede na capital; a 2º ou do Oeste abrangia os Departamentos de São José, Colonia, Soriano, Flores, Durazno e Florida, com o Quartel General em San José; a 3º ou do Norte abarcava os Departamentos de Artigas, Salto, Paysandu, Rio Negro, Tacuarembó e Rivera, com sede em Paso de los Toros; e, por fim, a 4º ou do Leste que reunia os Departamentos de Canelones, Maldonado, Lavalleja, Rocha, Treinta y Tres e Cerro Largo, com sede na localidade de Batlle y Ordoñez. Pelo mesmo decreto, o governo dispunha da organização de duas Brigadas de Cavalaria, dependentes, respectivamente, dos Comandos das 3º e 4º regiões, com sede em Salto e Melo.⁷⁶⁰

⁷⁵⁷ Idem, Montevidéu, of. n° 55, 7.06.1938. Reforma diplomática e consular do Uruguai. In: *Ofícios*. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁵⁸ Idem, Montevidéu, of. n° 52, 7.06.1938. Entrevista do Presidente Getúlio Vargas. In: *Ibid*.

⁷⁵⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 83, 31.07.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no. 6. In: *Ibid*.

⁷⁶⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 86, 31.07.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: *Ibid*.

No mês seguinte, em 9 de julho, o governo uruguaio, por meio do Ministério da Fazenda, publicou um decreto pelo qual ampliava as medidas de repressão do contrabando de produtos uruguaios, especialmente lãs e couros, na fronteira com o Brasil. Pelo decreto, as autoridades alfandegárias e polícias passariam a exercer mais severa vigilância na zona fronteira, estendendo o seu raio de ação a 60 quilômetros. Além disso, não seria mais permitido nenhum depósito de lãs e couros a uma distância menor de 15 quilômetros da linha de fronteira.⁷⁶¹ Na realidade, esses produtos contrabandeados para o Brasil eram colocados a um preço inferior em 10% com relação ao produto oficialmente controlado, tal como acontecia com o gado em pé.⁷⁶²

A maior oferta de empregos no lado brasileiro e a concorrência que os trabalhadores uruguaios poderiam oferecer aos trabalhadores nacionais fizeram com que os anos 1938 e 1939 fossem particularmente tensos na fronteira brasileiro-uruguaia. Nesse período, surgiu uma nova legislação que regulava o ingresso de estrangeiros no Brasil e esse dispositivo foi empregado para controlar a mão-de-obra que migrava de um lado para outro da linha divisória.⁷⁶³

De acordo com os dados estatísticos do governo uruguaio, o número de estabelecimentos industriais do país era de 11.493, dos quais 6.699 se concentravam em Montevideú e 4.794 no interior. No interior, esses estabelecimentos empregavam cerca de 88.267 pessoas. Lusardo acreditava que o aumento do cultivo do arroz nessas regiões poderia ampliar esses números, pois representava uma possibilidade de aumento do comércio exportador uruguaio. As plantações desse produto já contavam com o braço e a experiência do trabalhador rural brasileiro. Segundo o embaixador do Brasil, assim como seis mil trabalhadores rurais brasileiros, especializados no cultivo de arroz, chegaram à Província argentina de Corrientes entre maio e junho daquele ano, o mesmo fenômeno poderia ocorrer nos departamentos uruguaios.⁷⁶⁴

Desde o Rio de Janeiro, Juan Carlos Blanco, em 18 de julho, informava ao seu governo da suspensão das compras alemãs do Brasil, um destacado parceiro comercial, como forma de reação às medidas de nacionalização adotadas por Getúlio Vargas impostas às

⁷⁶¹ Idem Montevideú, of. n° 79, 28.07.1938. Repressão do contrabando na fronteira com o Brasil. In: *Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.*

⁷⁶² Idem, Montevideú, of. n° 82, 31.07.1938. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório n° 6. In: *Ibid.*

⁷⁶³ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguaí (1930-1945). In: *Polis*; n. 39; 2014; p. 7.

⁷⁶⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 85, 31.07.1938. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório no. 7. In: *Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.*

colônias germânicas daquele país. Lembrava que aquela notícia não seria repercutida nos jornais por conta da forte censura do governo brasileiro.⁷⁶⁵

Em 28 de julho, o embaixador brasileiro encaminhava ao seu chanceler o pedido da empresa “Compañia Aeronautica Uruguay S.A.” para um de seus hidroaviões, que operava em sua linha Montevidéu-Buenos Aires, sobrevoar o território brasileiro. A finalidade era a de permitir a revisão e manutenção de máquinas e motores no Rio de Janeiro no mês seguinte de agosto. Na carta encaminhada a Batista Lusardo, o diretor da companhia aérea, Coronel Tydeo Larre Borges, informava que para aproveitar a ocasião realizaria uma viagem de turismo com 28 passageiros, mas que não interferiria de nenhuma forma as linhas comerciais já estabelecidas entre Rio de Janeiro e Montevidéu, pois seguiria a mesma rota dos aviões do Sindicato Condor Ltda., responsável em receber e despachar a referida aeronave.⁷⁶⁶ O mesmo pedido seria realizado em outras ocasiões.⁷⁶⁷

Em relatório de final de julho encaminhado a Oswaldo Aranha, Batista Lusardo destacou as expectativas criadas até mesmo pela oposição uruguaia com o novo governo do Uruguai sob a liderança de Alfredo Baldomir. Com isso, o diplomata brasileiro lembrava das promessas de campanha para redemocratizar o Uruguai.⁷⁶⁸ A principal promessa era a reforma constitucional que contou com o apoio de setores oposicionistas como batllistas, nacionalistas, socialistas e comunistas.⁷⁶⁹ Os principais grupos opositores do regime terrista se uniam agora pela reforma constitucional liderada pelo sucessor de Gabriel Terra.⁷⁷⁰ Luiz Alberto de Herrera representava o único grupo político contrário a tais mudanças. Isso porque, segundo a Constituição de 1934, os herreristas asseguravam a metade da representação do Senado, isto é, 15 senadores. Com o resultado das eleições daquele ano, sua bancada seria reduzida drasticamente.⁷⁷¹

⁷⁶⁵ CARLOS BLANCO para GUANI, Rio de Janeiro, of. n° 220, 18.07.1938. In: Política de Brasil. Informaciones. Detención de una compañía de oposición política en Rivera. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta 231; AMREU.

⁷⁶⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 78, 28.07.1938. Pedido para um hidroavião da “*Compañia Aeronautica Uruguay S.A.*” sobrevoar território brasileiro. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁶⁷ Idem, Montevidéu, of. n° 183, 15.10.1938. Pedido de autorização para um avião uruguaio sobrevoar território brasileiro. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁶⁸ Idem, Montevidéu, of. n° 81, 31.07.1938. Mês político. Relatório no. 6. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

⁷⁶⁹ O apoio dos comunistas no projeto de reforma constitucional chamou a atenção do embaixador brasileiro, pois, segundo ele, este setor tinha ligações com a Terceira Internacional de Moscou. In: LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 84, 31.07.1938. Mês político. Relatório n° 7. In: Ibid.

⁷⁷⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 87, 01.08.1938. Agitação política pró-reforma constitucional. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁷¹ Idem, Montevidéu, of. n° 84, 31.07.1938. Mês político. Relatório n° 7. In: Ofícios. Mar/Jul. 1938; AHI, RJ; 33/3/9.

Esses embates acerca da reforma constitucional no Uruguai se radicalizaram. Juan Andrés Ramírez, diretor do jornal *El Plata*, favorável à reforma, chegou a desafiar Luís Alberto de Herrera, diretor do jornal *El Debate*, contrário à proposta de mudanças na constituição, para um duelo. No entanto, o tribunal de honra criado para julgar o caso negou a realização do duelo. As posições contrárias continuariam apenas nos discursos e nos artigos de seus impressos.⁷⁷²

Paralelamente à discussão da reforma constitucional, o novo governo reestruturou o Conselho Honorário Consultivo Assessor de Direção de Assuntos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores. Sua composição a partir daquele momento contaria com um delegado do Poder Executivo, três delegados oriundos, respectivamente, do Ministério da Fazenda, Pecuária e Agricultura e Indústria e Trabalho, um delegado do Banco da República, um delegado proposto por cada uma das seguintes corporações: Frigorífico Nacional, Comissão Nacional de Carnes, Câmara Nacional de Comércio, Câmara Mercantil de Produtos do País, Câmara de Indústrias, Associação Rural do Uruguai e Federação Rural do Uruguai.⁷⁷³ Ficava evidente o predomínio dos setores agroexportadores. Os esforços para o aperfeiçoamento dos tipos de carnes empreendidos pelo Ministério da Pecuária e Agricultura e pelos seus criadores eram notáveis e reconhecidos pelos diplomatas brasileiros.⁷⁷⁴

Com resultado da diplomacia comercial empreendida por Guani, o Uruguai buscou ampliar seu comércio exterior por intermédio de um novo acordo comercial com a França⁷⁷⁵ e com a Polônia. Com este país, o Uruguai forneceria lãs e couros em troca de ferro, madeiras e produtos químicos.⁷⁷⁶ Em 19 de setembro, o acordo comercial foi assinado entre Alberto Guani e Zdzislaw Kurnikowski, ministro polaco em Buenos Aires e Montevideú.⁷⁷⁷

⁷⁷² FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 126, 31.08.1938. Mês Político. Relatório n° 8. In: *Ofícios. Ago/Out. 1938*; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁷³ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 95, 06.08.1938. Comissão assessora de Diretoria de assuntos comerciais do Ministério do Exterior. In: *Ibid.*

⁷⁷⁴ FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 127, 31.08.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório No. 8. In: *Ibid.*

⁷⁷⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 111, 19.08.1938. In: *Ibid.*

⁷⁷⁶ FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 141, 05.09.1938. Missão comercial polaca. In: *Ibid.*

⁷⁷⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 168, 22.09.1938. Acordo sobre regularização de pagamentos entre o Uruguai e a Polônia. In: *Ibid.*

Enquanto as negociações comerciais com os Estados Unidos não prosperaram, o Uruguai buscava ampliar suas exportações de carnes para a Inglaterra.⁷⁷⁸ Havia grande expectativa para aumentar seus mercados com Brasil e Argentina. Por meio do sistema de trocas, o governo uruguaio forneceria pedra e areia do Departamento de Colônia em troca de frutas e aves do governo argentino.⁷⁷⁹ No entanto, cabe destacar que apesar de serem pequenas as cifras do intercâmbio comercial entre o Uruguai e os Estados Unidos, ano a ano assumiam maior relevância na balança de seu comércio exterior.⁷⁸⁰

Lusardo não queria ficar para trás, por isso, insistia em ampliar as relações comerciais entre Brasil e Uruguai. Sabendo da compra de melaço pela ANCAP (*Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland*), o embaixador brasileiro ofereceu ao governo uruguaio a venda do melaço brasileiro oferecido pelo Instituto de Açúcar e do Álcool do Brasil.⁷⁸¹ Para Lusardo, parecia até mesmo um absurdo o Uruguai importar açúcar da Inglaterra e de outros países remotos e não do Brasil, seu vizinho.⁷⁸²

Sabendo do interesse do Uruguai em importar cerca de 10 mil toneladas de açúcar e buscando conquistar o mercado uruguaio, o embaixador brasileiro entrou em contato com Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, para diminuir o preço do produto. No entanto, os esforços de Lusardo não foram suficientes.⁷⁸³ É factível que a explicação para o desinteresse uruguaio pelo açúcar brasileiro se deva ao tipo de comércio estabelecido com a Inglaterra. A política de “comprar de quem nos compra” ecoava nos governos subsequentes ao de Gabriel Terra. Inglaterra era um dos principais parceiros comerciais do Uruguai, enquanto o comércio com o Brasil nem sequer era expressivo, apesar das boas relações diplomáticas.

Em 1938, a empresa uruguaia “Estanislao Diez y Cia” chegou a demonstrar interesse em firmar contratos com a fábrica brasileira, sediada em São Paulo e da propriedade de Filizol e Cia, para importar balanças automáticas e cortadoras de fiambres.⁷⁸⁴ No entanto, nos meses seguintes, os acordos foram recusados pelo governo uruguaio por se tratar

⁷⁷⁸ FURST para ARANHA, Montevideu, of. n° 127, 31.08.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 8. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁷⁹ Idem, Montevideu, of. n° 145, 6.09.1938. Intercâmbio comercial. In: Ibid.

⁷⁸⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 177, 4.10.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 9. In: Ibid.

⁷⁸¹ LUSARDO para GUANI, nota n° 63, 7.07.1938. In: Ibid.

⁷⁸² LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; Montevideu. AHI, RJ; 33/3/11.

⁷⁸³ Idem, Montevideu, of. n° 155, 23.05.1939. Açúcar no Uruguai. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁷⁸⁴ LUSARDO para Aranha, Montevideu, of. n° 108, 18.08.1938. Memorando. A indústria brasileira no Uruguai. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

de artigo que era fabricado no país e também porque poderia ser importado de países com quota. O desafio aceito pelo embaixador brasileiro consistia na eliminação das dificuldades impostas às importações de produtos brasileiros.⁷⁸⁵

No âmbito cultural, os intercâmbios de professores e intelectuais em suas respectivas capitais continuaram. Em agosto de 1938, os professores e criminologistas Leonidio Ribeiro, Nestor Carrillo e Pacheco e Silva visitaram Montevidéu para conferências e palestras.⁷⁸⁶ No mesmo mês, a convite do embaixador brasileiro em Montevidéu, os professores e médicos uruguaios Garcia Otero, Afonso Surraco, Pedro Bárcia e Alfredo Navarro visitaram o Rio de Janeiro na ocasião do Congresso Americano-Brasileiro de Cirurgia.⁷⁸⁷ Nesse âmbito de cooperação intelectual e cultural, tinha sido criado um fundo específico para financiar as atividades desenvolvidas e promovidas pela embaixada brasileira em Montevidéu.⁷⁸⁸ Nas palavras de Lusardo, as missões de intercâmbio intelectual tornavam mais conhecidas a cultura e a civilização do Brasil.⁷⁸⁹

João Batista Lusardo não media esforços para atingir seus objetivos. Muitas vezes solicitou auxílios complementares ao seu governo para realizar certos “caprichos simbólicos” de sua política de crescimento da presença brasileira em Montevidéu por meio do comparecimento de intelectuais e artistas brasileiros.⁷⁹⁰ Ou pela presença de figuras ilustres uruguaias na capital brasileira, como pode ser observado nas cerimônias do centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, em outubro de 1938, que contou com a participação de representantes do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Dentre os delegados uruguaios estavam os acadêmicos Daniel Garcia Acevedo, Buenaventura Caviglia, Rafael Schiaffino e José Salgado.⁷⁹¹

Essa cordialidade no campo cultural e intelectual gerava facilidades no entendimento político e militar. Em julho de 1938, por exemplo, Lusardo solicitou autorização ao chanceler uruguaio para o navio petroleiro da Marinha de Guerra do Brasil, que passava pelo porto de Montevidéu, “Potangy”, carregar armamentos bélicos com destino

⁷⁸⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 180, 11.10.1938. A indústria brasileira no Uruguai. In: *Ofícios*. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁸⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 96, 06.08.1938. Visita de professores brasileiros a Montevidéu. In: *Ibid.*

⁷⁸⁷ Idem, Montevidéu, of. n° 105, 15.08.1938. Congresso Americano Brasileiro de Cirurgia. In: *Ibid.*

⁷⁸⁸ Idem, Montevidéu, of. n° 106, 16.08.1938. Fundo Patrimônio Intelectual Brasil-Uruguai. In: *Ibid.*

⁷⁸⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁷⁹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 97, 08.08.1938. Despesas extraordinárias de representação. In: *Ofícios*. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁹¹ Idem; Montevidéu, of. n° 182, 14.10.1938. Centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *Ibid.*

ao Mato Grosso. O governo brasileiro encaminhava três caixões com 28.200 kg de dinamite, três caixões com 26.400 kg de pólvora para canteira e uma caixa com mais de 10 kg com fulminantes para explosão.⁷⁹²

Outro tema frequente nas trocas de notas e ofícios entre diplomatas brasileiros e uruguaios era a extradição de indivíduos da fronteira. Cirilo Carvalho Flores, acusado de homicídio, é um exemplo dentre diversos outros da fronteira de Rivera-Santana do Livramento em que o governo brasileiro solicitou a sua extradição ao governo uruguaio.⁷⁹³ Juan Cunha e Luiz Dornelles são outros casos, no entanto, presos no Departamento de Artigas.⁷⁹⁴ Em 1º de dezembro de 1938, a Suprema Corte do Uruguai concedeu a extradição de Cirilo Carvalho Flores solicitada pelo governo brasileiro.⁷⁹⁵

A região da fronteira era uma preocupação e tensão sempre presente nas relações brasileiro-uruguaias. Em agosto de 1938, uma lei de residência de estrangeiros imposta pelo governo de Santana do Livramento, onde viviam muitos uruguaios, despertou certa atenção da imprensa montevideana e preocupação do consulado uruguaio. *La Mañana*, de 20 de agosto de 1938, estampava em sua capa “*Es grave la situación de muchos uruguayos residentes en Brasil. Tres mil compatriotas deberan abandonar Santa Ana*”. Apesar do receio e com a esperança de resolução da situação, o jornal riveirista apresentava certo otimismo com a presença de Batista Lusardo no Rio de Janeiro naquela ocasião.⁷⁹⁶

Na realidade, o delegado da cidade Otto Engel exigia que os estrangeiros ali domiciliados se apresentassem às autoridades locais com seus documentos de identidade e idoneidade num prazo de 120 dias para regularizar a sua permanência no Brasil. Caso contrário, seriam obrigados a deixar o país.⁷⁹⁷ Tratava-se de uma política de maior controle das fronteiras pelas autoridades brasileiras. O jornal uruguaio “A Democracia”, editado em português na cidade de Rivera por Thales Garcia, atacou as medidas do governo local e a própria figura de Getúlio Vargas.⁷⁹⁸ Como represálias, o governo uruguaio também buscou

⁷⁹² LUSARDO para GUANI, Montevideú, nota nº 39, 04.08.1938. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁹³ Idem, Montevideú, nota nº 69, 26.07.1938. In: Ibid.

⁷⁹⁴ Luís GUILLOT, diretor do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, para LUSARDO, Montevideú, of. nº 111, 19.08.1938. In: Ibid.

⁷⁹⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 264, 26.12.1938. Extradição Brasil-Uruguai. Cirilo Carvalho Flores. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁷⁹⁶ *La Mañana*, Montevideo, 20.08.1938, anexo a FURST para ARANHA, Montevideú, of. nº 112, 20.08.1938. Lei de residência de estrangeiros no Brasil. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁷⁹⁷ FURST para ARANHA, Montevideú, of. no. 112, 20.08.1938. Lei de residência de estrangeiros no Brasil. In: Ibid.

⁷⁹⁸ Idem, Montevideú, of. nº 116, 23.08.1938. Ataque ao atual regime em Rivera, Rep. do Uruguai. In: Ibid.

umentar a fiscalização da região. Até mesmo empresas brasileiras passaram pela vigilância das autoridades de Rivera. A empresa brasileira Lundgreen, Irmãos Ltda, por exemplo, chegou a ser multada e teve mercadorias apreendidas. A embaixada brasileira em Montevideu tentou inúmeras vezes intervir junto ao governo uruguaio a seu favor.⁷⁹⁹ No entanto, não obteve sucesso.⁸⁰⁰

Efetivamente, a relativa autonomia local das cidades fronteiriças em relação aos acordos bilaterais entre Brasil e Uruguai foi severamente diminuída com a implantação do Estado Novo. Pode-se dizer que a crescente centralização política e administrativa do estado brasileiro acabou forçando uma adequação das cidades fronteiriças às diretrizes e interesses nacionais, em maior escala do que até então se havia conseguido. Com a implantação do Estado Novo, em 1937, a centralização administrativa e política em torno do governo federal e de seu interventor no estado, fez com que a fronteira Brasil-Uruguai passasse por uma rigorosa depuração com a demissão de funcionários aduaneiros e a nomeação de um superintendente de repressão ao contrabando, Eduíno Vaz Ferreira, que passou a contar com mais recursos financeiros para policiar a linha seca.⁸⁰¹

Como se observou, essa região de Rivera e Santana do Livramento foi palco de inúmeros eventos contrários aos governos estabelecidos, tanto no Brasil quanto no Uruguai.⁸⁰² A pedido do governo brasileiro, o chefe da polícia de Rivera intimou os editores do jornal uruguaio para cessarem a campanha contra Vargas. Lusardo reconhecia que as providências tomadas pelo governo uruguaio tinham surtido efeito.⁸⁰³ Após explicações e cooperação de ambos os governos, a situação na fronteira tranquilizou-se e os debates para a assinatura imediata do Convênio para a Fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira Brasil-Uruguai continuaram.

Com uma população de aproximadamente 40 mil habitantes e contando com a quarta renda do Rio Grande do Sul (2.961.000\$000), em 1941, Livramento tinha quatro

⁷⁹⁹ Idem, Montevideu, of. n° 114, 22.08.1938. Multa imposta por autoridades uruguaias. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁰⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 77, 27.03.1939. Reclamação da firma “Lundgreen, Irmãos Limitada”. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁸⁰¹ RANGEL, Carlos Roberto da Rosa As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945). In: *Polis*; n. 39; 2014; p. 9.

⁸⁰² Diversas vezes o próprio embaixador brasileiro solicitou ao governo uruguaio isenção de impostos e livre trânsito da aquisição de alguns produtos para uso pessoal (açúcar e arroz) de Sant’Ana do Livramento para Rivera. In: LUSARDO para GUANI, Montevideu, nota n° 98, 31.10.1938. Isenção de direitos para 360 quilos de arroz e açúcar. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁰³ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 158, 14.09.1938. Ataques ao atual regime em Rivera, República do Uruguai. In: *Ibid*.

frigoríficos, três torrefações de café, onze charqueadas e uma cervejaria de renome, a Gazapina, de um conjunto de aproximadamente 50 estabelecimentos industriais que empregava cerca de 3 mil operários. Ao final dos anos 1940 e início dos 1950, a industrialização aprofundou-se mediante ao incremento da capacidade instalada e da aquisição de novos equipamentos, destacando-se as empresas Swift Armour, o lanifício Thomaz Albornoz, a Cooperativa Santanense de carnes e a indústria de óleos Siol.⁸⁰⁴

Quanto à Rivera, graças ao estímulo do governo nacional, a partir de 1938 iniciaram-se as excursões fonoeletricas, organizadas pela empresa Ferrocarril Central, as quais centenas de turistas vinham da capital ou de outros pontos do interior para aproveitar as facilidades e atrativos da fronteira. No ano seguinte, inaugurou-se o Parque Grã-Bretanha, a 6 km da cidade, junto a Cochilha Negra, com ampla área de lazer. Em janeiro de 1941, foi implementada a Comisión de Fiestas y Turismo. Em janeiro de 1942, foi inaugurada a nova sede do Club Uruguay, um dos melhores do país, e neste mesmo ano iniciaram-se as atividades do Hotel Cassino, antiga reivindicação local. Em fevereiro de 1943, foi inaugurada a Praça Internacional e, em agosto, iniciou-se a pavimentação da Avenida Sarandi com concreto, o que logo foi estendido às principais ruas da cidade, transformando significativamente a sua fisionomia urbana.⁸⁰⁵

Carlos Rangel defende que as populações das cidades geminadas Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) buscaram adequar o seu estilo de vida e suas condições de sobrevivência com os valores, normas e intervenções dos estados nacionais vizinhos. Nesse sentido, a contraposição de uma ordem nacional, fiscalizadora e padronizadora, mostrava-se antagônica às práticas integrativas e comunitárias que ocorriam em uma aparente desordem coletiva. Essa constante dicotomia entre ordem e desordem tensionava o cotidiano das duas cidades geminadas, entre as quais existiam dois ordenamentos jurídicos e administrativos de caráter nacional separados apenas por uma rua. Nesse ambiente onde as condições econômicas oscilam de um lado para outro como um pêndulo, ora favorecendo uma comunidade nacional, ora a outra, as populações brasileira e uruguaia tinham de relacionar dois conjuntos separados, no entanto complementares de um mesmo sistema socioeconômico.⁸⁰⁶

⁸⁰⁴ RANGEL, 2014; p. 15.

⁸⁰⁵ Ibidem.

⁸⁰⁶ Ibid ; p. 2.

Tratava-se de uma totalidade internamente dividida e complementar, nas quais as partes competiam, mas também estabeleciam relações de reciprocidade. De outra maneira, o contrabando, a presença de criminosos fugitivos ou de exilados políticos expulsos por um dos dois governos nacionais eram fatores que despertavam medidas de controle social por parte das autoridades que, progressivamente, passaram a controlar e administrar as festas populares.⁸⁰⁷

Em 9 de setembro de 1938, a embaixada brasileira em Montevideú comunicava ao Rio de Janeiro sobre agitações de exilados políticos brasileiros e uruguaios na fronteira com Uruguai e Argentina. O governo uruguaio por meio do secretário da Presidência da República, Arturo Terra Arocena, tranquilizava o governo brasileiro e destacava que Nepomuceno Saravia, um dos principais nomes mencionados, não tinha mais forças morais nem militares para levantes como outrora organizara.⁸⁰⁸ Após a prisão de Silvío Porto Diaz, Aurelio Flores da Cunha e Antonio Guerra Flores, familiares do ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, Itibere Moura, Leopoldo Bittencourt, Daniel Krieger e Isidoro Fernandez da Cunha, familiares do ex-prefeito de Sant'Ana do Livramento, Antonio Fernandez da Cunha, em Porto Alegre, a embaixada desmentiu tais agitações na imprensa montevideana.⁸⁰⁹

Dias depois, a presença de Flores da Cunha em homenagem ao nacionalista Aparício Saravia, organizada por Luís Alberto de Herrera, era notada e reportada ao governo brasileiro por João Batista Lusardo.⁸¹⁰ Como destacado pelo embaixador, a situação geográfica do Uruguai, marcada por uma extensa linha de fronteira com o extremo sul brasileiro e as vinculações de toda ordem existentes entre uruguaios e brasileiros fazem com que os acontecimentos políticos de um tenham sempre repercussão no outro e motivem, não raramente, situações embaraçosas. Nessas condições se encontram os casos dos exilados políticos brasileiros que requerem uma permanente atenção da embaixada brasileira para evitar surpresas de campanhas odiantas, conspirações ou simples trabalhos de oposição

⁸⁰⁷ Ibidem.

⁸⁰⁸ FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 151, 9.09.1938. Rumores de alteração da ordem pública no Brasil. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁰⁹ *En Río Grande se han hecho nuevas detenciones*, *El Diario*, Montevideo, 7.09.1938, anexo a FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 151, 9.09.1938. Rumores de alteração da ordem pública no Brasil. In: Ibid.

⁸¹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 155, 12.09.1938. Homenagem à memória de Aparício Saravia. In: Ibid.

levados a efeito pelos emigrados que se esquecem dos deveres de discrição impostos pela vida entre estrangeiros.⁸¹¹

Os casos de exilados políticos surgidos em 1938, apesar de muito trabalhosos e delicados, como pontuou Lusardo, deixaram perfeitamente a salvo a cordialidade e a boa compreensão entre os governos do Rio de Janeiro e de Montevidéu.⁸¹² Em janeiro de 1939, por exemplo, Lavallega Saravia foi preso em território brasileiro.⁸¹³

No campo militar, retribuindo da visita do coronel Cipriano Oliveira, diretor da Escola Superior de Guerra do Uruguai,⁸¹⁴ em agosto, o coronel Carlos von der Beck, diretor da Escola Superior de Guerra argentina, esteve em Montevidéu durante doze dias. Segundo o coronel Oliveira, diretor da instituição uruguaia, e o ministro da Defesa, Alfredo Campos, o militar argentino realizava uma missão de “cortesia e observação”.⁸¹⁵ Por outro lado, em fins de outubro, o major Augusto Frederico de Araújo Correia Lima, adido militar na embaixada brasileira, chegava a Montevidéu para substituir o coronel Alcio Souto.⁸¹⁶ A Comissão especial continuava seus estudos para a preparação do futuro aeródromo nacional, tão esperado pelos militares uruguaiaos.⁸¹⁷ A aviação civil uruguaia em setembro de 1938 possuía cinco aeroclubes e 28 aviões.⁸¹⁸

As manobras militares do Exército argentino no alto Paraná e em zonas da província de Entre Rios alertavam os militares uruguaiaos,⁸¹⁹ que dentro de suas limitações, esforçavam-se para atingir as necessárias condições de aperfeiçoamento.⁸²⁰ Em outubro do mesmo ano, o Exército uruguaio realizou manobras nas “Sierras de Mosquitos”, no Departamento de Canelones, utilizando material de guerra há pouco incorporado em suas forças militares. Tais exercícios contaram com a participação de 191 chefes e oficiais do 1º Batalhão de Infantaria, um grupo de artilharia destacado do 1º Regimento de artilharia montada, 1º Batalhão de Engenharia, uma esquadrilha de aviação, serviços de intendência,

⁸¹¹ Idem, Montevidéu, of. n° 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸¹² Ibidem.

⁸¹³ Idem, Montevidéu, of. n° 29, 31.01.1939. Mês político. Relatório n° 1. In: Ibid.

⁸¹⁴ FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 128, 31.08.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 8. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸¹⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 122, 26.08.1938. Visita do Coronel Carlos von der Beck a Montevidéu. In: Ibid.

⁸¹⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 212, 4.11.1938. Adido militar à Embaixada do Brasil em Montevidéu. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸¹⁷ FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 132, 1/09/1938. Construção do aeródromo nacional. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸¹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 177, 04.10.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 9. In: Ibid.

⁸¹⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 178, 04.10.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 9. In: Ibid.

⁸²⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 199, 29.10.1938. Manobras militares. In: Ibid.

saúde e veterinária, companhia de transmissões, alunos da Escola Superior de Guerra, da Escola de Armas e Serviços e do 3º ano da Escola Militar, dirigidos pelo chefe do Estado Maior, o coronel Pedro Sicco, e sob a vistoria do General Roletti, Inspetor Geral do Exército.⁸²¹

O novo governo uruguaio buscava se aproximar do governo argentino, ou ao menos manter relações cordiais com seu vizinho platino. A convite do governo de Ortiz, Guani visitaria a capital argentina em 23 de setembro de 1938.⁸²² Segundo os jornais montevidéanos, havia grande expectativa da assinatura de diversos convênios entre ambos os governos, entretanto, não especificaram a natureza de tais acordos. Havia também grandes expectativas e impressões sobre a Conferência de Lima a ser realizada em dezembro daquele ano.⁸²³ No entanto, apesar das expectativas anunciadas pelos jornais em ambos os lados do Rio da Prata, os atos concretizados nessa visita ficaram muito aquém.⁸²⁴ Ainda assim, Lusardo analisava a visita de Guani como positiva.⁸²⁵

A imprensa argentina gostava de ressaltar o aspecto maternal do presidente uruguaio, pois sua mãe era argentina. No entanto, muito além de seus vínculos pessoais, cerca de 100 mil uruguaios viviam na Argentina e havia um grande fluxo de turistas entre os dois países.⁸²⁶ Por isso, as relações com a Argentina era uma constante da política externa uruguaia.

Em Montevidéu, em setembro de 1938, circulou um projeto de lei na Câmara dos Deputados pelo qual o governo uruguaio solicitava autorização para aderir ao convênio de turismo de 1933, assinado no Rio de Janeiro por ocasião da visita do presidente Justo.⁸²⁷ O governo de Baldomir tinha certa urgência na aprovação desse projeto para se beneficiar da entrada de mais turistas brasileiros e argentinos no verão de 1939 que estava próximo. Esse convênio facilitaria o trânsito de pessoas entre os países com a eliminação das taxas de trâmites de visto e com facilidades do despacho de automóveis dos turistas.⁸²⁸

⁸²¹ Idem, Montevidéu, of. n° 202, 31.10.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 10. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸²² FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 121, 26.08.1938. Visita do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai à República Argentina. In: Ibid.

⁸²³ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 156, 13.09.1938. Visita do Ministro das Relações Exteriores à Argentina. In: Ibid.

⁸²⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 176, 04.10.1938. Mês político. Relatório n° 9. In: Ibid.

⁸²⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 194, 26.10.1938. Ecos da visita do Ministro das Rels. Exts. Do Uruguai à Rep. Argentina. In: Ibid.

⁸²⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 200, 31.10.1938. Mês político. Relatório n° 10. In: Ibid.

⁸²⁷ FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 136, 1/09/1938. Convênio de turismo entre o Brasil e a Argentina. Adesão do Uruguai. In: Ibid.

⁸²⁸ *El Diario*, Montevideo, 31.08.1938, anexo a Idem, Ibid.

Em entrevista em 4 de dezembro, o ministro Guani enfatizou que ao assumir a chancelaria nada tinha encontrado de projetos de fomento do turismo, e esse seria um desafio do governo. Para isso, propôs a formação de um Comitê Executivo Nacional, assessorado por uma comissão de técnicos, responsável pelas melhorias das condições de hotéis, estradas, balneários, logradouros públicos e propaganda.⁸²⁹

A pedido do governo brasileiro, o engenheiro brasileiro Silvio Lopes do Couto, representando a Comissão de Estudos e Obras da Lagoa Mirim, esteve diversas vezes em território uruguaio com o objetivo de estudar a navegabilidade no Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim para ampliar os canais de comunicação entre os países.⁸³⁰

Enquanto eventos comemorativos em homenagem à data patriótica brasileira eram realizados na Escola Brasil, em Montevidéu, João Batista Lusardo concedia entrevistas a jornais de Porto Alegre e do Rio de Janeiro exaltando os intercâmbios entre Brasil e Uruguai. O embaixador brasileiro destacava a ampliação de intercâmbios comerciais entre os países.⁸³¹ Na capital uruguaia, após circular o boato da visita do ministro da Fazenda do Brasil, Arthur de Souza Costa, em missão oficial relacionada às trocas comerciais com o governo uruguaio, César Charlone, ministro da Fazenda do Uruguai e vice-presidente da República, solicitou à embaixada brasileira maiores informações sobre o tema. Oswaldo Furst, primeiro secretário que assumia à embaixada na ausência de Lusardo, teve que desmentir tal notícia.⁸³² Boatos ou não, meses depois, o que se confirmou foi o convite realizado pelo governo uruguaio aos ministros da Fazenda do Brasil e da Argentina para uma reunião a ser realizada no dia 20 de janeiro de 1939 em Montevidéu. O convite foi estendido ao Paraguai.⁸³³

Dias depois, em entrevista concedida à imprensa montevideana, Lusardo destacou diversos pontos das boas relações brasileiro-uruguaias, dentre os quais destacaram-se: 1) a confirmação da conferência aduaneira, entre Brasil, Argentina e Uruguai, a ser realizada na capital uruguaia; 2) o aumento do intercâmbio comercial entre os três países; 3) a criação de

⁸²⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 250, 9.12.1938. Entrevista do Ministro Guani sobre turismo. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸³⁰ FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 147, 9.09.1938. Estudos sobre a navegabilidade do rio Jaguarão. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸³¹ *El Diario*, Montevideo, 6.09.1938, anexo em Idem, Montevidéu, of. n° 149, 09.09.1938. Entrevista do Embaixador Lusardo. In: Ibid.

⁸³² FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 150, 9.09.1939. Boatos da visita do Ministro da Fazenda do Brasil a Montevidéu. In: Ibid.

⁸³³ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 265, 26.12.1938. Reunião dos Ministros da Fazenda do Brasil, Uruguai e Argentina em Montevidéu. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939, AHI, RJ; 33/3/11.

uma sucursal do Banco do Brasil na cidade; 4) o estabelecimento de contato direto entre a ANCAP e o Instituto Açúcar do Brasil; 5) o aumento da navegação comercial brasileiro para os portos uruguaios; 6) o entroncamento das linhas áreas do Uruguai com as do extremo sul brasileiro; 7) a inauguração da exposição de pecuária de Bagé com a presença de altas autoridades uruguaias, já convidadas; 8) a realização de um certâmen, em Montevidéu, do livro brasileiro, cuja inauguração se faria com a presença do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema; 9) a instalação de um escritório permanente de propaganda comercial e 10) e, finalmente, o oferecimento pelo governo brasileiro de becas em institutos militares brasileiros a oficiais e cadetes uruguaios.⁸³⁴ Suas declarações animaram o governo e a imprensa uruguiaia. Lusardo planejava efetivamente colocar em prática os pontos elencados.

Figura 10- Declaração de Lusardo aos jornais de Montevidéu, em setembro de 1938.



Fonte: (*La Mañana*, 16/09/1938).⁸³⁵

⁸³⁴ Idem, Montevidéu, of. n° 163, 21.09.1938. Declarações do Embaixador do Brasil aos jornais locais. In: *Ofícios*. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸³⁵ *La Mañana*, Montevideo, 16.09.1938, anexo em Idem, *Ibid*.

Em outubro, Lusardo em companhia de César Charlone, ministro da Fazenda e vice-presidente, Esteban Elena, ministro da Agricultura e Pecuária, Albacazar Garcia, ministro da Indústria, Manuel Tiscornia, ministro do Interior, general Alfredo Campos, ministro da Defesa, coronel Esteban Cristi, diretor da Aeronáutica Militar, José Elorza, presidente da Federação Rural do Uruguai e Alfredo Inciarte, presidente da Associação Rural, cumpria a promessa de inauguração da exposição de pecuária em Bagé.⁸³⁶

Como resultado da visita à exposição entre criadores brasileiros e uruguaios em Bagé, o Ministro da Agricultura e Pecuária do Uruguai, Esteban Elene, em fins de novembro, por meio da apresentação de um projeto de decreto elaborado pela equipe técnica de seu ministério, demonstrou interesse na aquisição de reprodutores (bovinos, equinos, ovinos, suínos e caprinos) de procedência do Brasil, com destino às exposições de agricultura e pecuária realizadas naquele país.⁸³⁷

Numa entrevista com o cônsul uruguaio, Gualberto Urtiaga, publicada no jornal *La Tribuna Popular*, em 6 de janeiro de 1939, em Passo Fundo, no RS, o diplomata uruguaio destacava o desenvolvimento econômico do extremo sul brasileiro, ressaltando, sobretudo, o incentivo da produção de trigo, madeiras (pinho e cedro) e erva-mate pelo governo brasileiro.⁸³⁸

⁸³⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 189, 19.10.1938. Inauguração da exposição de Bagé. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸³⁷ Idem, Montevideú, of. n° 227, 21.11.1938. Introdução no Uruguai de reprodutores procedentes do Brasil. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸³⁸ *La Tribuna Popular*, Montevideo, 6.01.1939, anexo em Idem, Montevideú, of. n° 9, 10.01.1939. Entrevista de um cônsul uruguaio sobre o Brasil. In: Ibid.

Figura 11- Inauguração da exposição de pecuária em Bagé com a presença de Lusardo e autoridades uruguaias.



Fonte: (*La Tribuna Popular*, 10/10/1938).⁸³⁹

Os intercâmbios econômicos não foram os únicos desafios enfrentados. A presença italiana e alemã no Uruguai repercutiu nas relações brasileiro-uruguaias. Em 16 de setembro de 1938, Alberto Bellardi Ricci apresentou suas credenciais de representante diplomático da Itália ao governo uruguaio.⁸⁴⁰ Como reação à presença do diplomata italiano, o deputado comunista Eugenio Gomes, da tribuna da Câmara dos Deputados, discursou que Montevideu era o centro da expansão do fascismo e do nazismo para toda a América.

⁸³⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n.º 189, 19.10.1938. Inauguração da exposição de Bagé. In: *Ofícios*. Ago/Out. 1938, AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁴⁰ Idem, Montevideu, of. n.º 159, 19.09.1938. Novo Ministro da Itália. In: *Ibid.*

Discordando dessa declaração, Lusardo enfatizou que a capital uruguaia provava o contrário, continuava sendo o principal centro de irradiação comunista da América do Sul, apesar de reconhecer a existência de núcleos de propaganda das duas tendências extremistas.⁸⁴¹

Nesse cenário político disputado, muitos políticos e diplomatas desconfiavam do apoio alemão na construção da hidroelétrica de Rio Negro. Segundo Lusardo, as obras da usina elétrica seguiam com intensidade em fins de outubro de 1938. Gabriel Terra estava à frente da comissão honorária que fiscalizava o andamento das obras e os técnicos alemães tinham cerca de 1.200 empregados e operários uruguaios à sua disposição. O governo uruguaio estava compensando as aquisições de material alemão com barracas exportadores de lã.⁸⁴² Assim como sua participação na comissão honorária, a nomeação do ex-presidente Terra para a presidência do Banco da República gerou ferrenha reação da oposição uruguaia.⁸⁴³

Somente em 20 de dezembro o ex-presidente Terra regressaria à Montevideú, após uma longa excursão por diversos países europeus. De imediato, tomou posse oficialmente de seu cargo de presidente do Bando da República. Enquanto o órgão oficial do terrismo, *El Pueblo*, falava do “Regresso do Paladino de Março”, os setores batllistas, por meio de *El Día*, criticavam duramente sua passagem por Roma, acusando-o de fascista. Os batllistas não esqueciam do regime ditatorial terrista instaurado em março de 1933.⁸⁴⁴ De toda forma, dessa passagem pela capital italiana, Terra firmou um convênio comercial com a Itália que elevava as cifras a um total de 180 milhões de libras divididas em lã, 65 milhões; carnes, 18 milhões; trigo e outros cereais, 25 milhões; sementes de linho, 30 milhões; couros em bruto, 25 milhões; ossos, 3 milhões; tripas salgadas, 2 milhões; sebo animal, 3 milhões e outras mercadorias, 3 milhões. Em troca, a Itália venderia ao Uruguai máquinas agrícolas, artigos sanitários e de eletricidade, produtos químicos-farmacêuticos e manufaturas de lã, sedas e algodão.⁸⁴⁵

⁸⁴¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 176, 4.10.1938. Mês político. Relatório no. 9. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁴² Idem, Montevideú, of. n° 201, 31.10.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 10. In: Ibid.

⁸⁴³ FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 118, 23.08.1938. Diretório dos entes autônomos. In: Ibid.

⁸⁴⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 260, 20.12.1938. Regresso do ex-Presidente Gabriel Terra. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁴⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 269, 29.12.1938. Convenio de comercio ítalo-uruguaio. In: Ibid.

No entanto, além das relações com a Itália, a aproximação comercial do Uruguai com a Alemanha também preocupava os demais diplomatas.⁸⁴⁶ Por outro lado, enquanto tramitava no Parlamento projetos de lei sobre a imigração, a fácil entrada de judeus no país preocupava as autoridades uruguaias.⁸⁴⁷ Em 10 de dezembro de 1938, François Gentil alertava:

*[...] Es cierto que la propaganda nazi en América del Sur, propaganda que es acusada de haber fomentado movimientos revolucionarios en Brasil y en Chile, le ha hecho perder bastante simpatía a Alemania. Lamentablemente, la influencia económica del Reich sobre Uruguay, sobre la cual bastante he informado al Departamento, es más completa que nunca. [...] el apreciable crecimiento de las compras alemanas en Uruguay: además el contrato de las obras hidroeléctrica del Río Negro pone a la economía uruguaya bajo la dependencia del Reich. He ahí oportunidades que Alemania sabrá aprovechar en el momento oportuno.*⁸⁴⁸

Essa mesma preocupação circulava nos meios diplomáticos brasileiros. No entanto, cabe salientar que os conflitos gerados pelas questões comerciais estavam claramente presentes no processo decisório da política externa, uma vez que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder a alinhamentos preferenciais nas relações internacionais. O comércio exterior e os assuntos financeiros e industriais subordinavam-se a esses conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou a reposição de armamento e munição, a vigilância das fronteiras, os estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas ligavam-se claramente a fornecedores e a *know-how* estrangeiros, e envolviam decisões políticas.⁸⁴⁹ Em outubro de 1938, o próprio Winston Churchill, em seu discurso pelo rádio, admoestava que “na América do Sul, o regime nazista começava a minar as bases da sociedade brasileira”.⁸⁵⁰ Há, portanto, nesse momento na América Latina, uma corrida comercial, cultural, política e ideológica entre as grandes potências.⁸⁵¹

Naqueles idos de 1938, o custo médio de vida continuava elevado. O governo uruguaio restringia cada vez mais as importações, limitando-as rigorosamente ao sistema de quotas, enquanto o Brasil era tratado como “país sem quota” pelos importadores de

⁸⁴⁶ BUENO para o chanceler MACEDO SOARES, Montevidéu, of. n° 300, 7.11.1935. Novo Convenio comercial entre o Uruguai e a Alemanha. In: Set/Dez 1935; AHI, RJ.

⁸⁴⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 270, 31.12.938. Mês político. Relatório n° 12. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁴⁸ Telegrama n° 27, 10.09.1938. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, opina que existe una fuerte influencia alemana basada en las obras de la represa del Río Negro. In: NAHUM, 2000; p.66-67.

⁸⁴⁹ MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-43. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993; p. 179.

⁸⁵⁰ HILTON, 1983; p. 15.

⁸⁵¹ MOURA, op. cit.; p. 179.

mercadorias brasileiras. Isso dificultava a expansão das vendas de produtos brasileiros.⁸⁵² Somado a isso, o governo uruguaio adotava a política “comprar de quem nos compra”, que não beneficiava o governo brasileiro.

Apesar dos esforços do embaixador brasileiro em Montevideu na ampliação das trocas comerciais entre o Uruguai e seu país, muitas vezes ações particulares de proprietários brasileiros minavam seus planos. Em outubro de 1938, por exemplo, em petição dirigida ao presidente Baldomir, o brasileiro Damaso Correia Coelho solicitava indenização por prejuízos causados com a abertura de uma estrada em terrenos de sua propriedade na localidade de Jucutuá, no Departamento de Artigas.⁸⁵³

Por outro lado, com o Paraguai, acordos econômicos e convênios avançavam. Em missão à Assunção, César Charlone firmou uma série de convênios, dentre os quais concluía com êxito as negociações para o estabelecimento de linhas de aviação comercial entre Assunção e Montevideu, por meio de uma companhia uruguaia, a “Pluna”, determinando também em convênio as comunicações radiotelegráficas entre os dois países. No campo econômico, as relações comerciais entre os países não eram expressivas. Em 1937, por exemplo, segundo Lusardo, o comércio não excedeu 300.000 pesos uruguaio, por cada país, com alguma diferença favorável ao Paraguai. O Uruguai importava madeiras, erva-mate, tabaco e pera do Paraguai. Em contrapartida, Paraguai comprava farinha de trigo e alguns artigos da manufatura uruguaia.⁸⁵⁴

⁸⁵² LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. no. 201, 31.10.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 10. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁵³ Idem, Montevideu, of. n° 189, 18.10.1938. Propriedade brasileira prejudicada. In: Ibid.

⁸⁵⁴ Idem, Montevideu, of. n° 211, 03.11.1938. Acordos entre o Uruguai e o Paraguai- Missão Charlone. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

Tabela 11 -Comércio Exterior do Uruguai: principais países para suas importações e exportações (1933-1939).

Comércio Exterior do Uruguai: principais países para suas importações e exportações (1933-1939).							
IMPORTAÇÕES (em pesos)							
País de origem	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Inglaterra	12.149.338	11.254.645	9.968.875	11.895.879	13.517.256	15.219.308	11.982.402
Alemanha	5.466.594	5.410.442	5.198.161	6.220.280	8.880.791	12.288.444	10.693.729
Argentina	9.956.941	5.743.909	4.340.414	3.037.501	4.835.188	3.393.466	4.290.168
Itália	3.106.940	3.287.543	2.710.180	2.225.429	3.050.570	3.100.839	4.209.508
Estados Unidos	5.571.960	9.351.584	9.791.056	8.820.302	10.892.744	8.845.532	3.431.380
Japão	794.799	2.450.469	2.623.276	3.379.402	3.749.870	3.580.234	1.751.690
Bélgica	2.349.720	2.685.189	2.635.319	3.357.547	4.099.459	2.145.690	1.674.161
França	1.718.207	1.213.400	1.906.328	1.413.722	1.783.659	1.622.601	1.572.318
Outros países	22.598.984	21.317.163	20.785.918	25.584.568	29.579.568	24.734.587	25.758.647
TOTAL	63.789.563	62.712.344	59.959.527	65.934.630	80.393.105	74.930.701	65.364.003
EXPORTAÇÕES (em pesos)							
País de destino	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
Inglaterra	22.244.148	17.785.036	23.703.578	23.340.473	23.895.944	25.206.849	18.730.330
Estados Unidos	5.549.576	7.272.948	10.869.298	13.391.125	13.966.791	3.825.992	14.052.583
Alemanha	9.838.318	11.402.531	13.338.249	10.084.781	13.062.980	22.641.279	12.300.213
Itália	4.342.784	5.296.509	9.295.772	3.713.739	5.349.151	4.257.315	6.087.706
Bélgica	4.153.150	5.093.319	4.475.946	4.401.170	3.948.438	2.670.181	5.956.198
França	6.565.328	4.591.080	7.606.204	5.659.996	4.582.548	7.135.865	3.860.485
Argentina	5.992.814	5.088.136	6.872.160	9.945.999	9.113.029	9.204.078	2.203.570
Japão	527.295	567.853	1.847.841	6.253.102	9.658.405	1.608.851	1.873.740
Outros países	19.444.177	12.675.346	17.347.814	12.909.252	15.199.971	19.792.324	36.301.478
TOTAL	66.637.590	69.772.758	95.356.862	90.299.635	98.777.227	96.342.734	101.366.303

Fonte: (NAHUM, 2000; p.123-124.)⁸⁵⁵

Enquanto o Brasil sequer aparecia entre os principais parceiros comerciais do Uruguai, o país tornou-se o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul depois de 1934. Em 1937 e 1938, o governo brasileiro assinou contratos de armamentos com a Krupp e a polícia federal estabeleceu ligações com a Gestapo visando coordenar medidas anticomunistas. No final de 1937, logo após a implantação do Estado Novo, como destacou Stanley Hilton, Berlim até cogitou a persuadir o Rio de Janeiro a assinar o Pacto Anti-Comintern.⁸⁵⁶ Contudo, Vargas e seus chefes militares demonstraram a sua firme intenção de não permitir qualquer interferência em assuntos internos brasileiros, lançando em 1938

⁸⁵⁵ In: Telegrama nº 59, 21.09.1940. Albert Ledoux, encargado de Negocios de Francia, presenta un resumen de la situación del país con especial referencia a la colonia francesa. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p.124. Entre 1938 e 1939, o volume das exportações de “Outros países” praticamente duplicou devido às compras efetuadas pelos países neutros (Suécia, Dinamarca, Suíça, etc.) no início da guerra. In: *Ibid*; p. 125.

⁸⁵⁶ HILTON, 1983; p. 30-31.

uma vigorosa campanha contra as atividades de agentes do Partido Nazista e contra o isolamento cultural da comunidade germânica no sul do país.

O governo de Vargas compreendia bem as vantagens econômicas proporcionadas pelo III Reich. No entanto, o próprio desenvolvimento dos movimentos bélicos na Europa forçou aos governos brasileiro e uruguaio tomarem uma clara posição. François Gentil ao comentar as repercussões da anexação da Áustria pela Alemanha nazista no Uruguai destacava que:

*[...] Uruguay, como todos los países pequeños, tiene un cierto respeto por la fuerza, aunque la misma sea brutal y en definitiva, como ya lo escribí varias veces, Alemania es uno de sus mejores clientes. Por otra parte, el Reich realizó una acción magistral al ponerse a la cabeza de la cruzada anti-comunista: con ese título tiene todas las simpatías de los dirigentes uruguayos. [...] En lo que respecta a la guerra de España, todas las simpatías de los círculos y los diarios gubernamentales se dirigen al Gobierno del General Franco: nadie se indigna sobre los salvajes bombardeos de ciudades desprotegidas. Se le deja a los 'rojos' el monopolio de las atrocidades. Es indudable que la victoria de las tropas de Franco, de producirse, provocará aquí un gran entusiasmo.*⁸⁵⁷

Apesar de certas simpatias ou admiração por regimes fascistas por parte de algumas lideranças políticas uruguaias, as medidas nacionalistas do governo brasileiro varguista refletiram em Montevideú. Segundo o diplomata francês, a imprudente gestão do embaixador da Alemanha no Rio de Janeiro de intervir a favor de grupos nazistas dissolvidos por Vargas abriu os olhos da opinião pública montevideana em apoio à resposta do presidente brasileiro.⁸⁵⁸

A campanha de nacionalização, a proibição da propaganda e da organização de partidos políticos provocaram o estremecimento das relações entre o Estado Novo e o Reich, em 1938, contrariando, assim, as expectativas geradas pela identidade de regimes. A simpatia de Vargas pelos regimes totalitários europeus, o aumento considerável das trocas comerciais entre Brasil e Alemanha e a aproximação dos dois países no referente à armamentos e colaboração policial não impediram o Estado Novo de cercear as atividades da seção brasileira do Partido Nazista. As atividades políticas foram, aliás, proibidas a estrangeiros.⁸⁵⁹

Nesse quadro, a cooperação brasileira com os países americanos, Estados Unidos em particular, já tinha aumentado. A partir de maio de 1938, as relações entre os países

⁸⁵⁷ Telegrama nº 19, 26.03.1938. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, comenta las repercusiones de sucesos europeos, como la anexión de Austria por Alemania. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p.53-54.

⁸⁵⁸ Ibidem.

⁸⁵⁹ CERVO, 2015; p. 265.

melhoraram ainda mais, não só em razão da presença de Oswaldo Aranha à frente do Ministério das Relações Exteriores, mas também por causa da crise nas relações com a Alemanha, que não conseguiria recuperar o terreno perdido. A missão Aranha nos Estados Unidos, entre fevereiro e março de 1939, consolidaria essa aproximação política e comercial, que se estenderia também lentamente para o campo militar. Os generais George Marshall e Góes Monteiro trocaram visitas em maio e julho de 1939.⁸⁶⁰

Ao falar sobre o nacionalismo uruguaio naqueles tempos, François Gentil ressaltou a condição geopolítica do Uruguai. Para ele, o país ainda representava um Estado tampão entre os seus grandes vizinhos:

*[...] creen estar protegidos por la codicia de sus dos poderosos vecinos: se ofenderían si alguien les dijese que son un Estado tapón y que su seguridad proviene del hecho que Brasil no soportaría su anexión a la Argentina, ni éste último país su anexión al Brasil. Sin embargo, es verdad.*⁸⁶¹

No entanto, neste contexto da guerra, verificar-se-á que o pequeno país da América Meridional buscou outras opções de segurança para além da sua vizinhança, no entanto, sempre com certa cautela. A anexação da Áustria pela Alemanha acentuou o sentimento de solidariedade entre os países latino-americanos. Todavia, o caso do Uruguai é peculiar. Joseph de Neef destacava que um país como o Uruguai, não podia ter:

*[...] sin embargo, en la cuestión de las relaciones de los Estados de esta parte del Continente con la gran República del Norte, completa libertad; su debilidad y su situación geográfica lo someten a la Argentina o al Brasil que son, entre los Estados del Sur, aquellos cuya resistencia a toda tendencia hegemónica del Norte se ha afirmado más.*⁸⁶²

A difícil situação internacional exigia um chanceler experiente. Seguindo as recomendações do riverista Pedro Maníni Ríos, Baldomir escolheu Alberto Guani.⁸⁶³ Guani estava muito ciente das limitações de inserção internacional de seu país naqueles tempos bélicos.⁸⁶⁴ Como analisado no Capítulo II, durante o governo de Gabriel Terra, houve uma reorientação conservadora da política externa uruguaia com uma aproximação da Alemanha

⁸⁶⁰ Idem; p. 267-270.

⁸⁶¹ GENTIL opina sobre el culto a la Patria de los uruguayos. Telegrama n° 29, 24.09.1938. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p.69.

⁸⁶² DE NEEF informa sobre la política internacional del Uruguay, entre la Doctrina de Monroe y sus lazos con Europa. Telegrama n° 196, 26.04.1938. In: NAHUM, 1998; p.418-419.

⁸⁶³ AYÇAGUER, 2009; p. 2.

⁸⁶⁴ Em 1938, Alberto Guani era, inquestionavelmente, o diplomata uruguaio com maior projeção nacional e internacional. Desde 1911 representou o Uruguai em diversos países e missões. Serviu na Áustria-Hungria, França e Inglaterra. Durante a Grande Guerra (1914-1918), Guani tinha servido na Bélgica. Depois acompanhou o pós-guerra em Paris e em Londres. Nesse período representou seu país na Sociedade das Nações.

nazista e, fundamentalmente, da Itália fascista, mas também foi marcada por rupturas diplomáticas com a Argentina (1932), URSS (1935) e República Espanhola (1936). Com Alberto Guani à frente do Ministério das Relações Exteriores, haveria modificações significativas. Ele foi o responsável por reorientar a política externa do país para a política pan-americana dos Estados Unidos, e no contexto da guerra, para uma “neutralidade aliadófila”.

Figura 12- João Batista Lusardo em reunião com o presidente do Uruguai, Alfredo Baldomir, o chanceler Alberto Guani e o ministro Juan José de Amézaga.



Fonte: (LUSARDO, 1983; p. 658).

Entretanto, o chanceler uruguaio se deparou com inúmeros empecilhos. Em 1938, as relações comerciais entre Uruguai e EUA passavam por um momento particularmente difícil.⁸⁶⁵ Buscando conservar o substancial mercado britânico para as carnes uruguaias, o governo de Gabriel Terra tinha adotado a política “comprar de quem nos compra”, fortemente pressionado pelos setores pecuaristas. Estados Unidos, que compravam pouco,

⁸⁶⁵ Cf. AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. ¿"Buen Vecino"? Mal cliente. Las dificultades en el relacionamiento comercial de Uruguay con Estados Unidos en los preámbulos de la Segunda Guerra Mundial (1938). Montevideo, FHCE, Serie **Papeles de Trabajo**, 1997.

mas vendiam muito (combustíveis, automotores etc.), sofreram os impactos dessa política, pois Terra priorizou o capital inglês e alemão. Aproveitando-se dessas boas relações comerciais, a Inglaterra pensava em transformar o porto de Montevideú,⁸⁶⁶ em caso de guerra, em uma base de operações de sua marinha mercante e centro de apoio de sua frota de guerra no Atlântico Sul.⁸⁶⁷ Não por acaso que a batalha naval entre o encouraço alemão e os navios de guerra britânicos ocorreram no Rio da Prata, em dezembro de 1939.

Para o diplomata belga em Montevideú, o governo Baldomir se mostrava muito preocupado com sua situação econômica e com suas relações com seus países vizinhos. O chanceler uruguaio tinha sido hóspede de honra do governo argentino durante vários dias. César Charlone, vice-presidente e ministro da Fazenda, havia visitado o Paraguai e conseguido marcar uma reunião com os ministros da Fazenda do Brasil e da Argentina, em janeiro de 1939. Uma das principais pautas dessa reunião, para Joseph de Neef, era o contrabando nas fronteiras entre os três países.⁸⁶⁸

Nesse caso, tanto fatores políticos internos quanto o contexto internacional contribuíram para a ruptura da aliança que sustentava o regime terrista. Magdalena Broquetas sintetizou bem esse momento da política uruguaia de singelas mudanças. O presidente Alfredo Baldomir, um militar e arquiteto, que havia desempenhado a função de chefe da polícia de Montevideú durante o golpe de estado de 1933, buscou rapidamente apagar o seu histórico de golpista. Essa mudança de rumo, na verdade, enunciava as reivindicações de amplos setores da sociedade uruguaia mobilizados por uma Nova Constituição que fosse democrática. Conquanto, correspondia também à uma maior influência dos Estados Unidos e sua retórica antifascista e defensora da democracia liberal. Nesse cenário, e não muito diferente de outros países latino-americanos, o Uruguai prestigiava a consolidação dos EUA como potência ocidental hegemônica, durante o período do conflito mundial.⁸⁶⁹

Em fins de novembro, o governo brasileiro protestou contra o governo uruguaio devido ao ataque a tiros à uma lancha brasileira em águas do rio Quaraim, sob jurisdição uruguaia, que resultou em uma morte. No jornal *La Mañana* o caso era noticiado da seguinte

⁸⁶⁶ Além do porto de Montevideú ser mais compatível com a estratégia inglesa, o governo e a sociedade uruguayos eram claramente mais favoráveis aos Aliados.

⁸⁶⁷ AYÇAGUER, 2009; p. 18.

⁸⁶⁸ Telegrama nº 199, 6.12.1938. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comunica la flerte abstención en las últimas elecciones, la integración de las Cámaras Legislativas y la opinión favorable a una revisión de la Constitución. In: NAHUM, 1998; p.425.

⁸⁶⁹ BROQUETAS, 2020; p. 165.

maneira: “*Contrabandistas sorprendidos se balearon con la policía.*”⁸⁷⁰ A pedido da embaixada brasileira foi aberto um inquérito. Segundo o governo uruguaio, tratava-se de um ato de contrabando e dentre os quatro tripulantes da lancha “São Francisco”, somente um era brasileiro, ainda assim, naturalizado, e os demais uruguaios e argentinos. Todos tinham antecedentes criminais. Lusardo não se conformou com as explicações dadas, pois não tinham encontrado vestígios de contrabando na lancha, abandonada pelos três tripulantes feridos e com um morto a bordo.⁸⁷¹ No entanto, no mesmo dia, após receber relatórios mais detalhados das forças policiais uruguaias, encaminhou um outro ofício à Oswaldo Aranha, afirmando que não era lícito duvidar daquilo que se haja averiguado.⁸⁷²

Em relação ao comércio exterior, o embaixador brasileiro insistiu em medidas que facilitassem o intercâmbio comercial entre Brasil e Uruguai e pedia ao governo uruguaio que as importações brasileiras, feitas em câmbio livre, tivessem o mesmo tratamento das mercadorias de outras procedências como Alemanha, Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, Polônia e Japão, que gozavam de câmbio dirigido. Além disso, Lusardo defendia que as compras brasileiras do Uruguai eram maiores do que as apontadas pelas estatísticas oficiais do governo uruguaio. Pelos dados uruguaios relativos, em 1937, o Brasil exportou para o Uruguai mercadorias no valor de 5.450.285 pesos, e dele importou mercadorias no valor de 2.695.446 pesos. As vendas uruguaias, segundo as estatísticas locais, foram de 58.191 unidades de bovinos, no valor de 2.269.457 pesos; 12.862 unidades de ovinos no valor de 59.131 pesos; 751 unidades de equinos no valor de 21.255 pesos; 2.000 kg de graxa bovina e 178 kg de bexigas secas, 13.680 kg de alhos; 25.650 kg de giz em pó; 1.562.504 kg de farinha de trigo, no valor de 146.370 pesos; e 210.000 kg de trigo em grão, além de diversos outros artigos.⁸⁷³

Lusardo destacou, sobretudo, as cifras da farinha de trigo e do trigo em grão. Dizia que, na verdade, a exportação real foi de 8.317.798 kg de farinha de trigo e 630.318 kg de trigo em grão, cujo valor corresponderia, respectivamente, a 512.970.45 pesos e 34.667,49 pesos. Havia, portanto, uma clara diferença entre os valores oficiais e os valores supracitados. Além disso, o embaixador brasileiro destacava a importação de gado em pé do

⁸⁷⁰ *La Mañana*, Montevideo, 2.12.1933, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 245, 7.12.1938. Ataque a uma lancha brasileira. Protesto do Governo do Brasil. In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁷¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n°. 232, 30.11.1938. Ataque a uma lancha brasileira. Protesto do Governo do Brasil. In: *Ibid*.

⁸⁷² *Idem*, Montevideu, of. n° 233, 30.11.1938. Ataque a uma lancha brasileira. Protesto do Governo do Brasil. In: *Ibid*.

⁸⁷³ *Idem*, Montevideu, of. n° 234, 30.11.1938. Importações brasileiras pelo Uruguai. In: *Ibid*.

Uruguai via terrestre pela zona fronteiriça do Norte do país, cerca de 350.000 cabeças em 1937. Por fim, o embaixador brasileiro queria convencer o chanceler uruguaio de que as relações comerciais com o Brasil beneficiavam a economia uruguaia, descongestionando o mercado do país. Com isso, esperava ações do governo do país vizinho para facilitar e incrementar a balança do comércio externo entre os países.⁸⁷⁴

Além disso, para Lusardo, a importação de mate, madeiras, café, tabaco e cacau poderia ser completada com a dos artigos manufaturados como tecidos, artefatos de borracha, produtos minerais e das indústrias de alumínio e ferro.⁸⁷⁵

Em relatório mensal de novembro, Lusardo destacava que os prosseguimentos das obras do Rio Negro, os trabalhos públicos projetados em matéria de conservação e construção de estradas e balneários, saneamento, edificação de hospitais e de sedes administrativas e o reaparelhamento do Exército demonstravam uma atuação firme do presidente Baldomir.⁸⁷⁶ De fato, as despesas do Ministério de Obras Públicas e o orçamento do Exército e da Marinha tinham sido aumentadas.⁸⁷⁷ O cruzador “Uruguai”, por exemplo, da Marinha de Guerra uruguaia, tinha passado por uma reforma completa nos estaleiros locais.⁸⁷⁸ Tanto é que no mês seguinte realizou uma viagem de instrução ao Mar del Plata, na Argentina, e no Rio de Janeiro e em Santos, no Brasil.⁸⁷⁹

No campo simbólico, Lusardo buscava se destacar. Para isso, no dia 7 de dezembro, em um banquete oferecido ao presidente uruguaio na sede da embaixada, Brasil e Uruguai reafirmavam as suas relações amistosas. Também participaram dessa cerimônia o vice-presidente da República, César Charlone, o Ministro das Relações Exteriores, Alberto Guani, o presidente do Senado, José Espalter, o presidente da Câmara dos Deputados, Cyro Giambruno, o Intendente de Montevideú, Acosta y Lara, o embaixador argentino em Montevideú, Roberto Levillier, o presidente do Jockey Club, Adolfo Folhe Juanicó, o engenheiro Francisco Lasale, o secretário da presidência, Hugo Ricaldoni, o primeiro secretário da embaixada brasileira Oswaldo Furst, o adido militar Correia Lima, o 2º secretário Carlos Brandes, o cônsul adjunto do Brasil, Castro Menezes, Sérgio de Freitas e o arcebispo de Montevideú. Todos estavam acompanhados com suas respectivas esposas, à

⁸⁷⁴ Ibidem.

⁸⁷⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁷⁶ Idem, Montevideú, of. n° 236, 30.11.1938. Mês político. Relatório n° 11. In: Ibid.

⁸⁷⁷ Idem, Montevideú, of. n° 237, 30.11.1938. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 11. In: Ibid.

⁸⁷⁸ Idem, Montevideú, of. n° 238, 30.11.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 11. In: Ibid.

⁸⁷⁹ Montevideú, of. n° 241, 03.12.1938. Viagem de instrução do cruzador “Uruguay”. In: Ibid.

exceção do religioso, que por motivos de sua função, compareceu muito rapidamente apenas para saudar o presidente uruguaio e o embaixador brasileiro. Logo após o jantar, todos os convidados assistiram alguns filmes brasileiros que exaltavam a natureza do Brasil.⁸⁸⁰ Mais uma vez, constata-se o valor simbólico da atuação diplomática de João Batista Lusardo em Montevideú, por mais que as despesas da embaixada brasileira acabassem constantemente em déficit.⁸⁸¹

Figura 13: Banquete na embaixada brasileira com autoridades políticas uruguaias, dezembro de 1938.



Fonte: (*La Tribuna Popular*, 8/12/1938).⁸⁸²

⁸⁸⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 248, 09.12.1938. Banquete na Embaixada ao Presidente Baldomir. In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁸¹ Idem, Montevideú, of. n° 273, 31.12.1938. Prestação de contas. Reforço verba “Telegramas”. In: *Ibid*.

⁸⁸² *La Tribuna Popular*, Montevideo, 8.12.1938, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 248, 9.11.1938. Banquete na Embaixada ao Presidente Baldomir. In: *Ibid*.

3.2. Novos atores e problemas contemporâneos (1938-1941)

Em 1938, enquanto o Uruguai vivia o governo de Alfredo Baldomir marcado por reconfigurações políticas internas, o Estado Novo de Getúlio Vargas se consolidava no Brasil com fortes medidas de repressão e violência. Ambos os governos buscavam tirar vantagens econômicas, comerciais e técnicas das grandes potências. Entretanto, não podiam negligenciar as reconfigurações do concerto internacional, muito menos a política continental protagonizada pelos Estados Unidos. Isto é, as Conferências Pan-Americanas, que tiveram um papel expressivo durante o conflito mundial, não podiam ficar de fora de suas respectivas políticas externas.

As Américas foram alvo de uma forte campanha por parte dos Estados Unidos, preocupados que estavam em erguer a unidade do continente sob os pilares de sua liderança. Washington abandonou os anos de intervenção militar, principalmente nos países centro-americanos, em favor da colaboração política e diplomática da Política de Boa Vizinhança do governo Roosevelt (1933-1945). Foram organizadas inúmeras conferências interamericanas com esse objetivo e sua enumeração deixa evidente o esforço sistemático e relevante, então, realizado. Inicialmente, apenas para tratar da ameaça do conflito europeu e, em seguida, de sua concretização, realizaram-se as seguintes reuniões entre as repúblicas americanas: a de Buenos Aires (1936), que proclamou a unidade americana e reiterou o princípio de não-intervenção; a de Lima (1938), que aprovou a declaração de princípios sobre solidariedade continental; a do Panamá (1939), que declarou a neutralidade continental em face da guerra europeia; a de Havana (1940), que declarou que qualquer ataque extra-hemisférico seria considerado um ataque ao conjunto dos países americanos; a do Rio de Janeiro (1942), que recomendou o rompimento de relações diplomáticas das repúblicas americanas com os países do Eixo.⁸⁸³

Além disso, a economia norte-americana recomeçava a crescer e precisava reconquistar novos mercados para substituir aqueles perdidos durante a Grande Depressão. A América Latina seria uma região ideal para essa expansão econômica, pois, praticamente, todos os países sul-americanos eram carentes de produtos industrializados, apesar dos esforços realizados, principalmente, por Argentina, Brasil e Chile, durante a depressão

⁸⁸³ PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 4. Olhando para dentro (1930-1964). Espanha: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Objetiva, 2013; p. 152-153.

mundial, em desenvolver suas indústrias de substituição de bens e consumo com os parques capitais gerados por seus principais produtos de exportação: carne congelada, café e cobre, respectivamente. O problema principal era a disparidade existente entre a economia dos países latino-americanos e a dos EUA. Os empresários norte-americanos exigiam que todas as transações comerciais fossem realizadas com moeda-corrente, em que as vantagens concedidas eram equitativas e recíprocas entre os Estados participantes da negociação (Programa Hull – “*Reciprocal Trade Agreement Act*”), lastro monetário que a maioria dos países sul-americanos não possuía.⁸⁸⁴

O outro fator que preocupava o governo dos EUA era o crescimento da influência fascista na América Latina, quando a Alemanha e, posteriormente, a Itália, na procura de novos mercados, iniciaram um complexo e elaborado sistema comercial com os países latino-americanos, que prejudicava bastante o seu comércio na região. Temendo que estes países os ultrapassassem no volume de vendas para as nações sul-americanas, o Departamento de Estado celebrou vários acordos comerciais para dificultar a expansão comercial desses países de regime totalitário em sua área de influência. Na América do Sul, com exceção da Argentina, os EUA firmaram acordos comerciais importantes com o Brasil e o Chile, tornando-se o principal investidor dessas duas nações sul-americanas, principalmente, após a sua entrada na guerra, que passou a exigir cada vez mais matérias primas fundamentais para a sua produção bélica.⁸⁸⁵

Preocupados com essa expansão do fascismo na América Latina, desde a Conferência Pan-Americana de 1933, realizada em Montevideu, os EUA puseram em prática a doutrina da “Boa Vizinhança”, um projeto de segurança continental baseado em um pacto interamericano de apoio mútuo de todas as nações americanas contra intervenções externas (europeias). Na verdade, uma forma mais branda da aplicação de hegemonia econômica e política, até então utilizada pelos norte-americanos no continente. Os norte-americanos abandonaram qualquer tentativa de intervenção militar e procuraram instalar um processo de consulta e cooperação que respeitasse a autodeterminação dos povos. Assim, os EUA

⁸⁸⁴ FERRER, Jorge Luiz Pereira; ZHEBIT, Alexandre; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942). *Diálogos* (Maringá. Online), v. 16, n. 2, mai.-ago./2012; p. 549.

⁸⁸⁵ *Ibid*; p. 549-550.

reconheceram a soberania dos países da América Latina e promoveram uma política de não intervenção.⁸⁸⁶

A preponderância dos Países do Eixo na região surgiu, em parte, com a criação de um forte e promissor comércio com os países sul-americanos, logo após o fim da Grande Depressão.⁸⁸⁷ Essas relações comerciais se baseavam em um sistema de trocas de mercadorias em que cada valor conseguido na venda de um produto poderia ser utilizado para a compra de outro produto (“marcos compensados”),⁸⁸⁸ sem a utilização de qualquer tipo de moeda internacional (divisas), facilitando as economias latino-americanas que não dispunham dessas divisas. A Alemanha e a Itália, à medida que saíam da grande depressão, vinham incrementando o seu comércio com os países latino-americanos e, no caso alemão, adquirindo matérias primas para a sua indústria de guerra.⁸⁸⁹ Outro fator considerável era a presença de grandes colônias de imigrantes germânico-italianas nesses países sul-americanos, onde os agentes do fascismo procuravam propagar sua ideologia política, usando clubes sociais, associações culturais e agentes diplomáticos, cuja finalidade era a manutenção das tradições de seus descendentes e a difusão da defesa de um governo forte e centralizador.

No setor militar, desde o final do século XIX, tanto Argentina, Brasil e Chile já vinham sofrendo uma grande influência da Alemanha, quando suas Forças Armadas passaram a ser treinadas por militares prussianos.⁸⁹⁰ A Argentina cancelou esse acordo militar por conta da Primeira Guerra Mundial, reativando-o em 1920.⁸⁹¹ O Brasil, após o final da Primeira Guerra Mundial, mudou de política e passou a gravitar na esfera de influência francesa, uma das grandes vencedoras do conflito, com a permanência de uma missão militar francesa (1920-1940) sob o comando do General Maurice-Gustave Gamelin, que ajudou a transformar e profissionalizar o Exército Brasileiro, aperfeiçoando oficiais e criando um Curso de Estado-Maior.⁸⁹² Seguindo o mesmo modelo argentino, o governo

⁸⁸⁶ Cf. PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos – Continuidade ou Mudança?** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

⁸⁸⁷ LOPES, 2008; p.185.

⁸⁸⁸ Marcos compensados ou Marcos Askis (“Auslander Soderkonto für Inlandszahlungen” – conta especial do estrangeiro para pagamentos internos). Esse processo econômico de trocas com a Alemanha determinava que, a cada valor ganho na venda de um produto por um dos países envolvidos, houvesse um valor correspondente na compra de outro produto pelo mesmo país, em outra negociação com a Alemanha.

⁸⁸⁹ LOPES, op. cit. ; p.221.

⁸⁹⁰ FERRER, et al; 2012; p. 552.

⁸⁹¹ Em 1936, uma missão militar da “Wehrmacht” (Forças Armadas da Alemanha) foi enviada para treinar oficiais do Exército argentino. Seus contratos seriam rescindidos com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

⁸⁹² CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005; p.28-29.

chileno contratou muitos instrutores alemães para lecionar nas escolas militares de suas Forças Armadas.⁸⁹³

Desse modo, para conquistar seu espaço hegemônico no continente, os Estados Unidos precisavam ampliar sua presença política e econômica na região. Para isso, privilegiaram as Conferências Pan-Americanas, notável instrumento de sua política externa voltada para a América Latina.

Em especial, a VIII Conferência Internacional Americana, a ser realizada em dezembro de 1938, em Lima, gerou grandes expectativas. Em 24 de agosto, o governo uruguaio criou a “Comissão Assessora” com o objetivo de estudar os temas do programa organizado pela conferência. Compuseram tal comissão: Pedro Manini Rios, Juan José de Amézaga, José A. de Freitas, Juan Antonio Buero, José Irureta Goyena, Carlos Maria Prando, Dardo Regules, Martin Echegoyen, Pedro B. Berro, Alvaro Vargas, José Pedro Varela e Armando D. Pirotto.⁸⁹⁴ Na mesma semana de criação, os membros já tinham se reunido para discutir determinadas questões. Além desses já mencionados, Aureliano Rodriguez Larreta seria adicionado como secretário e Hector Gorbarán Herrera como secretário do presidente da delegação.⁸⁹⁵

Em 8 de novembro, a caminho de Buenos Aires, Afrânio de Mello Franco, chefe da delegação brasileira na VIII Conferência Internacional Americana, passou rapidamente por Montevidéu, junto com os demais membros.⁸⁹⁶ Apesar de rápida, foi o momento oportuno para a delegação brasileira, composta por Altino Arantes, Hildebrando Accioly, Levi Carneiro, Costa Rego, Edmundo da Luz Pinto e Mendes Gonçalves, conhecer alguns delegados uruguaio da Conferência de Lima, antes mesmo dela ser realizada. Em almoço oferecido por João Batista Lusardo no Golf Club, diversas personalidades uruguaio como Irureta Goyena, criminalista, Dardo Regules, advogado, parlamentar, líder católico e professor de Direito e José Pedro Varela, jurista e delegado uruguaio, compareceram. Após

⁸⁹³ A maioria desses instrutores alemães era constituída de ex-combatentes da Primeira Guerra Mundial, que acabou criando a Liga de Clubes Militares Alemães (“Deutscher Reichskriegerbund”), instituição frequentada por um número bastante significativo de oficiais chilenos. Esses oficiais tinham grande admiração pela máquina de guerra alemã e viam a possibilidade de aplicar essa ordem e eficiência em suas unidades militares.

⁸⁹⁴ FURST para ARANHA, Montevidéu, of. n° 124, 27.08.1938. O Uruguaio e a VII Conferência Internacional Americana. In: Ofícios. Ago/Out. 1938; AHI, RJ; 33/3/10.

⁸⁹⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 229, 27.11.1938. Preparativos para a VIII Conferência Internacional Americana. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁹⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 219, 14.11.1938. Passagem do Doutor Afrânio de Mello Franco por Montevidéu. In: Ibid.

o almoço, a delegação brasileira, conduzida pelo embaixador brasileiro, visitou o Palácio Legislativo, onde foram saudados e homenageados pelos parlamentares uruguaios.⁸⁹⁷

Segundo Lusardo, alguns jornais da capital uruguaia, como *La Mañana* e *El Diálogo*, fazendo eco a certa campanha de jornais argentinos, e seguindo suas orientações partidárias, publicaram artigos editoriais pouco simpáticos aos Estados Unidos e, sobretudo, aos propósitos atribuídos à Secretaria de Estado no que concerne ao estabelecimento de uma frente única no continente contra a infiltração extremista. Com esses artigos, telegramas com indicação de procedência estrangeira, como Roma, por exemplo, eram publicados com o objetivo de contradizer as ideias divulgadas desde Washington. Para *El País*, apesar de ser mais cômodo aguardar o perigo iminente, era muito mais prudente assumir atitudes coletivas. Fica claro, como observou o embaixador brasileiro, que não havia harmonia nas observações aos problemas políticos do continente a serem debatidos na VIII Conferência Internacional Americana.⁸⁹⁸

Com efeito, o ano de 1938 mostrava-se crítico: a Áustria foi ocupada pela Alemanha e a tensão internacional crescia cada vez mais. O continente americano respondia com a Conferência de Lima e com sua Declaração dos Princípios de Solidariedade.⁸⁹⁹ Nesse mesmo ano, Roosevelt desencadeou uma contraofensiva diplomática para conter a expansão alemã no continente americano. No Acordo de Munique, de setembro, a Grã-Bretanha e a França cederam a Tchecoslováquia à Hitler e o presidente norte-americano, preocupado com a situação, propôs, dois meses depois e às vésperas da abertura da VIII Conferência Pan-Americana, uma aliança defensiva das repúblicas americanas contra a agressão externa. O programa de defesa dos Estados Unidos para 1939 ampliou o conceito de segurança nacional do seu território para a de todo o continente, do Canadá à Terra do Fogo.⁹⁰⁰

⁸⁹⁷ Idem, Montevideu, of. n° 229, 27.11.1938. Preparativos para a VIII Conferência Internacional Americana. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁸⁹⁸ Ibidem.

⁸⁹⁹ CARVALHO, 2016; p. 462.

⁹⁰⁰ DORATIOTO, 2020; p.278.

Figura 14 – Delegação brasileira de Lima em Montevidéu.



Fonte: (*La Mañana*, 23/11/1938).⁹⁰¹

3.2.1. Dezembro de 1938: a Conferência de Lima

A VIII Conferência Pan-Americana, realizada entre 9 a 24 de dezembro de 1938, em Lima, foi um divisor de águas nas relações internacionais da América Latina. Ela foi o grande teste da política de boa vizinhança norte-americana reafirmada por Roosevelt, em

⁹⁰¹ *La Mañana*, Montevideo, 23.11.1938, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 229, 27.11.1938. Preparativos para a VIII Conferência Internacional Americana. In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

Buenos Aires, em 1936,⁹⁰² no que dizia respeito ao estabelecimento dos princípios de solidariedade e cooperação interamericana. Havia chegado o momento apropriado para a criação de acordos e mecanismos capazes de impedir que os acontecimentos surgidos na Europa e Ásia pudessem interferir nas soberanias do continente americano. Só uma cooperação política entre os países americanos podia impedir qualquer interferência de uma nação extracontinental nas Américas. Sem unanimidade, a proteção do continente estava ameaçada pela(s) república(s) dissidente(s), pois por meio dela(s) uma potência externa poderia desestabilizar todo o trabalho de solidariedade e cooperação americana.⁹⁰³

Antes de ir à Lima, o chanceler Guani encontrou-se com seu colega argentino Cantilo, que não obteve apoio para as posições argentinas, pois o uruguaio tinha instruções de evitar qualquer compromisso político com a Argentina, para não parecer que o Uruguai formasse parte de uma articulação contrária aos EUA. Em parte, devido à pressão argentina, o Paraguai votou contra a proposta norte-americana de um pacto de defesa mútua entre os países americanos, e se posicionou junto ao Uruguai e à Argentina contra a qualquer referência à Alemanha na declaração final do encontro de Lima. A VIII Conferência aprovou a declaração de princípios da solidariedade continental e aperfeiçoou o sistema de consultas entre os países americanos, estendendo-o para questões econômicas, culturais ou de outra natureza de interesse dos Estados americanos, mas sem efeito obrigatório.⁹⁰⁴

No Brasil, Afrânio de Melo Franco foi chamado de volta ao serviço do Itamaraty pelo chanceler e seu amigo Oswaldo Aranha para chefiar a delegação brasileira em Lima. Após as homenagens de recepção na capital peruana, por ter sido o mediador de sua contenda com a Colômbia, foi eleito presidente da comissão principal, a da Organização da Paz, encarregada de elaborar o texto da mais importante resolução do conclave, sobre a solidariedade continental no caso de uma guerra extra hemisférica. Por causa do obstrucionismo argentino, as negociações sobre o texto foram demoradas, mas Melo Franco desempenhou com grande eficácia o papel de mediador. A resolução final sobre a consulta entre os Estados americanos no caso de uma ameaça ao Hemisfério continha, para apaziguar os argentinos e poder mostrar ao mundo pelo menos uma fachada de unidade hemisférica, uma cláusula que tornaria tal consulta voluntária, em lugar de obrigatória.⁹⁰⁵

⁹⁰² BRASIL. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944; p.14-16.

⁹⁰³ FERRER, et al.; 2012; p. 553.

⁹⁰⁴ DORATIOTO, 2020; p.279.

⁹⁰⁵ HILTON, 2013; p.470-471.

Os Estados Unidos imprimiram grande importância à reunião. Enviaram o próprio Secretário de Estado, Cordell Hull, como chefe de sua delegação. Em suas memórias, Hull diz que, enquanto viajava para Lima, a única pergunta que se fazia era se todas as repúblicas americanas considerariam o perigo a ponto de tomar uma atitude comum e decisiva.⁹⁰⁶

Em telegrama encaminhado por Oswaldo Aranha a Cordell Hull, o chanceler brasileiro avisou que o chanceler argentino, José Maria Cantilo, em seu discurso de abertura de conferência, planejava rejeitar a ideia de qualquer pacto de segurança coletiva e se opunha a qualquer rompimento dos países americanos com a Europa. No entanto, após debates, embates e recusas como a do projeto colombiano que propunha a criação de uma Liga das Nações americanas, chegou-se, em decisão unânime, à Declaração de Solidariedade Continental, mais conhecida posteriormente como Declaração de Lima.⁹⁰⁷

A Argentina era aquela república dissidente porque se negava a aceitar qualquer compromisso que a obrigasse a participar de um pacto de aliança militar, e isso poderia acarretar uma corrida armamentista na região entre as rivalidades já existentes entre os países sul-americanos, gerando blocos de poder coordenados por interesses hegemônicos que podiam desintegrar a estrutura atual existente no continente. O chanceler argentino⁹⁰⁸ se recusou a apresentar qualquer proposta de tratado sobre segurança continental, afirmando que, no futuro, qualquer tipo de compromisso teria o inconveniente de perder sua função se os EUA mudassem sua política em relação à Europa. Além disso, não aceitou assinar o tratado, propondo apenas uma declaração dos princípios americanos, expressando a soberania continental e alertando sobre qualquer interferência externa, por meio de ideias e propósitos, no intuito de interferir na política de defesa dos interesses do continente.⁹⁰⁹ Isso não significava que a Argentina era contrária a uma política de defesa do continente, porém, relutava em permanecer sob a influência dos EUA e, principalmente, temia que, por sua localização estratégica, o Brasil passasse a ser o grande beneficiário da política de solidariedade continental proposta pelos norte-americanos.

O Brasil compartilhava, em parte, dessa decisão argentina de não participar de uma organização de segurança coletiva no continente, dependendo de contingências europeias ou de mutações na política externa norte-americana. Porém, mecanismos

⁹⁰⁶ SILVA, Hélio. **1938: Terrorismo em campo verde**. O Ciclo de Vargas. Vol. X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971; p. 350.

⁹⁰⁷ Ibid; p. 351-353.

⁹⁰⁸ José Maria Cantilo foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina entre 1938 e 1940. Antes, entre 1931 e 1933, Cantilo foi embaixador em Montevidéu.

⁹⁰⁹ LOPES, 2008; p.453.

precisavam ser criados para preservar a integridade e a soberania das nações americanas contra a cobiça de alguns países europeus pelo continente americano. O Brasil agiria para impedir qualquer tipo de intromissão de potências extracontinentais na região e proporia uma política de consultas, se qualquer país americano se sentisse ameaçado por forças externas na sua segurança, integridade ou independência.⁹¹⁰

Em 12 de dezembro, Lusardo informava ao seu chanceler que a sua leitura do serviço telegráfico procedente da capital peruana referente à Conferência de Lima, transmitido especialmente pelas agências *United Press* e *Associated Press*, não encontrava destaques dados à atuação da delegação brasileira.⁹¹¹ Por outro lado, em telegrama publicado no *La Mañana* daquele mesmo dia, havia destaque à Argentina. Segundo o jornal riveirista,

*[...]Todos esperaban que, de haber desacuerdo sobre los planes de solidaridad continental contra ataques exteriores, se produciría entre las dos potencias mayores del Nuevo Mundo: Estados Unidos y Argentina. Pero las declaraciones de los cancilleres de esos dos países han hecho ver que éstos están de acuerdo, por lo menos, en cuanto a la política general. Todo indica que las instrucciones que ha recibido la delegación argentina, encarnadas por el discurso del Canciller, bastan para contentar a los Estados Unidos, en su deseo de advertir a las naciones americanas, de que en la América Latina no hay lugar para “un nuevo sudeten o una nueva Austria”.*⁹¹²

Outrossim, o governo brasileiro salientava que o perigo externo era real e exigia medidas práticas e funcionais para a solução do problema, não acreditando na suscetibilidade da política externa norte-americana porque o pacto só funcionaria com a participação integral dos EUA na prestação de assistência militar e econômica às repúblicas americanas. O perigo referido acima ficou confirmado com a descoberta de documentos, interceptados no Sul do Brasil, em outubro de 1938, sobre uma conspiração nazista nas fronteiras de Argentina, Brasil e Uruguai.⁹¹³ Os EUA concordavam com a proposta brasileira, porém era fundamental que os países da região tomassem uma atitude em conjunto, evitando qualquer tipo de discórdia. Os norte-americanos temiam que sem a Argentina, o flanco Sul do continente ficasse vulnerável e exposto à intervenção das potências do Eixo.⁹¹⁴

Às vésperas do Natal de 1938, os presidentes Vargas, Ortiz e Baldomir conversaram entre si, por telefone, sobre a Conferência de Lima. Nos últimos dias da Conferência, quando

⁹¹⁰ FERRER, et al.; 2012; p. 554.

⁹¹¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 253, 12.12.1938. Notícias e comentários sobre a atuação brasileira em Lima. In: *Ofícios*. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁹¹² *Un ambiente febril reina en el seno de todas las delegaciones, La Mañana*, Montevideo, 13.12.1938, anexo a Idem, *Ibid*.

⁹¹³ McCANN, 1995; p.98-99.

⁹¹⁴ FERRER, et al.; op. cit.; p. 554.

se cogitava da redação final dos princípios de solidariedade continental, surgiram problemas entre a Argentina e os Estados Unidos quanto à forma do que seria a Declaração de Lima. Oswaldo Aranha, informado, telegrafou ao presidente argentino Ortiz, conclamando-o a aceitar a fórmula apresentada por Cordell Hull. Mas a Argentina não cedia e mantinha sua obstinada oposição ao projeto norte-americano. Os presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai mantiveram contato telefônico nesse sentido.⁹¹⁵

A diplomacia argentina estava em seu apogeu no Rio da Prata e era eficiente na defesa dos seus objetivos regionais. Respaldava-a a superioridade econômica, militar e demográfica em relação ao Paraguai e ao Uruguai, cujos governos tinham de considerar as posições argentinas antes de definirem boa parte das respectivas políticas externas. O Paraguai era economicamente dependente da Argentina, condição que repercutia nos demais setores da vida nacional. O Uruguai não tinha essa dependência, quer porque sua posição geográfica dava-lhe acesso direto ao mar e às rotas marítimas comerciais, quer porque sua independência e sua construção do Estado Nacional foram feitas contra os intervencionismos argentino e brasileiro, mas, ainda assim, sua política externa tinha de equilibrar-se entre autonomia e cordialidade em relação à Argentina.⁹¹⁶

No mesmo dia, o presidente brasileiro concedia ampla autorização para Afrânio de Mello Franco decidir acerca do ponto em discussão. Afora pequenas modificações, a redação deveria basear-se na proposta argentina. Cordell Hull cedeu em favor da unidade continental. Isto é, ele preferiu uma aprovação unânime a forçar uma declaração mais de acordo com o pensamento dos EUA.⁹¹⁷

Entretanto, a atitude argentina irritou o Departamento de Estado e o Itamaraty, com a sua determinação de criar um bloco de países contrários ao pacto de aliança militar pan-americano, na tentativa de eliminar a possibilidade de se obter a unanimidade, tão necessária à defesa do continente.⁹¹⁸ Após a relutância inicial da Argentina em participar do pacto e de intensas consultas entre argentinos, brasileiros e norte-americanos, foi aprovada a “Declaração de Lima” em 24 de dezembro de 1938 que reafirmava a determinação das Repúblicas Americanas de participar de um pacto de ajuda mútua e de se consultarem, caso acontecesse

⁹¹⁵ SILVA, 1971; p. 353.

⁹¹⁶ DORATIOTO, 2020; p.279-280.

⁹¹⁷ SILVA, op. cit.; p. 353-354.

⁹¹⁸ SEITENFUS, 1985; p.236.

alguma intervenção externa que ameaçasse a paz e a segurança do continente.⁹¹⁹ Assim, ao fim dessa conferência, os governos americanos declararam que:

1) Reafirmam sua solidariedade continental e seu propósito de colaborar na manutenção dos princípios em que se baseia a dita solidariedade; 2) fiéis aos princípios antes enunciados e à sua soberania absoluta, reafirmam sua decisão de mantê-los e defendê-los contra toda intervenção ou atividade estranha que possa ameaçá-los; 3) e, que para o caso em que a paz, a segurança ou a integridade territorial de qualquer das repúblicas americanas se veja assim ameaçada por atos de qualquer natureza que possam menoscabá-las, proclamam seu interesse comum e sua determinação de tornar efetiva sua solidariedade, coordenando suas respectivas vontades soberanas mediante o procedimento da consulta que estabelecem os convênios vigentes e as declarações das conferências interamericanas, usando dos meios em que cada caso aconselhem as circunstâncias.⁹²⁰

Com a atitude argentina de se afastar da política pan-americana, os EUA se aproximaram do governo brasileiro e, como consequência disso, Oswaldo Aranha foi convidado, pelo presidente norte-americano, a viajar para Washington e a participar de negociações que iniciaram uma parceria política, econômica e militar, que durou até o fim da II Guerra Mundial. A viagem de Aranha aos EUA era acompanhada de perto pelo embaixador uruguaio.⁹²¹

O Brasil, por ser um país de grande importância estratégica, passou a fazer parte da estratégia norte-americana de defesa do continente. Os EUA temiam que a Alemanha pudesse utilizar o Brasil, como base, para ataques à costa norte-americana e que ela pudesse se aproveitar da grande quantidade de matérias-primas existentes em solo brasileiro. Outro fator primordial eram as bases do Nordeste que eram imprescindíveis, caso houvesse guerra, para a manutenção do comércio marítimo entre as Américas e na proteção contra futuros ataques de submarinos dos Países do Eixo. Dessa forma, Roosevelt procurou atrair o Brasil para a sua esfera de influência, apesar do teor ditatorial do “Estado Novo” conduzido por Vargas.⁹²²

Em síntese, nessa conferência, o Brasil, assim como o Uruguai, alinhou-se com os Estados Unidos na defesa de uma política de solidariedade continental diante do perigo iminente da deflagração de uma guerra mundial. Entretanto, a criação de um comitê

⁹¹⁹ BRASIL. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944; p.16-17.

⁹²⁰ SILVA, 1971; p. 355.

⁹²¹ CARLOS BLANCO para GUANI, Rio de Janeiro, of. n.º 131; 23.03.1939. Declaraciones del Señor Ministro de Relaciones Exteriores del Brasil. In: 1939. Información Política. Carpeta No. 252. Legación en el Brasil. Caja 4 (1935-1945); AMREU.

⁹²² FERRER, et al.; 2012; p. 555.

consultivo permanente interamericano foi barrada pela negativa da Argentina, apesar do apelo pessoal do chanceler Osvaldo Aranha ao presidente Ricardo Ortiz.⁹²³

No retorno de Lima, a delegação brasileira passou novamente por Montevidéu, onde seus representantes estiveram em contato com algumas autoridades uruguaias. Afrânio de Mello Franco, por exemplo, se encontrou novamente com o chanceler uruaio.⁹²⁴

3.2.2. 1939: a guerra no horizonte e seus impactos nas Américas

Em relatório anual das atividades da embaixada brasileira em Montevidéu em 1938, Lusardo apresenta algumas sugestões para 1939 ao seu chanceler em forma de um esboço do programa de ação. Dentre as medidas presentes nesse esboço, estava a instalação da Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileira com a presença do Ministro da Fazenda do Brasil, Arthur de Souza Costa, e do Presidente do Banco do Brasil, Marques dos Reis. Em abril de 1939 estava prevista uma visita do General Roletti, Inspetor Geral do Exército uruguaio, acompanhado de altos oficiais e de uma turma de cadetes da Escola Militar do Uruguai, ao Rio de Janeiro retribuindo a visita do General Góes Monteiro. Além disso, realizar-se-ia no fim de abril a “grande exposição do livro brasileiro no Prata”, com a presença do ministro Gustavo Capanema e de professores, literatos, editores e publicistas. Como ponto máximo da cooperação cultural empreendida por Lusardo, ele esperava inaugurar o Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro por volta de junho ou julho. Em síntese, o embaixador brasileiro estava muito consciente de seu projeto político-cultural a ser desenvolvido em Montevidéu em diferentes áreas de atuação como o fomento do turismo, a difusão do ensino do idioma português nas escolas, a ampliação de caravanas culturais pelo interior do país, uso do rádio para disseminar músicas e artistas brasileiros, intensificação das relações comerciais e dos canais de comunicação entre os países etc.⁹²⁵ Todavia, a deflagração de um conflito mundial como a II Guerra Mundial não estava em seus planos.

O discurso proferido pelo presidente brasileiro em 1º de janeiro de 1939, no Rio de Janeiro, ecoou na capital uruguaia via onda curta do rádio. Para maior repercussão do discurso de Vargas, Lusardo mandou traduzir para o espanhol e publicou no jornal *La*

⁹²³ FAUSTO, 2006; p.100.

⁹²⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. nº 16, 25.01.1939. Incidente entre argentinos e brasileiros em jogos de foot-ball. Nov/1938-Jan/1939; AHI; RJ; 33/3/11.

⁹²⁵ Idem; Montevidéu, of. nº 278, 31.12.1938. Relatório anual (último ofício de 1938). In: Ibid.

Mañana,⁹²⁶ do qual era correspondente especial, pois considerava escassas as informações sobre o seu país. Isso o incomodava demasiadamente. Cabe lembrar que as agências telegráficas estrangeiras em Montevideu eram controladas principalmente pelas agências americanas *Associated Press* e *United Press*.⁹²⁷

Lusardo se incomodava com a falta de publicidade dos principais eventos políticos brasileiros. Nesse sentido, esforçou-se para tornar mais frequente e presente informações sobre o seu país nos principais jornais montevidianos. Exemplo disso se deu com a publicação do discurso proferido por Vargas no *La Mañana* ao inaugurar a estrada de rodagem de Areias e Caxambú. Para o embaixador brasileiro, o discurso do presidente brasileiro que dizia “*ni camisas importadas, cortadas para otras gentes, ni agitadores del oso moscovita, tendrán cabida em el espíritu del pueblo brasileño*” tinha gerado boas impressões nos círculos políticos e intelectuais uruguaios.⁹²⁸

No entanto, a grande expectativa daquele mês era a Conferência dos Ministros da Fazenda, a ser realizada em 27 de janeiro na capital uruguaia, que contou com a participação de delegações brasileira, argentina, uruguaia e paraguaia, presididas pelos seus respectivos ministros.⁹²⁹ Antes da instalação dos trabalhos da Conferência, Lusardo acompanhou a delegação brasileira em uma visita de cortesia ao presidente Baldomir e ao chanceler Alberto Guani.⁹³⁰ Nas palavras do embaixador brasileiro, a comunhão de interesses entre Brasil, Uruguai e Argentina “vem se expressando com um colorido mais forte e, provavelmente, levará os três países a uma política de comércio mais prática, sem os sacrifícios até aqui exigidos do Brasil, país com saldo negativo no intercâmbio com o Rio da Prata”.⁹³¹

Assim, por iniciativa do governo uruguaio, a Conferência dos Ministros de Fazenda do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai ocorreu em Montevideu entre fins de janeiro e início de fevereiro de 1939.⁹³² O evento teve grande repercussão na imprensa da

⁹²⁶ *La Mañana*, Montevideo, 3.01.1939, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 10, 17.01.1939. Discurso do Presidente Getulio Vargas aos brasileiros. In: Ofícios. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁹²⁷ Idem, Ibid.

⁹²⁸ *La Mañana*, Montevideo, 15.04.1939, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 105, 15.04.1939. Divulgação de um discurso do Presidente Getúlio Vargas. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹²⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 19, 25.01.1939. Conferência dos Ministros da Fazenda em Montevideu. In: Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁹³⁰ Idem; Montevideu, of. nº 22, 28.01.1939. Conferência dos Ministros da Fazenda em Montevideu. Instalação dos trabalhos. In: Ibid.

⁹³¹ Idem, Montevideu, of. nº 29, 31.01.1939. Mês político. Relatório nº 1. In: Ibid.

⁹³² LUSARDO para o ministro interino das Relações Exteriores Cyro de Freitas VALLE, Montevideu, of. nº 42, 24.02.1939. Conferência dos Ministros de Fazenda do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

capital uruguaia. Lusardo destacou que o grande banquete no salão de honra do Hotel Carrasco oferecido pelo ministro brasileiro Arthur de Souza Costa em homenagem ao presidente Baldomir foi “a mais notável e bem organizada durante toda a temporada de verão em Montevidéu”.⁹³³

Nesse encontro foram debatidos temas como a matéria alfandegária, repressão ao contrabando, convênio administrativo e recomendações sobre imigração em geral, tendo em vista a necessidade de uniformizar as medidas legais contra os “indesejáveis”, e a fixação de normas para gerir os câmbios internacionais. O embaixador brasileiro avaliava como positiva a conferência e a atuação de Souza Costa.⁹³⁴ Na visão de Batista Lusardo, a conferência tinha gerado bons resultados. Segundo ele, os convênios e acordos firmados entre os países comprovavam a existência de um novo espírito de cooperação tão salutar ao intercâmbio comercial entre as nações do continente.⁹³⁵ Além disso, o encontro parecia ter ampliado a participação das indústrias brasileiras no Uruguai, tal como a empresa paulista Filizola & Cia, de balanças automáticas e cortadores de fiambre.⁹³⁶

As dificuldades cambiais impostas pelas autoridades uruguaias eram um ponto desatado por João Batista Lusardo,⁹³⁷ que queria ampliar as exportações brasileiras para o Uruguai. No entanto, encontrava uma série de entraves.⁹³⁸ A negativa do governo uruguaio de importar balanças automáticas e máquinas cortadoras de fiambre reverberaram nos meses seguintes. Em 31 de março, Lusardo, insistindo estreitar as relações econômicas entre os países, compartilhou uma publicação do jornal de Francisco Donagaray em que defendia que a venda de gado para o Brasil, sob o argumento de que a exportação era benéfica ao Uruguai, particularmente para as regiões pastoris do Norte.⁹³⁹ O embaixador buscava intensificar as importações brasileiras de produtos uruguaiois, visando ampliar as suas exportações para o país.

Nesse contexto, a Conferência dos Ministros de Fazenda da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai buscava encontrar uma ação mais eficiente, para resolver os problemas

⁹³³ Idem, Montevidéu, of. n° 33, 14.02.1939. Extradução Brasil-Uruguai. Joaquim Ala de Lemos. In: *Fev-Maio/1939*; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹³⁴ *Ibidem*.

⁹³⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 104, 14.04.1939. Ecos da Conferência de Ministros da Fazenda. Acordo sobre câmbios Brasil-Argentina. In: *Ibid*.

⁹³⁶ Idem, Montevidéu, of. no. 139, 13.05.1939. A indústria brasileira no Uruguai. In: *Ibid*.

⁹³⁷ LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 34, 14.02.1939. Dificuldades para importações do Brasil no Uruguai. In: *Ibid*.

⁹³⁸ Idem, Montevidéu, of. n° 44, 25.02.1939. Dificuldades para importações do Brasil no Uruguai. In: *Ibid*.

⁹³⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 89, 31.03.1939. Vendas de produtos uruguaiois ao Brasil. In: *Ibid*.

do contrabando e outras formas de fraude aduaneiro. Para tanto, os países concordaram em ações mais repressivas bem como o maior controle e fiscalização das regiões fronteiriças.⁹⁴⁰

Meses depois, na última semana de junho, o presidente eleito do Paraguai, General José Estigarribia, visitou Montevideú. Os tratados comerciais resultados da Conferência dos Ministros da Fazenda aproximavam Assunção e Montevideú. Os jornais da capital montevideana salientavam a comunhão de interesses e sugeriam maior comércio de trânsito e a intensificação das relações econômicas, literárias e culturais entre os países.⁹⁴¹ Essa aproximação comercial entre Paraguai e Uruguai afetava as relações comerciais do Uruguai com o Brasil. Isso porque o tratado uruguaio-paraguaio fixava contingentes de produtos paraguaios similares aos brasileiros: pela cláusula de nação mais favorecida. O produto brasileiro visado- fosse mate ou madeiras- teria que lutar contra o competidor que o tratado uruguaio-paraguaio anunciou.⁹⁴² Na verdade, o Uruguai lucrava com o trânsito de mercadorias procedentes ou destinadas ao extremo sul do Brasil e ao Paraguai pelo movimento que o mesmo emprestava aos seus portos e vias férreas.⁹⁴³

A entrada de estrangeiros no país era outro tema da agenda da política externa uruguaia. O crescimento das correntes migratórias de judeus para o Uruguai continuava preocupando o governo uruguaio e, sobretudo, os setores mais conservadores. Essa imigração consistia em sua maior parte de judeus expulsos da Alemanha, originalmente destinados ao Paraguai. Frente à negação do governo paraguaio, muitos desembarcaram na capital uruguaia.⁹⁴⁴ Em fevereiro, negando a possibilidade da existência de movimentos subversivos, o presidente uruguaio afirmava que o seu mandato seria sem temores.⁹⁴⁵ No entanto, o contexto europeu preocupava a muitos políticos do país.

Nas relações bilaterais brasileiro-uruguaias, um tema sempre frequente era a questão da extradição de cidadãos brasileiros no Uruguai. Em fevereiro de 1939, por exemplo, o governo brasileiro solicitou a prisão e a extradição de Joaquim Ala de Lemos, procurado pela justiça de Santiago do Boqueirão, no Rio Grande do Sul, e que se encontrava

⁹⁴⁰ LUSARDO para VALLE, Montevideú, of. n° 75, 23.03.1939. Conclusões da Conferência de Ministros da Fazenda. Textos em português. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁴¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 204, 30.06.1939. Mês político. Relatório no. 6. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

⁹⁴² Idem; Montevideú, of. n° 212, 4.07.1939. Relações comerciais entre o Brasil e o Uruguai. In: Ibid.

⁹⁴³ Idem, Montevideú, of. n° 237, 17.07.1939. Comércio de trânsito. In: Ibid.

⁹⁴⁴ Idem, Montevideú, of. n° 30, 31.01.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 1. In: Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁹⁴⁵ LUSARDO para VALLE, Montevideú, of. n° 37, 17.02.1939. Declaração do Presidente Baldomir. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

na cidade de Rivera, departamento uruguaio.⁹⁴⁶ Nesse mesmo mês, no dia 14, houve também a solicitação de extradição de Frederico Guilherme Alberto Berger, acusado de homicídio pela justiça de São Vicente, no RS, e que se encontrava em território uruguaio. Para facilitar e acelerar esses trâmites, o embaixador brasileiro solicitou que os documentos dos pedidos de extradição fossem encaminhados para Montevidéu já traduzidos em espanhol, conforme solicitava a Suprema Corte de Justiça do Uruguai.⁹⁴⁷

Em abril, Lusardo informava Aranha acerca da extradição dos brasileiros Euclides Villa e Pedro Silveiro Ignacio, bem como o processo dos uruguaios Eli Leal Vila, Oliverio Francisco Ignacio e Germano Siqueira, detidos em Rivera a pedido do Chefe de Política de Sant'Ana do Livramento.⁹⁴⁸

No campo diplomático, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou ao Legislativo um projeto de reorganização dos serviços diplomáticos e consulares do Uruguai.⁹⁴⁹ Alberto Guani conduzia essas mudanças com o objetivo de modernizar a formação e a atuação de seu corpo diplomático a partir da maior profissionalização do grupo.⁹⁵⁰ *El Diario* destacava que a valorização da diplomacia uruguaia por meio da profissionalização de seu quadro contribuiria significativamente para a projeção internacional do país.⁹⁵¹ Isso porque muitas vezes as disputas políticas internas, e suas conveniências pessoais, podiam impactar a condução da política externa uruguaia. Enquanto isso, em 13 de fevereiro, Francisco de Miranda Mascarenhas era nomeado para o cargo de cônsul do Brasil em Montevidéu.⁹⁵²

No âmbito militar, o ministro da Defesa Nacional, general Alfredo Campos, enfrentava dificuldades financeiras em obter apoio para o seu plano de reorganização das forças armadas uruguaias. Consequentemente, com a redução do orçamento, alguns serviços e projetos foram sacrificados. Havia boatos de que o coronel Cristi, diretor geral da aviação

⁹⁴⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 33, 14.02.1939. Extradição Brasil-Uruguai. Joaquim Ala de Lemos. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁴⁷ Idem, Montevidéu, of. n° 35, 14.02.1939. Extradição Brasil-Uruguai. Frederico Guilherme Alberto Berger. In: Ibid.

⁹⁴⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 99, 10.04.1939. Extradição de Euclides Villa e outros. In: Ibid.

⁹⁴⁹ LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 38, 17.02.1939. Reorganização dos serviços diplomático e consular do Uruguai. In: Ibid.

⁹⁵⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 58, 12.03.1939. Reorganização dos serviços diplomáticos e consular do Uruguai. In: Ibid.

⁹⁵¹ *La reorganización de nuestra diplomacia*, *El Diálogo*, Montevideo, 6.02.1939, anexo a LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 38, 17.02.1939. Reorganização dos serviços diplomático e consular do Uruguai. In: Ibid.

⁹⁵² LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 41, 24.02.1939. Consul Encarregado do Consulado Geral em Montevidéu. In: Ibid.

militar, renunciaria ao seu cargo pela falta de recursos financeiros para executar seus projetos. Diante dessa situação, nem mesmo oficiais e alunos remunerados com becas cumpririam as missões previstas, inclusive, a do Rio de Janeiro. Ao saber disso, Lusardo esforçou-se para manter a participação dos militares uruguaios nos institutos brasileiros.⁹⁵³

Chama a atenção que as provas práticas do curso de Estado Maior da Escola Superior de Guerra do Uruguai eram realizadas a partir de estudo no terreno entre Montevideu e pontos extremos na fronteira com o Brasil, como Rivera, por exemplo. Em fins de janeiro, nove capitães e três majores concluía o curso.⁹⁵⁴ Isso acontecia não porque o país acreditava numa potencial ameaça militar do vizinho, mas sim, por conta de facilidades negociadas entre os governos brasileiro e uruguaio, inclusive, no campo militar. Cabe lembrar que a desconfiança com a Argentina era um ponto comum entre os países.

Nesse quadro, o governo uruguaio, por meio do Decreto nº 81, deu nova organização ao seu Exército. Com isso, o Poder Executivo dividiu o Exército por armas do seguinte modo: infantaria, cinco regimentos; cavalaria, cinco regimentos; artilharia, cinco grupos; engenharia, quatro batalhões; aeronáutica, duas bases; transportes, quatro grupos. Lusardo lembrou que havia uma grande propaganda diária nos jornais da capital uruguaia com o vivo desejo de adquirir novo material para a marinha de guerra, inclusive um navio-escola, tal como o cruzador-escola do vizinho argentino. O jornal *La Mañana* dizia que a fatalidade geográfica do Uruguai lhe impunha uma política armamentista que sem ser exagerada e sem comprometer sua situação econômica, lhe ofereça a segurança, dignidade e prestígio que toda nação soberana possui.⁹⁵⁵

Cabe lembrar que a Argentina era vista como uma grande potência naval por políticos uruguaios. O senador Juan Antonio Buero publicou um artigo no jornal *El Pueblo* afirmando que a frota de guerra argentina era a primeira da América Latina no aspecto de modernização, tonelagem e eficácia de fogo. Nesse mesmo texto, Buero afirmava que o Brasil, por mais que tenha modernizado seus encouraçados, estava muito distante do poder naval da Argentina. Em suas palavras: “*Ni Brasil ni Chile, ni menos las otras naciones del Continente meridional comparable al que ejerce la Argentina sobre los mares*”.⁹⁵⁶

⁹⁵³ Idem, Montevideu, of. nº 45, 28.02.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no. 2. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁵⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 31, 31.01.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 1. Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

⁹⁵⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 114, 30.04.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 4. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁵⁶ *Ante una gran potencia naval, El Pueblo*, Montevideo, 7.03.1939, anexo a LUSARDO para VALLE, Montevideu, of. nº 53, 8.03.1939. In: Ibid.

Entretanto, os acontecimentos militares na Argentina, considerados como “política armamentista”, despertavam preocupações do governo uruguaio.⁹⁵⁷

Por outro lado, com o Brasil, o relacionamento era diferente. O General Julio Roletti, Inspetor Geral do Exército uruguaio, a segunda autoridade militar do país, com base na obra do escritor uruguaio Varela Andrade “*América y la revisión constitucional*”, defendia que a Constituição brasileira do Estado Novo representava o espírito nacionalista “do grande amigo do norte que se converterá de potência americana em potência mundial”.⁹⁵⁸ Apesar dos exageros do militar uruguaio, havia um grande interesse em apoio e intercâmbios militares entre os países por parte do Uruguai.

Não por acaso, em maio de 1939, como resposta ao convite de Góes Monteiro, o Uruguai mandou uma missão militar e cultural ao Rio de Janeiro chefiada pelo General Roletti. Militar pela profissão dos homens que a compuseram e por visar retribuir a visita do Chefe do Estado Maior do Exército do Brasil, e cultural porque o governo uruguaio queria aproveitar a oportunidade para retribuir as visitas das últimas missões científicas e literárias do Brasil ao Uruguai.⁹⁵⁹

Em seu relatório mensal de maio, Lusardo destacou que os militares uruguaio foram fraternalmente recebidos pelos seus compatriotas e que o General Julio Roletti regressou do Rio de Janeiro com boas impressões do Brasil. Em uma de suas entrevistas publicadas nos jornais montevidéanos destacou que a recepção na capital brasileira foi o fato mais grandiosos de sua carreira militar.⁹⁶⁰ Na realidade, a missão militar uruguaia no Rio de Janeiro buscava modernizar as suas forças armadas.

Com efeito, o General Roletti ficou muito satisfeito com as homenagens e com a visita à capital brasileira. Em uma conferência realizada dias depois de seu regresso a Montevideu proferiu uma conferência no Club Brasileiro com suas impressões sobre a civilização, desenvolvimento material e moral e organização das Forças Armadas do Brasil. Segundo Lusardo, Roletti teria ficado tão entusiasmado com as atenções e gentilezas brasileiras que tinha mandado cunhar uma medalha comemorativa de sua Missão ao Brasil, fazendo-a distribuir entre os membros do governo brasileiro. Em suas palavras, o prestígio

⁹⁵⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 84, 31.03.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 3. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁵⁸ Idem, Montevideu, of. n° 107, 17.04.1939. “*América y la revisión constitucional*”. In: Ibid.

⁹⁵⁹ Idem, Montevideu, of. n° 110, 22.04.1939. Visita de uma missão cultural-militar uruguaia ao Rio de Janeiro. In: Ibid.

⁹⁶⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 166, 31.05.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 5. In: Ibid.

da ação diplomática do Brasil aumentou em muito a admiração e o respeito ao governo brasileiro, bem como intelectuais e militares. Como agradecimento, o Inspetor Geral do Exército uruguaio ofereceu um grande banquete ao embaixador brasileiro.⁹⁶¹

Cabe lembrar que a possibilidade de uma guerra em proporções mundiais exigia melhores equipamentos e formações militares. Em fevereiro de 1939, por exemplo, os jornais montevidéanos divulgavam a notícia de que a Grã-Bretanha fazia um pedido de 19 mil toneladas de carne em conserva a frigoríficos argentinos e uruguaios para formar estoques face à deflagração de um conflito europeu.⁹⁶² Os principais compradores de lã no Uruguai, em 1939, eram Alemanha, que naquele mês já tinha importado 19.200 fardos, Itália, com 7.609 fardos e Inglaterra, com 4.669 fardos.⁹⁶³ A II Guerra Mundial estava no horizonte das grandes potências europeias, logo, não tardariam para chegar em solo americano.

Na política interna, Lusardo ressaltou, em relatório mensal de fevereiro, que as intrigas políticas entre terristas e opositores tinham diminuído consideravelmente com a notícia da doença que acometeu Gabriel Terra. Em visita pessoal, o embaixador brasileiro confirmava a debilidade da saúde do ex-presidente uruguaio. Nesse cenário, aproveitando-se do apaziguamento, o Partido Colorado buscava se unificar para fortalecer o governo Baldomir e enfraquecer ainda mais o Partido Blanco.⁹⁶⁴

César Charlone tinha ambição em ocupar o cargo de presidente do Banco da República, cargo que o ex-presidente Gabriel Terra ocupava. E, para Lusardo, isso era possível acontecer, pois Terra estava muito doente. Enquanto isso, no Senado, Juan A. Morelli e José Espalter, ex-ministro do Exterior, assumiram, respectivamente, a presidência e a vice-presidência do Senado em março de 1939.⁹⁶⁵ Morelli pertencia ao partido “blanco”, ou nacionalista, agremiação presidida por Luís Alberto de Herrera.

A campanha desempenhada pelos jornais *La Mañana* e *El Diario*, apoiadores do governo Baldomir, contra os Estados Unidos, chamava a atenção do embaixador brasileiro.

⁹⁶¹ Idem, Montevidéu, of. n° 184, 16.06.1939. Autorização ao 2°. Regresso da Missão Roletti. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

⁹⁶² LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 46, 28.02.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 2. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁶³ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 85, 31.03.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 3. In: Ibid.

⁹⁶⁴ LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 47, 28.02.1939. Mês político. Relatório n° 2. In: Ibid.

⁹⁶⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 86, 31.03.1939. Mês político. Relatório n° 3. In: Ibid.

Lusardo destacava que essas declarações coincidiam com a publicação de elementos de informação favoráveis à propaganda da Itália e da Alemanha no Uruguai.⁹⁶⁶

Por outro lado, os acordos, resultados da visita de Oswaldo Aranha a Washington, eram vistos como um tema de grande envergadura. Segundo, *El Pueblo*, de 14 de março de 1939, eram “*acuerdos de extraordinária significación*” com o objetivo de contribuir para a reorganização e modernização das forças armadas brasileiras.⁹⁶⁷ A viagem do chanceler brasileiro repercutiu em Montevidéu. *El Día*, de 27 de março, estampava “*Ciento setenta millones de dólares para el Brasil- Roosevelt y su política anti-fascista*”.⁹⁶⁸

Antes mesmo dessas matérias, em 12 de março, os senadores Luís Alberto de Herrera, Martín Echegoyen, Mateo Marques Castro e Juan Antonio Buero tinham apresentado ao Parlamento um projeto de lei pelo qual elevava a representação diplomática do Uruguai em Washington à categoria de embaixada. Entre as justificativas estavam a tenacidade americana na sua política pan-americanista, a gravitação natural dos Estados Unidos para a solução dos grandes problemas americanos e mundiais e o fato de países como México, Cuba, Argentina, Brasil, Chile, Peru, Venezuela, Colômbia e Panamá já terem embaixada em Washington.⁹⁶⁹ *La Mañana*, representando o setor riverista do Partido Colorado, condenava veementemente a proposta dos senadores. O jornal defendia que o Uruguai não precisava de outras embaixadas, pois já tinha com os dois países fronteiriços, Brasil e Argentina.⁹⁷⁰ Luís Alberto de Herrera logo mudaria sua opinião, tornando-se um dos principais críticos à aproximação de seus país com os EUA.

No campo social, desde o seu início, o ano 1939 foi marcado com greves de operários e trabalhadores da área de transportes por conta do aumento no custo de vida. Segundo Lusardo, a alta do custo de vida no Uruguai aumentou 40% entre 1928 e 1938.⁹⁷¹ Essa situação econômica se agravaria ao longo do ano. Em síntese, se o ano começou com greves, terminaria em batalhas: a chamada Batalha do Rio da Prata.

⁹⁶⁶ LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 47, 28.02.1939. Mês político. Relatório no. 2. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁶⁷ *El Pueblo*, Montevideo, 14.03.1939, anexo a Idem, Montevidéu, of. n° 63, 15.03.1939. Ecos da visita do Ministro Oswaldo Aranha aos Estados Unidos. In: Ibid.

⁹⁶⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 91, 31.03.1939. Visita do Ministro Oswaldo Aranha aos Estados Unidos. In: Ibid.

⁹⁶⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 151, 20.05.1939. Categoria da Missão diplomática uruguaia em Washington. In: Ibid.

⁹⁷⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 164, 31.05.1939. Mês político. Relatório n° 5. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁷¹ LUSARDO para VALLE, Montevidéu, of. n° 52, 7.08.1939. Movimento grevista. In: Ibid.

Apesar do cenário econômico nada favorável, Jaime Guedes, diretor do Departamento Nacional do Café, desde início de 1939 sondava o mercado uruguaio para a expansão do café naquele país. Com a ajuda de Batista Lusardo descobriu que não havia nenhum limite para a importação do café do Brasil. Por outro lado, o contrabando de café moído no Uruguai era frequente e isso atrapalhava a venda do produto pelo governo brasileiro.⁹⁷² Em 4 de março, César Charlone, para retribuir a recepção na ocasião de sua visita ao RS, convidou o coronel Oswaldo Cordeiro de Faria, interventor federal do estado, para visitar seu país no mês seguinte. Para Lusardo, dessa visita poderia obter acordos comerciais.⁹⁷³

Nesse mesmo mês, era noticiada a visita do General Julio Caetano Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, à ANCAP (*Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland*), em Montevideú, a convite do engenheiro Vegh Garzón, gerente-geral da empresa uruguaia, após intermediação do embaixador brasileiro. Segundo o jornal *El Diáριο*, de 10 de março, a ANCAP era um modelo positivo para os brasileiros.⁹⁷⁴ Em 27 de março, o general Horta Barbosa desembarcava em Montevideú recepcionado pelo embaixador brasileiro, autoridades militares do Uruguai como o Inspetor Geral do Exército e o Chefe do Estado Maior do Exército e pelo presidente da ANCAP, Carlos de Castro.⁹⁷⁵

⁹⁷² Idem, Montevideú, of. n° 55, 9.03.1939. O Café no Uruguai. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁷³ Idem, Montevideú, of. n° 51, 4.03.1939. Convite do Doutor César Charlone para o Coronel Cordeiro de Faria visitar Montevideú. In: Ibid.

⁹⁷⁴ Idem, Montevideú, of. n° 59, 12.03.1939. Visita do General Horta Barbosa à ANCAP. In: Ibid.

⁹⁷⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 78, 27.03.1939. Visita do General Horta Barboza à ANCAP. In: Ibid.

Figura 15- Presidente do Conselho Nacional do Petróleo do Brasil visita a ANCAP em Montevideú.



Fonte: (*La Mañana*, 29/03/1939).⁹⁷⁶

Em abril, Lusardo reclamava com o governo uruguaio a fim de obter para os navios brasileiros “Argentina, Uruguai e Paraguai”, empregados na linha de navegação entre Montevideú e Assunção, o mesmo tratamento dispensado às embarcações argentinas. Segundo o diplomata brasileiro, as cobranças das autoridades portuárias uruguaias causavam prejuízos ao “Lloyd Brasileiro”, empresa proprietária dos três navios mencionados. Isso porque “os passageiros por eles transportados para o Uruguai, procedentes do Paraguai, eram obrigados a ir à Buenos Aires e de lá prosseguir viagem em navios argentinos.”⁹⁷⁷

Na verdade, havia um rígido controle das pessoas que desembarcavam em território uruguaio. Para os estrangeiros, exigia-se o passaporte e para os uruguaios, por exemplo, exigia-se a carteira de identidade e um “certificado social”, uma espécie de

⁹⁷⁶ *La Mañana*, Montevideo, 29.03.1939, anexo a Idem, Montevideú, of. n° 109, 19.04.1939. Ecos da visita do General Horta Barbosa à ANACP. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁷⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 100, 10.04.1939. Dificuldades à navegação brasileira no Rio da Prata. In: *Ibid.*

“atestado de boa conduta” concedido pelos cônsules uruguaios de carreira, visando impedir a entrada de comunistas e demais elementos indesejáveis no país.⁹⁷⁸

Em março de 1939, o chamado “Congresso das Democracias”,⁹⁷⁹ realizado na capital uruguaia, era visto pelo embaixador brasileiro como um evento que contava com a participação de “comunistas confessos, ardentes e tenazes propagandistas das doutrinas de Moscou, misturados, de propósito, a outros de individualidades sinceras democráticas, professores, políticos etc.” Dentre as personalidades brasileiras que participariam do programa estavam Eros de Moura, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Nacional do Rio; professora Hortência Pereira Barreto, presidente da Associação de Professoras de São Paulo; José Barbosa Mello, Paulo Carrion, Eliezer Magalhães, Pompeu A. Borges, Carlos Franca, Dinarte Sileira, J. A. Mesplé, Saa Marquez, Majo Alcedo Cavalcanti e Antero de Almeida.⁹⁸⁰ Segundo Lusardo, eram nomes facilmente identificáveis pelas autoridades policiais de Montevideú. Em ofício de 28 de março, o embaixador brasileiro comunicava o chanceler brasileiro do encerramento das reuniões do Congresso. Segundo ele:

A ação que desenvolvi para evitar que os membros do Congresso, entre os quais se achavam alguns brasileiros, como os Senhores Pedro da Motat Lima e José Barboza Mello, se excedessem em seus discursos e declarações, foi bem sucedida. As autoridades policiais, sem alarde de força ciêntificaram aos organizadores e dirigentes do Congresso de acordo com os termos da lei de 1936, que não permitiram alusões ofensivas a Estados estrangeiros e seus governantes. As irradiações foram também controladas e interrompidas sempre que os oradores tentaram criticar as situações internas dos demais países, especialmente americanos.⁹⁸¹

Nesse sentido, para Lusardo, o “pseudo Congresso” teria fracassado em seus principais objetivos⁹⁸² e, em grande medida, graças a ele que agiu com tenacidade junto ao Ministro das Relações Exteriores e Ministro do Interior do Uruguai, além do Chefe de Polícia de Montevideú, General Martínez.⁹⁸³ Nota-se, portanto, os efeitos de uma diplomacia varguista anticomunista que contou com o apoio dos governos terristas, tanto de Gabriel

⁹⁷⁸ Idem Montevideú, of. n° 102, 13.04.1939. Dificuldades à navegação brasileira no Rio da Prata. In: Fev-Maio/1939. Embaixada brasileira em Montevideú. AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁷⁹ O Congresso Internacional das Democracias da América, previsto para ser realizado no Palácio do Ateneo de Montevideú, entre 20 e 30 de março, foi organizado pelo Ateneo de Montevideú, partidos políticos como Colorado Batllista, Nacionalista Independiente, Socialista e por instituições cívicas e culturais do Uruguai.

⁹⁸⁰ LUSARDO para VALLE, Montevideú, of. n° 56, 11.03.1939. Congresso das democracias. In: Ibid.

⁹⁸¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 79, 28.03.1939. “*Congreso Internacional de las democracias de América*”. In: Ibid.

⁹⁸² Ibidem.

⁹⁸³ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 86, 31.03.1939. Mês político. Relatório n° 3. In: Ibid.

Terra (1931-1938) quanto de seu sucessor Alfredo Baldomir (1938-1943). Entretanto, em um contexto de radicalizações políticas a nível internacional, os comunistas não eram os únicos na mira dos governos brasileiro e uruguaio.

Durante o mês de abril, o senador Cabrera apresentou um projeto sobre o desligamento do Uruguai da Sociedade das Nações. No entanto, ao ser interpelado sobre o tema, o chanceler uruguaio recorreu ao princípio constitucional de que a política externa era orientada pelo Poder Executivo, ao qual cabia todas as iniciativas.⁹⁸⁴ Pela sua trajetória, Guani reconhecia a importância do organismo.

Ainda em abril, Roberto Sisson, um dos dirigentes da extinta Aliança Nacional Libertadora, publicou alguns artigos sobre a situação política e econômica do Brasil no *El Día* e no *El País*, jornais da oposição do governo uruguaio. Sisson se encontrava em Montevideu por conta do Congresso das Democracias. Para o brasileiro, “*la alianza de las Americas es una iniciativa magnífica de la que caben esperar los ansiados frutos*”.⁹⁸⁵

Nesse mesmo mês, em meio à possibilidade de levantamentos armados contrários ao governo brasileiro via estado do Rio Grande do Sul, Lusardo pediu diretamente ao chanceler uruguaio, como medida de segurança, maior vigilância policial e o afastamento das regiões fronteiriças de Heron Canabarro e Alexandre da Cunha Ribeiro. Canabarro era um dos diretores responsáveis pelo jornal “Democracia”, editado em português na cidade uruguaia de Rivera, vizinha à cidade brasileira de Sant’Ana do Livramento. Cunha Ribeiro também era acusado de fazer duras propagandas contra o governo federal e contra a interventoria do Rio Grande do Sul. Eram vistos pelo embaixador brasileiro como dois agentes de grupos opositores, por isso estavam sendo vigiados por pessoas de confiança.⁹⁸⁶

Em resposta, o governo uruguaio internou Heron Canabarro e Alexandre da Cunha Ribeiro em Montevideu. Manuel Tiscornia, Ministro do Interior do Uruguai, comunicava a Lusardo da vigilância e das medidas já adotadas.⁹⁸⁷ No final de maio, Lusardo destacava que o governo uruguaio cogitava tomar medidas mais duras contra as atividades políticas de

⁹⁸⁴ Idem, Montevideu, of. n° 116, 30.04.1939. Mês político. Relatório n°. 4. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁸⁵ Idem, Montevideu, of. n° 98, 04.04.1939. Declarações de Roberto Sisson dirigente da extinta “Aliança Nacional Libertadora”. In: Ibid.

⁹⁸⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 117, 30.04.1939. Atividades político-revolucionárias contra as instituições vigentes no Brasil. In: Ibid.

⁹⁸⁷ Idem, Montevideu, of. n° 140, 13.05.1939. Atividades político-revolucionárias contra as instituições vigentes no Brasil. In: Ibid.

estrangeiros no país, tendo seus vizinhos, Brasil e Argentina, como exemplos.⁹⁸⁸ Em publicações oficiais, o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai evidenciava que o problema imigratório merecia atenção especial. Em outras palavras, era necessário ter um maior controle da entrada de estrangeiros no país.⁹⁸⁹ Cabe enfatizar que esses estrangeiros passavam por uma seleção prévia e, certas nacionalidades tinham certas facilidades.

Os artigos divulgados pelo jornal *El Diario*, que formavam uma verdadeira campanha anticomunista intitulada “*El comunismo em el Uruguay*”, afirmavam que o Partido Comunista Uruguaio, filiado à III Internacional e, portanto, obediente às ordens de Moscou, combatia a nacionalidade e o próprio Estado uruguaio.⁹⁹⁰ *El Diario* publicava diariamente, entre maio e junho de 1939, uma série de artigos e matérias sobre a atuação dos comunistas em Montevideú desde a fundação do partido na década de 1920. Para Lusardo:

É possível, portanto, que, recrudescendo a campanha contra o desenvolvimento das atividades comunistas, aumente, ao mesmo tempo e gradativamente, a da manutenção e aperfeiçoamento dos ideais democráticos, que prevalecem no espírito do povo uruguaio, e as das ideologias fascista e nacional-socialista, estrangeiras como as procedentes de Moscou. Estas duas últimas contam também com os seus adeptos, si bem que em número inferior aos simpatizantes ou partidários do comunismo.⁹⁹¹

Naquele contexto de uma guerra no horizonte, a campanha contra o extremismo, fosse de direita ou de esquerda, tinha recrudescido. Grupos de intelectuais e tradicionalistas uruguaio salientavam que no Uruguai não havia ambiente para tais extremismos porque a população do país em 95% tem um caráter absolutamente democrático. Esse percentual contemplava os partidos tradicionais, colorado e blanco, os núcleos católicos da “*Unión Cívica*” e o Partido Socialista. Por outro lado, para Lusardo, não eram democráticos: o Partido Comunista do Uruguai e grupos isolados de fascistas, sem denominações exatas.⁹⁹² De fato, quando comparado aos demais países latino-americanos, o Uruguai se destacava pela sua tradição democrática.

Em Montevideú, Sérgio de Oliveira Freitas, adido militar e muito próximo de Batista Lusardo, era o responsável pela observação e controle das atividades dos elementos extremistas, brasileiros e não brasileiros, e dos próprios emigrados políticos brasileiros. Por

⁹⁸⁸ Idem, Montevideú, of. n° 164, 31.05.1939. Mês político. Relatório n° 5. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ.

⁹⁸⁹ Idem, Montevideú, of. n° 217, 6.07.1939. Atividade do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

⁹⁹⁰ Idem, Montevideú, of. n° 195, 24.06.1939. Comunismo no Uruguai. In: Ibid.

⁹⁹¹ Ibidem.

⁹⁹² LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 264, 31.07.1939. Mês político. Relatório no. 7. In: Ibid.

esse motivo, o embaixador brasileiro defendia que os serviços de Oliveira Freitas eram de grande utilidade para o governo brasileiro.⁹⁹³

Enquanto isso, o Uruguai sofria os efeitos de uma crise econômica. Lusardo reconhecia o sobressalto do custo de vida no país. Segundo ele, o custo de vida em Montevideu tinha aumentado mais de 40% em dez anos. Naquelas últimas semanas de abril, produtos básicos da alimentação tinham registrado mais aumento. Os jornais, por exemplo, reclamavam da alta do arroz e do açúcar.⁹⁹⁴ Apesar disso, a situação política interna era tida como tranquila.⁹⁹⁵

No campo comercial, as autoridades administrativas uruguaias solicitavam à embaixada brasileira para junto ao governo do Brasil conseguir transformar Jaguarão em alfândega, tal como já era Rio Branco, cidade uruguaia vizinha. O Diretor Geral das Alfândegas uruguaias, Almirante Carlos Baldomir, já tinha reiterado esse pedido. O embaixador brasileiro acreditava que essa medida poderia contribuir para o intercâmbio comercial entre os dois países.⁹⁹⁶

Em maio, o Senado finalmente aprovou o Tratado de Comércio e Navegação entre Uruguai e Paraguai, negociado em Assunção pelo vice-presidente uruguaio César Charlone. Tratava-se de um acordo à base da cláusula de nação mais favorecida. Lusardo pontuou que esse tratado afetava o comércio tradicional com o Brasil.⁹⁹⁷ Nesse sentido, o embaixador brasileiro buscava respostas do governo uruguaio para as reclamações das firmas comerciais do Brasil sobre as dificuldades impostas pelo país às importações de mercadorias brasileiras. Isso gerava prejuízos para o comércio exterior do Brasil. Segundo Lusardo, a farinha de mandioca, a madeira, o tabaco e a erva-mate eram os principais produtos de origem brasileira consumidos com maior escala no Uruguai.⁹⁹⁸

Além dos itens mencionados, o café, principal produto de exportação do Brasil, mereceu atenção especial. Em visita recebida por Jacinto Mazón, representante da firma

⁹⁹³ Idem, Montevideu, of. n° 240, 19.07.1939. Adidos às Missões diplomáticas brasileiras. Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

⁹⁹⁴ Idem, Montevideu, of. n° 115, 30.04.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 4. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

⁹⁹⁵ Idem, Montevideu, of. n° 116, 30.04.1939. Mês político. Relatório n° 4. In: Ibid.

⁹⁹⁶ Idem, Montevideu, of. n° 124, 4.05.1939. Habilitação alfandegaria de Jaguarão. In: Ibid.

⁹⁹⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 133, 10.05.1939. Tratado de comércio entre o Uruguai e o Paraguai. In: Ibid.

⁹⁹⁸ Idem, Montevideu, of. n° 135, 11.05.1939. Comércio entre o Brasil e o Uruguai. In: Ibid.

comercial “Eiras, Urcula & Cia”, Lusardo explicou que Mazón tinha sido contratado pelo Departamento Nacional do Café para a propaganda e venda desse produto no Uruguai.⁹⁹⁹

Não por acaso, em julho, em carta encaminhada a Guillermo Barreiro, vice-presidente da Câmara do Comércio Uruguaio-Brasileira, Lusardo propôs algumas sugestões para o desenvolvimento das relações comerciais entre o Brasil e o Uruguai. O diplomata brasileiro enfatizava que “aspirava ver o comércio exportador brasileiro aumentar suas vendas aos centros de consumo no Uruguai e para tal vem desenvolvendo os maiores esforços”.¹⁰⁰⁰

O empenho do embaixador brasileiro para ampliar a cooperação brasileiro-uruguaia se dava em diversos âmbitos. Durante a sua gestão, Batista Lusardo obteve do Itamaraty maior valorização e orçamento para a cooperação intelectual entre os países.¹⁰⁰¹ O embaixador brasileiro na capital uruguaia buscava ampliar o intercâmbio intelectual a partir do comércio do livro e, particularmente, pela expansão do livro brasileiro no Uruguai, pois, segundo Lusardo, a produção científica, literária e artística do Brasil, apesar de seu indiscutível valor, não era tão conhecida nem tão divulgada no Rio da Prata. Isso o incomodava demasiadamente, uma vez que são países vizinhos.¹⁰⁰²

Nesse sentido, Lusardo se encontrava com editores, livreiros, diretores, bibliotecários brasileiros e uruguaios e, em especial, com Gustavo Capanema, ministro da educação do Brasil, e com o ministro da educação do Uruguai. Dentre suas ações estavam: organizar a exposição do livro brasileiro em Montevidéu num possível 7 de setembro; fomentar a propaganda intelectual do Brasil por meio de conferências a serem pronunciadas por grandes nomes da literatura, das artes e da ciência brasileiras; divulgar pelo cinema as belezas da terra brasileira, sua civilização e suas grandes riquezas; ampliar essa divulgação cultural por intermédio dos jornais e revistas uruguaias; facilidades como a taxa mínima dos livros nas alfândegas e a comercialização do livro em Montevidéu e em todo o Uruguai, por entendimento prévio entre os editores e livreiros do Brasil e do Uruguai; por fim, dar à Exposição do Livro Brasileiro em Montevidéu um caráter definitivo que assegure a permanente comercialização do livro brasileiro no Uruguai e, com a expansão do movimento

⁹⁹⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 252, 25.07.1939. Contrato para a propaganda e venda do café no Uruguai. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

¹⁰⁰⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 212, 4.07.1939. Relações comerciais entre o Brasil e o Uruguai. In: Ibid.

¹⁰⁰¹ Idem, Montevidéu, of. n° 199, 29.06.1939. Fundos do patrimônio de intercâmbio intelectual entre o Brasil e o Uruguai. In: Ibid.

¹⁰⁰² Idem, Montevidéu, of. n° 146, 17.05.1935. Exposição e comercio do livro brasileiro. In: Fev-Maio/1939; AHI, RJ; 33/4/1.

iniciado naquela cidade para outros países do Rio da Prata ou até mesmo para o Chile e outras nações latino-americanas. Com efeito, a soma global desse evento ficava no valor de 200:000\$000.¹⁰⁰³ Nota-se, portanto, que Lusardo propunha para o governo brasileiro um modelo de expansão cultural do Brasil a partir da experiência da feira do livro na capital uruguaia. E, para isso, não poupava dinheiro.

Meses depois, em 15 de novembro, com a presença do presidente uruguaio e de seus ministros de Estado, a Exposição do Livro Brasileiro, a primeira do gênero realizada no estrangeiro, foi inaugurada na sede da Comissão de Arte e Cultura Municipal de Montevideú. Naquela cerimônia, em forma de agradecimento pela cooperação de intelectuais e autoridades uruguaias, o governo brasileiro doou ao Uruguai cerca de 4.000 volumes de obras sobre a arte, ciência e literatura brasileiras. O escritor Vianna Moog, o poeta Augusto Frederico Schmidt, Oswaldo Orico, Carlos Maul, Pedro Gouvêa Filho e Mozart Gama participaram da abertura representando o Brasil. Do lado uruguaio, o país foi representado pelo o poeta Fernán Silva Valdez, Raúl Monteiro Bustamante, Orestes Baroffio, Enrique Rodriguez Fabregat, Monsenhor Antonio Maria Barbieri e Héctor Gerona. Momento oportuno para a propaganda do café no país. Em um stand improvisado ao lado do salão de exposição, o Departamento Nacional do Café instalou um serviço especial de propaganda oferecendo café grátis aos visitantes e distribuindo bolsinhas de 150 gramas de café moído como lembrança. Além do produto tipicamente brasileiro, houve a mostra de produções cinematográficas brasileiras.¹⁰⁰⁴

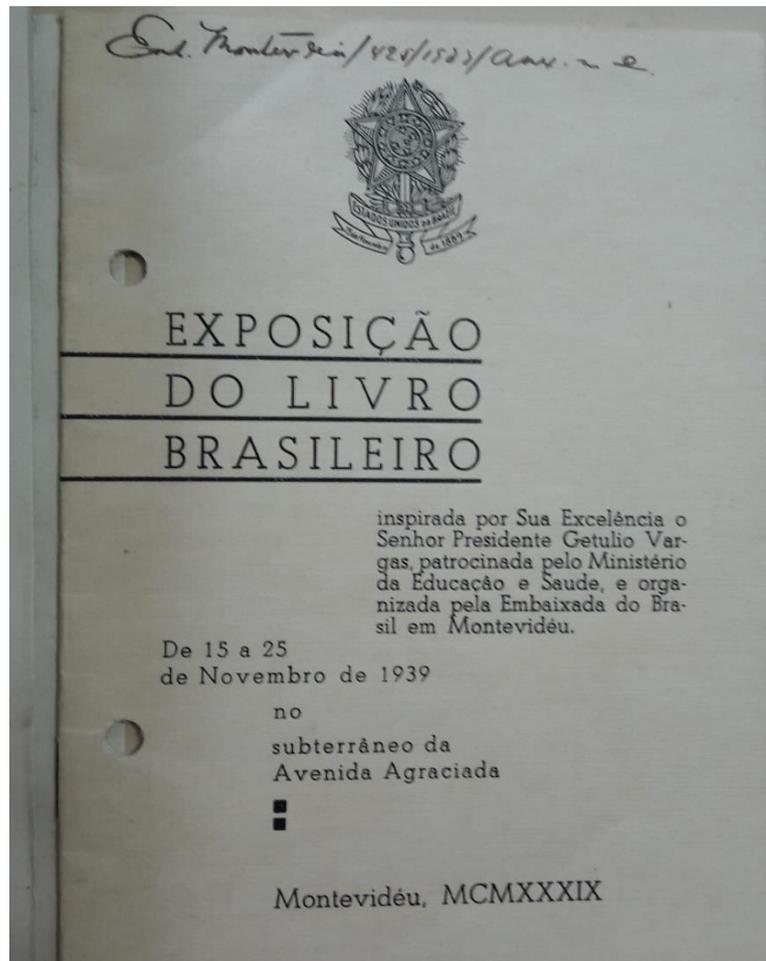
Segundo dados dos funcionários municipais, a Exposição foi visitada por 184.337 pessoas, uma média de 12.270 pessoas por dia, um recorde para a época. Todavia, a maior resposta veio de Toribio Olasso, ministro da Instrução Pública do Uruguai. Em seu discurso, propôs a criação de um Instituto Uruguaio-Brasileiro de Cultura, cujo patrimônio se iniciaria com a biblioteca legada pelo Brasil. Essa fundação serviria permanentemente à obra de aproximação intelectual e cultural entre os países. Em síntese, oriundo do seio do governo uruguaio, nascia o Instituto Uruguaio-Brasileiro de Cultura que contaria com verba uruguaia para a sua manutenção. Lusardo ficou muito orgulhoso com os resultados do evento que proporcionou a divulgação cultural e política do Brasil.¹⁰⁰⁵

¹⁰⁰³ Ibidem.

¹⁰⁰⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 425, 09.12.1939. Exposição do livro brasileiro em Montevideú, primeira realizada no estrangeiro. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

¹⁰⁰⁵ Ibidem.

Figura 16: Exposição do livro brasileiro em Montevidéu, novembro de 1939.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹⁰⁰⁶

Em homenagem ao centenário de nascimento de Machado de Assis, em 29 de junho, o Club Brasileiro, importante espaço de difusão da cultura brasileira em Montevidéu, realizou uma conferência proferida por Enrique Rodríguez Fabregat.¹⁰⁰⁷ A cerimônia foi aberta e encerrada pelo embaixador brasileiro.¹⁰⁰⁸ Dias depois, Fabregat realizou outras conferências relativas ao Brasil e suas manifestações culturais, artísticas e literárias nos teatros mais destacados de Montevidéu. Dentre os temas de suas conferências encontravam-se: a) vida e obra de Aleijadinho; b) as bandeiras paulistas de 1600 e 1700; c) a epopeia libertadora no Brasil; d) influência da arte, dos mitos e trabalhos negros na evolução social

¹⁰⁰⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 425, 9.12.1939. Exposição do livro brasileiro em Montevidéu, primeira realizada no estrangeiro. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

¹⁰⁰⁷ Político e escritor uruguaio. Opositor da ditadura terrista e vice-presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro da Instrução Pública.

¹⁰⁰⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 210, 4.07.1939. Conferência de Rodriguez Fabregat sobre Machado de Assis. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

do Brasil; e) danças, lendas e ritos dos diferentes povos africanos trazidos ao Brasil; e por fim, f) “Machado de Assis e Euclides da Cunha”. *El País*, de 14 de junho, intitulou a entrevista realizada com o escritor uruguaio da seguinte forma: “*Itinerario Mágico por un Brasil casi ignorado*”.¹⁰⁰⁹ Dois meses depois, em 22 agosto, os intelectuais brasileiros Edgard Ribes Carneiro e Renato de Almeida partiram do Rio de Janeiro rumo à Montevidéu para conferências em mais uma missão cultural no país.¹⁰¹⁰ Apesar das relações amistosas com o Brasil e das relações conflituosas com a Argentina, em aspectos culturais, os vizinhos platinos compartilhavam uma identidade hispânica muito similar, diferentemente, da tradição luso-brasileira.

El Diario, de 2 de junho de 1939, publicou uma entrevista com a poetisa e escritora brasileira Rosalina Coelho Lisboa. Como fez parte da delegação brasileira na Conferência Pan-americana de Lima, ela destacou que o trabalho conjunto das delegações do Uruguai e do Brasil tinha sido bastante produtivo. A poetisa ao ser perguntada sobre a aproximação com os EUA, respondeu que essa política de aproximação não era uma novidade, vinha de muito tempo.¹⁰¹¹ A grande potência continental buscava consolidar seu apoio na região. E no Prata, o Brasil e o Uruguai contrastavam com o conturbado relacionamento com a Argentina. Em julho de 1939, por exemplo, o Uruguai recebeu um crédito no valor de 4 milhões de dólares dos Estados Unidos, através do Eximbank, para a aquisição de produtos e artigos norte-americanos.¹⁰¹²

Como ressaltou Frank McCann, a competição de influência sobre o Brasil, entre Alemanha e Estados Unidos no período que antecedeu a II Guerra Mundial, teve como instrumento não a ideologia, mas, sim o atendimento das necessidades materiais das Forças Armadas brasileiras. Os altos preços e as condições de pagamento desfavoráveis dos americanos impeliram o Brasil a procurar a Europa, encomendando artilharia da Alemanha, armas de infantaria ligeira da Tchecoslováquia e navios de guerra da Inglaterra e Itália. Aos EUA os brasileiros encomendaram aviões e matérias-primas para a construção de imóveis.¹⁰¹³

¹⁰⁰⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 213, 5.07.1939. Conferência de Rodriguez Fabregat sobre o Brasil. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

¹⁰¹⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 285, 16.08.1939. Missão cultural ao Uruguai. In: Ibid.

¹⁰¹¹ Idem, Montevidéu, of. no. 173, 7.06.1939. Entrevista concedida aos jornais pela escritora Rosalina Coelho Lisboa de Miller. In: Ibid.

¹⁰¹² Idem, Montevidéu, of. n° 263, 31.07.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹⁰¹³ MCCANN, 2009; p. 548.

Os generais brasileiros angustiavam-se por saber perfeitamente que sua artilharia de costa, postada à entrada dos portos, não seria capaz de defender o país de um ataque da Argentina, e muito menos da Alemanha. O Rio de Janeiro possuía apenas dois canhões de 305 mm, de alcance menor que o dos canhões dos navios argentinos *Rivadavia* e *Moreno*. E, segundo Góes Monteiro, seriam necessários cinco anos para tornar operacionais seus planos de defesa. Foi, portanto, para remediar a vulnerabilidade dos portos e fronteiras terrestres que o Exército encomendou à Alemanha 55 milhões de dólares em artilharia e acessórios em março de 1938.¹⁰¹⁴

Cientes que os rumos da guerra poderiam interferir decisivamente na política externa de seus países, os países latino-americanos procuraram, por meio de uma política de neutralidade continental, se isolar das consequências nocivas da guerra, mas com o prolongamento da mesma, acabaram sendo envolvidos, muitas vezes, de uma maneira indireta, no turbilhão que arrastou os EUA para o conflito, com o ataque da Marinha japonesa ao Havaí e as declarações de guerra da Alemanha e Itália.¹⁰¹⁵ Argentina, Brasil e Uruguai, por exemplo, tiveram posições divergentes. Enquanto Argentina queria manter a sua política de neutralidade,¹⁰¹⁶ Brasil e Uruguai apoiaram a política pan-americanista, pró-Aliados, como forma de obter apoio político, econômico e militar para que seus países pudessem superar seus problemas internos e participar da guerra contra o Eixo.¹⁰¹⁷ Não por acaso que a aquisição de material bélico para o Exército era uma das principais preocupações dos militares uruguaios.¹⁰¹⁸

Antes da guerra, entretanto, em junho de 1939, a principal batalha travada era contra a varíola. No dia 6 do referido mês, Lusardo comunicou ao chanceler brasileiro e ao interventor federal do Rio Grande do Sul de um surto de epidemia de varíola na fronteira

¹⁰¹⁴ Ibid; p. 548-549.

¹⁰¹⁵ Após a eclosão da guerra na Europa, aconteceram três encontros de ministros das Relações Exteriores americanos – no Panamá, em setembro-outubro de 1939; em Havana, em julho de 1940; e no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942.

¹⁰¹⁶ O direito de neutralidade é uma complexa parte do direito público internacional. Os direitos e os deveres dos Estados neutros foram compilados e registrados por escrito, pela primeira vez, nas convenções assinadas na conferência de paz de Haia, na Holanda. Registrou-se, por exemplo, que um país neutro não tem direito de participar diretamente dos conflitos armados ou assistir aos beligerantes com tropas e armas. A inviolabilidade do território é também considerada um direito. Mas cabe ao país neutro garantir essa inviolabilidade graças a um exército adequadamente equipado. Com o correr do tempo, a neutralidade assumiu formas e perfis diferentes.

¹⁰¹⁷ FERRER, Jorge Luiz Pereira. **Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**. Tese de Doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

¹⁰¹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 301, 31.08.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 8. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

com o departamento uruguaio de Artigas. Segundo o cônsul brasileiro na cidade, Bernardino Machado, pedia ao embaixador respostas do governo brasileiro em relação ao estabelecimento de um cordão sanitário na fronteira a fim de evitar a propagação da doença. O jornal local *Acción* já tinha acusado as autoridades brasileiras por não terem tomado qualquer providência sobre o tema.¹⁰¹⁹

Dias depois, o interventor gaúcho desmentia a notícia de que havia varíola na zona fronteiriça. Segundo Cordeiro de Faria, tinham registrado apenas alguns casos benignos de alastrim. No entanto, o jornal montevidéano *La Mañana*, de 17 de junho, publicou matérias confirmado alguns casos de varíola em Tomás Gomensoro (Artigas), Constitución (Salto) e no Brasil.¹⁰²⁰

Enquanto o governo brasileiro se preocupava com a varíola, Carlos Alberto Brandes, o 2º Secretário da embaixada brasileira em Montevidéu, respeitando a legislação, pedia, em 14 de junho, autorização ao presidente brasileiro para se casar com Olga Terra, de nacionalidade uruguaia e filha do ex-presidente Gabriel Terra.¹⁰²¹ Com isso, evidencia-se que as relações entre brasileiros e uruguaio não se limitam aos ordenamentos oficiais.

Em julho, técnicos argentinos visitaram as obras da hidroelétrica do Rio Negro. A equipe técnica argentina era presidida pelo engenheiro Enrique Butty, presidente do Conselho de Obras Sanitárias da Argentina, e foi acompanhada pessoalmente pelo general Alfredo Campos, Ministro da Defesa Nacional, e pelos engenheiros uruguaio José Serrato, Juan Carlos Gomez Folle e Luís Giorgi. Segundo Lusardo, as obras impressionaram aos argentinos pela sua grandeza, sobretudo quando se leva em conta que no Rio da Prata ela tinha um caráter excepcional e também pelo fato de que além de prover energia elétrica, tornava possível a navegabilidade do Rio Negro até sua confluência com o Rio Uruguai e a irrigação de uma extensa zona apta para a agricultura.¹⁰²²

¹⁰¹⁹ Idem, Montevidéu, of. n° 171, 6.06.1939. Varíola na fronteira uruguaio-brasileira. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

¹⁰²⁰ Idem, Montevidéu, of. n° 187, 17.06.1939. Varíola na fronteira uruguaio-brasileira. In: Ibid.

¹⁰²¹ Idem, Montevidéu, of. n°. 178, 14.06.1939. Autorização ao 2º. Secretário Carlos Brandes para realizar matrimônio com a Senhoria Olga Terra. In: Ibid.

¹⁰²² LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 248, 24.07.1939. Visita de técnicos argentinos às obras do Rio Negro. In: Ibid.

Figura 17- Comissão Técnica argentina na hidroelétrica do Rio Negro.



Fonte: (*La Mañana*, 15/07/1939).¹⁰²³

Em fins de junho, a visita do presidente Baldomir e de sua comitiva à Argentina já chamava a atenção do embaixador brasileiro. Segundo Lusardo, após a divulgação da notícia, a oposição destacava algumas questões pendentes entre os vizinhos platinos como a supressão do imposto de importação argentino sobre pedra e areia uruguaias, os litígios das ilhas do rio Uruguai, o regime de importação para o gado procedente do Uruguai, a aprovação do acordo sobre os barcos-motores entre Colônia e Buenos Aires etc. Para o diplomata brasileiro, no entanto, estava claro que aquela viagem concertada pelo chanceler Alberto Guani tinha uma inequívoca significação política. A presença dos militares, como Ministro da Defesa Nacional e altos chefes do Exército e da Marinha, era o que mais chamava a atenção de Lusardo.¹⁰²⁴ A visita oficial do presidente uruguaio a Buenos Aires

¹⁰²³ Ibidem.

¹⁰²⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 204, 30.06.1939. Mês político. Relatório n° 6. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

estava prevista para 10 de agosto e contaria com uma comitiva formada por 26 pessoas, dentre ministros, deputados, senadores e secretários.¹⁰²⁵ Em 15 de agosto, retornando de Buenos Aires, a bordo de um cruzador de guerra argentino, o “Almirante Brown”, Baldomir desembarcou em Montevideú.¹⁰²⁶ Para Lusardo, a visita do presidente uruguaio foi o fato culminante de agosto. O presidente argentino Ortiz qualificou o estadista uruguaio como “homem de forte personalidade”.¹⁰²⁷

Desde o Rio de Janeiro, por sua vez, Juan Carlos Blanco, embaixador uruguaio na capital brasileira, comunicava ao chanceler Alberto Guani, em 21 de agosto, a impressão existente na cidade carioca de uma acentuada cordialidade entre Brasil e Argentina. Carlos Blanco destacou que o presidente brasileiro se preocupava com os países limítrofes, em especial a Argentina, porque muitas vezes surgiam temas delicados e hostis nas relações bilaterais desses países. Por isso, segundo ele, Vargas mantinha um estreito contato com o ex-presidente argentino Agustín P. Justo.¹⁰²⁸

Para Blanco, os tratados assinados entre o governo brasileiro e o governo norte-americano não perturbaram o governo argentino. Brasil e Argentina mantinham uma “política de conformidades”, de respeito mútuo e sem tensões. Exemplo dessa demonstração de amizade foi a confirmação de participação do Inspetor Geral do Exército Argentino com um numeroso contingente da Escola Militar e de navios de guerra na data patriótica brasileira, 7 de setembro, em retribuição à visita do general brasileiro Meira de Vasconcelos nas comemorações argentinas de 9 de julho daquele ano. Segundo o diplomata uruguaio, o embaixador argentino na capital brasileira teria falado até mesmo de um eixo Buenos Aires-Rio de Janeiro, se referindo a uma hegemonia compartilhada na região. Sob sua perspectiva, poderia resultar em vantagens para seu país, pois essa proposta substituía a fórmula do ABC, que incluía o Chile e o Uruguai era contrário.¹⁰²⁹

Segundo Juan Carlos Blanco, havia esperança de uma aproximação entre os três grandes países das Américas:

Aquí se considera que la República Argentina, ha dado un gran paso para mejorar sus relaciones políticas con Estados Unidos, al desentenderse con la política que el Brasil sigue en Washington, y que, en esas condiciones, el camino está abierto para un triple entendimiento, que revestiría el carácter de un verdadero acuerdo

¹⁰²⁵ Idem, Montevideú, of. n° 254, 27.07.1939. Visita do Presidente Baldomir à República Argentina. In: Ibid.

¹⁰²⁶ Idem, Montevideú, of. n° 284, 15.08.1939. Visita do Presidente Baldomir à República Argentina. In: Ibid.

¹⁰²⁷ Idem, Montevideú, of. n° 300, 31.08.1939. Mês político. Relatório n° 8. In: Ibid.

¹⁰²⁸ CARLOS BLANCO para GUANI, Rio de Janeiro, of. n° 410, 21.08.1939. *Acentuada cordialidad en las relaciones entre Brasil y Argentina*. In: Legación en el Brasil. Caja 4 (1935-1945); AMREU.

¹⁰²⁹ Ibidem.

*con respecto al Brasil y a los Estados Unidos y de una benevolente actitud de la República Argentina.*¹⁰³⁰

Em Montevideú, em 18 de julho, realizou-se na Escola Militar um ato de confraternização militar uruguaio-brasileira. Aquela cerimônia evidenciava o bom momento das relações entre os militares brasileiros e uruguaios.¹⁰³¹ Eram reflexos da cordialidade que animava as relações de boa vizinhança entre os países.¹⁰³² Por outro lado, em relação à Argentina, Baldomir e Guani buscavam manter e ampliar as relações cordiais com seu vizinho platino. No entanto, além do histórico turbulento do governo Terra, marcado pela ruptura das relações diplomáticas entre os países, a emergência de um conflito mundial e as mudanças políticas internas na Argentina dificultaram essa aproximação.

Enquanto isso, nas primeiras semanas de julho de 1939, foi aprovado o projeto que concedia à companhia de navegação aérea uruguaia PLUNA (*Primeras Líneas Uruguayas de Navegación Aérea*) uma subvenção anual até a importância de 20.000 pesos para custear os serviços de transporte aéreo na rota entre a capital e a fronteira com o Brasil, Montevideú-Rio Branco, com escalas em Treinta y Tres e Melo. Sobre a navegação aérea no país, a imprensa montevideana reclamou a construção de aeroportos na cidade. Isso porque aviões possantes “Douglas”, que serviam a rede americana de comunicações aéreas, não podiam fazer escala no Uruguai, embora sobrevoassem o seu território; entravam sobre Cerro Largo e saíam sobre Colônia.¹⁰³³ Naquele mesmo mês tinha sido sancionado um projeto de lei no Uruguai que aumentava mais do que o dobro os recursos para a aeronáutica militar, no que diz respeito ao consumo de combustíveis e lubrificantes. A dotação orçamentária que era de 30.000 pesos passou para 70.000 pesos.¹⁰³⁴

Com o crescimento populacional, investimentos no setor dos transportes e comunicação também eram necessários. Segundo Lusardo, a população de Montevideú em 1939 alcançava 702.060 habitantes. Um dos projetos do presidente Baldomir era fazer com que até o final de seu governo a capital uruguaia estivesse unida a todas as capitais dos

¹⁰³⁰ Ibidem.

¹⁰³¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 257, 27.07.1939. Confraternização militar-uruguaio-brasileira. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

¹⁰³² Idem, Montevideú, of. n° 262, 31.07.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹⁰³³ Idem, Montevideú, of. n° 230, 12.07.1939. Subvenção à companhia uruguaia de navegação aérea “PLUNA”. In: Ibid.

¹⁰³⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 262, 31.07.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Ibid.

departamentos,¹⁰³⁵ levando-se também até o Chuy a estrada à margem do Atlântico cujo fim de turismo era conhecido por todos.¹⁰³⁶

Na política interna uruguaia, o encerramento da Convenção do Partido Nacional Independente, em 30 de julho, grupo opositor ao grupo liderado por Luís Alberto de Herrera, reafirmou a sua posição anti-terrorista e contrária aos seguidores da ditadura terrorista. Nesse sentido, uma das bandeiras levantadas pelo partido foi a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte eleita pelo povo para elaborar uma nova Constituição para o país.¹⁰³⁷ Pauta em comum com os demais setores opositores do governo Baldomir, que cedo ou tarde, teria que dar respostas às promessas de campanha.

Lusardo, por sua vez, atendendo aos convites das autoridades de São José, capital do Departamento de mesmo nome, visitou a cidade. Nessa viagem, além de elogiar a estrada que unia Montevideu a São José, o diplomata brasileiro confirmou a boa imagem que a comunidade local tinha de seu país.¹⁰³⁸ Dias depois, em 29 de agosto, o veículo oficial do governo uruguaio falava de “amistosa consideração do Presidente Vargas”. O jornal *El Pueblo* destacou as medidas adotadas pelo presidente brasileiro autorizando a entrada no Brasil por via terrestre das dez mil toneladas de farinha de trigo ou seu equivalente em trigo em grão, livres de direitos aduaneiros. Apesar de ter agradado as autoridades uruguaias, não foi suficiente para ampliar as relações comerciais entre os países.¹⁰³⁹

No dia 1º de setembro de 1939, à medida que aviões e tanques do Wehrmacht¹⁰⁴⁰ se arremessavam sobre as fronteiras da Polônia, Cyro de Freitas Valle, primo de Oswaldo Aranha, apresentou suas credenciais a Adolf Hitler, como o novo embaixador brasileiro. Poucos depois, Kurt Prufer, um diplomata de carreira de 58 anos, seguiu para o Brasil a fim de assumir a chefia da embaixada alemã.¹⁰⁴¹ Como indicou Andrea Rahmeier, as relações

¹⁰³⁵ Os projetos de estradas troncais que se encontravam em marcha eram: 1) São Carlos-Chuy; 2) Paso del Puerto a Young e Paysandu; 3) San José por Flores até Paso del Puerto; 4) Paysandu-Salto-Artigas; 5) Treinta y Tres a Melo; 6) Paso de los Toros, por Tacuarembó, a Rivera; 7) Colonia a Mercedes, por Carmelo, Nueva Palmira e Dolores; 8) Salto-Tacuarembó- Paso del Borracho; 9) Paso del Borracho-Puente de Carpintería-Puente de Casildo-Mazangano-Melo; 10) Paso del Borracho-Paso de Cuello-Las Toscas- Puente de Aguiar-Fraile Muerto; 11) Artigas-Masoller-Tranqueras; 12) Rivera-Bichadero-Mazangano-Melo; 13) Minas-Marmarajá-Mariscala-Pirrajá-José Pedro Varela; por fim, 14) Mercedes-Paso de Lugo- Trinidad-Durazno-Carmen- Cerro Chato.

¹⁰³⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 263, 31.07.1939. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 7. In: Jun-Ago/1939; AHI, RJ; 33/4/2.

¹⁰³⁷ Idem, Montevideu, of. nº 264, 31.07.1939. Mês político. Relatório nº 7. In: Ibid.

¹⁰³⁸ Idem, Montevideu, of. nº 276, 8.08.1939. Excursão do Embaixador do Brasil a São José. In: Ibid.

¹⁰³⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 297, 29.08.1939. Editorial de EL PUEBLO sobre o Presidente Vargas. In: Ibid.

¹⁰⁴⁰ Forças Armadas da Alemanha nazista que englobava o Exército (Heer), a Marinha de Guerra (Kriegsmarine) e a Força Aérea (Luftwaffe).

¹⁰⁴¹ HILTON, 1983; p. 31.

diplomáticas, políticas e militares entre Brasil e Alemanha, no período de 1930 a 1942, foram guiadas pelas circunstâncias do contexto histórico vivenciado, ou seja, as ações da política exterior foram sendo estruturadas aos poucos, pois não estavam predeterminadas. Com o início da guerra na Europa, as ações diplomáticas foram subordinadas aos interesses militares, mas não há indícios de que o III Reich pensasse em conquista territorial na América.¹⁰⁴²

Getúlio Vargas, embora fosse um ditador, desde o golpe de 1937, colocou o país ao lado dos EUA e da aliança contra o nazifascismo. Foi um longo processo para se chegar a esta postura, iniciado com a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, no Panamá, em setembro de 1939, e que envolveu importantes concessões econômicas e militares norte-americanas ao Brasil. Em 1942, o governo brasileiro reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha e Itália e, em 1944, enviou uma Divisão do Exército para a península italiana.¹⁰⁴³ No entanto, a sua posição inicial foi a de neutralidade.

A Alemanha invadiu a Polônia no dia 1º de setembro de 1939. No dia seguinte, o Brasil decretava sua neutralidade em relação às potências mundiais, na verdade, especificamente com os países europeus. Para Edgard Carone, tratava-se de uma neutralidade aparente.¹⁰⁴⁴ Os militares brasileiros temiam que a guerra viesse a pegá-los de despreparados, mas decerto, não poderiam ter antevisto a magnitude do conflito que eclodiu em 1939. Não estavam aptos para lidar com a rapidez dos acontecimentos mundiais nos cinco anos seguintes.¹⁰⁴⁵

Três dias após o início da guerra, em 4 de setembro, o chanceler brasileiro, baseando-se no acordo de Buenos Aires, informava ao seu embaixador em Montevideu sobre a convocação de uma conferência entre os Ministros de Relações Exteriores dos países americanos para uma ação conjunta frente à repercussão da guerra no continente. Por isso, no dia anterior, Aranha já tinha telefonado para Cantilo e Guani, respectivos chanceleres da Argentina e Uruguai.¹⁰⁴⁶

Como a maioria das outras repúblicas latino-americanas, o Brasil deparou-se com novos problemas econômicos e políticos em consequência da guerra europeia. Além de enfrentar o deslocamento econômico do comércio exterior, a escassez de combustível e de

¹⁰⁴² RAHMEIER, 2009; p.364.

¹⁰⁴³ DORATIOTO, 2014; p. 116.

¹⁰⁴⁴ CARONE, Edgard. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976; p. 50.

¹⁰⁴⁵ MCCANN, 2009; p. 557.

¹⁰⁴⁶ ARANHA para LUSARDO, Rio de Janeiro, telegrama, 4.09.1939. Situação política europeia. In: Telegramas 1938-1941. (35/4/6). Missões diplomáticas brasileiras; AHI, RJ.

bens de consumo, a especulação, a inflação e a inquietação social, o governo Vargas foi forçado a definir suas atitudes políticas em relação aos beligerantes. E em meio a todas as consequências econômicas, sociais e políticas imediatas da guerra europeia, o governo brasileiro manteve com determinação suas principais metas estratégicas: a industrialização do país, a começar pela construção de uma grande usina siderúrgica, e o reequipamento das forças atinadas para a defesa do país em tempos tão perigosos.¹⁰⁴⁷

Quando do início das hostilidades, o governo brasileiro declarou sua neutralidade, bem como estabeleceu as normas para a sua observação. Essa foi violada mais de uma vez em razão da falta de capacidade militar brasileira para exercer vigilância em todo o extenso litoral. No momento em que a posição brasileira passou a ser pró-Inglaterra e França, o Reich não reagiu porque era-lhe mais importante manter o Brasil, como de resto toda a América Latina, neutro no conflito.¹⁰⁴⁸

O presidente Vargas entendia que seu país era uma força econômica e militar fraca e que, como seu líder, ele não tinha muitos trunfos na mão.¹⁰⁴⁹ Contudo, suas ambições para o Brasil — e para sua própria carreira política — permaneciam grandes. Fundamentais para suas políticas eram os objetivos de fortalecer o próprio regime e consolidar as novas estruturas de poder no Brasil, de modo a levar o país a se tornar uma potência política, militar e econômica da região. Mesmo antes da guerra, Vargas tinha plena consciência das ferramentas econômicas que poderia usar para atingir ambos os objetivos. A questão comercial e seu potencial para melhorar a economia do Brasil dominavam os telegramas e despachos que chegavam à sua mesa no Rio de Janeiro durante a guerra. Enquanto isso em Montevideú, a nova sede da embaixada brasileira era inaugurada e, a pedido do Uruguai, o governo brasileiro elevava a quota de entrada anual de imigrantes uruguaios no Brasil.¹⁰⁵⁰ Isso se dava não somente por conta do aumento do turismo, mas também pela maior oferta de mão-de-obra nas principais cidades brasileiras.

¹⁰⁴⁷ MOURA, 1993; p. 180-181.

¹⁰⁴⁸ CERVO, BUENO, 2015; p. 268-269.

¹⁰⁴⁹ Como definiu Gerson Moura, o estudo da política externa de um país dependente passa pelo exame do sistema de poder no qual o país se insere no plano internacional. Moura entendia por sistema de poder uma constelação de Estados, composta de um centro hegemônico (grande potência) e sua respectiva área de influência (Estados aliados subordinados). A política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e externa. Vargas estava ciente do lugar do Brasil no concerto mundial. In: MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991; p. 41-43.

¹⁰⁵⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 310, 8.09.1939. Elevação de quota de imigração uruguia. In: Set-Nov/1939; AHI, Rio de Janeiro; 33/4/3.

Figura 18- Nova sede da embaixada brasileira em Montevidéu, setembro de 1939.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹⁰⁵¹

Figura 19 - Repercussões da inauguração da nova sede da embaixada brasileira na imprensa montevidiana.



Fonte: *La Mañana*, 08/09/1939.¹⁰⁵²

¹⁰⁵¹ Idem, Montevidéu, of. n° 326, 15.09.1939. 7 de Setembro. Inauguração da nova sede da Chancelaria da Embaixada. In: Set-Nov/1939; AHI, RJ; 33/4/3.

¹⁰⁵² LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of n° 327, 16.09.1939. 7 de Setembro. As comemorações em Montevidéu. In: Ibid.

Para o Uruguai, o contexto de guerra serviu para lembrar e revelar as limitações dos pequenos países no concerto mundial. Deve ser lembrado que o referencial de possibilidades nessas circunstâncias era a capacidade militar de cada Estado. Como salientou Vágner Camilo Alves, a menor capacidade de ação autônoma inerente aos pequenos países no cenário internacional é, num momento de crise e guerra total e mundial, diminuída muitas vezes. Os interesses e estratégias de guerra das grandes potências e a estrutura do sistema internacional imerso em conflito total, entidades mutuamente constitutivas, condicionam de maneira quase coercitiva o envolvimento e nível de participação dos pequenos Estados. Por consequência, o leque de escolhas de um pequeno país, num sistema internacional imerso em guerra mundial, diminui demasiadamente, ainda que possibilidades de ganhos impensáveis em períodos normais muitas vezes existam para determinados países periféricos.¹⁰⁵³ Uma das soluções encontradas foi a busca pela solidariedade continental, tendo os EUA, gradativamente, como um escudo protetor frente ao cenário internacional.

Ainda assim, apesar de não ter tido uma participação militar efetiva como o Brasil, o Uruguai esteve sempre atuante nos fóruns multilaterais. A diplomacia uruguaia tinha o esforço de analisar e postular o lugar do seu país no conflito. Ainda que o Uruguai tivesse fortes vínculos pan-americanos com Washington, Rio de Janeiro e Buenos Aires, até 1939, era a Grã-Bretanha a sua referência internacional, sobretudo devido ao seu peso econômico e comercial. No entanto, o velho aliado não era a única grande potência na região. Com a dinâmica da guerra, Estados Unidos tornaram-se sua principal referência geopolítica e econômica.¹⁰⁵⁴

Com a invasão da Polônia e a declaração de guerra em 1º de setembro de 1939, os países americanos já buscavam medidas políticas, econômicas e militares. No caso do Uruguai, apesar de comprometido e colaborando com os Aliados desde o início, o país participava como ator distante e secundário. Em 5 de setembro de 1939, o governo uruguaio promulgou um decreto de neutralidade. Cidadãos uruguaios se mobilizaram a favor da causa democrática.¹⁰⁵⁵ Exemplo disso foi a criação do Comitê Nacional Pró-Aliado, sob a direção do ex-presidente José Serrato. Sua presença nesse organismo foi decisiva para sua futura

¹⁰⁵³ ALVES, Vágner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002; p.188-189.

¹⁰⁵⁴ CERRANO, Carolina; D'ALESSANDRO, Fernando López. Las Fuerzas Armadas uruguayas durante la Segunda Guerra y el advenimiento del peronismo (1939-1945). **Historia**, no 51, vol. I, enero-junio 2018; p.12.

¹⁰⁵⁵ A Segunda Guerra Mundial fortaleceu o compromisso democrático do Uruguai. In: RUIZ, Esther. "Del viraje conservador al realineamiento internacional 1933-1945". In: FREGA, Ana. et al. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. Montevideo, EDBOU 2008, p. 85-121.

função de chanceler durante o governo do presidente Juan de Amézaga (1943-1947) no decorrer das fases decisivas da guerra. Uma das primeiras ações do Comitê Pró-Aliado foi a publicação de um manifesto de adesão à causa dos Aliados na imprensa montevideana.¹⁰⁵⁶

Para o diplomata belga, Joseph de Neef, que vivia naquela capital sul-americana:

*La declaración de guerra no provocó en Uruguay manifestaciones de simpatía tan ruidosas como las que, al decir de testigos de esa época, se habían producido en favor de las Potencias aliadas de la guerra de 1914, y especialmente de Francia. Estos sentimientos, por no haberse exteriorizado tan calurosamente como hace veinticinco años, no son ni menos reales ni menos profundos en todas las clases de la sociedad. En el transcurso de una sesión, el Parlamento rindió homenaje unánime a las democracias y en particular a Francia. El Gobierno proclamó su neutralidad y se asociará a los Estados de América que en pocos días se reunirán en Panamá para concertar su actitud.*¹⁰⁵⁷

Durante a fase inicial da guerra e enquanto as ações bélicas se concentravam na Europa, os países da região mantiveram-se neutros no conflito. No entanto, logo, os governos do Uruguai e do Brasil transformaram sua neutralidade em uma posição de apoio aos países aliados, prevalecendo as tradicionais afinidades comerciais, culturais e políticas impulsionadas pelos chanceleres Alberto Guani e Oswaldo Aranha. No caso brasileiro, o pragmatismo predominou. Por outro lado, esses elementos constituíram um fator de distanciamento e embates com o governo argentino, que manteve sua neutralidade de forma intransigente. Isso foi percebido por setores políticos dos países aliados como uma política que encobertava a sua adesão ao nazifascismo.¹⁰⁵⁸

Em 5 de setembro, Uruguai proclamou sua neutralidade, atitude em comum entre todos os setores políticos que apoiavam o governo, inclusive o herrerismo. No entanto, logo após a Batalha do Rio da Prata, em dezembro de 1939, e as consequentes pressões diplomáticas britânicas e alemãs sobre o governo uruguaio, além das denúncias de atividades nazistas no país que coincidia com a ofensiva alemã e com a ocupação de Paris em 14 de junho de 1940, o Uruguai foi se inclinando para uma “neutralidade pró-aliada”. Nesse contexto, em novembro de 1940, quando o chanceler Guani reconheceu os diálogos com os EUA para a instalação de bases aeronavais no país, o herrerismo rompeu definitivamente com o governo Baldomir, passando para a oposição. E Luís Alberto de Herrera, seu líder,

¹⁰⁵⁶ Telegrama nº 202, 28.11.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del apoyo del público uruguayo a las Potencias Aliadas. In: NAHUM, 1998; p.429.

¹⁰⁵⁷ Telegrama nº 201, 14.09.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comunica algunas repercusiones locales del estallido de la Segunda Guerra Mundial. In: NAHUM, 1998; p.428.

¹⁰⁵⁸ DE LOS SANTOS, Clarel. El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial. **Avances de Investigación**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2011; p. 10.

foi identificado como pró-nazista pelos seus adversários políticos. A adesão total do Uruguai ao bloco liderado pelos EUA aconteceu logo após o ataque japonês a Pearl Harbor ao término da III Reunião Consultiva de Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1942, com a ruptura das relações diplomáticas do país com o Eixo.¹⁰⁵⁹

Antes disso, no entanto, as forças militares nazistas avançavam sobre a Europa. Em seis semanas a França é ocupada. A queda da França, país do qual o Brasil emulava sua doutrina militar desde 1922, primeiro ano da Missão Militar Francesa, teve enorme impacto e causou apreensão e curiosidade entre o meio militar brasileiro.¹⁰⁶⁰ A Argentina seguiu um caminho completamente diferente dos demais países americanos. No início, logo após a invasão da Noruega e Dinamarca pelos alemães, em 09 de abril de 1940, durante seu governo, o Presidente Ortiz manteve uma política “de não beligerância”,¹⁰⁶¹ garantindo a exportação de alimentos para os alemães e britânicos. Porém, os norte-americanos e os demais países do continente se recusaram a aceitar essa política, temendo represálias advindas principalmente dos alemães. Assim, a recusa de rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo do governo argentino na Conferência do Rio, em 1942, significou a continuidade de sua política de neutralidade desde os tempos da Grande Guerra. Com isso, a Argentina manteve sua neutralidade quase até o fim do conflito, quando, em 27 de março de 1945, declarou guerra à Alemanha, com o intuito de reivindicar o seu ingresso nas Nações Unidas.¹⁰⁶²

No caso brasileiro, Vargas optou pela adesão gradual à política hemisférica dos EUA desde o final da década de 1930, sem confrontar a potência do Norte nas conferências pan-americanas como fizera a Argentina.¹⁰⁶³ A total dependência econômica do mercado

¹⁰⁵⁹ Ibidem.

¹⁰⁶⁰ O Exército brasileiro foi instruído por uma missão francesa desde princípios da década de 1920. Tal fato acarretou significativa mudança na formação do corpo de oficiais, orientando a organização militar brasileira para rumos mais profissionais. Vale lembrar que esta já havia entrado em contato com o Exército alemão por meio do intercâmbio dos “jovens turcos”, experiência que pavimentou o terreno para o interesse da jovem oficialidade por mudanças na estrutura do corpo de oficiais, no sentido de padrões mais profissionais em substituição às velhas e caducas estruturas organizacionais anteriores. In: MORAIS, João Rafael G. de Souza. O impacto da Blitzkrieg no Exército brasileiro: reflexões sobre a doutrina francesa e alemã na revista A Defesa Nacional (1936-1944). In: NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos**. Joinville, SC: Editora Univille, 2020; p. 12-13.

¹⁰⁶¹ Não-beligerância é a atitude de um país que não toma parte num conflito armado, sem, todavia, manifestar a sua neutralidade.

¹⁰⁶² FERRER et al., 2012; p.565.

¹⁰⁶³ Mesmo ao final da guerra, foram realizadas uma Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, em Chapultepec, na Cidade do México, em fevereiro-março de 1945, e uma Conferência para a Manutenção da Paz e da Segurança Continental no Rio de Janeiro, em agosto-setembro de 1947. Uma Nona Conferência Pan-Americana teve lugar em Bogotá, em março-maio de 1948, e uma Décima e última, algumas vezes chamada de Primeira Conferência Interamericana, em Caracas, em março de 1954. Na Conferência de

norte-americano, sua fragilidade militar e, principalmente, a posição estratégica do Nordeste brasileiro, fundamental para a defesa do continente, induziram o Brasil para a política de solidariedade pan-americana, imposta pelos EUA. Com negativa dos argentinos em participar do pan-americanismo, o Brasil surgiu como o principal aliado dos EUA na região, tornando-se o grande beneficiário da Lei do “*Lend and Lease*”, recebendo mais de 70% dos valores destinados para a América Latina.¹⁰⁶⁴ O Uruguai seguiu esse mesmo caminho, buscando tirar proveitos da grande potência do Norte.

Em junho de 1941, o Brasil e os EUA assinaram um acordo de cooperação baseado no *Lend and Lease Act*. Este acordo determinava que os Estados Unidos forneceriam treinamentos aos oficiais da Aeronáutica brasileira em território norte-americano e que seriam trazidos mais de 400 aviões de treinamento para o Brasil. A contrapartida brasileira era a permissão da instalação oficial de diversas bases militares norte-americanas nos atuais estados nordestinos do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco e em dois da Região Norte: Amapá e Pará.¹⁰⁶⁵

Em suma, quando a guerra foi deflagrada, os países do continente americano ficaram apreensivos sobre as consequências que poderiam advir desses acontecimentos e resolveram marcar uma consulta para examinarem a situação, em defesa da solidariedade pan-americana, escolhendo o Panamá como a sede desse primeiro encontro entre os Ministros das Relações Exteriores.¹⁰⁶⁶ Assim, baseando-se nas decisões de Buenos Aires, em 1936, e de Lima, em 1938,¹⁰⁶⁷ que recomendavam reuniões de consulta dos ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em caso de ameaça à paz na América, o governo do Panamá convocou a I Reunião de Consulta pouco depois das declarações de guerra, em fins de setembro de 1939.¹⁰⁶⁸

Bogotá de 1948, a União das Repúblicas Americanas foi rebatizada de Organização dos Estados Americanos (OEA), mas o secretariado manteve o nome de União Pan-Americana. In: BETHELL, Leslie. **Conferências Pan-Americanas**. Verbete do CPDOC/FGV. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf> Acesso em: 28/07/2020.

¹⁰⁶⁴ FERRER et al.; op. cit.; p.565.

¹⁰⁶⁵ RAHMEIER, Andrea Helena Petry. O Nordeste brasileiro – 1940-1941. In: NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial**: estudos contemporâneos. Joinville, SC: Editora Univille, 2020; p. 38.

¹⁰⁶⁶ BRASIL. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944; p.24.

¹⁰⁶⁷ Essa conferência se originou do acordo estipulado no Tratado de Manutenção, Garantia e Restabelecimento da Paz, firmado em Buenos Aires, em 1936, e as deliberações da VIII Conferência Internacional Americana de Lima, de 1938. In: SILVA, Hélio. **1944: O Brasil na guerra**. O ciclo de Vargas. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974; p.146.

¹⁰⁶⁸ CARVALHO, 2016; p. 462.

3.2.3. Setembro de 1939: a Conferência do Panamá

A aproximação da guerra e a invasão de águas continentais americanas por belonaves de países beligerantes foi objeto de importante decisão da Conferência do Panamá. Na I Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, entre 23 de setembro e 03 de outubro, realizada no Panamá, a delegação brasileira, presidida pelo embaixador Carlos Martins Pereira de Sousa, adotou atitude conciliatória com a finalidade de harmonizar propostas, e defendeu o princípio de “mar continental”, isto é, a criação de uma zona de segurança de 300 milhas marítimas nas águas americanas, a fim de resguardar a neutralidade e a tranquilidade. Em 4 de novembro de 1939, expediu-se uma declaração de neutralidade.¹⁰⁶⁹

Procuravam garantir a segurança e o comércio marítimo do continente, porém, naquele momento, eram incapazes de realizar essa tarefa, inclusive os EUA. Alguns incidentes de guerra surgiram dentro dessa zona de segurança, mostrando a precariedade desta, sendo o mais importante deles a batalha naval entre o encouraçado alemão “Graf Spee” e os cruzadores britânicos na entrada do Rio da Prata em 13 de dezembro de 1939.¹⁰⁷⁰

Do ponto de vista político, ocuparam o primeiro plano da Reunião do Panamá as questões de contrabando de guerra e do tratamento dos submarinos beligerantes. Ante as dificuldades pelas divergências de opinião, ficou decidido que cada país americano poderia ater-se a um critério próprio, de acordo com suas necessidades no momento. Na discussão sobre o problema do mar continental, prevaleceu o ponto de vista brasileiro. Aqueles princípios expostos pelo Brasil vieram a filiar-se à Declaração do Panamá que estabeleceu os limites marítimos da neutralidade americana. Confirmaram-se os princípios de solidariedade continental adotados pela Conferência de Lima. Determinou, de forma bem clara, a posição estritamente neutral a ser observada em face do conflito europeu.¹⁰⁷¹

Paraguai e Uruguai apoiaram as posições dos EUA para discutir a postura do continente na guerra europeia, iniciada há pouco. O Uruguai declarou sua neutralidade já em 5 de setembro e, nessa reunião, adotou posição antinazista e antifascista. Para a diplomacia uruguaia, a neutralidade não era sinônimo de indiferença, mas de manter “atitude vigilante” para poder protestar contra transgressões humanitárias dos países beligerantes. Esse

¹⁰⁶⁹ CERVO, BUENO, 2015; p. 271.

¹⁰⁷⁰ FERRER et al.; 2012; p. 555-556.

¹⁰⁷¹ SILVA, 1974; p.146-147.

princípio constou em uma das resoluções finais do encontro do Panamá. Na verdade, durante os primeiros anos da II Guerra Mundial, a política externa uruguaia acompanhou as diretrizes delineadas pelas Conferências Pan-americanas de 1939 e 1940.¹⁰⁷²

A Argentina também se declarou neutra antes do início da reunião e seu representante, o embaixador Leopoldo de Mello, opôs-se às propostas dos EUA de criar instrumentos efetivos de solidariedade continental. A Argentina persistia na defesa de uma neutralidade não vinculante ao pan-americanismo e que preservasse sua autonomia, política apoiada por diferentes setores da sociedade. No plano comercial, havia a expectativa de que a neutralidade permitiria a continuidade das exportações para os dois lados em guerra na Europa. No plano político, a neutralidade era apoiada inclusive pelos nacionalistas de extrema direita que eram antiliberais, contrários à influência britânica na Argentina, antisemitas e defensores da liderança da Argentina na América Latina. Esse pensamento penetrou nas Forças Armadas argentinas e os nacionalistas viam no projeto de pan-americanismo dos EUA uma ameaça à construção dessa liderança argentina. Ademais, pela lógica desses nacionalistas, manter a neutralidade na guerra iniciada na Europa era uma forma de evitar a mobilização das Américas contra a Alemanha nazista que eles admiravam.¹⁰⁷³

Apesar disso, nessa conferência criou-se uma Comissão Interamericana de Neutralidade para examinar as múltiplas questões oriundas do conflito na Europa. A escolha lógica para representante do Brasil nessa Comissão foi Melo Franco; a escolha lógica para sede dela foi o Rio de Janeiro, dados o significado estratégico do Brasil e sua dedicação à solidariedade hemisférica. Na sessão inaugural da Comissão de Neutralidade, em janeiro de 1940, Melo Franco foi eleito presidente por aclamação.¹⁰⁷⁴

Nesse sentido, o desfecho da chamada Conferência do Panamá, foi uma frustração para os países Aliados, bem como para a imprensa da região, majoritariamente favorável aos Aliados. Para o ministro da Bélgica em Montevidéu:

La declaración unánime de neutralidad de los Estados del Continente americano ha provocado la crítica de los diarios que han hecho notar que los delegados a Panamá dejaron la impresión de querer trabar la acción de las dos potencias aliadas porque éstas quieren impedir que América practique el comercio con Alemania, contra la cual está organizado el bloqueo. La Conferencia, dicen, se preocupó sobre todo de explotar la guerra al máximo para los intereses comerciales del Continente. Los Estados americanos, casi todos signatarios del pacto de la Liga de Naciones, y todos del Pacto Briand-Kellog, no se preocuparon

¹⁰⁷² CLEMENTE, 2005; p.26.

¹⁰⁷³ DORATIOTO, 2020; p.282-283.

¹⁰⁷⁴ HILTON, 2013; p.471-472.

*por establecer la diferencia entre países agresores y países atacados. La 'Declaración de Panamá' no menciona tampoco el Pacto Saavedra Lamas que no reconoce las anexiones territoriales realizadas por fuerza.*¹⁰⁷⁵

Mesmo concordando e seguindo a posição de neutralidade dos EUA, o Uruguai alertava, entretanto, que a neutralidade declarada não se tratava de indiferença ou mera observação das hostilidades no front europeu. Nas palavras do delegado uruguaio Pedro Manini Ríos: *Ansiamo vivamente para los demás lo que proclamamos para nosotros, por eso no nos inspiramos en el móvil egoísta de preservarnos de los peligros de la guerra, sino que aspiramos a que nuestra tranquilidad sea la que pueda vivir el mundo.* A delegação uruguaia interpretava aquela posição de neutralidade como uma atitude de vigilância.¹⁰⁷⁶

De toda forma, cabe destacar que nessa conferência, o governo uruguaio se aliou ao Brasil e Argentina para organizar a vigilância da zona marítima de proteção. Essa medida repercutiu comicamente por parte dos representantes diplomáticos belgas, uma vez que o Uruguai não possuía embarcações suficientes para tal tarefa.¹⁰⁷⁷ Independentemente de sua capacidade bélica, o pequeno país do Prata estava ciente de possíveis conflitos em águas platinas. Não tardaria para isso acontecer.

Em vista da “ameaça potencial ao bem-estar e segurança” das Américas, os governos decidiram fazer uma declaração coletiva que incorporava as declarações individuais que, durante a primeira Grande Guerra, tinham formulado o Brasil, o Chile, a Colômbia, o Peru e o Equador. Consistia essencialmente numa demarcação da zona de segurança que, abrangendo as rotas marítimas normais das comunicações interamericanas, evitaria a repetição de atos de hostilidades nas águas costeiras do continente, respeitador da neutralidade. Os limites eram detalhadamente especificados, segundo linhas loxodrômicas,¹⁰⁷⁸ cortando os meridianos em ângulos constantes, indicadas as latitudes e as longitudes e excetuadas as águas territoriais do Canadá e das possessões europeias.¹⁰⁷⁹

¹⁰⁷⁵ Telegrama nº 202, 28.11.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del apoyo del público uruguayo a las Potencias Aliadas. In: NAHUM, 1998; p.429.

¹⁰⁷⁶ OLIVERA, 1984; p. 206.

¹⁰⁷⁷ Telegrama nº 202, 28.11.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del apoyo del público uruguayo a las Potencias Aliadas. In: NAHUM, 1998; p.430.

¹⁰⁷⁸ Loxodromia é a linha que, à superfície da Terra, faz um ângulo constante com todos os meridianos. Tal linha, cuja direção geográfica é constante com os meridianos, é resultado do erro original quando se quer resumir num plano o que está distribuído em vários. Trata-se de uma linha reta que, quando assente numa superfície esférica torsa (como o corte da casca de laranja) tem tendência para espiralar-se em direção aos polos.

¹⁰⁷⁹ CARVALHO, 2016; p. 462-463.

A Declaração de Panamá era destinada a ser comunicada aos governos das nações em guerra para obter a observância de seus dispositivos; para o seu cumprimento, consultas especiais podiam ser reunidas e as suas Repúblicas se reservavam o direito de realizar patrulhamentos individuais ou coletivos na zona definida. Além da declaração, tratou a Conferência do Panamá da formação de um Comitê Financeiro e Econômico para atenuar os efeitos da guerra sobre a economia americana, e estabelecer padrões uniformes para a conduta dos neutros. Entretanto, cedo começaram os beligerantes a violar as regras declaradas em Panamá com os incidentes do Admiral Graf Spee. Aos protestos do presidente do Panamá responderam os governos britânicos e francês que o estabelecimento da zona de proteção tinha por efeito libertar os navios alemães da superioridade naval dos Aliados.¹⁰⁸⁰

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, a imprensa carioca, em dezembro de 1939, tentava explicar as repercussões da prisão de comunistas na cidade, mal interpretadas no Uruguai. Segundo jornais brasileiros, “foi mal interpretado”, pois no Uruguai se falava de um novo movimento subversivo no Brasil, o que foi rapidamente desmentido pelo governo brasileiro.¹⁰⁸¹ O jornal *Diário da Noite*, de 5 de dezembro de 1939, denunciava em sua capa planos de conspiração contra o governo varguista liderados por Flores da Cunha, que contava com o auxílio de outros exilados políticos do Paraguai, o coronel Rafael Franco, e da Bolívia, o coronel David Toro. Ex-adversários e inimigos da Guerra do Chaco se uniam agora em uma ação conjunta contra seus respectivos governos. Segundo o vespertino carioca, o acordo entre os exilados políticos partiu de Montevideú e tinha planos ambiciosos como forçar a Argentina a entregar Martim Garcia ao Uruguai e o Mato Grosso ao Paraguai.¹⁰⁸² Os governos brasileiro e uruguaio reagiram imediatamente e sufocaram as tentativas conspiratórias. Dias depois, o Rio da Prata seria surpreendido por uma batalha naval travada entre britânicos e alemães. E mais uma vez, as relações brasileiro-uruguaias seriam testadas.

¹⁰⁸⁰ Ibidem.

¹⁰⁸¹ CARLOS BLANCO para GUANI, Rio de Janeiro, of. n° 8781, 12.12.1939. *Remite recortes de diario sobre la prisión de comunistas*. In: 1939. Información Política. Carpeta No. 252. Legación en el Brasil. Caja 4 (1935-1945); AMREU.

¹⁰⁸² *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 5.12.1939. In: Política de Brasil. Informaciones. Detención de una compañía de oposición política en Rivera. Legación en el Brasil. Serie Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945), Carpeta 231; AMREU.

3.2.4. Dezembro de 1939: a “Batalha do Rio da Prata” e suas repercussões

Em 12 de dezembro de 1939, enquanto o *Correio da Manhã*, por meio da matéria “Tavares Bastos e o Uruguai”, lembrava da atuação do diplomata brasileiro na Missão Saravia no Rio da Prata, a guerra se aproximava do continente americano.¹⁰⁸³

Na noite de 13 de dezembro de 1939, após a chamada batalha do Rio da Prata, o encouraçado alemão “Almirante Graf Spee” se refugiou no porto de Montevidéu, logo após um combate contra três navios ingleses: *Exeter*, *Achilles* e *Ajax*.¹⁰⁸⁴ No dia seguinte, o ministro alemão na cidade notificou e solicitou ao governo uruguaio a autorização de 15 dias para a manutenção do Graf Spee. O ministro britânico Eugen Millington-Drake,¹⁰⁸⁵ por sua vez, baseado na Convenção de Havana, ratificada por Uruguai e demais países americanos, insistiu que o barco fosse aprisionado junto com a sua tripulação até o final da guerra.¹⁰⁸⁶ No mês anterior, a pedido do governo uruguaio, o governo inglês tinha permitido a chegada de material alemão à capital uruguaia destinado às obras hidroelétricas de Rio Negro. Esse material se encontrava a bordo de barcos alemães refugiados em portos brasileiros.¹⁰⁸⁷ Com tudo isso, o governo uruguaio notava a vulnerabilidade do seu território nacional, mas também sua importância geoestratégica.¹⁰⁸⁸

A velocidade foi bem explorada pelos ingleses, mais velozes, obrigando os germânicos a dividirem o seu fogo, pois os navios ingleses engajaram o Graf Spee pelos dois bordos. Como destacou o almirante-de-esquadra no prólogo da edição brasileira do livro escrito pelo diplomata britânico em Montevidéu na época do conflito naval, Eugen Millington-Drake, “se o combate no mar durou algumas horas, a batalha diplomática em terra durou quatro dias”.¹⁰⁸⁹

¹⁰⁸³ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12.12.1939, anexo a Faustino M. TEYSERA, cónsul encargado del Consulado General, al canceller GUANI, Rio de Janeiro, of. nº 1017, 22.12.1939. *Remite un recorte de diario conteniendo datos históricos referentes al Uruguay*. In: Legación en el Brasil. Caja 4 (1935-1945); AMREU.

¹⁰⁸⁴ AYÇAGUER, 2009; p.1.

¹⁰⁸⁵ Guani e Drake se conheciam pelo menos desde 1914, quando os diplomatas britânico e uruguaio se encontraram em diversas ocasiões pela Europa durante as décadas de 1920 e 1930. E chegaram a firmar definitivamente uma relação de amizade quando Guani foi nomeado ministro em Londres, em 1936. In: MILLINGTON-DRAKE, E. **A Batalha do Rio da Prata – O Drama do Couraçado “Graf Spee”**. São Paulo: Flamboyant, 1968; p. 185.

¹⁰⁸⁶ Telegrama nº 203, 29.12.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del resultado del combate entre una escuadra británica y el crucero alemán Almirante Graf Spee. In: NAHUM, 1998; p.431-433.

¹⁰⁸⁷ Telegrama nº 202, 28.11.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del apoyo del público uruguayo a las Potencias Aliadas. In: NAHUM, 1998; p.430.

¹⁰⁸⁸ MERCADER, Antonio. **El año del León**. 1940. Herrera, las bases norteamericanas y el complot nazi. Montevideo, Aguilar, 1999, p. 25-32.

¹⁰⁸⁹ MILLINGTON-DRAKE, op. cit.; p. 16.

Para os tripulantes alemães, Millington-Drake esforçou-se por ganhar o coração dos uruguaios para a causa britânica. Tornando-se, naquelas circunstâncias, muito popular em Montevidéu.¹⁰⁹⁰ Segundo o comandante alemão:

A missão de nosso comandante é ganhar tempo, ainda que mais não seja mediante entrevistas. Com muita inteligência pediu trinta dias para pôr o navio em condições de navegabilidade. De acordo com as leis internacionais, um navio pode ficar num porto neutro pelo tempo necessário para restabelecer sua navegabilidade, e mais nada. [...] Os britânicos sabem tão bem como nós que uma estada de trinta dias nos daria a possibilidade de receber ajuda dos submarinos. Sabem perfeitamente que a presença dos submarinos poderia ocasionar graves perdas ao bloqueio que estabeleceram e que assim abriríamos caminho para o alto-mar, ao passo que se formos obrigados a sair nestes dois dias, isso representará um fácil triunfo para a Grã-Bretanha, que necessita desse êxito para desferrar sua derrota na batalha de ontem. O Ministro Britânico, portanto, buscará por todos os meios ao seu alcance evitar que nosso Capitão obtenha uma prorrogação. Enquanto isso, o governo uruguaio nos manda ao diabo.¹⁰⁹¹

Apesar dos esforços do ministro alemão em Montevidéu, Otto Langmann, para ganhar tempo, em resposta, o governo uruguaio preferiu se basear na Conferência de Haia, de 1907 e ratificada por países europeus, em seu decreto de neutralidade de 5 de setembro de 1939. Após a análise dos danos materiais causados ao Graf Spee, uma comissão técnica uruguaia estimou o prazo de 72 horas para as reparações do encouraçado. No entanto, apesar da sua navegabilidade parecer intacta, seu poderio bélico estava fortemente reduzido, senão aniquilado.¹⁰⁹²

¹⁰⁹⁰ Ibidem.

¹⁰⁹¹ Ibid; p. 183.

¹⁰⁹² Telegrama nº 203, 29.12.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del resultado del combate entre una escuadra británica y el crucero alemán Almirante Graf Spee. In: NAHUM, 1998; p.432.

Figura 20- Graf Spee no porto de Montevidéu, em 1939.



Fonte: Cole o Klemm.¹⁰⁹³

Os barcos ingleses protegiam o vapor francês “Formose”, que conseguiu entrar no porto de Montevidéu a salvo. O encouraçado alemão teria tentado interceptar a marcha do referido barco francês, ao norte da costa uruguaia, sendo, então, descoberto e perseguido pelos cruzadores ingleses. Segundo as primeiras informaçoes obtidas pelo embaixador brasileiro em Montevidéu, o barco alemão estava avariado e quase sem combustível, e estava com cerca de 60 feridos e 36 mortos. Por esse motivo, o comandante do Graf Spee pediu licença para desembarcar em Montevidéu uma companhia que prestasse honras fúnebres aos mortos alemães.¹⁰⁹⁴

¹⁰⁹³ LARA, Daniel Acosta y; LEICHT, Federico. **Graff Spee**. De Wilhelmshaven al Río de la Plata. (1939-2014). Montevideo: Ediciones de la Plata, 2014; p. 121.

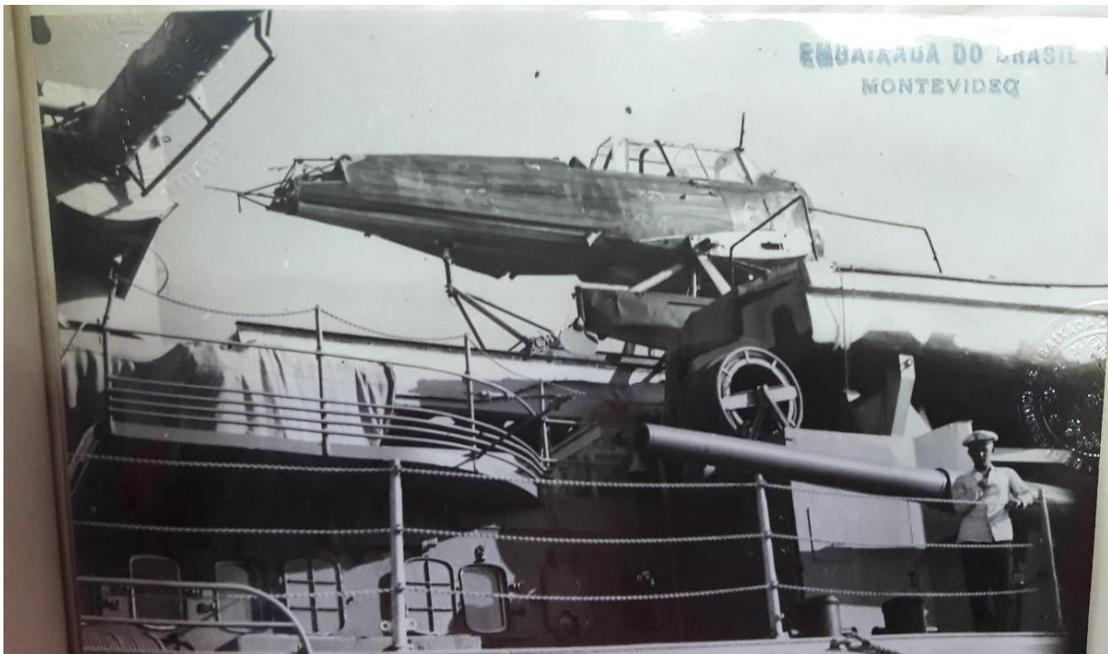
¹⁰⁹⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n  430, 14.12.1939. Combate naval entre três cruzadores de guerra ingleses e um couraçado alemão em frente às costas uruguaias. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

Figura 21- Desembarque de feridos alemães em grave estado.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹⁰⁹⁵

Figura 22- O rebocador “Lavalleja” atraca ao couraçado alemão.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹⁰⁹⁶

¹⁰⁹⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 435, 16.12.1939. Combate naval nas costas uruguaias. In: Ibid.

¹⁰⁹⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 431, 14.12.1939. Combate naval entre três cruzadores de guerra ingleses e um couraçado alemão em frente às costas uruguaias. In: Ibid.

Figura 23-Graf Spee em Montevideu.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevideu.¹⁰⁹⁷

Figura 24- Cortejo fúnebre às vítimas do combate naval.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevideu.¹⁰⁹⁸

¹⁰⁹⁷ Ibidem.

¹⁰⁹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 435, 16.12.1939. Combate naval nas costas uruguaias. Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

Figura 25- Ministro da Alemanha em Montevidéu a frente do cortejo fúnebre às vítimas do combate naval.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹⁰⁹⁹

No dia 15 de dezembro, o governo brasileiro, por meio de telegrama, e seguindo as diretrizes pan-americanas, declarou apoio ao governo uruguaio, destacando, sobretudo, o artigo 22 da lei de neutralidade de 2 de setembro.¹¹⁰⁰ No dia seguinte, o chanceler brasileiro, seguindo a declaração preliminar dos EUA, numa ação continental sobre a violação da zona marítima continental, na forma da Declaração do Panamá, oficializou o apoio ao governo uruguaio. Aranha destacava que, por ser uma zona marítima de interesse do Brasil, da Argentina e do Uruguai, os governos brasileiro e argentino apoiariam as decisões do Uruguai.¹¹⁰¹ Aranha tinha proposto à Argentina uma ação combinada política e militarmente

¹⁰⁹⁹ Ibidem.

¹¹⁰⁰ ARANHA para LUSARDO, Rio de Janeiro, Telegrama, 15.12.1939. Guerra na Europa. Combate naval em águas uruguaias. In: Telegramas 1938-1941. (35/4/6). Missões diplomáticas brasileiras; AHI, RJ.

¹¹⁰¹ Idem, Rio de Janeiro, Telegrama, 16.12.1939. Guerra na Europa. Combate naval em águas uruguaias. In: Ibid.

no sentido de cooperar com o Uruguai caso os alemães desrespeitassem a soberania uruguaia.¹¹⁰²

Em telegrama de 16 de dezembro, Lusardo oficializou o apoio brasileiro ao Uruguai da seguinte forma:

Cumpre-me expressar a Vossa Excelência que o Brasil, dentro da sua tradicional orientação diplomática e consequente com os princípios defendidos na recente Conferência do Panamá, se solidariza com a República Oriental do Uruguai em sua atuação nestas circunstâncias apoiando-a em tudo aquilo que o seu Governo, pela aplicação das leis nacionais, julgar que deva ser executado.¹¹⁰³

Contando com a solidariedade continental, Alberto Guani reafirmou as decisões do governo uruguaio ao comandante alemão, que ameaçava não obedecer ao tempo estabelecido pelas autoridades uruguaias para as devidas manutenções do Graf Spee. Segundo o diplomata belga, o encouraçado alemão tinha a bordo sessenta tripulantes ingleses, dos quais seis eram capitães da marinha mercante dos nove navios afundados. Todos foram liberados em Montevideú. As empresas de manutenção navais do Uruguai se recusaram a prestar serviços aos nazistas alemães. Além disso, muitas dessas firmas tinham estreitas relações com industriais e comerciantes ingleses.¹¹⁰⁴

Daí que nenhuma ajuda para reparar o Graf Spee poderia obter-se dos uruguaio, como disse o comandante Rasenack, atribuindo-o às “inteligentes atividades pessoais” do ministro britânico Drake. Segundo o comandante, a tripulação trabalhou “febrilmente para reparar os danos causados pela batalha. Os estaleiros locais não proporcionaram um único homem, um único parafuso, pois deviam obedecer às instruções de Millington-Drake, visto pertencerem a capitais britânicos”.¹¹⁰⁵ Langsdorff, assim, teve que aguardar o apoio de empresas portenhas para alguns reparos.¹¹⁰⁶

No quarto e último dia no porto de Montevideú, em 17 de dezembro, o comandante Rasenack descreve que após o fracasso dos esforços empreendidos pelo capitão Langsdorff, o governo alemão comunicou a “ordem mais terrível” para os tripulantes, a de destruir o Graf Spee. Isso porque a principal função dos marinheiros era zelar pelo cuidado dos equipamentos e, agora, para impedir que os conhecimentos técnicos alemães caíssem em mãos inimigas, era

¹¹⁰² Idem, Rio de Janeiro, Telegrama, 17.12.1939. Guerra na Europa. Combate naval em águas uruguaias. In: *Ibid.*

¹¹⁰³ LUSARDO para GUANI, Montevideú, Telegrama nº 100, 16.12.1939. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

¹¹⁰⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. no. 431, 14.12.1939. Combate naval entre três cruzadores de guerra ingleses e um couraçado alemão em frente às costas uruguaias. In: *Ibid.*

¹¹⁰⁵ MILLINGTON-DRAKE, 1968; p. 183.

¹¹⁰⁶ Telegrama nº 203, 29.12.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del resultado del combate entre una escuadra británica y el crucero alemán Almirante Graf Spee. In: NAHUM, 1998; p.432.

preciso destruir metodicamente todos os aparelhos de controle de tiro, que tinha feito a glória alemã durante a batalha na embocadura do Rio da Prata.¹¹⁰⁷ Descreveu em seu diário:

Fizemos voar as instalações automáticas de controle de tiro com granadas de mão, destruimos os quadrantes dos delicados controles e suas partes eletrônicas a marteladas e assim peça por peça. Transportamos as peças e as culatras dos canhões para as torres grandes. Aí faremos voar tudo ao mesmo tempo. Acabamos nosso trabalho cerca de meio-dia. É terrível o que vemos em torno de nós. Este é o dia mais triste da minha vida.¹¹⁰⁸

Com o término do prazo de 72 horas, o encouraçado alemão abandonou o porto de Montevideú. Fora das águas territoriais uruguaias, Graf Spee fora autodestruido pelo seu próprio comandante, quem “*hizo volar el barco*”. Conforme Rasenack, aquela cena assemelhava-se a um vulcão. Dizia que era um espetáculo grandioso, porém imensamente triste. O encouraçado alemão estava envolto em labaredas.¹¹⁰⁹

Após a explosão, a tripulação alemã partiu rumo à Buenos Aires em embarcações enviadas pela embaixada da Alemanha na Argentina. Segundo a embaixada alemã em Montevideú, Hans Langsdorff, comandante do Admiral Graf Spee, teria explodido seu navio de guerra por pressão inglesa, mas também devido ao curto prazo oferecido pelo governo uruguaio.¹¹¹⁰ Após terminar essa missão, Hans Langsdorff escreveu cartas para familiares e suicidou-se em um quarto de hotel, em Buenos Aires, ainda em dezembro de 1939. Antes, todavia, deixou em declaração escrita, dirigida ao embaixador alemão, Edmond von Thermann, a afirmativa de que, desde início, desejara participar da sorte do navio que comandava, afundado em águas uruguaias. O afundamento do encouraçado alemão deixou em todos a impressão de que os alemães desejaram sepultar os segredos de sua construção, da montagem de sua artilharia e das suas máquinas.¹¹¹¹

Com efeito, o incidente gerou uma série de correspondências entre os países americanos, no sentido de tentarem uma atitude conjunta para protestar contra a violação da zona de neutralidade, imposta na Conferência do Panamá. Por fim, o governo panamenho enviou um telegrama de protesto aos países beligerantes (Alemanha e Inglaterra), com a aprovação de todas as Repúblicas Americanas.¹¹¹²

¹¹⁰⁷ MILLINGTON-DRAKE, op.cit.; p. 226.

¹¹⁰⁸ Ibid; p. 227.

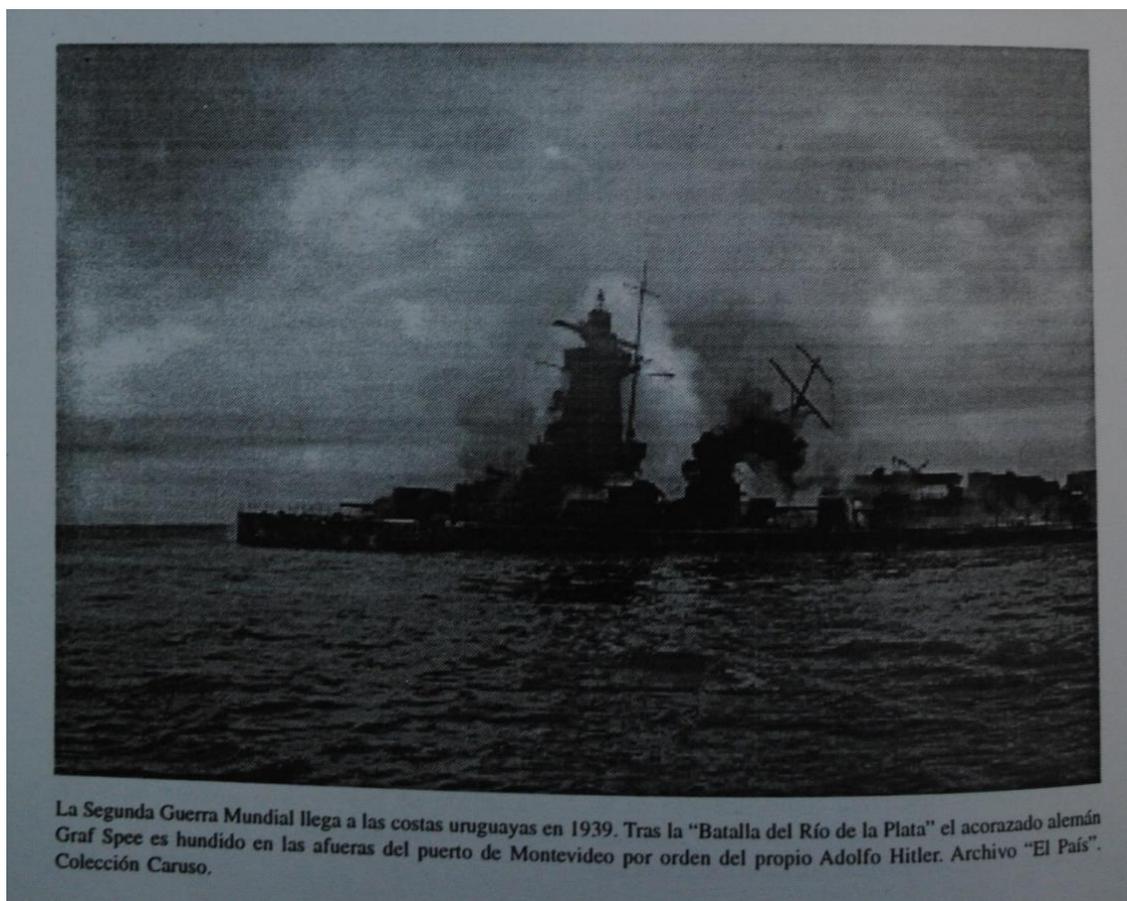
¹¹⁰⁹ Ibid; p. 239.

¹¹¹⁰ Telegrama nº 203, 29.12.1939. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del resultado del combate entre una escuadra británica y el crucero alemán Almirante Graf Spee. In: NAHUM, 1998; p.433.

¹¹¹¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 440, 21.12.1939. Combate naval na costa uruguaia. Afundamento do “Graff Spee” em Montevideú e suicídio do Comandante em Buenos Aires. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

¹¹¹² FERRER et al.; 2012; p. 556-557.

Figura 26– Torpedeamento do encouraçado alemão Graf Spee aos arredores do porto de Montevideú por ordem do próprio Adolf Hitler.



Fonte: (CAETANO; BUCHELI, YAFFÉ, 2002; p.166).

Com esse acontecimento, adicionada a invasão soviética da Finlândia - “uma pequena democracia modelo, tal como o Uruguai se concebe” -,¹¹¹³ em 30 de novembro de 1939, os temores das Forças Armadas uruguaias se acentuaram. O próprio presidente Alfredo Baldomir, no âmbito privado, teria se indignado com a invasão soviética. Indignado criticava os países neutros, tal como o Uruguai: “*Nos muestra que errores cometieron y comenten los neutrales al no unirse bajo pactos de asistencia mutua. Así, serán tragados a pedazos, uno después de otro*”.¹¹¹⁴ Baldomir, apesar de seu alinhamento pró-aliado, nunca abandonou seu anticomunismo.

¹¹¹³ Millington Drake, ministro de la legación británica, Informe sumario de eventos en Uruguay en 1939, Montevideo, 8.03.1940, doc. 531. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 164.

¹¹¹⁴ Hugh H. Gridley (gerente general del Ferrocarril Central Argentino) a Millington Drake, Montevideo, 4-5.12.1939, doc. 529. In: Ibid; p. 147.

Figura 27 – Capa do jornal *El País* de 19 de dezembro de 1939.



Fonte: (*El País*, 19/12/1939).¹¹¹⁵

Preocupado com a situação, Lusardo reuniu os representantes diplomáticos dos países americanos, na embaixada brasileira em Montevideú, para discutirem aquela situação a nível continental. Roberto Levillier, embaixador argentino, não participou da reunião, pois estava em Buenos Aires na ocasião. No entanto, após ter falado com Lusardo no telefone, num voo rápido de avião, Levillier conseguiu chegar na chancelaria uruguaia para participar dos últimos momentos daquela reunião. De toda forma, ficou claro que era o diplomata brasileiro quem liderava aquele grupo de diplomatas que prestavam solidariedade à chancelaria uruguaia.¹¹¹⁶

¹¹¹⁵ In: LARA, Daniel Acosta y; LEICHT, Federico. **Graff Spee**. De Wilhelmshaven al Río de la Plata. (1939-2014). Montevideo: Ediciones de la Plata, 2014; p. 153.

¹¹¹⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 436, 18.12.1939. Combate naval nas costas uruguaias. Afundamento do “Graff Spee”. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

João Batista Lusardo avaliou o impacto da Batalha do Rio da Prata da seguinte maneira:

Ficam desse drama intensamente vivido na capital uruguaia, com repercussão em todos os países do continente, ameaçados de que o mesmo se repetia em qualquer deles e a qualquer momento, ensinamentos preciosos que, para serem bem aproveitados, necessitariam que suas conclusões fossem desde logo observadas e seguidas. Quanto ao Brasil, permita-me Vossa Excelência dizer de modo ostensivo, a primeira conclusão prática é a de que, para fazer com que predomine a sua força moral, para manter o prestígio da sua tradicional diplomacia, para fixar a orientação superior e defensiva do seu Governo, necessita a custa de qualquer sacrifício e por qualquer preço de reconstituir as suas forças navais, adquirir material suficiente para a defesa da sua soberania e, se necessário, ajuda à manutenção da soberania dos Estados vizinhos e amigos que a solicitem.¹¹¹⁷

Não por acaso que, em reunião secreta dos parlamentares uruguaiois com o Ministro da Defesa Nacional e Ministro das Relações Exteriores, cogitou-se a aquisição de dois navios de guerra e da remodelação completa das forças aéreas e compra de aviões e hidroaviões.¹¹¹⁸ Aquele projeto de modernização de suas Forças Armadas tão desejado pelos militares uruguaiois ganhava força após o ocorrido nas águas platinas.

3.2.5. 1940: a guerra chegou, e agora?

Após o combate naval, as patrulhas se intensificaram no Prata.¹¹¹⁹ Apesar do contexto de guerra, o embaixador brasileiro começou o ano de 1940 bastante otimista em relação ao desenvolvimento das relações comerciais entre os países frente à possibilidade de seu país fornecer ao Uruguai açúcar, carvão, ferro gusa e demais mercadorias que não constavam na balança comercial brasileiro-uruguaia.¹¹²⁰ Em compensação, o Uruguai ampliou sua quota para 2.000 toneladas de charque a serem exportadas para o Brasil.¹¹²¹ Lusardo destacava que as dificuldades encontradas para a expansão comercial do Brasil nos mercados uruguaiois, pouco a pouco, iam sendo superadas. A fundação de uma sucursal do Banco do Brasil em Montevideú facilitaria ainda mais esse estreitamento comercial.¹¹²²

¹¹¹⁷ Ibidem.

¹¹¹⁸ Idem, Montevideú, of. n° 442, 22.12.1939. Compra de material bélico em consequência da crise provocada pelo “Admiral Graff Spee”. In: Dez/1939; AHI, RJ; 33/4/4.

¹¹¹⁹ Idem, Montevideú, of. n° 15, 31.01.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no.1. In: Jan-Mar/1940; AHI, RJ; 33/4/5.

¹¹²⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. no. 14, 31.01.1940. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório n° 1. In: Ibid.

¹¹²¹ Idem, Montevideú, of. n° 54, 29.02.1940. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório n° 2. In: Ibid.

¹¹²² Idem, Montevideú, of. n° 70, 01.04.1940. Mês econômico-comercial-financeiro. Relatório n° 3. In: Abr-Maio/1940; AHI, RJ; 33/4/6.

O embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, Juan Carlos Blanco, em artigo publicado em *La Mañana*, em 30 de maio, enfatizou que o tratado comercial de 1933 entre os países, por ele negociado, contribuía mutuamente para o bom desenvolvimento das relações comerciais entre Brasil e Uruguai. Destacou ainda que essa colaboração econômica era reflexo da sólida amizade política. Por outro lado, o governo argentino também buscou aumentar as suas exportações para o Uruguai através de uma forte propaganda, tanto pelos jornais quanto pelas instituições oficiais como a Câmara de Comércio argentino-brasileiro de Buenos Aires.¹¹²³

Outro fator que animou Lusardo foi a visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha ao Uruguai, visto pelo embaixador brasileiro como o principal acontecimento político de janeiro de 1940. Segundo ele, a visita “não poderia ter sido mais feliz e agradável para a intensificação das relações de grande cordialidade entre o Uruguai e o Brasil”.¹¹²⁴

¹¹²³ Idem, Montevideú, of. n° 133, 31.05.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 5. In: Abr-Maio/1940; AHI, RJ; 33/4/6.

¹¹²⁴ Idem, Montevideú, of. n° 16, 31.01.1940. Mês político. Relatório n° 1. In: Jan-Mar/1940; AHI, RJ; 33/4/5.

Figura 28- Visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha a Montevideú, em 1940.



Fonte: *Revista Ilustrada* uruguaia, 1940.¹¹²⁵

¹¹²⁵ LAGO, Pedro Corrêa do. **Oswaldo Aranha. Uma fotobiografia.** São Paulo: Capivara Editora Ltda, 2017; p.209.

Figura 29- Visita do chanceler brasileiro Oswaldo Aranha a Punta del Este, em 1940.



Fonte: Embaixada brasileira em Montevidéu.¹¹²⁶

Logo após esse incidente, em fevereiro de 1940, o general colorado e liberal Alfredo Campos,¹¹²⁷ então ministro da Defesa Nacional, apresentou um projeto de lei de Instrução Militar Obrigatória, que não contou com o apoio do Parlamento nem da imprensa

¹¹²⁶ *La Mañana*, Montevideo, 26.01.1940. In: *Ibid.*

¹¹²⁷ Alfredo Ramón Campos (1880-1970) foi um militar uruguaio experiente. Em abril de 1938 foi designado Inspetor Geral do Exército, cargo que renunciou dois meses depois para assumir o Ministério da Defesa Nacional. Permaneceu à frente desta pasta até a sua renúncia, em fevereiro de 1940, com o fracasso da sua proposta de lei de serviço militar obrigatório. Entre março de 1942 e fevereiro de 1943 fez parte do Conselho de Estado. Em 1º de março de 1943 reassumiu a pasta da Defesa, onde permaneceu até junho de 1946. In: *Archivo Campos (Museo Histórico Militar)*, Montevideo, caja 4, biografía de Campos.

uruguaia.¹¹²⁸ Até mesmo os setores colorados, que apoiavam o governo Baldomir, impugnaram o projeto de Campos.¹¹²⁹ Frente à falta de apoio político ao seu projeto, Campos renunciou ao cargo¹¹³⁰ e Alfredo Baldomir dirigiu uma dura mensagem à classe política pela negligência, apatia, oposição e incompreensão dos “problemas que afetavam a existência orgânica das forças armadas uruguaias”.¹¹³¹ Aproveitando-se da rivalidade entre seus grandes vizinhos, Brasil e Argentina, e reconhecendo suas limitações de um pequeno país, Uruguai não julgava necessário se armar. Um senador teria até declarado que “*nuestra debilidad es nuestra fuerza*”.¹¹³²

Desde dezembro de 1938, segundo um artigo publicado no jornal riveirista *La Mañana*, o desejo dos militares uruguaios seria o de formar o material humano necessário para ter fácil mobilização de 200.000 homens, ou seja, de 10% da população geral do país.¹¹³³ Segundo o embaixador brasileiro, a imprensa montevideana, em forte campanha, apregoava que as Forças Armadas uruguaias deveriam ser reequipadas com material bélico moderno. Além disso, pediam “reorganização total e imediata” das forças militares.¹¹³⁴

Com a saída de Alfredo Campos, que ocupara o cargo desde junho de 1938, o general Julio Roletti, então Inspetor Geral do Exército, assumiu o Ministério da Defesa Nacional. E para o seu antigo posto, o general Marcelino Bergalli foi nomeado. A renúncia do ministro da Defesa ilustrava as tensões existentes entre o Executivo e Legislativo do Uruguai.¹¹³⁵ Na política regional, enquanto as notícias argentinas de criação de um comando de defesa do Rio da Prata preocupava o governo uruguaio, por outro lado, o general Roletti, simpático ao Brasil, desde à missão militar ao Rio de Janeiro do ano anterior, assumiu o projeto de modernização das forças militares uruguaias. E o Brasil era um grande aliado.¹¹³⁶

¹¹²⁸ Telegrama nº 204, 6.03.1940. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comunica la dimisión del Ministro de Defensa Nacional, General Campos, a raíz del rechazo parlamentario de su propuesta de instrucción militar. In: NAHUM, 1998; p. 434.

¹¹²⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 52, 29.02.1940. Mês político. Relatório nº 2. In: Jan-Mar/1940; AHI, RJ; 33/4/5.

¹¹³⁰ General Júlio Roletti, então Inspetor Geral do Exército, assumiu a pasta, onde permaneceu até 1943, quando Alfredo Campos retornou ao posto.

¹¹³¹ Telegrama nº 48, 24.02.1940. François Gentil, ministro de Francia en Uruguay, informa de la renuncia de Alfredo Campos, Ministro de Defensa. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p. 103.

¹¹³² Telegrama nº 59, 21.09.1940. Albert Ledoux, Encargado de Negocios de Francia, presenta un resumen de la situación del país con especial referencia a la colonia francesa. In: Ibid; p. 126.

¹¹³³ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 272, 31.12.1938. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 12. In: Ofícios. In: Nov/1938-Jan/1939; AHI, RJ; 33/3/11.

¹¹³⁴ Idem, Montevideu, of. no. 31, 31.01.1939. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 1. In: Ibid.

¹¹³⁵ Idem, Montevideu, of. no. 52, 29.02.1940. Mês político. Relatório nº 2. In: Jan-Mar/1940; AHI, RJ; 33/4/5.

¹¹³⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 53, 29.02.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no.2. In: Ibid.

Naquela conjuntura de avanços militares alemães na Europa, aumentavam os temores de infiltrações nazistas no Uruguai.¹¹³⁷ As atividades nazistas, sobretudo da colônia alemã em território uruguaio, preocupavam o governo de Montevideu e os países vizinhos. As atividades nazistas no Uruguai realizadas pelos agentes do partido nazista eram intensas na capital uruguaia e isso preocupava o chanceler Guani.¹¹³⁸ Estados Unidos, por sua vez, vigilava de perto os acontecimentos na América do Sul com o envio de dois navios de guerra para “*patrullaje de buena voluntad*”.¹¹³⁹ Não por acaso que o presidente Baldomir se preocupava com uma rápida e necessária modernização das forças armadas de seu país. Meses depois, em junho de 1940, a proposta de Instrução Militar Obrigatória do ex-ministro Campos foi aprovada, com modificações, pelo Poder Legislativo.¹¹⁴⁰ Além dessa lei, no mesmo mês, foi promulgada a Lei de Associações Ilícitas,¹¹⁴¹ que proibia e dissolvia organizações estrangeiras cujas atividades e ideias atentassem contra a democracia.¹¹⁴² Outros projetos de lei relacionados à aquisição de material bélico circulavam no Parlamento.

Nesse cenário de guerra, tanto a imprensa quanto os círculos diplomáticos em Montevideu reportavam as drásticas mudanças na sociedade uruguaia com importantes contingentes de uruguaios que eram recrutados pelo Ministério da Defesa. O encarregado de negócios da França destacava que: “*80.000 hombres pertenecientes a todas las clases sociales ya se han inscripto, han recibido uniformes y han comenzado su instrucción [...]. También se ha formado un cuerpo ya numeroso de enfermeras voluntarias*”.¹¹⁴³ Além disso, crescia no país o número de estabelecimentos voltados para a prática de tiros com rifles de guerra.¹¹⁴⁴

¹¹³⁷ Teve até mesmo a formação de uma Comissão Parlamentar para investigar as atividades nazifascistas no Uruguai, vistas como uma ameaça interna.

¹¹³⁸ OLIVERA, 1984; p. 203.

¹¹³⁹ Telegrama nº 207, 08.08.1940. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comenta la preocupación del Gobierno uruguayo por actividades nazis en el país. In: NAHUM, 1998; p. 434.

¹¹⁴⁰ A Lei de Instrução Militar Obrigatória tinha sido enviada ao Parlamento em maio de 1940. In: **Ley Nº 9.943**, Parlamento del Uruguay, Leyes. Disponível em:

<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp4039763.htm> Acesso em: 20/07/2019.

¹¹⁴¹ Em 1942, por exemplo, foi criada uma Comissão Investigadora de Atividades Antinacionais com o objetivo de investigar vínculos políticos e organizações locais com as potências do Eixo. In: RUIZ, Esther. Del viraje conservador al realineamiento internacional. 1933-1945. In: FREGA, 2010; p. 133-134.

¹¹⁴² **Ley Nº 9.936**. Parlamento del Uruguay Leyes. Disponível em: <https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp390308.htm> Acesso em: 20/07/2019.

¹¹⁴³ Telegrama nº 59, 21.09.1940. Albert Ledoux, Encargado de Negocios de Francia, presenta un resumen de la situación del país con especial referencia a la colonia francesa. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay**. Tomo IV: 1937-1949. Montevideo, UdelaR; 2000; p. 126.

¹¹⁴⁴ Telegrama nº 209, 05.07.1940. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, transcribe y comenta las conclusiones de la Comisión parlamentaria que investigó las actividades nazis en el Uruguay. In: NAHUM, 1998; op. cit.; 445.

No Uruguai, apesar da distância temporal para as próximas eleições presidenciais, muito já se falava sobre a sucessão de Baldomir.¹¹⁴⁵ Em 10 de março, José Espalter, ex-ministro das Relações Exteriores e colorado, assumiu novamente a presidência do Senado. No entanto, ante o temor das consequências do conflito europeu, como destacou Lusardo, havia uma espécie de trégua nos bastidores da política interna. No Parlamento, por exemplo, não tinha nenhum parlamentar com declaração franca e aberta, favorável ao fascismo ou ao nazismo, como outrora existira. Ainda assim, muitas vezes pelos seus estreitos vínculos com a Itália e com a Alemanha, o senador Luís Alberto de Herrera, líder do Partido Nacionalista, era acusado de fascista ou nazista pelos seus opositores. *El Debate*, órgão oficial chefiado pelo senador blanco, era ainda, de forma velada, um dos simpáticos ao regime italiano e alemão.¹¹⁴⁶ O desenrolar do conflito mundial aproximaria cada vez mais o Uruguai para a esfera dos Aliados, assim como o Brasil.

Ainda assim, ao longo de 1940, frente às vitórias alemãs no *front* europeu, as ações nazistas no Uruguai se intensificaram, inclusive no próprio Exército uruguaio. Isso preocupou tanto o governo uruguaio quanto o governo brasileiro, por conta da presença de colônias alemãs no Rio Grande do Sul. Nessas circunstâncias, mais uma vez houve cooperação de inteligência e de vigilância entre os países para perseguir qualquer conspiração nazista.¹¹⁴⁷ As ações do governo uruguaio culminaram na renúncia do Ministro do Interior, Manuel Tiscornia, em consequência das críticas que sua ação no caso do inquérito das atividades nazistas no Uruguai vinha despertando entre os seus próprios correligionários do Partido Colorado. O ministro alemão em Montevideú, Otto Langmann, reclamou contra excessos cometidos nas manifestações públicas com prejuízo de propriedades de alemães, da própria sede da representação diplomática alemã e dos indivíduos alemães residentes na capital. Apesar do governo uruguaio manter a sua neutralidade, a população uruguaia já atuava ao lado dos Aliados, desde manifestações populares a ações pontuais contra os alemães.¹¹⁴⁸

Enquanto isso, em abril, o embaixador brasileiro visitou a cidade de Melo, para verificar as linhas da projetada estrada de rodagem entre aquela cidade e Bagé, cidade

¹¹⁴⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 72, 01.04.1940. Mês político. Relatório n° 3. In: Abr-Maio/1940; AHI, RJ; 33/4/6.

¹¹⁴⁶ Idem, Montevideú, of. n° 134, 31.05.1940. Mês político. Relatório n° 5. In: Ibid.

¹¹⁴⁷ Idem, Montevideú, of. n° 137, 06.06.1940. A ação nazista no Uruguai. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁴⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 166, 30.06.1940. Mês político. Relatório n° 6. In: Ibid.

brasileira vizinha.¹¹⁴⁹ Esse investimento em vias de transporte e comunicação poderia trazer benefícios para ambos os países.

Figura 30- Visita de Lusardo a Melo, abril de 1940.



Fonte: *La Mañana*, 13 de abril de 1940.¹¹⁵⁰

Os efeitos da guerra também chegavam ao Brasil. Em suas Memórias, Alzira Vargas, filha de Getúlio Vargas e auxiliar de gabinete da Presidência do Estado Novo, registrou o grande temor do governo brasileiro pelos imigrantes italianos e alemães no

¹¹⁴⁹ Idem, Montevideu, of. n° 90, 22.04.1940. Estrada de rodagem de Melo a Bagé. In: Abr-Maio/1940; AHI, RJ; 33/4/6.

¹¹⁵⁰ *La Mañana*, Montevideo, 13.04.1940, anexo a Idem, Ibid.

Brasil.¹¹⁵¹ Ofuscados com a fulminante ofensiva alemã começada em maio de 1940 e com o colapso da França, o ditador não se pejou de proferir no encouraçado Minas Gerais, três dias antes da ocupação de Paris, em 11 de junho de 1940, o discurso sobre o “limiar de uma nova era”. No melhor estilo mussoliniano, como salientou Rubens Ricupero, afirmava o ditador: “Os povos vigorosos, aptos à vida, necessitam seguir os rumos de suas aspirações, em vez de se deterem na contemplação do que se desmorona e tomba em ruína”.¹¹⁵²

Além do discurso do presidente brasileiro, cabe lembrar que seus chefes militares, o general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior, eram nacionalistas autoritários e anticomunistas ferrenhos; desprezavam o liberalismo e admiravam a disciplina e a força do Exército alemão. Com um notório simpatizante do fascismo, Francisco Campos,¹¹⁵³ no Ministério da Justiça, e um antisemita e pró-nazista, Filinto Müller,¹¹⁵⁴ na chefia da polícia, como defendeu Stanley Hilton, não sobrava nenhum aliado a Aranha no grupo de maior peso nas questões ideológicas e de segurança.¹¹⁵⁵

O discurso causou consternação nos países ocidentais e nos majoritários círculos brasileiros favoráveis às democracias. Aranha não tivera nenhuma informação prévia. Nesse mesmo dia, escrevera a Vargas carta na qual evocava o argumento de Rui Barbosa na época da Primeira Guerra Mundial: a neutralidade não era admissível entre os que destroem a lei e os que a observam. Sua primeira reação foi demitir-se; resignou-se, contudo, a permanecer no cargo. Com a intenção de acalmar os temores despertador nos Estados Unidos, o governo varguista emitiu, poucos dias depois, comunicado no qual confirmava a política brasileira de “inteira solidariedade americana na defesa do continente contra qualquer ataque de fora”.¹¹⁵⁶

Os sucessos das forças alemãs na parte ocidental da Europa, com a conquista da Dinamarca, Noruega, Bélgica e Holanda, e, depois com a invasão da França, deixava claro aos Estados Unidos que o Ocidente estava ameaçado. De certa forma, tanto a América Central como a América do Sul estavam nos planos do Eixo. Com a invasão de países sem uma declaração formal de guerra, o governo argentino resolveu endurecer a sua política

¹¹⁵¹ VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai**: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Objetivo, 2017; p.298.

¹¹⁵² RICUPERO, 2017; 353.

¹¹⁵³ Francisco Campos foi Ministro da Educação (1930-1932) e Ministro da Justiça (1937-1941).

¹¹⁵⁴ Filinto Müller foi Chefe da Polícia do Distrito Federal entre 1933 e 1942.

¹¹⁵⁵ HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994; p. 265.

¹¹⁵⁶ RICUPERO, op. cit.; p. 353.

externa contra os alemães. O Ministro José Maria Cantilo decidiu deixar a “ficção da neutralidade” e entrar no estado de “não beligerância”, em maio de 1940, o que significaria que a Argentina manteria a sua neutralidade, tomando as medidas necessárias para garantir o interesse nacional. Isto é, apoiaria os Aliados, mas manteria o intercâmbio comercial com a Alemanha e Itália.

Nesse contexto, Cantilo resolveu consultar os norte-americanos sobre a sua proposição, ficando profundamente decepcionado, pois os EUA ainda achavam que deveriam manter-se neutros, enquanto se preparavam para a guerra, e não apoiaram a proposta argentina. Na verdade, Roosevelt estava tentando se reeleger e não poderia tomar nenhuma atitude mais rígida contra a Alemanha, pois temia perder os votos daqueles que eram contrários à entrada dos EUA em outra guerra europeia, aqueles chamados isolacionistas. Dessa forma, Roosevelt acabou reafirmando o pan-americanismo e a política da “paz pela cooperação”, baseada na vontade recíproca da solidariedade em todo o continente. Não satisfeito, o chanceler argentino procurou o apoio brasileiro, porém, mais uma vez, recebeu outra negativa à sua proposta pelo governo Vargas, que temia uma retaliação alemã se houvesse um endurecimento na política externa das Repúblicas Americanas, justamente no momento em que elas estavam fragilizadas sem o apoio militar dos EUA.¹¹⁵⁷

Com a aproximação das eleições presidenciais em novembro de 1940, Roosevelt tentou, contra a tradição política americana, uma terceira reeleição. Como destacou Antônio Tota, a América Latina teve um papel importante nesse processo. Não por acaso que a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores a ser realizada em Havana em julho desse ano esteve presente na política eleitoral norte-americana. Na campanha, como apresentado, Roosevelt deu ênfase crescente à defesa e cooperação continental, o que garantiu o apoio de certos republicanos. Isso reforçou os setores que advogavam um estreitamento das relações com a América Latina. O mais ágil e dinâmico dos grupos não oficiais, que propunham uma urgente aproximação com a América Latina, era o grupo liderado pelo multimilionário e republicano Nelson Rockefeller,¹¹⁵⁸ que havia doado 25 milhões de dólares para a campanha do Partido Democrata. Não se tratava meramente de uma doação, e sim, de interesses em jogo. Não foi por acaso que no dia 16 de agosto de 1940

¹¹⁵⁷ FERRER et. al.; 2012; p. 557.

¹¹⁵⁸ Nelson era o segundo filho de John D. Rockefeller Jr., da conhecida família de multimilionários que era dona da Standard Oil Company, empresa presente em vários países da América Latina.

foi criado o *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*,¹¹⁵⁹ cuja direção foi entregue ao jovem milionário.¹¹⁶⁰

Como enfatizou Aline Locastre, distante dos barulhos ensurdecedores das modernas armas usadas em solo europeu, outros *fronts* eram preparados. Um *soft power*,¹¹⁶¹ que se utilizava do cinema, de jornais, programas de rádios, histórias em quadrinhos, revistas e outros tantos materiais (impressos ou audiovisuais), visava difundir aos latino-americanos ideias sobre a superioridade norte-americana e a solidariedade hemisférica na luta contra o nazifascismo. A responsabilidade pela empreitada recaiu sobre o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (OCIAA), agência governamental que contou com contribuições importantes advindas do setor privado norte-americano.¹¹⁶²

Nesse caso, a propaganda desferida no programa de “boa vizinhança” teve como objetivo construir uma imagem positiva dos Estados Unidos no continente, elevando-o a um status de modelo de modernidade e progresso e, ao mesmo tempo, uma via para o futuro dessas nações. Embora estivesse subordinado ao Departamento de Estado, o OCIAA, criado em agosto de 1940, somente possuiu a abrangência que teve porque se valeu do auxílio econômico¹¹⁶³ e também da liderança de grandes nomes do mundo empresarial.¹¹⁶⁴ Diante dos longos anos de hostilidades fomentadas pelos intervencionismos do Big Stick, foi preciso, para garantir uma hegemonia na região, tratar a vizinhança de um modo distinto. Coube ao OCIAA toda a implementação dos projetos da Boa Vizinhança em solo latino-americano e a intermediação de diversas atividades voltadas a tal fim, para o povo norte-americano.

Nessa situação, a batalha naval entre britânicos e alemães no Prata comprovou que a guerra na Europa seria mais um confronto com proporções mundiais. E o Atlântico Sul

¹¹⁵⁹ No ano seguinte, a agência mudaria de nome para The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA).

¹¹⁶⁰ TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor**. A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; p. 50.

¹¹⁶¹ Nos anos 1990, o cientista político americano Joseph Nye cunhou o termo “*soft power*” (poder suave) para se referir à habilidade que um país possui de “afetar outros por meio da atração e da persuasão”. Para jogar esse jogo, um determinado país usa ferramentas culturais, como a música, o cinema, o esporte e a língua, para construir relações de empatia e de admiração nos demais. Assim, atinge mais facilmente objetivos políticos ou econômicos. Todavia, o *soft power* não funciona sozinho. Ele é um multiplicador do “*hard power*” (poder duro), que é o uso da força militar e de outras ferramentas mais explícitas de pressão e de coação.

¹¹⁶² LOCASTRE, Aline Vanessa. O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940-1945). In: NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial**: estudos contemporâneos. Joinville, SC: Editora Univille, 2020; p. 53.

¹¹⁶³ Para a instauração de coordenações regionais em praticamente todos os países latino-americanos, foi crucial o auxílio vindo de pessoas de influência, como o bilionário e herdeiro da Standard Oil Company, Nelson Rockefeller, que coordenou o OCIAA durante seus quatro primeiros anos.

¹¹⁶⁴ LOCASTRE, op.cit.; p. 56.

seria um dos palcos de guerra e, conseqüentemente, esse cenário exigia respostas imediatas dos países da região. Um dos primeiros incidentes que envolveu diretamente interesses brasileiros foi a intimação britânica feita ao vapor brasileiro Siqueira Campos de seguir para Gibraltar. O referido navio transportava material bélico alemão encomendado pelo governo brasileiro em 1938. As reclamações formuladas pela embaixada do Brasil em Londres foram amistosamente atendidas.¹¹⁶⁵

Os sucessos militares dos alemães na Europa, em 1940, repercutiram no Brasil e dividiram as opiniões, inclusive no próprio seio do governo. Nesse momento da guerra, Getúlio Vargas pronunciou o famoso discurso de 11 de junho de 1940 a bordo do encouraçado Minas Gerais, no qual, entre outras coisas, fez elogio aos sistemas totalitários de governo e previu o fim das democracias. O discurso teve ampla repercussão interna e externa. No Uruguai e na Argentina, alguns jornais repercutiram o discurso do presidente brasileiro com um tom fascista.¹¹⁶⁶ Nas capitais dos países do Eixo, a reação foi a melhor possível. Na Alemanha, mais exatamente, foi acolhido como indicativo de que o Brasil se manteria neutro. Nos Estados Unidos, apesar do DIP estado-novista ter feito constar que o discurso se destinava ao público interno, a reação foi de espanto e consternação. Pelas vias diplomáticas, Vargas dava garantias de que o Brasil não se afastaria da solidariedade pan-americana a fim de desfazer os temores causados.¹¹⁶⁷

Bem ou mal, Oswaldo Aranha enviou aos Estados Unidos, em 25 de setembro de 1940, uma delegação que concluiu acordo entre os dois países, pelo qual os norte-americanos concediam ajuda financeira, por intermédio do Eximbank, e tecnologia para a construção de uma usina siderúrgica no Brasil. Como decorrência da intensa colaboração, os Estados Unidos venderam ao Brasil armas e munições a preços inferiores ao custo, forneceram-lhe capital para assumir o controle das companhias de aviação subsidiárias da Condor (alemã) e da Lati (italiana) e, ainda, para o desenvolvimento da indústria extrativa mineral e vegetal de importância militar. Em compensação, os EUA foram autorizados, em março de 1942, a proceder às modificações necessárias à utilização militar das bases de Belém, Natal e Recife.¹¹⁶⁸

¹¹⁶⁵ CARVALHO, 2016; p. 464.

¹¹⁶⁶ LUSARDO para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Montevidéu, of. nº 149, 12.06.1940. Repercussão de um discurso do Senhor Presidente Getulio Vargas. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁶⁷ CERVO, 2015; p. 279-280.

¹¹⁶⁸ Ibid; p. 280-283.

No Uruguai, em junho, o Ministério da Defesa Nacional conseguiu créditos extraordinários para a aquisição de uma primeira partida de material bélico e venceu a relutância pública pela lei de instrução militar obrigatória. A lei que autorizava a abertura do crédito de 7.600.000 pesos para a compra de material bélico foi sancionada. Alguns círculos militares destacavam que esse valor não era suficiente, mas já era um começo de uma possível reestruturação das forças armadas. Nota-se, como o desenrolar dos eventos no cenário de guerra mudava a opinião pública dos uruguaios.¹¹⁶⁹ O governo uruguaio utilizou parte desse crédito com compra de material bélico do Brasil.¹¹⁷⁰

Na área comercial, o interesse por aquisição do carvão brasileiro aumentava dia a dia. De janeiro a maio de 1940, o Uruguai importou mercadorias brasileiras no valor de 2.586.854 pesos e exportou 2.775.350 pesos para o Brasil.¹¹⁷¹ Esses dados oficiais não contabilizavam as enormes compras de gado realizadas pela fronteira, cerca de 350.000 cabeças por ano.

A partir de maio e junho de 1940, a guerra na frente ocidental havia parecido estacionária, tomou o aspecto de uma invasão seguida de recuo precipitado e a ameaça ao continente americano se revelava ainda mais séria e próxima. Por isso, reuniram-se, em Havana, os chanceleres da região, em uma II Reunião de Consulta. Três problemas se apresentavam à diplomacia das Américas: a transferência de soberania de terras americanas pertencentes a beligerantes, a defesa dos povos contra atividades subversivas, sob a forma de quintas-colunas, e as dificuldades econômicas novas resultantes da extensão da conflagração.¹¹⁷²

3.2.6. Julho de 1940: a Conferência de Havana

As repercussões internacionais da guerra europeia criaram novos problemas nas Américas, uma vez que alguns países beligerantes possuíam domínios territoriais no continente americano. Dessa maneira, em conformidade com os acordos pan-americanos, foi realizada, entre 21 a 31 de julho de 1940, a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, em Havana. Nessa Conferência, os países americanos mantiveram sua

¹¹⁶⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 165, 30.06.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório no. 6. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁷⁰ Idem, Montevideu, of. n° 209, 31.07.1940. Conferência de Ministros das Relações Exteriores, de Havana. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹¹⁷¹ Idem, Montevideu, of. n° 167, 30.06.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 6. In: Ibid.

¹¹⁷² CARVALHO, 2016; p. 464.

neutralidade e decidiram defender todas as colônias europeias existentes no continente contra qualquer ataque alemão.¹¹⁷³

Tal como a Conferência de Lima, as repercussões da Conferência de Havana incomodaram o embaixador brasileiro. Mais uma vez não havia informação sobre a atuação da delegação brasileira, mas havia destaque para a delegação norte-americana e argentina, aos respectivos representantes, Cordell Hull e Leopoldo Melo. De toda forma, o Uruguai foi representado principalmente por Pedro Manini Rios, jurista, internacionalista e experiente, general Alfredo Campos e capitão de mar e guerra, Miguel Angel Bertelli.¹¹⁷⁴

Mais uma vez, a diplomacia argentina não concordou em intervir na política das nações europeias, decidindo se suas colônias eram ou não perigosas ao continente. O governo argentino só agiria em favor dessas colônias, caso algum acontecimento grave surgisse e prejudicasse a soberania americana. Na realidade, a Argentina achava que qualquer intervenção militar, realizada nessas colônias, deveria ser uma ação conjunta entre as Repúblicas Americanas, sendo a intervenção, unicamente, de forma temporária, até a definição sobre o destino dessas possessões. O país platino acreditava que era chegado o momento de acabar com a existência de colônias europeias no continente, transformando-as em regiões independentes ou incorporando-as a algum país americano.

Enrique Olivera lembra que o encaminhamento da Conferência de Havana coincidia com a Doutrina Brum quando afirmava que o atentado contra um dos países americanos constituía uma agressão a todos.¹¹⁷⁵ No entanto, persistiu a posição argentina de esquivar-se a assumir compromissos práticos, não sem antes tentar convencer outros países a enviar para a reunião representantes de menor hierarquia do que a de chanceleres. O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Tomás Salomoni, chefiou a delegação de seu país, enquanto a do Uruguai foi chefiada pelo ex-chanceler e ex-ministro da Fazenda Pedro Manini Ríos. O chanceler Guani deixou de ir a Havana por outros motivos que não essa ação da diplomacia argentina, mas ele expôs ao representante paraguaio, em Montevideú, quais seriam as posições uruguaias na Reunião e, para elas, pediu apoio. Guani informou que seu país era favorável à medidas de defesa comum e de solidariedade entre os países americanos, desde que respeitadas as autonomias nacionais.¹¹⁷⁶

¹¹⁷³ BRASIL. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944; p.30-32.

¹¹⁷⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 201, 24.07.1940. Conferência de Ministros das Relações Exteriores, de Havana. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁷⁵ OLIVERA, 1984; p. 207.

¹¹⁷⁶ DORATIOTO, 2020; p.283.

O nacionalismo herrerista criticava a posição norte-americana em Havana e reiterava sua recusa à influência dos EUA, pois considerava-a “cartel econômico pan-americano”. Os seguidores de Herrera justificavam sua postura como defesa dos tradicionais mercados europeus que sustentavam a economia uruguaia. Em julho de 1940, diante da possibilidade de instalação de bases militares norte-americanas no Uruguai, os nacionalistas se opuseram ferrenhamente. Luís Alberto de Herrera gritava no Senado que “*el culto de las armas no es el nuestro*” e “*leales americanistas no nos dejaremos llevar por la ruta de la guerra*”. Quando indagado pelos senadores nacionalistas, o chanceler Guani reiterou que não se tratava de bases militares em território nacional, mas sim de um programa de defesa continental e de coordenação de uma ação militar coletiva.¹¹⁷⁷

Além disso, havia preocupação do governo argentino da instalação de base norte-americana na margem esquerda do Rio da Prata, por crer que poderia facilitar aos EUA converter-se no árbitro dos assuntos da região e, nela, ampliar sua influência. Ademais, essa presença militar norte-americana fortaleceria a posição do Uruguai que poderia, eventualmente com o apoio do Brasil, arrancar da Argentina concessões quanto à soberania das águas do Rio da Prata.¹¹⁷⁸ Para conquistar o país platino, os EUA cediam empréstimos ao governo uruguaio. Em dezembro de 1940, por exemplo, o Uruguai obteve um empréstimo no valor de 7.500.000 dólares do Eximbank dos EUA.¹¹⁷⁹

Nesse cenário, o Paraguai e o Uruguai apoiaram as posições norte-americanas, inclusive quanto à criação de uma Comissão Interamericana para administrar as colônias e as possessões nas Américas dos países europeus ocupados pela Alemanha.¹¹⁸⁰ O Chile não concordou com as propostas argentinas, pois não era favorável ao princípio de autodeterminação dessas possessões europeias, preferindo a sugestão norte-americana sobre um mandato de ocupação dessas regiões, caso fosse necessário, para impedir que a Alemanha pudesse utilizá-las como pontos estratégicos de apoio, pois tal atitude poderia afetar a defesa do continente. O Brasil continuou com a sua política de solidariedade pan-americana, preferindo não intervir em assuntos europeus, mas, caso todos concordassem com uma ocupação dessas possessões, faria apenas uma ressalva: a tutela deveria ser exercida por uma única República, responsável, inclusive, pelos ônus de tal intervenção.

¹¹⁷⁷ OLIVERA, 1984; p. 210-212.

¹¹⁷⁸ DORATIOTO, 2020; p.288.

¹¹⁷⁹ FURST para ARANHA, Montevideu, of. n° 376, 31.12.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 12. In: Out-Dez/1940; AHI, RJ; 33/4/8.

¹¹⁸⁰ DORATIOTO, op. cit.; p.283-284.

Depois de muita discussão, todos acabaram concordando com a posição chilena e a norte-americana na manutenção do “*status quo*” dessas colônias europeias, mas com restrições de utilização das mesmas para fins contrários à política de solidariedade pan-americana.¹¹⁸¹

Diante do perigo que assim se aproximava, os governos americanos resolveram medidas de administração provisória de regiões ameaçadas de passar às mãos de outra nação; concordaram em cooperar na repressão de atividades subversivas, trocando informações a este respeito; determinaram auxiliar o Comitê Consultivo Econômico na abertura de novos mercados americanos para o consumo dos excedentes, sua armazenagem, custeio, transporte e colocação. Findada a consulta, Cordell Hull, Secretário de Estado dos EUA, resumia as decisões dizendo: “Não podemos prosseguir indiferentes no nosso curso normal de vida”.¹¹⁸²

Enfrentando as realidades do momento, o governo dos Estados Unidos trocava cinquenta destroieres para adquirir o direito de arrendar bases navais e aéreas britânicas em Terra-Nova, na Guiana, nas Ilhas Bermuda, Bahamas, Jamaica, Santa Lucia e Trinidad, a fim de prover de modo mais eficiente à segurança e a defesa do continente americano.¹¹⁸³

Com efeito, a Resolução final da Reunião de Havana declarou que se houvesse um ataque de fora do hemisfério a um país americano, o ato seria considerado uma agressão aos demais países do hemisfério. A Resolução permitiu que os países americanos assinassem acordos de defesa entre si, sem a necessidade de autorização unânime das demais repúblicas do continente. Esse foi o instrumento jurídico que permitiu ao governo Roosevelt assinar tratados bilaterais de cooperação militar e fornecimento de armamento a governos estrangeiros amigos, medida fundamental para o exercício da liderança norte-americana nas Américas durante a guerra.¹¹⁸⁴

No Uruguai, a campanha em favor da construção do aeroporto nacional em Carrasco, no Departamento de Canelones, avançava. O novo aeroporto teria uma área de 400 hectares e se destinaria a satisfazer amplamente as necessidades do tráfego aéreo nacional e internacional. O plano de obras públicas do Poder Executivo tinha aprovado o valor de 1.600.000 pesos para a construção do “Aeroporto de Carrasco”. No campo militar, influenciados pelos desdobramentos da guerra, o número de reservistas voluntários aumentara significativamente.¹¹⁸⁵ Enquanto isso, o governo uruguaio ampliava as iniciativas

¹¹⁸¹ FERRER, et al; 2012; p. 558.

¹¹⁸² CARVALHO, 2016; p. 464.

¹¹⁸³ Ibidem.

¹¹⁸⁴ DORATIOTO, 2020; p.284.

¹¹⁸⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 209, 31.07.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

particulares estimulando o desenvolvimento da aviação civil, fosse esportiva ou comercial.¹¹⁸⁶

A reatualização de ideias expansionistas da Argentina preocupava o governo uruguaio. Lusardo, em julho, destacou que alguns propagandistas uruguaio da ideia de uma simples anexação do Uruguai pela Argentina apareciam como um movimento subterrâneo e isso chamava a atenção das autoridades uruguaioas.¹¹⁸⁷ Mais um motivo para buscar mais créditos para ampliar suas forças militares. Aquele primeiro montante liberado pelo Executivo uruguaio foi destinado para a compra de material bélico do Brasil, em especial, 5.000 fuzis. Esse negócio, em parte, foi possível graças aos esforços do embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, Juan Carlos Blanco, irmão de Eduardo Blanco Acevedo. É importante lembrar que o Ministro da Defesa Nacional, general Roletti era simpatizante do Brasil.¹¹⁸⁸

Além disso, o governo Baldomir precisava buscar respostas econômicas, pois a situação econômica do Uruguai, em julho, preocupava. No país havia cerca de 18 a 20 milhões de quilos de lã sem vender. O mesmo acontece com 809 mil fardos de couros lanares, regular quantidade de couros vacuna e aproximadamente 40 mil toneladas de linho, sem procura.¹¹⁸⁹

O mês de agosto foi marcado pela visita do interventor do Rio Grande do Sul a Montevideú. Em 20 de agosto, o Coronel Cordeiro de Farias e sua comitiva foram recebidos no aeroporto de Pando. A sua presença na capital uruguaioa, em grande medida, se deu para a inauguração do Instituto de Cultura uruguaio-brasileiro, sob a direção de J. Eduardo Couture, em ato de solenidade realizado na aula magna da Universidade da República sob a presidência do ministro Toribio Olasso, ministro da Instrução Pública. No fim da cerimônia, o diretor do Departamento de Administração do Rio Grande do Sul, Moysés Velhinho, proferiu um discurso de agradecimento ao governo uruguaio.¹¹⁹⁰

¹¹⁸⁶ Idem, Montevideú, of. n° 239, 31.08.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 8. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁸⁷ Idem, Montevideú, of. n° 210, 31.07.1940. Mês político. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹¹⁸⁸ Idem, Montevideú, of. n° 227, 13.08.1940. Compra de material bélico pelo Uruguai ao Brasil. In: Ibid.

¹¹⁸⁹ Idem, Montevideú, of. n° 211, 31.07.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 7. In: Ibid.

¹¹⁹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 235, 27.08.1940. Visita do Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul ao Uruguai. In: Ibid.

Figura 31- Visita do interventor do Rio Grande do Sul a Montevideú.



Fonte: *El Pueblo*, 20 de agosto de 1940.¹¹⁹¹

¹¹⁹¹ *El Pueblo*, Montevideo, 20.08.1940. In: *Ibid.*

Figura 32- Visita do interventor do Rio Grande do Sul ao Exército uruguaio.



Fonte: *La Mañana*, 22 de agosto de 1940.¹¹⁹²

Para Lusardo, a visita oficial de Cordeiro de Farias à capital uruguaia aprofundou os vínculos entre o Brasil e o Uruguai. Sua visita tinha objetivos como a redução de tarifas

¹¹⁹² *La Mañana*, Montevideo, 22.08.1940. In: *Ibid.*

telegráficas, o restabelecimento da linha de navegação do Lloyd Brasileiro entre portos do extremo sul brasileiro e os da costa uruguaia, a aplicação da prática do protocolo de câmbios assinados no Rio de Janeiro, a mobilização pelo Banco do Brasil dos fundos correspondentes ao pagamento das exportações uruguaias para o Brasil, o estudo da situação criada aos cidadãos uruguaio proprietários de terras etc.¹¹⁹³ Apesar da boa repercussão da visita do brasileiro, aquele mês terminou em luto em Montevideu por conta da morte de José Espalter, presidente do Senado e ex-ministro das Relações Exteriores, em 30 de agosto.¹¹⁹⁴

Para retribuir a visita de Aranha a Montevideu, em setembro, foi a vez do chanceler uruguaio, Alberto Guani, visitar a capital brasileira. Batista Lusardo disse que essa visita teve um magnífico efeito para o incremento das boas relações de amizade entre brasileiros e uruguaio.¹¹⁹⁵ Nesse mesmo mês, o governo uruguaio designou dois oficiais superiores para visitar Washington: o general Marcelino Bergalli, Inspetor Geral do Exército, e o Chefe do Estado Maior do Exército. Ao aceitar o convite do governo norte-americano, os militares uruguaio visitaram as instalações, arsenais, fábricas, sistemas de defesa e instituições militares do país. Lusardo especulava que a ida do comandante da aviação militar significava uma provável encomenda de material de aviação para o Exército uruguaio.¹¹⁹⁶

Enquanto isso, os EUA começaram a se preparar para a guerra, convocando os reservistas, aumentando a produção bélica e, principalmente, apoiando irrestritamente a Grã-Bretanha, que estava sozinha lutando com os Países do Eixo, após a queda da França. Cada vez mais os EUA cometiam atos contrários à sua neutralidade, patrulhando o Atlântico Norte fora da zona de neutralidade, protegendo comboios de navios mercantes britânicos que levavam produtos norte-americanos, cedendo velhos destróieres para a Inglaterra, em troca do arrendamento, por 99 anos, de bases britânicas no Caribe e Terra Nova. Forças militares norte-americanas ocuparam a Groenlândia, a Islândia e, por fim, assinaram um acordo de defesa mútua com o Canadá.¹¹⁹⁷ Na América do Sul, por meio do crescimento da presença econômica e cultural, os EUA ganhavam espaço político-militar.

Naquele contexto de guerra, a arte e a cultura ganharam um lugar ainda mais especial. Em outubro, o maestro Heitor Villa-Lobos chefou uma missão artística-musical

¹¹⁹³ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 275, 30.09.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no. 9. In: Jun-Set/1940; AHI, RJ; 33/4/7.

¹¹⁹⁴ Idem, Montevideu, of. n° 238, 31.08.1940. Mês político. Relatório n° 8. In: Ibid.

¹¹⁹⁵ Idem, Montevideu, of. n° 274, 30.09.1940. Mês político. Relatório n° 9. In: Ibid.

¹¹⁹⁶ Idem, Montevideu, of. n° 276, 30.09.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 9. In: Ibid.

¹¹⁹⁷ FERRER et. al.; 2012; p. 559.

brasileira a Montevideu com diversos músicos brasileiros como a violonista Arminda Neves d'Almeida, a cantora Ruth Valadares Correa, o violonista Oscar Borghert, o violoncelista Iberé Gomes Grosso, o pianista José Vieira Brandão e o pianista Arnaldo de Azevedo Estrela. Mais uma atividade da missão cultural desenvolvida pela embaixada brasileira na capital uruguaia.¹¹⁹⁸

Figura 33- Heitor Villa-Lobos visita Montevideu, em outubro de 1940.



Fonte: *El Plata*, 11 de outubro de 1940.¹¹⁹⁹

No comércio exterior, os principais produtos brasileiros comprados pelo Uruguai eram: cacau, café, fumo em forma bruta e trabalhado em cigarros e charutos, farinha de mandioca, erva-mate chanchada e elaborada, bananas, chapas de latão e de metal branco, talheres, madeiras em forma de paus de vassoura, lâminas compensadas de pinho e cedro, tábuas para caixões, madeira compensada e dura, vigas de cedro e peças industrializáveis de pinho, e alguns produtos químicos e farmacêuticos entre os quais, pela sua maior quantidade, destacam-se o óleo de rícino e as vacinas anti-carbunculosas de Manguinhos. Em troca, o

¹¹⁹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 223, 31.10.1940. Delegação artística chefiada pelo Maestro Villa-Lobos. In: Out-Dez/1940; AHI, RJ; 33/4/8.

¹¹⁹⁹ *El Plata*, Montevideo, 11.10.1940. In: *Ibid.*

Brasil era um grande comprador do gado uruguaio. Assim como Lusardo, Oswaldo Furst destacou que essa balança comercial poderia ser ampliada.¹²⁰⁰ As relações comerciais entre Uruguai e Argentina também se intensificavam.¹²⁰¹

No Uruguai, o presidente Baldomir sofria com as disputas internas de seu próprio governo. Mesmo distante do próximo pleito eleitoral, César Charlone, vice-presidente e ministro da Fazenda; Alberto Guani, ministro das Relações Exteriores; e Pedro Manini Ríos, ministro do Interior, antecipadamente, disputavam a sucessão de Alfredo Baldomir. Além dos governistas, o senador nacionalista Luís Alberto de Herrera e Alberto Mañé, ex-ministro das Relações Exteriores e ex-ministro da Guerra também almejaram disputar a vaga para o Executivo uruguaio.¹²⁰² Herrera tomava a questão da instalação das bases navais norte-americanas no Uruguai, com uma ferrenha oposição, como principal trunfo contra a proposta de reforma constitucional do governo Baldomir, que mudaria os privilégios de seu partido.¹²⁰³ Apesar da oposição dos senadores herreristas, a construção de bases navais e aéreas avançavam em seus estudos. Do outro lado do Rio da Prata, a Argentina acompanhava as notícias sobre o tema de forma apreensiva.¹²⁰⁴

As disputas internas na política uruguaia acirraram-se ao longo do mês de dezembro culminando em uma crise ministerial que contou com a renúncia dos ministros herreristas e, por sua vez, na ruptura do setor herrerista com o governo Baldomir.¹²⁰⁵ Além disso, a campanha presidencial no Uruguai estava bem acirrada e diretamente relacionada à reforma constitucional, tema caro do governo Baldomir.¹²⁰⁶ O seu antigo adversário político, Eduardo Blanco Acevedo, irmão do embaixador brasileiro no Rio de Janeiro, reunia forças para reafirmar sua oposição ao presidente Baldomir.¹²⁰⁷ No ano seguinte, tanto o cenário político interno quanto o externo sofreriam mudanças. Para 1941, já estava prevista para janeiro a realização da Conferência Regional dos Países do Prata, em Montevideú.¹²⁰⁸ Se o

¹²⁰⁰ FURST para ARANHA, Montevideú, of. n° 302, 09.11.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 10. In: Out-Dez/1940; AHI, RJ; 33/4/8.

¹²⁰¹ Idem, Montevideú, of. n° 329, 30.11.1940. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 11. In: Ibid.

¹²⁰² Idem, Montevideú, of. n° 303, 09.11.1940. Mês político. Relatório n° 10. In: Ibid.

¹²⁰³ Idem, Montevideú, of. n° 330, 30.11.1940. Mês político. Relatório no. 11. In: Ibid.

¹²⁰⁴ Idem, Montevideú, of. n° 331, 30.11.1940. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 11. In: Ibid.

¹²⁰⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 375, 31.12.1940. Mês político. Relatório no. 12. In: Ibid.

¹²⁰⁶ Idem, Montevideú, of. n° 34, de 31.12.1940. Mês político. Relatório n° 1. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²⁰⁷ Idem, Montevideú, of. n° 106, 31.03.1941. Mês político. Relatório n° 3. In: Ibid.

¹²⁰⁸ FURTS para ARANHA, Montevideú, of. n° 378, 31.12.1940. Conferência Regional do Rio da Prata. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/8.

ano começou com esperanças de acordos regionais, ele terminou o desespero dos países americanos a partir da entrada da potência continental na II Guerra Mundial.

3.2.7. 1941 e a entrada dos EUA na guerra

Em janeiro de 1941, realizou-se, em Montevideú, a Conferência Regional do Prata, convocada pela Bolívia e pelo Paraguai. O objetivo era o de buscar a cooperação econômica e fiscal regional, para contornar as dificuldades desses dois países ao não terem saída direta para o mar. Na realidade, a realização dessa Conferência foi induzida pela Argentina, com a finalidade de criar um bloco econômico na América Meridional que se contrapusesse à presença norte-americana na região. Nessa Conferência, decidiu-se por uma série de medidas a serem implementadas para facilitar as comunicações físicas e o intercâmbio comercial da região.¹²⁰⁹ Os jornais da capital uruguaia reproduziam certo otimismo com as resoluções tomadas pela conferência.¹²¹⁰

Diante das mudanças internacionais, o grande desafio era sustentar as economias e, conseqüentemente, garantir a estabilidade do governo. No Uruguai, em cerca de 323.048 hectares, 245.520 hectares cultivados com milho; 71.443 hectares, com girassol; e 6.085, com amendoim.¹²¹¹ Em fevereiro de 1941, Uruguai importou do Brasil principalmente: cacau, café, fumo em charutos e em folha, farinha, erva-mate cancheada e elaborada, cereais, abacaxis, bananas, ferro em lingotes, madeiras, tecidos de algodão e de seda artificial, ocre, piaçava, azul ultramar, óleo de rícino e produtos farmacêuticos em geral. Outros produtos como artigos de borracha, material de eletricidade, balanças, majoritariamente oriundos do porto de Santos, também eram importados do Brasil, mas em quantidades menores.

O açúcar brasileiro enfrentava dificuldades para adentrar no mercado uruguaio. Outro produto vindo exclusivamente do Brasil era a farinha de mandioca, entrada pela alfândega de Rivera, na fronteira: 3.355 sacas com 163.900 quilos. No entanto, as maiores importações do Brasil eram de erva-mate e madeiras.¹²¹² Em março já se discutia a organização de uma grande exposição ou feira da indústria brasileira na capital uruguaia com

¹²⁰⁹ DORATIOTO, 2020; p.290.

¹²¹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 33, 31.01.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório no.1. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²¹¹ Ibidem.

¹²¹² LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. no. 65, 28.02.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 2. In: Ibid.

o objetivo de divulgar os produtos brasileiros no país.¹²¹³ Meses depois, em 22 de maio, a Exposição Industrial do Brasil era inaugurada em Montevidéu. Apesar de importante, o evento gerou certa frustração de seus organizadores. Isso porque o desastre das inundações no Rio Grande do Sul e a falta de transportes do Rio de Janeiro e Santos para Montevidéu impediram que muitos setores da atividade industrial brasileira não estivessem representados.¹²¹⁴

Por outro lado, se o Uruguai enfrentava problemas financeiros no início desse ano, 1941 terminaria com uma significativa recuperação econômica, com destaque para o comércio exterior. A perda dos mercados alemão, italiano e japonês foi fartamente compensada pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha, e em menor escala, pelo Brasil. Os EUA eram os grandes compradores de lãs uruguaias e o Brasil, adquiria gado em pé.¹²¹⁵

Durante o mês de fevereiro, devido às férias do presidente, os problemas políticos não ganharam grande repercussão. Lusardo cogitou naquele mês que Baldomir apoiaria o Ministro da Defesa Nacional, o general Julio Roletti para as eleições presidenciais.¹²¹⁶ No entanto, com o passar dos meses, a disputa pela sucessão presidencial se acirrou. Lusardo destacava que os partidos políticos tradicionais, minados por interesses pessoais e divididos por correntes, não apresentavam mais homogeneidade nem unidade de ação política. Com efeito, os grupos dissidentes aumentavam. Em março de 1941, Luís Alberto de Herrera, e o expressivo setor herrerista, rompeu oficialmente com o governo Baldomir, colocando-se como oposição. Por outro lado, os nacionalistas independentes, até então opositores, não descartavam a possibilidade de apoiar o governo que tanto criticaram. Os colorados, por sua vez, apesar dos esforços, não conseguiam manter uma unidade política em torno de um único candidato para o pleito presidencial. Naquele momento, recrudescia até mesmo a propaganda comunista, em grande parte estimulada pelas ações no front europeu, em nome das “democracias”. Nesse cenário de disputas, o Partido Comunista do Uruguai buscava se fortalecer combatendo os partidos tradicionais.¹²¹⁷ Naquele contexto de guerra, transitou na

¹²¹³ Idem, Montevidéu, of. n° 105, 31.03.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 3. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²¹⁴ Idem, Montevidéu, of. n° 172, 30.05.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 5. In: Ibid.

¹²¹⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 435, 31.12.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 12. In: Set-Dez/1941; AHI, RJ; 33/4/11.

¹²¹⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 64, 28.02.1941. Mês político. Relatório no.2. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²¹⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. no. 141, 30.04.1941. Mês político. Relatório no.4. In: Ibid.

Câmara dos Deputados um projeto de lei, apresentado pelo deputado comunista Gomez, que defendia a retomada das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia.¹²¹⁸

No campo militar, os esforços desenvolvidos pelo Uruguai para se rearmar e dotar as suas instituições militares e navais de amplos e modernos meios de instrução e defesa, dentro das normas e possibilidades do país, não eram ainda os que as autoridades desejavam, mas, mesmo assim, já representavam uma grande conquista, sobretudo, tendo-se em vista as dificuldades sempre opostas pelo Poder Legislativo. Na aviação, por exemplo, havia indícios fortes dessa atuação moderna: oficiais uruguaios aperfeiçoavam-se em escolas estrangeiras de aviação e preparavam-se para adquirir material norte-americano que estava sendo estudado, e criou-se o quadro de pilotos militares com o conseqüente aumento do número desses, instituíram-se as duas bases aeronáuticas.¹²¹⁹

No país, havia duas campanhas de aviação em marcha. Apesar de afetar a aviação civil, o foco era na organização das reservas aéreas militares do país: uma delas era a da formação de mil pilotos em todo o território nacional e, a outra, a aquisição de aparelhos modernos para a instrução e utilização dos aviadores civis. Segundo os informes diplomáticos, no dia 29 de abril, dez oficiais do Exército uruguaio tinham embarcado para Buenos Aires para de lá seguirem rumo aos Estados Unidos, em missão de estudos e compra de material bélico.¹²²⁰ Em junho, mais três missões militares uruguaias foram enviadas aos Estados Unidos com o objetivo de adquirir armamentos destinados, sobretudo, às aeronáuticas militar e naval e às unidades de artilharia do Exército.¹²²¹ Além disso, no comércio exterior, as lãs uruguaias, antes adquiridas pela Alemanha, eram compradas em sua maior parte pelos EUA.¹²²²

Ao longo do mês de maio, estava projetada uma grande reunião popular no Estádio Centenário convocada pelos líderes do pensamento democrático uruguaio, de clara adesão à causa dos Aliados. Entretanto, a chuva impediu a sua realização. Mesmo assim, com a chegada do artista Douglas Fairbanks Jr., enviado particular do presidente Franklin D. Roosevelt, os organizadores decidiram realizá-la para num só ato prestar duas homenagens: uma, ao presidente dos EUA; outra, favorável à entrada do Uruguai na contenda europeia ao

¹²¹⁸ Idem, Montevideu, of. n° 206, 30.06.1941. Mês político. Relatório no.6. In: Jun-Ago/1941; AHI, RJ; 33/4/10.

¹²¹⁹ Idem, Montevideu, of. n° 65, 28.02.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 2. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²²⁰ Idem, Montevideu, of. n° 143, 30.04.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 4. In: Ibid.

¹²²¹ Idem, Montevideu, of. n° 208, 30.06.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 6. In: Jun-Ago/1941; AHI, RJ; 33/4/10.

¹²²² Idem, Montevideu, of. n° 240, 31.07.1941. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 7. In: Ibid.

lado dos ingleses. Segundo Lusardo, o evento reuniu cerca de 16 mil pessoas e contou com a participação de políticos uruguaios como Eduardo Rodríguez Larreta. No entanto, por conta do tema da instalação de bases militares em território uruaio, havia setores contrários à adesão à política hemisférica norte-americana. *La Tribuna Popular*, por exemplo, abriu uma franca campanha contra aquilo que chamara de “*El Imperialismo yanqui*”. Além dessa, o jornal travava duas campanhas paralelas: uma, contra o comunismo e, outra, contra a guerra.¹²²³

Eram tempos de guerra e tempos de eleições presidenciais no Uruguai, e, por conseguinte, ambos temas se misturavam nas agendas políticas dos principais concorrentes ao cargo. Em conversa particular com o presidente Baldomir, Lusardo lembrou que o chefe do Executivo do Uruguai tinha temor quanto às reações da Argentina em relação ao conflito mundial. Baldomir destacou que se, por um lado, no Brasil não havia nenhum perigo para o continente, pois o caso dos residentes alemães, no máximo, poderia gerar uma perturbação de ordem local em que as forças locais conseguiriam resolver. Por outro lado, na Argentina a perturbação não seria de ordem local e, sim, nacional e regional em sua atuação perturbadora do equilíbrio internacional americano. Para o presidente uruaio, o Exército argentino era declaradamente simpático à Alemanha nazista.¹²²⁴

Nesse cenário, o presidente uruaio enfatizava que não era mais possível o Uruguai continuar na atitude de passividade e temeroso das iniciativas argentinas e sentido a prepotência de Buenos Aires sobre os planos de soberania uruaia. Baldomir se referia ao problema das bases navais e aéreas. Segundo Lusardo:

Entre a ameaça de predomínio dos germanos, que seria a perda de tudo quanto até aqui se conquistou, e as amabilidades com que os Estados Unidos “*nos estan conquistando*”, disse o General, “*prefiero quedarme com estas últimas*”. Manifestou-me que os Estados Unidos têm a maior e melhor disposição para de tudo dotar o Uruguai, quer no que diz respeito à defesa da sua economia e preservação das suas finanças; quer, num terreno imediato, naquilo que se refere às bases, ou antes, ao aparelhamento da defesa militar, aérea e naval do país.¹²²⁵

Nesse mesmo encontro, o presidente uruaio solicitou ao embaixador brasileiro:

a) uma reunião entre os chanceleres de seus países para que os mesmos pudessem conversar sobre os problemas vitais da política continental; b) a visita do general Eurico Gaspar Dutra,

¹²²³ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 173, 30.05.1941. Mês político. Relatório n° 5. In: Jan-Mai/1941; AHI, RJ; 33/4/9.

¹²²⁴ Idem, Montevideu, of. n° 190, 17.06.1941, SECRETO. Conversa do Embaixador do Brasil com o Presidente Baldomir. In: Jun-Ago/1941; AHI, RJ; 33/4/10.

¹²²⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 190, 17.06.1941. SECRETO. Conversa do Embaixador do Brasil com o Presidente Baldomir. In: Ibid.

ministro da Guerra, a Montevideu, já que estava com viagem oficial a Buenos Aires marcada para julho; c) quando possível, um encontro com presidente Vargas, pois naquela conjuntura não poderia sair do Uruguai. Seu vice-presidente, César Charlone, era seu inimigo pessoal, além de candidato à Presidência da República. Assim, quando Vargas estivesse pelo Rio Grande do Sul, seria possível pensar num ponto de encontro.¹²²⁶

Lusardo destacou que estava convencido que Baldomir movimentaria as forças políticas que o apoiava para prorrogar seu mandato. E para isso, tinha o Exército e as forças policiais em suas mãos. Lusardo dizia que ele “caminhava para a continuidade do seu próprio governo”.¹²²⁷ O embaixador brasileiro estava certo. A campanha pela reforma constitucional se radicalizava tanto quanto a sua oposição.¹²²⁸ Durante o mês de agosto, o Uruguai esteve durante muitos dias sob o alarme de um golpe de Estado, propalado por boatos de toda espécie.¹²²⁹ Nesse clima político, o projeto da reforma da Constituição uruguaia foi assinado, em novembro, por todos os membros da comissão constituída de representantes dos principais partidos políticos, com exceção dos herreristas.¹²³⁰

Em 18 de agosto, foi aprovado no Uruguai, pelo Conselho de Ministros, dois convênios celebrados entre a Legação do Uruguai em Washington e o Banco de Exportações e Importações para a aquisição de material bélico destinado às forças armadas uruguaias.¹²³¹ Todavia, a oposição atacava ferrenhamente o governo por conta das dificuldades financeiras já enfrentadas pelo país.

Setembro seria ainda pior. Nas palavras de Lusardo, “o mês foi de grande intensidade nervosa”. O embaixador brasileiro acompanhava de perto a visita de Armando de Sales Oliveira à capital uruguaia. Ali o político paulista se encontrou com emigrados brasileiros opositores de Vargas.¹²³² Nesse mesmo mês, César G. Gutierrez foi nomeado pelo governo uruguaio para ocupar o cargo de embaixador no Brasil, substituindo Juan Carlos Blanco, que ocupava o cargo desde 1933.¹²³³

¹²²⁶ *Ibidem.*

¹²²⁷ *Ibidem.*

¹²²⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 238, 31.07.1941. Mês político. Relatório n° 7. In: Jun-Ago/1941; AHI, RJ; 33/4/10.

¹²²⁹ *Idem* Montevideu, of. n° 281, 31.08.1941. Mês político. Relatório n° 8. In: *Ibid.*

¹²³⁰ *Idem*, Montevideu, of. n° 400, 30.11.1941. Mês político. Relatório n° 11. In: Set-Dez/1941; AHI, RJ; 33/4/11.

¹²³¹ *Idem*, Montevideu, of. n° 282, 31.08.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 8. In: Jun-Ago/1941; AHI, RJ; 33/4/10.

¹²³² LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 328, 30.09.1941. Mês político. Relatório n° 9. In: Set-Dez/1941; AHI, Rio de Janeiro; 33/4/11.

¹²³³ *Idem*, Montevideu, of. n° 323, 23.09.1941. Novo Embaixador do Uruguai junto ao Governo do Brasil. In: *Ibid.*

Figura 34- Novo embaixador uruguaio no Brasil.

El Diario

JUEVES 11 DE SETIEMBRE DE 1941

El nuevo Embajador del Uruguay ante el Brasil



Con verdadera satisfacción ha recibido la opinión nacional, la designación del Dr. César G. Gutiérrez, como Embajador del Uruguay ante los Estados Unidos de Brasil.

No podría estar mejor representado el Uruguay en el gran país norteno, que por el Dr. Gutiérrez, una de las figuras intelectuales más prestigiosas e inspiradas del ambiente, que ha triunfado en todas las funciones complejas y de responsabilidad que se le confiaron, acreditando siempre las cualidades esenciales que definen al hombre superior.

En efecto, el Dr. César Gutiérrez, representó con brillante eficacia, a su departamento natal, el Salto, durante casi tres lustros en la Cámara de Diputados, de la cual llegó a ser el presidente sobresaliendo por una serie de iniciativas plausibles que se tradujeron en progreso para la República y por su facultad oratoria que lo ubica en el plano singular de nuestros artifices de la palabra hablada, que en Gutiérrez es don natural perfeccionado por una cultura exquisita y profunda que le permite cautivar al auditorio más selecto y exigente.

Como Ministro de Ganadería y Agricultura, ratificó su actuación legislativa, agregándole visión y empuje de estadista y realizador, lo que permitió llevar a cabo una gestión fecunda en favor de los intereses agropecuarios y de la economía nacional.

Más tarde, Embajador en Francia, estaba torjando un ambiente de mayor acercamiento e intercambio con el gran país galo, cuando la ya ostensible inquietud de la preguerra, dejó paso al desastre final del que fué testigo emocionado, quedándole en el espíritu la tristeza del derrumbe de una civilización admirable y la experiencia que el observador inteligente saca de esos hechos que conmovieron al mundo.

La designación del Dr. Gutiérrez para representarnos ante el Brasil comporta un acto certero de gobierno. Relacionado vastamente en el país hermano, su mismo origen en el norte uruguayo, equivalente a lo riograndense que hay en su colega el Dr. Lusardo, acentúa la certidumbre de una gestión que arrojará positivos beneficios materiales y noble saldo espiritual para el progreso y la cultura de ambas repúblicas.

Fonte: *El Diario*, 11/09/1941.¹²³⁴

¹²³⁴ *El Diario*, Montevideo, 11.09.1941, anexo a Idem, Ibidem.

Figura 35- Banquete ao Presidente Baldomir na Embaixada do Brasil.



Fonte: Embaixada do Brasil em Montevideú.¹²³⁵

Com o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, os EUA saíram da inércia do isolacionismo, mobilizando toda a sua força produtiva na confecção de armas e equipamentos para combater o Japão e posteriormente alemães e italianos, após as declarações de guerra de Hitler e Mussolini.¹²³⁶ Uma vez despertado, o gigantesco parque industrial norte-americano passou a abastecer todas as forças armadas que lutaram contra as potências do Eixo, transformando-se na chave fundamental da vitória aliada, o que fez com que os EUA saíssem definitivamente da recessão econômica.¹²³⁷ Em Montevideú, o governo uruguaio imediatamente manifestou sua solidariedade com os EUA, em face da agressão japonesa. O Poder Executivo expediu um decreto concedendo aos EUA e as demais nações americanas em guerra com o Japão, Alemanha e Itália e seus aliados, os favores de não beligerância.¹²³⁸ Nesse cenário, a Conferência do Rio era aguardada com muita ansiedade,

¹²³⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 357, 17.10.1941. Banquete ao Presidente Baldomir na Embaixada do Brasil. In: Set-Dez/1941; AHI, RJ; 33/4/11.

¹²³⁶ Em 11 de dezembro de 1941, Alemanha e Itália declararam guerra aos EUA.

¹²³⁷ FERRER et al.; 2012; p. 560-561.

¹²³⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 434, 31.12.1941. Mês político. Relatório n° 12. In: Set-Dez/1941; AHI, RJ; 33/4/11.

pois um projeto de defesa continental em comum era pensado por diferentes países americanos.¹²³⁹

Logo, na América do Sul, regiões geoestratégicas como o nordeste brasileiro e Montevideú ganharam maior relevância. Na realidade, mesmo antes dos ataques japoneses, em novembro de 1940, por conta das repercussões de possível criação de bases militares norte-americanas no Uruguai, os debates políticos se exacerbaram com uma dura e ferrenha oposição dos herreristas. Segundo Joseph de Neeff, um artigo publicado no *New York Times* afirmava que Estados Unidos e Uruguai negociavam um acordo para a construção de uma base aérea em Carrasco, a 18 quilômetros da capital, e de uma base naval em Punta del Este, na entrada do Rio da Prata, além de fortificações nesta mesma zona. Para esse empreendimento, Uruguai realizaria um empréstimo a longo prazo. Apesar da embaixada norte-americana em Montevideú ter negado as negociações, em comunicado à imprensa, o chanceler uruguaio reiterava que as bases militares estariam sob a soberania uruguaia. No entanto, caso necessário, poderiam ser colocadas à disposição dos países americanos para a defesa do continente, conforme defendia o espírito das conferências pan-americanas realizadas.¹²⁴⁰

Como resposta às suas insatisfações ao tema, o ministro de Instrução Pública, herrerista, pediu demissão de seu cargo no governo. Denunciava a passividade do governo frente às ações imperialistas dos Estados Unidos e questionava a violação da soberania uruguaia sobre o estuário do rio da Prata.¹²⁴¹ Não se tratava, todavia, de uma ação meramente imperialista norte-americana. Na verdade, com o passar dos meses e com as peripécias da guerra, a declarada neutralidade se revelava cada vez mais uma “neutralidade aliadófila”. Tanto a opinião pública uruguaia quanto o próprio governo tendiam para o lado dos Aliados. Segundo o diplomata belga Joseph de Neef:

[...]El General Baldomir declaró que Uruguay está resuelto a ejecutar al pie de la letra todos los compromisos acordados en las Conferencias Panamericanas. Exaltó las políticas del Presidente Roosevelt e hizo saber que la oposición que está encuentra en Uruguay emanada de algunos dirigentes de un solo partido político. El Ministro de Relaciones Exteriores señaló que la opinión pública es cada vez más favorable a la causa que defiende Inglaterra y que la simpatía por los Estados Unidos y su Presidente no deja de crecer. Estima que la guerra ha estrechado los lazos entre los países del Nuevo Mundo que serán llamados a jugar un papel importante en la organización de la paz futura. Por su lado, el Ministro

¹²³⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 436, 31.12.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 12. In: Set-Dez/1941; AHI, RJ; 33/4/11.

¹²⁴⁰ Telegrama n° 210, 26.11.1940. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del debate parlamentario y político sobre la creación de bases militares en Uruguay. In: NAHUM, 1998; p.447.

¹²⁴¹ Ibidem.

*del Interior declaró que si los Estados Unidos entraban en guerra, el Gobierno y el pueblo uruguayo le seguirían resueltamente.*¹²⁴²

Reflexo dessa posição foi o decreto publicado pelo governo uruguaio, no dia seguinte ao ataque japonês à base naval de Pearl Harbor, em 8 de dezembro de 1941, proclamando sua solidariedade com o governo dos EUA, apesar de considerá-los países não-beligerantes. A opinião pública uruguaia pedia a ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo. O Instituto Uruguaio de Direito Internacional, por exemplo, publicou um manifesto condenando energicamente as agressões japonesas. Na prática, a resolução XV da Conferência de Havana era colocada em teste.¹²⁴³ A reunião dos chanceleres dos países americanos prevista para janeiro de 1942 era aguardada ansiosamente.

Em suma, conforme demonstrou Frank McCann, o principal objetivo da política internacional e militar dos EUA, de 1938 a dezembro de 1941, era evitar o estabelecimento de bases do Eixo no continente, principalmente na região chamada de Saliente Brasileiro, no Nordeste brasileiro.¹²⁴⁴ Desde setembro de 1940, Washington já tinha obtido a locação temporária das bases aéreas e navais britânicas em Terra Nova, Bermudas, Bahamas, Antilhas e Guiana Britânica, e em troca os EUA forneceram para Londres 50 contratorpedeiros. Nesse sentido, para os EUA terem o controle da defesa do Atlântico Norte até o extremo sul da América do Sul, era necessário o domínio do litoral nordestino brasileiro.¹²⁴⁵

Nessa conjuntura, os militares norte-americanos procuraram formas de construir campos de pouso e futuras bases militares no Nordeste brasileiro. Para isso, utilizaram-se da companhia aérea Pan-American Airways, por intermédio da sua filial no Brasil, Panair, que atuava na região desde o fim da década de 1920. A filial em questão surgiu quando a Pan-American Airways adquiriu a empresa Nyrba (New York-Rio-Buenos Aires) em 1929.¹²⁴⁶ Nesse contexto foram construídos cerca de 55 campos de pouso e bases na América Central e do Sul. Isso tudo se deve ao fato de que, ao esconder atividades e intenções militares nas ações de uma empresa aérea civil, evitavam despertar sentimentos anti-norte-americanos.

¹²⁴² Telegrama nº 213, 31.05.1941. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa la opinión de personalidades y pueblo sobre la guerra y los Aliados. In: NAHUM, 1998; p.452.

¹²⁴³ Telegrama nº 220, 24.12.1941. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa de las reacciones en Uruguay ante el ataque japonés a Estados Unidos. In: Ibid; p.461-462.

¹²⁴⁴ MCCANN, 1995; p.175.

¹²⁴⁵ SEITENFUS, 1985; p.247.

¹²⁴⁶ A Panair voava de Miami a Buenos Aires, passando pelos campos de pouso brasileiros de Belém, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Ou melhor, aos olhos dos brasileiros e estrangeiros deveria parecer que os aeroportos e as instalações envolvidas eram para uso da Panair, empresa civil, sem menção pública de que existiam para uma possível utilização militar internacional.¹²⁴⁷

Por segurança, também era importante manter-se hegemônico no Prata. Como contrapeso à política conflitante com a Argentina, as relações entre EUA e Uruguai foram cordiais, além de fundamentais para salvaguardar seus interesses na região. Portanto, nesse contexto, houve muito rapidamente uma espécie de alinhamento automático do Uruguai em relação aos Estados Unidos. Em troca desse apoio incondicional, EUA se comprometeram com empréstimos e armamentos. O embaixador brasileiro em Montevideú relatou o momento da chegada de importante remessa de aviões dos EUA na capital uruguaia. Segundo ele:

Há alguns meses chegaram quatro aviões N.A. e, agora, a imprensa noticia que o navio Thunders trouxe importante remessa de material bélico destinado ao Exército uruguaio. Segundo as informações divulgadas, teriam desembarcado seis poderosos hidro-aviões Sikorsky, quatro aviões Curtiss de caça e bombardeio, 24 motocicletas blindadas e certo número de metralhadoras, bombas e material de paraquedistas. Acrescentam os jornais que já embarcaram nos Estados Unidos dois grupos de artilharia de 105 mm., constituído cada um de 125 veículos a motor, e mais aviões de combate.¹²⁴⁸

A embaixada brasileira em Washington confirmava o acordo de empréstimo e arrendamento de material bélico no valor de 20 milhões de dólares entre EUA e Uruguai.¹²⁴⁹ Na realidade, mesmo antes, em meados de 1941, o governo uruguaio já demonstrava interesse em aquisição de material bélico dos EUA, fosse por meio de operações de crédito intermediados pelo *Import and Export Bank*, de Nova York, fosse por meio de acordos comerciais. Segundo Lusardo, o *Import and Export Bank* tinha oferecido um crédito especial de 17 milhões de dólares, equivalente a 26 milhões de pesos. Seriam concedidos dessa quantia 7.800.000 dólares a título de empréstimo, sem juro, amortizável em seis anos, a começar de 1942; os restantes 9.200.000 dólares seriam fornecidos por conta do fundo de

¹²⁴⁷ RAHMEIER, 2020; p. 39.

¹²⁴⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 250, 21.07.1942. “Armamentos e aviões recebidos pelo Uruguai”. Armamentos e aviões dos Estados Unidos da América para o Uruguai. In: Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁴⁹ Idem, Montevideú, of. “Empréstimo e arrendamento de material bélico para a República Oriental do Uruguai”. Armamentos e aviões dos Estados Unidos da América para o Uruguai. In: Ibid.

500 milhões de dólares destinado pelo governo americano a auxílio das democracias e defesa do hemisfério ocidental.¹²⁵⁰

Aproveitando-se do crédito norte-americano, o Ministro da Defesa Nacional do Uruguai, General Julio Roletti,¹²⁵¹ alertava que o país estava desprovido de material aeronáutico e que praticamente dentro de três meses não teriam mais aviação. Nessas circunstâncias, a Comissão Militar, que já se encontrava em Washington, tinha instruções para adquirir armamentos e aviões necessários à formação de pilotos, para comprar canhões antiaéreos de 75 e de 20 milímetros, aparelhos detectores, projetos luminosos e morteiros de oito centímetros para a infantaria.¹²⁵²

O governo brasileiro estava ciente de tais negociações com os EUA, pois também vendia materiais bélicos ao Uruguai. Em ofício de 22 de agosto de 1941, Lusardo informava ao seu chanceler, Oswaldo Aranha, dessa proposta de crédito de 17 milhões de dólares com o Banco de Importações e Exportações dos EUA. Em 21 de agosto, o Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, Góes Monteiro, voltando de Buenos Aires, passou por Montevideú. Essa visita reafirmava os estreitos vínculos entre as forças militares de ambos países.¹²⁵³

Nesse momento, muito semelhante à política voltada para o Uruguai foi a política brasileira desenvolvida a nível bilateral com o Paraguai. Como destacou Francisco Doratioto, esse período compreendido entre 1941 e 1945 foi de grande dinamismo nas relações brasileiro-paraguaias, para o qual contribuiu a convergência ideológica autoritária dos regimes de Vargas e Morínigo. Ademais, a ação diplomática brasileira no Paraguai beneficiou-se da postura dos EUA de fornecer ajuda financeira a Morínigo para afastá-lo da Alemanha nazista, a qual contava com simpatia de importantes chefes militares paraguaios. A vigilância norte-americana sobre o país guarani também implicou em conter a influência da Argentina, neutra na Segunda Guerra Mundial e base da ação nazifascista na região do Prata. Enquanto isso, o Brasil aliara-se aos EUA e, assim, podia agir com maior desenvoltura no Paraguai.¹²⁵⁴

¹²⁵⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 287, 31.08.1941. “Aquisição de material bélico para o Uruguai”. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁵¹ Roletti foi Ministro da Defesa do Uruguai entre 1940 e 1943.

¹²⁵² LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 287, 31.08.1941, op. cit.

¹²⁵³ Idem, Montevideú, of. n° 239, 31.07.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Jun-Ago/1941, AHI, RJ; 33/4/10.

¹²⁵⁴ Com o fim do conflito mundial e a redemocratização do Brasil, essa situação mudou. A política de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) voltada para o Paraguai foi a de pressionar, discretamente, para que Morínigo redemocratizasse o país, o que levou este general a aproximar-se da Argentina, onde Perón assumiu a

Desde o dia 19 de agosto de 1941, quando houve a reunião do Conselho de Ministros, sob a presidência do General Alfredo Baldomir, as lideranças uruguaias decidiram enviar ao Parlamento um projeto de lei para autorizar tal empréstimo para aquisição de equipamentos militares e de material bélico em geral. O embaixador brasileiro acrescentava que o Poder Executivo uruguaio “paralelamente a essas providências, aumentou o efetivo da oficialidade de aeronáutica em cerca de 25% e cogitava de tomar outras providências que concorressem para a maior eficiência de suas instituições armadas”.¹²⁵⁵

O jornal riveirista *El Diario*, de 18 de agosto de 1941, em apoio à medida do governo uruguaio, estampava em suas páginas “*26 millones de pesos se destinarán a materiales y armas para el Ejército Nacional*”. Acrescentava ainda que a necessidade de modernizar e ampliar o material bélico de suas Forças Armadas era indiscutível e urgente.¹²⁵⁶ Neste artigo, *El Diario* destacava:

*como medida elemental, se compró al Brasil el año pasado, una cantidad considerable de fuziles que costaron un poco más de un millón de pesos, pero las comisiones técnicas designadas para que proyectaran un plan mínimo de comprar para colocar a las fuerzas de tierra, mar y aire en pie de eficacia, han llegado a la conclusión de que aquellos recursos no bastarán para dotarlas del material indispensable.*¹²⁵⁷

Em 1940, o Uruguai comprou do Brasil “mil granadas de mão, ofensivas, com espoletas; 8.960 defensivas, com espoletas, e 1.040 defensivas, sem espoletas.”¹²⁵⁸ Além disso, Lusardo revelava que o Inspetor Geral do Exército uruguaio, general Marcelino Bergalli, estava interessado em obter mais espoletas. Segundo Lusardo, Bergalli tinha até lhe pedido, “com insistência”, para ele mesmo intermediar a negociação com o Ministério das Relações Exteriores e, por sua vez, com o Ministério da Guerra, no Brasil.

O embaixador brasileiro em Montevideú enfatizava que essa compra de material bélico era prova e imprescindível para a preparação da defesa uruguaia; era também “expressão realista da política fraternal e de boa vizinhança que existia entre Brasil e

Presidência em junho de 1946. In: DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai:** afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954). Brasília, DF: FUNAG, 2012; p.526-527.

¹²⁵⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 273, 22.08.1941. “Aquisição de material bélico”. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁵⁶ *El Diario*, Montevideo, 18.08.1941, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. Armamento. Armas e munições. In: Ibid.

¹²⁵⁷ Ibidem.

¹²⁵⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 171, 05.06.1942, Espoletas para granadas. In: Ibid.

Uruguai”.¹²⁵⁹ Na realidade, o ofício encaminhado ao Ministro da Defesa do Uruguai era uma forma de agradecimento, pois o General Julio Roletti havia encaminhado um folheto intitulado “*Homenaje al Brasil*”, elaborado pelo próprio ministro, relativo à venda de material bélico ao Uruguai pelo governo brasileiro.¹²⁶⁰ Essa “*Homenaje al Brasil*” apontava todo o processo de aquisição de material bélico do Brasil, uma vez que parte do Parlamento e da imprensa do Uruguai criticavam duramente essa compra. Naquela conjuntura, como ministro da Defesa Nacional, o general Julio Roletti era o principal porta-voz favorável àquela negociação com o governo brasileiro.

Em suma, nota-se que a compra de material bélico caracterizou as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai naquele contexto de guerra. Em julho de 1942, mais espoletas seriam vendidas ao governo uruguaio.¹²⁶¹ Atendendo ao pedido do general Marcelino Bergalli, o governo brasileiro permitia a troca das espoletas defensivas compradas em 1940 por espoletas de tipo único. Como barganha, Uruguai compraria mais quatro mil espoletas.¹²⁶²

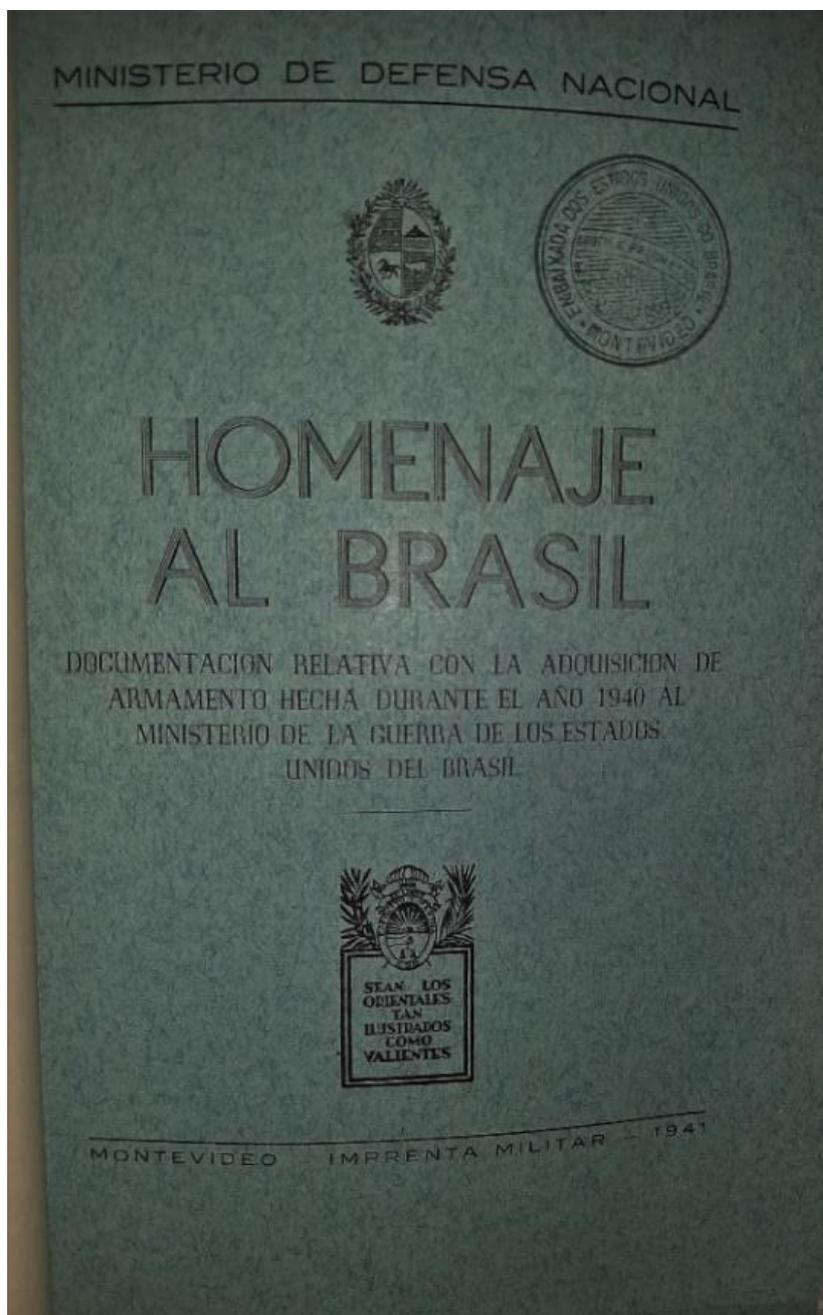
¹²⁵⁹ LUSARDO para o Ministro da Defesa Nacional do Uruguai, General Julio A. Roletti, Montevideu, of. n° 28, 17.10.1941. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁶⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 401, 30.11.1941. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 11. In: Set-Dez/1941; AHI, Rio de Janeiro; 33/4/11.

¹²⁶¹ Pedro Leão VELLOSO para LUSARDO, Rio de Janeiro, of., 14.07.1942. “Compra de material bélico pelo Uruguai ao Brasil”. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁶² ARANHA para o Ministro da Guerra General Eurico Gaspar DUTRA, of., 11.06.1942. Encomenda de espoletas para granadas. In: Ibid.

Figura 36- Folheto uruguaio de “Homenagem ao Brasil”.



Fonte: AHI, Brasília.¹²⁶³

Diante do contexto da guerra e à incapacidade de competir com os EUA, o Brasil compartilhava o mercado uruguaio com a grande potência do Norte. No cenário de avanço

¹²⁶³ Anexo em LUSADO para ARANHA, Montevideú, of. n° 356, 17.10.1941. Compra de material bélico pelo Uruguai ao Brasil. In: Ibid.

do conflito mundial, EUA ganhavam mercados na América Latina, como o Uruguai. No entanto, a maior importância do Uruguai não era econômica, e sim, geopolítica. Em seu artigo “*Sobre la proyectada compra de armamentos*”, o jornal batllista *El Día*, de 22 de agosto de 1941, detalhava a aquisição de material bélico dos EUA em três etapas:

[...]En la primera-que sería la fundamental- se adquiriría para la Artillería baterías de cañones obuseros de 75 mm, baterías de artillería pesada-larga- de 105 mm, con las dotaciones de la correspondiente munición; para defensa antiaérea el material sería éste: secciones de cañones de 75 mm- con proyectores y demás elementos- cañones de 20 mm transportables y de ajustes dobles, ametralladoras antiaéreas de 11 y 12 mm- de ajuste universal-, aparatos de escucha, proyectores de distintos tamaños, etc; para uso de la Infantería se compraría: morteros de 81 mm, pistolas, ametralladoras pesadas y livianas, tromblones para fusiles, etc.; para el arma de Ingenieros se consideraría imprescindible: material de transmisiones, estaciones rodantes de 250 kilómetros, radios de 10 y 25 kilómetros, centrales de 4, 6, 8, 12 y 24 direcciones, teléfonos, etc; para la aviación se realizarían compras de aviones de ataque monomotores biplazas-con equipo completo de ametralladoras delanteras y traseras, paracaídas, lanza-bombas, etc, aviones de caza monomotores mono plazas, aviones de bombardeo en picada monomotores biplazas, aviones de entrenamiento monomotores biplazas, aviones para instrucción primaria, aviones de transporte y material de bombas, etc. En la segunda etapa de compras para artillería, se elevarían las cantidades de cañones de baterías a grupos artilleros; en material antiaéreo se aumentarían las cantidades dentro de límites que ya estarían fijados: para Infantería se elegirían mosquetones con bayonetas, más las armas de los mismos tipos de las compradas en la primera etapa; en la especialidad de Ingenieros se doblarían las adquisiciones de la etapa anterior; en materia de aviación a los aviones necesarios se les agregaría la construcción de bases aéreas y postas de aterraje. Para la tercera etapa de adquisiciones se repetiría, exactamente, la segunda.”¹²⁶⁴

É nesse contexto que o governo uruguaio, em maio de 1942, baixou um decreto tornando parte do porto de Montevideú e seus armazéns em “cais militar”, visando tanto a facilidade quanto o sigilo dos desembarques de material bélico. Essa medida tinha o propósito de receber o material de guerra importado pelo governo uruguaio.¹²⁶⁵ Enfim, a guerra não só tinha transformado o porto de Montevideú, como reconfigurou as relações de poder no Prata e essas mudanças não estavam isentas de contradições e divergências, como será abordado no *Capítulo 4- A consolidação de uma aliança estratégica (1942-1945)*.

¹²⁶⁴ *El Día*, Montevideo, 22.08.1941, anexo em LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹²⁶⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of., 5.05.1942. Cais militar no porto de Montevideú. In: *Ibid*.

CAPÍTULO IV- A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA (1942-1945)

Uruguay tiene un papel difícil que cumplir, particularmente en sus relaciones con los Estados Unidos. Está ubicado entre la Argentina y el Brasil, las dos grandes potencias de América del Sur. Tiene un pequeño ejército, apenas suficiente para el cuidado de su propio territorio. Uruguay es verdaderamente democrático, pero hasta principios de este año, sus dos potentes vecinos estaban gobernados por dictaduras. Durante la mayor parte de la guerra la situación fue extremadamente delicada, Brasil estaba en guerra mientras que Argentina no lo estaba.

Edward Tomlinson, 1946.¹²⁶⁶

Em 1942, perante o desenrolar do conflito mundial, a solidariedade continental era testada. Enquanto alguns países americanos mantinham sua “neutralidade aliadófila”, como o Uruguai, o Brasil rompia suas relações diplomáticas com os países do Eixo e entrava na II Guerra com seus precários esforços de guerra. Nesse cenário, sua aproximação político-econômica e militar com os Estados Unidos se consolidava e a Conferência do Rio de Janeiro, realizada em janeiro daquele ano, dias após a entrada dos EUA na guerra, teve papel decisivo nessa tomada de decisão do governo brasileiro.

O Uruguai, por sua vez, mantendo sua “neutralidade aliadófila”, passou por mudanças de governos colorados. Após um golpe de estado que prolongou seu governo até 1º de março de 1943, Alfredo Baldomir transmitiu o seu mandato presidencial para Juan José de Amézaga (1943-1947), declaradamente pró-aliado e pró-norte-americano. Seu governo foi marcado por intensos e ferrenhos debates políticos acerca do envolvimento ou não de seu país no conflito mundial, sobretudo após a participação efetiva do Brasil com envio de tropas militares.

Nesse sentido, este capítulo final da Tese é dedicado aos últimos anos da II Guerra, mas com o foco nas relações brasileiro-uruguaias, a destacar os principais temas presentes na agenda política desses países, marcadas por certas contradições e frustrações, mas com o predomínio de uma aproximação político-militar. Para isso, há quatro subdivisões: 4.1. 1942: a solidariedade continental é testada; 4.2. 1943 e as contradições políticas entre democracias e ditaduras; 4.3. 1944 e as reviravoltas no front e no Prata e 4.4. 1945, o

¹²⁶⁶ Telegrama nº 242, 26.08.1946. Georges van Schendel, ministro de Bélgica, da cuenta de un comentario radial de un periodista estadounidense, Edward Tomlinson, sobre la política exterior uruguaya. In: NAHUM, 1998; p.504-505.

desfecho da guerra e as relações brasileiro-uruguayas. Com isso, buscar-se-á compreender o processo de consolidação de uma aliança estratégica no Prata.

4.1. 1942: a solidariedade continental é testada

O ano de 1942 foi crucial para a política externa brasileira. Em oito meses, sua posição de declarações retóricas de solidariedade passou para uma aliança firme com os EUA. Com essa transformação, a “equidistância pragmática”, que tinha guiado os negócios exteriores brasileiros até 1941, foi completamente abandonada. Essa transformação fundamental resultou de fatores externos e de pressões internas, e é significativo que o governo Vargas tenha mantido o controle dos acontecimentos em meio a todas as pressões, fazendo concessões, mas também conseguindo algumas vantagens através de um processo contínuo de negociação.¹²⁶⁷

No caso do Brasil, a neutralidade diante da guerra na Europa entre 1939 e 1941 beneficiou-se de três fatores. O primeiro, a neutralidade dos EUA, que definiram para si próprios e para todo o continente a disposição de ficar de fora da guerra europeia; o segundo, a convicção das lideranças militares brasileiras de que o país não se encontrava preparado para enfrentar as consequências de uma guerra moderna; e o terceiro, a divisão política entre o Estado e a sociedade em relação à melhor aliança externa para o país.¹²⁶⁸

Nesse sentido, embora neutralistas sinceros e germanófilos disfarçados tentassem defender a política de neutralidade do Brasil, a possibilidade de resistência às exigências norte-americanas era mínima. O governo Vargas reconheceu suas limitações e soube agir no momento certo - ou seja, quando os EUA precisaram efetivamente da ajuda brasileira -, utilizando habilmente sua neutralidade como trunfo para a obtenção de benefícios econômicos e políticos.¹²⁶⁹ Nesse ambiente político, Baldomir liderou uma transição democrática no Uruguai que resultou num novo golpe político, o chamado *el golpe bueno*, de 21 de fevereiro de 1942, sem vinculação das liberdades individuais, mas que concretizou a reforma constitucional e colocou um fim à institucionalidade do terrismo.¹²⁷⁰

Nesse quadro, o ano de 1942 iniciou-se com a III Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro entre 15 e 28 de janeiro. Nessa

¹²⁶⁷ MOURA, 1993; p. 184.

¹²⁶⁸ Idem; p. 187.

¹²⁶⁹ Idem; 187-188.

¹²⁷⁰ BROQUETAS, 2020; p. 165.

conferência, os norte-americanos, que já estavam em guerra desde dezembro de 1941, propuseram de imediato o rompimento das relações diplomáticas de todos os países americanos com os países do Eixo. Todos concordaram, com a exceção da Argentina e do Chile que resolveram manter a neutralidade.

Com o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, a II Guerra Mundial envolvia no conflito os Estados Unidos e dava-se o caso previsto em Havana nos seguintes termos: “qualquer tentativa por parte de um estado não americano contra a integridade ou inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um estado americano será considerada atos de agressão contra todos os estados que formam a presente declaração”. Nessas condições, eram urgentes novas determinações e medidas e, por isso, foi convocada a Conferência do Rio de Janeiro, onde a 15 de janeiro de 1942, no Palácio Tiradentes, encontraram-se novamente os chanceleres da América, representantes de vinte países. Ao inaugurar a reunião, definiu Getúlio Vargas a atitude do Brasil na comunidade americana de “perfeita coerência e insuspeitável lealdade a compromissos assumidos e amizades sempre espontaneamente cultivadas.”¹²⁷¹ Alberto Guani, antes mesmo do início da conferência, tinha declarado a posição do Uruguai de “cumprimento de todos os deveres de solidariedade continental e adesão definida à política dos países sul-americanos”.¹²⁷² Era o momento definitivo da solidariedade continental ser testada.

4.1.1. A Conferência do Rio de Janeiro

Em janeiro de 1942 é realizada na capital brasileira a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores. Nessa reunião, Vargas, orientado pelos militares, relutou em romper relações diplomáticas com os Países do Eixo se a Argentina não participasse da mesma empreitada, preocupado com a segurança da sua fronteira no Sul. O Brasil acabou aderindo ao rompimento e sofreu as consequências dessa adesão. Navios brasileiros passaram a ser torpedeados pelos submarinos das Potências do Eixo no Atlântico Norte, acabando com ataques bem próximos as suas costas, fato que motivou a entrada do país no conflito em 31 de agosto de 1942.

¹²⁷¹ CARVALHO, 2016; p. 465.

¹²⁷² LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 15, 12.01.1942. Notícias e comentários sobre a 3ª. Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

Convocada pelos EUA, a Conferência do Rio de Janeiro, diante da injustificada agressão de que foram vítimas e tendo como agenda a proteção hemisférica e sua solidariedade continental, teve como resoluções vitoriosas as que tratavam da ruptura de relações diplomáticas com o Japão, Alemanha e Itália, e de questões relativas à produção e ao comércio; a fundação do Banco Interamericano e regulamentação para organização para a luta contra atividades subversivas, isto é, da quinta-coluna nazifascista.¹²⁷³

A 28 de janeiro de 1942, os países americanos reafirmavam a declaração que considerava qualquer ato de agressão de um estado extracontinental contra um deles, como praticado contra todos por constituir a ameaça à liberdade e à independência da América.¹²⁷⁴ A delegação uruguaia destacou-se com as declarações de seu chanceler, pois para Alberto Guani, a defesa da América representava a defesa do mundo civilizado. Por isso, propôs uma resolução de comum acordo que estabelecesse a ruptura das relações diplomáticas com os países do Eixo. Seguindo a sua própria orientação, em 25 de janeiro o governo uruguaio rompeu relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão. Assim, em nome da cooperação continental, uma série de medidas foram adotadas, dentre as quais destacaram-se a criação de um Conselho Consultivo de Emergência para a Defesa Política Continental, com sede em Montevideu, e a cooperação de informações sobre atividades subversivas nos países americanos com o objetivo de evitar qualquer tipo de conspiração.¹²⁷⁵

Guani partiu para o Rio de Janeiro com instruções de obter que a defesa militar do Uruguai fosse feita pelos Estados Unidos e não pela Argentina, devido à atitude geral dela e de suas pretensões no Rio da Prata. Em seu discurso na Conferência, o chanceler uruguaio disse que o Uruguai assinaria uma resolução favorável ao rompimento de relações “com os países agressores” não só como ato de solidariedade americana, mas também “como medida eficaz de defesa de suas rotas marítimas”. O presidente Baldomir enviou-lhe telegrama cumprimentando-o pelo discurso e reiterando que deveriam “manter colaboração íntima com Estados Unidos e Brasil”. Ele enfatizou que essa última posição precisava ficar bem clara.¹²⁷⁶

Nesse contexto que Uruguai e o Paraguai romperam relações diplomáticas com as potências do Eixo, respectivamente em 25 e 28 de janeiro de 1942, tendo como base o princípio de solidariedade continental. Durante esse ano, o governo Baldomir manteve a

¹²⁷³ CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1977; p.282-283.

¹²⁷⁴ SILVA, Hélio. **1944: O Brasil na guerra**. O ciclo de Vargas. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974; p.154.

¹²⁷⁵ OLIVERA, Enrique Arocena. **Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya**. 1828-1948. Montevideo, 1984; p. 212-213.

¹²⁷⁶ DORATIOTO, 2020; p.291.

disposição de colaborar na defesa do continente e ofereceu suas instalações militares aos estados americanos que delas necessitassem para atividades de defesa. O chanceler Guani teve papel importante como avalista do sistema interamericano na condição de presidente do Comitê de Emergência para a Defesa Política, criado naquela ocasião.¹²⁷⁷

O Chile era o único país latino-americano com um governo composto pelos principais partidos de esquerda (comunistas, radicais e socialistas) e que tinha, como base na sua política externa, uma campanha de luta contra o fascismo e o imperialismo internacional. Essa política externa não impediu o país de se relacionar comercialmente com norte-americanos, britânicos e alemães, porém foram os norte-americanos os principais parceiros dos chilenos no período da II Guerra Mundial até o final de 1945. No entanto, no campo diplomático, o Chile não concordou com a política de romper com os Países do Eixo. Ele era favorável à manutenção da unanimidade nas resoluções da solidariedade continental, mas agiu contra essa política, apoiando a proposta argentina de neutralidade. No ano seguinte, frente à pressão norte-americana, em virtude da opinião pública chilena e dos partidos de esquerda, que compunham a Frente Popular, o Chile rompeu relações diplomáticas com o Eixo em 23 de janeiro de 1943.¹²⁷⁸

As simpatias pró-aliadas do Uruguai foram traduzidas nas iniciativas de sua delegação na Conferência. Alberto Guani, chanceler uruguaio, apresentou um projeto, aprovado de forma unânime, que estendia o tratamento de não beligerância a “*todos los estados que colaboran en la defensa de un país americano atacado.*”¹²⁷⁹ Essa medida beneficiava sobretudo a Inglaterra, cujos navios de guerra frequentemente aportavam no porto de Montevideú. Além disso, o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, representou uma maior aproximação com os EUA, como destacou o diplomata belga:

*Los Estados Unidos han concluido con este País un acuerdo destinado a permitirle adquirir en condiciones especialmente ventajosas material para la defensa de su territorio, con prioridad en cuanto a los medios de transporte y a la entrega. Se han comprometido también a suministrar máquinas destinadas a la usina eléctrica de Río Negro cuya represa está terminada, pero cuyos trabajos habían sido suspendidos como consecuencia del rechazo de Inglaterra a acordar el certificado naval para las turbinas fabricadas en Alemania. Este acuerdo es de una importancia capital para Uruguay que necesita aumentar su producción de energía eléctrica y cuyas usinas en funcionamiento son alimentadas por combustible proveniente del exterior.*¹²⁸⁰

¹²⁷⁷ DORATIOTO, 2020; p.292.

¹²⁷⁸ FERRER et al.; 2012; p.565-566.

¹²⁷⁹ Telegrama nº 222, 29.01.1942. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa sobre la conferencia de Ministros de Relaciones Exteriores de Río de Janeiro y sobre la ruptura de relaciones de Uruguay con Alemania, Italia y Japón. In: NAHUM, 1998; p.465.

¹²⁸⁰ Idem; p.466.

É importante frisar que apesar da recusa da Argentina, o país estava em litígio diplomático com a Alemanha, em função das investigações realizadas pela “*Comisión de Investigación de las Actividades Antiargentinas*”, a CIAA, sobre a participação do embaixador alemão, Von Thermann, em atividades contra a soberania argentina. Isso originou a retirada dos respectivos embaixadores.¹²⁸¹

Até o Brasil, como lembrou Frank McCann, chegou a titubear na sua posição temendo as ameaças pouco veladas vindas de Berlim e as pressões políticas dos governos italianos e japoneses, por meio dos seus respectivos embaixadores no Brasil, Ugo Sola e Itaro Ishii.¹²⁸² Os alemães acusavam o governo brasileiro de permitir a presença de aviões norte-americanos em suas bases do Nordeste, de violar o princípio de neutralidade e, caso adotasse o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo, o Brasil sofreria as ameaças decorrentes dessa decisão. Outra grande preocupação, principalmente, dos militares brasileiros, era a política argentina de não adesão ao pan-americanismo, que obrigaria o Exército Brasileiro a reforçar as suas fronteiras no Sul,¹²⁸³ temendo algum movimento de elementos fascistas com o apoio de grupos nacionalistas. Assim, só apoiaria a resolução norte-americana se os argentinos também o fizessem. Depois de muita pressão e discussões, os argentinos aceitaram assinar a resolução, que “recomendava”, mas não “obrigava” os países americanos a romperem relações diplomáticas com os países do Eixo. O Brasil acabou aceitando a proposta norte-americana e rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão em 28 de janeiro de 1942.¹²⁸⁴

Portugal ficou encarregado de representar os interesses brasileiros nesses países, e a Espanha os interesses alemães e japoneses no Brasil. Por fim, a Suíça tornou-se a protetora dos interesses italianos em terras brasileiras. A partir desse momento, os EUA pressionaram todas as nações americanas recalcitrantes, dando apoio financeiro e militar para as que estavam do seu lado e ameaçando retaliações comerciais com aquelas que continuassem com suas políticas de neutralidade, obrigando-as a adotarem a nova política de solidariedade pan-americana. A Argentina foi a única a resistir praticamente até o final do conflito mundial, declarando guerra à Alemanha somente em 27 de março de 1945.¹²⁸⁵

¹²⁸¹ FERRER et al; 2012; p. 561-562.

¹²⁸² McCANN, 1995; p.204-205.

¹²⁸³ Idem ; p.205-206.

¹²⁸⁴ HILTON, 1994; p.388-389.

¹²⁸⁵ FERRER et al.; 2012; p.562.

Dessa forma, no Rio de Janeiro foram reafirmadas as declarações anteriores de solidariedade e de independência continental: os laços, inicialmente frouxos, do pan-americanismo iam se estreitando desde o princípio do século com a aproximação dos perigos de agressão extracontinental e, na capital brasileira, era dado o apogeu dessa lenta marcha para um pan-americanismo prático. Além das medidas adicionais para a suspensão de relações comerciais com as potências do Eixo, foi recomendada a ruptura de relações diplomáticas e reuniões preliminares de solidariedade entre os países americanos antes de serem restabelecidas essas relações; era esta medida um prenúncio de Chapultepec.¹²⁸⁶ Nessa ocasião, Oswaldo Aranha, presidente da conferência, juntamente com Sumner Welles,¹²⁸⁷ empenharam-se em obter uma resolução unânime de ruptura de relações com os países do Eixo. Mais uma vez, dada a oposição da Argentina e do Chile, aprovou-se apenas uma recomendação nesse sentido.¹²⁸⁸

A imprensa montevidéana repercutiu essa reunião como “transcendental”¹²⁸⁹ e “a maior encruzilhada da História”.¹²⁹⁰ O evento gerou grandes repercussões na capital uruguaia, tanto nos partidos políticos quanto na opinião pública. Em entrevista concedida à Agência Havas-Telemundial e à algumas agências representantes dos jornais locais, João Batista Lusardo destacou que aquele momento de tensão exigia ações imediatas, e não silêncios misteriosos ou rumações hipocondríacas. Por isso, ao elogiar a posição uruguaia, o diplomata brasileiro destacou como positivo o rompimento das relações diplomáticas dos países da região com o Eixo.¹²⁹¹

Após essa medida, que contou com apoio da opinião pública, o governo uruguaio passou a legislar por decretos, tal como previa a Constituição em casos de necessidade nacional urgente. Por isso, o Poder Executivo junto ao Conselho de Ministros tomavam todas as medidas extraordinárias de segurança do país.¹²⁹² Nesse contexto de guerra, os efetivos do Exército uruguaio aumentaram em 1.000 homens e em 196 para a Marinha, sendo 100 desses últimos destinados para a polícia marítima e os outros 96 para a aeronáutica naval.

¹²⁸⁶ CARVALHO, 2016; p. 465.

¹²⁸⁷ Welles foi assessor da política externa dos EUA durante o governo de Franklin Roosevelt, ocupando o cargo de subsecretário de Estado de 1937 a 1943.

¹²⁸⁸ FAUSTO, 2006; p.102.

¹²⁸⁹ *El Diario. La transcendental reunión de Rio de Janeiro. Montevideo, 14.01.1942 anexo ao telegrama LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 16, 14.01.1942. Notícias e comentários sobre a 3ª. Reunião Consultiva de Ministros das Relações Exteriores americanos. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.*

¹²⁹⁰ *La Mañana. America ante la mayor encrucijada de su historia. Montevideo, 15.01.1942 anexo a Id., Ibid.*

¹²⁹¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 28, 30.01.1942. Entrevista concedida pelo embaixador do Brasil sobre a Conferência do Rio de Janeiro. In: *Ibid.*

¹²⁹² *Idem, of. n° 31, 31.01.1942. Mês político. Relatório n° 1. In: Ibid.*

Além disso, o governo determinou a construção de um novo arsenal de guerra na localidade de Peñarol, próximo de Montevidéu, com a reserva de um orçamento no valor de 500.000 pesos. Havia um programa intensivo de construções de bases militares e navais, de campos de pouso, galpões e quartéis. Os jornais anunciavam a chegada de 20 aviões de bombardeio de origem norte-americana e cobravam as obras do aeroporto de Carrasco.¹²⁹³

Em Montevidéu, o contexto internacional acirrava as disputas eleitorais no Uruguai. Desde janeiro, Lusardo especulava que os colorados venceriam as eleições, no entanto, alertava que para governar, os grupos internos do partido precisariam entrar em um consenso e cessar as hostilidades frente à ferrenha oposição dos herreristas, tanto na política interna quanto na política externa. Enquanto os colorados defendiam a reforma constitucional e a solidariedade continental, os herreristas resistiam desesperadamente à reforma constitucional, defendendo com afinco as vantagens que usufruíam no Senado, e eram contrários à aproximação do Uruguai com os EUA.¹²⁹⁴ O embaixador brasileiro não imaginava um possível golpe político no país, como ocorreu em fevereiro daquele ano.

No campo econômico, havia grandes expectativas para o incremento de compras da lã uruguaia por parte dos EUA, tanto que houve a intensificação da propaganda no Uruguai para que se incrementasse o cultivo do algodão, em especial, no norte do país como Artigas, Salto e Paysandu.¹²⁹⁵

Enquanto isso, os EUA aumentaram a sua participação militar no continente. O presidente Roosevelt pediu a Vargas permissão para o envio de militares norte-americanos para as bases do Norte/Nordeste (Belém, Natal e Recife), que estavam sendo construídas pela “*Pan-American Airways*” (PAA). Sua principal alegação foi que que os EUA não podiam utilizar a rota do Mediterrâneo para ajudar os britânicos, pois era imprescindível aos voos, com destino à África, uma escala em Natal. Em fevereiro de 1942, o embaixador Jefferson Caffery escreveu a Getúlio pedindo permissão para o envio de pessoal técnico às bases aéreas de Belém, Natal e Recife, alegando a impossibilidade de os aviões americanos utilizarem a rota do Pacífico para chegar ao Extremo Oriente. Solicitava também autorização para aumentar a pista do aeroporto de Fernando de Noronha, utilizado pelos americanos. Os pedidos foram prontamente atendidos, deles resultando a chegada não só de técnicos como

¹²⁹³ Idem, of. n° 30, 31.01.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 1. In: Ibid.

¹²⁹⁴ Idem, of. n° 31, 31.01.1942. Mês político. Relatório n° 1. In: Ibid.

¹²⁹⁵ Idem, of. n° 29, 31.01.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 1. In: Ibid.

de uns poucos fuzileiros navais ao Nordeste, fato aceito tacitamente pelo governo brasileiro.¹²⁹⁶

Com a aquiescência do governo do Brasil, militares norte-americanos começaram a desembarcar no Nordeste brasileiro, concretizando o acordo aprovado no ano anterior, em maio de 1941, para a instalação de bases militares norte-americanas na região. O Brasil quis limitar o número de militares norte-americanos nas bases cedidas no Nordeste, preferindo que especialistas e técnicos ajudassem os brasileiros na construção das mesmas e que elas fossem operadas, em sua maioria, por militares brasileiros. Porém, com a guerra se aproximando do continente, com os ataques de submarinos alemães no Atlântico Sul e em função da importância estratégica do saliente nordestino, o número de militares norte-americanos aumentou consideravelmente e foi autorizado, pelo governo brasileiro, que três companhias de fuzileiros navais dos EUA fizessem o patrulhamento das bases militares em Belém, Natal e Recife, além de pilotos e elementos da Marinha Norte-americana.¹²⁹⁷

Roosevelt propôs a Vargas um acordo militar para o patrulhamento da Guiana Holandesa (Suriname) com o Brasil, enviando tropas, em conjunto com os EUA, para a proteção das minas de bauxita da região. Com a participação do Brasil no Suriname, ficaria mais fácil convencer o governo Vargas da necessidade de aumentar os efetivos militares norte-americanos em solos brasileiros, principalmente, naquele momento em que o Governo de Vichy fez um acordo com os alemães para que estes utilizassem Dakar como base para seus submarinos, acordo que não vingou em função dos esforços realizados pelos norte-americanos com os militares franceses ligados a De Gaulle.

O Estado-Maior Brasileiro declinou do convite, ao informar que não estava preparado para auxiliar as forças norte-americanas no Suriname. É importante lembrar que após o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha e a Itália, o Brasil perdeu 13 navios mercantes,¹²⁹⁸ até o ataque perpetrado por submarinos alemães na costa brasileira, em agosto de 1942. Eram embarcações que levavam matérias-primas e traziam mercadorias e produtos necessários à economia do país, como combustíveis. A Argentina e o Chile também tiveram perdas que, embora bem menores, provaram que a neutralidade não era uma política capaz de resguardar a segurança almejada por eles.¹²⁹⁹ Por outro lado, a declaração

¹²⁹⁶ FAUSTO, 2006; p.101-102.

¹²⁹⁷ FERRER et al.; 2012; p.563.

¹²⁹⁸ Navios Brasileiros: Fev. 1942 – “Cabedelo”, “Buarque” e “Olinda”; Mar. 1942 – “Arabutã” e “Cairu”; Maio. 1942 – “Parnaíba”, “Comandante Lira” e “Gonçalves Dias”; Jun. 1942 – “Alegrete” e “Pedrinhas”; Jul. 1942 – “Tamandaré”, “Piave” e “Barbacena”.

¹²⁹⁹ Navios Argentinos: Uruguay” (maio. 1940) e Rio Tercero (jun. 1942); Navio Chileno: Tolten (mar. 1942).

de solidariedade ao Brasil do governo uruguaio e dos principais jornais de Montevideú também não tardou.¹³⁰⁰ O jornal *La Mañana* defendia que a única forma efetiva e possível do Brasil proteger a sua navegação era “limpar de submarinos nazis as suas rotas atlânticas”.¹³⁰¹

Além das hostilidades contra os navios brasileiros, o torpedeamento do navio mercante uruguaio “Montevideo” nas águas do Caribe alertou a opinião pública desses países dos perigos e das ameaças que todos os países sul-americanos poderiam sofrer.¹³⁰² Logo pensaram em planos estratégicos de caráter defensivo, o que contribuiu para uma maior cooperação militar entre brasileiros, uruguaios e norte-americanos. Nesse esforço de defesa, Montevideú contou com as primeiras baterias de canhões antiaéreos, recebidos dos EUA. Além disso, em março, desembarcou na capital uruguaia um importante carregamento norte-americano de material bélico constituído de quatro aviões e de numerosos outros volumes contendo armas para o Exército uruguaio, tais como metralhadoras, fuzis, armas antiaéreas e munições. Com esses materiais veio também uma missão militar norte-americana composta de quatro aviadores e quatro mecânicos para montar os aviões e instruir os pilotos uruguaios no manejo dos aparelhos. A entrega com dois meses de antecedência reforçou a confiança uruguaia no auxílio dos EUA.

Dias depois, em 16 de março, foi realizado um blecaute em uma larga zona de Montevideú, como exercício de um plano de defesa passiva do país. O escurecimento da cidade nesse dia abrangeu uma área com 460 quadras, onde desenvolveu-se uma simulação completa de um ataque aéreo, em que entraram em cena aviões de bombardeio, ambulâncias, corpos de socorro, bombeiros etc.¹³⁰³ Tratava-se de um dos diversos impactos da guerra no cotidiano das pessoas, mesmo em países declaradamente neutros.

No Brasil, os ataques dos submarinos alemães aos navios mercantes brasileiros em 1942 foram impactantes na economia e geraram a falta de determinados produtos essenciais. Os combustíveis tornaram-se escassos e o governo deu início a um programa de racionamento de gasolina. A situação foi agravada com a decisão de Vargas de suspender a

¹³⁰⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 71, 20.03.1942. Repercussão no Uruguai dos ataques à navegação brasileira. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁰¹ *La Mañana*, Montevideú, 30.05.1942. *La guerra en nuestras puertas, anexo a* LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 171, 05.06.1942. A situação internacional do Brasil. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁰² Décio COIMBRA, encarregado de negócios do Brasil para ARANHA, Montevideú, of. no. 80, 01.04.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 3. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁰³ *Idem*.

navegação de petroleiros da costa leste dos Estados Unidos para o Brasil. Em outras palavras, a declaração de guerra à Alemanha e à Itália tornou a situação econômica do país crítica.¹³⁰⁴

O Uruguai, por sua vez, recuperava-se economicamente com aumentos significativos em seu comércio exterior, baseado principalmente, na intensificação da produção de produtos da pecuária e na criação de novas indústrias manufatureiras. Os principais produtos uruguaios nesse contexto de guerra eram a carne e a lã. Em abril, os jornais noticiaram que a empresa A. Rey tinha sido autorizada a exportar para o Brasil 600.000 kg de lã suja pela estação de Rivera.¹³⁰⁵

No Brasil, o governo federal tomou iniciativas quando percebeu que a economia do país sofreria com o conflito europeu. Em 11 de março de 1942, o ministro da Fazenda apresentou medidas para enfrentar os problemas gerados pela guerra. Para obter recursos, emitiu títulos de obrigações de guerra e letras do Tesouro. Instituiu nova moeda, o cruzeiro, e criou a Comissão de Defesa Econômica. Todos os planos para construção de obras públicas seriam revistos e alguns teriam continuidade, enquanto outros seriam suspensos. Seriam autorizadas iniciativas que gerassem aumento de seus gastos.¹³⁰⁶

Em fevereiro de 1942, o navio brasileiro “Cabedelo”, com a tripulação de 54 homens, desapareceu misteriosamente no decorrer de uma viagem de Filadélfia para o Brasil. Logo se atribuiu o seu desaparecimento a uma ação dos submarinos do Eixo, o que veio a ser comprovado dias depois. Quatro navios brasileiros foram torpedeados nas costas norte-americanas, dentro dos limites da zona de segurança estabelecidos pelas nações pan-americanas na Conferência do Panamá. As embarcações afundadas foram o “Buarque” (16/02), o “Olinda” (18/02), o “Arabuta” (07/03) e o “Cairu” (09/03), e com este último encontraram a morte de 6 passageiros e 47 tripulantes.

Em maio, junho e julho, mais 8 embarcações foram postas a pique na região costeira do Haiti e Porto Rico. Em 07 de agosto, o Almirante Karl Doenitz, comandante da Força Alemã de Submarinos (U-boats), ordenou uma ofensiva contra navios brasileiros, enviando o U-507 para atacar navios mercantes ao largo da costa brasileira, como represália aos ataques realizados aos submarinos alemães no Atlântico Sul por aviões norte-americanos, baseados em Natal (“Parnamirim Field”), com tripulações mescladas de oficiais

¹³⁰⁴ FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942. Estado e sociedade contra o Reich. In: In: ACERVO: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.91.

¹³⁰⁵ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. n° 79, 01.04.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 3. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁰⁶ FERREIRA, op. cit.; p.91.

norte-americanos e brasileiros (em treinamento). Dias depois, em 15 de agosto, quando navegava de Salvador para Maceió, conduzindo 73 tripulantes e 233 passageiros, o “Baependi”, a apenas 15 ou 20 milhas da costa, foi atingido por uma carga de torpedos que o pôs a pique em poucos instantes. 270 brasileiros morreram em decorrência desse atentado. Logo em seguida, no mesmo dia, foi afundado o “Araraquara”, com 131 mortos. No dia 16, o “Aníbal Benévolo”, no dia 17 “o Itagiba”, a 18 o “Araras”, totalizando, assim, 607 mortos. A consciência nacional despertou de vez.¹³⁰⁷

Em síntese, o ato de represália do U-507 afundou, em poucos dias, de 15 a 19 de agosto de 1942, cinco mercantes de cabotagem e um veleiro.¹³⁰⁸ Todos os jornais uruguaios, inclusive, o periódico herrerista, *El Debate*, conhecido crítico do Brasil, manifestaram solidariedade ao povo brasileiro; *El Pueblo* publicou um editorial intitulado “*Con Brasil*”; *El Día*, jornal batllista, por sua vez, publicou um editorial intitulado “*La adhesión al Brasil*”; *El Tiempo*, considerado porta-voz do governo, estampou um ato de solidariedade em sua edição de 18 de agosto.¹³⁰⁹ O diplomata belga em Montevidéu registrou que o torpedeamento de barcos brasileiros produziu grande comoção em Montevidéu.¹³¹⁰ Por meio de um decreto do Poder Executivo, fundamentando-se no pan-americanismo, o Uruguai declarou sua solidariedade com o governo brasileiro, assim, como autorizou o Ministério da Defesa Nacional a adotar medidas de defesa em comum com as autoridades militares do Brasil, pois não o consideraria como país beligerante.¹³¹¹

¹³⁰⁷ PINSKY, Jaime. O Brasil nas Relações Internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988; p. 345-346.

¹³⁰⁸ Navios Afundados em agosto de 1942: “Baependi”, “Araraquara”, “Aníbal Benévolo”, “Itagiba”, “Arara” e o veleiro “Jacira”. Em 13 de janeiro de 1943, um avião Consolidated Catalina (PBY-5) norte-americano avistou o U-507, bem ao largo da costa de Natal e o destruiu, utilizando cargas de profundidade e todos os tripulantes destes morreram (54).

¹³⁰⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 312, 20.08.1942. Afundamento de navios brasileiros. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³¹⁰ Telegrama n° 225, 23.10.1942. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, describe la difícil situación económica y piensa que la atención nacional está puesta más en el conflicto mundial que en las próximas elecciones. In: NAHUM, 1998; p.472.

¹³¹¹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 319, 28.08.1942. Reconhecimento do Brasil como “potência não beligerante” pelo Uruguai. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

Figura 37- Solidariedade uruguaia para com o Brasil.

EL TIEMPO

Montevideo, Martes 18 de Agosto de 1942

HABLA LUSARDO

América Respaldará Cualquier Actitud que Brasil Adopte UN ACTO INHUMANO

**A Uruguay
y Brasil todo
los Une**
☆
SOLIDARIDAD
☆

EN EL TRASCURSO de la entrevista que mantuvimos con el señor Embajador del Brasil, Dr. Don Batista Lusardo, el nombrado diplomático nos expresó que el hundimiento de las cinco naves ha de tener una enérgica y única réplica del gobierno de su país y una grave repercusión en toda América.

RESOLUCION TRASCENDENTAL

"Es una flagrante trasgresión de las más elementales normas humanas y a las reglas del Derecho Internacional, el hecho de que un submarino alemán torpedee y hunda buques en momentos que se dedicaban a transportar tropas entre dos puertos brasileños y por aguas jurisdiccionales.

Manifestó también el señor Embajador que tan pronto como el gobierno de su país adopte una resolución trascendental se verá como adquiere forma y se concreta la más amplia solidaridad entre todos los países americanos.

URUGUAY Y BRASIL UNIDOS

—Cualquiera sea la actitud que adoptara mi gobierno en defensa de sus legítimos derechos e intereses, estoy seguro que se verá respaldada y apoyada por una postura igual decretada por los demás gobiernos del continente.

—"El Uruguay — dijo — que



siente en estos instantes las pérdidas de dos de sus naves mercantes, los vapores Montevideo y Maldonado, comprenderá claramente frente al ataque de que ha sido objeto Brasil, que corre una suerte igual con el Brasil y los ahoga un mismo dolor.

El Embajador se refirió a los servicios que prestaban los buques hundidos que estaban afectados al transporte de tropas brasileñas desde el Sur de la nación hermana hasta Pernambuco, donde dijo que existían grandes concentraciones de efectivos y armamentos brasileños para la defensa nacional, y que por lo tanto el ataque referido del submarino a las naves debió haberse efectuado, dentro de las aguas jurisdiccionales.

Fonte: (El Tiempo, 18.08.1942).¹³¹²

¹³¹² El Tiempo, Montevideo, 18.08.1942. Habla Lusardo, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. no. 312, 20.08.1942. Afundamento de navios brasileiros. In: Ibid.

No mesmo mês, o navio mercante uruguaio “Maldonado” foi torpedeado por um submarino alemão, que levou a seu bordo como prisioneiro o comandante daquela nave, o capitão Mario Giambruno, irmão do ministro de Instrução Pública do Uruguai. Imediatamente, o governo uruguaio protestou ao governo do Reich através da legação da Suíça. Entretanto, as reações mais notórias vieram da própria sociedade. Em manifestações, diversos estabelecimentos de alemães foram danificados e, houve até mesmo a perseguição aos alemães residentes na capital uruguaia.¹³¹³ Em reunião com João Batista Lusardo, em 12 de agosto, Alberto Guani teria pensando em represálias mais duras ao ataque alemão e cogitou a detenção de residentes alemães para responder à prisão do capitão uruguaio, além de repressões de caráter econômico.¹³¹⁴ Nota-se, portanto, que o desenrolar do conflito cobrava uma posição mais clara dos países americanos e, nessa dinâmica, o pan-americanismo encabeçado pelos EUA ganhava espaço.

Observa-se, portanto, que as ações dos submarinos alemães se encarregaram de definir de uma vez por todas a política externa brasileira e uruguaia em face da guerra. As grandes manifestações nas maiores cidades brasileiras criaram um clima de união nacional contra a agressão do Eixo, abrangendo desde conservadores antifascistas até comunistas. Como reação, Getúlio autorizou Oswaldo Aranha, em 21 de agosto, a enviar notas em que se comunicava aos governos da Alemanha e da Itália que os atos de guerra praticados contra o Brasil criaram um estado de beligerância.¹³¹⁵ Com isso, ao lado dos Aliados, o Brasil cumpriria fornecer matéria-prima para material bélico aos Estados Unidos e ceder as bases militares referidas.¹³¹⁶ Paradoxalmente, a ditadura brasileira posicionou-se contrária aos regimes nazifascistas em defesa das democracias do Ocidente.

Ao formalizar o estado de beligerância contra o Eixo,¹³¹⁷ essa decisão separou o Brasil, politicamente, da Argentina, e a sequência dos acontecimentos inviabilizou qualquer tentativa com a finalidade de construir a união aduaneira e estendê-la aos países limítrofes na América do Sul.¹³¹⁸ Apesar das desconfianças mútuas, Vargas, como homem nascido e criado na fronteira da Argentina, compreendia claramente a necessidade de boa vizinhança, entendendo que o Brasil, embora aliado e amigo dos EUA, era a ela unido pela geografia e,

¹³¹³ Idem; Montevideú, of. nº 290, 11.08.1942. Torpedeamento do navio uruguaio “Maldonado”. In: Ibid.

¹³¹⁴ Idem; Montevideú, of. nº 297, 13.08.1942. Palestra com o Ministro Alberto Guani. In: Ibid.

¹³¹⁵ Reconhecimento de estado de beligerância em vez de declaração de guerra, em atenção à tradição do país de nunca declarar. In: FAUSTO, 2006; p.104.

¹³¹⁶ CERVO; 2015; p. 283-284.

¹³¹⁷ O Brasil declarou guerra ao Japão somente em 06 de junho de 1945 (Decreto-lei nº 18.811).

¹³¹⁸ BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul. 1870-2003.** Rio de Janeiro: Revan; 2003; p.203.

assim, os dois países estavam destinados a coexistir até o fim dos tempos. Por isso o embaixador Ramón J. Cárcano, representante do governo de Buenos Aires no Rio de Janeiro até 1937, tinha razão ao afirmar que, enquanto Vargas fosse presidente, o Brasil não tomaria qualquer atitude agressiva contra a Argentina.¹³¹⁹

No campo das Relações Internacionais, como defendeu Paulo Visentini, Vargas “inaugurou um novo estilo, o da barganha nacionalista a serviço de um projeto nacional de modernização econômica e político-institucional”. Não se tratava de “simpatias pelo nazismo”, pois, de maneira pragmática, a diplomacia brasileira visava tirar vantagens da concorrência entre norte-americanos e alemães, embora Vargas soubesse que, no limite, a escolha final seria pelos Estados Unidos. A declaração de neutralidade diante da guerra que eclodiu na Europa em setembro de 1939 fazia parte da diplomacia pragmática de Vargas.¹³²⁰ Em 1942, após romper relações com o Eixo, o Brasil consolidava sua aliança com os EUA, e por conseguinte, com os Aliados.

A posição brasileira em favor dos países aliados na II Guerra foi seguida no Rio da Prata pelo Uruguai e Paraguai, com ambos os países rompendo relações com o Eixo em 1942.¹³²¹ Por outro lado, a Argentina manteve sua neutralidade e sua reação anti-norte-americana. Evidenciou-se que a guerra acentuou os antagonismos políticos latentes no Cone Sul, pois esse cenário de nova correlação de forças entre Brasil e Argentina favoreceu o Uruguai, que desde 1942 estreitou as relações com o vizinho do norte.¹³²²

Conforme observou-se nas correspondências diplomáticas trocadas entre a embaixada brasileira em Montevideu e o governo brasileiro, o Brasil esperava uma ação mais assertiva do governo uruguaio após seu posicionamento perante a II Guerra Mundial. Após consultar as autoridades uruguaias, o embaixador brasileiro em Montevideu teve a impressão de que o Uruguai entraria na guerra ao lado do Brasil. Entretanto, ainda que o chanceler Guani tenha defendido essa postura por razões de solidariedade hemisférica, o presidente Baldomir recusou por entender que o povo uruguaio não estava psicologicamente preparado para uma declaração de guerra. Nos bastidores das declarações oficiais, a negativa presidencial estava

¹³¹⁹ Idem; p.211.

¹³²⁰ VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil II (1930-1964):** o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente. Petrópolis: Vozes, 2009; p.12.

¹³²¹ DORATIOTO, 2014; p. 119.

¹³²² ODDONE, Juan Antonio. **Vecinos en Discordia.** Argentina, Uruguay y la política hemisférica de los Estados Unidos. Selección de documentos. 1945-1955. Montevideo: El Galeón- UdelaR, 2004; p.16-17.

relacionada às inseguranças e às faltas de garantias oferecidas pelos EUA e pela Grã-Bretanha diante de uma eventual defesa das costas uruguaias.¹³²³

Em 22 de agosto, o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha informou ao embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, César Gutiérrez, da declaração do estado de beligerância com Alemanha e seus aliados, esperando ser acompanhado pelo país vizinho. Entretanto a posição uruguaia representou algo mais do que uma mera solidariedade, no entanto, não chegava à beligerância.¹³²⁴ Esse fato foi, portanto, uma grande frustração para o Brasil que esperava ser seguido pelo governo uruguaio.

Em telegrama de janeiro de 1943, o ministro britânico em Montevidéu, Ralph Skrine Stevenson, afirmou que a declaração brasileira de estado de beligerância serviu para enfatizar a ideia de defesa continental e do pan-americanismo como uma linha de política prática. Em apoio, o Uruguai emitiu um decreto declarando completa solidariedade com o Brasil, garantindo o tratamento de não beligerante e autorizando o Ministro da Defesa Nacional adotar, em cooperação com as autoridades militares brasileiras, as medidas de defesa necessárias para evitar possíveis agressões. Para Stevenson, o governo brasileiro tinha criado expectativas maiores. Segundo ele:

Hay razones para suponer que el Gobierno de Brasil esperaba algo más. El Embajador brasileño, luego de consultar con el Presidente de la República y el Ministro de Relaciones Exteriores el 18 de agosto, tuvo la definida impresión que si Brasil le declaraba la guerra a Alemania, Uruguay lo seguiría. El Gobierno, además, según lo que me dijo, sentía que tal paso sería ampliamente ventajoso para las Naciones Unidas, debido a (1) el efecto moral; (2) la situación geográfica y estratégica de Uruguay. El Dr. Guani, cuando lo vi al otro día, me dijo que por razones de solidaridad continental y de identidad de intereses políticos, Uruguay estaría moralmente obligado a seguir el liderazgo de Brasil. La decisión final del Gobierno uruguayo estaría, sin embargo, influenciada por la posibilidad o no de que los Estados Unidos y Gran Bretaña asistieran en la defensa de la costa uruguaya. Una semana después, el Presidente de la República en el curso de una conversación conmigo, me confió la información de que, en respuesta a un mensaje del Presidente Vargas respecto a las intenciones uruguayas, le había comunicado al embajador brasileño que desde su punto de vista el pueblo de Uruguay no estaba psicológicamente preparado para una declaración de guerra, que el momento de tal declaración llegaría indudablemente, pero que si se tomaba ahora iba a parecer “forzada y quijotesca”. La evaluación del Presidente, sentí, correcta. A pesar de la simpatía popular por Brasil, había, y todavía hay, un lastimoso monto de apatía respecto a los temas de defensa nacional.¹³²⁵

¹³²³ Idem; p.17.

¹³²⁴ DE LOS SANTOS, 2011; p. 16.

¹³²⁵ Telegrama n° 563, 01.01.1943. Ralph Skrine Stevenson, ministro de la Legación Británica, resume eventos del año 1942. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 274.

Nesse cenário, o Uruguai resistiu às propostas belicosas de Vargas, mas manteve seus compromissos amistosos com o Brasil para assegurá-lo como seu escudo protetor. Em conversas particulares com Lusardo, Guani demonstrou desapontamento com a decisão do presidente Baldomir em não declarar estado de beligerância. Até mesmo o embaixador dos EUA tentou sua cartada em persuadir o chanceler uruguaio para obter uma posição mais ativa do Uruguai, no entanto não obteve êxito. Apesar disso, o governo uruguaio declarou que “mesmo sem entrar na guerra, ostensivamente, o Uruguai daria ao Brasil tudo quanto podia para cooperar em tema de defesa”. Nesse sentido, o Inspetor Geral do Exército, general Marcelino Bergalli, foi enviado ao Rio de Janeiro para combinar com o Estado Maior do Brasil um serviço de vigilância e de defesa.¹³²⁶ Por esse motivo, logo após essa missão militar uruguaia no Brasil, que contou com visitas em Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis, Juiz de Fora, Resende e Recife, o Inspetor Geral do Exército uruguaio defendeu a aquisição de materiais bélicos do país vizinho, em especial munições.¹³²⁷

Segundo o diplomata britânico, a missão uruguaia retornou a Montevideu impressionada com a modernização das Forças Armadas brasileiras, em especial, com a nova escolar militar de Resende e pelas bases militares instaladas pelos EUA em Natal, Recife e Fernando de Noronha. Nessa ocasião, o governo brasileiro reforçou o pedido ao governo uruguaio que mantivesse a sua fronteira sob proteção e vigilância, pois do lado brasileiro isso já estava sendo feito. Para isso, os países firmaram acordos de cooperação militar para que as suas forças aéreas, por exemplo, realizassem conjuntamente patrulhas costeiras.¹³²⁸ Para Ralph Skrine Stevenson, essa missão militar uruguaia no Brasil representava uma estreita cooperação entre os países. Por outro lado, as relações entre Uruguai e Argentina eram marcadas por certo receio frente à neutralidade argentina.

O embaixador brasileiro em Montevideu, João Batista Lusardo, não escondeu a sua frustração em relação à posição uruguaia, pois:

Todos esperavam que a sua solidariedade conosco, tão apregoada, tantas vezes reafirmada, se manifestasse imediatamente, entrando na guerra ao nosso lado, como se a agressão fosse em seu próprio território. Infelizmente não se deu assim. O Uruguai, vanguardeiro de medidas extremas em todas as conferências pan-americanas, um dos mais entusiastas partidários, quando não autor ou iniciador de compromissos solenes, que deveriam entrar em ação nesta emergência, deteve-se

¹³²⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. reservado nº 325, 31.08.1942. A atitude do Uruguai em face da beligerância do Brasil. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³²⁷ Idem, Montevideu, of. nº 429, 23.11.1942. Missão militar uruguaia. Declarações do general Bergalli. In: Ofícios. Nov-Dez. 1942; AHI, RJ; 33/5/4.

¹³²⁸ Telegrama nº 563, 01.01.1943. Ralph Skrine Stevenson, ministro de la Legación Británica, resume eventos del año 1942. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 278.

numa solução média da não-beligerância e na autorização do artigo 2º do decreto baixado a 25 de agosto. A posição do Uruguai em face do Reich é mais grave do que a de qualquer outro país hispano-americano. Os submarinos alemães já torpedearam dois de seus navios mercantes e- mais um ato de guerra- aprisionaram um dos seus comandantes. Os seus protestos até agora esbarram em um silêncio desdenhoso do Reich.¹³²⁹

Esse desapontamento de Guani e Lusardo também reverberou na imprensa montevidiana. *El País*, órgão dos blancos independentes, publicou um artigo, em 26 de agosto, expressando a decepção da opinião pública uruguaia. Segundo o jornal, o cidadão uruguaio não se conformava com a declaração de não beligerância ao Brasil, pois desejava uma manifestação mais severa, uma colaboração mais estreita, uma participação mais ativa no conflito. Em suma, os orientais se sentiam diminuídos ao constatar que os brasileiros estavam em guerra, enquanto eles seguiam neutros.¹³³⁰

Figura 38- Missão militar uruguaia no Brasil, em 1942.



Fonte: (*El Diario* 20.11.1942).¹³³¹

¹³²⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 326, 31.08.1942. Mês político. Relatório n° 8. In: *Ofícios*. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³³⁰ Id., *Ibid*.

¹³³¹ *El Diario*, Montevideo, 20.11.1942, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 430, 23.11.1942. Missão militar uruguaia. Visita à embaixada do Brasil em Montevidéu. In: *Ofícios*. Nov-Dez. 1942; AHI, RJ; 33/5/4.

Como consequência da entrada do Brasil na guerra e para prevenir a entrada de elementos considerados “indesejáveis”, o Uruguai determinou às autoridades policiais intensificar a vigilância na fronteira. Para isso, as forças policiais contaram com o apoio do Exército uruguaio. Nesse assunto, o Comitê de Defesa Política da América, com sede em Montevidéu, vinha apontando publicamente como modelar a ação das forças policiais, principalmente, do Rio Grande do Sul, para controlar os movimentos e seguir os passos de todos os elementos que despertavam desconfianças. De toda forma, Lusardo não deixou de registrar sua crítica ao Uruguai, pois, segundo o embaixador brasileiro, o país já deveria ter instituído um serviço de vigilância nas fronteiras há muito tempo, sem esperar o alarme do “fantasma da invasão”.¹³³²

Para se proteger, o Uruguai precisava melhorar a sua infraestrutura. A imprensa uruguaia alertava da necessidade urgente do Uruguai se preparar para a defesa militar do país e cobrava ações do governo.¹³³³ Em 1942, o país platino era a única nação sul-americana que não dispunha de aeroporto comercial, nem de base com condições de aterrissagem capaz de receber aviões de guerra modernos. Apesar das expectativas para o Aeroporto Nacional de Carrasco, as obras ainda sequer tinham sido iniciadas.¹³³⁴

Desde abril de 1942, Décio Coimbra, encarregado de negócios da embaixada brasileira em Montevidéu, tinha alertado o chanceler Oswaldo Aranha que as autoridades uruguaias não tinham agido, até então, para impedir a infiltração de agentes estrangeiros. As suas fronteiras, fosse do lado brasileiro ou do lado argentino, estavam sem vigilância, e isso facilitava o trânsito de refugiados, agentes nazistas e comunistas. Por isso, dois altos funcionários uruguaio visitaram Porto Alegre para estudar a organização policial do Rio Grande do Sul. A partir disso, inspirando-se no exemplo brasileiro, o governo uruguaio projetou uma série de providências para enfrentar os chamados inimigos nacionais.¹³³⁵ Do outro lado do Rio da Prata, na Argentina, segundo o jornal riverista *El Diario*, indivíduos declaradamente pró-nazis atuavam nas esferas administrativas e no próprio seio do exército.¹³³⁶

¹³³² LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 327, 31.08.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 8. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³³³ Idem, Montevidéu, of. n° 256, 23.07.1942. Intercâmbio comercial Brasil-Uruguai. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³³⁴ Idem, Montevidéu, of. n° 115, 30.04.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 4. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³³⁵ COIMBRA para ARANHA, Montevidéu, of. n° 114, 30.04.1942. Mês político. Relatório n° 4. In: Ibid.

¹³³⁶ Idem, Montevidéu, of. n° 156, 22.05.1942. A posição do Uruguai e da Argentina em face da situação mundial. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

Nesse cenário, a vizinhança com uma Argentina dominada por “neutralistas”, mas que eram tidos por muitos como pró-nazistas, contribuiu decisivamente para a consolidação da aproximação do Uruguai com Brasil e EUA. Desde 1942, o Departamento de Estado marcou presença de forma mais ativa no Prata, uma área estratégica.¹³³⁷ Não por acaso, a proposta norte-americana de assumir a conclusão das obras hidroelétricas da represa do Rio Negro, interrompidas desde o início da guerra, foi recebida em Montevidéu como um oportuno gesto de apoio. Por trás dessa proposta, o governo de Washington estava interessado na instalação de bases militares no país destinadas à defesa ante um ataque extracontinental, mas também para vigilância do território argentino.¹³³⁸ A mudança do embaixador argentino em Montevidéu foi reflexo disso. Em 19 de fevereiro, Carlos Quintana apresentou suas credenciais ao presidente uruguaio como novo embaixador argentino na capital uruguaia, sucedendo Roberto Levillier.¹³³⁹

Boa parte da imprensa uruguaia criticou constantemente a posição isolacionista da Argentina. Segundo o jornal *El Diario*:

*Como se ve, difícilmente puede pedirse nada más eufemístico, ni anfíbológico, para excusar el hecho, que todo el continente no ha podido menos de lamentar, de que la Argentina haya querido señalar su actuación en la trascendental emergencia planteada, por una actitud excepcional, a través de la cual, a duras penas logra ocultarse el hecho de que la solidaridad argentina con la causa de la civilización y de la democracia es, a diferencia de lo que afortunadamente ocurre, por ejemplo, con países como el nuestro, reticente y tibia.*¹³⁴⁰

¹³³⁷ ODDONE, 2004; p.17.

¹³³⁸ Idem; p.18.

¹³³⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. nº 45, 24.02.1942. Novo embaixador da República Argentina. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁴⁰ *El Diario*, Montevidéu, 29.05.1942. *La política internacional argentina*, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. nº 172, 05.06.1942. Mensagem do vice-presidente da Argentina na imprensa uruguaia. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

Figura 39- Chanceler Guani em reunião com o embaixador brasileiro, Lusardo.



Fonte: (*El Diario*, 23.08.1942).¹³⁴¹

Essas relações com os EUA chamaram a atenção do diplomata britânico que destacava que o fluxo de missões culturais e comerciais norte-americanas no Uruguai era

¹³⁴¹ *El Diario*, Montevideo, 23.08.1942, *El Uruguay estima que todo el continente debe estar junto al Brasil en esta hora de prueba para América*, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. reservado nº 325, 31.08.1942. A atitude do Uruguai em face da beligerância do Brasil. In: *Ofícios*. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

cada vez maior. Oficiais navais e militares, pilotos, jornalistas, professores e estudantes uruguaios recebiam convites ou bolsas de estudos para visitar os Estados Unidos.¹³⁴² Nesse período, uma das negociações que ganhou maior destaque entre os países foi o empréstimo para a concretização do plano hidroelétrico do Rio Negro. Em maio, três oficiais uruguaios (um da infantaria, um da engenharia e um da aeronáutica) seguiram para Washington com o objetivo de se aperfeiçoarem nos centros militares norte-americanos.¹³⁴³ Em reação, o Partido Nacional se opôs ferrenhamente a essa aproximação político-militar. Mesmo com o avanço dos Aliados no *front*, o herrerismo continuava irredutível partidário da neutralidade. Entretanto tratava-se de uma neutralidade a seu modo combatendo os EUA como estado imperialista que, a seu ver, valia tanto quanto o imperialismo nipônico.¹³⁴⁴

Figura 40- Getúlio Vargas e João Batista Lusardo em Uruguai na década de 1940.



Fonte: (LUSARDO, 1983; p. 659).

¹³⁴² Telegrama nº 563, 01.01.1943. Ralph Skrine Stevenson, ministro de la Legación Británica, resume eventos del año 1942. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VIII: 1938-1943.** Montevideo, UdelaR; 1999; p. 276-277.

¹³⁴³ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. nº 163, 30.05.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 5. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁴⁴ Idem, Montevideu, of. nº 139, 20.05.1942. Defesa da política pan-americana. In: Ibid.

Essa aproximação com os EUA também era notada pelo diplomata belga. Joseph de Neef destacou que a ameaça de um perigo comum entre países com frágeis forças militares estreitou as relações entre os países americanos. Cabe ressaltar que o simples fato de os países se encontrarem com maior frequência em foros pan-americanos possibilitou esse estreitamento das relações. Exemplo disso foi a elevação de certas legações ao grau de embaixadas, como as do México e Chile no Uruguai.¹³⁴⁵ Contudo é importante ressaltar que o alinhamento uruguaio com os EUA, a exemplo do que ocorrera no Brasil, causou tensões no interior do governo Baldomir e pôs fim à coalizão nascida com o golpe de Terra em 1933. Luís Alberto de Herrera, estigmatizado como pró-Eixo por defender a neutralidade uruguaia na guerra, foi para a oposição. Nesse cenário político conturbado, com a justificativa de levar adiante a reforma constitucional que estava parada por conta dos impasses políticos, o presidente colorado Baldomir dissolveu o Parlamento em 21 de fevereiro de 1942, instalou em seu lugar um Conselho de Estado e convocou eleições nacionais.¹³⁴⁶ Em outras palavras, utilizando-se de certas aparências legais, preparou um golpe político que ficou conhecido na historiografia uruguaia como *el golpe bueno*.

4.1.2. “*El golpe bueno*” uruguaio e seus efeitos

Em fevereiro de 1942, a política interna do Uruguai foi marcada por um golpe político liderado pelo presidente Alfredo Baldomir. Como resposta aos impasses e obstáculos impostos pelo partido nacionalista herrerista, que representava 50% do Parlamento, Baldomir, em intensas negociações políticas, dissolveu o Parlamento e criou o Conselho de Estado, órgão que teria funções legislativas. Entretanto as medidas adotadas pelo presidente geraram incertezas em relação às eleições presidenciais previstas para novembro daquele ano. De toda forma, cabe destacar que *el golpe bueno* teve efeitos notórios na condução da política externa uruguaia. Nas palavras de Joseph de Neef: “*la eliminación del único partido que sistemáticamente ponía obstáculos a la política exterior del Gobierno no puede más que beneficiar la causa de los Aliados*”.¹³⁴⁷

¹³⁴⁵ Telegrama nº 225, 23.10.1942. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, describe la difícil situación económica y piensa que la atención nacional está puesta más en el conflicto mundial que en las próximas elecciones. In: NAHUM, 1998; p.471-472.

¹³⁴⁶ FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Ivette. **Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)**, Montevideo, EdBOU, 1987, p. 110-126.

¹³⁴⁷ Telegrama nº 223, 26.02.1942. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta del Golpe de Estado del Presidente de la República, Alfredo Baldomir, y opina sobre el mismo. In: NAHUM, 1998; p.467-469.

O golpe orquestrado por Baldomir estendeu seu mandato até 1943. Para combater as obstruções da oposição herrerista, que se intensificava desde a renúncia dos ministros Juan José de Arteaga, Abalcazar García e Gervasio Posadas Belgrano,¹³⁴⁸ o governo fechou o Parlamento. Segundo Lusardo, não houve decreto de clausura do Parlamento, mas os parlamentares estavam impedidos de entrar no Palácio Legislativo. Além disso, a polícia cercou o edifício e criou uma rede de vigilância às propriedades e residências dos parlamentares herreristas, em especial, Luís Alberto de Herrera.¹³⁴⁹ O Ministro da Defesa Nacional, general Julio Roletti, e o Chefe do Estado Maior do Exército, general Pedro Sico, renunciaram aos seus respectivos cargos.¹³⁵⁰ Com a demissão de Julio Roletti e Pedro Sico, o Inspetor Geral do Exército, Marcelino Bergalli, homem de confiança de Baldomir, assumiu o comando das Forças Armadas do Uruguai.¹³⁵¹

Nas palavras do embaixador brasileiro:

O golpe de Estado desferido na madrugada do dia 21 de fevereiro foi de uma simplicidade absoluta, quase incrível: o Poder Executivo limitou-se a fechar o edifício do Poder Legislativo pela polícia e a distribuir, por um melhor policiamento das ruas, praças e logradouros públicos, uma severa rede de vigilância nas pessoas dos partidários do Doutor Herrera e nos elementos extremistas que poderiam valer-se da situação para a prática de atentados, etc. Não houve decreto de dissolução do Poder Legislativo e os parlamentares continuam a receber os seus subsídios. Os partidos, que antes se recusaram a colaborar na Junta de Governo ou, como se deu em chamar agora, no “Conselho de Estado” que o Presidente Baldomir pensa estabelecer, já modificam pouco a pouco o seu ponto de vista: a fração batllista do Partido Colorado já notificou ao Presidente que aceita colaborar no referido organismo. O Nacionalismo Independente, fração do Partido Nacional contrária a do Doutor Luís Alberto de Herrera, vê com grandes simpatias a derrocada do seu inimigo tradicional e, conseqüentemente, o desaparecimento do Senado chamado “médio a médio”, de expressão antidemocrática, onde o Doutor Herrera pontificava e se opunha, com enorme soma de poder, à obra administrativa.¹³⁵²

Lusardo considerava inteligente o golpe de Estado liderado pelo presidente uruguaio, pois, ao fortalecer o Executivo, robustecia o seu próprio partido político que se digladiava por conta das eleições. Além disso, sem as obstruções dos herreristas, a reforma da Constituição seria levada adiante. Por isso, o golpe de 1942 ficou conhecido na

¹³⁴⁸ Arteaga, García e Belgrano eram herreristas e se demitiram do governo baldomirista. E mesmo tendo renunciado, os cargos de ministros, segundo a Constituição de 1934, deveriam ser ocupados por membros do Partido Nacional (herreristas). No entanto, o presidente Baldomir aproveitou aquela situação para nomear ministros colorados, o que agravou a crise política.

¹³⁴⁹ Alguns de seus correligionários diziam que Herrera partiria para território argentino, onde solicitaria asilo político, caso necessário.

¹³⁵⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 48, 27.02.1942. Situações políticas internas do Uruguai. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁵¹ Id, Montevideú, of. nº 56, 28.02.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório nº 2. In: Ibid.

¹³⁵² Idem, Montevideú, of. no. 54, 28.02.1942. Mês político. Relatório nº 2. In: Ibid.

historiografia como “*el golpe bueno*”, de modo a contrastar com “*el golpe malo*” de Terra em 1933. Seu regime de exceção respeitou os direitos humanos e foi breve, durando até 1º de março de 1943. Nesse quadro, o maior vitorioso foi o Partido Colorado e, nele, a corrente do batllismo neto, enquanto o grande derrotado foi o herrerismo e, no plano econômico, significou a vitória dos defensores do modelo industrial de substituição de importações com proteção estatal.¹³⁵³

Para os diplomatas brasileiros, o golpe de estado uruguaio revestiu-se de roupagens legais com a criação do Conselho de Estado para funcionar como órgão auxiliar do Executivo e opinar em matéria legislativa. No entanto, cabe lembrar que o seu decreto de criação lhe assegurava funções meramente consultivas. Nesse novo quadro político, a primeira medida do presidente Baldomir, depois de recompor a Corte Eleitoral, foi submeter ao Conselho um decreto-lei instituindo a reforma da Constituição nos termos aprovados pela Junta Consultiva dos partidos e, oportunamente, apresentada pelos dois quintos dos legisladores à Assembleia Geral. A segunda tarefa atribuída ao Conselho foi a determinação da data das eleições presidenciais. Batllistas e baldomiristas defendiam eleições em novembro e a posse do novo presidente em março de 1943,¹³⁵⁴ porém todos os demais partidos defendiam eleições a curto prazo. Após muitos embates, o Conselho de Estado definiu o último domingo de novembro, dia 29, para as eleições de presidente, vice-presidente, senadores, deputados e de autoridades municipais.¹³⁵⁵

Apesar das incertezas da política interna em relação às eleições, as atenções dos uruguaios estavam voltadas para a guerra porque o conflito mundial afetava diretamente a economia do país com desemprego, aumento do custo de vida e a escassez de determinados produtos. O diplomata belga em Montevidéu descreveu que:

[...] se realiza la nueva esquila de la lana y más de la mitad de la producción de la zafra anterior, que representa a grosso modo veinte millones de pesos, se encuentra aún en el mercado. Una misión comercial viajó a los Estados Unidos para negociar la venta de ese saldo. Por otro lado, la exportación de los productos del país está trabada por la escasez de fletes. La flota mercante uruguaya, que sólo comprendía algunas unidades, se ha vista reducida aún por el torpedeo de dos barcos y el sabotaje del otro, el ‘Tacoma’, internado en el puerto de Montevideo desde el caso del Graf Spee. La falta de ciertos productos, tales como el hierro para las construcciones y el racionamiento del combustible provocan

¹³⁵³ DORATIOTO, 2020; p.293.

¹³⁵⁴ COIMBRA para ARANHA, Montevidéu, of. n° 81, 01.04.1942. Mês político. Relatório n° 3. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁵⁵ Idem, Montevidéu, of. n° 114, 30.04.1942. Mês político. Relatório n° 4. In: Ibid.

*desempleo. El costo creciente de la vida causa ya mucho malestar y sufrimiento.*¹³⁵⁶

Um dos graves efeitos da guerra no Uruguai foi a crise de abastecimento de combustíveis e com os conflitos intensificados no Atlântico, tornou-se difícil a passagem de barcos-petroleiros.¹³⁵⁷ Em abril de 1942, o Uruguai enfrentou sérias dificuldades para se abastecer de vários produtos e materiais indispensáveis como os combustíveis, o ferro para construção, o carvão, a borracha, a madeira, o papel para os jornais e o açúcar. O engenheiro Hugo Suraco Cantera, presidente da Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileira e presidente da Comissão de Abastecimentos, viajou para o Brasil a fim de firmar acordos com os industriais brasileiros para a aquisição do açúcar e levou, também, a incumbência de obter algum fornecimento de carvão, borracha e papel.¹³⁵⁸

A paralização das exportações, por falta de transportes, imobilizou grandes somas, esgotando os recursos de muitas firmas. Os armazéns e depósitos do porto de Montevidéo continuavam abarrotados de mercadorias que esperavam transportes para serem exportadas. Segundo o relatório da embaixada brasileira de maio, encaminhado para o chanceler brasileiro, a balança comercial do 1º trimestre daquele ano tinha sido desfavorável. As importações elevaram-se a 16.088.592 dólares e as exportações a 14.939.606 dólares, registrando-se um déficit de 1.148.986 dólares. Os principais mercados da exportação uruguaia eram: Estados Unidos com 6.862.873 dólares; Grã-Bretanha com 3.973.081; Suécia com 2.294.182, Brasil com 810.071; França com 279.805 e Argentina com 210.062. As importações, por sua vez, continuaram a crescer e as procedentes dos EUA atingiram 7 milhões de dólares, vindo em seguida as do Brasil com 3.160.503 dólares.¹³⁵⁹ Nos anos seguintes, a situação econômica do país não mudaria significativamente, como pode ser observado na tabela abaixo.

¹³⁵⁶ Telegrama nº 225, 23.10.1942. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, describe la difícil situación económica y piensa que la atención nacional está puesta más en el conflicto mundial que en las próximas elecciones. In: NAHUM, 1998; p.471-472.

¹³⁵⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevidéo, of. nº 57, 28.02.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. nº.2. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹³⁵⁸ COIMBRA para ARANHA, Montevidéo, of. nº 116, 30.04.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório nº 4. In: Ibid.

¹³⁵⁹ Idem, Montevidéo, of. nº 162, 30.05.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório nº 5. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

Tabela 12- Balança comercial do Uruguai, 1940-1946.

Balança comercial do Uruguai, 1940-1946 (em milhões de dólares).			
Ano	Exportações	Importações	Saldo
1940	66,4	54,9	11,5
1941	70,8	63,1	7,7
1942	57,8	63,7	-5,9
1943	100,0	63,8	36,2
1944	97,5	72,5	25,1
1945	122,0	114,8	7,3
1946	152,8	167,0	-14,2

Fonte: (NAHUM, 2011, p. 178.)¹³⁶⁰

Enquanto isso, na fronteira com o Brasil, em 15 de maio, foi lançada a pedra fundamental do Parque Internacional Rivera-Livramento, que contou com a presença do ministro Paulo Colho de Almeida e do general Julio Roletti. Esse ato gerou a realização de muitas festas de confraternização uruguaio-brasileira, em que se associaram as autoridades e a população das duas cidades lindeiras.¹³⁶¹ No campo das comunicações, a assinatura do convênio brasileiro-uruguaio, que rebaixava as tarifas telegráficas vigentes, também foi digno de comemorações.

Em entrevista para o *La Mañana*, em 2 de junho, João Batista Lusardo destacou como um grande avanço o acordo ferroviário assinado entre Brasil e Uruguai. Essa negociação garantiria a construção de ferrovias que ligavam São Paulo a Montevideu e seria a empresa brasileira Brazilian Viação Férrea do Rio Grande do Sul a responsável pelo serviço. Segundo as estimativas, em 80 horas esse percurso poderia ser realizado. A rota mais curta escolhida compreendia um total de 2.678 km, dos quais 567 km estavam em território uruguaio até a estação Rivera. O resto da via cruzava todo o estado do Rio Grande do Sul, a parte mais estreita de Santa Catarina e Paraná para adentrar no estado de São Paulo até a sua capital. Dessa localidade até o Rio de Janeiro havia várias linhas diárias, o que evidenciava ainda mais a importância da obra. Com isso, como enfatizou o embaixador

¹³⁶⁰ Apud. In: NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay**. Tomo II: 1903-2010. Montevideo: EDBOU, 2011; p. 178.

¹³⁶¹ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. n° 161, 30.05.1942. Mês político. Relatório n° 5. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

brasileiro, solucionaria um sério problema de comunicações diretas entre os países, que até então eram muito escassas.¹³⁶² Meses depois, em 5 de agosto, foi inaugurada a linha aérea entre Porto Alegre e Montevidéu da Empresa de Viação Aérea Riograndense (Varig).¹³⁶³ Com essa linha, Montevidéu ficou ligada a todo o sistema aéreo do Brasil e da região oriental da América do Sul.¹³⁶⁴ Nota-se, que era uma medida que contribuiria significativamente para o estreitamento das relações comerciais.

Nesse período, as trocas comerciais do Uruguai com o Brasil aumentaram substancialmente. O embaixador brasileiro destacou que as importações uruguaias do Brasil nos cinco primeiros meses de 1942 tinham triplicado em relação a 1941. Segundo o Boletim Informativo do Ministério da Fazenda, o Uruguai tinha comprado do Brasil 1.392.283 dólares em 1940, 1.623.160 dólares em 1941 e 5.011.272, apenas, nos primeiros meses de 1942.¹³⁶⁵ Os bovinos continuavam sendo o principal artigo de exportação do Uruguai para o Brasil.¹³⁶⁶

No Uruguai, após um longo período de queda, as exportações pouco a pouco começavam a crescer, em consequência da intensa demanda por produtos pastoris tão necessários para a Grã-Bretanha e para os Estados Unidos.¹³⁶⁷ Pela primeira vez na história das relações comerciais do Uruguai, os EUA superaram a Inglaterra nas importações de produtos uruguaios. Os principais produtos obtidos pelos EUA eram lãs naturais, semi-lavadas e lavadas, produtos pecuários e produtos agrícolas.¹³⁶⁸ Por esse motivo, em julho, os países formalizaram esse estreitamento das relações econômicas por meio de um Tratado de Comércio.¹³⁶⁹ No entanto, a escassez de determinadas matérias-primas e de artigos manufaturados como medicamentos, açúcar, gasolina e querosene continuou preocupando o governo uruguaio. Além disso, o preço da carne não parava de subir.¹³⁷⁰

Em julho, o Uruguai recebeu o material bélico dos EUA. Segundo as informações divulgadas pela imprensa montevideana, o governo uruguaio recebeu seis hidroaviões

¹³⁶² *La Mañana*, Montevidéu, 02.06.1942. *El embajador Lusardo describe la situación interna de Brasil y su posición ante la guerra, anexo a LUSARDO para ARANHA*, Montevidéu, of. n° 185, 09.06.1942. Regresso do senhor Embaixador Baptista Lusardo. In: *Ofícios*. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁶³ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. no. 287, 07.08.1942. Inauguração da linha aérea Porto Alegre-Montevidéu. In: *Ibid*.

¹³⁶⁴ *Idem*, Montevidéu, of. n° 328, 31.08.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 8. In: *Ibid*.

¹³⁶⁵ *Idem*, Montevidéu, of. n° 249, 21.07.1942. O comércio exterior do Uruguai. In: *Ibid*.

¹³⁶⁶ *Idem*, Montevidéu, of. n° 263, 29.07.1942. Intercâmbio Brasil-Uruguai. In: *Ibid*.

¹³⁶⁷ *Idem*, Montevidéu, of. n° 212, 30.06.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 6. In: *Ibid*.

¹³⁶⁸ *Idem*, Montevidéu, of. n° 249, 21.07.1942. O comércio exterior do Uruguai. In: *Ibid*.

¹³⁶⁹ *Idem*, Montevidéu, of. n° 270, 31.07.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 7. In: *Ibid*.

¹³⁷⁰ *Idem*, Montevidéu, of. no. 328, 31.08.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 8. In: *Ofícios*. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

Sikorsky, quatro aviões Curtiss de caça e bombardeio, 24 motocicletas blindadas e grande número de metralhadoras, bombas e material de paraquedistas.¹³⁷¹ Apesar das aquisições, o embaixador brasileiro chamava a atenção que a situação militar do Uruguai continuava precária, principalmente, por falta de serviço militar, que até então não tinha sido instituído no país.¹³⁷² Meses depois, a campanha de recrutamento militar foi um fracasso e o Uruguai não conseguiu ampliar o seu contingente militar.¹³⁷³

Figura 41- Inauguração da linha aérea entre Porto Alegre e Montevidéu.



Fonte: (*La Mañana*, 06.08.1942).¹³⁷⁴

¹³⁷¹ Idem, Montevidéu, of. n° 250, 21.07.1942. Armamentos e aviões recebidos pelo Uruguai. In: Ibid.

¹³⁷² Idem, Montevidéu, of. n° 269, 31.07.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹³⁷³ Idem, Montevidéu, of. n° 358, 30.09.1942. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 9. In: Ibid.

¹³⁷⁴ *La Mañana*, Montevideo, 06.08.1942, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 287, 07.08.1942. Inauguração da linha aérea Porto Alegre-Montevidéu. In: Ibid.

Com o objetivo de diminuir os efeitos da crise econômica, o governo uruguaio criou um programa de obras públicas no valor de 33.000.00 pesos para a construção de novas estradas de rodagem, um pequeno trecho de ferrovia, o aeroporto de Carrasco, edifícios públicos, escolas etc. Com isso, os operários de fábricas afetados pela falta de matérias-primas e de combustíveis seriam empregados.¹³⁷⁵ Entretanto, em outubro, a crise de abastecimento no Uruguai se acentuou com a escassez de produtos de primeira necessidade como combustíveis em geral, principalmente, gasolina e querosene.¹³⁷⁶

Enquanto isso, o cenário político uruguaio era marcado pelas disputas políticas internas. Lusardo destacou que o maior destaque observado era o esforço dos dirigentes dos partidos políticos tradicionais para concentrar forças, coordenar as correntes divergentes e favorecer a unificação de suas agremiações.¹³⁷⁷ O Partido Colorado, que estava no governo, tinha muitas dificuldades para pensar em uma fórmula única e as eleições no horizonte poderiam trazer mudanças significativas. Em função disso, Juan José de Amézaga vinha conquistando o apoio do presidente Baldomir para sucedê-lo.¹³⁷⁸ Somente em setembro, as candidaturas presidenciais foram oficializadas. O governo baldomirista, apoiado pelos batllistas, lançou a chapa Amézaga-Guani. Naquele contexto de guerra, a política externa foi tema crucial da política interna dos países da região, tanto que o governo cogitou a possibilidade de, por meio de uma emenda à Constituição, manter Guani à frente da chancelaria uruguaia, caso se elegesse.¹³⁷⁹ A maior novidade das eleições presidenciais, entretanto, foi o plebiscito sobre a reforma constitucional, em que o eleitorado uruguaio responderia “sim” ou “não” para a nova Carta Magna.¹³⁸⁰

Dias após as comemorações da data patriótica brasileira, em 15 de setembro, Gabriel Terra, ex-presidente e ditador uruguaio, faleceu em decorrência de um ataque cerebral. Lusardo o considerou um “fervoroso e sincero amigo do Brasil”. A morte de Terra teve um peso simbólico, pois as heranças políticas do terrismo, por meio do baldomirismo, também estavam sendo enterradas. O tempo de bom entendimento com o herrerismo, por

¹³⁷⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 270, 31.07.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 7. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁷⁶ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. n° 396, 31.10.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 10. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³⁷⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 211, 30.06.1942. Mês político. Relatório n° 6. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁷⁸ Idem, Montevideu, of. n° 271, 31.07.1942. Mês político. Relatório n° 7. In: Ibid.

¹³⁷⁹ Idem, Montevideu, of. n° 357, 30.09.1942. Mês político. Relatório n° 9. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³⁸⁰ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. n° 384, 22.10.1942. As futuras eleições no Uruguai. In: Ibid.

exemplo, era levado junto da memória do ex-presidente, mais lembrado como ditador. Nessa conjuntura, as eleições presidenciais que contavam com forte atuação dos batllistas e dos nacionalistas independentes, ferrenhos opositores e vítimas do regime terrista, anunciavam mudanças profundas na política interna uruguaia.¹³⁸¹ Em fins de outubro, Décio Coimbra, encarregado de negócios do Brasil no Uruguai, comunicou ao governo brasileiro de uma provável vitória eleitoral da chapa Amézaga-Guani.¹³⁸²

Figura 42- 7 de setembro de 1942 com a presença do presidente Baldomir.



Fonte: (*La Razón*, 07.09.1942).¹³⁸³

Nesse mesmo mês, realizou-se no Uruguai a Reunião Regional de Rivera, que contou com a presença dos membros do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente e de representantes da Argentina, Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai.

¹³⁸¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 351, 17.09.1942. Falecimento do Doutor Gabriel Terra. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³⁸² COIMBRA para ARANHA, Montevideú, of. n° 393, 31.10.1942. Mês político. Relatório n° 10. In: Ibid.

¹³⁸³ *La Razón*, Montevideo, 07.09.1942. In: Ibid.

O tema central dessa conferência foi a circulação clandestina de pessoas nas fronteiras.¹³⁸⁴ Medidas de segurança mais duras eram necessárias e cobradas.

No campo econômico, o ano terminou com um aumento significativo da dívida pública e do custo de vida do Uruguai. O desenvolvimento da guerra mostrou as fragilidades da economia uruguaia dependente quase que exclusivamente da pecuária, tendo a necessidade de estimular outras fontes de riqueza, como a agricultura.¹³⁸⁵ Nesse quadro, o novo presidente uruguaio teria pela frente não apenas os desafios do conturbado cenário internacional, mas enfrentaria também grandes obstáculos na política e economia de seu país.

Por fim, como registrou o embaixador brasileiro em seu último relatório de 1942, tanto os uruguaios quanto os brasileiros depositaram toda confiança, esperança, otimismo e, sobretudo, tranquilidade interna e dias melhores para o mundo no novo ano que estava prestes a começar.¹³⁸⁶ Essa esperança começou a ser concretizada no Uruguai a partir de fevereiro de 1943, quando foi criada, por meio de decreto, a Faculdade de Humanidades para o estudo superior de filosofia, letras, história e pedagogia e a formação de professores do ensino secundário e normal.¹³⁸⁷ Aquele contexto político internacional, marcado pelas contradições políticas entre democracias e ditaduras, demandava maiores reflexões no campo das ciências humanas.

4.2. 1943-1944: as convulsões políticas no Prata em meio à guerra

O progresso da guerra revelou as ambiguidades da política regional, pois, para muitos, o conflito mundial consistia na luta pelas democracias e contra regimes totalitários. Nesse contexto, golpes políticos e rupturas institucionais passaram a ser questionados e não reconhecidos pelos países americanos. Por outro lado, não foi o Uruguai, em transição democrática, que declarou guerra contra os regimes nazifascistas, e sim, a ditadura brasileira. Essa participação do Brasil no conflito, todavia, expôs as contradições do Estado Novo varguista e contribuiu para processo de redemocratização no Uruguai.

¹³⁸⁴ COIMBRA para ARANHA, Montevideú, of. n° 385, 23.10.1942. Ata final da Reunião regional de Rivera. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³⁸⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 515, 31.12.1942. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 12. Ofícios. Nov-Dez. 1942; AHI, RJ; 33/5/4.

¹³⁸⁶ Idem, Montevideú, of. n° 516, 31.12.1942. Mês político. Relatório n° 12. In: Ibid.

¹³⁸⁷ Idem, Montevideú, of. n° 121, 19.02.1943. Criação da Faculdade de Humanidades. In: Ibid.

No Uruguai, as eleições de 1942 trouxeram profundas reconfigurações na política interna, uma vez que o setor herrerista do Partido Nacional rompeu oficialmente com o governo e o batllismo, desde 1933 ferrenho opositor do terrismo e de seus respectivos governos alinhou-se novamente ao Partido Colorado, unindo forças à chapa encabeçada por Amézaga-Guani. Com a vitória da chapa, o setor batllista recuperou sua posição hegemônica no partido e na política nacional, que perduraria nas décadas seguintes. Quanto à política externa, os batllistas nunca tinham escondido suas simpatias com os países Aliados. Um elemento que merece ser destacado nessas eleições de novembro foi o enfraquecimento do Partido Nacional, liderado pelo setor herrerista.

A reforma constitucional comprovou a derrota herrerista. Nesse quadro, os batllistas e os baldomiristas esforçaram-se para atrair para o seu lado os partidos menores, como o dos blancos independentes, o dos comunistas e outros. Os blanco-acevedistas formaram um núcleo central de oposição e exerciam a sua força de atração sobre os riveristas, maninistas, charlonistas e católicos.¹³⁸⁸ Ao final de agosto, Baldomir confirmou a sua escolha em Amézaga como seu sucessor. O presidente o escolheu por considerá-lo capaz de manter a sua diretriz governamental e por ser um elemento neutro do Partido Colorado, mas de renome aceitável entre os diferentes grupos internos.¹³⁸⁹

Assim, nas eleições de 29 de novembro, o Partido Colorado, englobando todas as correntes, levou às urnas 284.132 votos contra 110.440 do Partido Nacional, herrerista, e 54.775 dos blancos independentes. A União Cívica, partido católico, obteve 21.873 votos; os comunistas 12.996 e os socialistas 8.228. A chapa oficial Amézaga-Guani obteve uma maioria esmagadora de 202.472 votos contra 64.946 votos da chapa Blanco Acevedo-Vilaró Rubio e apenas 16.031 da chapa Lagarmilla-Oneto y Viana. Na prática, os batllistas saíram vitoriosos com uma votação alta de 148.664 votos somados aos 53.808 votos dos baldomiristas. Isto é, o resultado das eleições assegurou o batllismo como o grupo político hegemônico do Partido Colorado nos anos seguintes.¹³⁹⁰ Além disso, a reforma constitucional foi aprovada com grande margem de votos. Com isso, uma nova Constituição foi apresentada ao Uruguai através do retorno dos batllistas ao poder com o presidente Juan

¹³⁸⁸ COIMBRA para ARANHA, Montevideu, of. n° 161, 30.05.1942. Mês político. Relatório n° 5. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹³⁸⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 326, 31.08.1942. Mês político. Relatório n° 8. In: Ofícios. Ago-Out. 1942; AHI, RJ; 33/5/3.

¹³⁹⁰ Idem, Montevideu, of. n° 445, 30.11.1942. Mês político. Relatório n° 11. Ofícios. Nov-Dez. 1942; AHI, RJ; 33/5/4.

José de Amézaga.¹³⁹¹ Os batllistas ganharam a maioria tanto na Câmara, com 37 deputados, quanto no Senado, com 10 senadores.¹³⁹²

Lusardo apresentou o novo presidente uruguaio ao chanceler brasileiro da seguinte maneira:

Jurista consagrado é tido como um temperamento conciliador, propenso às transações políticas desde que tenham um aspecto honroso, dedicado à causa pública e profundamente interessado por certos aspectos do desenvolvimento social do país.¹³⁹³

Na realidade, o ambiente político das eleições uruguaias que consagrou Amézaga como presidente possibilitou uma política de conciliação nas fileiras do Partido Colorado para enfrentar a oposição dos herreristas, internamente, e os desafios externos, em nível regional e internacional, provocados pela II Guerra Mundial.

4.2.1. O governo Amézaga e o alinhamento brasileiro

Logo após o resultado das eleições, Baldomir e o presidente eleito, Juan José de Amézaga, emitiram um discurso, via rádio, destacando o significado democrático daquele pleito e, conseqüentemente, a solidariedade uruguaia ao panamericanismo e a sua fidelidade aos acordos aprovados na Conferência do Rio de Janeiro.¹³⁹⁴ Apesar disso, como apontou Ana María Ayçaguer, o maior desafio da diplomacia uruguaia e do novo governo uruguaio (1943-1947) seria lidar com as tensas relações entre Argentina e Estados Unidos.¹³⁹⁵

¹³⁹¹ Amézaga foi membro do Partido Colorado e aproximou-se das ideias do batllismo. Em 1905, concluiu seus estudos em Direito na UdelaR, em Montevidéu, onde se destacou e teve uma oportunidade para estudar na Sorbonne e na Universidade de Berlim, em 1906. Foi deputado entre 1908 e 1915 e presidente do Banco de Seguros do Estado, entre 1917 e 1933. Com o golpe de Estado de Gabriel Terra, renunciou ao cargo do banco. Em 1942, integrou o Conselho de Estado, responsável por redigir uma nova Constituição. No ano seguinte, após vencer as eleições, com o lema “Amézaga, o candidato da democracia”, ocupou a presidência da República. Naquele contexto de Segunda Guerra Mundial, na política internacional, Amézaga se alinhou abertamente com os EUA. Faleceu em Montevidéu em agosto de 1956.

¹³⁹² LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 130, 28.02.1943. Mês político. Relatório n° 2. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943; AHI, RJ; 33/5/5.

¹³⁹³ Idem, Montevidéu, of. n° 454, 07.12.1942. Dados biográficos do Doutor Juan José de Amézaga, eleito presidente da República. Ofícios. Nov-Dez. 1942; AHI, RJ; 33/5/4.

¹³⁹⁴ Idem, Montevidéu, of. n° 456, 07.12.1942. Discurso à América do presidente Baldomir e do presidente eleito Doutor Amézaga. In: Ibid.

¹³⁹⁵ AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. Entre la “hermandad” y el panamericanismo: el gobierno de Amézaga y las relaciones con Argentina. Parte I: 1943. **Papeles de Trabajo**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Udelar; 2004; p. 1.

Figura 43- Juan José de Amézaga, presidente do Uruguai (1943-1947).



Fonte: (*El Plata*, 01.03.1943).¹³⁹⁶

Em discurso de posse, em 1º de março de 1943, o novo presidente uruguaio afirmou que o seu país manteria “*con firmeza de todos los tempos, los vínculos fraternales con sus vecinos, la República Argentina y los Estados Unidos del Brasil*”.¹³⁹⁷ Com efeito, nesse período, as relações com seus vizinhos ganharam uma preocupação central da política externa do país. Todavia, num contexto de fortalecimento do compromisso do Uruguai com

¹³⁹⁶ *El Plata*, Montevideo, 01.03.1943, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 142, 02.03.1943. O novo presidente do Uruguai. In: *Ofícios*. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹³⁹⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. nº 140, 02.03.1943. O discurso do presidente Amézaga expondo o seu programa de governo. In: *Ibid.*

a causa aliada e com o pan-americanismo, somada ao tradicional alinhamento pró-EUA dos governos batllistas em busca de um tão esperado apoio perante o vizinho ameaçador e a conturbada realidade política argentina, representada pelos governos militares de Ramírez, Farrel-Perón, constata-se uma maior aproximação uruguaia com Brasil e EUA.¹³⁹⁸

Em outras palavras, a política externa uruguaia foi marcada por certas desconfianças em relação ao seu vizinho platino. No contexto da II Guerra Mundial, essa desconfiança se acirrou devido às simpatias totalitárias de importantes círculos militares da Argentina. No Uruguai, o herrerismo, setor do Partido Nacional e oposto à política norte-americana, aproximou-se de alguns desses setores argentinos. Por outro lado, o governo uruguaio se aproximou do Brasil. O chanceler Guani até se esforçou para garantir um encontro entre os presidentes, porém, por motivos de saúde, o presidente Baldomir, que foi atacado com forte crise renal nas vésperas de partir para Rivera, determinou o adiamento da inauguração do Parque Internacional de Rivera-Livramento e do seu encontro com o presidente Vargas, na companhia do presidente eleito Amézaga.¹³⁹⁹

Enquanto isso, em janeiro de 1943, Roosevelt visitou o território brasileiro e em reunião a portas fechadas, Vargas apresentou a lista de prioridades e objetivos do governo brasileiro, documento previamente elaborado por Oswaldo Aranha. De acordo com o chanceler brasileiro, os onze objetivos que o Brasil devia perseguir eram:

1. Uma posição melhor na política mundial.
2. A consolidação de sua superioridade na América do Sul.
3. Relações mais seguras e estreitas com os Estados Unidos.
4. O desenvolvimento de uma influência maior sobre Portugal e as colônias portuguesas.
5. O desenvolvimento do poder marítimo (Marinha).
6. O desenvolvimento do poder aéreo (Força Aérea).
7. O desenvolvimento de indústrias pesadas.
8. A criação de um complexo industrial militar.
9. A criação de indústrias — tais como empreendimentos agrícolas, extrativistas e mineradores — para complementar as dos Estados Unidos, que seriam essenciais para a reconstrução do mundo após a guerra.
10. A expansão das ferrovias e estradas brasileiras para fins estratégicos e econômicos.
11. A exploração em busca de combustíveis essenciais.¹⁴⁰⁰

¹³⁹⁸ AYÇAGUER, 2004; p. 1.

¹³⁹⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 64, 31.01.1943. Mês político. Relatório n° 1. In: *Ofícios*. Jan-Fev. 1943, AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴⁰⁰ MCCANN, Frank D. *Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?*. Tel Aviv University, 1997, p.19. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, 6, no 2, jul.-dez. 1995, p.35-70.

Nessa Conferência de Natal, no Rio Grande do Norte, em 29 de janeiro de 1943, discutiram os chefes militares brasileiros e assentaram os planos de combate à atividade submarina alemã que, de fato, decresceu sensivelmente em seguida. A posição aliada em Natal eliminava a possibilidade de uma ameaça nazista partida de Dacar contra a liberdade das Américas. Nesses graves momentos para a segurança do Brasil e do continente, escreveu o general Leitão de Carvalho, jogava-se no norte da África uma partida decisiva entre as forças de Eixo e o exército inglês.¹⁴⁰¹ Essa hipótese de guerra também estava presente nos círculos militares uruguaios:

Consideramos posible [...] el ataque de los Estados totalitarios europeos [...] depende naturalmente de los resultados mismos del actual conflicto europeo, ya que es preciso partir de la hipótesis de que la marina de guerra inglesa ha sido destruida o paralizada y que la misma marina norteamericana se vé [sic.] precisada a atender otras exigencias urgentes [...] El objetivo inicial probable puede ser la región de Natal en el Brasil, si se considera que la línea Dakar (África) Natal (América) es la línea mínima de resistencia, por ser la mínima distancia entre los expresados continentes y ofrecer una base de partida que tiene las características de una verdadera base de maniobras y un lugar de llegada con facilidades de explotación, sea hacia el Norte en vista de una objetivo ulterior en la América del Norte, sea hacia el Sur en vista de asegurar el dominio del Río de la Plata.¹⁴⁰²

Diante disso, assim, como o Brasil, o Uruguai se aproximou dos Estados Unidos. Em 16 de janeiro de 1943, o chanceler uruguaio Alberto Guani, já eleito para o cargo de vice-presidente, partiu rumo a Washington, atendendo ao convite de Summer Welles, e em busca de empréstimos e acordos comerciais para melhorar a situação econômica uruguaia.¹⁴⁰³ Uma agência telegráfica, procedente da capital norte-americana, apontou que um dos objetivos dessa visita de Guani a Washington era transformar o Uruguai em um “Gibraltar do Rio da Prata”. Apesar de ser favorável à instalação da base aeronaval pan-americana nas costas uruguaias, que serviria como fortaleza defensiva do território nacional e como núcleo de ação para as frotas aliadas do Atlântico Sul, o jornal *La Mañana* rebateu tal comparação, enfatizando a independência e soberania do Uruguai.¹⁴⁰⁴ No retorno de Washington a Montevideú, Guani passou pelo Brasil, onde pôde analisar de perto a cooperação militar defensiva estabelecida com os EUA, em especial, nos portos do Nordeste.¹⁴⁰⁵

¹⁴⁰¹ CARVALHO, 2016; p. 466.

¹⁴⁰² Apud. In: CERRANO, D’ALESSANDRO, 2018; p.16.

¹⁴⁰³ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 36, 18.01.1943. A viagem do chanceler uruguaio aos Estados Unidos. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943; AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴⁰⁴ Idem, Montevideú, of. n° 43, 20.01.1943. O Uruguai considerado o Gibraltar do Rio da Prata. In: Ibid.

¹⁴⁰⁵ Idem, Montevideú, of. n° 111, 18.02.1943. Regresso do Ministro Alberto Guani. In: Ibid.

Segundo o ministro belga em Montevidéu, Guani negociou um empréstimo com os EUA no valor de 100 milhões de pesos que seriam destinados para a construção de estradas, escolas, aeródromos e obras públicas. Segundo algumas estimativas, essa operação asseguraria trabalho para cerca de 100 mil operários, diminuindo o desemprego no país. Além do empréstimo, o governo uruguaio buscou ampliar as trocas comerciais e negociou as compras de materiais para as obras da usina hidroelétrica de Rio Negro.¹⁴⁰⁶ Joseph de Neef lembrou que na qualidade de presidente do Comitê Consultivo para a Defesa Política do Continente, o chanceler uruguaio se esforçou para centralizar em Montevidéu a propaganda antitotalitária para a América Latina, até então realizada nos EUA. Por isso, em Washington, o chanceler do Uruguai propôs, por meio da embaixada soviética na capital norte-americana, o restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS.¹⁴⁰⁷ Em Montevidéu, entusiasmados com a vitória ofensiva russa contra a invasão alemã, cidadãos uruguaio iniciaram um movimento favorável ao reatamento das relações diplomáticas com o país, rompidas desde 1935.¹⁴⁰⁸ Os setores batllistas, por outro lado, eram contrários à essa posição.¹⁴⁰⁹

Com o avanço dos Aliados no front, a orientação internacional do Uruguai era cada vez mais clara, pois seu governo se identificava com as nações democráticas na luta contra as potências totalitárias do Eixo. Em discurso pronunciado em uma sessão de homenagem aos russos, o chanceler uruguaio declarou que “não havia ruptura de relações diplomáticas com a Rússia, como não havia com nenhum povo e governo que defendia a liberdade e a democracia.”¹⁴¹⁰ Todavia as relações entre os países estavam interrompidas desde 1935, quando o Uruguai, sob pressão do presidente brasileiro Vargas, rompeu relações com a URSS.¹⁴¹¹

Um dos produtos das conferências pan-americanas na região para auxiliar os Aliados no conflito foi a organização do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa

¹⁴⁰⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 52, 25.01.1943. Empréstimo uruguaio nos Estados Unidos. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943, AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴⁰⁷ Telegrama n° 227, 19.01.1943. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del viaje del Ministro uruguayo de Relaciones Exteriores, Alberto Guani, a los Estados Unidos. In: NAHUM, 1998; p.475-476.

¹⁴⁰⁸ COIMBRA para ARANHA, Montevidéu, of. n° 114, 30.04.1942. Mês político. Relatório no. 4. In: Ofícios. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹⁴⁰⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 180, 20.03.1943. Restabelecimento das relações diplomáticas com a URSS. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴¹⁰ Idem, Montevidéu, of. no. 211, 30.06.1942. Mês político. Relatório n°. 6. In: Ofícios. Maio/Jul. 1942; AHI, RJ; 33/5/2.

¹⁴¹¹ Idem, Montevidéu, of. n° 536, 30.07.1943. O Uruguai restabelece relações diplomáticas com a Rússia. In: Ofícios. Jul-Ag. 1943; AHI, RJ; 33/5/8.

Política do Continente que era constituído por delegados de sete países: Argentina, Brasil, Chile, Estados Unidos, México, Venezuela e Uruguai. A Argentina era representada pelo conselheiro da embaixada no Uruguai, Angel Chiappe; o Brasil pelo embaixador Mário de Pimentel Brandão; o Chile pelo seu ministro no Uruguai, Joaquín Fernandez; os Estados Unidos por Carl Spaetch; o México pelo seu embaixador no Uruguai, Carlos Dario Ojeda; a Venezuela por Arroyo Lameda e o Uruguai pelo seu chanceler, Alberto Guani.¹⁴¹² O trabalho desenvolvido nesse comitê foi outro ponto comum entre Brasil e Uruguai. Em setembro de 1942, como resultado da reunião regional da cidade de Rivera, o comitê gerou alguns mecanismos para vigilância e repressão das atividades pró-nazistas, incluindo a proposta da criação de uma polícia político-social.¹⁴¹³

Preocupados com os acontecimentos na Argentina, em fevereiro de 1943, o governo varguista encaminhou como delegado do Comitê Consultivo o general Góes Monteiro,¹⁴¹⁴ uma das principais figuras militares do Estado Novo. Durante sua permanência em Montevideú, o general brasileiro desenvolveu uma intensa atividade de assessoria militar e enviou propostas e considerações para o governo brasileiro sobre as difíceis relações com o vizinho argentino, incluindo a cópia de um plano de guerra elaborado em 1940 contra esse país.¹⁴¹⁵ Góes Monteiro deixou a capital uruguaia em outubro de 1944 para ocupar o cargo de ministro da guerra do Brasil.¹⁴¹⁶ De ministro de Vargas converteu-se, em fins de 1945, em um dos principais articuladores do golpe que depôs o presidente brasileiro.

Além do fato de Montevideú ser a sede do Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente, a visita do chanceler uruguaio a Washington evidenciou a aproximação político-militar entre Uruguai e Estados Unidos. Na verdade, durante o governo de Amézaga (1943-1947), marcado pelo desfecho da II Guerra Mundial e pelas relações agressivas com seu vizinho argentino, em especial após os eventos políticos de junho de 1943, os EUA, ao lado do Brasil, assumiram definitivamente o papel de escudo protetor do Uruguai. Tratava-se, portanto, da consolidação de uma aliança estratégica. Como sintetizou

¹⁴¹² COIMBRA para ARANHA, Montevideú, of. n° 100, 20.04.1942. Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política do Continente. In: *Ofícios*. Jan/Abr. 1942; AHI, RJ; 33/5/1.

¹⁴¹³ DE LOS SANTOS, 2011; p. 16.

¹⁴¹⁴ Pedro Aurélio Góes Monteiro (1889-1956): Político e militar brasileiro, foi Ministro da Guerra (1934-1935; 1945-1946) e Chefe do Estado-Maior do Exército (1937-1943).

¹⁴¹⁵ Nota «Estrictamente confidencial» n° 349/944, del 10 de julio de 1944, del Embajador de Uruguay en Brasil, César Gutiérrez, al Ministro de Relaciones Exteriores José Serrato. In: AMREU, Montevideo, Fondo Legaciones, Brasil, 1944, Caja 66, Carpeta F.

¹⁴¹⁶ Telegrama n° 235 de Lusardo para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 01.11.1944. Viagem general Pedro Aurelio de Góes Monteiro. In: *Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944*, AHI, RJ.

Joseph de Neeff: “*en la eventualidad de una guerra entre Argentina y Brasil, el Uruguay, debido a su situación geográfica, sería la primera víctima, muchos no verían la salvación sino bajo la protección de los Estados Unidos*”.¹⁴¹⁷ A aproximação, por sua vez, entre Brasil e EUA, contribuiu para uma triangulação pró-aliada frente à “neutralidade suspeitosa” da Argentina.

Utilizando-se das facilidades de créditos que os EUA concediam aos países americanos para a organização da sua defesa, o Uruguai já tinha recebido regular quantidade de material de aviação e planejava adquirir ainda armamento de infantaria e artilharia. O governo uruguaio já tinha adquirido: quatro aviões de bombardeio, oito aparelhos Curtis de caça, vinte aviões Fairchild para instrução de pilotos e 6 hidroaviões Sikorski, além de munições e bombas.¹⁴¹⁸

Alberto Guani, chanceler de 1938 a 1943 e vice-presidente de 1943 a 1947, passou de um governo transitório em termos de redemocratização para a consolidação aliadófila do governo Amézaga com inalterável adesão a Washington, da neutralidade ao compromisso bélico. Romeo Pérez Antón destacou que se dependesse pessoalmente de Guani, o Uruguai teria declarado guerra ao Eixo imediatamente após os ataques de Pearl Harbor, em dezembro de 1941.¹⁴¹⁹ Contudo, somente em 25 de janeiro de 1942, seguindo as recomendações do pan-americanismo na Conferência do Rio de Janeiro, que o país rompeu relações diplomáticas com os países do Eixo e, apesar de ter assumido uma postura pró-aliada desde o início do conflito, declarou guerra ao Eixo somente em fevereiro de 1945.¹⁴²⁰ Na verdade, as vantagens e as garantias para participar da ordem do pós-guerra motivaram inúmeras declarações de guerra nos últimos momentos do conflito.

Em seu primeiro discurso público como presidente, em março de 1943, Amézaga destacou que nada mudaria em relação à condução da política externa uruguaia. Segundo Amézaga:

El Uruguay se mantendrá solidario con los países del continente americano y mantendrá los lazos fraternales que lo unen a sus dos grandes vecinos: Argentina y Brasil. La nación reprueba enérgicamente el régimen de las dictaduras que han

¹⁴¹⁷ Telegrama n° 234, 30.12.1943. Joseph de Neeff, ministro de Bélgica, informa de las repercusiones de un golpe de Estado en Bolivia. In: NAHUM, 1998; p.490.

¹⁴¹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 65, 31.01.1943. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 1. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943, AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴¹⁹ ANTÓN, 2010; p. 30.

¹⁴²⁰ Idem, p. 29.

*impuesto al mundo la más cruel de las guerras, verdadero desafío a la civilización.*¹⁴²¹

Mal sabia o presidente uruguaio do que estava para acontecer do outro lado do Rio da Prata e dos efeitos que a participação brasileira na guerra causaria para o regime varguista, afinal de contas, era uma ditadura a ser combatida em nome de democracias. Apesar dessas contradições, as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai durante o governo de Amézaga foram marcadas pela consolidação de uma parceria estratégica, em grande medida, pelo fator argentino. Antes mesmo do início de seu governo, em janeiro, o Conselho de Estado aprovou um projeto de decreto-lei que tornava obrigatório a inclusão da língua portuguesa no plano de estudos do ensino secundário do Uruguai.¹⁴²² Essa medida era reflexo da presença política e cultural do Brasil naquele país. Segundo Lusardo, os cursos de língua portuguesa em Montevideú eram frequentados por 2.500 alunos aproximadamente. Além do curso de língua portuguesa, o Instituto da Cultura Uruguaio-Brasileiro oferecia também cursos de Literatura Brasileira e de Geografia Econômica do Brasil.¹⁴²³ Nesse sentido, o decreto-lei, em grande medida, favoreceu o Instituto.

O contexto da guerra aproximou ainda mais os países, até mesmo no campo econômico. Cabe lembrar que apesar das boas relações políticas, as relações comerciais entre Brasil e Uruguai não eram tão expressivas. Entretanto, em janeiro de 1943, pela primeira vez, o Brasil conseguiu superar a Grã-Bretanha como exportador, ficando atrás apenas dos EUA. Tradicionalmente, a Grã-Bretanha ocupou o primeiro lugar como fornecedor dos mercados uruguaio, porém, como consequência do esforço de guerra, as exportações britânicas para o Uruguai caíram drasticamente. Em contrapartida, as exportações do Brasil e dos EUA para o país aumentaram consideravelmente, atingindo valores recordes.¹⁴²⁴

Segundo os dados apresentados por Lusardo, enquanto os EUA exportavam 20.074.455 dólares para o Uruguai, o Brasil exportava 9.965.380 dólares e a Grã-Bretanha, 8.343.080 dólares.¹⁴²⁵ Esse crescimento das exportações brasileiras era reflexo da ampliação

¹⁴²¹ Telegrama nº 231, 16.03.1943. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, comenta el discurso inaugural del nuevo presidente de la República, Juan José de Amézaga, y el nombramiento de José Serrato en el Ministerio de Relaciones Exteriores. In: NAHUM, 1998; p.484.

¹⁴²² LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. nº 49, 20.01.1943. Obrigatoriedade do ensino do Português nos cursos secundários do Uruguai. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943, AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴²³ Idem, Montevideú, of. nº 162, 26.03.1943. Ensino de português no Uruguai. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴²⁴ Idem, Montevideú, of. nº 86, 05.02.1943. Intercâmbio comercial uruguaio-brasileiro. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943; AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴²⁵ Idem, Montevideú, of. nº 66, 31.01.1943. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório nº 1. In: Ibid.

do parque industrial paulista. Além disso, o trabalho da Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileira surtia efeitos, pois desde a sua revitalização e reestruturação, em 1938, os esforços para intensificar as trocas comerciais entre os países eram constantes.

Por outro lado, o contexto da guerra revelou a dependência econômica do Uruguai em relação ao Brasil e à Argentina. Em artigo publicado na edição de 15 de abril de *El Tiempo*, o economista uruguaio Pedro Cosio chamou a atenção do déficit na balança comercial do Uruguai com seus vizinhos, pois, em 1942, o país tinha importado cerca de 10.000.000 de dólares do Brasil enquanto tinha exportado apenas 1.500.000 dólares. Da Argentina, o Uruguai tinha importado 6.500.000 de dólares e exportado apenas 1.500.000 dólares.¹⁴²⁶ Já no primeiro trimestre de 1943, o Brasil tinha exportado para o Uruguai 2.529.387 dólares e importado 408.999 dólares. Argentina, por sua vez, tinha exportado 2.200.428 dólares e importado 353.514 dólares.¹⁴²⁷

Em abril, em seu descanso durante a semana do turismo, o chanceler uruguaio visitou a Argentina, onde foi recebido pelo presidente e pelo chanceler Ruiz Guiñazú.¹⁴²⁸ Naquela ocasião, o governo argentino buscou se aproximar do vizinho para obter maiores vantagens econômicas. No entanto, não obteve sucesso.

Figura 44- Câmara de Comércio Uruguaio-Brasileiro.



Fonte: (*La Mañana*, 07.04.1943).¹⁴²⁹

¹⁴²⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 250, 16.04.1943. A Argentina, o Uruguai e o Brasil na economia americana. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴²⁷ Idem, Montevideu, of. n° 367, 31.05.1943. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n° 5. In: Ofícios. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

¹⁴²⁸ Idem, Montevideu, of. n° 271, 30.04.1943. Mês político. Relatório n° 4. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴²⁹ Idem, of. n° 233, 13.04.1943. Controle de exportação no Uruguai. In: Ibid.

Com efeito, a II Guerra Mundial criou as condições para a ampliação das relações comerciais entre o Brasil e o Rio da Prata. As relações do Brasil com a Argentina também se intensificaram nesse período. A interrupção de fluxos comerciais, decorrente quer da guerra marítima, quer da reconversão da indústria europeia para o esforço bélico, reduzindo ou interrompendo exportações de manufaturados, levaram os dois países a assinarem, em janeiro de 1940, o Tratado de Comércio e Navegação, o qual determinava que entre eles haveria “inteira liberdade de comércio e navegação”. Desse modo, houve grande aumento das vendas de manufaturas brasileiras à Argentina, particularmente de têxteis, levando a balança comercial bilateral se tornar superavitária para o lado brasileiro.¹⁴³⁰

Por outro lado, no Uruguai, em fevereiro de 1943, o governo demonstrou preocupação com uma possível crise na agropecuária, pois a seca, que perdurou durante todo o verão, tinha arruinado quase todas as colheitas e causado a morte de grande número de reses. Houve estimativas de que 30% do gado bovino tinha sido vítima daquela situação. Boa parte desse gado, mesmo que sobrevivente, encontrava-se em estado de enfraquecimento, o que significou uma desvalorização considerável de todo o estoque pecuário do país. Nem mesmo a criação de uma Comissão da Seca, responsável por pensar soluções efetivas para aquela situação, logrou diminuir os danos daquela crise climática.¹⁴³¹

No campo das relações bilaterais, para a cerimônia de posse de Amézaga, o governo brasileiro encaminhou uma missão especial chefiada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e interino da Justiça, Marcondes Filho, também presente na inauguração da praça internacional de Rivera-Sant’Ana do Livramento.¹⁴³² Em Montevideu, João Batista Lusardo já tinha planejado todos seus passos, inclusive, um almoço de despedida ao ministro varguista com a presença de grandes autoridades uruguaias.

¹⁴³⁰ DORATIOTO, 2014; p. 118.

¹⁴³¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 131, 28.02.1943. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n°. 2. In: Ofícios. Jan-Fev. 1943; AHI, RJ; 33/5/5.

¹⁴³² Id., Montevideu, of. n° 153, 10.03.1943. Embaixada especial, chefiada pelo ministro Marcondes Filho, à posse do novo Presidente do Uruguai. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

Figura 45- Banquete em homenagem ao ministro Marcondes Filho, na embaixada brasileira em Montevideú, com a presença do chanceler uruguaio José Serrato.



Fonte: (*La Mañana*, 3.03.1943).¹⁴³³

Naquela conjuntura internacional, Amézaga confiou a pasta das Relações Exteriores ao experiente político colorado, o ex-presidente José Serrato.¹⁴³⁴ Após certo distanciamento da política nacional, desde o início da guerra, Serrato se declarou favorável aos Aliados e, com *el golpe bueno*, ele passou a presidir o Conselho de Estado. Enquanto isso, internamente, o mandato de Amézaga, desde os primeiros dias, enfrentou fortes embates entre batllistas e os baldomiristas, base governista.¹⁴³⁵ Desde o início de sua gestão, Serrato sinalizou que o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai passaria por reformas em seu serviço consular e diplomático.¹⁴³⁶

Nesse almoço, José Serrato pronunciou seu primeiro discurso oficial como chanceler uruguaio. Em sua fala, Serrato recordou a sua atividade na presidência do Comitê Pró-Aliado em favor das democracias e declarou que essa era a mesma posição do presidente

¹⁴³³ *La Mañana*, Montevideo, 03.03.1943, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 147, 04.03.1943. Discurso do Ministro Serrato na embaixada do Brasil. In: *Ofícios*. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴³⁴ José Serrato era importante figura do Partido Colorado. Tinha sido presidente do Uruguai entre 1923 e 1927. Com o golpe de Gabriel Terra, assumiu o cargo de presidente do Banco de la República (1933-1934). Em fevereiro de 1942, apoiou o “*golpe bueno*” de Baldomir compondo o Conselho de Estado Consultivo responsável por iniciar a transição democrática. Com a eleição de Amézaga foi convidado para assumir a chancelaria uruguaia, cargo que exerceu entre março de 1943 e outubro de 1945.

¹⁴³⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 211, 31.03.1943. Mês político. Relatório n° 3. In: *Ofícios*. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴³⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 540, 31.07.1943. Mês político. Relatório n° 7. In: *Ofícios*. Jul-Ag. 1943; AHI, RJ; 33/5/8.

Amézaga e dos setores populares do país em questão de política internacional.¹⁴³⁷ Para encerrar a cerimônia, o novo presidente uruguaio exaltou a tradição de cultura e da justiça uruguaia e teve palavras de amizade pelo Brasil.¹⁴³⁸ Admirador da cultura francesa, Serrato era um partidário ferrenho da causa aliada. Todavia, sua nomeação, assim como a vitória de Amézaga, despertou certa preocupação no Itamaraty, pois eram vistos como “amigos da Argentina”.¹⁴³⁹

No campo cultural, por iniciativa da poetisa brasileira radicada no Uruguai, Eunice Tavares,¹⁴⁴⁰ os governos do Brasil e do Uruguai promoveram a realização de duas grandes exposições: a primeira, no Rio de Janeiro, com obras de escritores uruguaio e, a segunda, em Montevideu e Salto, com livros brasileiros.¹⁴⁴¹ Em maio, o escritor, poeta e historiador brasileiro Luiz Edmundo realizou três conferências na capital uruguaia, respectivamente, intituladas “Batalha de Guararapes”, “Danças brasileiras antigas” e “Mulher Brasileira no século XVIII”.¹⁴⁴² No mês seguinte, Claudio Ganns, um dos diretores dos “Diários Associados” e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, realizou uma conferência intitulada “Andrés Lamas e o Brasil” na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai.¹⁴⁴³

Para os eventos comemorativos do centenário dessa instituição uruguaia, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, o IHGB, foi representado pelo embaixador José Carlos de Macedo Soares, que apresentou ao órgão uruguaio, em homenagem, a carta geográfica da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, elaboradas pelo IBGE.¹⁴⁴⁴ Dias depois, a musicista brasileira Violeta Coelho Netto de Freitas desembarcou em Montevideu para uma apresentação no Teatro Solís, um dos palcos mais badalados da capital uruguaia.¹⁴⁴⁵

Diante do cenário internacional, no dia 12 de maio, o governo uruguaio rompeu suas relações diplomáticas com a França do regime de Vichy.¹⁴⁴⁶ Um pouco mais de dois

¹⁴³⁷ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 153, 10.03.1943. Embaixada especial, chefiada pelo ministro Marcondes Filho, à posse do novo Presidente do Uruguai. In: *Ofícios*. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴³⁸ Id, *Ibid*.

¹⁴³⁹ DE LOS SANTOS, 2011; p. 17.

¹⁴⁴⁰ Eunice Tavares era uma figura próxima da intelectualidade uruguaia. Por escrever seus poemas, tinha certa circulação nos meios literários uruguaio.

¹⁴⁴¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 283, 04.05.1943. Intercâmbio cultural entre o Brasil e o Uruguai. In: *Ofícios*. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

¹⁴⁴² Id, Montevideu, of. n° 319, 17.05.1943. Conferências do escritor Luiz Edmundo. In: *Ibid*.

¹⁴⁴³ Id., Montevideu, of. n° 388, 02.06.1943. Conferência do senhor Claudio Ganns sobre Andrés Lamas e o Brasil. In: *Ibid*.

¹⁴⁴⁴ Id, Montevideu, of. n° 390, 04.06.1943. Visita do embaixador José Carlos de Macedo Soares ao Uruguai. In: *Ibid*.

¹⁴⁴⁵ Id, of. n° 391, 04.06.1943. Visita a Montevideu da senhora Violeta Coelho Netto de Freitas. In: *Ibid*.

¹⁴⁴⁶ Id, of. n° 310, 13.05.1943. Suspensão de relações diplomáticas com o Governo de Vichy. In: *Ibid*.

meses, o Uruguai retomou suas relações diplomáticas com a União Soviética, em 28 de julho,¹⁴⁴⁷ que contou com Emilio Frugoni, líder do partido socialista, como representante uruguaio em Moscou.¹⁴⁴⁸ Em contrapartida, o governo soviético enviou Serge Orlov como seu ministro plenipotenciário em Montevideú.¹⁴⁴⁹ Apesar da reação de setores batllistas à atitude do governo Amézaga, esse restabelecimento das relações entre os países era mais um reflexo da II Guerra Mundial, tal como o golpe político de junho de 1943 na Argentina.

4.2.2. Argentina: uma preocupação brasileiro-uruguaia

As relações entre Uruguai e Argentina foram marcadas por desconfianças mútuas. Por isso, esse país vizinho foi uma questão central da política externa uruguaia do período.¹⁴⁵⁰ De maneira oposta a essas relações com a Argentina marcadas por discórdias, as relações do Uruguai com o Brasil podem ser caracterizadas por convergências e solidariedades no plano internacional, embora tenham tido certas divergências no plano regional.¹⁴⁵¹

Para o historiador Francisco Doratioto, o Rio da Prata foi argentino durante as décadas de 1930 e 1940, inclusive, porque o potencial rival desse domínio, o Brasil, estava atrás da Argentina nos aspectos econômico e militar. Entretanto essa situação se alterou com a II Guerra Mundial. Para os governos argentinos, o Brasil era concorrente econômico e político que comprometia o projeto de liderança da Argentina na América Latina, o que já era uma realidade no Rio da Prata. Nessa região, a posição argentina começou a deteriorar-se com a Conferência do Panamá, em 1939, quando as posições norte-americanas foram apoiadas por Paraguai e Uruguai. Desde então, houve crescente presença dos EUA na América Meridional, estreitamento das relações deste com o Paraguai; o distanciamento entre Uruguai e Argentina e o alinhamento de Vargas com Washington.¹⁴⁵²

¹⁴⁴⁷ As vitórias do Exército Vermelho no front contribuíram significativamente para essa retomada de relações diplomáticas. Telegrama n° 233, de 3 de agosto de 1943. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, da cuenta de la reanudación de relaciones diplomáticas entre Uruguay y la URSS. In: NAHUM, 1998; p.487.

¹⁴⁴⁸ Frugoni foi parlamentar e líder do Partido Socialista durante anos e depois migrou para o Partido Comunista do Uruguai. Ferrenho opositor ao regime terrista (1933-1938), foi perseguido de diversas formas, inclusive, deportado. Representou o Uruguai na URSS entre 1942 e 1946.

¹⁴⁴⁹ Telegrama n° 236, 12.04.1944. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa del recibimiento dado al representante diplomático soviético al reanudarse las relaciones con la URSS. In: NAHUM, 1998; p.493.

¹⁴⁵⁰ AYÇAGUER, 2004, p.1-2.

¹⁴⁵¹ DE LOS SANTOS, 2011; p. 9.

¹⁴⁵² DORATIOTO, 2020; p.300.

Na verdade, como pode ser observado ao longo de 1942 a 1945, tratava-se da consolidação de uma aliança geoestratégica dos EUA no Prata. Em síntese, com a II Guerra Mundial, erodiu-se a influência argentina sobre o Paraguai e Uruguai. Os dois países alteraram suas políticas externas, integraram-se ao pan-americanismo antinazista e se alinharam aos Estados Unidos e ao Brasil, os quais puderam inviabilizar o domínio geopolítico do Rio da Prata pela Argentina.¹⁴⁵³

Em novembro de 1942, nas eleições presidenciais uruguaias, Juan José Amézaga e Alberto Guani foram eleitos como presidente e vice-presidente, respectivamente. Estigmatizado como “Pró-Eixo”, ou “aliado do fascismo”, Luiz Alberto de Herrera teve um dos piores índices eleitorais. Com isso, o alinhamento com os Aliados se intensificou, mas não sem tensões. Amézaga nomeou o general Campos para o Ministério da Defesa e o ex-presidente José Serrato para a pasta das Relações Exteriores. Fontes diplomáticas britânicas especularam que Campos voltaria com sua antiga bandeira do Serviço Militar Obrigatório, o que justificou a sua nomeação.¹⁴⁵⁴ Na verdade, o ministro começou a trabalhar nisso como parte da estratégia de defesa que pensava para o país.

A política de aproximação entre Uruguai e Estados Unidos se intensificou desde meados de 1942 quando se firmou um primeiro acordo bilateral para fortalecer o comércio entre os dois países. Desde então, portanto, os EUA cultivavam ativamente suas relações com o país platino, mediante uma fluida corrente de missões militares, comerciais e culturais, ao mesmo tempo em que oficiais militares, aviadores, jornalistas, professores e estudantes uruguaios eram convidados para visitar centros norte-americanos. Em outras palavras, é dizer que a conjuntura bélica e a situação estratégica do Uruguai perante o vizinho relutante promoveram uma aproximação pragmática com os EUA.¹⁴⁵⁵

No entanto, os recentes vínculos reafirmados com EUA não previam nem asseguravam a normalização das relações do Uruguai com a Argentina. Diante desse risco, cabe lembrar que os acordos com o Brasil ofereciam apenas uma garantia formal, pois não iam além das declarações verbais, dadas as relações oficiais que ambos os governos mantinham com a Argentina.¹⁴⁵⁶

¹⁴⁵³ Idem; p.301.

¹⁴⁵⁴ Correspondencia de Stevenson, Montevideo, 3.03.1943, doc. 564. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999; p. 280-282.

¹⁴⁵⁵ ODDONE, 2004; p.18-19.

¹⁴⁵⁶ Idem, p.19.

Na historiografia uruguaia, Romeo Antón, sem o recurso das fontes diplomáticas, insiste em afirmar que o Uruguai, no contexto de guerra, aproximou-se mais da Argentina do que do Brasil.¹⁴⁵⁷ No entanto, ao analisar a documentação do período, nota-se o contrário, isto é, uma maior aproximação político-militar do Uruguai com o Brasil - e com os EUA -, sobretudo, a partir de junho de 1943, com as convulsões políticas no outro lado do Rio da Prata. Com efeito, a postura uruguaia face ao conflito mundial contrastava na América Meridional com a posição da Argentina e do Chile. De fato, um Uruguai não beligerante, ainda que claramente inclinado para as potências aliadas, não era visto com simpatia pelo presidente Ramón Castillo¹⁴⁵⁸ e pelo seu chanceler Ruiz Guiñazú,¹⁴⁵⁹ ambos pressionados externamente pelo bloqueio hemisférico à Argentina e, internamente, pelos nacionalistas simpatizantes com o Eixo. Além disso, ao mesmo tempo em que os EUA negavam entregar armas para Argentina, o país fornecia materiais bélicos para o Brasil e Uruguai. Tudo isso acentuou as relações de desconfiança entre os governos argentino e uruguaio. Por outro lado, a política externa uruguaia se inclinava para a órbita brasileira.¹⁴⁶⁰

Em meados de 1943, após o Chile romper as relações com os países do Eixo, a Argentina era o único país das Américas a manter relações diplomáticas com o Eixo. O isolamento argentino e a pressão norte-americana levaram o presidente Castillo a considerar rompê-las o que, juntamente com seu apoio a um político pró-aliado à sua sucessão, resultaram na sua deposição em 4 de junho de 1943. A imprensa montevideana reforçou que o governo argentino temia as consequências de seu isolamento.¹⁴⁶¹

Esse golpe político na Argentina foi dirigido pelo Grupo de Oficiais Unidos (GOU),¹⁴⁶² composto por militares impregnados da ideologia nacionalista, tendo como um dos expoentes o coronel Juan Domingo Perón,¹⁴⁶³ que implantou um regime com características fascistas chefiado pelo general Pedro Pablo Ramírez. Um dos objetivos do

¹⁴⁵⁷ ANTÓN, 2010; p. 30.

¹⁴⁵⁸ Ramón Castillo (1873-1944): político e advogado argentino. Durante o governo de Antonio Pedro Justo tinha sido Ministro da Justiça (1936) e Ministro do Interior (1936-1937). Após a renúncia e morte de Roberto Ortiz, em 1942, Ramón Castillo, como vice-presidente da República Argentina, assumiu o cargo entre 1942 e 1943, quando foi destituído por meio de um golpe de estado militar.

¹⁴⁵⁹ Enrique Ruiz Guiñazu (1884-1967): diplomata argentino. Foi Ministro das Relações Exteriores da Argentina (1941-1943). Serviu na Suíça (1931-1932), Santa Sé (1939-1941) e Espanha (1943-1944).

¹⁴⁶⁰ ODDONE, 2004; p.14.

¹⁴⁶¹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 225, 08.04.1943. Declarações sobre política argentina. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁴⁶² O GOU tinha sido fundado em março de 1943 por um grupo de militares que aspirava a exercer uma influência direta na política argentina e, principalmente, no tema central da neutralidade do país diante do conflito mundial. In: ODDONE, op. cit; 20.

¹⁴⁶³ Juan Domingo Perón (1895-1974): político e militar argentino. Foi Presidente da Argentina (1946-1955; 1973-1974). Perón foi fundador do peronismo, corrente política que dividiu a Argentina politicamente.

GOU era o da Argentina liderar, no mínimo, a América Meridional e via como obstáculo a aliança entre o Brasil e os EUA. Os militares do GOU defendiam a industrialização argentina, de modo a fabricar armamentos que propiciasse a autonomia e a defesa do país. Sem considerar as mudanças mundiais e que a Alemanha perdera a iniciativa na guerra, o regime militar ultranacionalista aprofundou a política externa tradicional do país e se isolou em relação às outras repúblicas do continente que apoiavam os Aliados.¹⁴⁶⁴

Enquanto isso, o Uruguai ampliava os serviços da sua embaixada em Washington com a criação de um Departamento econômico e financeiro.¹⁴⁶⁵ A aproximação do Uruguai com Brasil e EUA era tão evidente que a comissão uruguaia pró-aviação declarou à imprensa de Montevideú que as duas esquadrilhas de jovens pilotos uruguaioes que estavam sendo formadas seriam batizadas com os nomes de “Estados Unidos da América do Norte” e de “Estados Unidos do Brasil”.¹⁴⁶⁶ Do outro lado do Prata, a Argentina vivia um conturbado cenário político.

Nota-se que o presidente argentino Ramón Castillo foi deposto porque dava sinais de que reveria a posição de seu país na guerra, de neutralidade, a qual isolara a Argentina no continente. O GOU justificou o golpe acusando o governo Castillo de corrupto e o tinha como responsável pelo declínio da influência argentina na América do Sul.¹⁴⁶⁷ Além disso, cabe destacar que o golpe visava se contrapor à crescente força militar do Brasil e garantir a preeminência argentina na região.¹⁴⁶⁸

Nesse quadro, o presidente Ramón Castillo, com a autorização informal do governo uruguaio, refugiou-se temporariamente em Colônia, no Uruguai, mas logo retornou a Buenos Aires e, sob pressão, renunciou ao cargo de presidente. Logo, o novo governo estabelecido na Argentina, essencialmente militar, reafirmou a sua postura de neutralidade. Nas palavras de Lusardo, apesar do golpe político, nada mudava, pois: “a Argentina se nega a romper com o Eixo e se fazer solidária com as demais nações da América, hoje com o General Ramírez, como ontem com o Doutor Castillo”. Para o jornal uruguaio *El País*, era uma “*esperanza desvanecida*”.¹⁴⁶⁹

¹⁴⁶⁴ DORATIOTO, 2020; p.295.

¹⁴⁶⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 426, 17.06.1943. Expansão dos serviços da Embaixada do Uruguai em Washington. In: Ofícios. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

¹⁴⁶⁶ Id, Montevideú, of. n° 462, 30.06.1943. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 6. In: Ibid.

¹⁴⁶⁷ DORATIOTO, 2014; p. 116.

¹⁴⁶⁸ MOURA, 2012, p.142-143.

¹⁴⁶⁹ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 397, 09.06.1943. A revolução argentina e o Uruguai. In: Ofícios. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

Para o jornal batllista *El Día*, na verdade, tratava-se de um acordo entre os radicais e os militares para a derrubada do governo Castillo e para a promoção do general Ramírez, então ministro da Guerra, ao cargo de presidente. *La Razón* também destacou o enfrentamento travado pelo presidente argentino com as Forças Armadas daquele país. Segundo o jornal, porém Castillo estava convencido de que seu governo era popular e que a tropa não seguiria seus chefes militares. *El País*, jornal uruguaio nacionalista, por sua vez, considerou aqueles acontecimentos como uma “revolução de grande alcance social e político”, afinal, refletia a posição de neutralidade defendida pelos setores herreristas.¹⁴⁷⁰

Segundo *La Razón*:

[...] os militares decidiram fazer a revolução, depois de esgotar, sem resultado, os meios para persuadir o Doutor Castillo a modificar a sua política internacional em favor das democracias, não porque essa aspiração para atender a necessidades materiais do próprio Exército argentino e para evitar que o seu país perdesse a sua posição na política continental. A inclusão de elementos filonazis no governo efêmero do general Rawson desorientou a opinião pública [...]¹⁴⁷¹

Logo, a opinião pública uruguaia, que manifestava grande interesse nos acontecimentos argentinos com a expectativa de mudanças da posição internacional, frustrou-se. E pouco a pouco, os países do Prata se distanciaram ainda mais. Em relatório do embaixador brasileiro em Montevideu para o chanceler Oswaldo Aranha, Lusardo enfatizou que: “sugiram desinteligências entre os dois países do Prata, fazendo cessar as intimidades entre as duas chancelarias, que passaram a se tratar com indiferença”.¹⁴⁷²

Além disso, algumas fontes alegavam que o governo argentino tentava ampliar sua influência sobre as forças armadas de seus vizinhos, particularmente Bolívia, Uruguai e Paraguai, como meio de aumentar sua esfera de influência. Em vista deste cenário, o governo brasileiro tentou obter informações detalhadas sobre as suas políticas domésticas e externas dos países da Bacia do Prata. Além de usar os canais diplomáticos normais, o general Góes Monteiro foi incumbido pessoalmente dessa tarefa. Por isso, ele deixou a chefia do Estado-Maior do Exército brasileiro e foi nomeado representante do Brasil à Comissão de Defesa Política do Hemisfério, com sede em Montevideu. A cidade tinha localização estratégica e, entre outras coisas, permitia que ele observasse a política argentina em todo o Cone Sul.¹⁴⁷³

¹⁴⁷⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 409, 11.06.1943. A revolução argentina estudada por jornalistas uruguaio. In: Ofícios. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

¹⁴⁷¹ Id, Montevideu, of. n° 424, 16.06.1943. A revolução argentina estudada por jornalistas uruguaio. In: Ibid.

¹⁴⁷² Id, Montevideu, of. n° 461, 30.06.1943. Mês político. Relatório n° 6. In: Ibid.

¹⁴⁷³ MOURA, 2012, p.143.

Em um encontro com o embaixador brasileiro, buscando tornar o clima mais familiar, o presidente Amézaga confidenciou a Lusardo que sua mãe era brasileira, nascida em Porto Alegre. E ao se referir ao envio de tropas brasileiras para o campo de guerra na Europa, o colorado destacou que “era a América do Sul, pelo seu país mais importante, que se enfileirava entre as grandes potências mundiais”. Observa-se, portanto, que apesar das suspeitas de que o novo presidente uruguaio fosse “amigo da Argentina”, o quadro político regional e internacional fez com que Amézaga se tornasse mais amigo do Brasil e dos EUA. Ao se oferecer para visitar o Brasil ao fim da guerra, revelou ao embaixador brasileiro que William Dawson, de regresso a Montevidéu, o tinha convidado para visitar Washington. O convite do presidente uruguaio tinha o objetivo de solicitar ao governo varguista para pensar uma solução para as facilidades de fronteira para os uruguaios que necessitavam ir ao Uruguai e conquistar o seu aval para a construção da ponte internacional Artigas- Quaraí.¹⁴⁷⁴

Em entrevista ao jornal *A Tribuna Popular*, em julho, o novo chanceler argentino, vice-almirante Segundo Storni comprometeu-se em estreitar os vínculos com todos os países da América e, de maneira especial, com o Uruguai.¹⁴⁷⁵ Storni tentou obter até mesmo armamentos dos EUA, no entanto, não obteve sucesso em nenhum de seus empreendimentos apontados e logo renunciou.¹⁴⁷⁶ O semanário uruguaio *La Marcha*, de 10 de setembro, registrou a frustração do governo argentino da seguinte forma:

*[...] los militares argentinos que fueron en misión a Estados Unidos volvieron desencantados e irritados, porque el aislamiento de la Argentina le impedía a ésta aprovechar las ventajas de la ley de préstamos y arriendos, para armarse. El Brasil, en cambio, está aprovechando de esa ley, para rearmarse con toda celeridad e intensificar la producción con destino a la defensa nacional. Hay muchas maneras de presionar, como se comprende, y no dejaría de ser una la de armar al rival eventual. El espíritu de casta, la mística del patriotismo, unidos a otras causas, habrían encontrado en el hecho, motivos para la revuelta.*¹⁴⁷⁷

Segundo o embaixador brasileiro, com as repercussões do preparo do Brasil para a guerra no front europeu, tanto a opinião pública quanto os meios governamentais do Uruguai se inclinavam para o lado brasileiro.¹⁴⁷⁸ Na verdade, os eventos políticos na Argentina

¹⁴⁷⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 487, 09.07.1943. Palestra com Presidente Amézaga. In: Ofícios. Jul-Ag. 1943; AHI, RJ; 33/5/8.

¹⁴⁷⁵ Id, Montevidéu, of. n° 503, 19.07.1943. Os jornais uruguaios e o novo governo argentino. In: Ibid.

¹⁴⁷⁶ Id, Montevidéu, of. n° 660, 14.09.1943. Sobre a troca de notas entre os governos dos Estados Unidos e da Argentina. In: Ofícios. Set-Out. 1943; AHI, RJ; 33/5/9.

¹⁴⁷⁷ *La Marcha*, Montevideo, *La desdichada nota del Sr. Storni*, anexo a LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 660, 14.09.1943. Sobre a troca de notas entre os governos dos Estados Unidos e da Argentina. In: Ibid.

¹⁴⁷⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 540, 31.07.1943. Mês político. Relatório n° 7. In: Ofícios. Jul-Ag. 1943; AHI, RJ; 33/5/8.

contribuíram significativamente para esse pêndulo mais voltado para o lado verde-amarelo. Em agosto de 1943, a imprensa montevidéana repercutiu o aniversário de declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, bem como elogiou os esforços do país na cooperação com os Aliados.¹⁴⁷⁹ Não obstante, muitos uruguaios -e argentinos- se mostravam preocupados com o crescimento das forças militares do Brasil.¹⁴⁸⁰

Figura 46- Comemoração do 7 de setembro de 1943 na embaixada brasileira em Montevidéu. João Batista Lusardo ao lado do chanceler José Serrato e do presidente Amézaga.



Fonte: (*El Diario*, 7/09/1943).¹⁴⁸¹

¹⁴⁷⁹ Id, Montevidéu, of. n° 609, 26.08.1943. Comemorando o 1° aniversário da entrada do Brasil na guerra. In: *Ibid.*

¹⁴⁸⁰ Id, Montevidéu, of. n° 660, 14.09.1943. Sobre a troca de notas entre os governos dos Estados Unidos e da Argentina. In: *Ofícios. Set-Out. 1943; AHI, RJ; 33/5/9.*

¹⁴⁸¹ Id, Montevidéu, of. n° 657, 13.09.1943. Comentário sobre o discurso pronunciado pelo presidente Getulio Vargas em 7 de setembro. In: *Ibid.*

A participação brasileira na guerra revelou as contradições da ditadura varguista ao apoiar os Aliados e o semanário uruguaio *La Marcha*¹⁴⁸² denunciou constantemente as facetas violentas do Estado Novo, como a perseguição e a prisão de seus opositores. Em tom irônico, registrou que “*si tiene presos políticos y si sus cárceles no se pueden visitar es porque la democracia brasileña para mantenerse ha tenido que recurrir a algunos médios de represión*”. Por isso, era visto pelo embaixador brasileiro em Montevideú como uma publicação comunista.¹⁴⁸³

Em 7 de outubro, uma nova missão cultural brasileira desembarcou em Montevideú e, dessa vez, era composta pelo professor Nelson Romero, pelo médico Oswaldo Cruz e pelo escritor José Lins do Rego. As conferências de Nelson Romero e de José Lins do Rego tinham como objetivo fomentar o interesse dos uruguaios pela língua portuguesa e pela literatura brasileira. Da tribuna do Ateneo, importante espaço intelectual e literário da capital uruguaia, Lins do Rego proferiu uma palestra sobre as principais tendências da literatura de seu país e, do anfiteatro da Faculdade de Medicina, Oswaldo Cruz palestrou sobre “A importância social da pesquisa científica”.¹⁴⁸⁴

No ano seguinte, em cerimônia da posse do novo presidente do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro, Juan Antonio Buero, que sucedia Eduardo Couture, Décio Coimbra discursou fazendo um balanço positivo das atividades desenvolvidas durante os quatro anos de existências da instituição e considerou o momento oportuno para fundar entidades filiais nas principais cidades do interior do Uruguai.¹⁴⁸⁵

Antes disso, entretanto, em dezembro de 1943, o ministro Themistócles Graça Aranha, chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty, também visitou Montevideú para incrementar os intercâmbios culturais entre os países com medidas para a difusão do ensino de português por meio de cursos oferecidos pelo governo brasileiro a estudantes e professores uruguaios no Brasil.¹⁴⁸⁶

¹⁴⁸² *La Marcha* foi um semanário político e cultural de grande destaque no Uruguai, fundado em 1939 por Carlos Quijano.

¹⁴⁸³ COIMBRA para ARANHA, Montevideú, of. n° 730, 16.10.1943. Propaganda comunista. In: Ofícios. Set-Out. 1943; AHI, RJ; 33/5/9.

¹⁴⁸⁴ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. no. 741, 25.10.1943. Missão cultural brasileira. In: Ibid.

¹⁴⁸⁵ Telegrama de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 25.11.1944. Posse do novo presidente do Instituto de Cultura Uruguaio-Brasileiro. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁴⁸⁶ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 893, 21.12.1943. Missão do Ministro Graça Aranha. In: Ofícios. Nov-Dez. 1943; AHI, RJ; 33/5/10.

Figura 47- Missão cultural brasileira em Montevidéu, outubro de 1943.



Fonte: (*El Día*, 08.10.1943).¹⁴⁸⁷

No comércio bilateral, como pode ser analisado na Tabela13, as exportações brasileiras para o Uruguai cresceram significativamente entre 1939 e 1943, enquanto as exportações uruguaias para o Brasil caíram. Tradicionalmente, o Brasil exportou muito mais do que importou do Uruguai e isso foi, por diversas vezes, motivo de queixa do governo uruguaio. O Uruguai exportava para o Brasil: gado bovino e equinos de pedigree, lãs sujas, couros ovinos, miúdos ovinos congelados, farinha de trigo, linho em grão, cimento Portland e máquinas e móveis usados. O Brasil, por sua vez, exportava para o Uruguai: açúcar refinado, erva-mate, café em grão, tecidos diversos, pinho, cedro, carvão mineral, algodão, tabaco e bauxita.¹⁴⁸⁸ No ano seguinte, o governo brasileiro conseguiu a autorização do governo uruguaio para a criação de uma agência do Banco do Brasil em Montevidéu, o que

¹⁴⁸⁷ *El Día*, Montevideo, 08.10.1943, anexo a Id, Ibid.

¹⁴⁸⁸ COIMBRA para ARANHA, Montevidéu, of. n° 870, 07.12.1943. Dados estatísticos mensais sobre o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Uruguai. In: *Ofícios*. Nov-Dez. 1943; AHI, RJ; 33/5/10.

facilitaria ainda mais as trocas comerciais entre os países.¹⁴⁸⁹ Contudo o principal mercado uruguaio eram os EUA, principalmente, de couros curtidos destinados ao uso militar, lã e carnes.¹⁴⁹⁰

Tabela 13 – Exportações do Brasil para o Uruguai (1939-1943).

Exportações do Brasil para o Uruguai	
Ano	Valor em dólares (U\$S)
1939	2.860.000,00
1940	2.903.000,00
1941	4.440.000,00
1942	9.965.000,00
1943* (somente os oito primeiros meses do ano)	7.331.840,00

Fonte: AMREU.¹⁴⁹¹

Ao buscar os antecedentes das negociações militares com o EUA, revelou-se que o governo uruguaio, por meio de trocas secretas de informações entre o Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores, de outubro a novembro de 1943, negou parte do acordo político-militar com Washington. O Uruguai rejeitou conceder aos EUA e seus aliados autorização para operar com navios de guerra e aeronaves de patrulha, além do controle das comunicações para justificar as ações das Forças Armadas dos EUA.¹⁴⁹² No entanto, os acontecimentos políticos na Argentina fizeram o Uruguai voltar atrás nessa posição.

De toda forma, a publicidade desse projeto de instalação de bases norte-americanas nas costas uruguaias levou o Partido Nacional, herrerista, a interpelar o governo e a interromper as negociações em novembro no Senado. Na região, alterou-se o equilíbrio de poder a começar pela reconfiguração das novas influências mundiais no Rio da Prata.¹⁴⁹³

¹⁴⁸⁹ Telegrama n° 243 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 17.11.1944. Criação de uma agência do Banco do Brasil no Uruguai In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁴⁹⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideú, of. n° 778, 30.10.1943. Mês econômico-financeiro-comercial. Relatório n°. 10. In: Ofícios. Set-Out. 1943; AHI, RJ; 33/5/9.

¹⁴⁹¹ Id, Ibid.

¹⁴⁹² Memorandum secreto, Montevideo, 11.11.1943. In: Fondo MRE, serie Uruguay, caja 21; AMREU.

¹⁴⁹³ CERRANO, C.; D’ALESSANDRO, F.; 2018; p.17.

Em Buenos Aires, o governo argentino analisou o problema da seguinte forma: se cedesse bases aos norte-americanos, EUA, nação poderosa militarmente, instalariam-se na margem esquerda da região platina e isso daria ao Uruguai a possibilidade de levar a cabo a solução da jurisdição sobre o Rio da Prata, dessa vez com o apoio dos EUA e do Brasil.

Nessas circunstâncias, em meados de dezembro, Julio Argentino Roca, filho do ex-presidente, encontrou-se em Colônia com o chanceler Alberto Guani. A Argentina levantou a necessidade de saber quais passos o Uruguai tomaria em seu novo relacionamento com Washington. Cabe lembrar que desde fins de 1940, os governos dos EUA e do Uruguai elevaram suas legações à categoria de embaixadas. Com a entrada dos EUA na guerra e com a assinatura de acordos e empréstimos, as relações do Uruguai com os Estados Unidos se consolidavam. Desde a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, a compra de material bélico naquele país tinha aumentado.¹⁴⁹⁴ Por isso, que com a instalação da ditadura militar argentina, em 1943, a situação entre os vizinhos platinos ficou ainda mais tensa, quase hostil.¹⁴⁹⁵

Desde dezembro de 1943, o Comitê Consultivo Extraordinário do Continente, sediado em Montevidéu e presidido por Guani, recomendou aos governos americanos, que tinham declarado guerra ou rompido relações diplomáticas com o Eixo, que não reconhecessem, até a conclusão da guerra, nenhum governo que fosse constituído pela força. Além disso, deveriam verificar se este governo manteria os compromissos interamericanos relativos à defesa do continente.¹⁴⁹⁶ Essa proposta encabeçada pelo chanceler uruguaio ficou conhecida como Doutrina Guani. Essa não seria a única contribuição doutrinária da diplomacia uruguaia nesse contexto de guerra.

Não por acaso que o governo dos EUA foi rápido em aceitar a proposta uruguaia e o fez em termos calorosos. Joseph de Neef, diplomata belga, enfatizou que essa proposta faria com que os países americanos tomassem maior cuidado em não repetir o erro que cometeram ao reconhecer o governo de Buenos Aires com certa pressa.¹⁴⁹⁷

Apesar das especulações e temores, os golpistas argentinos mantiveram-se firmes na manutenção da neutralidade do seu país no conflito mundial. Por outro lado, no Uruguai,

¹⁴⁹⁴ Marcelino Bergalli, Inspector General del Ejército, Informe de la Inspección General del Ejército de 1942 e informe de Carlos Carbajal (MDN) a Héctor Gerona (ministro del Interior), Montevideo, 18.02.1943. In: AMDN (Archivo del Ministerio de Defensa Nacional), 1943, caja 511-545.

¹⁴⁹⁵ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n° 415, 15.06.1943. O Uruguai e o novo governo argentino. In: Ofícios. Maio-Jun. 1943; AHI, RJ; 33/5/7.

¹⁴⁹⁶ Telegrama no. 234, 30.12.1943. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa de las repercusiones de un golpe de Estado en Bolivia. In: NAHUM, 1998; p.490.

¹⁴⁹⁷ Ibidem.

as preocupações com esses militares ultranacionalistas se intensificaram e exigiram ações de defesa imediatas frente à possibilidade de conflito com o país vizinho. Nesse ambiente político conturbado, a opinião pública uruguaia se solidarizava com as prisões arbitrárias de professores e universitários pelo governo argentino.¹⁴⁹⁸ Nos debates do Conselho de Ministros, o temor em relação ao governo argentino não foi apontado diretamente como um gatilho para a necessidade de promulgação do Serviço Militar Obrigatório, projeto resgatado do general Alfredo Campos. No entanto, os discursos favoráveis ao projeto colocaram em discussão a ameaça da ditadura argentina.¹⁴⁹⁹ Com o recrutamento militar obrigatório, o governo uruguaio estimava o alistamento de mais de 80.000 cidadãos uruguaiois.¹⁵⁰⁰

Por esse motivo, ao longo do segundo semestre de 1943, o Uruguai negociou planos defensivos com os EUA e aceitou a instalação de uma estação de detecção de rádios clandestinos, no valor de US\$ 14.080,97, que monitoraria a região platina desde o território uruguaio em busca de estações inimigas.¹⁵⁰¹ Contudo, apesar da aproximação com os EUA, o Uruguai resistia em declarar guerra. O adido militar britânico em Montevideu relatou que as autoridades militares uruguaias sempre desaconselharam uma declaração de guerra, até que o país estivesse em posição de defender o povo contra massacres e ataques.¹⁵⁰² Aquele cenário em que o Uruguai ganhava uma grande importância geopolítica e estratégica, possibilitava o presidente Amézaga barganhar em prol de subsídios militares e vantagens técnicas e financeiras para os projetos uruguaiois. Certa vez declarou que assim que os EUA atendessem as suas necessidades materiais de defesa, o Uruguai poderia declarar guerra aos países do Eixo.¹⁵⁰³

Em janeiro de 1944, o almirante Jonas Ingram, comandante da Frota do Atlântico Sul da Marinha norte-americana com base no Brasil, desembarcou em Montevideu. Ele foi fundamental para a integração das Forças Armadas brasileiras ao sistema defensivo planejado por Washington para a América do Sul. E nessa estratégia, o Uruguai e a

¹⁴⁹⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 769, 30.10.1943. A situação argentina. In: Ofícios. Set-Out. 1943; AHI, RJ; 33/5/9.

¹⁴⁹⁹ CERRANO, C.; D'ALESSANDRO, F.; 2018; p.21.

¹⁵⁰⁰ LUSARDO para ARANHA, Montevideu, of. n° 272, 30.04.1943. Mês militar-naval-aéreo. Relatório n° 4. In: Ofícios. Mar-Abr. 1943; AHI, RJ; 33/5/6.

¹⁵⁰¹ Ministerio de Relaciones Exteriores, secreto, resolución 2244, Montevideo, 6.05.1943. In: AMDN (Archivo del Ministerio de Defensa Nacional), 1943, caja 1ª parte.

¹⁵⁰² Informe del agregado militar británico, capitán H. Cross, Montevideo, 15.03.1943, doc. 566. In: NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay**. Tomo VIII: 1938-1943. Montevideo, UdelaR; 1999, p. 289

¹⁵⁰³ Correspondencia de Ralph Skrine Stevenson, ministro de la legación británica, Montevideo, 3.07.1943, doc. 575. In: Ibid.

cooptação de suas Forças Armadas fariam parte da estrutura militar norte-americana que tinha o Brasil como centro principal.¹⁵⁰⁴ Segundo Alfredo Campos, ministro da Defesa do Uruguai, o motivo do encontro foi para discutir como os aviões norte-americanos fariam uso das bases aéreas navais na costa uruguaia. O almirante destacou que sua prioridade era a base em Laguna del Sauce, mas concordou em apoiar outras iniciativas de interesse do governo uruguaio.¹⁵⁰⁵

Na realidade, a logística do país era muito ruim, pois a ausência de aeroportos que permitissem a operação de aviões de guerra ou de aviões de grande porte era uma grande dificuldade. Diante disso, Washington precisava que seu aliado platino tivesse uma infraestrutura mínima para poder usar o Uruguai como base geoestratégica de operações. Por isso, os EUA comprometeram-se a prestar apoio técnico e material à modernização do pequeno aeródromo de Melilla e às obras do aeroporto internacional de Carrasco, com o objetivo de utilizá-lo tanto para aviões de combate quanto comerciais. Assim, o ministro Campos aceitou o auxílio, ficando acertado que os materiais e a mão de obra seriam custeados pelo governo uruguaio e que os técnicos norte-americanos ficariam sob sua autoridade.¹⁵⁰⁶

Nesse cenário, a mobilização militar argentina e o golpe nacionalista de inspiração argentina na Bolívia alteraram substancialmente o equilíbrio político no continente, criando uma coalizão que os governos do Brasil e EUA interpretavam como contrária aos interesses de ambos os países. A situação tornou-se verdadeiramente alarmante para Vargas quando, em dezembro de 1943, o general Villaroel tomou o poder na Bolívia com um golpe de Estado, que foi interpretado como tendo sido influenciado pela Argentina e pelo nazismo.¹⁵⁰⁷ Por outro lado, o Uruguai colocava-se em sintonia com os demais países americanos utilizando-se da proposta do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente sediado na capital uruguaia.¹⁵⁰⁸

Enquanto o Uruguai conduzia as negociações militares com os Estados Unidos, na Argentina ocorreram eventos de grande importância política. Em janeiro de 1944, o presidente Pedro Pablo Ramírez, ex-ministro da Guerra, rompeu relações diplomáticas com a Alemanha

¹⁵⁰⁴ Telegrama n.º 20 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 26.01.1944, confidencial. Declaração do vice-almirante Ingram sobre a situação política da Argentina. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevidéu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁰⁵ CERRANO, C.; D'ALESSANDRO, F.; 2018; p.25-26.

¹⁵⁰⁶ Idem; p.25-27.

¹⁵⁰⁷ DORATIOTO, 2014; p. 117.

¹⁵⁰⁸ LUSARDO para ARANHA, Montevidéu, of. n.º 924, 31.12.1943. Mês político. Relatório n.º 12. In: Ofícios. Nov-Dez. 1943; AHI, RJ; 33/5/10.

e com o Japão, sob pressão dos Aliados.¹⁵⁰⁹ Para Lusardo, a Argentina tinha rompido as relações com os países do Eixo por conta da pressão da Inglaterra e dos EUA.¹⁵¹⁰ De toda forma, a ruptura produziu violenta comoção na política argentina e os militares ultranacionalistas não toleraram sua rendição e destituíram o presidente Ramírez do cargo e o general Edelmiro Farrell¹⁵¹¹ assumiu a presidência. Esse evento desencadeou uma infinidade de pressões diplomáticas sobre Buenos Aires, o que levou à retirada de embaixadores, sob prescrição norte-americana, entre eles o uruguaio Eugenio Martínez Thedy,¹⁵¹² o último a sair.¹⁵¹³

No entanto, a construção dessas bases aeronavais no Uruguai, custeadas e dirigidas pelos EUA e com estradas diretas de acesso ao Brasil, gerou grande resistência do setor herrerista, com destaque para o senador Eduardo Victor Haedo que interpelou o presidente e o chanceler uruguaio diversas vezes no Senado. O senador do Partido Nacional dizia que aquela conivência do governo uruguaio com o governo norte-americano comprometia a soberania nacional do Uruguai e ameaçava a paz continental. Na verdade, a pressão dos herreristas era para o Uruguai reconhecer o governo argentino. Por isso, o senador alertava que: “não se pode seguir essa política de desconhecer o governo de um país irmão e ao mesmo tempo manter aliança militar com outra potência limítrofe”.¹⁵¹⁴

Em função disso, o governo Roosevelt ameaçou tornar público o envolvimento argentino no golpe da Bolívia e organizou demonstrações navais em Montevideú.¹⁵¹⁵ Possivelmente em resposta a essa ameaça norte-americana, o presidente Ramirez rompeu relações com o Eixo em 26 de janeiro de 1944. Dessa forma, houve reação nacionalista alegando que o governo agira sob pressão externa. Com isso, o GOU obrigou Ramirez a renunciar em 25 de fevereiro, dando lugar ao vice-presidente Farrel e Perón foi nomeado

¹⁵⁰⁹ Telegrama nº 27 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 28.01.1944, confidencial. Rompimento da Argentina com os países do Eixo. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵¹⁰ Telegrama nº 28 de Lusardo para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 08.02.1944, secreto. Preparativos militares argentinos na fronteira com o Brasil. In: Ibid.

¹⁵¹¹ Edelmiro Farrel (1887-1980): Político e militar argentino, foi presidente da Argentina (1944-1946).

¹⁵¹² Eugenio Martínez Thedy: Diplomata, político e jornalista uruguaio. Membro do Partido Colorado, foi ministro plenipotenciário no Chile (1920-1934) e embaixador na Argentina durante um longo tempo (1932-1948).

¹⁵¹³ CERRANO, C.; D’ALESSANDRO, F.; 2018; p.27.

¹⁵¹⁴ Telegrama nº 164 de Décio COIMBRA para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 06.06.1944, confidencial. Debates no Senado sobre construção de bases aéreas. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵¹⁵ Telegrama nº 21 de Lusardo para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 25.01.1944, confidencial. Política interna do Uruguai. In: Ibid.

ministro da Guerra e secretário do Trabalho.¹⁵¹⁶ Em entrevista com Lusardo, Guani enfatizou que os novos dirigentes argentinos caracterizavam-se pela sua aversão aos Estados Unidos da América (e havia quem dizia Estados Unidos do Brasil também) e que fariam de tudo para frustrar a política pan-americanista em marcha.¹⁵¹⁷

Diante do golpe de estado na Bolívia, o Comitê de Emergência para a Defesa Política do Continente, presidido por Guani, então vice-presidente do Uruguai, encaminhou uma circular às chancelarias dos países americanos sustentando que “qualquer governo estabelecido pela força durante a guerra não deveria ser reconhecido até que todos países americanos analisassem e decidissem” especificamente cada caso. Logo, batizaram a circular de “Doutrina Guani”. O curioso é que a Argentina já tinha reconhecido o novo governo boliviano. Mais tarde, descobriu-se que militares argentinos tinham apoiado o golpe boliviano liderado por Villaroel.¹⁵¹⁸ Por esse motivo, Batista Lusardo confirmou ao governo brasileiro que o governo boliviano recorreria ao auxílio argentino contra qualquer sanção coercitiva dos países americanos.¹⁵¹⁹

O governo brasileiro fez alguns gestos para sugerir que se dispunha a chegar a um acordo com o novo governo argentino, ao mesmo tempo em que buscava reforçar sua fronteira sul. Vargas fez fortes demandas por armas junto ao governo Roosevelt e Góes Monteiro até propôs usar a Força Expedicionária na Bacia do Prata em caso de emergência. Além disso, o governo brasileiro solicitou que os EUA construíssem imediatamente dois aeródromos na região Sul com as sobras de equipamentos do Nordeste. O resultado foi que as armas tão ansiosamente aguardadas pelo Brasil durante os meses anteriores começaram a fluir rapidamente para o sul do país no começo de 1944.¹⁵²⁰ Após os relatórios do adido naval brasileiro em Buenos Aires confirmar as movimentações militares argentinas, o

¹⁵¹⁶ MOURA, 2012, p.144.

¹⁵¹⁷ Telegrama nº 57 de Lusardo para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 28.02.1944, confidencial. Situação política da Argentina. Considerações do Senhor Alberto Guani. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵¹⁸ OLIVEIRA, 1984; p. 214-215.

¹⁵¹⁹ Telegrama nº 7 de Lusardo para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 12.01.1944, confidencial. Situação política na Argentina. Reconhecimento do novo governo boliviano. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵²⁰ MOURA, op. cit.; p.144-145.

governo brasileiro não perdeu tempo para se mover.¹⁵²¹ Segundo o jornal batllista *El Día*, a Argentina se preparava para uma guerra, considerada inevitável pelos seus governantes.¹⁵²²

Em resumo, o golpe de estado argentino de fevereiro de 1944 deixou o governo dos Estados Unidos profundamente alarmado. Isto gerou não só o reforço da política de transferência de armamento para o Brasil, como também tentativas de se opor à resultante ofensiva diplomática anti-norte-americana da Argentina.¹⁵²³ Em contrapartida, a Grã-Bretanha tratava de ajudar a Argentina fornecendo-lhe armamentos no esforço de contrabalançar a influência que os EUA, através do Brasil, adquiriam na América do Sul e que poderia aumentar de forma ruínosa para os seus interesses. O embaixador José de Paula Rodrigues Alves comunicou esse fato ao chanceler Oswaldo Aranha e os preparativos militares continuaram de lado a lado. O governo de Washington dispôs-se a entregar ao Brasil, rapidamente, material para uma divisão motorizada no Rio Grande do Sul, enquanto a crise na Argentina evoluía com a luta de facções e desenhava o quadro para o conflito.¹⁵²⁴

O governo Farrell, que teve o coronel Juan Domingo Perón como vice-presidente e, cumulativamente, ministro da Guerra e também encarregado da Secretaria do Trabalho, não foi reconhecido e manteve relações diplomáticas com apenas três países americanos: a Bolívia, o Chile e o Paraguai.¹⁵²⁵ No Uruguai, os herreristas chegaram a pressionar o governo Amézaga para o reconhecimento do novo governo argentino, mas, apesar do barulho e das repercussões, não obtiveram sucesso.¹⁵²⁶ Em resposta, o governo argentino criou uma série de medidas econômicas restritivas ao Uruguai, ao ponto do governo uruguaio alertar o embaixador brasileiro em Montevideu de possíveis incrementos nas importações uruguaias do Brasil.¹⁵²⁷ Mais uma vez, o Brasil apresentou-se como uma opção de defesa do Uruguai em relação à Argentina.

¹⁵²¹ Telegrama nº 238 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 08.0.1944, secreto. Preparativos militares argentinos na fronteira com o Brasil. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵²² Telegrama nº 173 de Décio COIMBRA para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 14.06.1944, confidencial. Comentários imprensa uruguaia sobre discurso do Coronel Perón. In: Ibid.

¹⁵²³ MOURA, 2012, p.145.

¹⁵²⁴ BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; p. 290-291.

¹⁵²⁵ Telegrama nº 100 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 21.03.1944. Situação política da Argentina. Atitude do governo uruguaio. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵²⁶ Telegrama nº 93 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 18.03.1944. Situação política da Argentina. Debate no Senado uruguaio. In: Ibid.

¹⁵²⁷ Telegrama nº 105 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 17.03.1944, confidencial. Situação política da Argentina. In: Ibid.

Nesse cenário, os demais países americanos retiraram seus embaixadores de Buenos Aires e a ditadura de Farrell ficou isolada. O chanceler uruguaio José Serrato achava um erro a posição de Washington em relação à Argentina por não haver uma política definida em relação a ela que não o isolamento. Os diversos aspectos no relacionamento argentino-uruguaio, além do diplomático que era inexistente, pioraram, principalmente, devido às atividades anti-Farrell dos exilados argentinos em Montevidéu e com as muitas manifestações contrárias à ditadura argentina.¹⁵²⁸ Diversos exilados políticos argentinos se utilizavam de Montevidéu como base de operações para uma ação ou propaganda contra o regime instalado em Buenos Aires.¹⁵²⁹

A necessidade de invadir a Argentina estava nas previsões de Góes Monteiro, que se encontrava em Montevidéu. Ele não acreditava que a Argentina iniciasse a agressão, mas entendia que o Brasil precisava tomar atitudes acauteladoras para o futuro, considerando a possibilidade de ter que intervir na Bacia do Prata, de acordo com os EUA.¹⁵³⁰ Moniz Bandeira defende que a perspectiva de guerra entre o Brasil e Argentina decorria não tanto da disposição real dos dois países quanto do jogo de interesses das potências imperialistas. A proporção das tropas na fronteira era de um soldado argentino para cinco brasileiros e havia camaradagem entre os oficiais das duas nações. O Departamento de Estado, que não reconheceu o governo do general Farrel, fez pressão sobre o Itamaraty.¹⁵³¹ Entretanto, embora os EUA interferissem no cenário platino, tratava-se de uma disputa entre os próprios países pela hegemonia na região.

Por outro lado, a Argentina interpretava o alinhamento do Brasil como forma de obter benefícios econômicos e estratégicos dos Estados Unidos, na linha da suspeita do desejo de representar os interesses de Washington na América do Sul.¹⁵³² A proximidade física entre Montevidéu e Buenos Aires influenciava os governos uruguaio a manterem uma política externa que se equilibrava entre o não-alinhamento e a cordialidade com a Argentina, o país mais rico e mais poderoso da América Latina nas primeiras décadas do

¹⁵²⁸ DORATIOTO, 2020; p.298.

¹⁵²⁹ Telegrama nº 216 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 04.10.1944, confidencial. Situação política argentina. Movimento dos exilados políticos argentinos no Uruguai. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevidéu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵³⁰ Telegrama nº 69 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 07.03.1944, confidencial. Situação política da Argentina. Atitude do governo uruguaio. In: Ibid.

¹⁵³¹ BANDEIRA, 1978; p. 292.

¹⁵³² CANDEAS, 2005, p.178-213.

século passado.¹⁵³³ Entretanto, com o início da guerra e a radicalização política na Argentina, a cordialidade foi questionada.

Em síntese, a neutralidade argentina na II Guerra Mundial, seguida por governos conservadores e pelo GOU, liderados por Perón, retomava a posição adotada na I Guerra e deixou o país isolado no continente. A sociedade estava muito dividida e a postura neutra não refletia qualquer consenso. A neutralidade sugeria várias interpretações, conforme a inclinação ideológica ou econômica: pacifismo, não-ingerência, apoio subliminar ao Eixo ou interesse de comércio simultâneo com os beligerantes. Em 1943, desde o golpe do GOU que derrubou o presidente Castillo e reforçou a neutralidade – que, na visão norte-americana, significava claro favorecimento do Eixo-, deterioraram-se as relações com os EUA, que vetavam a venda de armas e bens de capital.¹⁵³⁴

De toda forma, o governo uruguaio teve certa cautela em não agravar a sua situação com seu vizinho, uma vez que o Uruguai dependia da Argentina para o abastecimento de numerosos produtos de primeira necessidade. Essa foi uma das razões pelas quais a Câmara dos Deputados votou por unanimidade, a pedido do presidente, um projeto de lei que direcionava ao vizinho platino a soma no valor de 100.000 pesos para ajudar na construção de uma escola em *San Juan*, destruída por um terremoto.¹⁵³⁵ Entretanto essa medida não foi suficiente para apaziguar as relações entre Uruguai e Argentina. Em 12 de agosto de 1944, o ministro belga em Montevideú, frisou que as relações entre Uruguai e Argentina não tinham melhorado e os embaixadores dos países tinham sido retirados. Em consequência disso, o governo argentino impôs inúmeros obstáculos aos turistas uruguaiois, que cruzavam constantemente o Rio da Prata, e cessou o fornecimento de produtos básicos para o Uruguai. Por isso, parte da imprensa uruguaia reagiu, conforme registrou Joseph de Neeff:

El no reconocimiento del gobierno argentino, dicen esos diarios, carece de fundamento desde el punto de vista jurídico ya que es una intromisión evidente en los asuntos internos donde la soberanía del Estado debe permanecer íntegra. Si Uruguay debía basarse en la inconstitucionalidad del régimen de los Estados americanos, debería romper sus relaciones con muchos; además, Argentina no se ha mostrado hostil a los Aliados como lo hizo, por ejemplo, España, con quien Uruguay jamás pensó en romper. Es justo decir que Gran Bretaña y los Estados Unidos intentan testimoniar su reconocimiento al Uruguay aprovisionándolo, en la medida de lo posible, de productos que provenían de Argentina. Brasil también da pruebas de muy buena voluntad; es así que últimamente le hizo llegar productos cuya falta amenazaba ciertas industrias. Los Estados Unidos han contribuido con una donación de 500.000 dólares para la organización de un

¹⁵³³ DORATIOTO, 2020; p.299.

¹⁵³⁴ CANDEAS, 2005, p.178-213.

¹⁵³⁵ Idem; p.492.

*servicio sanitario en Uruguay. El gobierno inglés también ha testimoniado sus sentimientos benevolentes elevando su Legación en Montevideo al rango de Embajada.*¹⁵³⁶

Vê-se, portanto, que nem mesmo José Serrato, um dos principais responsáveis pelo restabelecimento das relações diplomáticas entre Argentina e Uruguai em 1932, foi capaz de conciliar os dois países platinos. Isso porque Alberto Guani, vice-presidente do Uruguai e presidente do Comitê Consultivo de Defesa Continental, continuava atuando como o chanceler de seu país, cargo que não mais ocupava. Sua ingerência na política externa uruguaia muitas vezes se sobrepunha às decisões do chanceler Serrato, gerando querelas entre os chanceleres. Em síntese, pode-se dizer que, ao contrário das relações entre Brasil e Uruguai, as relações bilaterais entre Argentina e Uruguai foram marcadas por longos períodos de distanciamento e curtos períodos de aproximação.

Nesse cenário, as relações argentino-uruguaias pioraram entre 1944 e 1945, às quais se somou à atividade política dos exilados argentinos em Montevidéu. O Ministério da Defesa do Uruguai estava encarregado de zelar pelas violações da legislação em vigor no que diz respeito ao controle das comunicações. Nesses documentos, reiterava-se a necessidade de evitar os excessos de linguagem que insultavam o governo argentino, sendo o mais grave o incitamento à rebelião contra a ditadura por afetar as relações bilaterais. Embora alguns programas de rádio tenham sido suspensos, não foi o que prevaleceu para que se multiplicassem as denúncias, em decorrência da tolerância do governo com as críticas severas contra o governo argentino.¹⁵³⁷

Em contrapartida, as relações com o Brasil estavam em harmonia. Em março de 1944, o governo uruguaio expressou sua solidariedade com o país vizinho pela incorporação de tropas brasileiras no front de guerra na Europa, enviando à capital brasileira delegações militares para intercâmbios e apoio moral, que contaram com a presença do seu ministro da Defesa. Desde janeiro de 1944, a chancelaria uruguaia já se preocupava com o cenário pós-guerra, por isso, foi frequente a consulta da chancelaria uruguaia sobre as posições que seriam assumidas pelo Brasil.¹⁵³⁸ Além disso, a posição intransigente dos herreristas e os movimentos de Luís Alberto de Herrera pela Argentina, em contato com os políticos

¹⁵³⁶ Telegrama nº 237, 12.08.1944. Joseph de Neef, ministro de Bélgica, informa de la tensa relación entre Uruguay y Argentina. In: NAHUM, 1998; p.495-496.

¹⁵³⁷ CERRANO, C.; D’ALESSANDRO, F.; 2018; p.27.

¹⁵³⁸ DE LOS SANTOS, 2011; p. 20-21.

nacionalistas, preocupavam o governo uruguaio.¹⁵³⁹ Por outro lado, senadores batllistas pressionaram a chancelaria uruguaia com o intuito de formalizar um entendimento com o governo dos EUA e do Brasil, por meio de um pacto militar, para a defesa do território nacional em caso de agressão da Argentina. Insatisfeitos com a postura de Serrato e Amézaga, os batllistas diziam que o governo uruguaio estava amedrontado e acovardado diante do “nazismo argentino”.¹⁵⁴⁰

Em contrapartida, os militares argentinos investiam no programa armamentista e nos preparativos militares que revelavam a sua prevenção contra o poderio militar do Brasil. Segundo Lusardo, estavam por corresponder à irrepreensível conduta internacional do governo brasileiro, acelerando a produção de armas e munições e construindo verdadeira linha de quartéis, bases aéreas e outros empreendimentos militares estratégicos ao largo da fronteira de norte a sul.¹⁵⁴¹

Nota-se, portanto, que entre 1944 e 1945, as tensões diplomáticas se acirraram na América do Sul à medida que a disputa entre Estados Unidos e Argentina se agravava decorrente das posições divergentes em relação à guerra e à nova ordem internacional a ser construída. O governo argentino chegou a adotar várias medidas de precaução e vigilância militar contra os EUA, principalmente, nas zonas dos portos.¹⁵⁴² As pressões da diplomacia norte-americana foram sentidas nas chancelarias do Uruguai e do Brasil devido à vizinhança estratégica de ambos os países com a turbulenta Argentina. No entanto, tanto o governo brasileiro quanto o uruguaio tentaram manter atitudes consonantes com a política promovida pelo Departamento de Estado, mas sem aceitar categoricamente suas propostas de ruptura com o governo Farrell-Perón. Por isso, em junho de 1944, quando os EUA propuseram a retirada maciça de embaixadores credenciados em Buenos Aires, Brasil e Uruguai buscaram formalidades para evitar esse caminho e Oswaldo Aranha chegou a sugerir à diplomacia uruguaia para usarem “circunstância de vizinhança” para não retirarem seu embaixador da Argentina.¹⁵⁴³

¹⁵³⁹ Telegrama nº 95 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 17.03.1944, confidencial. Situação política da Argentina. Viagem do senhor Herrera à Argentina, Chile, Bolívia e Paraguai. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁴⁰ Telegrama nº 186 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 04.08.1944, confidencial. Política internacional do Uruguai. In: Ibid.

¹⁵⁴¹ Telegrama nº 221 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 06.10.1944, confidencial. Declarações de exilados políticos sobre a situação na Argentina In: Ibid.

¹⁵⁴² Telegrama nº 182 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 26.07.1944, confidencial. Reconhecimento do governo argentino. In: Ibid.

¹⁵⁴³ DE LOS SANTOS, 2011; p. 21.

Diante do conturbado quadro político argentino, em fins de setembro de 1945, o novo embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Batista Lusardo, que tinha sido embaixador em Montevideu entre 1937 e 1945, portanto, profundo conhecedor da política uruguaia, recebeu um convite para conversar secretamente com Perón, já despojado dos cargos e sob ameaça de prisão, e oferecer-lhe asilo político no Brasil. Esse quadro de entendimento do governo Vargas com Perón, através de Lusardo, fomentava a suspeita de que os dois viessem a concertar um pacto de sustentação recíproca, formando outro eixo político no Cone Sul.

O almirante Alberto Tessaire e o jornalista Caffaro Rossi, que promoveram o encontro, defendiam essa alternativa. No entanto, segundo Moniz Bandeira, a disposição de Perón, apoiada por Evita, era de permanecer na Argentina e ser preso, pois julgava que esse era o único caminho para “libertar” o povo, conforme declarou ao embaixador Batista Lusardo. E este, ao manifestar sua solidariedade, disse-lhe que se Perón tinha a convicção de que precisava “ser preso para libertar a Argentina, então que a prisão venha imediatamente”. Essa conversa entremostrou que Perón, com a influência que adquirira sobre a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), já planejara uma mobilização da classe operária para respaldá-lo e, contava com a oportunidade de ser preso, a fim de dar uma demonstração de força popular, ao perceber que, naquela situação, o Exército argentino não tinha condições de sustentar o poder pela força das armas.¹⁵⁴⁴

Com essa percepção, Perón, diante da proximidade das eleições para a presidência da Argentina, tratou de emergir como o único dos chefes militares, cujo prestígio político não se assentava na boca dos canhões e desbordava a zona de segurança dos quartéis. Era o que podia salvar o prestígio do Exército, aliá-lo aos trabalhadores, e derrotar a oligarquia rural. De modo consciente ou não, Farrel fez-lhe o jogo: determinou sua prisão, na ilha de Martin Garcia, sob custódia da Marinha. Cinco dias depois, a notícia de que Perón estava enfermo contribuiu, juntamente com a convocação da greve geral pela CGT, para promover e motivar ainda mais a classe trabalhadora, que se lançou às ruas. Consequentemente, o presidente Farrel teve de ceder e recuar. Perón emergiu, naquele momento, como o homem que tinha condições de conservar o poder em mãos do Exército e o conciliar com a classe trabalhadora, evitando a dissensão e a guerra civil na Argentina.¹⁵⁴⁵

¹⁵⁴⁴ BANDEIRA, 2003; p.222.

¹⁵⁴⁵ Idem, p.223-224.

Observa-se, portanto, que a II Guerra Mundial e seus desdobramentos transformaram o papel do Uruguai no Rio da Prata, integrando-o ao circuito de influência norte-americana. Embora o mais importante aliado dos EUA fosse o Brasil, sua localização, história e política o ressignificaram na nova realidade mundial e no equilíbrio de poder da região. Seu peso “moral”, sua tradição liberal e sua harmonia com o Ocidente fizeram do país uma peça na construção da nova engenharia hegemônica dos EUA, alimentando temores sobre a “invasão ou infiltração nazista”, como fizeram em todo o continente.¹⁵⁴⁶

Nesse quadro, o abastecimento militar dos Estados Unidos, a padronização das Forças Armadas do Uruguai em consonância com as de seu aliado do norte, o controle das comunicações, o acesso a informações e o apoio na construção de infraestrutura defensivas marcaram a instalação geoestratégica do Uruguai na órbita militar. Em outras palavras, a II Guerra Mundial mudou o papel geoestratégico do Uruguai e o nascimento do peronismo na Argentina o confirmou nesse novo papel no Rio da Prata. Com efeito, o Uruguai usou sua posição geopolítica a curta distância física e temporal da Argentina, e entre Brasil e Argentina, em sua estratégia pendular.¹⁵⁴⁷

4.2.3. A participação brasileira na guerra e suas influências

A guerra produziu transformações no cenário internacional e regional, sobretudo naqueles países que participaram diretamente do conflito, como o Brasil que enviou tropas militares da Força Expedicionária Brasileira para a frente de batalha na Europa ocidental. Por conseguinte, desde o momento em que o Brasil se definiu pela democracia contra o totalitarismo nazifascista, o governo de Getúlio viu-se condenado.

Após decretar estado de guerra contra os países do Eixo, em 22 de agosto de 1942, o Brasil precisava efetivamente se preparar para o conflito. Apesar da oposição dos ingleses, Getúlio Vargas decidiu enviar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar na Itália. Os primeiros contingentes brasileiros seguiram para a Europa em julho de 1944, somando, após novos envios, algo em torno de 25 mil homens. Getúlio evitou colocar no comando da FEB um militar que tivesse prestígio político e pudesse ser visto, no retorno, como opção sucessória. Por isso, o presidente brasileiro escolheu o general Mascarenhas de Moraes,

¹⁵⁴⁶ CERRANO, C.; D’ALESSANDRO, F.; 2018; p. 29.

¹⁵⁴⁷ Idem.

oficial sem ressonância política e, conhecido por seguir à risca a disciplina militar.¹⁵⁴⁸ Todavia, Vargas não presumia que essa participação provocaria a contestação de seu próprio regime pelos próprios militares.

Em Washington, uma delegação militar brasileira, em 1942, chefiada pelo general Leitão de Carvalho, assentou as bases de uma colaboração militar fora do continente. Em seguida, fez o general Dutra, ministro da Guerra, uma visita aos EUA e, depois de algumas divergências que dificultaram o êxito das negociações, a FEB foi embarcada para a Europa. Era a primeira vez que um contingente militar latino-americano saía para lutar fora do hemisfério. O governo uruguaio não perdeu tempo e prestou sua homenagem aos militares brasileiros por tal missão.¹⁵⁴⁹ Desembarcados em Nápoles os cinco escalões, com 25 mil homens brasileiros, ficaram no teatro das operações durante os oito últimos meses da guerra, salientando-se pelas suas sucessivas vitórias de Camaiore, Monte Castelo, Castelnuovo, Montese, Zocca e Fornovo, entre julho de 1944 e março de 1945.¹⁵⁵⁰

Recrutados especialmente entre as classes populares e com pouco treinamento militar, os soldados brasileiros lutaram em condições adversas, em meio ao frio europeu, acumulando vitórias e derrotas. Morreram na Itália cerca de 460 homens, mais da metade, na tentativa, alcançada após vários ataques, de tomar o Monte Castelo, situado cerca de mil metros acima do nível do mar. Esse episódio ficou para sempre associado ao esforço e ao sacrifício dos soldados brasileiros na guerra.¹⁵⁵¹

A decisão de enviar os contingentes resultou de fatores combinados, entre eles o interesse do governo Vargas em reforçar seu prestígio, considerando-se o entusiasmo da opinião pública pela iniciativa; o desejo de ter uma posição importante nas negociações do pós-guerra, especialmente no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), de cuja organização as grandes potências já cogitavam.¹⁵⁵²

Entretanto, cabe lembrar que no Exército as armas eram obsoletas, faltavam munições e carros de combate, além das tropas não passarem por treinamento profissional. Não tinha como defender o país de ataques aéreos ou navais. A declaração de guerra era uma resposta ao afundamento de cinco navios de passageiros pelo submarino alemão U-507, entre

¹⁵⁴⁸ FAUSTO, 2006; p.105.

¹⁵⁴⁹ Telegrama nº 1938 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 28.04.1944, confidencial. Homenagem do Uruguai ao Corpo Expedicionário Brasileiro. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevidéu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁵⁰ CARVALHO, 2016; p. 466-467.

¹⁵⁵¹ FAUSTO, op. cit.; p.106.

¹⁵⁵² Idem, p.105.

os dias 15 e 17 de agosto, que matou 605 brasileiros no litoral de Sergipe e da Bahia. Durante dois dias na capital do país, o Rio de Janeiro, em diversas capitais de estados e em inúmeros municípios ocorreram manifestações de protestos, passeatas e comícios condenando a atitude do governo alemão e exigindo que Vargas declarasse guerra à Alemanha.¹⁵⁵³

O historiador Jorge Ferreira ressaltou que foram os direitos civis e as garantias individuais os mais atingidos com esse estado de guerra. A Constituição de 1937 tinha viés claramente autoritário, mas o decreto que instituiu o estado de guerra em todo o território nacional, em 31 de agosto de 1942, poucos dias depois que o governo declarou guerra à Alemanha e à Itália, suspendeu quaisquer garantias constitucionais, a citar o direito ao *habeas corpus*, a liberdade de expressão e de escolha de profissão, de associação e de reunião, a livre circulação no território nacional, a inviolabilidade do domicílio, da correspondência e da propriedade. Além disso, detenções policiais poderiam ocorrer sem culpa formada. Também foi estabelecida a pena de prisão perpétua e suspenso o artigo 137 da Constituição, que tratava da legislação básica referente ao trabalho.¹⁵⁵⁴ Na prática, porém, a medida atingiu algumas indústrias e empresas consideradas essenciais para o esforço de guerra e afetou, sobretudo, a jornada de trabalho dos operários.¹⁵⁵⁵

Além disso, a guerra impôs outros sacrifícios à população brasileira. O perigo de ataques aéreos da Alemanha às cidades litorâneas foi considerado sério e muito possível de ocorrer pelo governo brasileiro, logo, era necessário preparar a população para o caso de bombardeios nas áreas urbanas. Para isso, o governo instituiu o Serviço de Defesa Passiva Antiaérea em maio de 1942. Em setembro de 1943, o órgão foi renomeado, ficando conhecido como Serviço de Defesa Civil e o coronel Orozimbo Martins Pereira foi nomeado seu chefe geral.¹⁵⁵⁶

Nesse quadro, todos os brasileiros ou estrangeiros residentes no país e maiores de 16 anos poderiam ser convocados para receber instruções de como usar máscaras contra gases, atender alarmes, remover intoxicados, prevenir incêndios, construir abrigos ou ainda realizar trabalhos de enfermagem, limpeza pública, entre outros. Isto é, o estado de guerra mobilizou diversos setores da sociedade brasileira. Sob a ditadura do Estado Novo, Vargas recebeu o apoio de estudantes, donos de jornais, escoteiros e ministros do STF. O ataque do

¹⁵⁵³ FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942. Estado e sociedade contra o Reich. **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.90.

¹⁵⁵⁴ BRASIL. Decreto n. 10.358, de 31 de agosto de 1942. Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF.

¹⁵⁵⁵ FERREIRA, op. cit.; p.92.

¹⁵⁵⁶ Idem, p.99.

U-507 com a morte de 605 brasileiros e a declaração de guerra à Alemanha e Itália resultaram na cooperação de diversos setores sociais ao governo – mesmo que autoritário.¹⁵⁵⁷

Contudo as dificuldades vividas pela sociedade brasileira, a partir de 1942 e até o final do conflito, em 1945, foram muitas. Os racionamentos, o desabastecimento de mercadorias, o esforço dos trabalhadores nas fábricas, a falta de combustíveis, o uso do gasogênio, a “batalha da borracha”, os blecautes, entre outras situações, não se tornaram registros importantes na nossa sociedade. Pouco se valoriza, por exemplo, a luta dos 25 mil soldados brasileiros nos campos de batalha italianos. Via de regra, sua participação é vista de maneira demeritória – quando não pitoresca. Com exceção do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra no Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro, conhecido popularmente como Monumento aos Pracinhas, não se encontram, em outras cidades, lugares de memória sobre a participação do Brasil nesse conflito mundial.¹⁵⁵⁸ No entanto, é importante sublinhar que no cenário regional e internacional, o conflito provocou profundas transformações.

Em agosto de 1944, Oswaldo Aranha, chanceler do Brasil desde março de 1938, pediu demissão do governo varguista.¹⁵⁵⁹ O estopim de tal medida teria sido o fechamento da Sociedade dos Amigos da América a mando do DOPS. Todavia tratava-se de embates políticos internos do governo de Vargas, intensificados com o desenvolvimento da guerra. Conseqüentemente, a demissão de Aranha causou impacto sobre a opinião hemisférica. A reação no meio político, diplomático e jornalístico no Uruguai foi típica. Um dos temas principais dos comentários da imprensa uruguaia, segundo o embaixador brasileiro em Montevideu, era que “a atuação do ministro Aranha em prol da solidariedade pan-americana converteu-o em um dos mais eminentes representantes dessa tendência em nosso hemisfério, fazendo-o merecedor da gratidão de toda a América”.¹⁵⁶⁰ Lusardo escreveu que:

nas rodas políticas e altas esferas administrativas, a começar pelo presidente da República e o ministro das Relações Exteriores, todos me assediam e continuam me assediando com indagações sobre as causas da demissão e as suas conseqüências prováveis sobre a política interna e externa do Brasil.¹⁵⁶¹

¹⁵⁵⁷ FERREIRA, 2017; p.103.

¹⁵⁵⁸ Idem, p.107.

¹⁵⁵⁹ Telegrama de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 22.08.1944. Pedido de demissão do chanceler Oswaldo Aranha. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁶⁰ HILTON, Stanley. **Oswaldo Aranha**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994, p.422-425.

¹⁵⁶¹ Idem.

A saída de Aranha do governo brasileiro gerou boatos de que o Brasil mudaria sua posição no cenário internacional.¹⁵⁶² Além disso, foi um estímulo para os adversários do regime e, em um primeiro momento, havia a impressão em círculos informados de que ela poderia ser o estopim de uma reação séria à ditadura. No Catete havia plena consciência de que seria lógica que a oposição se reunisse em torno da pessoa de Aranha. O embaixador reconhecia que sua exoneração dera “nova vida” aos adversários do regime e que estes, por conseguinte, estavam intensificando suas atividades conspiratórias. Benjamin Vargas, irmão do presidente, chegou a confidenciar ao enviado americano que pretendia manter contato frequente com Aranha para vigiar seus movimentos e impedir que se envolvesse em qualquer ação contra o governo.¹⁵⁶³ Essas crises ministeriais eram reflexos das contradições da ditadura brasileira no front europeu lutando ao lado dos Aliados em nome da democracia. Não tardaria para a ditadura brasileira cair. Lusardo chegou a alertar o governo brasileiro de que em Montevideú e Buenos Aires haviam rumores de que o Brasil vivia “verdadeiro estado de crise”.¹⁵⁶⁴

As notícias circuladas nos países platinos, em parte, eram verdadeiras, pois, um golpe político para a derrubada de Getúlio Vargas estava sendo orquestrado. O golpe liderado por Góes Monteiro, que substituíra a Dutra na pasta da Guerra quando este se tornou candidato para a sucessão presidencial, tinha o apoio não só da oposição liberal, mas também do próprio Dutra. A candidatura deste não despertara entusiasmo popular algum, fato que atribuía à indiferença de Vargas provinda de seu alegado continuísmo, portanto, o ex-ministro da Guerra começara semanas antes do golpe a preparar o terreno para a ação militar contra Vargas.¹⁵⁶⁵

Nesse contexto, o Brasil foi, provavelmente, o país mais afetado da América Latina com a II Guerra Mundial. Dezenas de navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo e, desde agosto de 1942, o Brasil esteve formalmente em guerra com Alemanha e Itália. A participação do Exército e da Força Aérea nos campos de batalha da Itália, em 1944 e 1945, é relativamente conhecida. Menos divulgada, mas igualmente importante, foi a ação da Marinha e da Força Aérea nas patrulhas antissubmarino e comboios

¹⁵⁶² Telegrama nº 215 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 04.10.1944, confidencial. Situação política argentina. Comentários imprensa uruguaia. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁶³ HILTON, 1994, p.427.

¹⁵⁶⁴ Telegrama nº 207, de COIMBRA para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 22.09.1944. Situação interna do Brasil. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideú, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁶⁵ HILTON, op.cit.; p.429.

no Atlântico Sul a partir de 1942. O Brasil cedeu também seu território para operação das Forças Armadas dos Estados Unidos, ação que sanou problemas logísticos e facilitou a comunicação aérea e naval aliada. Essa foi, provavelmente, a mais importante contribuição nacional para a vitória aliada na guerra.¹⁵⁶⁶

Com efeito, a participação direta do Brasil no conflito decorreu mais de sua vontade do que por solicitação dos EUA. A Grã-Bretanha era contrária mesmo à participação brasileira. Para os norte-americanos, o Brasil já dava importante contribuição estratégica e o envio de suas tropas, que deveriam ser por eles treinadas, equipadas e transportadas, não estava nos planos. Em termos materiais, a participação no conflito deixou saldo positivo ao Brasil. O Exército e a Força Aérea foram modernizados e equipados numa escala superior ao período imediatamente anterior, com quadros de pessoal treinado em centros navais mais avançados que os nacionais. Afora isso, é preciso considerar o aumento do prestígio internacional do país, figurando ao lado dos vitoriosos, apesar de sua modesta contribuição nas operações bélicas, e o aumento do componente de orgulho incorporado ao sentimento nacional.¹⁵⁶⁷

Simultaneamente à mudança de rumo nas frentes de batalha, ocorria uma transformação gradativa na política norte-americana em relação à América Latina. Os constantes conflitos entre o Secretário de Estado Cordell Hull e o subsecretário Sumner Welles terminaram com a demissão deste último, em setembro de 1943. Adolf Berle,¹⁵⁶⁸ secretário assistente para assuntos latino-americanos, perdeu grande parte de seu poder, e mais tarde, foi afastado do cargo. Nelson Rockefeller não podia mais contar com esses dois importantes aliados. A política externa brasileira também sentiu os reflexos dessa mudança: Oswaldo Aranha perdia o interlocutor e amigo Sumner Welles.¹⁵⁶⁹

Afinal, Aranha, o principal arquiteto do alinhamento brasileiro com os EUA, fora expulso do governo, por desconcertante coincidência, no exato momento em que a FEB mandava os primeiros contingentes para lutar na Europa ao lado dos norte-americanos. Oswaldo, em tal circunstância, perdia a chance de se autorizar como nome ideal para conduzir a transição democrática, como muitos imaginaram, sobretudo o Departamento de Estado, em Washington. Com isso, o terreno ficava livre para Getúlio assumir sozinho e por

¹⁵⁶⁶ NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial:** estudos contemporâneos. Joinville, SC: Editora Univille, 2020; p. 8.

¹⁵⁶⁷ CERVO; 2015; p. 284-287.

¹⁵⁶⁸ Diplomata norte-americano. Foi Secretário de Estado Adjunto para a América Latina (1938-1944) e embaixador no Brasil (1945-1946).

¹⁵⁶⁹ TOTA, 2000; p. 184.

contra própria a condução do processo de abertura.¹⁵⁷⁰ No entanto, o presidente brasileiro ainda seria surpreendido por outros de seus ministros de alto escalão.

A Argentina, que ainda não declarara guerra ao Eixo e mantinha fortemente sua neutralidade, continuava a ser um problema para a diplomacia de Hull. Rockefeller tentou pressioná-la para que se buscasse uma solução para o caso, mas o secretário de Estado não aceitou a ingerência do chefe do OCIAA. Habilmente, Nelson Rockefeller ajudou o presidente Roosevelt a se decidir pela demissão de Cordell Hull, em novembro de 1944. Para o seu lugar foi convidado o homem forte da poderosa *United States Steel*, Edward R. Stettinius Jr, permanecendo no cargo até 1945.

Numa sequência de atos bem articulados, Stettinius indicou Rockefeller para o cargo de secretário-assistente para a América Latina, e este, por sua vez, indicou seu amigo Adolf Berle para embaixador no Brasil, no lugar do experiente diplomata Jefferson Caffery. Todas as indicações foram devidamente referendadas pelo presidente Roosevelt. Esvaziava-se a função do OCIAA.¹⁵⁷¹ No campo econômico e comercial, é notável o crescimento dos EUA na região, conforme relatado na Tabela 14. Em síntese, era o fim da hegemonia britânica e o início da hegemonia norte-americana.

¹⁵⁷⁰ NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; p. 450-451.

¹⁵⁷¹ TOTA, 2000; p. 184-185.

Tabela 14: Participação comercial latino-americana (1938-1948).

Participação comercial latino-americana (1938-1948) (Exportações e Importações em porcentagens).				
EXPORTAÇÕES				
País	1938	1941	1945	1948
EUA	31,5	54,0	49,2	38,2
Reino Unido	15,9	13,1	11,8	13,3
França	4,0	0,1	...	2,9
Alemanha	10,3	0,3	...	2,1
Japão	1,3	2,7	...	0,9
América Latina	6,1	s/d ¹⁵⁷²	16,6	9,3
Todos os demais	30,9	s/d	22,4	33,3
IMPORTAÇÕES				
País	1938	1941	1945	1948
EUA	35,8	62,4	58,5	52,0
Reino Unido	12,2	7,8	3,6	8,1
França	3,5	0,1	...	1,9
Alemanha	17,1	0,5	...	0,7
Japão	2,7	2,6	...	0,1
América Latina	9,2	s/d	25,6	10,9
Todos os demais	19,5	s/d	12,3	26,3

Fonte: (BULMER-THOMAS, 2017; p.226).

4.3. 1945: o desfecho da guerra e a consolidação de uma aliança geopolítica¹⁵⁷³

Em 21 de fevereiro de 1945, o Uruguai declarou guerra à Alemanha e ao Japão, com a guerra prestes a terminar. Essa posição do Uruguai refletiu os interesses do país no cenário pós-guerra. Enquanto o lugar do Brasil estava garantido pela sua efetiva participação no conflito, o pequeno país da América do Sul precisava garantir a sua presença nos fóruns

¹⁵⁷² s/d = sem dados; “...” = insignificante. In: BULMER-THOMAS, Victor. **La histórica económica de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2017; ePub; 1º. Edición electrónica; p. 226.

¹⁵⁷³ As documentações do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ) referentes à embaixada brasileira em Montevidéu dos anos de 1944 e 1945 estão incompletas. O diretor do arquivo, em julho de 2018, não soube explicar o motivo dessas brechas documentais.

internacionais. Ao mesmo tempo, os EUA enviaram um extenso documento secreto, no qual propunham homogeneizar os laços militares com todas os países americanos para uma nova ordem do pós-guerra. A única exceção foi a Argentina. Por isso, o Uruguai era um enclave político que Washington continuou a considerar.¹⁵⁷⁴

Tratava-se da “Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz”, que ocorreu no castelo de Chapultepec, na capital mexicana, entre 21 de fevereiro e 8 de março de 1945, nos momentos finais da guerra e quando os Estados Unidos impediram a ditadura militar argentina de participar.¹⁵⁷⁵ Contudo, apesar de não ter participado da Conferência de Chapultepec, a Argentina teria permissão para assinar a ata e ingressar na ONU se declarasse guerra ao Eixo. Nessas circunstâncias, o fez em 27 de março. Uma das primeiras consequências da adesão aos Aliados foi o fim do bloqueio diplomático, com isso, o embaixador uruguaio Eugenio Thedy voltou a Buenos Aires em 10 de abril, um mês antes de Spruille Braden. Em junho, os presos políticos foram libertados e os exilados começaram a retornar, aumentando as críticas ao governo militar que, encurralado em outubro, demitiu o polêmico coronel Juan Domingo Perón de todos os cargos, colocando-o sob prisão. A mobilização popular de 17 de outubro, que exigia sua libertação, foi recebida com surpresa dentro e fora da Argentina. Perón seria o “candidato da ditadura” visto pela maioria dos meios de comunicação internacionais, incluindo os uruguaios, com exceção do herrerismo, como um “perigo nazifascista”. O temor do peronismo triunfante em fevereiro de 1946 apenas reafirmou os laços do Uruguai com os EUA, que não foram mais rompidos.¹⁵⁷⁶

Em síntese, diante desse cenário, o desenlace da guerra forçou a mudança da posição argentina e, com isso, a Ata de Chapultepec permitiu que o país voltasse ao sistema interamericano e se qualificasse como membro fundador das Nações Unidas. Todavia não significou o fim das hostilidades entre Argentina e EUA. No ano seguinte, em 1946, a eleição de Perón contou com o apoio dos segmentos progressistas do radicalismo e de outros partidos, grupos sindicais e Forças Armadas. O sentimento antiamericano foi levado ao extremo pelo envolvimento na campanha do embaixador norte-americano Spruille

¹⁵⁷⁴ Serrato informou ao presidente Amézaga que em uma de suas entrevistas com o embaixador norte-americano ficava claro que: “*el Uruguay, aunque pequeño desde el punto de vista geográfico, representa y puede representar mucho más en el futuro por estar en la entrada del Río de la Plata, que, en la actualidad, dada la transformación experimentada en todos los medios de transporte e instrumentos de guerra, constituye una posición de enorme importancia, como la que últimamente han alcanzado otros países que hasta ahora no eran tenidos mayormente en cuenta*”. Acta Consejo de Ministros N° 349, Montevideo, 14.02.1945. (parte secreta de la sesión). In: AMDN, 1943, caja 1ª parte.

¹⁵⁷⁵ DORATIOTO, 2020; p.298-299.

¹⁵⁷⁶ CERRANO, C.; D’ALESSANDRO, F.; 2018; p.28-29.

Braden.¹⁵⁷⁷ A militância clamava: “Braden ou Perón”. Nota-se, portanto, enquanto as relações da Argentina com os EUA eram marcadas por tensões e radicalismos, as relações do Brasil e do Uruguai com os EUA eram marcadas por aproximações e cordialidades. Em suma, era a consolidação de uma parceria estratégica no Prata.

4.3.1. Os efeitos da guerra nas relações brasileiro-uruguaias

Como enfatizou Gerson Moura, a luta contra o nazifascismo deu origem a dois movimentos sociais importantes nas sociedades ocidentais: a luta pela democratização dos regimes autoritários e a luta pela reforma social nos países liberais. O Brasil não permaneceu imune a eles, em parte porque participara ativamente da guerra. O Estado Novo foi se deteriorando à medida que a guerra terminava. Em 1945, o governo dos EUA não necessitava mais do apoio do regime autoritário brasileiro para satisfazer seus objetivos estratégicos e muitas forças sociais, inclusive, os militares, que apoiaram o regime, adaptaram-se rapidamente às novas tendências internacionais e afirmavam seu apoio à causa democrática, enquanto sobre o presidente Vargas se concentravam os ataques dos descontentes, fossem neodemocratas por conveniência ou convicção. O fato é que a conversão desses líderes desempenhou um papel expressivo na erosão do apoio ao Estado Novo.¹⁵⁷⁸

A Força Expedicionária Brasileira, pelo simples fato de existir e, de levar soldados brasileiros ao combate ao nazifascismo, na Europa, teve um papel político relevante nos acontecimentos de 1945, pois tornou-se corrente e a muitos pareceu correto que a volta da FEB foi o elemento decisivo para a derrubada da ditadura. Aqueles que combateram o nazifascismo na Itália, regressavam para acabar com o totalitarismo caboclo.¹⁵⁷⁹ Contudo cabe salientar que a participação das Forças Armadas na deposição de Vargas, em uma manobra de alto vulto, dirigida pelos seus chefes mais graduados, caracterizava o golpe militar. Os civis e as oposições, embora articulados em torno das duas candidaturas militares, estavam comprometidos em uma conspiração que se vinha desenvolvendo, desde que se positivou a vitória aliada nos campos da África e da Europa, não tinham condições de derrubar Vargas.

¹⁵⁷⁷ Spruille Braden (1894-1978): diplomata norte-americano. Foi embaixador dos EUA na Argentina (1945) e Secretário de Estado Adjunto Para Assuntos das Repúblicas Americanas (1945-1947), sucedendo Nelson Rockefeller. Atuou em diversos países da região latino-americana como Colômbia (1939-1942), Cuba (1942) e Argentina (1945). Em sua atuação em Buenos Aires, teve forte antagonismo com Perón.

¹⁵⁷⁸ MOURA, 2012, p.170.

¹⁵⁷⁹ SILVA, Hélio. **1945: Porque depuseram Vargas**. O Ciclo de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976; p. 256.

A ativação do processo político e a utilização do dispositivo militar, preparado para tais emergências, teria tido, conseqüentemente, sua motivação na volta dos pracinhas, que vinham restaurar em seu país, a democracia que acabavam de reafirmar nos campos de batalha.¹⁵⁸⁰

A embaixada dos Estados Unidos no Brasil teria preferido uma transição democrática sob a liderança de Vargas. O governo dos EUA estava menos preocupado com o fato de que uma permanência de Vargas no poder significaria a manutenção de padrões políticos não democráticos, e mais com uma possível aliança Vargas-Perón que poderia chegar facilmente a posições políticas anti-EUA.¹⁵⁸¹

Em julho de 1945, as primeiras tropas da FEB retornaram da Itália. O povo as recebeu triunfalmente, como demonstração da presença brasileira na luta contra o fascismo externo e como afirmação contrária à ditadura interna. Os anseios populares, no entanto, segundo Edgard Carone, eram escamoteados pela classe dirigente, que se organizava em duas frentes eleitorais, proclamando-as únicas. A UDN, entre abril e agosto, estruturava-se definitivamente, enquanto o PSD fazia suas convenções, no Distrito Federal e em diversos estados, entre abril e julho. Enquanto o PTB se organizava em agosto e setembro, os pequenos partidos de esquerda ainda se encontravam em forma embrionária. Todos eles, no entanto, defendiam uma ou outra candidatura, a do brigadeiro Eduardo Gomes ou do general Eurico Gaspar Dutra.¹⁵⁸²

Meses antes, o general Góes Monteiro constatara um clima de descontentamento generalizado na caserna em relação ao governo. A ampla maioria dos oficiais situados na cúpula da corporação concordava que não fazia mais sentido a manutenção da ditadura ante o triunfo inexorável da democracia sobre as potências do Eixo. Góes Monteiro, recém-convertido ao ideário democrata, dizia: “não se pode compreender que o Brasil, que nesse momento combate as nações totalitárias, permaneça sendo ele próprio um Estado totalitário”.¹⁵⁸³ Nessa perspectiva, a fatídica decisão de terminar o governo Vargas em outubro de 1945 com um golpe de Estado, em vez de um processo legal, projetou o Exército na política do duplo papel de moderador e participante e contribuiu substancialmente para as crises políticas posteriores.¹⁵⁸⁴

¹⁵⁸⁰ SILVA, 1976; p. 256.

¹⁵⁸¹ MOURA, 2012, p.174-175.

¹⁵⁸² CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1977; p.329.

¹⁵⁸³ NETO, 2013; p. 450-451.

¹⁵⁸⁴ MCCANN, 2009; p. 557.

No dia seguinte ao golpe político que destituiu Vargas da presidência, o embaixador brasileiro em Montevideu, José Roberto de Macedo Soares, comunicou ao governo uruguaio da “renúncia” do presidente Vargas. Além disso, a manutenção das eleições presidenciais aparentava certa normalidade política, ressaltava Macedo Soares.¹⁵⁸⁵

O Uruguai, por sua vez, naquela conjuntura de guerra, aliado e alinhado com as “democracias” ocidentais, ofereceu sua privilegiada posição geopolítica nos esforços da guerra. Em consequência disso, com a ruptura das relações diplomáticas com o Eixo pelo governo de Alfredo Bladimir, em janeiro de 1942, e com a declaração de guerra à Alemanha e ao Japão, em fevereiro de 1945, pelo governo do presidente Amézaga, o país ficou atado à estratégia militar do Ocidente e ao sistema pan-americano de defesa patrocinado pelos EUA e apoiado pelo Brasil.¹⁵⁸⁶

Inicialmente para combater aos inimigos distantes, no entanto, a partir de junho de 1943, com a chegada de militares nacionalistas ao poder na Argentina e com o advento do peronismo, o inimigo deixou de ser tão distante e tornou-se tangível e muito próximo. Consequentemente, esse cenário geopolítico, regional e mundial, contribuiu significativamente para a intensificação das relações com o Brasil. O governo uruguaio comprou armas no Brasil, negociou assistência técnica militar e acordos, dos quais, quase sempre, havia uma espécie de tutoria norte-americana amparando e servindo a sua estratégia de “domesticar” a Argentina, declaradamente fora da órbita de Washington.¹⁵⁸⁷

Nesse sentido, em 7 de março de 1945, ainda como ministro interino das Relações Exteriores, José Roberto de Macedo Soares, encaminhou um ofício ao chanceler uruguaio solicitando-lhe facilidades no desembarque dos armamentos em Montevideu. Além disso, descrevia que o material:

*Componese de 13.800 espoletas para granadas de mano y 800.000 cápsulas fulminantes en 183 cajones con peso de 2600 kilogramas siendo su volumen de 4 metros cúbicos y 600 decímetros cúbicos. Ruego el Señor Ministro quiera tener a bien transmitir a las autoridades competentes se facilite el embarque del material precedentemente indicado el que será enviado por el vapor Uruguayo “Pietrina” el que deberá partir del puerto de Rio de Janeiro para Montevideo, aproximadamente el 24 del mes en curso.*¹⁵⁸⁸

¹⁵⁸⁵ Telegrama nº 115, de 20.10.1945, do embaixador brasileiro em Montevideu, José Roberto de MACEDO SOARES, ao chanceler uruguaio Eduardo Rodríguez Larreta. In: Série Brasil. Caja 4 (1935-1945). Política del Brasil. Informaciones-1945; AMREU.

¹⁵⁸⁶ CERRANO, D’ALESSANDRO, 2018; p.12.

¹⁵⁸⁷ Idem.

¹⁵⁸⁸ José Roberto MACEDO SOARES, ministro interino das Relações Exteriores, para o chanceler uruguaio José SERRATO, Of., 07.03.1945. Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

Dias depois, em 22 de março, com caráter de urgência, o chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Coronel José Bina Machado, confirmou ao Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores a exportação de material de guerra brasileiro para o Uruguai. José Bina Machado confirmava o embarque de 13.800 espoletas de granada de mão e 800.000 cápsulas fulminantes para o Exército uruguaio.¹⁵⁸⁹ Bina dizia que era o Coronel Oscean Moreira, adido militar junto à embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro, o responsável por tais transações comerciais.

Naquele contexto, além do Brasil, os Estados Unidos, que desde a sua entrada no conflito, em dezembro de 1941, impunha-se como a grande potência regional, tornou-se um aliado fundamental para o Uruguai. Por isso, os EUA assumiram o papel de principal parceiro comercial do país. De toda forma, as relações políticas, militares e comerciais entre os países não eram isentas de críticas.

Em 18 de julho de 1945, por exemplo, Álvaro Teixeira Soares, encarregado de negócios em Montevideú, informou ao ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, Pedro Leão Velloso, do ataque feito pelo jornal herrerista, *El Debate*, à compra de material bélico dos EUA.

Noticiando a chegada a Montevideú de vinte e oito tanques de tonelagem média, procedentes dos Estados Unidos da América, e destinados ao Exército uruguaio, *El Debate*, em artigo de fundo, atacou a política do governo de compra de armamentos, dizendo que no momento em que a guerra europeia terminou e desapareceram as ‘nebulosas agressões’ ao Uruguai, justificando as bases aéreas, armas, empréstimos e arrendamentos, a aquisição desse material bélico é não só anacrônica e inútil, bem como ‘perigosa e merecedora de severa condenação’. Seguindo sua campanha contrária à política do governo de melhorar as condições do Exército, *El Debate* diz ignorar os motivos que possam ser aduzidos para justificar a aquisição desses tanks, bem como o dinheiro aplicado na compra e as necessidades bélicas que porventura hajam determinado a incorporação desse material motorizado ao Exército, não sugerida por nenhum problema de estratégia ou de técnica militar.¹⁵⁹⁰

O artigo do jornal herrerista *El Debate*, de 15 de julho, intitulava-se “Basta de tanques!” e encerrava-se da seguinte forma:

Quizá llegue el día en que el general Campos tenga que encarcelar a un vagabundo apresado en el momento de roer uno de sus tanques o uno de sus cânones. Quizá llegue ese día, pero es más probable que antes llegue otro día en que las cuentas claras distribuyan a cada uno de los hombres de esta tierra

¹⁵⁸⁹ Ofício nº 279, 22.03.1945, do chefe de gabinete do Ministro da Guerra ao Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores. In: Armamento. Armas e munições. Material bélico. Arsenal de Guerra. Encomendas. Uruguai. Livro 15. Pastas 74214 a 74224. In: Arquivo de Antecedentes. AHI; Brasília.

¹⁵⁹⁰ Ofício de 18 de julho de 1945 do encarregado de negócios em Montevideú, Álvaro Teixeira Soares, ao ministro interino das Relações Exteriores, Pedro Leão Velloso. Ataque de EL DEBATE à compra de material para o Exército. In: Ibid.

*pequena y pauperizada, su responsabilidad y su culpa, en la historia de desgracias que hoy asuela al noble Pueblo oriental.*¹⁵⁹¹

Álvaro Teixeira Soares destacou que a crítica de *El Debate* baseava-se sobretudo no fato do país não ter recursos para pagar os tanques adquiridos, num momento em que o custo de vida em Montevideu aumentava exponencialmente. Dizia que em vez de importar batatas, sementes de cereais, ferragens, reprodutores ovinos, carnes para alimentar o povo, o governo adquiria material bélico “para alimentar essa febre belicosa do governo de direito”. O órgão do Partido blanco herrerista cobrou maiores esclarecimentos e transparência do governo.¹⁵⁹²

Além disso, a II Guerra Mundial levou o governo uruguaio a propor um conjunto de leis para salvaguardar a defesa do país envolvendo, inclusive, a questão da cidadania, como foi o frustrado projeto do Serviço Militar Obrigatório (SMO), patrocinado pelas Forças Armadas do país, que por sinal, aproveitavam-se do conflito para adquirir maior visibilidade.

No entanto, as relações entre Brasil e Uruguai também foram marcadas por divergências. Em abril de 1944, o governo uruguaio protestou ao governo brasileiro facilidades para o acesso dos trabalhadores uruguaios em território brasileiro. Segundo o intendente de Rivera, em virtude da guerra, as autoridades do Brasil começaram a impedir sistematicamente os operários uruguaios de continuarem a trabalhar no estado do Rio Grande do Sul. Com isso, muitos trabalhadores uruguaios retornavam desempregados para o território uruguaio. O frigorífico Armour, estabelecido em Santana do Livramento, por exemplo, estava exigindo que os trabalhadores uruguaios legalizassem seus documentos para a entrada no país. Todavia isso custava mais de cinquenta pesos, quantia muito cara para os uruguaios. Naquele período, havia estimativa de cerca de dez mil trabalhadores uruguaios no estado brasileiro.¹⁵⁹³ O presidente uruguaio interpelou Lusardo para uma resolução amistosa na fronteira entre os países.¹⁵⁹⁴ Assim, após dias de negociação, o

¹⁵⁹¹ Anexo a Id, Ibid.

¹⁵⁹² Ofício, de 18 de julho de 1945, do encarregado de negócios em Montevideu, Álvaro Teixeira Soares, ao ministro interino das Relações Exteriores, Pedro Leão Velloso. Ataque de EL DEBATE à compra de material para o Exército. In: Ibid.

¹⁵⁹³ Telegrama nº 115 de COIMBRA para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 04.04.1944, confidencial. Impedimento aos operários uruguaios de trabalharem em território brasileiro. In: Telegramas recebidos da embaixada brasileira em Montevideu, 1944, AHI, RJ.

¹⁵⁹⁴ Telegrama nº 122 de LUSARDO para o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, de 12.04.1944. Trabalhadores uruguaios para Frigoríficos no Rio Grande do Sul. In: Ibid.

governo brasileiro facilitou a entrada dos trabalhadores uruguaios em troca de compensações comerciais.

Pode-se dizer, portanto, que se por um lado, a II Guerra Mundial propiciou a ampliação das relações comerciais entre o Brasil e o Rio da Prata, a partir da interrupção de fluxos comerciais com os países europeus, com grande aumento das vendas de manufaturas brasileiras aos argentinos e uruguaios, por outro lado o conflito viria a expor dissonâncias entre Brasil e Argentina e as convergências entre Brasil e Uruguai.

Nessa perspectiva, a posição brasileira em prol dos Aliados foi acompanhada no Prata por Uruguai e Paraguai. Segundo Doratioto, “a ação brasileira também era motivada pela preocupação de haver uma guerra com a Argentina e, neste caso, se o Paraguai estivesse na órbita desta, ficaria ainda mais fragilizada a defesa do ‘flanco’ do Mato Grosso”.¹⁵⁹⁵ A adoção da neutralidade na guerra pela Argentina, em razão da influência dos setores pró-Eixo, dos interesses britânicos e de setores nacionalistas no exército, assustava os países da região. Ao fim e ao cabo, a Argentina foi obrigada a declarar guerra ao Eixo em 1945, pouco antes da derrota da Alemanha, para contornar as sanções econômicas e diplomáticas aplicadas pelos EUA e para que pudesse participar da criação das Nações Unidas e da ordem internacional pós-guerra.

Uruguai, por sua vez, declarou guerra ao Eixo, em fevereiro de 1945, para garantir sua participação na tão falada nova ordem internacional. Em discurso pronunciado em Melo, em 27 de outubro, o presidente Amézaga destacou que o pós-guerra era uma nova organização do mundo civilizado. Para isso, tornava-se necessário garantir uma atitude multilateral tal como proposta na Conferência de São Francisco, pois, na proporção de seus recursos, o Uruguai contribuiria com as forças armadas da paz.¹⁵⁹⁶

Em suma, o governo Vargas marcou uma mudança fundamental na diplomacia brasileira, direcionada para o desenvolvimento nacional e para a melhoria nas relações econômicas externas, além da preocupação com a segurança e com as rivalidades que marcam os cenários mundial e regional, e a integração física com os países vizinhos da Bacia do Prata, através da construção de estradas, ferrovias e pontes de acesso, com esforços para a promoção de paz na América do Sul. No Rio da Prata, o Brasil “atuou conforme as diretrizes do Barão do Rio Branco, com a defesa da estabilidade política regional, a não

¹⁵⁹⁵ DORATIOTO, 2014; p.119.

¹⁵⁹⁶ José Roberto de MACEDO SOARES, embaixador brasileiro em Montevidéu, para o chanceler Pedro Leão Velloso, Montevidéu, of. no. 769, 18.12.1945. Mês militar no. 11. In: *Ofícios. Dez-1945*, AHI-RJ, 34/2/2.

intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires”.¹⁵⁹⁷

Com o fim da guerra na Europa e no Pacífico, o conflito do governo uruguaio se deu no campo político interno. Em outubro de 1945, buscando respostas aos problemas do país, o presidente Amézaga reorganizou seu gabinete ministerial. Eduardo Rodríguez Larreta substituiu José Serrato à frente da chancelaria. O comentário do jornalista norte-americano, Edward Tomlinson, co-diretor da revista *Collier's* e assessor especial de temas latino-americanos da *National Broadcasting Company*, resumiu bem a situação da política externa uruguaia, em meio ao conflito mundial e aos seus grandes vizinhos, e suas consequências deixadas para o chanceler Larreta. Para Tomlinson, apesar da ferrenha oposição dos nacionalistas herreristas, em especial Luís Alberto de Herrera, à atuação dos EUA no Uruguai, o governo e a sociedade uruguaia demonstravam fortes sentimentos com Washington e com a causa dos Aliados. No entanto,:

*Uruguay tiene un papel difícil que cumplir, particularmente en sus relaciones con los Estados Unidos. Está ubicado entre la Argentina y el Brasil, las dos grandes potencias de América del Sur. Tiene un pequeño ejército, apenas suficiente para el cuidado de su propio territorio. Uruguay es verdaderamente democrático, pero hasta principios de este año, sus dos potentes vecinos estaban gobernados por dictaduras impuestas por los propios pueblos. Durante la mayor parte de la guerra la situación fue extremadamente delicada, Brasil estaba en guerra mientras que Argentina no lo estaba. Barcos de Brasil y de otras naciones aliadas fueron atacados por submarinos alemanes en las aguas del Uruguay, pero no ocurría lo mismo con barcos argentinos. Los barcos de los Estados Unidos y los de Gran Bretaña, así como los barcos argentinos tenían acceso a los puertos uruguayos y una de las batallas navales más espectaculares de la guerra tuvo lugar a poca distancia del puerto de Montevideo: la batalla del Graf Spee. Los prolongados diferendos entre los Gobiernos americanos y argentino volvían aún más difíciles la situación del Uruguay y más delicadas sus relaciones con la Argentina. Mientras que nosotros [USA], proveíamos de equipamiento militar, de asistencia económica y de enormes créditos a la mayoría de los países americanos, Uruguay recibió relativamente poco y seguramente menos que muchos países cuya importancia estratégica o moral era bien inferior. Sin embargo, a pesar de todas esas dificultades durante la guerra y después de ella, el Gobierno y la gran masa del pueblo uruguayo se mantuvieron como los mejores amigos con los que pudiéramos contar, en todo el hemisferio.*¹⁵⁹⁸

Naquela conjuntura, o Uruguai reconheceu EUA, que contava com o Brasil na retaguarda, como o seu escudo protetor perante uma Argentina agressiva e instável. Além disso, pode-se afirmar que o desfecho da guerra contribuiu para a reafirmação e consolidação da democracia no Uruguai, após dois golpes políticos em menos de uma década (1933 e

¹⁵⁹⁷ DORATIOTO, 2014; p.115-116.

¹⁵⁹⁸ Telegrama n° 242, 26.08.1946. Georges van Schendel, ministro de Bélgica, da cuenta de un comentario radial de un periodista estadounidense, Edward Tomlinson, sobre la política exterior uruguayo. In: NAHUM, 1998; p.504-505.

1942). A mobilização da sociedade uruguaia, em fins de 1945, pedindo a ruptura das relações diplomáticas com o governo espanhol de Franco eram sinais de que a luta contra as ditaduras e regimes autoritários não tinha acabado com o fim da II Guerra Mundial. Nesse quadro, o chanceler uruguaio, Eduardo Rodríguez Larreta propôs ao sistema interamericano, por meio de uma nota circular diplomática, um paralelismo entre democracia e paz no continente, mais tarde conhecida como “Doutrina Larreta”. Na prática essa ideia consistia na intervenção coletiva dos países americanos para garantir a “democracia”. Entretanto, como definir “democracia”?¹⁵⁹⁹ Em razão disso, diversos países da região, inclusive, o Brasil, desaprovaram a nota enviada pelo ministro uruguaio alegando a dificuldade de se caracterizar a democracia, bem como o fato de que esta nem sempre está ligada à paz.

Apesar de ser redigida em caráter de doutrina, a nota do chanceler Rodríguez Larreta foi interpretada por jornais montevidéanos um ataque direto ao governo argentino. Para *El Debate* e *La Mañana*, tratava-se de uma ação multilateral intervencionista na política interna argentina. *El Debate* criticou duramente o governo uruguaio apresentado como “*interprete precoz de las ideas del gobierno de Washington*”.¹⁶⁰⁰ Por conseguinte, houve reações do outro lado do Rio da Prata. Juan Cooke, chanceler argentino, rebateu a possibilidade de intervenção em seu país da seguinte maneira:

*Los lamento por las consecuencias que puedan derivarse para la armonía y buen entendimiento con algún país hermano. Consciente, sin embargo, de la grave cuestión que plantea la nota del Ministro de Relaciones Exteriores del Uruguay, deja expresada en nombre de su gobierno su desconformidad con las sugerencias que ella contiene y recalca la conveniencia de evitar que actitudes o juicios precipitados contribuyan a desvirtuar el propósito común de mantener y consolidar la unión y la cordialidad entre las naciones del continente.*¹⁶⁰¹

Buscando justificar sua proposta, Rodríguez Larreta afirmou que não era nenhuma ideia original e nem se referia ao caso argentino. Na verdade, tratava-se de um princípio defendido na VI Conferência Interamericana de Havana, em 1928, pelos delegados uruguaio, Juan José de Amézaga e Leonel Aguirre.¹⁶⁰² Entretanto, diante de suspeitas e hostilidades, as declarações do chanceler uruguaio não foram suficientes para apaziguar as relações de seu país com o vizinho platino.

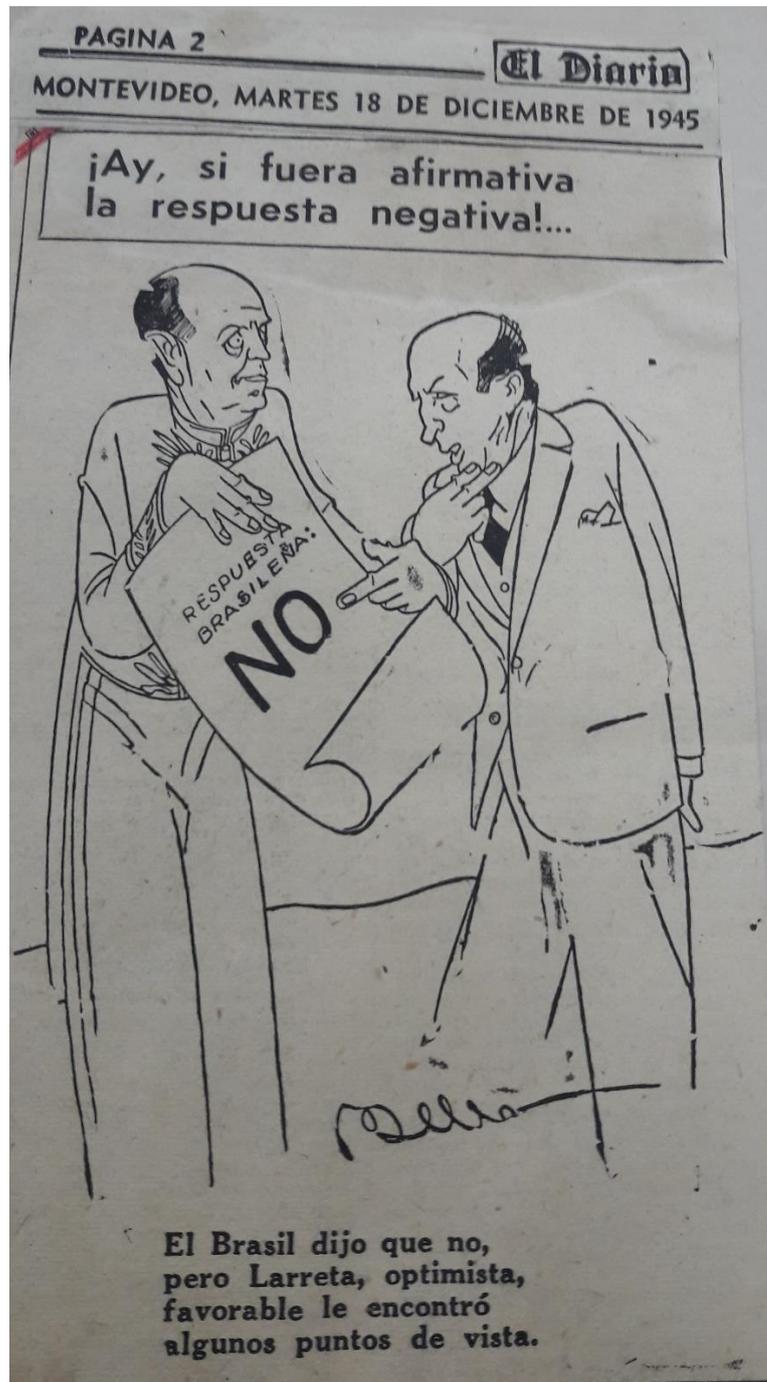
¹⁵⁹⁹ MACEDO SOARES, embaixador brasileiro em Montevidéu, para o chanceler Pedro Leão Velloso, Montevidéu, of. n° 765, 18.12.1945. Mês político n° 11. In: Ofícios. Dez-1945, AHI-RJ, 34/2/2.

¹⁶⁰⁰ Id, Ibid.

¹⁶⁰¹ Id, Ibid.

¹⁶⁰² Id, Ibid.

Figura 48- Posição do Brasil frente à nota do chanceler Larreta.



Fonte: (*El Diario*, 18.12.1945).¹⁶⁰³

No campo econômico, em 1945, o principal mercado dos produtos uruguaios continuou sendo os Estados Unidos, com 49% (US\$ 47.034.000), seguidos pela Grã-Bretanha,

¹⁶⁰³ *El Diario*, Montevideo, 18.12.1945, anexo a José Roberto de Macedo Soares, embaixador brasileiro em Montevideú, para o chanceler Pedro Leão Velloso, Montevideú, of. n° 779, 20.12.1945. Nota do governo brasileiro sobre a segurança da paz no continente americano. In: *Ofícios*. Dez-1945, AHI-RJ, 34/2/2.

com 24,7% (US\$ 23.666.000), Suécia, com 3,6% (US\$ 3.430.000), Brasil, com 2,1% (US\$ 2.029.000), Venezuela, com 1,5% (US\$ 1.435.000) e a Argentina, com 1,5% (US\$ 1.409.000). Como fornecedores do Uruguai, os EUA também ocuparam o primeiro posto com 33,72% (US\$ 26.947.495) seguidos pelo Brasil, com 20,34% (US\$ 16.252.286), Argentina, com 11,53% (US\$ 9.211.943), Venezuela, com 6,88% (US\$ 5.497.630), Grã-Bretanha, com 4,85% (US\$ 3.871.854) e a União Sul-Africana, com 4,35% (US\$ 3.475.316).¹⁶⁰⁴ Destaca-se que o Brasil aumentou consideravelmente as suas exportações para o Uruguai, no entanto, continuou importando pouco do país vizinho durante o período analisado. A aproximação político-militar contribuiu para esse recrudescimento nas relações comerciais. Por fim, cabe lembrar que a guerra aumentou as reservas brasileiras não só em razão do crescimento das exportações, como também pelas dificuldades que ela criou às importações.¹⁶⁰⁵

Uma das grandes repercussões daquele ano, no entanto, foi a inauguração da primeira central de geradora da usina hidroelétrica de Rincón del Bonete, no Rio Negro, que significou um grande avanço e conquista para os uruguaios. A obra tinha começado a ser construída em 1937 durante o governo de Gabriel Terra e por meio de um consórcio alemão. Em 1942, em consequência da ruptura das relações diplomáticas com o Eixo, o governo uruguaio rescindiu o contrato e as obras continuaram a cargo de firmas norte-americanas e financiadas pelo *Export-Import Bank of Washington*. A imprensa uruguaia considerava aquele feito transcendental e um marco da independência econômica, comparando-o à construção do porto de Montevideú como a obra pública mais importante do país.¹⁶⁰⁶ Tal como o governo varguista, o governo uruguaio aproveitou as circunstâncias do cenário internacional a fim de tirar proveitos para a sua modernização econômica.

Por fim, pode-se concluir que durante a II Guerra Mundial, apesar de sua posição de “neutralidade aliadófila”, o Uruguai manteve uma atuação expressiva nos foros pan-americanos. Nesse contexto, sua tradicional política pendular entre Brasil e Argentina tendeu para o lado verde-amarelo. O ambiente bélico da época e a ameaça argentina exigiu do pequeno país sul-americano estratégias de defesa e os EUA e o Brasil foram as principais parcerias econômicas e político-militares consolidadas.¹⁶⁰⁷

¹⁶⁰⁴ MACEDO SOARES, embaixador brasileiro em Montevideú, para o chanceler Pedro Leão Velloso, Montevideú, of. n° 773, 20.12.1945. Comércio exterior do Uruguai. In: Ofícios. Dez-1945, AHI-RJ, 34/2/2.

¹⁶⁰⁵ CERVO, 2015; p. 278.

¹⁶⁰⁶ MACEDO SOARES para LEÃO VELLOSO, Montevideú, of. n° 803, 31.12.1945. Inauguração da usina hidroelétrica do Rio Negro. In: Ofícios. Dez-1945, AHI-RJ, 34/2/2.

¹⁶⁰⁷ DE LOS SANTOS, 2011; p. 23.

No que diz respeito às relações brasileiro-uruguaias, principalmente, entre 1943 e 1945, o tema decisivo presente nas documentações diplomáticas consultadas foi a preocupação recíproca dos países em relação à Argentina. Apesar das boas relações entre os países, a opinião pública uruguaia não se esqueceu de que o Brasil era governado por uma ditadura e que recebia uma assistência ilimitada dos EUA, preparando-se para a tradicional disputa pela hegemonia na região com a Argentina. Para isso, o Brasil precisou atrair o Uruguai para a sua órbita de influência. Nessa estratégia, o embaixador brasileiro João Batista Lusardo foi peça fundamental da política varguista na região, pois, desde 1937, quando ocupou a embaixada em Montevidéu, esforçou-se para consolidar essa parceria estratégica e comercial com o Uruguai. Por esse motivo, o governo brasileiro escolheu Lusardo para ocupar o cargo de embaixador em Buenos Aires em maio de 1945, onde manteve relações pessoais muito próximas com Juan Domingo Perón.

Como concluiu o biógrafo de Getúlio Vargas, Lira Neto, se em 1945 o Brasil era outro, bem diverso daquele de 1930, Getúlio Vargas a essa altura também não era exatamente o mesmo homem, embora tenha permanecido um personagem singular, permeado por fascinantes contradições. Político originário de uma oligarquia regional, de matriz positivista, chegara ao poder como um revolucionário que pregava ruptura radical com os velhos padrões oligárquicos. Em quinze anos de governo, com exceção de um breve interlúdio entre julho de 1934 e março de 1936, comandou o Brasil como ditador nacionalista – autoritário e sorridente -, que assinava e rasgava Constituições sem nenhum constrangimento, um homem a um só tempo amigo do povo e aliado dos interesses industriais.¹⁶⁰⁸

No imediato pós-guerra, o Brasil e a América Latina, em geral, ficaram sob a hegemonia norte-americana, quer sob o ponto de vista político, quer sob o econômico e cultural.¹⁶⁰⁹ O governo Dutra continuou a crer que um alinhamento com os Estados Unidos criaria uma “ligação especial” entre os dois países não só de natureza econômica, mas também política e militar, permitindo, assim ao Brasil assumir o papel de principal potência latino-americana, a assumir primazia até sobre a Argentina. No entanto, os EUA estavam determinados a negar ao Brasil quaisquer privilégios econômicos ou militares por meio de

¹⁶⁰⁸ NETO, 2013; p. 450-451.

¹⁶⁰⁹ CERVO, 2015; p. 289.

acordos bilaterais, já que os interesses maiores dos Estados Unidos estavam agora na Europa e na Ásia.¹⁶¹⁰

No Rio da Prata, o presidente Dutra deu continuidade à política dos governos que o antecederam de manter postura de tolerância e de cautela com a Argentina. Havia, no Brasil, divisão em relação a Perón, onde era admirado por setores políticos nacionalistas e hostilizados por outros, principalmente, pela União Democrática Nacional (UDN). Com o Uruguai manteve a tradicional cordialidade. Em contraste com essa cordialidade, eram tensas as relações do Uruguai com a Argentina de Perón, pois o político argentino castigava o governo uruguaio, criando obstáculos ao turismo de argentinos no Uruguai e dificuldades para o comércio bilateral, por recusar-se a entrar na órbita de influência política e ideológica do regime peronista.

Além disso, tal como ocorreu ao longo da década de 1930, Montevideú era um reduto para exilados políticos argentinos, opositores a Perón, cujo governo reagia quer pressionando as autoridades uruguaias para que o impedisse de atividades antiperonistas, quer por meio de cobranças oficiais, quer por críticas a elas na imprensa oficialista em Buenos Aires.¹⁶¹¹ Esse desentendimento entre Uruguai e Argentina no campo diplomático durante o governo de Perón, conforme destacou Juan Oddone, refletia a desconfiança também presente na sociedade uruguaia.¹⁶¹² Nesse cenário, o espaço privilegiado de boas relações diplomáticas estava reservado para o Brasil, uma aliança estratégica consolidada durante os horrores da II Guerra Mundial.

¹⁶¹⁰ MOURA, 2012, p.239-241.

¹⁶¹¹ DORATIOTO, 2014; p. 123-125.

¹⁶¹² ODDONE, 2004; p. 7.

CONCLUSÃO

A Região do Rio da Prata foi um tema de destaque na agenda da política externa varguista. Não há dúvidas de que a inserção e o peso internacional do Brasil e do Uruguai são desproporcionais e assimétricos, por isso torna-se necessário compreender as estratégias, capacidades e debilidades de cada país perante o sistema internacional e perante o subsistema regional platino. Nesta Tese, ao analisar-se as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo, entendeu-se a região do Rio da Prata como área de interesse geopolítico de ambos os países, pauta sempre presente na documentação analisada.

Nesse sentido, cabe destacar que Brasil e Uruguai são países fronteiriços com uma extensão de fronteira de 1.068 km e uma área de 38.343 km², envolvendo cinco departamentos uruguaios e diversos municípios brasileiros. Atualmente, cerca de 800 mil habitantes, vivem na fronteira uruguaio-brasileira. Nesse quadro, os intercâmbios políticos, comerciais e culturais se intensificaram gradativamente durante a ditadura do Estado Novo. Não obstante, essas relações bilaterais não estiveram isentas de divergências, questionamentos ou até mesmo frustrações.

Dessa forma, por meio do uso de metodologias compartilhadas entre História e Relações Internacionais, foi possível analisar as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai entre 1937 e 1945, período marcado por profundas transformações no cenário nacional, regional e internacional. Como herança das lutas coloniais entre Portugal e Espanha, Brasil e Argentina se mantiveram sempre presentes na região disputando a hegemonia sobre os países menores, isto é, Uruguai e Paraguai, que buscavam tirar vantagens dessa disputa.

Com efeito, o século XIX se caracterizou por inúmeras tensões regionais perante o processo de formação dos Estados Nacionais. Após a Guerra da Cisplatina (1825-1828), o Uruguai viveu um grande período de “anarquia política” até conseguir a consolidação de seu Estado oriental. A partir daí, iniciou uma modernização política e econômica implementada e concluída nas primeiras décadas do século XX. O Brasil, por outro lado, deixou de ser um império escravocrata e transformou-se em mais uma república americana, marcadamente oligárquica.

No plano bilateral, nas primeiras décadas do século XX, as relações brasileiro-uruguayas foram caracterizadas por uma política pendular, marcada por momentos de

cooperação e aproximação, mas também por crises e tensões. Já durante a década de 1930, em grande medida, pelas convergências políticas entre Gabriel Terra e Getúlio Vargas, predominou uma política de convergências, solidariedade e aproximações, que foi consolidada em meio ao contexto da II Guerra Mundial e à tradicional rivalidade com a Argentina.

Nota-se, com isso, que a região platina, por sua condição geopolítica, destacou-se como um dos elementos constantes da formulação e implementação da política externa brasileira. Diante do conflito, a política internacional teve um papel decisivo no rumo político dos países da região, como observou-se no Uruguai, Brasil e Argentina, em especial. Nesse quadro, o Uruguai, exerceu o papel de “fiel da balança” na disputa pela hegemonia na região entre Brasil e Argentina e buscava tirar vantagens materiais dessa disputa.

Ao examinar as relações brasileiro-uruguaias durante o governo do colorado Gabriel Terra (1931-1938) e dos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (1930-1937), constatou-se que a tradicional política pendular da política externa uruguaia tendeu para o lado brasileiro frente às hostilidades e até mesmo a ruptura das relações diplomáticas do país com a Argentina, entre julho e setembro de 1932. Como lembrou diplomatas estrangeiros na capital uruguaia, até mesmo uma partida amistosa de futebol entre os países era motivo de rivalidades e agressões no campo político-diplomático. Essas tensões e reclamações permaneceram ao longo da década de 1940. Pela proximidade geográfica entre Montevideu e Buenos Aires, muitos exilados políticos argentinos se dirigiam para a capital uruguaia onde conseguiam articular reações e movimentos opositores ao governo estabelecido no outro lado do Prata. De outra parte, opositores uruguaios escolhiam Buenos Aires ou a fronteira norte com o Brasil para viver e organizar suas forças político-militares. Por isso, havia uma preocupação permanente dos governos da região com suas fronteiras.

Diante dessa situação, o governo uruguaio recorria à tradicional valorização do Direito Internacional para justificar sua inércia nas demandas e reclamações do vizinho argentino, enquanto, com o Brasil, firmava uma cooperação de vigilância da fronteira e dos exilados políticos opositores do governo Vargas com a participação das forças policiais uruguaias e brasileiras, em especial, após a instalação da ditadura estado-novista. Após a crise de 1929, o ideário liberal-democrático passou a ser questionado, o que contribuiu para a instauração de regimes autoritários, como no Brasil, em outubro de 1930 e, no Uruguai, em março de 1933. Nessa conjuntura, cabe destacar que as convergências político-

ideológicas, antiliberal e anticomunista, entre os ditadores Gabriel Terra e Getúlio Vargas foram determinantes nessa aproximação e solidariedade política. Por meio da afinidade política, o Brasil e o Uruguai intensificaram suas relações comerciais e culturais.

Em dezembro de 1935, por exemplo, logo após o apoio do governo brasileiro na repressão de rebeldes uruguaios e a visita de Vargas a Montevideú, o governo uruguaio demonstrou a importância e a fidelidade que dava ao governo brasileiro ao romper as relações diplomáticas com a URSS, importante parceiro comercial naquele período. Sob forte pressão do governo varguista declaradamente anticomunista, que acusava a embaixada soviética em Montevideú de financiar as tentativas revolucionárias dos comunistas no Brasil daquele ano, o governo terrista rompeu seus laços com a União Soviética. Somente em julho de 1943, o Uruguai, imerso num processo de redemocratização e diante dos avanços do Exército Vermelho no front, retomou as relações diplomáticas com a URSS.

No contexto de guerra, o Brasil chegou ao posto de um dos principais parceiros econômicos do Uruguai. Para isso ocorrer, o governo varguista desenvolveu uma política ativa na região, com destaque para a gestão de João Batista Lusardo como embaixador em Montevideú, entre 1937 e 1945. Entretanto, desde o decreto de 18 de julho de 1933, data nacional uruguaia, com a elevação da legação brasileira na capital oriental à condição de embaixada, o governo brasileiro demonstrou seu interesse nessa aproximação com a nomeação de Lucílio da Cunha Bueno como o primeiro embaixador brasileiro no Uruguai, onde permaneceu de agosto de 1933 até novembro de 1937. Por não concordar com o novo regime instaurado e por estabelecer contatos amigáveis com Flores da Cunha, que se encontrava exilado em Montevideú, Vargas nomeou Batista Lusardo como representante diplomático de seu governo na capital uruguaia, uma figura de confiança e que conhecia bem a política gaúcha para acompanhar e vigiar de perto as atividades políticas do ex-governador do Rio Grande do Sul.

Averiguou-se, portanto, que a instalação da ditadura do Estado Novo e os desdobramentos da II Guerra Mundial, contribuíram para a aproximação das relações diplomáticas entre os países. Num primeiro momento houve maior entendimento e estreitamento de relações entre as ditaduras terrista e varguista, a ponto de o presidente uruguaio assegurar uma rígida política de vigilância dos opositores de Vargas que viviam em Montevideú. A embaixada brasileira no Uruguai recebia quase que diariamente informações sobre os exilados políticos brasileiros que viviam no país. Nesse quadro, um

dos reflexos da ditadura varguista foi a mudança do representante brasileiro em Montevideú, bem como a mudança de orientação diplomática. Para isso, Getúlio Vargas contou com o gaúcho João Batista Lusardo, que teve papel fundamental na intensificação da presença cultural, política e econômica do Brasil no Uruguai. Pode-se afirmar que Lusardo incrementou e consolidou a política varguista de aproximação e solidariedade estabelecida com o país platino.

No Uruguai, apesar da mudança de governo, em 1938, com a ascensão do general e arquiteto Alfredo Baldomir, o país permaneceu imerso no legado da ditadura de Gabriel Terra, seja pela manutenção da Constituição de 1934, seja pela continuidade de um herdeiro terrista com fortes laços pessoais com o ex-presidente Terra. Enquanto isso, Juan Carlos Blanco, embaixador em Buenos Aires (1927-1931), ex-chanceler (1931-1933) e embaixador no Brasil (1933-1941), permaneceu no Rio de Janeiro como principal porta-voz do governo uruguaio. Cabe destacar que a longa permanência desses diplomatas em seus respectivos cargos possibilitou o desenvolvimento e a consolidação de diversos objetivos e projetos a nível político, econômico, militar e cultural entre os países.

Não por acaso que dias após o golpe de 31 de março de 1933 de Gabriel Terra, o governo do Rio Grande do Sul, sob o comando de Flores da Cunha, junto ao governo uruguaio, cuidava da vigilância da fronteira brasileira por meio da presença de militares brasileiros confiscando armamentos que saía do Brasil para o Uruguai e de prisões de opositores uruguaio para evitar reações contrárias à ditadura uruguaia. A resposta do governo gaúcho estava em sintonia com o governo varguista. Anos depois, Flores da Cunha, como exilado político em Montevideú, foi vítima dessa mesma cooperação entre Brasil e Uruguai.

Em dezembro de 1933, acordos visando o controle das fronteiras comuns entre os países foram assinados. Blanco, por ser de confiança de Terra, abandonou a chancelaria uruguaia para assumir a embaixada no Rio de Janeiro, onde conseguiu apoio do governo varguista. Em contrapartida, o governo uruguaio atenderia as demandas brasileiras, quando necessário, isto é, logo após o Estado Novo, em 1937. O embaixador uruguaio, que tinha tido uma péssima experiência em Buenos Aires com a instalação do governo golpista após setembro de 1930, via no Brasil a principal opção de aliança para se contrapor ao vizinho platino. Em síntese, nessa conjuntura hostil com a Argentina, o Brasil era visto pelo governo uruguaio como um escudo protetor fundamental.

Por outro lado, o Uruguai era visto pelo governo brasileiro, como uma peça necessária para balancear as relações brasileiro-argentinas, também marcadas por suspeitas e rivalidades. Seguindo o caminho inverso de Juan Carlos Blanco, antes mesmo da queda de Vargas, João Batista Lusardo, o embaixador brasileiro que mais tempo permaneceu em Montevideu, por conhecer bem o Prata, ocupou a embaixada brasileira em Buenos Aires, onde estabeleceu laços pessoais com Juan Domingo Perón. Entretanto, foi no Uruguai que Lusardo se destacou, pois, foi o principal responsável pela consolidação do estreitamento das relações brasileiro-uruguayas.

Lusardo foi o principal responsável pelo aumento das trocas comerciais entre os países, após diversas tentativas fracassadas. Apesar do Uruguai ser um pequeno consumidor, com uma população escassa com pouco mais de 2 milhões de habitantes, boa parte concentrada em Montevideu, cerca de 600 mil pessoas, e ter uma economia concorrente com a do Rio Grande do Sul, o embaixador brasileiro conseguiu ampliar os intercâmbios econômicos entre os países por meio da redução de tarifas aduaneiras. É notável que o robustecimento das relações políticas e culturais também contribuiu para o crescimento do comércio de produtos brasileiros e uruguayos. A farinha de mandioca, a madeira, o tabaco, a erva-mate e o café eram os principais produtos de origem brasileira consumidos com maior escala no Uruguai.

Além disso, Batista Lusardo apresentou esforços e conseguiu inaugurar linhas regulares de trem e de avião entre os países que contribuíram para o incentivo do turismo entre Brasil e Uruguai. Após diversas visitas do embaixador brasileiro pelo interior do Uruguai, as comunicações terrestres, aéreas e diplomáticas entre os países passaram a ser mais intensas. Esses intercâmbios também alcançaram o setor cultural por meio da visita recíproca de professores, alunos e intelectuais com cursos, conferências e palestras, feiras culturais e trocas de livros. Em 1940, após a fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, as atividades culturais de cooperação cultural entre os países centralizaram-se nesse órgão. Nomes como Miguel Osório de Almeida, José Philadelpho Barros e Azevedo, José Lins do Rego, Guilherme de Almeida, Osório Dutra, Vianna Moog, Augusto Frederico Schmidt, Oswaldo Orico, Carlos Maul, Pedro Gouvêa Filho e Mozart Gama João Alcides Bezerra passaram por Montevideu para eventos sobre a cultura, ciência e arte brasileira. Por outro lado, figuras uruguayas como Garcia Otero, Afonso Surraco, Pedro Bárcia, Alfredo Navarro, Daniel Garcia Acevedo, Buenaventura Caviglia, Rafael Schiaffino, José Salgado,

Fernán Silva Valdez, Raúm Monteiro Bustamante, Orestes Baroffio, Enrique Rodrigues Fabregat, Monsenhor Antonio Maria Barbieri e Héctor Gerona visitaram o Rio de Janeiro. Até mesmo a mudança da sede da embaixada brasileira na capital uruguaia para o Boulevard Artigas, região mais prestigiada da cidade, proposta por Lusardo, demonstrava maior atenção do governo brasileiro para com o Uruguai.

Em outras palavras, pode-se afirmar que durante o Estado Novo houve maior aproximação política nas relações brasileiro-uruguaias. Os intercâmbios no campo cultural e intelectual geravam resultados no entendimento político e militar. O embaixador brasileiro utilizou-se, diversas vezes, de uma política cultural e, por sua vez, simbólica -e até mesmo de ingerências-, por meio de banquetes e festas, para alcançar seus objetivos propostos. A partir da Exposição do Livro Brasileiro em Montevideú, por exemplo, a primeira do gênero realizada no estrangeiro, Lusardo propôs para o governo brasileiro um modelo de expansão cultural do Brasil.

Na política internacional, observou-se convergências de posições, em especial, em relação ao pan-americanismo, entre o chanceler uruguaio Alberto Guani e o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha que, por sua vez, contribuíram para o estreitamento das relações brasileiro-uruguaias. Um ponto em comum entre ambos os governos foi o apoio do governo norte-americano frente à instabilidade política argentina. Isto é, com a dinâmica da guerra, os EUA tornaram-se a principal referência geopolítica e econômica para Brasil e Uruguai. Apesar das limitações de atuação no cenário internacional, por meio da política regional, o Uruguai obteve atuação de destaque em certos fóruns multilaterais. O Brasil, por sua vez, se consolidou como importante aliado geoestratégico.

Diante da possibilidade de um conflito com proporções mundiais, a política pan-americana, levada adiante pelo governo dos Estados Unidos, ganhou espaço e destaque nas relações entre os países americanos. Nesse quadro, tanto o Brasil quanto o Uruguai, alinharam-se com os EUA na defesa de uma política de solidariedade continental diante do perigo iminente da deflagração de uma guerra mundial. O governo de Washington, liderado por Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), abandonou os anos de intervenção militar em favor da cooperação política e diplomática. Nesse sentido, inúmeras conferências pan-americanas foram organizadas tais como: a Conferência de Lima, em 1938; a Conferência do Panamá, em 1939; a Conferência de Havana, em 1940 e a Conferência do Rio de Janeiro, em 1942. Todavia, pelo menos desde a VII Conferência Pan-Americana, sediada em

Montevideu, em dezembro de 1933, Brasil e Uruguai compartilhavam posições em comum em relação à política hemisférica. Nessa ocasião, os países assinaram diversos convênios sobre assuntos diversos tais como a fixação do estatuto jurídico da fronteira, o fomento do turismo e o intercâmbio artístico, cultural e comercial.

Poucos dias após a deflagração da II Guerra Mundial, em 5 de setembro de 1939, o Uruguai decretou sua neutralidade. Meses depois, em dezembro, com o torpedeamento do encouraçado alemão *Graf Spee* por submarinos britânicos no Atlântico Sul, em águas uruguaias, revelou-se que nenhum país das Américas estava seguro e isso fortaleceu a solidariedade continental por meio do panamericanismo. Dois anos depois, em dezembro de 1941, com os ataques japoneses à base norte-americana de Pearl Harbor, os Estados Unidos declararam guerra aos países do Eixo fortalecendo os Aliados. Em resposta, a posição dos países americanos passou da neutralidade à ruptura com o Eixo, com exceção da Argentina e Chile. De toda forma, a Conferência do Rio de Janeiro, realizada em janeiro de 1942, confirmou a hegemonia norte-americana nas Américas, pois, nessa ocasião, tanto o governo uruguaio quanto o governo brasileiro romperam relações diplomáticas com os países do Eixo. Meses depois, em agosto, como resposta ao torpedeamento de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, o Brasil entrou na guerra ao lado dos Aliados.

Diante desse cenário, o governo brasileiro esperava ser acompanhado pelo governo uruguaio na entrada no conflito, no entanto, não o foi. Essa foi a grande frustração do Brasil em relação ao Uruguai durante o período analisado. O país platino emitiu apenas um decreto de solidariedade com o Brasil, sem declarar estado de beligerância com o Eixo. Ao garantir o tratamento de não beligerante ao país vizinho, o Uruguai, por meio do chanceler Guani, reconheceu a própria decepção com a posição assumida. No entanto, a preocupação com represálias era maior e o país não tinha condições suficientes para a sua defesa, isto é, para se proteger, o Uruguai precisava melhorar a sua infraestrutura. Em 1942, como as obras do Aeroporto Nacional de Carrasco ainda não tinham sido iniciadas, o país era a única nação sul-americana que não dispunha de aeroporto comercial, nem de base com condições de aterrissagem capaz de receber aviões de guerra modernos. Nesse quadro, os EUA assumiram o papel de escudo protetor do Uruguai.

A presença dos EUA no Uruguai se deu principalmente por meio de acordos políticos, militares e econômicos que contou com a contribuição logística e material para a conclusão da usina hidroelétrica do Rio Negro. Contudo, a possibilidade de instalação de

bases aeronavais no país, causou a ruptura definitiva do setor herrerista com o governo Baldomir. Luís Alberto de Herrera, um dos principais líderes nacionalistas, era ferrenho crítico da aproximação com Washington e, por isso, muitas vezes chamado pelos seus adversários políticos de simpatizante do fascismo. Naquele contexto de guerra, as posições nacionalistas de Herrera não foram suficientes para garantir a neutralidade de seu país. Assim, tardiamente, em fevereiro de 1945, o Uruguai declarou guerra à Alemanha e ao Japão.

A documentação pesquisada para esta Tese permite afirmar que as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai durante o Estado Novo foram predominantemente boas e amistosas, no entanto, não estiveram livres de pressões e divergências, sobretudo, a partir da deflagração da II Guerra Mundial. No caso do Brasil, a mudança na natureza do regime político, com a implementação da ditadura em novembro de 1937, não determinou mudanças de conteúdo nem de forma na política externa brasileira, na verdade, consolidou uma aliança geopolítica com o Uruguai no Prata formulada desde os primeiros anos de 1930. O Uruguai, por sua parte, viveu um processo lento e gradual de redemocratização durante o governo Baldomir (1938-1943), paradoxalmente, marcado por um outro golpe de estado, em fevereiro de 1942. Nota-se que o contexto do conflito mundial contribuiu para a consolidação da redemocratização do país durante o governo de Juan José de Amézaga (1934-1947).

Nesse sentido, com a instalação do Estado Novo, houve uma reafirmação das relações brasileiro-uruguaias. Todavia o progresso da guerra revelou as ambiguidades da política regional, pois, para muitos, o conflito mundial consistia na luta pelas democracias e contra regimes totalitários. Nesse contexto, golpes políticos e rupturas institucionais passaram a ser questionados e não mais reconhecidos pelos países americanos. Por outro lado, não foi o Uruguai em transição democrática que declarou guerra contra os regimes nazifascistas, e sim, a ditadura brasileira. Essa participação do Brasil no conflito, porém expôs as contradições do regime varguista e da “neutralidade aliadófila” do Uruguai.

No Uruguai, a transição democrática foi marcada por reconfigurações políticas do governo Baldomir a partir de uma reaproximação com setores batllistas e um distanciamento dos setores herreristas. Já na Argentina, verificou-se uma grande instabilidade política decorrente da polarização político-ideológica. Assim, por questões de política interna e, conseqüentemente, de políticas agressivas e nacionalistas no cenário regional e

internacional, a Argentina se distanciou de seus vizinhos, enquanto as boas relações entre Brasil e Uruguai foram reafirmadas. Nesse cenário, a vizinhança com uma Argentina dominada por “neutralistas”, mas que eram tidos por muitos como pró-nazistas, contribuiu decisivamente para a consolidação da aproximação do Uruguai com Brasil e EUA.

Além do mais, a conjuntura da guerra provocou mudanças expressivas tanto no âmbito mundial quanto no âmbito continental. Desde os primórdios do conflito, Estados Unidos assumiram um papel preponderante nas Américas. Em contraste com a rivalidade argentina, Brasil e Uruguai seguiram as posições norte-americanas nos fóruns pan-americanos. Pode-se dizer que essa convergência em relação às posições norte-americanas aprofundaram as relações brasileiro-uruguaias.

Por esse motivo, nesse período abordado, os Estados Unidos assumiram o lugar de “escudo protetor”, tanto do governo brasileiro quanto do governo uruguaio. Em síntese, por um lado, os EUA buscaram se aproximar do Brasil e do Uruguai como uma forma de se contrapor à neutralidade intransigente da Argentina e de manter presença geoestratégica no Prata. Por outro lado, para contrabalancear as suas relações controversas e desconfiantes com a Argentina, o Uruguai e o Brasil se aproximaram dos EUA. Em fevereiro de 1943, o general Góes Monteiro representou o governo brasileiro em Montevideu como delegado do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente, presidido pelo ex-chanceler e vice-presidente do Uruguai, Alberto Guani, onde permaneceu no posto até outubro de 1944 e desenvolveu uma intensa atividade de assessoria militar e enviou propostas e considerações para o governo brasileiro sobre as difíceis relações com o vizinho argentino, incluindo a cópia de um plano de guerra elaborado contra esse país.

Por essa razão, os militares argentinos investiam no programa armamentista e nos preparativos militares que revelavam a sua prevenção contra o poderio miliar do Brasil. Nesse cenário, o Uruguai via no Brasil a sua principal garantia de defesa diante de uma Argentina que se armava. Em razão disso, o país comprou armas no Brasil, negociou assistência técnica militar e acordos, dos quais, quase sempre, havia uma espécie de tutoria norte-americana amparando e servindo a sua estratégia de “domesticar” a Argentina.

A II Guerra Mundial, direta e indiretamente, redefiniu a vida política da região platina. Tal como o Brasil, as relações entre Uruguai e Argentina foram marcadas por desconfianças mútuas. Pode-se afirmar que as relações bilaterais entre Argentina e Uruguai foram marcadas por longos períodos de distanciamento e curtos períodos de aproximação,

com maior acirramento e disputas entre 1944 e 1945, às quais se somou à atividade política dos exilados argentinos em Montevideú. De maneira oposta, as relações do Uruguai com o Brasil foram definidas por convergências e solidariedades no plano internacional, em especial, nas conferências pan-americanas e na expansão das atividades comerciais entre os países.

Frente à crise de abastecimento provocada pela guerra, a partir de meados de 1942, o governo uruguaio recorreu ao governo brasileiro para a obtenção de insumos básicos. Por isso, o Brasil ocupou o 2º lugar como principal exportador para o Uruguai, atrás somente dos EUA, superando a tradicional Inglaterra. Os principais produtos brasileiros exportados para o Uruguai eram o açúcar refinado, erva-mate, café em grão, tecidos diversos, pinho, cedro, carvão mineral, algodão, tabaco e bauxita enquanto o Uruguai exportava para o Brasil: gado bovino, equinos de pedigree, lãs sujas, couros ovinos, miúdos ovinos congelados, farinha de trigo, linho em grão, cimento Portland e máquinas e móveis usados.

Por fim, verificou-se que as relações brasileiro-uruguaias se firmaram como um poderoso instrumento de atuação por ambos os países no cenário regional. Na verdade, durante o governo de Juan José de Amézaga (1943-1947), marcado pelo desfecho da II Guerra Mundial e pelas relações agressivas com seu vizinho argentino, em especial após os eventos políticos de junho de 1943, o Brasil, ao lado dos EUA, assumiram definitivamente o papel de escudo protetor do Uruguai. Em suma, o posicionamento de neutralidade intransigente da Argentina fez com que o país platino perdesse sua influência sobre os países vizinhos e, com isso, foram levados para a órbita de influência do Brasil e, por sua vez, do pan-americanismo norte-americano.

Nesse contexto, pela condição geopolítica e estratégica, a grande potência do Norte investiu na região, tanto via econômica quanto via militar, com empréstimos a fornecimento de materiais bélicos, tanto ao Brasil quanto ao Uruguai. Por outro lado, as desconfianças e rivalidades da Argentina com seus vizinhos eram acentuadas. Utilizando-se, portanto, de sua tradicional política pendular, o Uruguai inclinou-se para a órbita brasileira de influência. Em outras palavras, é dizer que a conjuntura de guerra aproximou ainda mais Brasil e Uruguai, inclusive no campo comercial. Cabe lembrar que durante a década de 1930 e 1940, apesar das hostilidades políticas, a Argentina e o Uruguai eram bons parceiros comerciais. Por outro lado, apesar das boas relações políticas, as trocas comerciais

entre Brasil e Uruguai não eram tão expressivas até o Estado Novo. Entretanto os contextos internacional e regional modificaram esse quadro.

De outra forma, a participação brasileira na guerra causou sérias contestações e críticas ao regime varguista, que, afinal, era uma ditadura. Apesar dessa contradição, as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai durante o governo de Amézaga foram marcadas pela consolidação de uma parceria estratégica, em grande medida, pelo fator argentino. No Uruguai, pode-se afirmar que o desfecho da guerra contribuiu para a reafirmação e consolidação da transição democrática, após dois golpes políticos em menos de uma década.

Nessa conjuntura, as relações entre Brasil e Uruguai entre 1943 e 1945 foram marcadas pela preocupação recíproca com o vizinho argentino. Por esse motivo, o governo brasileiro escolheu João Batista Lusardo, embaixador brasileiro em Montevideu desde 1937, para ocupar o cargo em Buenos Aires em maio de 1945, onde manteve relações pessoais muito próximas com Juan Domingo Perón, o líder argentino. Nesse período, o governo argentino chegou a adotar várias medidas de precaução e vigilância militar, principalmente nas zonas dos portos. As pressões da diplomacia norte-americana foram sentidas nas chancelarias do Uruguai e do Brasil em virtude da vizinhança estratégica de ambos os países com a turbulenta Argentina. Todavia, tanto o governo brasileiro quanto o uruguaio tentaram manter atitudes consonantes com a política promovida pelo Departamento de Estado, mas sem aceitar categoricamente suas propostas de ruptura com o governo Farrell-Perón.

Enfim, observa-se, portanto, que a II Guerra Mundial e seus desdobramentos transformaram o papel do Uruguai no Rio da Prata. Embora o mais importante aliado dos EUA fosse o Brasil, a localização geográfica do Uruguai, sua história e política o ressignificaram na nova realidade internacional e no equilíbrio de poder da região. Nessa conjuntura, o abastecimento militar dos Estados Unidos, a padronização das Forças Armadas do Uruguai, em consonância com as do Brasil e EUA, o controle das comunicações, o acesso a informações e o apoio na construção de infraestrutura defensivas marcaram a instalação geoestratégica do Uruguai na órbita militar dos Aliados.

Em síntese, o conflito mundial mudou o papel geoestratégico do Uruguai e o nascimento do peronismo na Argentina o confirmou como o “fiel da balança” no Rio da Prata, consolidando as relações brasileiro-uruguaias. Com isso, pode-se afirmar que diante de longos períodos de distanciamento e curtos períodos de aproximação com a Argentina, diante de sua política agressiva na região, as relações bilaterais brasileiro-uruguaias no

período analisado foram marcadas por aproximações permanentes em momentos cruciais das políticas internacional, regional e nacional, isto é, longos períodos de aproximação político-militar, econômica e cultural.

FONTES

1) Repositórios

- 1.1. *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay* (Montevideú, Uruguai);
- 1.2. *Archivo Documental Alberto Guani*. (Montevideú, Uruguai).
- 1.3. *Biblioteca del Instituto Artigas del Servicio Exterior* (Montevideú, Uruguai);
- 1.4. Arquivo Histórico do Itamaraty (Rio de Janeiro, Brasil);
- 1.5. Biblioteca Histórica do Ministério das Relações Exteriores (Rio de Janeiro, Brasília);
- 1.6. Centro de História e Documentação Diplomática (Rio de Janeiro, Brasil);
- 1.7. Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC)/ FGV (Rio de Janeiro, Brasil);
- 1.8. Arquivo Histórico da Câmara dos Deputados (Brasília, Brasil);
- 1.9. Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre, Brasil);
- 1.10. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (Porto Alegre, Brasil);
- 1.11. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil);
- 1.12. *Archivo de la Curia de Montevideo* (Montevideú, Uruguai);
- 1.13. *Museo Histórico Nacional- Casa Gral. Antonio Lavalleja* (Montevideú, Uruguai);
- 1.14. *Archivo Histórico de la Cancillería Argentina (Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto; Buenos Aires, Argentina)*.
- 1.15. Biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasília, Brasil);
- 1.16. Biblioteca Azeredo da Silveira, Ministério das Relações Exteriores (Brasília, Brasil);
- 1.17. *Biblioteca de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* (Montevideú, Uruguai);
- 1.18. *Biblioteca Nacional de Uruguay* (Montevideú, Uruguai);
- 1.19. *Biblioteca del Parlamento del Uruguay – Palácio Legislativo* (Montevideú, Uruguai);
- 1.20. *Biblioteca Digital de Autores Uruguayos*. Disponível em: <http://autoresdeluruguay.uy/doku.php>

1.21. Repositório Digital do Uruguai. Periódicos uruguaios. Disponível em: www.periodicas.edu.uy.

1.22. Hemeroteca Digital-Biblioteca Nacional do Brasil. Periódicos brasileiros. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br>

2) Fontes impressas

AMÉZAGA, Juan José. **Un capítulo en la historia internacional: el Uruguay y el Brasil**. Montevideo: Imprenta Ligu, 1942.

BARROS, Jayme de. **A Política Exterior do Brasil (1930-1940)**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.

BRASIL. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, 2 Vol.

BRUM, Baltasar. **La Paz de América, solidaridad americana, solidaridad mundial**. Montevideo, Imprenta Nacional, 1923.

LACALLE, Carlos (Org.). **El Partido Nacional y la Política Exterior del Uruguay**. Montevideo: Directorio del Partido Nacional; 1947.

LOBO, Hélio. **O Pan-Americanismo e o Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; 1939.

MAIA, Jorge. **Um decênio de política externa**. Rio de Janeiro: DIP; 1940.

MARTIÑEZ, José Luciano. **Gabriel Terra: el hombre, el político, el gobernante**. (3 vols.) Montevideo, 1937.

NAHUM, Benjamín; BALBIS, Jorge. (Orgs). **Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay. Tomo I: 1832-1946**. Montevideo, UdelaR, Departamento de Publicaciones, 1998.

NAHUM, Benjamín. (Org.). **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay. Tomo III: 1915-1936**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1999.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay. Tomo IV: 1937-1949**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2000.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo II: 1914-1931**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2000.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo III: 1932-1947**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2001.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo V: 1929-1931**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1994.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VI: 1932-1933**. Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1996.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VII: 1934-1937.** Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1997.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VIII: 1938-1943.** Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1999.

_____. **Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo IX: 1944-1947.** Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1999.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay. Tomo I: 1930-1933.** Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1997.

RODRÍGUEZ LARRETA, Aureliano. **Orientación de la política internacional en América Latina.** Montevideo: Peña y Compañía, 1938.

SALDAÑA, José M. Fernandez. **Diccionario Uruguayo de Biografías. 1810-1940.** Montevideo: Editorial Ameríndia; 1945.

SCARONE, Arturo. **Uruguayos Contemporáneos.** Nuevo Diccionario de Datos Biográficos y Bibliográficos. Montevideo: Casa A. Barreiro y Ramos S.A; 1937.

SERRATO, José. **Vida pública de José Serrato.** Montevideo: Biblioteca de Cultura Uruguaya, 1944.

TERRA, Gabriel. **Los Discursos del Presidente Terra. La Reforma Constitucional.** Montevideo; 1934.

TERRA, Gabriel (hijo). **Gabriel Terra y la verdad histórica.** Montevideo, 1962.

URUGUAY. **Boletines del Ministerio de las Relaciones Exteriores. Tomos I, II, V y VI.** Montevideo: Imprenta Militar. 1932-1938.

VARGAS, Getúlio. **Diários.** São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995.

_____. **A Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937-1943. (10 Vols.)

_____. **As Diretrizes da Nova Política do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1943.

_____. **O Estado Novo e o momento brasileiro.** Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1938.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Teses e dissertações

CARVALHO, Gustavo Eberle de. **O Brasil e a geopolítica da Guerra do Chaco. Diplomacia e política na Conferência de Paz de Buenos Aires (1935-1939).** Dissertação (Mestrado). PPGHIS/UnB. Brasília; 2019.

CORONATO, Daniel. **Diplomatas e estancieiros: o Brasil e a busca pelo equilíbrio de poder no Prata (1828-1852).** Tese de doutorado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP. São Paulo, 2017.

- CORREIA, Isabel Regina Pessoa. **Desafios de uma missão: a trajetória de Oswaldo Aranha na embaixada brasileira em Washington (1934-1937)**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, 2004.
- FERRAZ, Francisco César. **A guerra que não acabou: veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2003.
- FERRER, Jorge Luiz Pereira. **Análise das políticas externas da Argentina e do Brasil em relação à Alemanha, à Itália e aos Estados Unidos da América durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)**. Tese de Doutorado (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.
- LINS, Lindercy Francisco Tome de Souza. **To sell a product or to sell an idea: a propaganda oficial do Brasil nos Estados Unidos da América (1930-1945)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. **Repressão Política e Usos da Constituição no Governo Vargas (1935-1937): a Segurança Nacional e o Combate ao Comunismo**. Dissertação de Mestrado- Faculdade de Direito/UnB. Brasília, 2011.
- MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil**. (Tese de Doutorado/PROLAM-UPS). São Paulo: USP, 2016.
- MELLO, Flávia de Campos. **As diretrizes tradicionais da política externa brasileira. In: Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90**. Tese (Doutoramento em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MENDONÇA, Ariel Macedo de. **A geopolítica e a política externa do Brasil: interseção dos mundos militar e diplomático em um projeto de poder. A ata das Cataratas e o equilíbrio de forças no Cone Sul**. Dissertação de Mestrado-IREL/UnB. Brasília, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2000.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. **Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)**. Tese de doutorado- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.
- NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. **A Missão Cultural Brasileira no Uruguai: A construção de uma modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina**. Tese de doutorado- (PROLAM/USP), São Paulo, 2015.
- RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. **Participação política nos discursos opositores a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai)- 1930/1942**. Tese de doutorado- UFRS. Porto Alegre; 2007.
- SERRATO, Edgar Bruno Franke. **Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945**. Dissertação de Mestrado-UFPR. Curitiba; 2008.

2) Artigos e capítulos de livros

ABREU, Marcelo Paiva de. O Brasil e a economia mundial (1929 – 1945). In: FAUSTO, B. (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1986, v.11.

ALBORNOZ, Martín y GALEANO, Diego. Anarquistas y policías en el Atlántico sudamericano: una trama transnacional, 1890-1910. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, 47, 2017; p. 101-134.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y Latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (org.). **América Latina en sus ideas**. México, Siglo XXI/UNESCO, 1986.

AYÇAGUER, Ana María Rodríguez. ¿"Buen Vecino"? Mal cliente. Las dificultades en el relacionamiento comercial de Uruguay con Estados Unidos en los preámbulos de la Segunda Guerra Mundial (1938). **Serie Papeles de Trabajo**, Montevideo, FHCE, 1997.

_____. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. **Estudios Ibero-Americanos**, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; p. 92-120.

_____. El gran vecino norteamericano: una aproximación a las relaciones de Uruguay con Brasil en la primera mitad del siglo XX. **Res gesta**, número 52, Año 2017; Rosario, Argentina. Disponible em: <https://repositorio.uca.edu.ar/bitstream/123456789/5630/1/890-2971-2-PB.pdf> Acceso em: 02/08/2018.

_____. Entre la “hermandad” y el panamericanismo: el gobierno de Amézcaga y las relaciones con Argentina. Parte I: 1943. **Papeles de Trabajo**. Montevideo: FHCE, Udelar; 2004.

_____. El Incendio y las vísperas: Testoni y las fotos del Graf Spee. **Coloquio “Commemoración del 60º Aniversario de la primera exposición de Alfredo Testoni, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1949”**. Montevideo: Sección Historia del Arte, FHCE, 2009. Disponible em:

https://www.academia.edu/11783028/El_Incendio_y_las_v%C3%ADsperas_Testoni_y_las_fotos_del_Graf_Spee Acceso: 13/09/2018.

BEIRED, José Luís Bendicho. A Grande Argentina: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v. 21, n. 42, 2001.

BERNÁRDEZ, Manuel. Rio Branco y el Uruguay. FUNAG (org.). **O Barão do Rio Branco visto por seus contemporâneos**. Brasília: CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002; p. 69-66. Disponible em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/110-Barao_do_Rio_Branco_visto_por_seus_contemporaneos_O.pdf Acceso em: 08/08/2018.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo; v.12; no. 23/24; set. 91/ago.92; p. 7-18.

BROQUETAS, Magdalena. Una mirada crítica sobre el “Uruguay excepcional”. Reflexiones para una historia de larga duración sobre la violencia estatal en el siglo XX”. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**; 53 (jul.-dic., 2020): p.151-179. Disponible em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/boletin/issue/view/638> Acceso em: 08/08/20.

BUENO, Clodoaldo. A presença do historiador nos estudos de Relações Internacionais. In: AGUILAR, Sérgio Luiz; ALBRES, Hevellyn Menezes (orgs.). **Relações Internacionais: pesquisa, práticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CAETANO, Gerardo. El “Uruguay Internacional” y la región: apuntes históricos y desafíos vigentes. FUNAG. **Brasil - Uruguai: os próximos 20 anos**. Debates e textos académicos. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/888-Brasil-Uruguai Os proximos 20 anos Debates e Textos Academicos.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/888-Brasil-Uruguai%20Os%20proximos%20anos%20Debates%20e%20Textos%20Academicos.pdf) Acesso em: 15/03/2018.

CAMOU, María Magdalena. Los vaivenes de la política exterior uruguaya ante la pugna de las potencias. Las relaciones con el Tercer Reich, 1933-1942. **Cuadernos de Interguerras**, Fundación de Cultura Universitaria, 1990.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. 2005, vol.48, n.1, p.178-213.

CAPELATO, Maria Helena. ‘O Gigante Brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira. A grande Transação**. São Paulo: SENAC, 2000.

_____. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; p. 107-143.

CARVALHO, L. P. Macedo. Força Expedicionária Brasileira: 60 anos. **Verde Oliva**, Brasília, ano 22, n.185 p. 16-21, jul/ago/set. 2005.

CARVALHO, José Murilo. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. Forças armadas e política. 1930-1945. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **A Revolução de 30**. Seminário Internacional. Brasília, Ed. UnB, 1988.

CERRANO, Carolina; D’ALESSANDRO, Fernando López. Las Fuerzas Armadas uruguayas durante la Segunda Guerra y el advenimiento del peronismo (1939-1945). **Historia**, no 51, vol. I, enero-junio; 2018.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n.2, 2003.

_____. Conceitos em Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, n. 2, 2008; p. 8-25.

CLEMENTE, Isabel. Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas. **Documentos de Trabajo** No. 69. Montevideo; 2005.

_____. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional. Pasado y perspectivas. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**. Vol. 19, no. 1, ICP, Montevideo, 2010.

CONDURU, Guilherme Frazão. José Carlos Macedo Soares: liberal, nacionalista e democrata. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

CONNIFF, Michael L. Populism during the Estado Novo. **ACERVO: revista do Arquivo Nacional**. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p. 36-48.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a Missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012; p.219-252.

COX, Robert. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. GILL, Stephen (org.). **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

CREUS, Nicolás. El concepto de poder en relaciones internacionales y la necesidad de incorporar nuevos enfoques. **Estudios Internacionales**. Santiago: Universidad de Chile, n. 175, 2013.

DE LOS SANTOS, Clarel. El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial. **Avances de Investigación**, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2011.

DE PAULA MARQUES, Raphael Peixoto. Estado de exceção e mudança (in) constitucional no Brasil (1935-1937). **Historia Constitucional**, no. 14, septiembre, 2013; Universidad de Oviedo, España.

DORATIOTO, Francisco. Formação dos Estados nacionais e expansão do capitalismo no século XIX. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mário (orgs.). **História do Cone Sul**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

_____. Tempestade no Prata. In: **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1936). **Seminário Brasil-Argentina: a visão do outro**. Brasília: FUNAG, 2000, p. 439-477.

_____. A política platina do barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, a. 43, n. 2, p. 130-149, jul./dez. 1994; p.130-149.

_____. Paraguai, Uruguai, a II Guerra Mundial e o reequilíbrio de forças no Rio da Prata. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 181(483): 269-302, Rio de Janeiro; mai/ago. 2020.

_____. O Brasil no Mundo. Idealismos, Novos Paradigmas e voluntarismo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 3. A Abertura para o Mundo (1889-1930). Espanha: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

DUARTE, Carlos Sérgio. A Política Externa Brasileira de 1934 a 1942: diplomacia pendular ou hegemonia americana? **Cadernos do IPRI**; no. 2, 1989, p. 17-27.

FERNÁNDEZ LUZURIAGA, Wilson. La Política Exterior del Uruguay en las Elecciones Nacionales 2004. **Serie de Documentos de Trabajo Unidad Multidisciplinaria**, Montevideo, Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República, N°66, 24 2005. Disponible en <http://www.fcs.edu.uy/archivos/Documento%2066.com.pdf>. Acceso en 30/10/2013.

FERREIRA, Jorge. Brasil, 1942. Estado e sociedade contra o Reich. **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.89-109.

_____. Mortes no mar, dor na terra: brasileiros atingidos pelo ataque do submarino alemão U-507 (agosto de 1942). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, 2017. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24833/15627>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: EdUNESP, 2012; p. 295-322.

GOMES, Ângela de Castro. Saia justa, salto sete. O Estado Novo comemora os 50 anos da República. **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p. 49-70.

_____. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012; p.69-91.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil. In FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. O redescobrimto do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

GOMES, Rafael Nascimento. A importância da biografia histórica para a História Política: As relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938). **Revista Latino-Americana de História**. UNISINOS; vol. 4, nº. 14, 2015; p.87-100.

_____. O comunismo e o anticomunismo entre o Brasil e o Uruguai ao longo da década de 1930. **Revista Latino-Americana de História**. UNISINOS; vol. 7, nº. 19; jan/jul de 2018; p.171-189.

HILTON, Stanley. Afrânio de Melo Franco: a consolidação da estratégia de política externa. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)**. Brasília: FUNAG, 2013.

ITUASSU, Arthur. Cartas do front Brasileiro. In: CARROLL, Andrew. **Cartas do Front**. Rio De Janeiro: Zahar, 2007.

KOIFMAN, Fábio. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados. **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.71-88.

LAGO, Mayra Coan. Conflitos e pedidos de terra nas cartas dos trabalhadores para Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón. **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018.

LINS, Lindercy Francisco Tome de Souza. “O lobo, mesmo com capa de monge, ainda assim está à espreita das ovelhas”. Censura e perseguição a jornalistas estrangeiros no governo Vargas (1930-1945). **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.110-125.

LOCASTRE, Aline Vanessa. O OCIAA e a boa vizinhança nos Estados Unidos (1940-1945). In: NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos**. Joinville, SC: Editora Univille, 2020.

LOVE, Joseph L. **Ideias e ideologias econômicas na América Latina. 1930-1990**. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina. Volume VIII. A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 2011.

MARTINS, Estevão de Rezende. História das relações internacionais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

MCCANN, Frank D. Compromisso among Vargas, Góis Monteiro, Dutra and the establishment of the Estado Novo. **ACERVO**: revista do Arquivo Nacional. Vol. 30; número 2; jul/dez. 2017. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2017; p.19-35.

_____. "Brazil and World War II: The Forgotten Ally. What Did You Do in the War, Zé Carioca?". Tel Aviv University, 1997, p.19. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, 6, no 2, jul.-dez. 1995, p.35-70. Disponível em: www.tau.ac.il/eial/VI_2/mccann.htm Acesso: 02/02/2020.

MEIRELES JUNIOR, Claudio Alcantara. O Estado Novo por Getúlio Vargas: a verdadeira democracia é a democracia social? **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018. Disponível em:

<http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1695>

MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1996.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e a Bacia do Prata: interesses e divergências. **Monções**. Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v.1, n.2, jul/dez. 2012.

MOURA, Gerson. Neutralidade dependente: o caso do Brasil, 1939-43. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1962/1101> . Acesso em: 12 set. 2015.

NEPOMUCENO, Margarida. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. **Revista Em Tempo de Histórias** (PPGHIS/UnB). Nº. 33, Brasília, Ago – Dez, 2018; p.176-189. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/issue/view/1695>

NEVES, Luis Felipe da Silva. A Força Expedicionária Brasileira: 1944-1945. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995, p. 295-318.

ODDONE, Juan Antonio. Los efectos de la crisis y la crisis de la hegemonía británica. La crisis política: protagonistas y contendientes. La política económica del terrismo. Los países atlánticos de América Latina y su relación con los centros hegemónicos. **Cuadernos de interguerras**. Fundación de Cultura Universitaria; 1989.

OLIVEIRA, Ione. História política e historiografia do Brasil República. **Textos de História**, v. 15, 2007; p. 93-107.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles. Intelectuais antifascistas no Cone Sul: Experiências associativas no cruzamento entre a cultura e a política. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, Ago. 2013; p. 53-83. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/17134> Acesso em: 05/08/2020.

PANDOLFI, Dulce. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; p.13-37.

PINHEIRO, Letícia. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. Volume 4. Olhando para dentro (1930-1964). Espanha: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

PINSKY, Jaime. O Brasil nas Relações Internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Davi e Golias”: as Relações entre Brasil e Estados Unidos no século XX. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**. A Grande Transação. São Paulo: Senac, 2000.

_____. O Brasil e a Distante América do Sul. **Revista de História**, n. 145, 2001; p. 127-149.

RAHMEIER, Andrea Helena Petry. O Nordeste brasileiro – 1940-1941. In: NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos**. Joinville, SC: Editora Univille, 2020.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. Fronteira Brasil - Uruguai: espaço nacional, lugar regional. **Territórios e Fronteiras**; v.6; n.2; Cuiabá-MT; jul./dez. 2005.

_____. As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945). In: **Polis**; n. 39; 2014.

RICUPERO, Rubens. O Brasil e a América Latina e os EUA desde 1930. 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Nupri-USP/Cultura Editores Associados, 1996; p. 37-60.

_____. O Brasil no Mundo. In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (dir.). **História do Brasil Nação:1808-2010**. Volume 1- Crise colonial e Independência (1808-1830). Madri: Fundação Mapfre; Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

ROIO, Marcos Del. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de Moraes; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.) **História do Marxismo no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RUIZ, Esther. Del viraje conservador al realineamiento internacional. 1933-1945. In: FREGA, Ana et all. **Historia del Uruguay en el siglo XX: 1890-2005**. Montevideo: EDBOU, 2011; p. 51-84.

SABOYA, André Nassim de. O pensamento de Mario Travassos e a política externa brasileira. **Revista de Geopolítica**, v. 9, nº 2, p. 29 - 50, jul./dez. de 2018. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/220> Acesso em: 11/11/19.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional** (RBPI). [online]. 2005, vol.48, n.2, p. 185-204.

SEITENFUS, Ricardo. Quatro teses sobre a política externa do Brasil nos anos 30. In: ALBUQUERQUE, J.A.G. (org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930 – 1990)**. Crescimento, modernização e política exterior. São Paulo, NUPRI/USP/Cultura Editores Associados, 1997, v.1, p.115-118.

SILVA, Lígia Osório. A “política do Exército” no primeiro governo Vargas: 1930-1945. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012; p.323-359.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. As orientações fundamentais da política externa do primeiro governo Vargas. **Anos 90**, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 4, n. 5, jul. 1996. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6167/3661> Acesso em: 15 jan. 2014.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. A rivalidade Brasil-Argentina e a Guerra Fria. **OPIS: América Latina no contexto da Guerra Fria**; v. 14. n. Especial (2014). Catalão: Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão, 2014; p.185-204.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político. Uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

VISENTINI, Paulo Fagundes. O Brasil e a História das Relações Internacionais. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 18-40, out. 2015.

YAFFÉ, Jaime. La modernización en el Uruguay: política y economía, 1876-1933. In: HEINZ, M. Flávio; HERRLEIN Jr., Ronaldo (orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2003; p. 323-340.

3) Livros

ABADIE AICARDI, Oscar; PENA, Carlos maría de. **El Uruguay, los Estados Unidos y la Unión Panamericana. Estudio preliminar y notas a Carlos María de Pena: “Apuntes Diplomáticos”**. Montevideo: Imprenta Cordón, 1969.

ABREU, Alzira Alves *et all.* (orgs.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2001; 5 v.

ABREU, Marcelo Paiva. **O Brasil e a economia mundial, 1930-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ALMEIDA, Adhemar Rivermar de. **Montese: marco glorioso de uma trajetória**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Relações Internacionais do Brasil e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

AMADO, Jorge. **Os subterrâneos da liberdade**. Volume 1. Os ásperos tempos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Os subterrâneos da liberdade**. Volume 2. Agonia da noite. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **Os subterrâneos da liberdade**. Volume 3. A luz no túnel. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AMARILLA, Alberto Guani. **Guani: el canciller de América**. Montevideo: Editoras Doble clic, 2006.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão da Nação**. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANTÓN, Romeo Pérez. **Política exterior uruguaya, siglo XX**. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2011.

ARDAO, Arturo. **Etapas de la inteligencia uruguaya**. Montevideo: Departamento de publicaciones de la Universidad de la Republica, 1971.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

AZUÁ, Carlos Real de. **Tercera Posición, Nacionalismo Revolucionario y Tercer Mundo**. Una teoría de sus presupuestos. Montevideo: Cámara de Representantes; 1996.

_____. **Política internacional e ideologías en el Uruguay**. Escritos. Montevideo, ARCA, 1989.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul. Da Tríplice Aliança ao Mercosul. 1870-2003**. Rio de Janeiro: Revan; 2003.

_____. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil. 1930-1992**. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à da Tríplice Aliança**. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 1998.

_____. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues et all (orgs.). **Militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

BARONE, João. **1942, o Brasil e sua guerra quase desconhecida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. 1839-1875**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2011.

_____. **Los conservadores uruguayos**. Montevideo: EDBOU, 2004.

BARRETO FILHO, Fernão de Mello. **Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil do Brasil: 1912 a 1964**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O Império do Brasil e a política de intervenção no rio da Prata. (1843-1865)**. Brasília: FUNAG, 2018.

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). **A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
- BATTIBUGLI, Thaís. **A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil (1936-1939)**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: EdUsp, 2004.
- BEIRED, José Luís Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Loyola, 1999.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **Conspiração contra o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BÉRTOLA, Luís. **Ensayos de Historia Económica: Uruguay en la región y en el mundo**. Montevideo: Ediciones Trilce, 2000.
- BERTONHA, João Fábio. **Plínio Salgado**. Biografia Política (1895-1975). São Paulo: EdUSP, 2018.
- _____. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.
- BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. Volume X. A América Latina após 1930: Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. São Paulo: EdUsp, 2018.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. (Orgs.). **A América Latina: entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BRAGA, Rubem. **Crônicas da guerra na Itália**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.
- BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. **Arquivo Diplomático da Proclamação da República**. Brasília/Porto Alegre, Ministério das Relações Exteriores/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.
- BRANCO, Manoel Thomaz Castello. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.
- BRAYNER, Floriano de Lima. **A Verdade sobre a FEB – Memórias de um Chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália (1943-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- BUENO, Clodoaldo. **Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **A República e sua política exterior (1889 a 1902)**. São Paulo: Unesp/ Brasília: FUNAG, 1995.
- BULMER-THOMAS, Victor. **La histórica económica de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 2017; ePub; 1º. Edición electrónica. ISBN: ISBN: 978-607-16-5009-2.
- CAETANO, Gerardo. (Coord.). **Uruguay. El “país modelo” y sus crisis**. Tomo III- 1930-2010. Madrid: Fundación Mapfre; Montevideo: Editorial Planeta; 2016.
- CAETANO, Gerardo. **La República Batllista**. 4ª Edición. Montevideo, EDBOU, 2012.
- CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. **El nacimiento del terrismo**. (3 vols.) Montevideo: EDBOU, 1989-1991.
- CAETANO, Gerardo; BUCHELI, Gabriel; YAFFÉ, Jaime (Orgs). **Cancilleres del Uruguay**. Reseña biográfica de los ministros de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del

Uruguay; 1828-2002. Montevideo, Instituto Artigas del Servicio Exterior, Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza no Brasil**. Rio de Janeiro: Estação do Brasil, 2017.

CAMARGO, Aspásia; ARAÚJO, João Hermes Pereira de; SIMONSEN, Mário Henrique. (Orgs). **Oswaldo Aranha. A estrela da revolução**. São Paulo: Mandarim, 1996.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas**. Brasília: EdUnB, 1994.

CANSANÇÃO, Elza. **E foi assim que a Cobra Fumou**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional Editores de Livros, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. Campinas: Papyrus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2012.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O Anti-semitismo na Era Vargas**. Fantasmas de uma geração (1930-1945). São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (Org.). **O Anti-semitismo nas Américas: Memória e História**. São Paulo: EdUSP, 2007.

CARONE, Edgar. **A Terceira República (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

_____. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1977.

CARR, Edward H. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. Brasília: EDUnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História Diplomática do Brasil**. Ed.Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASAS, Lincoln R. Maiztegui. **Orientales. Una historia política del Uruguay**. Tomo 2. De 1865 a 1938. 1º ed. Montevideo: Planeta, 2005.

_____. **Orientales. Una historia política del Uruguay**. Tomo 3. De 1938 a 1971. 2º ed. Montevideo: Planeta, 2010.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. **Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)**. Brasília: FUNAG, 2009.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Externa Brasileira**. Brasília: EdUnB; 2002.

_____. **História da Política Externa Brasileira**. Brasília: EdUnB; 5º ed.; 2015.

CERVO, Amado. **A Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHURCHILL, Winston S. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

COMPAGNON, Olivier. **O Adeus à Europa: a América Latina e a Grande Guerra. Argentina e Brasil, 1914-1939**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: Política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

COSTA, Sergio Corrêa da. **Crônica de uma guerra secreta**. Nazismo na América do Sul, a conexão argentina. Rio de Janeiro: Record, 2004.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**. Discursos sobre o território e o poder. São Paulo: EdUsp, 2016.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes Depõe ...** Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

CURES, Oribe et al. **El Uruguay de los años treinta: enfoques y problemas**. Montevideo: EDBOU, 1994.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem Guerra – A Mobilização e o Cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). **Getúlio Vargas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. [Série Perfis Parlamentares, n.62].

_____. **As instituições da Era Vargas**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Ed. FGV, 1999.

_____. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DALMOLIN, Cátia (Org). **Mordaca verde e amarela: imigrantes e descendentes no Estado Novo**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

DANESE, Sérgio França. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 1ªed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

DARÓZ, Carlos. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**. A longa travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DEMIER, Felipe. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**. Um ensaio de interpretação histórica. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DIETRICH, Ana Maria. **Caça às Suásticas – O Partido Nazista em São Paulo sob a Mira da Polícia Política**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

DONGHI, Tulio Halperín. **La Argentina y la tormenta del mundo**. Ideas e ideologías entre 1930 y 1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

_____. **Historia contemporánea de América Latina**. 3. ed. Madri: Alianza Editorial, 1972.

DORATIOTO, Francisco. **Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954)**. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

_____. **O Brasil no Rio da Prata**. Brasília: FUNAG; 2014.

DULCI, Tereza Maria Spyer. **As Conferências Pan-americanas (1889 a 1928): Identidade, União Aduaneira e Arbitragem**. São Paulo: Alameda, 2013.

DULLES, John. W. F. **O Comunismo no Brasil, 1935-1945**: repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **Anarquistas e comunistas no Brasil**. (1900-1935). Tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1977.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Teoria das relações internacionais. Tradução de Ane Lize Spaltermberg de S. Magalhães. Brasília: EdUnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; 2000.

FARIA, Durland Puppín. **Introdução à História Militar Brasileira**. Resende, 2015.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

FELDE, Alberto Zum. **Proceso histórico del Uruguay**. Montevideo: Arca Editorial, 1985.

FERRAZ, Francisco César. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERRER, Aldo. **La economía argentina**. Las etapas de su desarrollo y problemas actuales. 2o. ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

FINCH, Henry. **Historia económica del Uruguay contemporáneo**. Montevideo: EDBOU, 1980.

_____. **La economía política del Uruguay contemporáneo**. 1870-200. Montevideo: EDBOU, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8º edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRANCO, Álvaro da Costa (Org.). **Em meio à crise**: Souza Dantas e a França ocupada, 1940-1942. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FREGA, Ana et all. **Historia del Uruguay en el siglo XX**: 1890-2005. Montevideo: EDBOU, 2011.

FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Ivette. **Baldomir y la restauración democrática (1938-1946)**, Montevideo, EdBOU, 1987.

GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**: influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa**: a política externa brasileira na década de 1920. Brasília: EdUnB: FUNAG, 2006.

_____. **O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

_____. **O sexto membro permanente**. O Brasil e a criação da ONU. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: FUNAG, 2005.

GEHRE, Thiago. **A América do Sul**. A ideia brasileira em marcha. Curitiba: Juruá, 2009.

GERTZ, René. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Germanismo, Nazismo e Integralismo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

GILBERT, Martin. **A Segunda Guerra Mundial**. Os 2174 dias que mudaram o mundo. Tradução de Ana Luísa Faria, Miguel Serras Pereira. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014.

_____. **Winston Churchill**. Uma vida. Volume II. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

GOÉS, Synesio Sampaio. **Navegantes, bandeirantes, diplomatas**: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Rafael Nascimento. **As relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai (1931-1938)**. O Brasil de Getúlio Vargas visto pelo Uruguai de Gabriel Terra. Jundiá: Paco Editorial, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

HAEDO, Eduardo Victor. **El Uruguay y la Política Internacional del Río de la Plata**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1973.

HASTINGS, Max. *Inferno*. **O mundo em guerra, 1939-1945**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

HEINZ, M. Flávio; HERRLEIN Jr., Ronaldo (orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2003.

HERRERA, Luís Alberto de. **El Uruguay Internacional**. Montevideo: Cámara de Representantes, 1988.

HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional**. 1930-1945 (Cinco estudos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **Oswaldo Aranha**. Uma biografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

_____. **A Guerra secreta de Hitler no Brasil**. A espionagem e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

_____. **Suástica sobre o Brasil**. A História da espionagem alemã no Brasil. 1939-1944. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____. **O ditador e o embaixador**. Getúlio Vargas, Adolfo Berle Jr. e a queda do Estado Novo. Rio de Janeiro: Record, 1987.

INFANTE, Eduardo. **Alemanha 1938** – Um Militar Brasileiro e sua Família na Alemanha Nazista. São Paulo: Prata Editora, 2012.

JACOB, Raúl. **El Uruguay de Terra. 1931-1938**. Montevideo, EDBOU, 1983.

- _____. **Uruguay 1929-1938.** Depressão ganadera y desarrollo fabril. Montevideo, FCU, 1981.
- _____. **Las inversiones norteamericanas.** 1900-1945. Montevideo: Objeto Directo, 2016.
- _____. **Las inversiones británicas.** 1914-1945. Montevideo: Objeto Directo, 2019.
- _____. **Aquellos otros inversores.** Montevideo: Objeto Directo, 2011.
- KELLY, Philip. **Checkerboards & shatterbeits:** the geopolitics of South America TX. USA: Univ. of Texas Press, 1997.
- KERSHAW, Ian. **Hitler.** São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado:** Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAPUENTE, Rafael Saraiva. **Com a espada de Dâmocles.** O Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha. Curitiba: Editora Prismas, 2017.
- LARA, Daniel Acosta y; LEICHT, Federico. **Graff Spee.** De Wilhelmshaven al Río de la Plata. (1939-2014). Montevideo: Ediciones de la Plata, 2014.
- LEIBNER, Gerardo. **Camaradas y compañeros.** Una historia política y social de los comunistas del Uruguay. Montevideo: Ediciones Trilce, 2011.
- LEVINE, Robert. **O regime de Vargas, 1934-1938:** os anos críticos. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (Orgs). **História das Relações Internacionais:** teoria e processos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- LOCHERY, Neill. **Brasil: os frutos da guerra.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- LOPES, Roberto. **Missão no Reich – Glória e Covardia dos Diplomatas Latino-americanos na Alemanha de Hitler.** Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.
- LUSARDO, João Batista. **Discursos parlamentares.** Seleção, Introdução e Notas de Glauco Carneiro. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **Cultura e Poder:** economia política e globalização. Brasília: IBRI, 2002.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados.** Soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Grua, 2010.
- MAZZEI, Enrique; DE SOUZA, Mauricio. **La frontera en cifras.** Melo: Imprensa CBA, 2013.
- MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil – Estados Unidos 1937/1945.** Rio de Janeiro: Bibliex Editora, 1995.
- _____. **Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro, 1889-1937.** São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- MEDINA, Manuel. **La teoría de las relaciones internacionales.** Madrid: Seminários y Ediciones, 1973.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. **Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

MERCADER, Antonio. **El año del León**. 1940. Herrera, las bases norteamericanas y el complot nazi. Montevideo, Aguilar, 1999.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MILLINGTON-DRAKE E. **A Batalha do Rio da Prata – O Drama do Couraçado “Graf Spee”**. São Paulo: Flamboyant, 1968.

MILZA, Pierre. **Mussolini**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MORA, Enrique Ayala (org.). **Los proyectos nacionales latinoamericanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930**. Paris: UNESCO, 2008. Coleção: História General de América Latina. Vol. IX

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1946.

MORÁN, Alejandro N. Bertocchi. **El Graf Spee**. La trampa de Montevideo. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2009.

MORGENTHAU, H. J. **Politics Among Nations: the struggle for power and peace**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 1985.

MOTTA, Aricildes de Moraes. **História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001. (*Vários tomos*)

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____. **Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG; 2012.

_____. **Sucessos e Ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **O Brasil a caminho do Estado Novo**. As cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-1937). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

MOURELLE, Thiago; FRAGA, André (Orgs.). **Olhares sobre o governo Vargas**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

MUYLAERT, Roberto. **1943. Roosevelt e Vargas em Natal**. São Paulo: Bússola, 2012.

NAHUM, Benjamin. **Historia Uruguaya. La Época batllista(1905-1929)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1996.

NETO, Lira. **Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NETO, Ricardo Bonalume. **A Nossa segunda Guerra: Os Brasileiros em combate 1942 – 1945**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

NETO, Wilson de Oliveira (Org.). **O Brasil no contexto da Segunda Guerra Mundial: estudos contemporâneos**. Joinville, SC: Editora Univille, 2020.

NUNES, José Luiz Martins. **Juventude brasileira**. O lado fascista do Estado Novo. Caxias do Sul: Maneco Livraria e Editora, 2004.

ODDONE, Juan Antonio. **El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945**. Montevideo, FCU/FHCE, 1990.

- _____. **Vecinos en Discordia.** Argentina, Uruguay y la política hemisférica de los Estados Unidos. Selección de documentos. 1945-1955. Montevideo: El Galeón- UdelaR, FHCE, 2004.
- OLIVERA, Enrique Arocena. **Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya.** 1828-1948. Montevideo, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA.** Nova História do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.
- _____. **Os soldados alemães de Vargas.** Curitiba: Juruá, 2008.
- _____. **Os soldados brasileiros de Hitler.** Curitiba: Juruá, 2008.
- OLIVEIRA, Ângela Meirelles. **Palavras como balas. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939).** São Paulo: Alameda, 2015.
- PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro.** São Paulo: LVM, 2018.
- PANDOLFI, Dulce. (Org.) **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- PARIS, Juana; RUIZ, Esther. **El Frente en los años 30.** Montevideo, Proyección, 1987.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos – Continuidade ou Mudança?.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.
- PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil.** O ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015.
- PÉREZ ANTÓN, Romeo. **Política exterior uruguaya del siglo XX.** Montevideo, Ediciones de la Plaza, 2010.
- PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). **Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política (1750-1964).** Brasília: FUNAG, 2013. (3 vols.)
- PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira.** (1889-2002). 2º. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão.** A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional (1917-1991).** Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014.
- PORRINI, Rodolfo. **Derechos Humanos y Dictadura Terrista.** Montevideo, Vintén Editor, 1994.
- QUIJANO, Carlos. **Los golpes de Estado.** (1933 y 1942). Volumen 1. Montevideo: Cámara de Representantes-Editorial Salamandra, 1989.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do Cárcere.** Rio de Janeiro: Editora Record, 1994.
- RAMOS, Plínio de Abreu. **Os partidos paulistas e o Estado Novo.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1980.
- RAPOPORT, Mario. **¿Aliados o neutrales?** La Argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. Buenos Aires: EUDEBA, 1988.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. **A diplomacia marginal: vinculações política entre Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPF; 1999.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes: Um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, Mateus Fávoro. **Americanismo(s) no Uruguai**. Os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969). São Paulo: Alameda, 2014.

RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre. **Histoire des Relations Internationales**. Paris: Librairie Hachette, 1993.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil. 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal Editores; 2017.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. **Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938**. Montevideo: EDBOU; 2009.

_____. **Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay**. Tomo I: 1930-1933. Montevideo, UdelaR; 1997.

RUIZ MORENO, Isidoro. **La neutralidade argentina en la Segunda Guerra**. Buenos Aires: EMECÉ, 1997.

SANDER, Roberto. **O Brasil na mira de Hitler**. A história do afundamento de 34 navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Brasil entre a América e a Europa**. O Império e o interamericanismo. (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O dia em que adiaram o Carnaval: política externa e a construção do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **O evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira**. São Paulo: UNESP, 2012.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em Surdina**. Histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SCHMITT, Bernadotte E. (coord.). **Documents on German Foreign Policy – O III Reich e o Brasil (Segundo Volume)**. Rio de Janeiro: Editora Laudes, 1968.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo, um Auto-Retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV, EdUnB, 1983.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942**. O processo de envolvimento brasileiro na IIa. Guerra Mundial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SERVICE, Robert. **Camaradas. Uma história do comunismo mundial**. Tradução de Milton Chaves de Almeida. Rio de Janeiro: DIFEL, 2015.

SILVA, Hélio. **1930: A revolução traída**. O Ciclo de Vargas. Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **1932: A guerra paulista.** O Ciclo de Vargas. Vol. V. 2o. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **1933: A crise do tenentismo.** O Ciclo de Vargas. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **1934: A Constituinte.** O Ciclo de Vargas. Vol. VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

_____. **1937: todos os golpes se parecem.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

_____. **1938: Terrorismo em campo verde.** O Ciclo de Vargas. Vol. X. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **1944: O Brasil na guerra.** O ciclo de Vargas. Vol. XIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **1945: Porque depuseram Vargas.** O Ciclo de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **A Ameaça Vermelha.** O Plano Cohen. Porto alegre: L&PM, 1980.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um Soldado.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. **Cruzes Brancas:** diário de um pracinha. Rio de Janeiro: Bibliex, 1997.

SILVEIRA, Joel. **O Brasil na 2º Guerra Mundial.** Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1976.

SIRKIS, Alfredo. **A Guerra da Argentina.** Rio de Janeiro: Record, 1982.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo Branco.** 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Do tenentismo ao Estado Novo.** Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. **Do Estado Novo à ditadura militar.** Memórias de um soldado. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964).** São Paulo, Alfa Ômega, 1976.

SOUZA, Marcos Alves de. **A cultura política do “batllismo” no Uruguai: 1903-1958.** São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Diplomatas, políticos e militares.** As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TERÁN, Oscar. (coord.). **Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano.** Buenos Aires: Siglo XXI; 2008.

TOMAIM, Cássio dos Santos. **Documentário e o Brasil na Segunda Guerra Mundial.** O antimilitarismo e o anticomunismo como matrizes sensíveis. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2014.

TOTA, Antônio Pedro. **O imperialismo sedutor.** A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A Segunda Guerra Mundial.** 15. ed. São Paulo: Atual, 1994.

_____. **O Estado Novo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TRINDADE, Héglio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930**. 3º. Edição. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2016.

_____. **A tentação fascista no Brasil**. Imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. **El Régimen Terrista (1933-1938)**. Aspectos políticos, económicos y sociales. Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1993.

TURCATTI, Dante. **El equilibrio difícil: la política internacional del Batllismo**. Montevideo, ARCA- CLAEH, 1981.

VARESE, Juan Antonio (Coord.). **Graff Spee**. De la política al drama. Montevideo: Ediciones Cruz del Sur, 2009.

VARGAS, Alzira. **Getúlio Vargas, meu pai: memórias de Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2017.

VELÁZQUEZ FLORES, Rafael. **Factores, bases y fundamentos de la política exterior de México**. México: Plaza y Janés, 2007.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. **O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil II (1930-1964): o nacionalismo, da Era Vargas à política externa independente**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WAACK, William. **As duas faces da glória**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ZUBILLAGA, Carlos. **Una historia silenciada**. Presencia y acción del falangismo en Uruguay (1936-1955). Montevideo, Ediciones Cruz del Sur, 2015.

_____. **Una historia silenciada**. Las relaciones diplomáticas de España y Uruguay durante el primer franquismo (1936-1955). Ediciones Cruz del Sur, 2017.

_____. **El reto financiero: deuda externa y desarrollo en Uruguay**. 1903-1933. Montevideo: ARCA- CLAEH, 1982.

**APÊNDICE A- CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL E DO URUGUAI
(1928-1946)¹⁶¹³**

Cronologia das Relações Internacionais do Brasil e do Uruguai (1928-1946)				
Data	Cenário Internacional	Cenário Regional	Cenário Uruguaio	Cenário Brasileiro
1928	Em agosto, é assinado, em Paris, o Pacto Briand-Kellogg, um tratado Internacional “estipulando a renúncia à guerra como instrumento de política nacional”. Recebeu os nomes do Secretário de Estados dos EUA, Frank B. Kellogg, e do Ministro francês das Relações Exteriores, Aristides Briand.	Em fevereiro, a VI Conferência Internacional Americana, em Havana, discute o princípio da não-intervenção e aprova, com o apoio do Brasil, diversas convenções e o Código Bustamante de direito internacional privado. É também criado o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, com sede no México. Em dezembro, ocorre o primeiro choque entre Bolívia e Paraguai pela região do Chaco. Nesse mesmo mês, o presidente eleito norte-americano, Herber Hoover, realiza visita ao Brasil e ao Uruguai, como parte de sua política para a América Latina. Na Argentina, Hipolito Yrigoyen é eleito pela 2ª vez para a Presidência da Argentina.	As representações diplomáticas do Uruguai na Argentina e no Brasil são elevadas à categoria de embaixada em 1º de junho pela Lei n.º.8.321, promulgada pelo Poder Executivo, Juan Campisteguy – Presidente da República) e Rufino T. Domínguez (Ministro das Relações Exteriores) em 8 de junho.	Em janeiro, em visita ao Rio de Janeiro, o ex-primeiro ministro britânico Lloyd George pede o retorno do Brasil à Liga das Nações, sem sucesso. Em março, é fundado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP, atual FIESP), reunindo empresários como Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen e Ermírio de Moraes.

¹⁶¹³ A presente cronologia baseou-se principalmente em Ana María Rodríguez Ayçaguer (“Guía cronológica para el Seminario sobre ‘La política exterior en el Uruguay de la transición hegemónica, 1930-1938’” e “Uruguay y la Segunda Guerra Mundial- Cronología”- material concedido pela própria autora), Eugênio Vargas Garcia (“Cronologia das Relações Internacionais do Brasil, 2005) e “Cronología Comparada de la Historia del Uruguay (1830-1985)” (1997) de Roque Faraone, Juan Oddone e Blanca París, bem como na documentação analisada.

<p>1929</p>	<p><i>Crash</i> da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro, e, por consequência, uma crise econômica e financeira generalizada no cenário mundial.</p>	<p>Em setembro de 1929, a missão comercial britânica do lorde D’Abernon chega ao Rio de Janeiro após passar por Uruguai e Argentina. Graves consequências para a América Latina decorrentes da crise econômica de 1929.</p>	<p>Em outubro, morre o líder político colorado José Batlle y Ordoñez. Nesse ano, a população uruguaia era estimada em 1.850.129 habitantes.</p>	<p>O paulista Washington Luís, representante da oligarquia paulista, governa o Brasil (1926-1930). Em setembro, os Serviços Econômicos e Comerciais são criados no Itamaraty, com o objetivo de coletar e divulgar dados pertinentes ao comércio exterior do Brasil.</p>
<p>1930</p>	<p>Na Alemanha, o Nacional-Socialismo, de Adolf Hitler, triunfa nas eleições gerais.</p>	<p>Uruguai consagra-se o primeiro campeão mundial de futebol, após vencer a Argentina, por 4 x 2, no estádio <i>Centenário</i>, construído em homenagem ao centenário do Estado Oriental. Uruguai rompe relações com Peru. Em 6 de setembro ocorre um golpe de Estado na Argentina liderado pelo General Uriburu contra o governo de Hipólito Irigoyen.</p>	<p>O Uruguai era governado pelo colorado Juan Campisteguy (1927-1931). O Uruguai reconhece o governo de Getúlio Vargas 3 dias após a instauração do governo provisório, em 6 de novembro. Em novembro, ocorrem mobilizações para as eleições presidenciais. O colorado Gabriel Terra vence as eleições.</p>	<p>Eleições presidenciais no Brasil que teve como principais concorrentes o paulista Júlio Prestes (PRP), candidato da situação política, e eleito, apesar de não tomar posse, e o gaúcho Getúlio Vargas (AL). Em outubro, ocorre o golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas e com a deposição de Washington Luís. Esse golpe é chamado pelos seus líderes por “Revolução de 1930”. Vargas, como chefe do governo provisório, designa Afrânio de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores que logo faria uma reforma administrativa no MRE.</p>
<p>1931</p>	<p>Queda da monarquia e proclamação da República na Espanha em 14 de abril. Em setembro, o Japão invade a Manchúria e a Grã-Bretanha abandona definitivamente o padrão-ouro. Publicação da encíclica <i>Quadragesimo anno</i> pelo Papa Pio XI.</p>	<p>No Chile, Carlos Ibáñez del Campo renuncia à presidência.</p>	<p>Em março, Gabriel Terra assume a Presidência da República e Juan Carlos Blanco assume o Ministério das Relações Exteriores. Juan P. Fabini é o presidente do Conselho Nacional de Administração (1931-1932). Em outubro, a lei de criação da ANCAP é aprovada.</p>	<p>Em janeiro, é decretada ampla reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores (Reforma Melo Franco), com vistas a fortalecer o acompanhamento dos assuntos de natureza econômica e tornar o Itamaraty “mais elástico e mais democrático”. Em março, o governo brasileiro decide comprar o café excedente para sustentar os preços do produto no mercado internacional. Em junho, o Brasil promove a Conferência Internacional do Café, em</p>

				<p>São Paulo, que aprova projeto para a criação do Bureau Internacional do Café.</p> <p>Em junho, o Brasil promove a Conferência Internacional do Café em São Paulo. Apesar do programa de defesa do café, por meio da queima dos estoques excedentes, a renda da agricultura cafeeira cairá 56% entre 1931 e 1935.</p>
1932	<p>Em julho, Antônio de Oliveira Salazar torna-se primeiro-ministro em Portugal, mantendo-se no poder até 1968.</p> <p>Em agosto, a Conferência de Ottawa é realizada no Canadá entre a Grã-Bretanha e os seus domínios imperiais. Grã-Bretanha decide conceder tratamento preferencial a produtos do Império, abandonando assim o livre comércio.</p>	<p>Incidente do Cruzeiro <i>Uruguai</i> na visita oficial dos festejos de 9 de julho em Buenos Aires. Em julho, a Argentina e o Uruguai trocam notas sobre reclamações sobre atividades opositoras de exilados argentinos em território uruguaio. O governo uruguaio rompe as relações diplomáticas com Argentina.</p> <p>Em julho, tem início a Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, conflito deflagrado pela expectativa de exploração de petróleo na região em disputa.</p> <p>Em setembro, a Argentina e o Uruguai reatam as suas relações diplomáticas.</p>	<p>O ano inicia-se com repressão sindical e anticomunista, inclusive com a prisão do deputado comunista Lazarraga, em fevereiro.</p> <p>Em agosto, Terra envia ao Conselho Nacional de Administração um projeto de lei sobre Política Econômica Internacional que favorecia aos países em que o Uruguai tinha saldos favoráveis no intercâmbio comercial.</p>	<p>Em fevereiro, o Novo Código Eleitoral institui o voto secreto e o direito de voto às mulheres.</p> <p>Em julho, eclode no Brasil a Revolução Constitucionalista de São Paulo, uma guerra civil entre as forças paulistas e o governo federal, liderado por Getúlio Vargas. O conflito durou quase três meses de intensos combates, encerrando-se em outubro com a rendição do Exército Constitucionalista.</p>
1933	<p>Em janeiro, Hitler assume o poder na Alemanha, o que representa a ascensão do nazismo.</p> <p>Em março, Franklin Delano Roosevelt assume a Presidência da República dos EUA, e começa a adotar medidas contra a recessão econômica (<i>New Deal</i>).</p> <p>Em maio, a Grã-Bretanha e a Argentina firmam o Tratado Roca-Runciman em Londres.</p>	<p>Em fevereiro, Colômbia e Peru entram em choque devido as disputas territoriais em torno da região de Letícia, na Amazônia, fronteira com o Brasil. O Brasil adota posição de neutralidade e oferece seus bons ofícios para ajudar a solucionar o conflito.</p> <p>Em março, Cordell Hull, Secretário de Estado dos EUA, de 1933 a 1944, implementa a política de Boa-Vizinhança para a América Latina.</p>	<p>Em fevereiro, Juan Carlos Blanco, então chanceler, é deslocado para representar o Uruguai no Rio de Janeiro, como embaixador. Na verdade, Blanco estava em busca de apoio político para o golpe de estado de Terra em curso. Alberto Mañé assume a pasta das Relações Exteriores.</p> <p>Em 31 de março, Gabriel Terra encabeça um golpe de estado e implanta uma ditadura em seu país, com o apoio do nacionalista Herrera.</p> <p>Os batllistas, nacionalistas independentes, socialistas e comunistas marcam sua oposição</p>	<p>Em junho, o governo brasileiro cria o Instituto do Açúcar e do Alcool.</p> <p>Em novembro, é fundada a Viação Aérea São Paulo (VASP).</p> <p>Em 15 de novembro instalou-se, em sessão solene, no Palácio Tiradentes, a terceira Assembleia Nacional Constituinte brasileira.</p>

	<p>Em outubro, a Alemanha, a exemplo do Japão, abandona a Liga das Nações.</p> <p>Em novembro de 1933, EUA reatam as relações diplomáticas com a URSS.</p>	<p>Em maio, o Brasil proclama a sua completa neutralidade na Guerra do Chaco.</p> <p>Em outubro, Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado Antibélico de Não-Agressão e de Conciliação (Pacto Saavedra-Lamas) no Rio de Janeiro.</p> <p>O Presidente argentino Agustín P. Justo visita o Uruguai.</p> <p>Em dezembro, Montevideú sedia a VII Conferência Pan-Americana que aprova a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, e incorpora o princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros países. Durante a conferência, o Brasil anuncia sua adesão ao Pacto Briand-Kellogg de Renúncia à Guerra, atendendo aos pedidos dos EUA.</p>	<p>à instalação da ditadura terrista. Baltasar Brum, ex-presidente, se suicida em protesto e em reação ao novo regime.</p> <p>Em junho, ocorre as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.</p> <p>Em outubro, outro opositor, Julio César Grauer é assassinado.</p>	
1934	<p>Em junho, o <i>Reciprocal Trade Agreements Act</i> é aprovado nos EUA. Com esse ato o presidente passa a ter plenos poderes para celebrar acordos sobre o comércio exterior. Ocorre um boicote para o Mundial de 1934 sediado na Itália fascista.</p> <p>Em julho, ocorre o <i>putsch</i> nazi em Viena.</p> <p>Em agosto, Hitler torna-se o comandante supremo (Fuhrer) do III Reich.</p> <p>Em setembro, a URSS é admitida na Liga das Nações.</p>	<p>Em maio, os EUA aceitam a revogação da Emenda Platt, que previa o “direito de intervir” em Cuba. Nesse mesmo mês, é assinado no Rio de Janeiro, como resultado da mediação do Brasil, o Protocolo de Amizade entre Colômbia e Peru sobre a questão de Letícia.</p> <p>Em agosto e setembro, o Presidente Terra visita o Brasil.</p>	<p>Em março, a Convenção Nacional Constituinte proclama as candidaturas de Terra e Navarro como presidente e vice-presidente, respectivamente. Em maio, Juan José de Arteaga assume o Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>Em abril ocorre o plebiscito para a nova Constituição que elege Terra e Navarro para o período 1934-1938. E em junho, a Missão Cosío começa as suas negociações com a Grã-Bretanha em Londres.</p> <p>Em agosto, o motim dos batllistas e dos nacionalistas independentes contra o governo é fracassado.</p> <p>Em outubro, o Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII (1939-1955) foi convidado por Terra visita Montevideú.</p>	<p>Em janeiro, Afrânio de Melo Franco pede demissão do cargo, por motivos de política interna, e o político e empresário paulista José Carlos de Macedo Soares torna-se ministro das Relações Exteriores do Brasil.</p> <p>Em fevereiro, Oswaldo Aranha, ministro da Fazenda, elabora plano para a redução do serviço da dívida externa, conhecido por “esquema Aranha”.</p> <p>Nesse mesmo mês, há debates na Assembleia Constituinte a respeito de estabelecimento de cotas e restrições à imigração japonesa para o Brasil.</p> <p>Em junho, é criado o Conselho Federal de Comércio Exterior, vinculado à Presidência.</p>

	Em outubro, ocorre a Longa Marcha na China, liderada por Mao Tsé-Tung.		Em novembro, o Presidente do Banco de la República, Vicente Costa é designado Delegado Plenipotenciário do governo uruguaio para culminar as negociações de um convênio comercial com a Itália.	Em 16 de julho é promulgada a nova Constituição do Brasil.
1935	Em janeiro, firma-se em Roma o acordo sobre o pago dos créditos comerciais italianos no Uruguai. Em março, o serviço militar passa a ser obrigatório na Alemanha. Em junho, a Grã-Bretanha e o Uruguai firmam o Pacto Cosio-Hoare, o Convênio Comercial e de Pagamentos. Em agosto, ocorre na URSS, o VII Congresso Mundial da III Internacional Comunista. Em outubro, a Itália fascista invade a Etiópia, antiga Abissínia.	Em fevereiro é assinado em Washington o Acordo Comercial entre o Brasil e os EUA, o qual prevê concessões tarifárias recíprocas, com base no princípio do livre-comércio, além de tratamento cambial equitativo. Em maio, Getúlio Vargas visita o Uruguai de Terra e depois dirige-se para Buenos Aires, em combinação com o início da Conferência de Paz do Chaco, em Buenos Aires. Em junho, Bolívia e Paraguai cessam as hostilidades decorrentes da Guerra do Chaco com a assinatura do Protocolo de Paz. Em junho, é promovida em Buenos Aires a Conferência Comercial Pan-Americana que discute propostas para incrementar o comércio no hemisfério.	Em janeiro, Basílio Muñoz, líder blanco, organiza um levante contra Terra. Em março, José Espalter assume o Ministério das Relações Exteriores. Em junho, durante a visita de Vargas a Montevideu ocorre um atentado contra o Presidente Terra no hipódromo de Maroñas. Em dezembro, devido às pressões brasileiras, o governo uruguaio rompe as relações diplomáticas com a URSS. No mesmo mês, Franklin Delano Roosevelt visita Montevideu.	Em março, é criada a Aliança Nacional Libertadora, frente de esquerda da qual faz parte o Partido Comunista do Brasil de Luís Carlos Prestes, fechada pelo governo quatro meses depois. Em 27 de novembro, a Aliança Nacional Libertadora com o apoio da Internacional Comunista organiza um levante contra o governo de Vargas. Este levante é chamado pelos apoiadores de Vargas de “Intentona Comunista”. Em dezembro, o governo brasileiro revê sua política comercial e decide denunciar todos os acordos comerciais assinados com a cláusula de nação mais favorecida, devido à adoção de medidas protecionistas por outros países, em especial, europeus, que tornavam inoperante a referida cláusula.
1936	Em maio, a legação do Brasil em Berlim é elevada à categoria de embaixada, gesto que será reciprocado pela Alemanha no Rio de Janeiro. Em julho, início da Guerra Civil Espanhola entre franquistas e forças de esquerda. Berlim sedia os Jogos Olímpicos, e a Alemanha nazista ganhou várias medalhas. Consagrou campeões em várias	Em abril, o chanceler brasileiro Macedo Soares submete ao Departamento de Estado norte-americano o anteprojeto de um “pacto de segurança continental”. Em julho é enviada a primeira missão comercial sul – africana a países sul-americanos, a missão de Alwyn Zoutendyk, enviada ao Brasil, Argentina e Uruguai.	Em junho, é proibido no Uruguai toda reunião política sobre um país estrangeiro, em autorização prévia. Nesse mesmo mês, o governo terrista nega permissão ao Ateneo para ato público em homenagem às vítimas da repressão no Brasil. Em setembro, o Uruguai rompe as relações com o governo republicano da Espanha. Em novembro, Roosevelt visita a capital uruguaia a bordo do cruzador <i>Indianápolis</i> .	Em março, o líder comunista Luís Carlos Prestes é preso e a alemã Olga Benário, sua esposa que estava grávida, é extraditada do Brasil pelo governo varguista para a Alemanha nazista. Vargas decreta estado de guerra. Em setembro, é criado o Tribunal de Segurança Nacional, juízo de exceção para acusados de crimes políticos. Em dezembro, o subsecretário de Estado dos EUA, Sumner Welles, visita o Brasil

	<p>modalidades, o que foi usado pela propaganda nazista para a disseminação da superioridade dos nazistas.</p> <p>Roosevelt é reeleito para um segundo mandato.</p> <p>Em novembro, é firmado o Pacto Anti-Comintern entre Alemanha e Japão. Em 1937, a Itália adere ao pacto.</p>	<p>Em novembro, Roosevelt visita o Rio de Janeiro e o governo brasileiro decreta feriado nacional. Em seguida, o presidente norte-americano segue para Buenos Aires para participar da Conferência Interamericana de Manutenção e Consolidação da Paz.</p>		<p>para discutir a questão da concorrência comercial alemã.</p>
1937	<p>Em maio, Neville Chamberlain torna-se o Primeiro Ministro britânico.</p> <p>Em julho, as forças japonesas invadem a China.</p> <p>Em setembro, Mussolini visita Berlim.</p> <p>Em novembro, a Itália ingressa no Pacto Anti-Comintern.</p>	<p>Em março, a Bolívia expropria os ativos da <i>Standard Oil Company</i> no país.</p> <p>Em agosto, os Convênios com o Brasil, de dezembro de 1933, sobre fixação do estatuto jurídico da fronteira, fomento de turismo e intercâmbio cultural e comercial são promulgados.</p>	<p>Em abril, o Uruguai firma um contrato com o consórcio alemão para a construção da usina hidrelétrica em Rincón del Bonete.</p> <p>Nesse ano, há um aumento significativo e crescente de capitais para imigração.</p>	<p>Em fevereiro, o Brasil adere à Convenção sobre Asilo Político, concluída em 1933.</p> <p>Em junho, Vargas suspende o estado de guerra.</p> <p>Em julho, em visita aos EUA, Artur de Souza Costa, ministro da Fazenda, discute projetos de cooperação econômica e obtém a concordância norte-americana para a manutenção do comércio compensado do Brasil com a Alemanha.</p> <p>Em agosto, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é criada.</p> <p>Respondendo interinamente pela pasta desde 26 de dezembro de 1936, o diplomata Mário de Pimentel Brandão toma posse como novo ministro das Relações Exteriores, em agosto.</p> <p>Em 15 de agosto, o Comício da AIB se transforma em tiroteio na praça central de Campos, no Rio de Janeiro.</p> <p>Em 30 de setembro, o governo denuncia a existência de um suposto complô comunista, o Plano Cohen, forjado por membros do estado-maior do Exército.</p> <p>Em 1º de outubro, o estado de guerra é restabelecido. Crescem os rumores de que</p>

				<p>as eleições presidenciais do ano seguinte não seriam realizadas.</p> <p>Em 10 de novembro, sob o pretexto de um plano forjado de tomada do poder pelos comunistas, Vargas instaura o seu regime ditatorial, o Estado Novo. De imediato é outorgada a Constituição “polaca” e o governo brasileiro suspende o pagamento dos serviços da dívida externa. Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, pede demissão do posto, por discordar dos rumos do Estado Novo.</p> <p>São declarados extintos, por decreto, em 2 de dezembro, todos os partidos políticos no Brasil e medidas antigermânicas começam a ser tomadas nos três Estados do sul do país, onde viviam cerca de 800 mil teuto-brasileiros.</p>
1938	<p>Em março, a Alemanha nazista proclama o <i>Anschluss</i> e anexa a Áustria. Em maio, Hitler retribui a visita a Mussolini, em Roma. Em setembro durante a Conferência de Munique, Hitler obtém o consentimento da França e da Grã-Bretanha para incorporar os Sudetos da Tchecoslováquia.</p>	<p>Em 25 de fevereiro, em La Paz, acordos entre Brasil e Bolívia sobre ligação ferroviária e exploração de petróleo boliviano são assinados.</p> <p>Em março ocorre a expropriação do petróleo no México pelo governo de Lázaro Cárdenas.</p> <p>Em julho é assinado em Buenos Aires o tratado de paz definitivo entre Bolívia e Paraguai, que encerra a disputa territorial em torno do Chaco.</p> <p>Em dezembro, ocorre a VIII Conferência Pan-Americana sediada em Lima, onde aprova a declaração de princípios sobre a solidariedade continental.</p>	<p>Em março, ocorre um plebiscito sobre a reforma constitucional.</p> <p>Em junho, Alfredo Baldomir assume a presidência da República do Uruguai; César Charlone é seu vice-presidente. Alberto Guani assume o Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>Em julho, ocorre uma grande manifestação “Por uma nova Constituição e por leis democráticas”, com cerca de 200 mil pessoas, com o apoio do batllismo, nacionalismo independente e dos socialistas.</p>	<p>Em 15 de março, Oswaldo Aranha, ex-embaixador em Washington, assume o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e logo em seguida assina contrato com a empresa alemã Krupp para a aquisição de material bélico.</p> <p>Em 18 de abril, decreto assinado por Vargas proíbe qualquer atividade política no Brasil por parte de estrangeiros, dentro de campanha nacionalista que já vinha sendo na prática implementada. O embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, protesta diversas vezes contra as medidas antigermânicas e o cerceamento da atuação do Partido Nazista (NSDAP), que possuía escritório de representação em São Paulo.</p>

				<p>Em 29 de abril, é criado pelo governo brasileiro o Conselho Nacional do Petróleo.</p> <p>Em 10 de maio, a Ação Integralista Brasileira (AIB) liderada por Plínio Salgado tenta realizar um golpe no Brasil, atacando o Palácio da Guanabara. No entanto, fracassa, e Plínio Salgado exila-se em Lisboa. Dois dias depois Vargas declarava que o <i>putsch</i> havia recebido auxílio da Alemanha.</p> <p>A repressão às atividades de propaganda político-ideológica do Partido Nazista nos Estados do Sul do país leva a crise diplomática entre o Brasil e a Alemanha. Karl Ritter é declarado <i>persona non grata</i> pelo governo brasileiro, em 21 de setembro, e a Wilhemstrasse, o Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, toma a medida similar em relação ao embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim Moniz de Aragão.</p> <p>Em julho, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) é criado.</p>
1939	<p>No dia 1º de abril, termina a Guerra Civil espanhola com a vitória do general Franco, que instaura uma ditadura duradoura.</p> <p>22 de maio: Pacto de Acero entre Alemanha e Itália.</p> <p>Em 23 de agosto, firma-se o Pacto de Não-Agressão germano-soviético.</p> <p>Em 1º de setembro, Alemanha invade a Polônia, deflagrando o início da Segunda Guerra Mundial.</p>	<p>Em janeiro, ocorre a Conferência dos Ministros da Fazenda do Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina.</p> <p>Em março, é realizado o Congresso Latino-americano das Democracias.</p> <p>Entre 8 e 14 de agosto, o presidente Alfredo Baldomir visita a Argentina.</p> <p>No dia 4 de setembro, a Argentina declara-se neutra frente ao conflito mundial.</p> <p>Em 5 de setembro, Estados Unidos declararam-se neutros. Uruguai segue a</p>	<p>Em janeiro, é criada a lei que modifica a Carta Orgânica do Bando República.</p> <p>Em setembro, as manifestações em lugares públicos são proibidas.</p> <p>Dias após a deflagração da guerra na Europa, em 5 de setembro, Uruguai declara-se neutro.</p> <p>Em 13 de dezembro, deflagra-se a chamada Batalha do Rio da Prata, sendo o encouraçado alemão Graf Spee o protagonista. Dias depois, o encouraçado alemão foi afundado por ordens diretas de Adolf Hitler, e o</p>	<p>Em janeiro, é anunciada a descoberta da primeira jazida de petróleo no Brasil.</p> <p>A missão do chanceler Oswaldo Aranha aos EUA, em março, resulta na conclusão, em Washington, de acordos bilaterais de crédito e cooperação econômica, com a liberação de empréstimos norte-americanos no valor de US\$ 50 milhões.</p> <p>Em 05 de maio, a Lei de sindicalização cria o sindicato único por categoria profissional.</p>

	<p>No dia seguinte, 02/09/1939, Grã-Bretanha e França declaram guerra à Alemanha.</p> <p>Em 06 de novembro, a URSS ataca a Finlândia.</p>	<p>posição norte-americana e proclama sua neutralidade.</p> <p>Em 12 de setembro, a Marinha dos Estados Unidos começa a patrulhar zona até 200 milhas da costa atlântica, até as costas do Brasil.</p> <p>Entre 23 de setembro e 03 de outubro, ocorre a 1º Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, no Panamá. Nesta conferência, aprova-se o estabelecimento de uma zona de segurança em águas adjacentes ao continente americano, além da neutralidade do continente na guerra recém-iniciada.</p> <p>Em 4 de novembro, nova “Neutrality Act” norte-americana (cláusula do “<i>cash and carry</i>”).</p> <p>No dia 13 de dezembro, ocorre a chamada “Batalha do Rio da Prata” entre o encouraçado alemão “Graf Spee” e três cruzeiros britânicos. No dia seguinte, 14/12/1939, o Graf Spee se refugia no porto de Montevideú.</p> <p>Em 17 de dezembro, o Graf Spee abandona o porto da cidade e é afundado pela sua própria tripulação.</p> <p>Em 23 de dezembro, há a publicação da nota de manifestação das 21 repúblicas americanas aos Estados beligerantes pela violação da zona de segurança (Batalha do Rio da Prata).</p>	<p>comandante Hans Landsdorff suicidou-se, em 20 de dezembro.</p>	<p>Em 25 de maio, o general George Marshall, chefe do Estado-Maior norte-americano, visita o Brasil à frente de uma delegação militar.</p> <p>Em junho, por meio da nova troca de embaixadores, são normalizadas as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha.</p> <p>Em junho, o general Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, realiza visita aos EUA. Quatro meses antes, Góes Monteiro havia recebido convite de Hitler para participar de manobras militares na Alemanha.</p> <p>Em 2 de setembro, o Brasil declara-se neutro em relação ao conflito e aprova decreto-lei sobre as regras gerais de neutralidade. O bloqueio naval britânico provocará brusca queda no comércio Brasil-Alemanha.</p> <p>Em 27 de dezembro de 1939, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), porta-voz autorizado da ditadura do Estado Novo, encarregado de censura, da organização de homenagens ao presidente, de manifestações cívicas e da radiodifusão oficial.</p>
<p>1940</p>	<p>No dia 09 de abril, tropas alemãs invadem a Dinamarca e a Noruega.</p>		<p>O presidente Alfredo Baldomir reúne uma Junta Consultiva para a reforma constitucional</p>	<p>O embaixador brasileiro na França desde 1922, Luiz Martins de Souza Dantas,</p>

	<p>No dia 10 de maio, a Alemanha invade a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo. Winston Churchill torna-se primeiro ministro britânico.</p> <p>No dia 10 de junho, a Itália entra na guerra ao lado da Alemanha.</p> <p>Em 14 de junho, as tropas alemãs ocupam Paris. No dia 22 do mesmo mês, capitulação da França.</p> <p>Forma-se o governo colaboracionista em Vichy.</p> <p>Em 10 de julho, inicia-se a Batalha da Inglaterra.</p> <p>Em 27 de setembro, Alemanha, Itália e Japão assinam, em Berlim, o pacto de formação do Eixo.</p> <p>Em novembro, Franklin D. Roosevelt é reeleito presidente dos EUA. No mês seguinte, Roosevelt profere o famoso discurso: “Devemos ser o arsenal das democracias”.</p>	<p>Em 3 de julho, o Presidente da Argentina, Roberto Ortiz, renuncia e Ramón Castillo assume o poder;</p> <p>Entre 21 a 30 de julho, ocorre a II Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos que aprova a Ata de Havana, com recomendações para a defesa do hemisfério. Acorda-se que qualquer ataque extra hemisférico a um país americano será considerado uma agressão contra todos.</p>	<p>com delegados de todos os partidos políticos, exceto herreristas e comunistas.</p> <p>No dia 15 de maio, inaugura-se no Uruguai, a <i>Comisión Investigadora de Actividades Antinacionales</i>.</p> <p>Em 18 de junho, a lei contra associações ilícitas é aprovada. No dia seguinte, há conversas secretas do governo uruguaio com a missão militar dos EUA.</p> <p>Em 10 de julho, é aprovada a lei de prestação de serviço militar obrigatório para a defesa da República.</p> <p>Em setembro, ocorre cenas de repressão do governo uruguaio contra grupos e associações que colocavam a soberania nacional do Uruguai em perigo.</p> <p>Em 21 de novembro, o senador Eduardo V. Haedo interpela o chanceler Alberto Guani sobre bases militares solicitadas pelos EUA.</p>	<p>instalado em Vichy, irá conceder vistos para o Brasil, contrariando instruções do governo, a centenas de judeus e comunistas perseguidos.</p> <p>Em 1º de maio, é instituído o salário mínimo.</p> <p>Em 11 de junho, em discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, Getúlio Vargas elogia as virtudes dos regimes fortes e critica as democracias. Em seguida, Vargas pronuncia novo discurso no qual reafirma a posição de neutralidade do Brasil na guerra. Ambos pronunciamentos têm grande repercussão no exterior e são recebidos com surpresa em Washington e satisfação em Berlim.</p> <p>Em setembro, é assinado no Rio de Janeiro, o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Brasil e o Japão, o primeiro acordo cultural firmado pelo governo japonês com um país americano.</p> <p>Em 24 de setembro, o acordo entre o Brasil e os EUA para a construção de uma siderúrgica em Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro, com empréstimos do Eximbank, a ser controlada por uma empresa estatal brasileira, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).</p>
1941	<p>Em março, é aprovada uma lei de empréstimos e locação de material de guerra a países amigos nos EUA.</p> <p>Em 22 de junho, a Alemanha invade a União Soviética, desrespeitando o Pacto de Não-Agressão de 1939.</p> <p>Em 14 de agosto, o presidente Franklin Roosevelt e o primeiro</p>	<p>Em julho, é deflagrada uma guerra fronteiriça entre Peru e Equador.</p> <p>Em 1º de agosto, Getúlio Vargas viaja a Assunção, onde realiza a primeira visita oficial ao Paraguai de um chefe de Estado brasileiro.</p>	<p>Esse ano é marcado pelo acirramento das divergências políticas entre herreristas e baldomiristas.</p> <p>Em fevereiro, é publicado o decreto que proibia a entrada de publicações estrangeiras, sem autorização prévia do governo.</p>	<p>Em 17 de janeiro, é assinado um acordo entre Brasil e EUA para a instalação, no Rio de Janeiro, de uma missão do Exército norte-americano e outra de aviação militar.</p> <p>Em 20 de janeiro, criado o Ministério da Aeronáutica para organizar e modernizar a</p>

	<p>ministro britânico, Winston Churchill, assinam, a bordo de um navio de guerra, a Carta do Atlântico.</p> <p>Em 9 de setembro começa o sítio de Stalingrado.</p> <p>Em 16 de novembro começa a grande ofensiva alemã sobre Moscou.</p> <p>Em 6 de dezembro, começa a contraofensiva russa no front. No dia seguinte ocorre o bombardeio japonês da base naval de Pearl Harbor, no Havaí, nos EUA.</p> <p>No dia seguinte, 08 de dezembro, os EUA declaram guerra ao Japão.</p> <p>Em resposta, em 11 dezembro, Alemanha e Itália declaram guerra aos EUA.</p>	<p>Em 21 de novembro, o Brasil e a Argentina assinam um Tratado sobre Livre Intercâmbio com o propósito de estabelecer, de forma progressiva, um regime comercial que permita chegar a uma união aduaneira, aberta à adesão dos países limítrofes. Todavia, não terá resultados efetivos.</p> <p>Em dezembro, por conta do ataque à Pearl Harbor, EUA entram na guerra ao lado dos Aliados. Consequentemente, as pressões de solidariedade continental se intensificam.</p>	<p>Em março, ocorre a convocação obrigatória de cidadãos de 18 a 20 anos para o serviço militar uruguaio.</p> <p>Em 16 de setembro, o governo uruguaio se dispõe do confisco de navios italianos e dinamarqueses refugiados no porto de Montevideú.</p> <p>Em outubro, há diálogos da Junta consultiva da reforma constitucional com membros do batllismo e do nacionalismo independente.</p> <p>Em 13 de dezembro, aprova-se a lei autorizando ao Poder Executivo a submeter convênios com os EUA para fornecimento de equipamentos militares. Ao mesmo tempo, proíbe-se o comércio com os países do Eixo.</p> <p>Em 18 de dezembro, Uruguai declara não-beligerantes todos os governos americanos em guerra com o Japão, Alemanha e Itália.</p> <p>Os herreristas organizam intensas campanhas e propagandas contrárias à reforma constitucional proposta pelo governo.</p>	<p>Força Aérea Brasileira (FAB), tendo em vista a evolução do conflito mundial.</p> <p>Nesse mês, é criada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).</p> <p>Em 1º de outubro, é assinado, em Washington, acordo entre Brasil e EUA para o fornecimento recíproco de materiais militares e informações sobre defesa, incluindo a compra de armas norte-americanas pelo <i>Lend & Lease</i>, o Programa de Empréstimo e Arrendamento. Até o final da guerra, o Brasil receberá cerca de US\$ 360 milhões em equipamentos militares, 73% do total enviado à América Latina.</p> <p>Em 8 de dezembro, Vargas declara solidariedade do governo do Brasil aos EUA.</p> <p>Em 28 de dezembro, o governo brasileiro proíbe as operações das companhias aéreas Condor (alemã) e Lati (italiana) em território nacional.</p>
<p>1942</p>	<p>Em 1º de janeiro, representantes de 26 países aliados contra o Eixo assinam, em Washington, a Declaração das Nações Unidas, da qual ainda não faz parte o Brasil.</p> <p>Entre 06 a 09 de maio, ocorre o fim da resistência norte-americana em Filipinas,</p> <p>Em 04 de junho, vitória naval dos EUA (Midway).</p>	<p>Entre 15 a 28 de janeiro, ocorre no Rio de Janeiro, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres, quando se aprova a recomendação para que os países americanos rompessem relações com os países do Eixo. Nessa conferência, é criada a Junta Interamericana de Defesa (JID). Argentina e Chile permanecem neutros naquele momento.</p> <p>Em 29 de janeiro, é assinado, no Rio de Janeiro, o Protocolo de Paz entre Peru e</p>	<p>Em 25 de janeiro, o Uruguai rompe relações com Japão, Alemanha e Itália, após a III Reunião dos Chanceleres, no Rio de Janeiro.</p> <p>Em 28 de janeiro, é aprovado um decreto que proíbe entrada de publicações estrangeiras contrárias à forma de governo democrático-republicana no Uruguai.</p> <p>Em 4 de fevereiro, o Uruguai declara os navios da Grã-Bretanha e demais países extracontinentais como não beligerantes, na guerra contra o Eixo.</p>	<p>Em 28 de janeiro, seguindo as recomendações da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores Americanos, no Rio de Janeiro, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo. Submarinos alemães, em retaliação contra o Brasil, atacam sistematicamente navios brasileiros no Atlântico. Em sete meses, 19 navios serão torpedeados, totalizando 740 mortes.</p> <p>Em fevereiro, formulado, pelo Exército norte-americano, Plano de Operações no</p>

		<p>Equador, tendo como países-garantes Argentina, Brasil, Chile e EUA.</p> <p>Em 8 de março, o submarino alemão afunda o navio uruguaio “Montevideu” no Caribe.</p> <p>Em 22 de agosto, o Brasil declara guerra à Alemanha e Itália.</p> <p>3 dias depois, Uruguai declara o Brasil como não-beligerante.</p>	<p>Em 21 de fevereiro, o presidente Alfredo Baldomir lidera um golpe de estado (<i>el golpe bueno</i>), com o apoio de diversas agremiações políticas como os batllistas, nacionalistas independentes e comunistas, para a convocação da reforma constitucional. Para isso, em 11 de março, forma-se o Conselho de Estado, que substitui o Parlamento, dissolvido com o golpe político.</p> <p>Em 5 de junho, é lançado o decreto-lei aprovando empréstimos do Export-Import Bank para concluir a represa Rincón del Bonete.</p> <p>Em 5 de julho, é lançado o decreto-lei autorizando a construção do Aeroporto Nacional de Carrasco.</p> <p>Em 21 de julho, Uruguai e EUA firmam convênio comercial.</p> <p>Em 29 de novembro, ocorrem as eleições gerais e o plebiscito constitucional, onde triunfa a chapa formada por José de Amézaga e Alberto Guani.</p>	<p>Nordeste. O Brasil resiste à ideia de ter tropas dos EUA estacionadas no país.</p> <p>Em março, Artur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, visita os EUA e assina os chamados Acordos de Washington. Os EUA concedem um empréstimo de US\$ 100 milhões para financiar o projeto siderúrgico brasileiro e um crédito de US\$ 200 milhões para a renovação das Forças Armadas. Trata-se do maior compromisso dos EUA com um país latino-americano durante a Segunda Guerra Mundial.</p> <p>Em 1º de maio, o carro oficial de Getúlio se envolve num acidente de trânsito no Rio de Janeiro. O presidente se fere com seriedade e fica meses acamado.</p> <p>Em 23 de maio, é firmado um acordo político-militar secreto entre o Brasil e os EUA para a criação de uma Comissão Mista e utilização de bases no Nordeste, como apoio estratégico para o <i>front</i> no norte da África e o controle do Atlântico.</p> <p>Em junho, é criada a Companhia Vale do Rio Doce.</p> <p>Em 21 de agosto, após o torpedeamento de cinco navios brasileiros em três dias, o Brasil reconhece o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália.</p> <p>Em 31 de agosto, baixado decreto que o Brasil declara guerra aos países do Eixo.</p> <p>Em outubro, o cruzeiro substitui o mil-réis como moeda oficial.</p>
1943	Entre 14 e 24 de janeiro, ocorre a Conferência entre os líderes aliados	Em janeiro, Getúlio Vargas se reúne com Roosevelt em Natal para formalizar a	Em 15 de fevereiro, a Constituição de 1942 entra em vigor no Uruguai.	Em 1º de maio é editada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), compilação do conjunto de normas legais que regiam as

	<p>ocidentais em Casablanca, Marrocos.</p> <p>Em 31 de janeiro, ocorre a Capitação do Mariscal von Paulos em Stalingrado. Isto é, uma derrota alemã em Stalingrado, que marca o fim do avanço nazista na Europa e início à contraofensiva da URSS.</p> <p>Em 10 de julho, ocorre o desembarque aliado na Sicília.</p> <p>Em 24 de julho, o Grande Conselho Fascista destitui Mussolini, em Roma.</p> <p>Em 3 de setembro, o governo Badoglio assina o armistício com os Aliados, na Itália.</p> <p>Em 1º de outubro, os Aliados entram em Nápoles.</p>	<p>cessão da base aérea de Parnamirim, construída pelos EUA.</p> <p>Em maio, firma-se o acordo secreto de “colaboração mútua” entre Perón e militares próximos com representantes da Alemanha nazista.</p> <p>Em maio, visita ao Brasil do presidente do Paraguai, Higinio Morínigo, e, em junho, visita ao Brasil, do presidente da Bolívia, Enrique Pañaranda.</p> <p>Em 4 de junho, ocorre um golpe militar na Argentina derruba o presidente Castillo. Juan Domingo Perón torna-se o Secretário de Trabalho e Previdência Social do novo regime.</p> <p>Em 6 de junho, Argentina protesta contra o Uruguai por notícias divulgadas na imprensa uruguaia sobre os acontecimentos políticos argentinos.</p> <p>Em 10 de junho, o Uruguai reconhece o governo argentino do general Ramírez. Dois dias depois, EUA reconhecem o novo governo argentino.</p> <p>Em 14 de junho, o governo argentino suspende a “<i>Acción Argentina</i>”, organização pró-aliada.</p> <p>Em outubro, ocorre uma reorganização do gabinete e dos ministérios, de tendência ultraconservadora, na Argentina.</p> <p>Em 20 de dezembro, ocorre um movimento encabeçado pelo coronel nacionalista Gualberto Villarroel, e derruba o governo do general Enrique Peñaranda, na Bolívia.</p> <p>No natal, em 25 de dezembro, em Montevidéu, o Comitê Consultivo de Emergência para a Defesa Política</p>	<p>Em 1º de março, Juan José Amézaga assume a presidência da República; Alberto Guani: vice-presidente; José Serrato: Ministro das Relações Exteriores.</p> <p>Em 12 de maio, o Uruguai rompe relações com o governo francês de Vichy.</p> <p>Em 09 de junho, o Uruguai reconhece o Comitê Nacional Francês de Libertação, com sede em Argel.</p> <p>Em 28 de julho, o Uruguai reata relações diplomáticas com a URSS, interrompidas em 1935, e com pressão do governo brasileiro de Vargas.</p> <p>A política nacional é marcada por fortes campanhas de oposição do herrerismo.</p>	<p>relações entre empregados e empregadores.</p> <p>Em agosto, o ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, visita os EUA e solicita a remessa para o Brasil de novos armamentos, em especial tanques.</p> <p>Em 24 de outubro, é publicado o Manifesto dos Mineiros, pela redemocratização do país.</p> <p>Em 10 de novembro, entra em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).</p> <p>Em 23 de novembro, criada por decreto presidencial a Força Expedicionária Brasileira (FEB). O envio de forças de combate nacionais, por insistência do governo brasileiro junto aos aliados, ligava-se à ideia de identificar o Brasil como “potência associada” no pós-guerra, com uma posição de preeminência na América Latina e importância reconhecida no mundo, na qualidade de “aliado especial” dos EUA.</p>
--	--	--	---	--

		aprova uma recomendação aos governos americanos sobre o reconhecimento de governos surgidos à força durante a guerra (Doutrina Guani).		
1944	<p>Em 06 de junho, ocorre o desembarque dos Aliados na Normandia, o chamado “Dia D”.</p> <p>Em 1º de julho, ocorre a abertura da Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton-Woods, nos EUA, onde o FMI e o BIRD são criados.</p> <p>Em 25 de agosto, ocorre a libertação de Paris e Charles de Gaulle se torna presidente do governo provisório francês.</p> <p>Em setembro, os Aliados entram na Alemanha.</p> <p>Em 07 de novembro, Franklin Delano Roosevelt é eleito presidente dos EUA pela quarta vez.</p>	<p>Em 24 de janeiro, a Argentina rompe relações com o Eixo.</p> <p>Em 10 de março, o general Edelmiro Farrell assume a presidência da Argentina, substituindo o general Pedro P. Ramírez, e Juan D. Perón torna-se vice-presidente da Argentina.</p> <p>Em junho, os EUA pressionam o Uruguai a retirar o seu embaixador de Buenos Aires. Em 11 de julho, o Uruguai convoca o seu embaixador em Buenos Aires.</p>	<p>Em 15 de janeiro, o cruzeiro “MEMPHIS” chega ao porto de Montevidéu junto ao destroyer “SOMERS” da Marinha norte-americana com o objetivo de, como missão confidencial, impedir um suposto golpe de estado contra o governo de Amézaga.</p> <p>Em 22 de janeiro, o governado uruguaio retira o seu embaixador de La Paz.</p> <p>Em 16 de março, ocorre a interpelação ao Ministro José Serrato no Senado, sessão secreta, sobre o reconhecimento de governos americanos.</p> <p>Em 20 de março, Luís Alberto de Herrera, líder nacionalista, inicia uma visita a vários países sul-americanos.</p> <p>Em 08 de junho o Ministro de Relações Exteriores, José Serrato, e o Ministro de Defesa são interpelados sobre a construção de bases aeronavais.</p> <p>Em 06 de julho, o Uruguai pede aos EUA garantias frente à possibilidade de represálias econômicas ou militares da Argentina.</p> <p>Em 26 de agosto, o Uruguai retoma relações diplomáticas com a Itália.</p> <p>Em 12 de outubro, ocorre uma grande manifestação de solidariedade às Nações Unidas, realizada em Montevidéu.</p>	<p>Em 14 de junho, é concluído o acordo de aviação militar entre o Brasil e os EUA para o uso de aeroportos brasileiros. Os EUA também ajudarão a construir duas bases aéreas no sul do país, no Paraná e no Rio Grande do Sul.</p> <p>Em 2 de julho, o primeiro contingente da FEB, que terá cerca de 25 mil homens, parte para a Europa, sob o comando do general Mascarenhas de Moraes. Na campanha da Itália, a FEB, integrada ao 5º Exército norte-americano, destaca-se na tomada de posições defensivas alemãs nos Apepinos (Monte Castelo, Montese, entre outras).</p> <p>Em 22 de julho, o Brasil participa da Conferência de Bretton Woods, nos EUA, que cria o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, ou Banco Mundial).</p> <p>Em 22 de agosto, a Sociedade dos Amigos da América, no Rio de Janeiro, é fechada pelo governo, e Oswaldo Aranha pede demissão do cargo de ministro das Relações Exteriores, sendo em seguida substituído pelo diplomata Pedro Leão Veloso.</p> <p>Em setembro, ocorrem os primeiros combates da FEB na Itália.</p>

<p>1945</p>	<p>Em 27 de janeiro, ocorre a libertação do campo de concentração de Auschwitz.</p> <p>Em 4 de fevereiro, ocorre a libertação da Bélgica.</p> <p>Entre 4 e 11 de fevereiro, ocorre a Conferência de Ialta.</p> <p>Em 11 de abril, ocorre a libertação do campo de concentração de Buchenwald.</p> <p>Em 12 de abril, F. D. Roosevelt morre subitamente. Harry Truman, seu vice, assume o poder dos EUA.</p> <p>Em 25 de abril, ocorre a abertura da Conferência de São Francisco, encarregada de redigir a Carta da ONU.</p> <p>Em 28 de abril, Mussolini é executado. No dia seguinte, ocorre a libertação do campo de concentração de Dachau.</p> <p>Em 30 de abril, Hitler se suicida no bunker da chancelaria.</p> <p>Em 2 de maio, tropas soviéticas marcham em Berlim.</p> <p>Em 08 de maio, ocorre capitulação da Alemanha, isto é, o fim da guerra na Europa.</p> <p>Em 26 de junho, termina a Conferência de São Francisco com a assinatura da Carta das Nações Unidas, criação da ONU.</p> <p>Em 16 de julho, ocorre a primeira explosão atômica experimental, no Novo México, nos EUA.</p> <p>Em 17 de julho, ocorre a Conferência de Potsdam</p>	<p>Em 06 de março, ocorre a Conferência Extraordinária dos Estados Americanos (Cidade do México) Ata de Chapultepec.</p> <p>Em 12 de abril, o presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt, morre. Seu vice, Harry Truman, assume a presidência.</p> <p>Na Argentina, Perón é detido, mas liberado.</p>	<p>Em 22 de fevereiro, o Uruguai declara guerra à Alemanha e ao Japão. O herrerismo se posicionou contra esta declaração de guerra aos nazistas.</p> <p>Em 04 de maio, o governo uruguaio intervém em empresas alemãs e japonesas.</p> <p>O dia 08 de maio é declarado feriado nacional no Uruguai em homenagem a vitória aliada na Europa.</p> <p>Em 04 de outubro, Eduardo Rodríguez Larreta assume o Ministério das Relações Exteriores do Uruguai.</p> <p>Em 21 de novembro, o chanceler Eduardo Rodríguez Larreta encaminha uma nota aos chanceleres dos países americanos propondo um sistema de intervenção coletiva para defender a democracia. (Doutrina Larreta). O Partido Nacional, em 26 de novembro, repudia tal doutrina Larreta.</p> <p>Em 15 de dezembro, cria-se, no Uruguai, uma lei que aprova a Carta das Nações Unidas. Três dias depois, Uruguai ratifica a Carta da ONU, assinada em São Francisco.</p>	<p>Em 28 de fevereiro, a Lei Constitucional nº 9, conhecida como Ato Adicional, estabelece eleições para a presidência da República, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e as Assembleias Legislativas. Getúlio declara não ser candidato.</p> <p>Em 02 de abril, Brasil restabelece relações diplomáticas com a URSS.</p> <p>Em 22 de abril, Vargas concede anistia a presos políticos, novos partidos políticos são organizados (UDN, PSD e PTB), e o PCB sai da ilegalidade.</p> <p>Em 25 de maio, o DIP é extinto, suspendendo as censura à imprensa.</p> <p>Em 06 de junho, o Brasil declara guerra contra o Japão.</p> <p>Em 26 de junho, o Brasil assina a Carta da Organização das Nações Unidas (São Francisco, EUA).</p> <p>Em outubro, o movimento “queremista”, com apoio do PCB, defende a permanência de Vargas no poder, mas fortes pressões pela redemocratização do país levam ao fim do Estado Novo.</p> <p>Em 29 de outubro, opositoristas liderados pelos generais do Exército Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro, cercam o Palácio Guanabara, residência do presidente, e forçam Vargas a assinar sua renúncia formal. Vargas renuncia. No dia seguinte, José Linhares (presidente do Supremo Tribunal Federal) assume a Presidência da República; e Pedro Leão Veloso é nomeado chanceler.</p> <p>Em 2 de dezembro, com apoio de Vargas, o general Eurico Gaspar Dutra, seu ex-</p>
--------------------	--	--	---	---

	<p>(Churchill-Truman- Stálin); dura até 02 de agosto.</p> <p>Em 06 e 09 de agosto, ocorre a destruição de Hiroshima e Nagasaki por artefatos atômicos de fabricação norte-americana.</p> <p>Em 08 de agosto, a URSS entra na guerra no Extremo Oriente.</p> <p>Em 12 de agosto, a República da Coreia é criada ao norte do paralelo 38;</p> <p>Em 2 de setembro ocorre a capitulação do Japão. Com isso, encerrava-se a Segunda Guerra Mundial.</p> <p>Em 16 de novembro, a Organização Educacional, Científica e Cultural da ONU (UNESCO) é criada.</p>			<p>ministro da Guerra, é eleito presidente com 55% dos votos. Nessas mesmas eleições, Vargas é eleito deputado federal em sete estados e senador, em dois. Ele optou pelo cargo de senador pelo Rio Grande do Sul.</p> <p>Expulso do poder, Vargas vai residir em São Borja, na estância familiar de Santos Reis, e em seguida na Fazenda de Itu, no município vizinho de Itaqui.</p>
1946			<p>Eleições presidentes no Uruguai. A chapa Tomás Berreta e Luís Batlle Berres triunfam. Assumiriam o cargo em março de 1947.</p>	<p>Em 18 de setembro, a nova Constituição é promulgada, marco legal da redemocratização do país. Ironicamente, Getúlio Vargas, ditador deposto, exerce o cargo de senador de maneira intermitente, até 1950, mas com escassas aparições no plenário e com várias licenças.</p>

APÊNDICE B- QUADRO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES**(BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA; 1930-1946)**

Quadro dos Ministros das Relações Exteriores (Brasil, Uruguai e Argentina, 1930-1946)		
Ministros das Relações Exteriores do Brasil	Ministro das Relações Exteriores do Uruguai	Ministro das Relações Exteriores da Argentina
Otávio Mangabeira (15/11/1926-24/10/1930)	Rufino T. Dominguez (01/03/1927-01/03/1931)	Ernesto Bosch (1930-1931)
Afrânio de Melo Franco (24/10/1930-28/12/1933)	Juan Carlos Blanco (03/03/1931-13/02/1933)	Adolfo Bioy (1931-1932)
Félix de Barros de Lacerda (interino) (28/12/1933-26/07/1934)	Alberto Mañé (13/02/1933-17/05/1934)	Carlos Saavedra Lamas (1932-1938)
José Carlos de Macedo Soares ¹⁶¹⁴ (26/07/1934-01/11/1936)	Juan José de Arteaga (18/05/1934-19/03/1935)	José María Cantilo (1938-1940)
Mário de Pimentel Brandão (01/11/1936-15/03/1938)	José Espalter (19/03/1935-01/06/1938)	Julio Argentino Pascual Roca (1940-1941)

¹⁶¹⁴ Mário de Pimentel Brandão assumiu a pasta interinamente num breve período entre maio e junho de 1935.

Oswaldo Aranha ¹⁶¹⁵ (15/03/1938-23/08/1944)	Alberto Guani (19/06/1938-26/02/1943)	Guillermo Rothe (1941)
Pedro Leão Velloso (interino) ¹⁶¹⁶ (08/1944-02/1945)	José Serrato (01/03/1943-4/10/1945)	Enrique Ruiz Guiñazú (1941-1943) ¹⁶¹⁷
José Roberto de Macedo Soares (interino) (02/1945-03/1945)	Eduardo Rodríguez Larreta (4/10/1945-01/03/1947)	Diego Isidro Mason (1944)
Pedro Leão Velloso (interino) (03/1945 a 04/1945)		Orlando Lorenzo Peluffo (1944-1945)
José Roberto de Macedo Soares (interino) (04/1945 a 07/1945)		César Ameghino (1945)
Pedro Leão Velloso (07/1945-01/1946)		Juan Isaac Cooke (1945-1946)

¹⁶¹⁵ Neste período em que Oswaldo Aranha ficou à frente do MRE (1938-1944), houve alguns breves momentos que outros diplomatas assumiram a pasta como interinos, tais como: Cyro de Freitas Valle (01/1939-03/1939) e Maurício Nabuco (01/1940-02/1940; 04/1941-05/1941; 11/1941).

¹⁶¹⁶ Ao observar a pasta de Relações Exteriores do Brasil no ano de 1945, nota-se uma constante mudança. Isso, em grande medida, por conta do contexto e desfecho da Segunda Guerra Mundial, isto é, a participação brasileira em uma série de conferências para se pensar na configuração da política internacional do pós-guerra.

¹⁶¹⁷ O ano de 1943 é bastante conturbado politicamente na Argentina. Consequentemente, o cargo de chanceler da República é alterado diversas vezes no mesmo. Passaram pela chefia do Ministério das Relaciones Exteriores e Culto: Enrique Ruiz Guiñazu, Segundo Rosa Storni (de junho a setembro) e Alberto Gilbert (setembro e outubro).

APÊNDICE C- QUADRO DOS REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS BRASILEIROS E URUGUAIOS NO PRATA

Distribuição dos representantes diplomáticos brasileiros e uruguaios no Prata			
Representantes diplomáticos brasileiros em Montevideú ¹⁶¹⁸	Representantes diplomáticos uruguaios no Rio de Janeiro ¹⁶¹⁹	Representantes diplomáticos uruguaios em Buenos Aires	Representantes diplomáticos brasileiros em Buenos Aires
Hélio Lobo (1926-1931)	Dionísio Ramos Montero (1920-1932)	Juan Carlos Blanco (1927-1931)	José de Paula Rodrigues Alves (1926-1930)
Artur Guimarães de Araújo Jorge ¹⁶²⁰ (1931-1933)	Antonio Bachini ¹⁶²¹ (22/08/1932)*	Leonel Aguirre (1931-1933)	Rubens Duham (1930-1931)
Lucílio da Cunha Bueno (1933-1937)	Juan Carlos Blanco (23/02/1933-18/09/1941) ¹⁶²²	Emilio Cerdán (1933)	Joaquim Francisco de Assis Brasil (1931-1933)
João Batista Lusardo ¹⁶²³ (1937-1945)	César G. Gutiérrez (18/09/1941-23/02/1946)	Eugenio Martínez Thedy (1934-1948)	Protássio Baptiste Gonçalves (1933)

¹⁶¹⁸ Informações disponíveis no site da embaixada brasileira em Montevideú. Acesso em 30/10/2014. In:

http://montevideu.itamaraty.gov.br/pt-br/galeria_de_embajadores.xml

¹⁶¹⁹ As informações referentes ao corpo diplomático uruaio foram obtidas no Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay (AMREU). Cabe aqui o agradecimento a Mariela Cornes, arquivista do AMREU, pelo trabalho de compilação dos dados.

¹⁶²⁰ Entre a saída de Hélio Lobo, em 24 de novembro, e a posse de Araújo Jorge, em 26 de fevereiro de 1931, Décio H. Moura, segundo-secretário na legação brasileira em Montevideú, desde 30 de abril de 1929, assumiu interinamente o corpo diplomático como Encarregado de Negócios. Oswaldo Furst também assumiu interinamente o cargo em diversas ocasiões. In: Ofício nº 77, de 21 de junho. Araújo Jorge ao Ministro Afrânio de Mello Franco. Almanaque do Pessoal. In: Ofícios. Jan/Jun 1931. Missões Diplomáticas Brasileiras. Montevideo. In: AHI, Rio de Janeiro.

¹⁶²¹ Não tomou posse, como embaixador no Rio de Janeiro, pois faleceu, em Montevideú, em 11 de setembro de 1932.

¹⁶²² **Grifo nosso.** Juan Carlos Blanco permaneceu à frente da embaixada uruaia no Rio de Janeiro durante nove anos. Blanco foi uma figura fundamental na política uruaia para o Brasil de Vargas. Homem de confiança do presidente Gabriel Terra, mesmo com a mudança de governo, permaneceu na embaixada no Rio de Janeiro.

¹⁶²³ João Batista Lusardo foi o embaixador brasileiro que mais tempo permaneceu à frente da embaixada brasileira em Montevideú. Lusardo foi uma figura fundamental para a efetivação do projeto varguista na região do Prata. Quando deixou a embaixada em Montevideú, assumiu a embaixada brasileira em Buenos Aires, onde tornou-se amigo íntimo de Perón.

Álvaro Teixeira Soares (1945) ¹⁶²⁴	Enrique Buero (23/02/1946-20/05/1948)	Roberto Mac Eachen (1948)	José Bonifácio de Andrada e Silva (1933-1937)
José Roberto de Macedo Soares ¹⁶²⁵ (1945-1951)			João Alberto Lins de Barro (1937-1938)
			Luiz Guimarães Filho (1938)
			José de Paula Rodrigues Alves (1938-1944)
			Paulo Demôro (1944)
			Décio Martins Coimbra (1945)
			João Batista Lusardo (1945-1947)

¹⁶²⁴ Em Montevideu, foi também encarregado de negócios de julho a setembro de 1945, de dezembro desse ano a fevereiro de 1946, de junho a julho e de setembro a outubro de 1948, quando retornou à Secretaria do Itamaraty. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/soares-alvaro-teixeira>. Acesso em: 16/07/2020.

¹⁶²⁵ Irmão de José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores do Brasil (1934 -1936).

APÊNDICE D- QUADRO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA (BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA)

Presidentes da República (Brasil, Uruguai e Argentina; 1930-1951)		
Brasil	Uruguai	Argentina
Washington Luís ¹⁶²⁶ (15/11/1926-24/10/1930)	Juan Campisteguy (01/03/1927-01/03/1931)	Hipólito Yrigoyen (1928-1930)
Junta Governativa Augusto Tasso Fragoso (24/10/1930-03/11/1930) José Isaías de Noronha (24/10/1930-03/11/1930) João de Deus Mena Barreto (24/10/1930-03/11/1930)	Gabriel Terra ¹⁶²⁷ (01/03/1931-31/03/1933) (31/03/1933-19/06/1938)	José Félix Uriburu (1930-1932)
Getúlio Vargas ¹⁶²⁸ (3/11/1930-16/07/1934); (16/07/1934-1937); (10/11/1937-29/10/1945)	Alfredo Baldomir (19/06/1938- 21/02/1942 ¹⁶²⁹) (21/02/1942-01/03/1943)	Agustín Pedro Justo (1932-1938)
Eurico Gaspar Dutra (31/01/1946-31/01/1951)	Juan José de Amézaga (01/03/1943-01/03/1947)	Roberto Marcelino Ortiz (1938-1942)
Getúlio Vargas (31/01/1951-24/08/1954)	Tomás Berreta (1947)	Ramón Antonio Castillo (1942-1943)
	Luís Batlle Berres (1947-1951)	Pedro Pablo Ramírez (1943-1944)
		Edelmiro Julián Farrell (1944-1946)
		Juan Domingo Perón (1946-1952)

¹⁶²⁶ Com a deposição do presidente Washington Luís provocada pelo golpe político de 1930, criou-se uma Junta Governativa, formada pelas Forças Armadas, até a formação de um governo provisório, que levaria Getúlio Vargas à liderança do Brasil.

¹⁶²⁷ Em 31 de março de 1933, Gabriel Terra liderou um golpe político no Uruguai, o que resultou na instalação de uma ditadura que durou até meados de 1938.

¹⁶²⁸ Getúlio Vargas foi o presidente brasileiro que mais tempo permaneceu no poder. Tradicionalmente, costuma-se periodizar o seu primeiro governo (1930-1945) em três diferentes momentos: Governo Provisório (1930-1934); Governo Constitucional (1934-1937) e Ditadura do Estado Novo (1937-1945). E mesmo após estes longos anos de ditadura, em 1951, Vargas reassumiu a Presidência da República eleito democraticamente.

¹⁶²⁹ Em 21 de fevereiro de 1942, ocorreu um golpe de estado no Uruguai, liderado por Alfredo Baldomir, chamado muitas vezes na historiografia uruguaia de “golpe bueno”, pois, diferentemente do golpe terrista de 1933, não houve censura e nem prisão de opositores.

